UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LEONARDO OCTAVIO BELINELLI DE BRITO

Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz

Versão corrigida

São Paulo

2019

LEONARDO OCTAVIO BELINELLI DE BRITO

Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando
Henrique Cardoso e Roberto Schwarz

VERSÃO CORRIGIDA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d862m de Brito, Leonardo Octavio Belinelli
Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz / Leonardo Octavio Belinelli de Brito ; orientador Bernardo Ricupero. - São Paulo, 2019.
449 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Pensamento político brasileiro. 2. Seminário Marx (1958-1964). 3. Nacionalização do marxismo. 4. Fernando Henrique Cardoso. 5. Roberto Schwarz. I. Ricupero, Bernardo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Leonardo Octavio Belinelli de Brito

Data da defesa: 15/05/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Bernardo Ricupero

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10 / 05 / 2018

(Assinatura do (a) orientador (a))

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. **Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Fernando, Maria Helena e Isabella

AGRADECIMENTOS

É inevitável que por trás de um trabalho pensado e escrito durante quatro anos haja uma grande rede de colaboradores.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor Bernardo Ricupero, pelas orientações e comentários ao trabalho, sem os quais ele certamente teria menos méritos do que eventualmente tenha. Creio que o leitor perceberá com facilidade o quanto esse trabalho deve à forma de pensar que marca sua trajetória intelectual. Além disso, sua serenidade e disposição ao diálogo são lições valiosas que certamente tomarei como norte em meu futuro acadêmico.

Agradeço também aos professores André Pereira Botelho e Leopoldo Waizbort pelas sugestões e observações feitas em meu exame de qualificação. Anotados em uma lista, esses comentários serviram de orientação para a etapa de pesquisa e escrita posterior. Uma comparação entre o apresentado naquela ocasião e a versão final do trabalho – a começar pelo título - comprova a importância dessa conversa aberta que tivemos naquela ocasião. Também agradeço as arguições feitas, já na banca de exame final, pelos professores André Singer, André Pereira Botelho e Gabriel Cohn. Todos colocaram diversas questões que busquei, na medida do possível, incorporar à versão revista da tese. Outras, entretanto, levarei para o futuro.

Tive a sorte tremenda de participar de diversas iniciativas coletivas em que pude expor, debater, formular e reformular muitas dos argumentos desse trabalho. Nas pessoas dos professores André Vitor Singer e Bernardo Ricupero, agradeço a todos os membros, inclusive os passageiros, do grupo de pesquisa “Pensamento e Política no Brasil”. Na verdade, o projeto que deu origem ao trabalho exposto aqui nasceu do primeiro ciclo de leituras que fizemos quando da formação do grupo, ocasião em que lemos algumas das principais obras produzidas a partir do Seminário Marx. Depois, houve uma série de iniciativas, como realização de disciplinas e curso de extensão, que propiciaram o amadurecimento da pesquisa.

Também agradeço aos colegas do grupo de estudos Sequências Brasileiras, um grupo organizado por pós-graduandos depois da realização de uma disciplina com a professora Maria Elisa Cevasco – a quem agradeço por seus comentários em uma das ocasiões em que apresentei uma parte dessa tese. Além de ter tido a oportunidade de ler e debater a obra de Roberto Schwarz, tive a sorte de, em um contexto marcado por um grande pluralismo de ideias e formações pessoais, discutir alguns dos principais textos da chamada “tradição

contraditória” com Fabiana Vilaço, Ivo Paulino Soares, Miriam Urbano Gado, Lindberg Campos Filho, Rafael Marino e Sávio Lopes.

Outra iniciativa marcante do período de elaboração da tese foi a formação da Articulação Discente para Difusão do Pensamento Brasileiro, um conjunto de estudantes de diversos programas de pós-graduação da FFLCH-USP e de fora dela, que se reuniu para promover o estudo de autores clássicos nacionais. Juntos, organizamos eventos sobre Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza, Roberto Schwarz e Antonio Candido. Nesses processos de organização, muitas questões surgiram em conversas com Adriana Pereira Matos, Ana Beatriz Barbosa de Carvalho e Silva, Daniela Pereira Constanzo, Gabriel Siracusa, Luiz Fernando Pereira de Aguiar, Max Gimenes, Ivo Paulino Soares, Rafael Marino, Rômulo Manzatto e Ronaldo Tadeu de Souza. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Tive a honra de participar de algumas instâncias universitárias com pessoas muito diversas entre si, mas unidas pela fibra e pela defesa do ensino público superior gratuito e de qualidade. Dividi espaços e reflexões com Eric Danzi Lemos, Fabiana Marchetti, Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro, Natália Nóbrega de Mello, Paula Mikami de Souza (*in memoriam*) e Pollyana Ferreira Rosa.

No plano departamental, foram muito importantes a convivência e a troca de perspectivas com Bárbara Soares, Beatriz Sanchez, Caetano Patta, Daniela Constanzo, Gabriel Siracusa, Nathália Carneiro, Philippe Scerb e Rafael Marino. Penso que demos alguma colaboração para um departamento socialmente mais democratizado.

Ainda no plano do departamento, quero agradecer a Aureluce Pimenta, Leonardo Novaes, Márcia Staaks e Vasne dos Santos pelo apoio dado aos aflitos pós-graduandos.

Nas pessoas de Glauber Ormundo Dias Martins e Rodrigo Santaella Gonçalves, agradeço aos amigos e colegas que, embora não dividindo a vida universitária no mesmo espaço, dividem as mesmas questões e paixões.

Agradeço também a Coordenadoria de Apoio ao Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de doutorados concedida.

E, como sempre, a Maria Helena Belinelli e Fernando Santos de Brito, apoiadores incondicionais em um contexto difícil. Para eles, a tese.

E a Isabella Meucci, pelo apoio integral da sua amorosa cumplicidade. Para ela, a tese e o futuro.

De omnibus dubitandum [Duvidar de tudo]

Mas a dialética se origina da experiência da sociedade antagônica, não do mero esquema conceitual.

Theodor Adorno

RESUMO

BRITO, L. O. B de. **Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2018.

Tomando como ponto de partida a experiência intelectual compartilhada por Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz no chamado Seminário Marx, o presente trabalho constitui um estudo a respeito das elaborações marxistas de ambos os autores a respeito das linhas de força do desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil a partir de sua independência. O intuito de aproximar os dois autores é destacar os pontos de convergência de suas formas de pensar, o que permitiria afirmar a existência de uma “interpretação do Brasil” forjada nos trabalhos de alguns dos participantes do Seminário Marx. O trabalho argumenta que a formulação da mencionada “interpretação do Brasil” nos trabalhos dos dois autores foi derivada de uma análise crítica do legado teórico de Karl Marx, processo o qual designamos, conforme a literatura pertinente, de “nacionalização do marxismo”, e de outras “interpretações do Brasil” precedentes, entre as quais se destacam as formuladas por Caio Prado Júnior, Antonio Candido, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Segundo o que se buscará demonstrar, esse processo de elaboração teórica dos autores pode ser interpretado a partir da noção de crítica da ideologia. Do ponto de vista expositivo, a tese conta com duas partes: a primeira é dedicada à análise dos estudos realizados por Cardoso e Schwarz a respeito da sociedade escravocrata brasileira do século XIX; já a segunda tomo como referência as interpretações dos dois autores a respeito do processo de desenvolvimento e modernização do país no século XX, com atenção especial ao período pós-1930.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso. Roberto Schwarz. Seminário Marx. Nacionalização do Marxismo. Pensamento político brasileiro.

ABSTRACT

BRITO, L.O.B de. **Marxism as a critique of ideology: study of the thoughts of Fernando Henrique Cardoso and Roberto Schwarz**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2018.

Having as a starting point the intellectual experience shared by Fernando Henrique Cardoso and Roberto Schwarz in the so-called Marx Seminar, the present work constitutes a comparative study regarding the Marxist elaborations of both authors regarding the lines of force of the development of capitalist society in Brazil since its independence. The purpose of the comparison is to highlight the points of convergence of their thinking, which would allow to affirm the existence of an "interpretation of Brazil" forged in the works of some of the participants of the Marx Seminar. The thesis argues that the formulation of the mentioned "interpretation of Brazil" in the works of the two authors was derived from a critical analysis of the theoretical legacy of Karl Marx, a process which a relevant literature calls "nationalization of Marxism", besides the influence of other previous "interpretations of Brazil", as those formulated by Caio Prado Júnior, Antonio Candido, Florestan Fernandes and Celso Furtado. Taking this in account, it will be tried to demonstrate that the process of theoretical elaboration of the authors can be interpreted from the notion of ideology critique. In formal terms the thesis has two parts: the first is dedicated to the analysis of the studies carried out by Cardoso and Schwarz on the Brazilian slave society of the 19th century; the second one is based on the interpretations of the two authors about the development and modernization of the country in the 20th century, with special attention to the post-1930 period.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso. Roberto Schwarz. Seminar Marx. Nationalization of Marxism. Brazilian Political Thought.

SUMÁRIO

Introdução	11
O Seminário Marx aos olhos de velhos amigos (Excurso I)	33
PARTE I	44
Capítulo 2 - A vida ideológica no Brasil capitalista-escravocrata: uma análise de <i>Ao vencedor as batatas</i>	98
Capítulo 3 – Machado de assis, intérprete do Brasil	146
Sobre a matéria brasileira e suas formas: o nexó entre capitalismo e escravidão no Brasil, segundo Cardoso e Schwarz (Excurso II).....	203
PARTE II	216
Capítulo 4 – Um diagnóstico de tempo: Fernando Henrique Cardoso e a ideologia do empresário industrial brasileiro	217
Capítulo 5 – Fernando Henrique Cardoso e a teoria da dependência.....	286
Capítulo 6 – Modernização, Cultura e Política entre os anos 1960 e 1980	375
Prismas sobre a modernização brasileira (Excurso III)	413
<i>Coda</i> – As encruzilhadas dos intelectuais: uma reflexão sobre a relação entre crítica e prática	419
Bibliografia.....	433

Introdução

Considerar algo racionalmente não é vir trazer ao objeto uma razão e com isto transformá-lo, mas sim considerar que o objeto é para si mesmo racional. Assim, é o espírito em sua liberdade, a mais alta afirmação da razão consciente de si, que a si mesma se dá a realidade e se produz como mundo existente. A ciência apenas se limita a trazer à consciência esse trabalho que é próprio da razão da coisa.

Georg Willhelm Friedrich Hegel

Uma das razões que se costuma fornecer para justificar o problema de pensar a formação histórica brasileira é aquela que aponta o caráter *específico* desse processo. Nos termos bem-humorados de Luiz Werneck Vianna: “Somos o filho do latifúndio com a escravidão, do jacaré com a cobra d’água, um resultado dessa construção.” (WERNECK VIANNA, 2001, p.25). Nessa consideração, o autor alude não só a dois problemas basilares das reflexões clássicas sobre o país – o latifúndio e a escravidão – como sugere um tema mais amplo que os enquadra: o de compreender a complexa imbricação entre elementos usualmente tidos como “atrasados” com aqueles normalmente vistos como “modernos” no processo histórico de formação da nação brasileira. Um bom exemplo da profundidade dessa dificuldade se encontra em alguns ensaios clássicos de “interpretação” do país, nos quais tanto há quem argumente que o Brasil é um país essencialmente “atrasado”, como Raymundo Faoro, como existem análises que vão em direção oposta, ao assinalar o caráter moderno de nossa formação, como Caio Prado Júnior.

Essa dificuldade se reflete no plano das categorias utilizadas para pensar sobre o Brasil. Somos “modernos”? Somos “atrasados”? Se não somos propriamente modernos, mas também não somos exatamente “arcaicos”, o que somos? Como nos pensar com categorias estrangeiras, em geral formuladas para sintetizar experiências históricas distintas da nossa? Refletindo sobre a profundidade dessa problemática na “experiência intelectual brasileira”, Antonio Candido (2006, p.117) formulou a ideia certa segundo a qual a nossa vida ideológica, a partir da Independência, passou a ser regida pela “dialética do localismo e do cosmopolitismo”. De fato, a situação não é/era para menos: ao passo que a formação histórica daquilo que viria a ser chamado Brasil nasce umbilicalmente ligada ao início do processo de colonização europeia da América - o que o acoplou ideologicamente ao processo intelectual que então se desenvolvia no Velho Continente -, não era menos verdade que as suas condições históricas – inclusas aí a política, a social e a cultural tanto de Portugal, que passa a ser uma

metrópole periférica, como do nosso território – eram percebidas como *inferiores* aos países que lideravam a corrida colonizadora. Tratava-se, então, de problemas de desenvolvimento? Seja como for, cumpre observar que essa situação, para falarmos nos termos de Paulo Arantes (1992), despertava o “sentimento da dialética” de nossa inteligência, que, ao mesmo tempo, buscava entender os impasses gerados pelo processo histórico que nos formou e pensar os meios adequados para que deixássemos nossa condição “atrasada” para trás. Para tanto, tais reflexões se valiam de ferramentas teóricas e conceituais advindas dos circuitos intelectuais europeus, cujos problemas eram diversos. Se esse uso categorial era, em parte, inadequado – como falar em direitos do homem no Brasil do século XIX, no qual a escravidão predominava? -, era ele também que nos garantia acesso ao mundo moderno. Referindo-se a essa problemática, um estudioso do nosso cinema cunhará a feliz expressão de que nós sofreríamos da “dialética rarefeita do não-ser e ser-o-outro” (SALES GOMES, 1996), possivelmente porque, na outra não menos feliz expressão de Juan Carlos Portantiero (1983), seríamos um “outro ocidente”. O que está em jogo na rarefação da dialética mencionada é a possibilidade de auto-compreensão, elemento sem o qual qualquer emancipação digna desse nome não é possível. Ou seja: em certa medida, trata-se do problema da identidade, que pressupõe certo afinamento entre aquilo que se é e aquilo que se *pensa* que é.

O marxismo, cujos fundamentos teóricos e ferramentas analíticas foram especialmente desenvolvidos para decifrar a natureza mistificadora da sociedade *capitalista e moderna*, também sofreu com a nossa rarefeita condição periférica. Referindo-se ao âmbito mais amplo da América Latina, José Aricó (1982) e Carlos Franco (1982) observaram que o marxismo não foi capaz de decifrar a natureza de nosso subcontinente, que também não facilitou o intento. Se esse desencontro foi persistente, isso certamente não se deve à falta de tentativas de aproximação. Ao analisar a exigência intelectual demandada por essa dissonância a partir do ângulo de seu próprio tempo e lugar, Roberto Schwarz comenta:

Tomando distância e olhando o conjunto, tratava-se de uma atmosfera esquerdizante difusa, valiosa para a política e a cultura progressistas, embora pouco adaptada às realidades sociais do Brasil, com sua configuração de ex-colônia, muito diferente do modelo europeu. *A aclimatação de uma teoria econômico- social-política e filosófica gerada do outro lado do mundo não podia mesmo ser um processo simples, nem rápido. Ainda nesse sentido, era grande a distância que separava a atmosfera intelectual brasileira do universo teórico de exigência máxima em que se movia o pensamento de Marx, com seus pressupostos de vanguarda, ligados ao que havia de mais avançado na realidade e na cultura do tempo.* (SCHWARZ, 2017, p.19-20)

Dialogando com a dificuldade apontada por Schwarz, Michael Lowy (2012) e Bernardo Ricupero (2000) observam a existência de duas atitudes típicas frente ao referido desencontro

na América Latina: por um lado, houve quem buscasse “aplicar” o marxismo – tido, nesse espírito, como uma doutrina acabada e universal – à análise da evolução sócio-histórica latino-americana; por outro lado, houve aqueles que sublinharam as especificidades da América Latina, que, por isso mesmo, estaria fora do esquema “europeizante” do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels¹. Embora opostas, as duas posturas conteriam um “erro”, por assim dizer, comum: não problematizariam a *relação* entre ideias e a realidade concreta.

As teses sustentadas pela III Internacional no período de hegemonia de Josef Stalin seriam exemplos do primeiro posicionamento. Como se sabe, a formulação dominante no movimento comunista internacional de então afirmava que os países “coloniais, semi-coloniais e dependentes” deveriam passar por uma revolução democrático-burguesa como condição prévia para uma posterior revolução socialista. O fundamento histórico dessa forma de pensar era a ideia de que deveríamos reproduzir as etapas da evolução histórica do Ocidente moderno, que passou do feudalismo ao capitalismo e deste deveria transitar ao socialismo. Porém, essa forma de pensar traz grandes problemas teóricos com consequências práticas, sintetizados por Bernardo Ricupero da seguinte maneira:

Aceitar a primeira hipótese e considerar o marxismo como verdade universal implica abstrair a teoria da realidade. Como já se sabe para onde conduzirá a história, conclui-se que é desnecessário perder tempo com o exame de experiências específicas. Ser marxista no Brasil ou no México não passariam, assim, de acaso, significando basicamente o mesmo que ser marxista na Alemanha ou na França. Dessa forma, a teoria se converteria em algo externo à realidade. O que implica uma visão da teoria, no caso, o marxismo, como algo acabado e auto-suficiente. (RICUPERO, 2000, p.63)

Já a segunda forma de pensar poderia ser identificada com os teóricos do chamado “populismo latino-americano”. Segundo eles, as formações históricas do subcontinente seriam demasiadamente específicas e por isso suas condições e resultados deveriam ser compreendidos em marcos diferentes do raciocínio ocidental, do qual o marxismo é tributário. Os problemas teóricos e práticos postos por essa forma de pensar podem ser resumidos como se segue:

[...] a maneira oposta de considerar o problema traz consigo, contudo, o risco de desqualificar a teoria a tal ponto que ela se torna irreconhecível e desnecessária. Isto

¹ Vale lembrar um trecho do Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* no qual Marx conta sobre seus estudos de economia política na Inglaterra. Entre os fatores que propiciaram tal estudo, havia “a situação favorável de Londres como ponto de observação da sociedade burguesa e, finalmente, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e Austrália determinaram-me a começar tudo de novo, a estudar criticamente até o fim todo o material.” (MARX, 2005, p.54). A perspectiva será reafirmada em *O capital* (cf. MARX, 2015, p.78 e 788). O próprio Marx problematizaria esse ponto quando se debruçou sobre o caso da possível implantação do socialismo na Rússia (MARX e ENGELS, 2013).

é, se o marxismo fosse capaz de absorver qualquer forma referente às mais variadas sociedades, não mais seria marxismo, nem mesmo teoria, mas apenas uma expressão da realidade quase não-mediatizada. Assim, sua maneira de abordagem particular, o que a torna marxismo, se diluiria no seu objeto. (RICUPERO, 2000, p.64)

Apesar da hegemonia política dessas duas formas de pensar a relação entre marxismo e América Latina, teriam surgido autores que lograram escapar dos riscos representados por ambas e, assim, conseguiram superar esse desencontro persistente justamente por terem se atentado à difícil relação entre a realidade local e ideias “universais”. Autores como Caio Prado Júnior e José Carlos Mariátegui adotaram posições que não buscavam negar as especificidades de suas realidades, mas afirmavam que elas só seriam plenamente compreendidas se fossem articuladas ao todo do qual faziam parte (NOVAIS, 1986; RICUPERO, 2000; CRUZ, 2010). Daí Bernardo Ricupero afirmar que tais autores “nacionalizaram o marxismo”, expressão da qual se retira a ideia de que a “nacionalização” do marxismo é constituída pelo esforço crítico de alguns autores que procuraram “fundir teoria com realidade” (RICUPERO, 2000, p.64), escapando às tentações de subordinar a realidade à teoria, como teria feito a III Internacional, ou à tentação contrária, a de diluir o marxismo ao objeto, como teria feito Victor Raúl Haya de la Torre. (LOWY, 2012)². Em termos clássicos, o argumento de Ricupero poderia ser traduzido na seguinte forma: a “nacionalização do marxismo” corresponde ao processo de crítica das ideologias – universalismo ou localismo, nos casos referidos – correntes do pensamento latino-americano, as quais se originam da própria condição periférica. Ora, sabemos que a ideologia é um produto *falso* da realidade, mas, enquanto tal, é também *verdadeiro*, no sentido de ser um produto produzido por essa própria realidade. Se, portanto, entendermos a ideologia enquanto elemento *falso e não-falso*,³ estaremos em condições de perceber que o papel da crítica da ideologia é precisamente distinguir esses elementos e compreender como eles se imbrincam.

Caso entendamos a relação entre realidade periférica, universalismo e localismo nessa chave, o problema pode ser armado do seguinte modo: sua condição *específica*, isto é

² Roberto Schwarz também chama a atenção para o lugar destacado de Caio Prado Júnior no marxismo brasileiro: “A exceção notável no marxismo desse primeiro período, em fim de contas bastante precário, foi a figura inesperada de Caio Prado Jr. Em sua pessoa [...] o prisma marxista se articulou criticamente à acumulação intelectual de uma grande família do café e da política, produzindo uma obra superior, alheia aos chavões partidários e assentada no conhecimento sóbrio das realidades locais.” (SCHWARZ, 2017, p.20)

³ Essa formulação é tributária da formulação de Lukács em *História e consciência de classe*, livro em que lemos: “É próprio da essência do método dialético que nele os conceitos falsos sejam superados em sua unilateralidade abstrata. No entanto, esse processo de superação obriga, ao mesmo tempo, a operar constantemente com conceitos unilaterais, abstratos e falsos, e a dar aos conceitos sua significação correta, menos por definição que pela função metodológica que recebem na totalidade enquanto momentos superados. [...]. Na pura historicização da dialética, essa constatação se dialetiza mais uma vez: o “falso” é, ao mesmo tempo, um momento do “verdadeiro” enquanto “falso” e enquanto “não-falso”.” (LUKÁCS, 2003, p.59-60)

periférica, coloca-lhe um problema, a percepção de descompasso entre ideias tidas como *universais* diante de uma realidade apresentada como *desviante*, a qual, por sua vez, coloca-lhe um feixe de possibilidades de “resolução”, quais sejam: a busca por aproximar a realidade local às ideias universais; a tentativa oposta, isto é, de desvicunlar ambas, ensejando uma “teoria específica” para uma realidade específica; ou, ainda, a solução propriamente dialética, que consiste em tentar entender a forma como a qual a especificidade da realidade latino-americana se vincula à totalidade das relações – nesse caso – capitalistas. Por isso, pode-se dizer que essa última postura é *crítica* tanto à primeira abordagem que, ideologicamente, *inverte* a relação entre ideias e lugar – fazendo com que a realidade se encaixe na teoria, quando a teoria deveria explicar a realidade –, como à segunda posição, incapaz de compreender a articulação entre as partes e o todo, do que resulta sua prisão às aparências imediatas - o que seria também procedimento ideológico. A primeira seria uma espécie de “ideologia de segundo grau”, enquanto a segunda um tipo de “ideologia de primeiro grau”, para usarmos as conceituações clássicas de Roberto Schwarz.⁴

Ao mesmo tempo, convém destacar que esse processo ocorrido no plano da teoria marxista guarda vínculos mais amplos, os quais rebatem no próprio processo de amadurecimento das ciências sociais locais. Salvo engano, é nesse sentido que Luiz Werneck Vianna assinala que:

Pode-se aferir o nível de maturidade da reflexão intelectual de um país, particularmente os de capitalismo retardatário, por sua aptidão em se apropriar da tradição clássica de um determinado ramo do saber. O que é ainda mais expressivo quando sua cultura nacional não se limita a traduzir os clássicos, mas se empenha na reconstituição de sua trajetória, nas inquirições de suas motivações e procura, por esforço próprio, avaliar o significado de suas contribuições. Nessa apropriação, como inevitável, a tradição clássica, por maior que seja o rigor de seu intérprete, tem o seu inventário de ideias posto sob nova luz: indagados por uma cultura distante da sua, e que os evoca a fim de estabelecer alicerces intelectuais próprios, cada autor clássico como que nasce outra vez, podendo até experimentar desenvolvimentos ignorados em seu contexto de origem. (WERNECK VIANNA, 2005, p.11)

Nesse sentido, a mencionada relação entre “ideias” e “lugar” constitui o que se poderia designar de problemática – isto é, um conjunto de questões e proposições que se articulam em um processo amplo e transversal de problematização que cruza diversos campos de conhecimento das ciências humanas locais. Ela não apenas existe, como sugere Werneck Vianna, como é central tanto para o campo teórico dos estudos acerca do “pensamento

⁴ Sem forçar a mão, essa formulação possui um estreito paralelismo à própria formulação de Candido, como observa Paulo Arantes quando destaca que a ideia “dialética do localismo e cosmopolitismo” guarda dois sentidos: “numa primeira acepção, formalizava o movimento espiritual próprio do dilema de que partimos; numa segunda acepção, era o nome da solução – ambas enfeixadas pelo mesmo nome de dialética do particular e do universal, expressão do conteúdo de experiência de todo intelectual brasileiro.” (ARANTES, 1992, p.18)

político e social brasileiro”, aquele no qual se esquadrinha as condições a partir das quais ocorreu o desenvolvimento das ciências sociais locais. É nele que esse trabalho se situa.

O presente trabalho tomará como objetos de pesquisa os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz e possui como seu primeiro objetivo de pesquisa estudar de que maneira esses dois autores lidaram com a difícil relação entre “ideias” - no caso específico deles, o marxismo – e a realidade brasileira. Assim, pretende articular dois casos específicos com o que entende ser uma das problemáticas centrais das ciências sociais brasileiras. Naturalmente, esse objetivo geral do trabalho se vincula ao pressuposto, a ser demonstrado no trabalho, de que as reflexões de Cardoso e Schwarz sobre o Brasil, pelo grau de maturidade e aprofundamento que atingiram, constituem o que se convencionou chamar de “interpretações do Brasil”. Nesse sentido, poder-se-ia, legitimamente, colocar a demonstração desse pressuposto como outro objetivo do trabalho – talvez o primeiro, de um ponto de vista lógico. Para que o trabalho seja bem-sucedido, essa demonstração deverá estar intimamente vinculada à problemática escolhida como elemento norteador da pesquisa empreendida.

Além desse escrutínio, buscaremos associar as maneiras como ambos compreenderam os processos sociais, políticos e culturais formativos ocorridos no Brasil. Fundamentalmente, essa relação terá como eixos analíticos os problemas teóricos e políticos enfrentados por cada autor a partir da problemática exposta e as estruturas intelectuais que ambos forjaram para apreendê-los. Por isso, podemos dizer que buscaremos identificar, na acepção de Gildo Marçal Brandão (2007), as “formas de pensar” desses autores e compará-las⁵. A hipótese que sustenta essa comparação, formulada por Roberto Schwarz (1999; SCHWARCZ e BOTELHO, 2008), é a de que sua própria obra e a de Cardoso tentaram produzir formas de pensar *homólogas e relacionadas*, por sua vez resultantes, segundo nossa perspectiva, de acúmulos históricos disciplinares aos quais souberam dar prosseguimento.

Se esclarecemos a problemática que confere unicidade ao trabalho, é preciso avançar e destacar sua localização no campo de estudos conhecido como “pensamento político e social brasileiro”, cuja vida intelectual “tem apresentado uma dinâmica muito particular e amplas condições de afirmação no âmbito das ciências sociais praticadas no Brasil.” (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p.11). Um dos traços dessa dinâmica é, precisamente, sua

⁵ Brandão (2007) define “formas de pensar” quando afirma que elas são “estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada” (BRANDÃO, 2007, p.30). Vale mencionar aqui a potência que o conceito de *forma* tem, segundo Ricupero (2008): “Mas todas essas análises [as interpretações do Brasil que enfatizam a questão da “formação”] não deixam de apontar para uma certa tensão na relação entre forma e ambiente. Esse é também um dos pontos mais interessantes da formulação das “ideias fora do lugar”, que parece escapar aos seus críticos. Para além dos críticos, a noção de forma abre possibilidades que estão bloqueadas para outros conceitos, com carga menos conflitiva. (RICUPERO, 2008, p.68)

multidisciplinaridade intrínseca (Cf. BASTOS e BOTELHO, 2010, p.475-6), que, como observam acuradamente Lilia Schwarcz e André Botelho, “*longe de ser uma limitação, tal aspecto parece, antes, constituir vantagem em meio ao labirinto da especialização acadêmica contemporânea.*” (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011,p.11 – grifo nosso). Se não estivermos enganados, os resultados ricos e variados desse campo de pesquisa, o qual tem a história das ideias como um de seus momentos, indicam as potencialidade de uma *forma reflexiva de fazer ciência social*. Segundo os mesmos autores:

Hoje, aproximando questões do passado às indagações contemporâneas, a área compreende pesquisas voltadas tanto para as grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira nas várias dimensões desse processo, que se irradiam pelas questões da modernização, modernidade e mudança social, construção e transformação do Estado-nação, cultura política e cidadania; quanto para as diferentes modalidades de produtores e de produção intelectual e artística em sentido amplo (literatura, artes plásticas, fotografia, cinema, televisão e teatro) e da própria cultura como sistema de valores e formas de linguagem. (Idem, ibidem, p.11-2)

Uma das várias formas de aproximação das “questões do passado às indagações contemporâneas” ocorre por meio do estudo dos “ensaios clássicos de interpretação do Brasil, bem como aquelas a respeito da produção da Sociologia acadêmica, especialmente a dos sociólogos profissionais pioneiros, numa palavra, sobre os nossos ‘clássicos’.” (BASTOS e BOTELHO, 2010, p.476). Como anota Brandão, nossos clássicos são lidos como “testemunhas do passado e como fontes de problemas, conceitos, hipóteses e argumentos para a investigação científica do presente.” (BRANDÃO, 2007, p.24-5). Nesse sentido, um trabalho que vincule dois autores de disciplinas distintas não constitui óbice para o avanço do conhecimento da área, antes o contrário: parece partir de de uma de suas possibilidades mais promissoras.

Ainda assim, como se trata de uma tese que se situa no campo da Ciência Política, impõe-se pensar o sentido *político* das reflexões dos autores que serão analisados nas próximas páginas. Nesse caso, também acompanhamos Gildo Marçal Brandão que, negando a possibilidade de recorte ontológico do real em favor de uma definição estrita de ciência política, caracteriza a ciência da política como o “estudo do complexo de atividades práticas e teóricas pelas quais os que governam não só justificam e mantêm o seu domínio, como logram obter o consentimento ativo dos governados – ou, em termos weberianos, o estudo do complexo de ações, ideias e instituições por meios das quais indivíduos e grupos demonstram sua *vocação à dominação* [...]” (BRANDÃO, 2007, p. 191-2 – grifo do original). Ao mesmo tempo, cabe salientar que a proposta de Brandão, simpática à ideia lukacsiana de “totalidade”,

parece se conjugar com a concepção segundo a qual poder-se-ia pensar a ciência política como a investigação das “condições reais” a partir das quais se articularia e se moveria essa totalidade social, o que implicaria entendê-las também a partir das formas de consciência e atuação das atores sociais, por sua vez expressadas de variadas maneiras. Ora, como veremos, esse é precisamente o assunto dos trabalhos de Cardoso e Schwarz, do que decorre a pertinência de seu estudo em um trabalho que se situa no campo da história do pensamento político e social brasileiro na disciplina da Ciência Política. A articulação das formas de consciência e atuação de setores da sociedade brasileira aparecerá, em nossa análise, a partir da ideia de *crítica da ideologia*, a ser retomada logo adiante.

Cabe, agora, nos voltarmos para os problemas colocados pela proposta associativa aqui avançada. Numa primeira visada, pode-se sugerir que os dois autores, embora sejam de disciplinas acadêmicas diferentes, partiram de um projeto intelectual comum: a busca de estabelecer, no contexto intelectual paulistano dos anos 1950 e 1960, o marxismo como uma metodologia acadêmica⁶. Esse era o projeto do chamado “Seminário d'O Capital” – ou Seminário Marx, como o designa Roberto Schwarz (1999) –, um grupo de estudos que se reuniu entre 1958 e 1964 e contou com a participação de jovens professores e alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFLC-USP). Dentre os seus participantes estavam José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Fernando Novais, Paul Singer, Bento Prado Júnior, Ruth Cardoso, Francisco Weffort entre outros menos assíduos. Como esse é o elemento que fundamenta nossa empreitada, devemos nos deter nele.

O objetivo do grupo era ler atentamente o principal livro de Marx com vistas à produção de suas teses e pesquisas, em geral relacionadas ao desenvolvimento histórico brasileiro, assunto que assumia protagonismo entre os pesquisadores da FFLC-USP. Contudo, essa “academização” de Marx não deixava de ser um ato político em sentido duplo: por um lado, colocava-se contra a direção que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) dava aos ensinamentos do filósofo alemão; por outro, no âmbito do que se poderia chamar de “campo intelectual paulistano”, também planejava fixar o materialismo histórico como uma teoria social de valia para as ciências humanas brasileiras (LAHUERTA, 2008; SALLUM JÚNIOR,

⁶ Convém esclarecer: Florestan Fernandes, enquanto regente da Cadeira de Sociologia I, já estabelecia o materialismo histórico como uma das vertentes metodológicas possíveis de aplicação, junto com o funcionalismo. Sua aplicação, nesse sentido, dependia do desenho de pesquisa e do seu objeto. O que o Seminário Marx pretendia era demonstrar a *superioridade* do marxismo, entendido em chave renovada. (RODRIGUES, 2011; 2016), como veremos.

2002)⁷. Nesse sentido, importa observar as discussões que Fernando Henrique Cardoso fará com as teses do PCB sobre a revolução brasileira, como também as observações críticas de Schwarz ao nacionalismo de parcela da esquerda.

A marca da leitura estrutural racionalista à francesa que o grupo fez de Marx, difere, em sentido, da tradição dialética alemã, à qual o próprio Marx se filiava. Daí a tensão essencial da leitura praticada pelo grupo. No entanto, como assinala Paulo Arantes (2007), essa incompatibilidade deu um fruto inesperado: a preocupação de compreender a especificidade da lógica da dialética marxista e, especialmente, de que maneira ela se *objetiva* o seu movimento na realidade concreta⁸. Se o método de leitura empregado era francês, o pressuposto filosófico não o era, como revelaria, mais tarde, as intensas críticas que Giannotti faria aos postulados teórico-metodológicos de Louis Althusser, filósofo que, seguindo a tradição filosófica de seu país, mandava cindir, cartesianamente, teoria e empiria – o que ajuda a explicar a sua suspeita sobre a dialética em Marx, vista como resíduo hegeliano anti-científico. O problema que animava os seminaristas era justamente o contrário: como entender a *objetividade* da dialética. E não custa observar: ao buscarem vincular teoria e empiria – meio pelo qual dialetizavam o universalismo e localismo, no dizer das páginas anteriores –, os seminaristas pareciam, de modo subjacente, acoplar também *método e política*. Desse prisma, compreende-se suas polêmicas *teóricas e políticas* com as formulações do PCB, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e do estrutural-funcionalismo.

Em termos mais concretos, essa preocupação era voltada à agenda intelectual do grupo, que tinha como horizonte a análise histórica da experiência social brasileira⁹. Desse modo, a

⁷ Vale mencionar a importância dos debates marxistas para a época. Segundo Gildo Marçal Brandão (2010), refletindo sobre a evolução das ideias no país: “Quem adensa a vida intelectual brasileira no século XX é o marxismo. Entre os anos 1930 a 1980, os mais importantes do século, nenhuma outra corrente conseguiu criar uma “cultura” em sentido sartreano, isto é, uma constelação intelectual que se torna capaz de “destilar uma série de problemas, hipóteses, formas de abordagens, controvérsias, resultados ou fracassos analíticos que vão constituir um fundo comum ao qual a comunidade científica é obrigada a se referir no enfrentamento das questões postas pelas circunstâncias históricas” (BRANDÃO, 2010, p.372-3).

⁸ Como conta Paulo Arantes (1994), o estabelecimento da Filosofia na Universidade de São Paulo foi marcado, desde o início, pela ênfase na leitura “estrutural” do texto filosófico, tal como propugnavam Martial Guérout, Gilles Gaston-Granger e outros. Segundo essa vertente, o papel do leitor-filósofo é explicar a arquitetura que preside a lógica do texto em questão. Porém, como se sabe, a lógica dialética não se estabeleceu, inicialmente, na França, mas sim na Alemanha. Desse modo, o método de leitura, por assim dizer, “francês”, criado para leitura de textos de matriz racionalista, encontrava dificuldades e potencialidades quando posto diante de textos “alemães”, como os de Marx. Essa tensão fica particularmente clara na tese de livre-docência de José Arthur Giannotti, *Origens da dialética do trabalho* (GIANNOTTI, 2010 [1966]).

⁹ O que renderá posterior crítica ao grupo. Nos termos de Roberto Schwarz: “Mas é fato igualmente que os descalabros da União Soviética, em fim de contas o desafio essencial para uma esquerda à altura do tempo, não ocupavam o primeiro plano em nossa imaginação. A aposta no rigor e na superioridade intelectual de Marx, embora suscitada pelo atoleiro histórico do comunismo, era redefinida em termos da agenda local, de superação do atraso por meio da industrialização, o que não deixava de ser abstrato e acanhado em relação ao curso efetivo do mundo” (SCHWARZ, 1999, p.3 – grifo nosso).

combinação entre a preocupação com o Brasil e o distanciamento das instâncias oficiais tinha como resultado a ideia de que era preciso compreender os diversos aspectos da sociedade brasileira a partir de um marxismo renovado, capaz de se equiparar ao que de melhor havia em matéria de ciência social no país. Essa pretensão guarda uma relação de coincidência do maior interesse: se, por um lado, ela se conjuga com a aspiração da cadeira de Sociologia I, que via na aplicação rigorosa dos métodos da sociologia norte-americana/empiricista uma forma de superar o par, supostamente interrelacionado, ensaísmo/ideologia que dominaria as ciências sociais locais, ela também é coerente com certa interpretação do pensamento dialético, o qual tem como seu par opositor – portanto, como alvo – justamente a “ideologia” (WAIZBORT, 1998, p.2), como revela a clássica polêmica entre Karl Popper e Theodor Adorno (ADORNO, 1983). Fica fácil compreender que o centro da querela está na noção de “objetividade” e não à toa esse será um tópico frequente na reflexão dos jovens seminaristas uspianos, cujo desdobramento, em linguagem marxista, assume a forma do problema da *crítica da ideologia*¹⁰, forma pela qual se revelava a união entre método e política. Movendo-se em um terreno teórico cuja noção de objetividade era tributária de uma sociologia que Adorno não hesitaria em classificar como “positivista”, os jovens seminaristas uspianos buscarão ressignificar a noção de objetividade, o que foi feito por meio da adoção de uma perspectiva derivada da crítica da economia política (isto é, crítica da ideologia) marxista feita a partir de uma interpretação de matriz lukacsiana, na qual a noção de totalidade ocupa lugar central¹¹. Nesses termos, um trabalho seria mais objetivo quanto mais revelasse a totalidade social na qual seu objeto imediato estava imerso. Diante disso, a dialética, entendida como um discurso de método, visava destacar, ao mesmo tempo, as determinações essenciais dos processos analisados como também as *aparências* deles.

Coerentemente com o propósito de pensar o país e produzir obras científicas, a contribuição do seminário veio pelas teses e trabalhos originados em suas discussões, via de

¹⁰ Como observa Paul Ricouer, no pensamento de Marx haveria dois sentidos principais da noção de ideologia. No primeiro, o jovem Marx oporia ideologia à práxis, definindo a primeira como uma operação de inversão da realidade. No segundo, o Marx da maturidade e seus seguidores oporão ideologia à ciência (RICOUER, 2015, p.18 e ss), movimento que estruturaria a série de oposições presentes em *O capital* (KOSIK, 2002, p.20). Por essa razão, a crítica da ideologia é *uma das formas da dialética* (PRADO JÚNIOR, 1996, p.10). No caso dos seminaristas uspianos, veremos que estamos mais próximos dessa segunda acepção. Junto a ela, aparecerá uma inspiração que se aproximaria da adorniana, descrita assim por Ricouer: “O conceito de crítica da ideologia [na Escola de Frankfurt] pressupõe uma tomada de posição contra uma sociologia que fosse apenas ciência empírica. A própria sociologia empírica é tratada como uma espécie de ideologia, a do sistema capitalista liberal, que desenvolve a sociologia descritiva a fim de não colocar em questão os seus próprios pressupostos.” (RICOUER, 2015, p.21).

¹¹ Em reforço dessa tese, cabe recordar o prefácio à 5ª edição de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, no qual Cardoso recorda as advertências de Florestan Fernandes contra o uso das categorias de Lukács, as quais poderiam distorcer as “análises empíricas” (CARDOSO, 2003, p.11).

regra vinculados a assuntos ligados às classes desfavorecidas brasileiras, o que já se tornava uma orientação *ética e científica* mais ampla na Faculdade de Filosofia, como bem lembrou Antonio Candido (CANDIDO, 2004), lócus no qual se desenvolvia aquela tradição que o mesmo Candido denominou de radical.

Sintetizando o problema de conjugação entre marxismo e realidade local naquele momento, Roberto Schwarz argumenta:

Por um lado, eram passos da aclimação do marxismo em terra brasileira. Por outro, mais importante, eram verificações do arcabouço do pensamento marxista *à luz das realidades locais*, de que ele discrepava bastante. Assim, havia aqui burguesia, mas ela não era igual à europeia; havia nação, mas ela não tinha se completado; e também a classe operária era diferente. Apenas o capital era um só. Como era de esperar, iam surgindo as questões de adequação e inadequação dos nomes. [...] A distância entre a teoria do capitalismo e as relações peculiares de uma ex-colônia passava a ser encarada como parte significativa – política e culturalmente – da gravitação do presente mundial. Essa posição, que mais adiante daria na Teoria da Dependência, talvez seja o resultado principal do seminário, e acho que não é exagero ver nela uma nova intuição do Brasil e de sua inserção global. (SCHWARZ, 2017, p.24-5 – grifo do original)¹²

O primeiro fruto do Seminário foi a tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, publicada com o título *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (CARDOSO, 2003 [1961]). Nela aparecem não só o famoso prefácio no qual Cardoso defende a dialética marxista como a metodologia científica disponível mais avançada para a compreensão dos fenômenos sociais, como também se encontra a preocupação em entender as combinações, práticas e ideológicas, entre capitalismo e escravidão, que será marca do grupo, inclusive aí os trabalhos de Schwarz sobre Machado de Assis. Vale nos determos nesse ponto.

A tese de doutorado de Cardoso inicia um movimento de rompimento com os fundamentos básicos da sociologia da modernização então adotada por Florestan Fernandes,

¹² Vale deixar registrado que essa postura seguia à risca o ensinamento de Lukács, que, ao analisar a teoria da história de Marx, afirmava em *História e consciência de classe*: “[Na época capitalista] A história não se manifesta mais como um acontecimento enigmático, que se efetua *sobre os homens e sobre as coisas* [...] Por um lado, a história é, antes de tudo, o produto – certamente até então inconsciente – da atividade dos próprios homens; por outro, a sequência daqueles processos nos quais *as formas dessa atividade*, essas relações dos homens consigo mesmo (com a natureza e com os outros homens), se transformam[...]. E a história consiste justamente no fato de que toda fixação reduz-se a uma aparência: *a história é exatamente a história da transformação ininterrupta das formas de objetivação que moldam a existência do homem* [...] A impossibilidade de compreender a essência de cada uma dessas formas a partir da sucessão empírica de acontecimentos históricos não se baseia, portanto, no fato de que essas formas são transcendentais em relação à história, como julga, e assim tem de ser, a concepção burguesa que pensa por determinações da reflexão ou por “fatos” isolados, [...] Sua ligação é mediada, sobretudo por sua posição e função recíprocas na totalidade, de tal modo que a recusa da explicação “puramente histórica” dos fenômenos individuais serve apenas para tornar mais evidente da história como ciência universal: quando a ligação dos fenômenos individuais torna-se um problema categorial, então todo problema categorial passa a ser novamente metamorfoseado em problema histórico mediante o mesmo processo dialético, num problema da história universal, que aparece simultaneamente - com mais clareza do que em nossas polêmicas considerações introdutórias – como problema de método e de conhecimento do presente. (LUKÁCS, 2003, p.371-2 – grifos do original)

seu orientador (LIMA, 2015). Nela, termos vistos costumeiramente como opostos – afinal, o capitalismo não criaria uma ordem social liberal? - são analisados também a partir de sua integração contraditória, entendida a partir do processo de implantação de uma certa forma de capitalismo no país. Desse ponto de vista, a escravidão passa a ser encarada como moderna e não como resíduo do passado¹³, de maneira que a ordem liberal, vigente durante o Império, também sai desqualificada com o seu pacto escravista. Ou seja: firma-se a ideia de que o “atraso”, a escravidão, é parte constitutiva do “moderno”, a sociedade liberal, e que tal combinação, central nos desdobramentos de nossa vida intelectual, política, econômica e cultural tem relação com a nossa formação, por sua vez ocorrida no processo de expansão do mercado capitalista iniciada com as colonizações modernas. Por consequência, a ideia de progresso sai relativizada, embora em termos concretos, ela se reponha em sociedades de tipo capitalista, que sempre a recoloca como vinculada ao núcleo as transformações contínuas em prol da acumulação, das forças produtivas, das relações de produção e - por que não dizer? - do desenvolvimento nacional.

É precisamente a partir dessa percepção que Schwarz partirá para interpretar a sedimentação histórica da formação brasileira nas formas romanescas de Machado de Assis. Se a forma romance europeia tinha se desenvolvido como uma “epopeia burguesa” (LUKÁCS, 2009), como formalizá-la num país no qual os pressupostos históricos da sociedade moderna estão ausentes e/ou desqualificados? Note-se, em termos sumários, que Schwarz, como argumentaremos a seguir, formaliza e *aprofunda* no plano ideológico os impasses daquilo que Cardoso havia identificado nas suas análises concretas da formação e dissolução da ordem escravista brasileira, bem como nas formas de dependência decorrentes do estatuto colonial (CARDOSO e FALETO, 1973). Nesse sentido, cabe indicar: o que está no foco da associação empreendida são as teses, categorias, hipóteses e pressupostos – elementos que configuram o que estamos chamando aqui de “formas de pensar” - presentes nas obras dos dois autores. Sendo assim, a pesquisa aqui proposta se orientará, prioritariamente, pela indicação daquilo que é comum aos autores os quais estudaremos, embora pretenda não se desvencilhar da busca por identificar aqueles traços que distinguem os pensamentos dos mesmos, pois vinculação e homologia não devem ser entendidas, sob pena de falsificação dos sentidos dos objetos analisados, como resultantes em sinonímia.

Feita esta primeira aproximação, convém destacar com mais precisão a relação entre os

¹³ Esse tema havia aparecido já em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, de Caio Prado Jr (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942]), livro constante na bibliografia da tese de Cardoso e cuja influência é perceptível ao longo dela. A tese caiopradiana será influente no contexto do Seminário Marx (SCHWARZ, 1999), e especialmente no doutorado de Fernando Novais (1983 [1973]).

dois autores. Neste registro, vale notar que os autores se referem mutuamente (SCHWARCZ; BOTELHO, 2008; CARDOSO, 1980, 2007) como influências para suas próprias formulações, como veremos no excursus a seguir. A base deste intercâmbio tem relação com os procedimentos intelectuais adotados pelos dois, os quais já assinalamos: ambos partem de problemas postos por analistas anteriores e buscam respondê-los a partir de uma perspectiva específica, que se poderia chamar de marxismo resultante do Seminário d'O Capital.

É preciso, porém, fazer outra especificação, agora tendo como horizonte a maneira como esse processo tem se dado concretamente no pensamento dos dois autores, na medida em que Cardoso e Schwarz se vinculam a disciplinas diferentes. Por um lado, em um primeiro momento, cada um dos autores tomava como referencial a combinação entre capitalismo e escravidão na formação brasileira para compreender os nexos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que formaram o país. Nesse sentido, tomariam a trilha aberta por Marx (2015) e Caio Prado Jr (2011 [1942]) acerca da importância decisiva da escravidão para a conformação do sistema capitalista em sua periferia. Explorar e relacionar os detalhes dessa rota seguida por Cardoso e Schwarz é o objetivo da primeira parte do trabalho.

Em um segundo momento, exploraremos a ideia de que tanto Cardoso como Schwarz, tomando o marxismo do Seminário como base, incorporam e buscam *superar* – no sentido dialético do termo; ou seja, conservando elementos daquilo que foi “superado” - as análises de suas principais referências intelectuais, entre as quais cabe destaque às figuras de Florestan Fernandes, de Antonio Candido e dos intelectuais reunidos em torno da CEPAL. Em comum, tais autores adotavam como ponto de fuga de suas obras, cada um a seu modo, a “nação” - o que não quer dizer, bem entendido, que adotassem posturas necessariamente nacionalistas. Não é por outro motivo, aliás, que sempre que instados a revisitar sua produção intelectual, ambos retornam às formulações de suas principais influências (CARDOSO, 1980; CARDOSO; FALETTTO, 1973; SCHWARZ, 1999; 1999b, 2008b, 2012). Por sua vez, tanto a CEPAL, na qual se destaca o diálogo com Celso Furtado, como Antonio Candido tinham, apesar de se referirem a áreas disciplinares diferentes, problemas semelhantes: a formação de um pensamento econômico na América Latina e a formação da literatura brasileira¹⁴, respectivamente (NOBRE, 2012).

¹⁴ Maria Arminda Arruda (2004) indica que, para Candido, “a formação do pensamento brasileiro acaba por coincidir com a constituição de uma intelectualidade de corte modernista, identificada com as questões do país e dedicada à construção da sociedade moderna, neste lado do mundo. A temática da formação refere-se, em suma, à própria consolidação do campo intelectual do país.” (ARRUDA, 2004, p.111). Para os nossos propósitos, interessa destacar que essa rotinização do modernismo transformou-se, no caso de *Formação da literatura brasileira*, em método. (Cf. ARRUDA, 2004, p.110). É sobre esta plataforma intelectual da crítica literária que Schwarz trabalhará, como veremos.

A importância das empreitadas intelectuais aludidas tem a ver com o desvendamento da natureza dos desafios práticos e teóricos que a condição periférica impõe aos seus pensadores. Em termos mais concretos, pode-se perceber que as questões colocadas pelos autores anteriores aos que analisaremos aqui são similares, pois se relacionam com um problema clássico do Brasil, o da “formação” da nação, vinculado à problemática que constitui o horizonte desse trabalho. Essa é uma boa oportunidade para destacar que não acreditamos na dicotomia, muitas vezes simplista, entre “continuidade” versus “ruptura”, pois pode ocorrer que, ao se dar prosseguimento a uma abordagem, ou a uma tese, haja uma inovação. Pensamos que esses são os casos de Cardoso e Schwarz, que seguem as pistas abertas por Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado, Antonio Candido e outros (BRITO, 2015b).

Novamente, é preciso dar mais um passo na direção da especificação, tendo agora como objetivo delinear as relações sugeridas. O momento de surgimento das teorizações de Cardoso e Schwarz é marcado pelo golpe de 1964, que pôs em xeque as expectativas despertadas pelo desenvolvimentismo. Nesse sentido, “era necessário abandonar a perspectiva por demais ‘positiva’ dos pensadores de referência do paradigma da ‘formação’ e produzir um novo diagnóstico, ainda mais complexo e, sobretudo, permeado por uma ‘negatividade’ que ficou em segundo plano nos modelos originais de Candido e Furtado” (NOBRE, 2012, p.26)¹⁵. De fato, o que podemos perceber nas retomadas que Cardoso e Schwarz fazem dos seus predecessores é o friso nos impasses históricos colocados, que parecem ter sido alterados em relação ao período nacional-desenvolvimentista. Sinais claros disso são a tese de livre-docência de Cardoso, intitulada *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (CARDOSO, 1972 [1963]) e dois dos principais ensaios de Schwarz: “Cultura e política, 1964-1969” (SCHWARZ, 2008b [1970]) e “Pressupostos, salvo engano, da Dialética da Malandragem” (SCHWARZ, 2012 [1979])¹⁶.

Sintetizando provisoriamente o que vimos até aqui, podemos anotar que os pensamentos de Cardoso e Schwarz têm alguns pontos de aproximação: a) o marxismo do Seminário d'O Capital, com uma ênfase *ontológica e metodológica* (ARANTES, 2007)¹⁷; b) um mesmo

¹⁵ Para não incorrer no risco de sugerir um movimento histórico-intelectual imprecendente, é bom assinalar que a CEPAL, no início dos anos 1960, já tinha iniciado um processo de revisão de suas teses (LOVE, 1998), que culminará nas conhecidas teses estagnacionistas (GOLDENSTEIN, 1994).

¹⁶ Importa notar que, para Schwarz, “o percurso e a conclusão do *Empresário industrial* formavam a síntese atualista dos resultados do seminário” (SCHWARZ, 1999b, p.14).

¹⁷ Vale notar a existência de uma diferença entre os membros do Seminário quanto ao que podemos chamar de natureza desta ontologia. Havia aqueles que defendiam a existência de uma “antropologia fundante” no marxismo, como Bento Prado Júnior e o próprio Fernando Henrique Cardoso de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de acordo com José Arthur Giannotti (2007). Por outro lado, havia aqueles que sustentavam

“estilo” de lidar com as análises anteriores sobre os problemas que os concernem; c) os próprios conteúdos desses problemas são similares, pois giram em torno de um problema clássico da modernidade periférica, que é o da passagem da Colônia à Nação (ARANTES e ARANTES, 1997), com ênfase especial nos impasses históricos. Ou, em poucos termos, Cardoso e Schwarz estruturam seus pensamentos em torno das noções de “centro” e “periferia” (RICUPERO, 2011), mas o fazem a partir de uma perspectiva marxista renovada, o que lhes empresta especificidades¹⁸. Nesse sentido, outro ponto de aproximação pode ser formulado como se segue: ao passo que buscam conjugar a “nacionalização do marxismo” por meio do reforço das ligações teóricas daqueles pensadores nacionais que pensaram o país – aliás, esses dois processos andam juntos, segundo a primeira hipótese aqui lançada – ambos os autores operam, cada um ao seu modo, uma “internacionalização” de seus pontos de vista, movimento que tem como fundamento teórico o marxismo do próprio Seminário, que percebe a história da evolução do capitalismo como uma totalidade da qual o Brasil é um momento. Concretamente, esta é a ênfase de Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo* (SCHWARZ, 2008 [1990])¹⁹ e da própria “teoria da dependência” de Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 1980; LOVE, 1998; RICUPERO, 2011), de grande repercussão internacional. Ambos romperam com aquilo que Christian Lynch (2016) chamou de “estilo periférico” do pensamento político brasileiro. Esse duplo movimento – nacionalização e internacionalização – seria vinculado, segundo outra hipótese, à relação que os autores estabelecem com a *dialética* marxista, método pelo qual lograram inserir as reflexões sobre a situação brasileira em novo patamar devido à noção de totalidade²⁰.

Desse ângulo, podemos vincular a forma de pensar objetivada nos trabalhos desses marxistas uspianos ao processo que estamos denominando aqui de “nacionalização do marxismo” e à recuperação de trabalhos clássicos que precederam estas formulações. Ou seja: o desvendamento da “totalidade brasileira” por parte dos autores foi, em boa medida,

uma “logicidade” na prática, como o próprio Giannotti.

¹⁸ Vale frisar que essa problematização é radicalmente distinta daquela operada por Marx em *O Capital*, quando o filósofo alemão afirma que “o país industrialmente mais desenvolvida mostra ao menos desenvolvido tão somente a imagem do próprio futuro.” (MARX, 2015, p.78). Ocorre que, por vezes, é preciso se afastar de Marx para ser fiel aos seus postulados metodológicos.

¹⁹ Aliás, esse processo de “internacionalização” é propiciado não só pela tese de Schwarz, que é mais geral, referindo-se à presença da subjetividade burguesa na elite brasileira dos Oitocentos. Porém, dando um passo atrás, é preciso observar a longa aclimação que Schwarz fez em *Ao vencedor as batatas* da teoria do realismo, tal qual formulada por Georg Lukács. Isto porque, se a forma é histórica e a história do capitalismo vai se concretizando por meio do “desenvolvimento desigual e combinado” – na fórmula conhecida de Leon Trotsky –, não é surpreendente que a forma romance e, conseqüentemente, a crítica literária materialista precisem se atentar para os desenvolvimentos desiguais dos países, porém articuladas por um centro, que os combinam (WAIZBORT, 2007). Seguindo atualmente este esquema schwarziano, Franco Moretti, busca reproduzi-lo para compreender a formação dos romances em outros países.

²⁰ Conforme a sentença de Lukács que se encontra na nota número 12 desse trabalho.

possibilitado pelos diálogos que estabeleceram com as reflexões brasileiras anteriores. Ao levarem à sério tais diálogos, lograram escapar do “universalismo” abstrato de um suposto esquema geral marxista. Por outro lado, a leitura de Marx tornou possível driblarem as tentações ideológicas do “localismo”, pois abriu caminho à inserção de seus achados locais em uma forma de pensar que faz questão de vinculá-los a uma lógica mais ampla, oriunda do dinamismo global do capital. É desse prisma que podemos, então, vincular esses trabalhos à ideia de dialética e crítica da ideologia, como mencionamos.

Como a ideia de “crítica da ideologia” é decisiva para o que se segue, convém indicarmos os sentidos nos quais usaremos a ideia ao longo do texto. Partindo de uma certa interpretação da forma de pensar de Marx comum à tradição frankfurtiana, Rahel Jaeggi sintetiza o conceito da seguinte maneira:

Crítica da ideologia é *crítica da dominação*. Mas para tanto, sua abordagem é “profunda”. Crítica da ideologia nesse sentido é um ataque àquilo que se pode designar como mecanismos da “autonomização” ou “naturalização”, mecanismos, portanto que causam a impressão de inevitabilidade de condições sociais como se fossem relações espontâneas. Pertencem a ela fenômenos de naturalização – algo socialmente “construído” é apresentado como natural, como inevitavelmente “dado” –, mas também procedimentos como o da universalização de particularidades, que têm um lugar tão sobressalente na análise de Marx sobre os mecanismos de legitimação da sociedade burguesa. Crítica da ideologia é, portanto, crítica da dominação como crítica de tais *autonomizações* ou *naturalizações* e, inversamente, o deciframento desses mecanismos *como* mecanismos de dominação. (JAEGLI, 2008, p.140 – grifos do original)

Como destacou a filósofa alemã, o procedimento típico da crítica da ideologia é “profundo”; ou seja, é atento à análise das contradições *internas* do objeto analisado. Por consequência, não se trata de opor o “verdadeiro” ao “falso”, nem de projetar o “externo” no “interno”. Pressupõe-se, assim, certa atitude cética do pesquisador, que se recusa a aceitar a auto-compreensão do objeto como válida aprioristicamente, do mesmo modo que recusa a validade de seu *interesse* imediato (cf. JAEGLI, 2008, p.140) Veremos no que se segue que a ideia de “crítica da ideologia” aparece concretamente nos trabalhos de Cardoso e Schwarz como, por exemplos, a crítica da ideologia da democracia racial, a crítica da ideologia nacionalista e a crítica materialista da ideologia da crítica da ideologia conservadora. Ademais, a associação assim estruturada teria a vantagem de perceber como esse pensamento se articula no âmbito da política e da cultura, que, seguindo a tradição da dialética marxista, só podem ser separadas analiticamente.

Assim, haveria certa *homologia* entre seus pensamentos, que seria resultado de dois aspectos: da colaboração mútua e dos problemas objetivos – nos âmbitos formais e

conteudísticos – dos quais tratam/trataram. Em certa medida, Paulo Arantes (1992) lançou pistas nesse sentido; porém, em seu clássico estudo sobre Antonio Candido e Roberto Schwarz, não há a devida ênfase na relação que iremos estudar.

É preciso, porém, que nos atentemos para as diferenças entre os autores. No que se refere a esse problema, já indicamos uma diferença importante: os dois foram destacados acadêmicos em áreas disciplinares diferentes, o que implica reconhecer as diferenças dos objetos de que trataram. Nesse sentido, há outra consequência que interessa assinalar: em suas obras, existem sentidos diferentes, mas ainda assim comparáveis, entre as relações de “ideias” e “lugar”, problemática sobre a qual pretendemos estruturar o presente trabalho. Essa perspectiva, na verdade, é tributária da relativização que a tradição dialética impõe ao tratamento dos diferentes objetos, pois o seu foco, como já se disse, é a totalidade. Em outras palavras: sem descuidar das particularidades de cada um dos seus objetos – aliás, cuidado historicamente formado no processo de luta pela institucionalização universitária das ciências humanas no país -, o enfoque teórico-metodológico de Cardoso e Schwarz permite, porque pressupõe, transcender seus objetos imediatos em prol de análises mais amplas.

Muito esquematicamente, poder-se-ia dizer que as formas dos romances maduros de Machado de Assis (SCHWARZ, 1997, 2008, 2012b) são derivadas da abstração concreta da matéria local às formas então contemporâneas assumidas pelo romance;; por outro lado, no caso de Cardoso, embora a resultante seja menos evidente, pode-se inferir que se trataria da formulação adequada da relação entre os sentidos de pensamentos políticos e/ou ideologias políticas externas e a realidade local, bem como o esclarecimento de tal mediação. Frise-se, então, que essa diferença pode ser equacionada na comparação, pois ambos pensam a mediação entre influxos externos e a realidade local a partir de um *background* marxista comum, forjado nas leituras coletivas de *O capital*. Ou seja: no fundo, como veremos, ambos se dispuseram a desvendar, em diversos planos, *as determinadas formas sociais brasileiras e os seus vínculos com a totalidade capitalista*.

Por outro lado, embora tenham produzido grande parte de suas obras em períodos semelhantes, é preciso destacar que, embora da mesma geração, Fernando Henrique Cardoso foi professor de Roberto Schwarz. . Nesse sentido, é conveniente destacar que quando Schwarz defende o seu doutorado, que daria origem ao livro *Ao vencedor as batatas* no ano seguinte (1977), Cardoso já havia escrito a maior parte dos textos que o colocariam no patamar de enorme importância da sociologia latino-americana e mundial. Apesar dessa não-coincidência histórica, a proximidade teórica – isto é, metodológica e problemática -, bem como a contextual, permite a vinculação aqui sugerida.

A circunscrição da comparação entre os dois autores se deve, sobretudo: i) à extensão de suas obras, especialmente a de Cardoso; ii) à densidade delas, iii) ao fato de que os dois autores, dentre os que incorporam mais assiduamente o Seminário d'O Capital, são aqueles que buscaram mais imediatamente realizar diagnósticos contemporâneos e pensar as possibilidades políticas do país²¹. Além disso, cabe destacar que nossa comparação não visará dar conta de todas obras dos autores, pois a relação intelectual entre eles pareceu ser mais vigorosa entre os anos 1960 e 1980, o que se explica, em boa medida, pela entrada de Cardoso no plano da política a partir do final dos anos 1970. Por decorrência, sua obra, a partir de então, passa a sofrer injunções de outras ordens as quais dificultariam uma ampliação do nosso empreendimento. Uma exceção será feita no segundo capítulo sobre Roberto Schwarz, no qual avançaremos até uma parcela de sua produção nos anos 1990, o que se justifica pelas continuidades de temas e objetos – a produção literária da fase madura de Machado de Assis. Por outro lado, o distanciamento ideológico, político e teórico dos autores constitui tema de interesse. Ao final do trabalho, também tentaremos formular algumas ideias a esse respeito, mas sem o intuito sistemático das seções predecessoras.

Como dito, o mesmo contexto histórico, o ponto de partida comum – certa leitura de Marx –, problemas semelhantes, influências recíprocas e a densidade das obras de tais autores parecem ser elementos razoavelmente suficientes para explicar a *possibilidade* de associar os pensamentos de Cardoso e Schwarz. Qual seria, então, a sua *necessidade*?

Segundo Gildo Marçal Brandão, existe certo senso comum na historiografia brasileira de que as ideias nunca foram relevantes para a atuação de agentes no campo político (BRANDÃO, 2010, p.370) – argumento, aliás, análogo àquele que afirma a quase crônica desestruturação do sistema partidário local, que se deveria, entre outros fatores, à falta de densidade ideológica dos partidos políticos. Haveria problema semelhante na nossa própria inteligência, que teria dificuldades de reconhecer o acúmulo prévio de seus pares. Assim, por um lado, esse trabalho buscará tornar inteligível os sentidos da produção intelectual de dois autores destacados, o que poderá colaborar para a compreensão da estruturação particular – se comparada à inteligência institucionalizada de países centrais – de nossa inteligência em determinado período histórico. Por outro lado, tentaremos indicar que Schwarz e Cardoso não

²¹ José Arthur Giannotti se dedicou aos estudos propriamente filosóficos; Fernando Novais, por sua vez, voltou-se para a história moderna e do Brasil; Ruth Cardoso concentrou-se em Antropologia; Michael Lowy especializou-se em teorias marxistas; Octavio Ianni nunca incorporou o marxismo resultante das leituras do Seminário, mas ficou próximo ao marxismo elaborado por Florestan Fernandes (RODRIGUES, 2011); Bento Prado Júnior dedicou-se à filosofia da literatura e Francisco Weffort, como Bento Prado Júnior, não acompanhou o grupo em toda sua trajetória, de maneira que a incorporação do marxismo em sua obra se deu de maneira distinta da proposta pelo seminário, pois teve como foco os textos mais imediatamente políticos de Marx.

só são conscientes dos efeitos nefastos dessas discontinuidades, como buscaram superá-los, como sugeriria a maneira produtiva como lideram com seus antecessores intelectuais; isto é, recorrendo a ideias, hipóteses, termos, conceitos e problemas elaborados anteriormente.

No que se refere ao marxismo dos autores, elemento escolhido para estruturar a associação sugerida, alguma bibliografia tem se acumulado. Pode-se destacar a produção de Paulo Arantes sobre a história intelectual da Universidade de São Paulo como seu marco inaugural (ARANTES, 1992, ARANTES, 1994; ARANTES, 1996; ARANTES e ARANTES, 1997; ARANTES e ARANTES, 1997b; ARANTES, 2007); de maneira mais específica, a própria reflexão que Roberto Schwarz (1999) passou a fazer sobre a importância do Seminário Marx a partir dos anos 1990 também parece ter estimulado a produção de teses e dissertações que, como Paulo Arantes e o próprio Schwarz, se dedicavam a compreender o caráter eminentemente universitário do grupo – tais como os trabalhos de Luiz Fernando Silva (1997, 2013), Milton Lahuerta (2008), Eder Martins (2008) e mais recentemente, Lidiane Rodrigues (2011). Além dessas produções, há também aquelas que focam na análise dos pressupostos teórico-metodológicos dos seminaristas, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti (TRASPADINI, 2014; COTRIM, 2001; RAGO FILHO, 2008). Por fim, merecem destaques as teses de doutorado de Pedro Lima (2015) e Rodrigo Santaella (2018), que tentaram, respectivamente, desvendar a relação entre o método/teoria e a política/prática em Fernando Henrique Cardoso. Nosso trabalho pode ser lido como assemelhado aos de Pedro Lima e Rodrigo Santaella, embora três elementos importantes emprestem especificidade a esta empreitada: a) a associação entre Cardoso e Schwarz e b) diferenças analíticas, as quais serão oportunamente evidenciadas e c) seu foco na relação entre *método e política*, distinta das adotadas pelos dois autores.

Como já aludido, o estudo aqui proposto vai em direção semelhante aos já realizados por Ricupero (2000), Kaysel(2010), por sua vez, ao menos parcialmente, inspirados pelos trabalhos de história intelectual desenvolvidos por Juan Carlos Portantiero (1977; 1991; 1999) e Aricó (1978;1982;1989, 1999;2005). Em comum, esses estudos frisam os diversos processos de aclimação do marxismo na América Latina, destacando as especificidades de cada um deles. Embora com outros objetos e objetivos, tentaremos sustentar que é lícito incluir nessa lista os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz, autores que também refletiram sobre esse problema e chegaram, como veremos, à posição teórica similar.

Uma formulação sofisticada do estilo de reflexão que se pretende fazer nesta tese se encontra nos trabalhos de Antonio Gramsci, referência intelectual de Portantiero e Aricó. Segundo o marxista sardo:

O mesmo raio luminoso passa por prismas diversos e origina refrações de luzes diversas: se se quer a mesma refração, é necessário toda uma série de retificações dos prismas individuais. A “repetição” paciente e sistemática é o princípio metódico fundamental. Mas não a repetição mecânica, a material: *a adaptação de cada princípio às diversas peculiaridades, o apresentá-lo e representá-lo em todos os seus aspectos positivos e nas suas negações tradicionais, organizando sempre cada aspecto parcial na totalidade. Encontrar a real identidade sobre a aparente diferença e contradição e encontrar a substancial diversidade sobre a aparente identidade, aqui está a mais essencial qualidade do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento social.* [...] O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver a dedução e indução combinadas, a identificação e distinção, a demonstração positiva e a destruição do velho. Mas não no abstrato, no concreto: sobre a base do real (GRAMSCI, 2001, p.206 – grifo nosso)

Se tomarmos como referência as categorias marxistas como o “raio luminoso” do trecho citado, o propósito desse trabalho se revela: perceber como elas passaram por um “prisma diverso”, a formação social brasileira, e como isso lhe emprestou características que não estavam necessariamente presentes no seu ponto de partida. Essa metáfora pode ser aprofundada se tivermos em conta que os “aspectos positivos” e as “negações tradicionais” aqui assumem outras *formas*, que nem por isso deixam de fazer parte da “totalidade” – no caso, entendida como o processo de desenvolvimento capitalista mundial. Entender como Cardoso e Schwarz, tomados aqui como “críticos das ideias” e historiadores do “desenvolvimento social”, formularam esse processo de maneira relacionada, mas nem por isso indiferenciada: eis o objetivo da presente tese. Por isso, creio que podemos afirmar que o presente trabalho compartilha dos pressupostos teórico-metodológicos de seus objetos.

Embora seja preciso levar em conta as dificuldades de realizar o trabalho, convém frisar que a comparação entre ambos não só é possível, como estimulante. Não só porque ambos partem de um ponto histórico e metodológico comum, o Seminário Marx, como tratam de temas que, apesar de diversos, contêm um núcleo comum de preocupações: entender a especificidade da formação nacional e sua articulação com o resto do mundo a partir de um prisma comum. Neste sentido, o tema da “formação do país”, nos seus vários planos, não só está presente como ganha novo fôlego.

As questões indicadas, entretanto, impõem que adotemos alguns critérios para selecionarmos os textos com os quais trabalharemos. Neste sentido, procuraremos circunscrever nossas análises às obras de maior fôlego de ambos os autores, nas quais suas reflexões marxistas são elaboradas com maior força, com destaque para aquelas escritas entre os anos 1960 e 1980 – com exceção dos escritos sobre o Machado de Assis da maturidade publicados por Roberto Schwarz nos anos 1990.

Ainda que acreditemos que Fernando Henrique Cardoso ainda hoje opera com o

esquema intelectual que forjou no início de sua carreira intelectual (BRITO, 2017), por questão de clareza e economia de exposição, deixaremos de lado a análise de seus livros mais “politológicos”, como *O modelo político brasileiro* e *Autoritarismo e democratização*, bem como a plêiade de escritos do período em que passou a se dedicar à vida política, cuja lógica de produção, por razões compreensíveis, é diversa daquela própria ao fazer acadêmico. Não que seja impossível encontrar neles a substância fundamental da teoria histórico-estrutural de Cardoso; porém, pelos motivos acima mencionados, selecionamos os textos que nos parecem serem os decisivos para a formulação da “teoria da dependência”, bem como aqueles nos quais analisa a sua repercussão. Assim, embora do ponto de vista de sua obra, os trabalhos selecionados constituam uma sequência histórica, cabe salientar que a sua escolha foi feita antes por razões lógicas do que pelo anseio de “dar conta” da obra de Cardoso em um determinado período de sua vida.

De maneira similar, não analisaremos dois livros importantes de Schwarz, *Sequências brasileiras* e *Martinha versus Lucrecia*, pois fazem parte de um momento posterior, no qual o “diagnóstico de tempo” do crítico literário é diverso, embora aparentado, daquele produzido por Cardoso nos anos 1970. Como no caso de Cardoso, parece-nos claro que Schwarz continua a operar com o mesmo esquema intelectual forjado nos anos 1970. Porém, o seu conteúdo sócio-histórico é distinto, como revela, por exemplo, o texto “Fim de século”, cuja matriz é a elaboração teórica de Robert Kurz. Como no caso de Cardoso, trata-se de um recorte lógico e não inteiramente histórico. Por se calcar em uma fórmula lógico-teórica, pensamos que a assimetria histórica com a qual trabalharemos na comparação não invalida o esforço feito na presente tese. Por outro lado, cabe destacar que usaremos muitos textos de Schwarz e Cardoso no período pós-1980 como fontes de informação. Assim, eles aparecerão com estatuto teórico diverso dos primeiros e, por isso, aparecerão com alguma constância em notas de rodapé.

Em suma: em nossa interpretação, Cardoso e Schwarz continuam a adotar a “forma de pensar” formulada no Seminário Marx nos dias que correm; porém, com o passar do tempo, as trajetórias dos autores, bem como suas posições políticas, se alteraram, o que colocaria outros problemas e parâmetros para análise. Porém, como esse é um assunto importante, sem o qual o presente trabalho incorreria no risco da incompletude, optamos por adotar como solução voltarmos a ele nas considerações finais, momento no qual estaremos em condições de formular algumas ideias embasadas sobre o assunto.

Estruturalmente, a tese contará com duas partes, como já mencionado. A primeira será dedicada às maneiras como Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz elaboraram,

analiticamente, formas de abordagem – isto é, raciocínios e conceitos – que permitiram apreender o vínculo entre capitalismo e escravidão no Brasil oitocentista. Assim, nela analisaremos *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, e *Ao vencedor as batatas* e os estudos de Schwarz sobre os romances da maturidade de Machado de Assis. A segunda parte tratará dos estudos que Cardoso e Schwarz fizeram sobre os processos de modernização do Brasil ao longo do século XX, com destaque para o período compreendido entre 1930 e 1980, cujas marcas categoriais são o “desenvolvimentismo”, “populismo”, “dependência” e “autoritarismo”. Essa estrutura se deve à busca, talvez em última instância impossível, de elaborar uma forma de exposição em que sejam conjugados os recortes histórico e lógico. Assim, o tema da relação entre capitalismo e escravidão tem precedência em dois sentidos; em primeiro lugar, porque foi a partir do momento em que ela vigiu que se deu a formação do Brasil como país independente. Em segundo lugar, a tese de doutorado de Cardoso é, inegavelmente, o ponto de partida lógico que tornou possível a construção da forma de pensar que é objeto da presente tese.

Caso o leitor prefira a linearidade histórica, poderá ler a tese a partir de outra sequência de capítulos que não a sugerida no sumário. Nesse caso, a leitura começaria na Introdução, seguida pelo capítulo 1; depois, passaria-se aos capítulos 4 e 5; depois, retornaria-se ao 2, para logo passar ao 6; em seguida, chegaria-se ao 3 para depois terminar nas considerações finais.

Antes de passarmos à parte I, faremos uma breve digressão sobre as maneiras como Cardoso e Schwarz interpretam a experiência intelectual do Seminário Marx. O seu intuito não é apenas reforçar a importância que essa experiência teve nas formulações dos dois autores, mas, mais especificamente, também apreender possíveis linhas que nos ajudem a identificar os fundamentos de suas “formas de pensar”.

O Seminário Marx aos olhos de velhos amigos (Excurso I)

Toda verdadeira tradição é clandestina, se constrói retrospectivamente e assume a forma de um complô.

Ricardo Piglia

É possível que a conexão que estamos propondo revele maior pertinência se nos atentarmos para as relações pessoais e acadêmicas entre Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz, mediadas pelos desdobramentos teóricos do Seminário Marx. Não que isso seja decisivo para efetua-la, pois um estudo comparado ou relacional pode, com êxito, se ater aos componentes conceituais dos raciocínios dos pensadores eventualmente escolhidos como objetos. Trata-se, nesse caso, de uma especificidade dos autores que estamos tratando.

Vale esclarecer que a tentativa de compreender como ambos compreendem a experiência intelectual do Seminário Marx e como analisam o pensamento um do outro não implica adesão acrítica aos seus relatos. Por outro lado, não é nossa intenção nos atermos às redes de relações firmadas pelos autores em determinados momentos de suas trajetórias, como costuma fazer o estilo de trabalho vinculado à sociologia dos intelectuais; nossa ideia nessa passagem é que o estudo das relações entre dois intelectuais, cujos pensamentos constituem nossos objetos de investigação, poderá ser um caminho para formulação de hipóteses para o restante do trabalho, e não indicação de conclusões prévias que poderão ser constatadas no que se segue. Assim, a análise de seus relatos será bem-sucedida se colocar perguntas e pistas que permitam aprofundar a proximidade intelectual de Cardoso e Schwarz, que é, afinal de contas, o que nos interessa no presente estudo.

O Seminário Marx por Fernando Henrique Cardoso

Aquele que se puser a ler os escritos nos quais Fernando Henrique Cardoso rememora os acontecimentos que precederam, e os concomitantes, ao Seminário Marx facilmente constatará um primeiro traço, presente em todos eles: a ênfase na discussão teórica que marcava o grupo, tanto no que se refere às críticas às posições de Florestan Fernandes, como também naquilo que os jovens professores e alunos seminaristas pretendiam desenvolver. Seria muito cansativo para o leitor se defrontar com as inúmeras passagens em que isso ocorre. Por isso, daremos um exemplo e remeteremos o leitor a outras. No que se refere à formação que teve durante o curso de Ciências Sociais, lembra Cardoso:

Florestan [Fernandes] nos ensinava o rigor científico. Quando comecei meus estudos, no início dos anos 1950, prevalecia a visão apoiada nas análises durkheimiana, por causa do Fernando de Azevedo. Líamos Descartes nos cursos de filosofia, um pouquinho de Kant (que eu não entendia) e bastante Durkheim. Depois veio Weber. Marx muito mais tarde. Nessa época, Florestan não nos dava cursos de dialética ou de marxismo. Estava interessado na construção do método funcionalista. Tínhamos que ler Talcott Parsons, Robert Merton. (CARDOSO, 2012, p.23)²²

Seria contra essa herança, embora não inteiramente rejeitada, que os membros do Seminário Marx se poriam. Seguindo “o rigor científico” ensinado por Florestan Fernandes, os seminaristas se puseram a “inventar o marxismo” na USP (Cf. CARDOSO, 2013, p.10). Como fazê-lo? A orientação escolhida foi clara: ao menos no que se refere aos sociólogos do grupo, o marxismo teria que superar, no terreno metodológico, o funcionalismo dominante. Como recorda Cardoso, “Ele [Florestan Fernandes] nos ensinava Marx como uma das abordagens para se analisar os processos de mudança de longo prazo. Para a história social de longo prazo se aplicaria Marx, mas se fôssemos analisar um processo “coetâneo”, como ele dizia, ou seja, que ocorresse no mesmo momento, o método funcionalista seria o mais indicado.” (CARDOSO, 2006, p.75).

As advertências de Florestan Fernandes contra os usos de Lukács e Sartre não foram então ouvidas (CARDOSO, 2009, p.25) e se tornaram motivo de uma iminente ruptura, como veremos adiante, entre os dois. Como pano de fundo dessa recusa em seguir os reparos de Fernandes sobre o uso de marxistas, havia a intenção de superar a reflexão metodológica do regente da cadeira de Sociologia I em benefício de uma abordagem dialética, totalizadora e criticamente superior. A confecção dessa abordagem, no entanto, só seria realizada a partir de uma leitura detalhista de Marx, capitaneada por José Arthur Giannotti, conhecedor das formas rigorosas de leitura de um texto filosófico: “Nós, de qualquer maneira, éramos mais rigorosos, nossa leitura de Marx era de marxólogos, na verdade, Giannotti buscava ler o Marx heurísticamente, com as influências que ele tinha da sua passagem pela França...” (CARDOSO, 2013, p.10). Essa recordação se liga diretamente à constante ênfase que encontramos nas observações de Cardoso sobre as novidades teórico-metodológicas que seus trabalhos trouxeram à luz.

Se você ler *Empresário industrial e desenvolvimento econômico do Brasil*, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, e mesmo escritos bem posteriores, verá que o enfoque básico é o mesmo: análise histórico-dialética. Com o tempo, à medida que se vai aumentando o conhecimento, ou pelo menos se supõe ele aumente, você vai refinando a análise e utiliza os instrumentos metodológicos um pouco mais livremente. *Entretanto, o modo de olhar a realidade é basicamente o*

²² Passagens análogas podem ser encontrada, por exemplo, em: CARDOSO, 2006, p.75; CARDOSO, 2009, p.21-2.

que aprendemos no Seminário Marx, não na universidade. (CARDOSO, 2009, p.25 – grifo nosso) ²³

O trecho é bastante indicativo do impacto ao qual nos referimos, o que se confirma pelo fato de que Marx é reivindicado, na chave de entendimento forjada pelos seminaristas uspianos, até hoje pelo autor (CARDOSO, 2013, p.13). No mesmo sentido, o autor formula: “As obras de Marx de fato me inspiraram, mas antes por seu rigoroso método analítico do que pelas dogmáticas visões novecentistas sobre o capitalismo e a revolução.” (CARDOSO, 2013b, p.75). E aqui há um ponto interessante sobre o qual vale refletir.

A última observação citada de Cardoso ecoa diretamente a tese lukácsiana segundo a qual o “marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*.” (LUKÁCS, 2003, p.64 – grifo do original). Informada pelas armadilhas do eterno debate acerca do que é o marxismo e sobre quem seriam seus verdadeiros representantes, a definição de Lukács em *História e consciência de classe* era uma definição “não-ortodoxa de ortodoxia” cujo objetivo seria abrir o “marxismo para novos fenômenos e para uma nova evolução, além de constituir um instrumento de defesa contra toda interpretação rigidamente dogmática. A ortodoxia era concebida, dialeticamente, em estreita unidade com seu oposto, ou seja, a heterodoxia.” (SOCHOR, 1987, p.20).

Por esse ângulo, podemos trazer à tona um aspecto não tematizado por Cardoso em suas lembranças, embora sua análise fique para as páginas que se seguem. Convém destacar que essa noção de Lukács acerca do que caracteriza o marxismo tinha como objetivo afirmar que *a dialética marxista é uma dialética revolucionária*. Para ficar na consequência mínima do raciocínio, há aqui uma íntima vinculação entre *método* e *política*. É claro que a leitura de “marxólogos” feita pelos seminaristas não teria deixado esse fato escapar, embora Cardoso tente cindir essa vinculação em suas recordações. No caso da ideia de Lukács, existe a conexão entre o método e *uma certa política*, a revolucionária, como revela a conhecida querela em torno da relação acerca da identidade entre sujeito-objeto da História. E mais: como observou Slavoj Žižek (2003), costumamos deixar de lado o fato de que *História e consciência de classe*, livro fundador do marxismo ocidental, é um livro de intervenção em

²³ Indagado sobre se seria possível a existência da “teoria da dependência” sem a sua tese de doutorado, Cardoso é taxativo: “Não. Nem sem o *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.” (CARDOSO, 2006, p.78).

um contexto político específico, no qual o autor buscava fundamentar a superioridade *intelectual e política* do pensamento revolucionário.

A situação brasileira em que Cardoso leu esse livro era radicalmente distinta. É claro que ler Marx e alguns de seus principais continuadores tinha uma dimensão política importante no contexto intelectual – isto é, institucional e político - do período e não deixava de representar uma tomada de posição mais ampla. Uma rápida observação nas biografias dos envolvidos com o Seminário revelará que grande parte deles estava envolvida direta ou indiretamente com o pensamento e ação da extrema-esquerda do período. Entre eles, estava Cardoso, que havia se afastado do PCB em direção a um pensamento mais próximo daquele compartilhado por grupos trotskistas e luxemburgistas do período. Assim, em sentido amplo, a leitura que Cardoso fazia de Marx o colocava *intelectual e politicamente* à esquerda da esquerda nacionalista, ao menos até 1964. Cumpre aqui observar a influência do terceiro-mundismo de Sartre e o encantamento gerado pela Revolução Cubana (1959), ocorrida quando os uspianos começavam a ler Marx. Deixemos o aprofundamento dessa análise para mais adiante.

Retomemos as recordações do autor. A partir delas, podemos compreender a afinidade que uniu a leitura à francesa à influência lukácsiana no Seminário: tratava-se da coincidência de ênfase que ambas emprestavam aos aspectos metodológicos do trabalho de Marx, entre os quais avulta a centralidade da *dialética*. Ora, isso implicava não apenas discordar, quando necessário, de algumas *conclusões* de Marx – na medida em que a dialética materialista, para se realizar, precisa acompanhar os *movimentos do real* -, como também a própria ideia de que, no final das contas, *talvez não fizesse sentido pensar na ideia de marxismo ortodoxo* – noção ultrapassada pela mencionada dialética entre ortodoxia e heterodoxia -, armadilha na qual o próprio Lukács, em certa altura de sua vida, caiu. Isso fica evidenciado nas constantes lembranças dos seminaristas a respeito da liberdade com a qual contrariavam as correntes intelectuais rivais, bem como nas acusações constantes de alguns de seus críticos de que eles não produziram trabalhos “verdadeiramente marxistas”. Dito em outros termos: nessa acepção, *a marxismo verdadeiramente ortodoxo* é, em certa medida, *heterodoxo*, pois requer uma postura intelectual que poderia ser descrita como iconoclasta. Tendo em vista os objetivos da tese, não poderíamos deixar de assinalar a proximidade entre Cardoso e Schwarz, que perdurou mesmo depois do afastamento político e ideológico dos dois (CARDOSO, 2015). Do ponto de vista teórico, Cardoso assinala sua concordância com a maneira com a qual Schwarz opera a sua crítica literária: “mostra a filiação dos textos e analisa seu contexto social. Ao bom estilo de Antonio Candido, pondo sempre ênfase na “formação” da literatura,

como Roberto [Schwarz] tantas vezes anotou em seus ensaios.” (CARDOSO, 2007, p.331).

A concordância, no entanto, extrapola a simpatia teórica, a qual pode sugerir como apenas admiração de um leitor amador de teoria literária por um profissional consistente no assunto. Na verdade, Cardoso não deixa de reconhecer algum parentesco entre sua tese de doutorado e o clássico ensaio de Schwarz, “As ideias fora do lugar”:

Assim como tive que refazer o percurso teórico-prático para analisar a escravidão em uma região de capitalismo “moderno” mas periférico, ele teve que avaliar ideias que, mesmo fora do lugar, são essenciais para explicar a nova realidade a que se aplicam, desde que não se as tome pelo que dizem valer, mas pelo que vale. Seu ensaio famoso sobre a matéria é, com razão, um clássico. (CARDOSO, 2007, p. 331)

O parentesco intelectual entre os dois é mais próximo do que o comentário pode sugerir em uma primeira leitura. O próprio Cardoso, referindo-se a um texto presente no conjunto de ensaios reunidos sob o título *As ideias e seu lugar*, afirma: “Há muitos anos, analisando a escola latino-americana de economia formada na CEPAL, escrevi um ensaio a que dei o título de “A originalidade da cópia”, aproveitando a tese das ideias fora do lugar, para expressar a mesma preocupação de Roberto [Schwarz].” (CARDOSO, 2007, p.332).

Ainda assim, não convém esquecer as diferenças teóricas existentes entre os dois. Por um lado, Cardoso indica sua atual pouca simpatia pelos teóricos da chamada “Escola de Frankfurt”, muito caros ao crítico literário. Cardoso vê neles uma espécie de posição nilista e saudosista, pois compartilhariam de “certa nostalgia da época em que era fácil criticar a ‘cultura de massas’ como expressão direta do capitalismo monopolista e do imperialismo.” (CARDOSO, 2007, p. 331).

Além disso, o autor indica que o pensamento de Schwarz pode estar se tornando historicamente deficitário. “Hoje, em época pós-pós-moderna, de sociedades em rede e de globalização, *me parece que é preciso dar passos adiante na crítica e na compreensão dos processos históricos e culturais.*” (CARDOSO, 2007, p.331 – grifo nosso). Essa objeção é especialmente delicada para os intelectuais marxistas, sempre ciosos da importância de vincular robustamente suas análises aos contextos históricos que se referem aos seus objetos de estudo. Por isso, Cardoso traça diferenças entre suas posições e as escolhidas por Schwarz. O curioso é que o critério traçado para analisar as diferenças entre ambos seja, precisamente, o marxismo.

Mesmo o Roberto [Schwarz] – *ele gostaria de ser mais marxista do que na verdade é -*, em seu trabalho recente sobre o Caetano [Veloso], ele nuança o processo – embora tenha mais obsessão do que a maioria pela luta de classes (ele vê, em todo lado, a luta de classes). (CARDOSO, 2013, p.14-5 – grifo nosso)

Nesse sentido, de vez em quando converso com o Roberto [Schwarz]... Ele é totalmente marxista, *ou quer ser; eu não quero ser marxista tanto assim, mas sou. O fundamento da minha visão do mundo, minha visão do capitalismo, é aquele... Agora, eu não sou politicamente marxista.* (CARDOSO, 2013, p.19 – grifo nosso)

Dessas indicações, cujos sentidos tensos estamos tentando sintetizar, parece emergir um quadro que pode ser formulado como o que se segue: por um lado, Cardoso reconhece em Schwarz um teórico cujas preocupações seriam similares às suas, além do amigo de longa data; por outro lado, pensa que o crítico literário estaria deixando de se ater aos processos reais concretos do mundo contemporâneo – *ou seja, estaria se deixando levar por uma ortodoxia que não combinaria com o espírito livre que uma abordagem verdadeiramente marxista exige.* É sintomático que tal acusação reapareça tantos anos depois, o que é um sinal de que algo daquela cultura acadêmica compartilhada ainda vige entre os seminaristas. Na síntese do próprio Cardoso: “*A partir de preocupações semelhantes, suas escolhas políticas não são as minhas.*” (CARDOSO, 2007, p.333 – grifo nosso).

Em uma síntese provisória desse rápido retrato memorialístico que tentamos pintar, podemos perceber que as lembranças de Cardoso sobre o Seminário Marx têm como eixo central a sua originalidade metodológica, o que é seguido pelos constantes reparos posteriores acerca de certo “pedantismo” na luta dos seminaristas para legitimarem suas posições (CARDOSO, 2006; p.77 CARDOSO, 2009, p.24). É esse o eixo que parece marcar a conexão dessa herança com os desdobramentos teóricos e políticos realizados pelo autor no período pós-Seminário. Aliás, essa mesma herança teria o papel de organizar suas lembranças sobre a sua relação com Florestan Fernandes, ora tida como imprescindível, ora como insuficiente. O Seminário Marx, no qual Cardoso ocupou posição destacada, parece ter sido um dos primeiros momentos, talvez o mais marcante deles, nos quais o desejo de autonomia intelectual do então jovem assistente da Cadeira de Sociologia I foi expresso na prática. Daí o constante contraste que o autor faz entre a posição teórica do Seminário e aquela então tomada pelo seu mestre. Isso não implica, como já explicitado, que aceitemos esse ponto de vista sem ressalvas. Como buscaremos indicar adiante, existem traços de continuidade entre as obras de Fernandes e Cardoso que merecem ser devidamente sublinhadas para que compreendamos os sentidos da primeira fase da produção do autor de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

Como se verá a seguir, as lembranças de Schwarz sobre o consórcio disciplinar realizado no Seminário Marx, sem desmentir as observações de Cardoso, articulam-se de maneira distinta.

O Seminário Marx por Roberto Schwarz

Como se viu, a relação entre Cardoso e Schwarz remonta aos tempos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) quando esta era sediada na rua Maria Antônia, localizada no centro da cidade de São Paulo. Foi nesse contexto, conformado por uma série de especificidades que parecem absolutamente distantes do que encontramos nas universidades atuais, que alguns professores decidiram se reunir para ler Marx.

No entanto, é preciso dizer mais do que isso, pois o Seminário adquiriu uma forma particular, escolhida pelos seus membros, para levar a empreitada adiante. Afinal de contas, embora seus participantes lembrem da FFCL da rua Maria Antônia com muito carinho, é de se notar que lá, como de resto em todas as demais unidades da mesma universidade, imperava um regime de cátedras que reforçava a distância entre alunos, professores assistentes e professores catedráticos. Nesse regime pouco democrático de organização universitária, não é óbvio o surgimento de empreendimentos voluntários que reúnam professores e alunos colocados em um plano que nivelasse, ainda que não-inteiramente, as distâncias entre ambos²⁴. É nesse terreno que se coloca a lembrança de Roberto Schwarz sobre o Seminário, como indica a afirmação de que a forma escolhida pelos seminaristas para ler Marx se deu a partir de um “[...] um sinal precoce do tino político de Fernando Henrique [Cardoso]. Ele teve a ideia de levar alguns bons alunos para o seminário, o que era uma coisa inesperada, porque em geral professor era uma coisa e aluno outra.” (SCHWARZ, 2009, p.230).

Essa inclusão de bons alunos, bem como a rotatividade dos locais das reuniões e os jantares posteriores a cada encontro, nos quais eram discutidos assuntos paroquiais e nacionais, reforçaram os laços de amizade que uniam o grupo. Além disso, Roberto Schwarz enfatiza a unidade política e teórica do grupo, o que não eliminou as rivalidades internas completamente (cf. SCHWARZ, 2009, p.230). O crítico literário sublinha a dimensão coletiva do projeto do Seminário, inclusive no que se refere à intuição acerca da maneira mais adequada de destrinchar as determinações essenciais que regeram a formação nacional.

A apresentação das teses de doutoramento do grupo devia ser uma espécie de prova de fogo para o marxismo, porque a ideia era fazer teses que além de marxistas

²⁴“A decisão importante foi a de juntar aos jovens professores assistentes alguns alunos: Paul Singer, embora esse fosse já mais velho e experiente, Bento Prado, Francisco Weffort, Michel Lowy e Roberto [Schwarz]. Assim, o seminário ganhou o ar de uma “fraternidade”, ou de um *College* das universidades inglesas, onde as hierarquias se dissipam. Com uma vantagem: comer nas *high tables* não é permitido aos alunos, somente aos *fellows*, e a comida é de péssima qualidade. Em nosso seminário havia não só igualdade intelectual a despeito das diferenças de hierarquia, de idade e de tipo de formação, como o jantar que se servia depois dos seminários era, em geral, bom e para todos. Creio mesmo que este aspecto de convivência foi essencial para que ele durasse tantos anos, lidando com textos muitas vezes indigestos.” (CARDOSO, 2007, p.330)

fossem melhores dos que as outras. E o grupo se saiu relativamente bem. Quer dizer, as teses que produziu se impuseram pela qualidade, chegaram a criar uma certa pauta, mas em fim de contas é preciso reconhecer que não eram trabalhos fantásticos, porque ali ninguém desbancou Caio Prado Júnior, ou Sérgio Buarque de Holanda, ou Gilberto Freyre. O marxismo brilhou, mas não de forma avassaladora. (SCHWARZ, 2009, p.230)²⁵

Vale continuar o raciocínio:

Seja como for, as pessoas do Seminário elaboraram uma maneira original de analisar o Brasil. Foi uma intuição relativamente coletiva, que a meu ver, no seu núcleo, não é menos interessante que a dos clássicos brasileiros. Algo muito original, que foi dar na teoria da dependência e que teve repercussão mundial. Só que o grupo, em parte porque não era de *scholars*, nem de escritores, não produziu as obras-primas de reflexão social marxista a que aspirava. (idem, p.232)

Não é casual que Schwarz sublinhe o pertencimento do raciocínio que presidirá a confecção de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* ao contexto das elaborações teóricas ensejadas pelo Seminário Marx. Primeiramente porque, embora *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* tivesse sido realizado a partir do percurso teórico forjado pelos seminaristas, o que junto com as conclusões do livro formavam a “síntese atualista dos resultados do seminário” (SCHWARZ, 1999, p.14), fica evidente a continuidade, embora não plena, entre *Empresário industrial* e *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, livro, no entanto, escrito quando as reuniões do Seminário já haviam sido encerradas. Mas há outro ponto significativo na narrativa que Schwarz faz acerca dos desdobramentos teóricos do Seminário Marx: a centralidade de Fernando Henrique Cardoso na realização de pesquisas e livros que levassem adiante, do ponto de vista sociológico, os achados do seminário, de maneira que suas obras como que figuram as qualidades e os defeitos das obras produzidas no contexto das discussões sobre Marx.

O Fernando Henrique [Cardoso] tinha um ângulo analítico, em relação ao Brasil, da maior produtividade, escreveu livros evidentemente bons, mas sem o acabamento necessário ao clássico. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* se mede facilmente com os grandes da reflexão social brasileira como originalidade de concepção, atualidade, capacidade de influir no mundo, mas literariamente não está à altura de suas próprias intuições sociológicas e neste sentido não se completou. Não digo isso para botar defeito numa obra por cuja inteligência tenho grande estima e com a qual tenho muita dívida, mas para mostrar a complexidade objetiva do trabalho intelectual. (SCHWARZ, 2009, p.232)

Schwarz resumirá a intuição teórica promovida pelo Seminário Marx ao afirmar que a sua “ideia básica era estudar as peculiaridades sociais, políticas e econômica do Brasil [...] e colocá-las, como mediadoras, no contexto do capitalismo mundial.” (idem, p.232).

²⁵ O mesmo ponto será ressaltado em SCHWARZ, 1999, p.17.

Novamente volta à tona a figura de Cardoso, o primeiro a testar teórico-metodologicamente a imbricação entre a intuição analítica do Seminário Marx e os desdobramentos efetivos da realidade nacional:

O seminário, em particular o Fernando Henrique [Cardoso], desenvolveu a ideia de que é preciso articular a estrutura de classes interna, que do ângulo “civilizado” era uma anomalia, com o movimento geral da atualidade e enxergar nessa articulação um problema, seja histórico, seja político, seja teórico. Surgia a noção da funcionalidade moderna do atraso, o qual se reproduz em vez de desaparecer. Isso foi o início de um certo tipo de reflexão sobre o Brasil ligada aos primórdios da globalização. Outro dia eu li um *paper* dele que diz que a teoria da dependência foi o início daquilo que agora é a teoria da globalização, e ele tem toda a razão, ainda que a teoria da globalização achate as análises internas; mas ali foi um momento interessante em que se tentou *metodizar* a relação entre a análise interna e o movimento geral do presente. (SCHWARZ, 2009, p.232 – grifo nosso)

Por sua vez, o leitor atento das obras de Schwarz observará que é precisamente esse o achado que travejará a sua interpretação sobre a formação do romance brasileiro nas obras de José de Alencar e Machado de Assis, embora, naturalmente, sua investigação a esse respeito não possa ser reduzida à uma espécie de “aplicação” do esquema teórico formulado por Cardoso. Como esse é um ponto que nos interessa especialmente e afim de evitar mal-entendidos, vale frisar:

... entendi que a Maria Sylvia [de Carvalho Franco] e o Fernando Henrique [Cardoso], que certamente não colaboravam, *havia* feitos trabalhos complementares. Isso foi uma descoberta que fiz por intermédio de Machado de Assis, porque achei na obra dele uma problemática que permitia articular os dois. Assim, o caráter coletivo desses trabalhos me apareceu depois, através de um terceiro assunto. Passado o tempo, os antagonismos parecem secundários e no essencial há confluência. (SCHWARZ, 2009, p.233 – grifo nosso)

Como estamos vendo, a narrativa de Schwarz sobre o Seminário Marx busca entroncá-lo, muito mais claramente que a histórica contada por Cardoso, naquela tradição que Paulo Arantes chamou, de modo amplo, de “tradição crítica brasileira” (ARANTES, 1992). Enquanto Cardoso destaca com mais ênfase a originalidade teórica do Seminário Marx diante dos postulados metodológicos de Florestan Fernandes e de que maneira ela se revela em suas obras, Schwarz sublinha a produção do Seminário de maneira mais coletiva, se bem que com Cardoso à frente, e busca situá-la no processo de constituição de uma nova forma de pensar o Brasil, como indica a discussão sobre a paridade das teses oriundas das leituras coletivas de Marx com algumas das interpretações clássicas sobre o Brasil. E é essa nota coletiva que permite ao crítico literário identificar com mais clareza o próprio *conteúdo comum* dos achados dos seminaristas – talvez plenamente visível apenas *a posteriori*.

É o mesmo acento coletivo que permite Schwarz fazer reparos à produção teórica dos

seus colegas de grupo de estudos. Por exemplo, quando questiona a pouca atenção dada por eles à crítica marxiana ao fetichismo da mercadoria. A esse respeito, Schwarz explica que o foco teórico do grupo estava na análise do processo de industrialização da sociedade brasileira, que podia chegar até a ruptura socialista; contudo, teria faltado, por isso mesmo, a crítica ao tipo de sociedade que o capitalismo criou. Como observa o crítico, “era lógico, aliás, que houvesse uma dose de conformismo embutida no projeto basicamente nacional, ou até continental, de tirar as diferenças e superar o atraso, já que no caso os países adiantados (embora não as suas teorias sociológicas) tinham de ser dadas como parâmetro e como bons.” (SCHWARZ, 1999, p.17). Seja-nos permitida uma palavra sobre o assunto.

Em primeiro lugar, como veremos, em algum momento Cardoso parece ter incorporado às suas reflexões uma postura desencantada e fortemente crítica sobre a sociedade produzida pelo capitalismo. Por outro lado, embora não na forma da análise do fetichismo da mercadoria, no que o crítico literário tem razão, parece-nos importante destacar que Cardoso se empenhou (e se empenha ainda hoje, ainda que com horizonte político distinto) a fazer aquilo que chamamos de crítica da ideologia, embora caiba indagar o seu *sentido*. No caso de Schwarz, a resposta é mais clara.

É na esteira de sua observação acerca da falta de uma crítica da sociabilidade capitalista que Schwarz pontuará que seus colegas teriam prestado pouca atenção ao “marxismo sombrio” da Escola de Frankfurt. Dessa observação, aliás, resultaria outra, em certa medida paradoxal: se o grupo conseguiu perceber o caráter perverso que a modernização pode adquirir, a mesma acuidade não se transferiu para a análise do plano cultural, deixada de lado por parte dos seminaristas. Ora, importa registrar que, como veremos, essa ressalva não vale para o próprio Schwarz, autor que incorporou as teorizações dos frankfurtianos aos seus estudos culturais. Aos olhos do crítico literário, uma visada mais próxima dos frankfurtianos poderia ter feito o grupo escapar da tentação de restringir sua ótica ao campo da problemática nacional. Nos conhecidos termos do crítico literário:

Fica a sugestão, *mas a ideia talvez não pudesse mesmo se realizar em nosso meio*, já que em última análise estávamos – e estamos – engajados em encontrar a solução para o país, *pois o Brasil tem que ter saída*. Ora, alguém imagina Marx escrevendo *O capital* para salvar a Alemanha? Assim, o nosso seminário em fim de contas permanecia pautado pela estreiteza da *problemática nacional*, ou seja, pela tarefa de superar o nosso atraso relativo, sempre anteposta à atualidade. Ficava devendo outro passo, que enfrentasse [...] na plenitude a complicada e contraditória de suas dimensões presentes, que são transnacionais – as relações de definição e implicação recíproca entre atraso, progresso e produção de mercadorias [...] sem o que a ratoeira não se desarma. (SCHWARZ, 1999, p.18 – primeiro grifo nosso, segundo grifo do autor).

Como se viu, as lembranças de Cardoso e Schwarz sobre o Seminário Marx guardam diferenças importantes, em parte relacionadas ao fato de que, naquela quadra histórica, Cardoso era professor assistente e Schwarz um jovem aluno. Daí a compreensível ênfase do primeiro na relação do Seminário Marx com Florestan Fernandes, elemento menos enfatizado pelo o segundo. Por outro lado, é fácil notar que o crítico literário acentua o seu aprendizado no Seminário Marx, elemento que está presente, de outra maneira, também na narrativa de Cardoso. O autor de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* sublinha a empreitada metodológica do grupo – o que se explicitará, como veremos, na “Introdução” de sua tese de doutorado e constituirá traço obsessivo de suas discussões em trabalhos posteriores, entre os quais sua livre-docência e *Dependência e desenvolvimento na América Latina*; já o autor de *Ao vencedor as batatas* frisa também um aprendizado de caráter conteudístico, logicamente posterior à empreitada metodológica. Em poucos termos: Schwarz se beneficiou da orquestração de problemas que seus professores, em particular Cardoso, havia postos de pé de uma determinada *forma*. É precisamente essa conformação que encontraremos em “As ideias fora de lugar” e nos trabalhos subsequentes do crítico literário sobre Machado de Assis. Essa questão ficará mais clara se observarmos “As ideias fora de lugar” como uma tentativa de sintetizar e resolver um problema cujas razões de existência já haviam sido descobertas por Fernando Henrique Cardoso. É justo imaginar, portanto, que a relação entre os dois autores tenha sido marcada pela influência do professor sobre o aluno, de Cardoso sobre Schwarz, mais do que no sentido contrário, embora esse não inexista, como vimos em alguns trechos citados anteriormente. Nas páginas a seguir, procuraremos aferir se a imagem construída nesse excursus é confirmada depois de uma análise cuidadosa das obras dos dois autores.

PARTE I

[...] o “falso” é, ao mesmo tempo, um momento do “verdadeiro”, enquanto “falso” e enquanto “não-falso”.

György Lukács

Uma vez que foi enunciada a igualdade da forma com a essência, por isso mesmo é um engano acreditar que o conhecimento pode se contentar com o Em-si ou a essência, e dispensar a forma – como se o princípio absoluto da intuição absoluta pudesse tornar supérfluos a atualização progressiva da essência e o desenvolvimento da forma. Justamente por ser a forma tão essencial à essência quanto essa é essencial a si mesma, não se pode apreender e exprimir a essência como essência apenas [...]. Deve exprimir-se igualmente como *forma* e em toda a riqueza da forma desenvolvida, pois só assim a essência é captada e expressa como algo efetivo.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Capítulo 1 – O ponto de partida: uma análise de *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*

[...] o marxismo, como outros fenômenos culturais, varia de acordo com seu contexto socioeconômico. Não deveria haver nada de escandaloso em relação à proposição de que o marxismo requerido pelos países do Terceiro Mundo enfatizará pontos diversos daquele que se dirige a um socialismo já em declínio, sem mencionar os países “avançados” do capitalismo multinacional.

Fredric Jameson

Quando ingressou, por convite de Roger Bastide, no projeto de pesquisa que ficou conhecido na história das Ciências Sociais brasileiras como “projeto Unesco” (MAIO, 1999), Florestan Fernandes já tinha terminado sua formação acadêmica. Como se sabe, Fernandes havia se dedicado a estudar antes os Tupinambá a partir de uma perspectiva funcionalista, orientação dominante na Escola Livre de Sociologia e Política, instituição na qual defendeu seu mestrado em 1949 sob orientação de Hebert Baldus. Dois anos depois, já na Universidade de São Paulo, defenderia a tese *A função da guerra na sociedade tupinambá*, sob orientação de Fernando de Azevedo, de quem já era assistente desde 1944.

Entre o final da década de 1940 e início da seguinte, Florestan realizou, junto com Bastide, uma parcela da pesquisa do “projeto Unesco”, dedicado ao estudo das relações raciais no Brasil. A hipótese geral da pesquisa era calcada nas interpretações de Gilberto Freyre e Donald Pierson²⁶, segundo as quais o Brasil seria um exemplo positivo de convívio entre as diversas etnias. O projeto era resultado do trabalho de Arthur Ramos, que o concebeu no final de 1949, dois meses depois de assumir um posto junto à Unesco. Ramos acreditava que o Brasil poderia fornecer uma “solução mais científica e mais humana pra o problema, tão agudo entre os povos, da mistura de raças e de culturas.” (RAMOS apud SCHWARCZ, 2007, p.13). Isso não queria dizer que Ramos não reconhecesse o problema do “preconceito de cor”. Segundo Lilia Schwarcz, “o projeto de Ramos correspondia às expectativas da organização e

²⁶ Donald Pierson foi um intelectual importante no contexto intelectual paulistano dos anos 1930 e 1940. Formado em Chicago, Pierson chegou ao país em 1939, onde já tinha feito pesquisa sobre relações raciais na Bahia. Como lembra Júlio Assis Simões (2001), Pierson propiciou o acesso de pesquisadores brasileiros a recursos de fundações norte-americanas, como o *Smithsonian Institution* e sua área de Antropologia Social. Além disso, modificou o programa de estudos da Escola Livre de Sociologia e Política (ESP), instituição em que estabeleceu uma sociologia mais rigorosa do ponto de vista metodológico, bem como um programa de pesquisa sobre o processo de modernização da sociedade brasileira (SIMÕES, 2001, p.16). Esse conjunto de medidas propiciaram, entre outras novidades, a criação de um moderno programa de pós-graduação em ciências sociais em moldes inexistentes no resto do país. Nessa época, muitos graduados em ciências sociais da FFCL-USP buscavam realizar sua pós-graduação na ESP. Entre eles, Florestan Fernandes.

de cientistas sociais europeus e norte-americanos, preocupados com as concepções ideológicas e políticas sobre raça e cultura que haviam de certa forma resultado do nazismo.” (SCHWARCZ, 2007, p.13). Em suma, ganhava força a tese de que o Brasil seria uma “democracia racial”.

No plano da análise da trajetória de Florestan Fernandes, talvez convenha assinalar, na esteira de uma observação de Antonio Candido (1987), que o estudo das relações raciais no Brasil representou uma marca temática da sua transição para uma nova etapa de sua vida intelectual. Mas essa mudança de “predominância” - para usarmos o termo de Candido – não representa uma ruptura abrupta ou definitiva com os seus estudos sobre o folclore, datados do período entre 1941 e 1944. Isso porque, como lembrou Claude Lépine (1987), já neles havia a ideia de que o folclore poderia ser uma das fontes dos estereótipos que influenciam o comportamento social dos indivíduos, problema bastante presente nos seus estudos sobre relações raciais.

O projeto de pesquisa de Bastide e Fernandes foi publicado com o título “O preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo)” em abril de 1951. Apesar do projeto alentado, o fato é que Florestan Fernandes não escondeu a sua insatisfação com o tempo para organização e sistematização dos seus resultados. Como ele nos revela no prefácio à 2ª edição de *Branços e negros em São Paulo*, datado de 1958:

A verdade é que não chegamos a redigir o estudo sociológico final, tendo-nos limitado à presente exposição, que apenas condensava, de forma predominantemente descritiva, alguns dos resultados da investigação, realizada na capital de São Paulo através de técnicas sociológicas. Com isso, deixamos de dar andamento ao plano anterior, que nos obrigava a tratar dos problemas analisados de uma perspectiva mais ampla, com aproveitamento sistemático dos resultados conseguidos pelas demais equipes de pesquisadores [...]. A rigidez revelada pela UNESCO na exigência do cumprimento de prazos cuja dilatação nós não havíamos provocado foi a principal causa dessa ocorrência, que nos impediu de por ao alcance do público interessado todas as conclusões teóricas a que chegamos. (FERNANDES, 1959, p.VIII)

Isso talvez explique a motivação do autor em continuar a mobilizar sua equipe de trabalho em torno do tema, ao qual dedicará, inclusive, sua tese de cátedra, defendida em 1964. Apesar da insatisfação, no mesmo documento Florestan Fernandes dá notícia das pesquisas dos seus auxiliares – Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira – sobre as relações raciais no Brasil meridional, as quais, aliás, encontraram achados que confirmariam a linha de raciocínio em desenvolvimento pelo grupo da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. Estava no início o processo de constituição daquele grupo que ficaria conhecida como “Escola

Paulista de Sociologia” (ARRUDA, 1995; BASTOS, 2002)²⁷.

Ao mesmo tempo, cabe destacar que essa pesquisa demonstra, em paralelo com a busca do rigor científico, que Florestan Fernandes imprimiu à sociologia que praticava um caráter militante, embora não “militantesco”: “ele [Florestan Fernandes] esclarece, adverte, estimula negros e brancos no sentido de se reeducarem. Florestan Fernandes pratica uma Sociologia militante e possui um alto conceito da responsabilidade do cientista social.” (LÉPINE, 1987, p.135-6). E esse comprometimento é internalizado, como observou Gabriel Cohn (1987), na *tensão* que perpassa a teoria social de Florestan Fernandes. Salvo melhor juízo, essa forma de pesquisa e a valorização da tensão no raciocínio sociológico será um dos legados de Florestan Fernandes aos seus alunos, dentre os quais se destacam alguns seminaristas que se puseram a ler Marx a partir de 1958. Tal legado abre caminho para entender um engajamento específico, de matriz científica, adotado por seus alunos em seus projetos intelectuais e políticos no decorrer de suas vidas²⁸.

Por fim, uma observação de passagem. Logo na abertura de *Negros e Brancos em São Paulo*, Roger Bastide assinala a centralidade da unidade de estudo adotada pela pesquisa que empreendeu com Florestan Fernandes.

A cidade de São Paulo apresenta, para o estudo do preconceito de cor, um significado especial, pois transformou-se, em menos de meio século, de uma cidade tradicional numa metrópole tentacular, o maior centro industrial da América Latina. O processo realizou-se com tal rapidez que ainda coexistem, lado a lado, sobrevivências da sociedade escravista e inovações da sociedade capitalista. O preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil do africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes, mas nem por isso vão variar os estereótipos antigos; mudarão apenas de finalidade. Entretanto, um novo tipo de preto afirma-se cada vez mais, com a transformação do escravo em cidadão, e o branco não sabe mais que atitude tomar para com ele, pois os estereótipos tradicionais já não se aplicam a esse negro que sobe na escala social. São fenômenos de gestação, essas metamorfoses e ambivalências que pretendemos estudar neste relatório para a UNESCO e Anhembi. (BASTIDE, 1959, p.XIII – grifo nosso)

²⁷ Sobre esse tema, Fernando Henrique Cardoso lembra: “Eu me recordo que uma vez tomamos café na avenida São João, e foi a partir daí que eu não fiz outra coisa na vida (a não ser recentemente) do que me dedicar à Sociologia. Porque Florestan transmitia com frequência a seus alunos aquele ardor, aquela mesma vontade terrível de dominar o conhecimento, de mostrar que havia de desenvolver durante toda a vida uma profissão, no sentido de que havia de se dedicar ao que estava fazendo, que era o trabalho mais importante do mundo. O resto não contava. Esta exemplaridade marcou sempre a presença de Florestan. Importa menos saber se a aula dada por ele era um “tijolo” (e era) ou se era amena. O que importa era que ali havia uma *escola*.” (CARDOSO, 1987, p.24 – grifo do original).

²⁸ De maneira mais ampla, podemos notar a existência desse engajamento na própria FFLC-USP naquele período. Como recorda Antonio Candido, a FFLC-USP, “foi concebida pelos seus fundadores dentro de um espírito aberto, visando à formação de quadros auxiliares da elite dominante, mas evitando a infiltração das ideologias conservadoras mais agressivas, que naquele momento se encarnavam no fascismo.” (CANDIDO, 2004, p.230). Em parte, essa orientação refletia as polarizações ideológicas próprias dos anos 1930, período em que o pensamento democrático-radical fundador da escola se opunha aos autoritarismos então em voga; em parte, essa orientação se nutria do próprio esforço de estudar cientificamente a sociedade, em especial aqueles marginalizados.

Desse ângulo, podemos constatar que houve na pesquisa empreendida por Florestan Fernandes e Roger Bastide uma *internalização* das modificações estruturais pelas quais passava o país e, em especial, São Paulo. Ora, entre as modificações estruturais causadas pela modernização está a própria institucionalização da Universidade de São Paulo (USP) (Cf. ARRUDA, 1995, p.117). Em termos concretos, as condições propiciadas pela modernização paulista passavam pela criação de um público consumidor de cultura e pela formação de técnicos para as gestões privadas e públicas. Nesse sentido, a criação da Universidade de São Paulo (USP) deve ser entendida num contexto de realização de vários empreendimentos culturais na cidade na qual é instalada (cf. Idem, p.129)²⁹.

Se é verdade que a institucionalização universitária gerou um novo tipo de intelectual, cujas preocupações se amoldavam, por oposição aos intelectuais amadores do período anterior, a temas/objetos mais circunscritos analisados de forma mais “científica” (cf. idem, p.133) – personagem que Florestan Fernandes encarna à perfeição -, não é menos correto destacar que existe um fio de continuidade entre suas reflexões e às produzidas ao contexto imediatamente anterior à institucionalização da Universidade de São Paulo (USP): a preocupação permanente sobre os condicionantes e entraves do processo de *modernização do Brasil*. Porém, a forma de abordagem era diversa: ao invés de tomar como objeto a questão da “modernidade no Brasil” - como, por exemplo, fez Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* -, circunscrivia-se o problema. Daí que o foco de estudo fosse São Paulo, cidade na qual esse processo estaria mais avançado³⁰. Isso importa porque esse estilo de trabalho será

²⁹ A autora recorda de alguns desses empreendimentos: em 1944, foi fundado o Grupo Universitário de Teatro; em 1945, houve o I Congresso Brasileiro de Escritores; em 1946, houve a criação do MASP (Museu de Arte de São Paulo); em 1948, foi fundada a Escola de Arte Dramática; no mesmo ano, foi fundado o TBC (Teatro Brasileiro de Comédia) e o MAM (Museu de Arte Moderna); em 1949, o MAM passa a abrigar o Clube de Cinema, que em seguida foi transformado em filмотeca e se tornou o momento inicial da Cinemateca Brasileira; também em 1949 surge a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, dirigida por Alberto Cavalcanti; em 1950, houve a primeira transmissão de um programa de televisão, que foi feita pela Tupi, emissora ligada aos Diários Associados de Assis Chateaubriand; nesse também também apareceram os primeiros trabalhos do grupo concretista; em 1951, houve a I Bienal Internacional de Artes Plásticas e foi iniciada a construção do Ibirapuera, um projeto de um grupo de arquitetos no qual coube a liderança a Oscar Niemeyer; em 1953, estreou o primeiro espetáculo do teatro de Arena, organizado pela primeira turma da Escola de Arte Dramática; em 1954, houve os festejos do IV Centenário da cidade e a realização de diversos eventos, tais como: Congresso Internacional de Escritores, I Congresso Brasileiro de Sociologia, 31º Congresso Internacional de Americanistas, 4º Congresso Brasileiro de Arquitetos, I Festival Internacional de Cinema no Brasil. Isso tudo sem falar nas revistas, livrarias e galerias espalhadas pela cidade. No caso da revista *Anhembi*, mencionada anteriormente, tratava-se de uma revista dirigida por Paulo Duarte, a qual se apresentava como “socialista”, crítica tanto do getulismo e de outras formas de populismo, como da própria democracia liberal. (Cf. PÉCAUT, 1990, p.174-5)

³⁰ Em suas críticas à abordagem de Donald Pierson, observam Roger Bastide e Florestan Fernandes: “o autor [Pierson] supõe que a imigração e a industrialização teriam produzido os mesmos resultados na alteração da situação de contato. No entanto parece que a correlação do “preconceito de cor” com os dois processos sociais apresenta aspectos peculiares. Enquanto que o “preconceito de cor” está sendo aceito e incorporado à cultura de vários grupos de imigrantes, *as condições de industrialização de São Paulo e seus efeitos estão favorecendo*

aquele que vicejará na equipe de Florestan Fernandes, embora com uma diferença saliente: enquanto coube a Fernandes o estudo do “centro” modernizador do país, seus orientandos ficaram incumbidos de estudar a sua “periferia”. É precisamente esse o caso da tese de doutorado de Cardoso, objeto do que se segue.

Um momento de síntese: Fernando Henrique Cardoso, discípulo de Florestan Fernandes

No dia 13 de outubro de 1961, um dia depois do doutoramento de Octavio Ianni, foi a vez de Fernando Henrique Cardoso defender sua tese, cujo título era *Formação e desintegração da sociedade de castas. O negro da ordem escravocrata do Rio Grande do Sul*. A banca examinadora foi composta por Lourival Gomes Machado, Sérgio Buarque de Holanda, Thales de Azevedo e Laudelino de Medeiros, além do orientador Florestan Fernandes³¹(cf. CARDOSO, 2003, p.26). É justo pensar que esse momento marca uma síntese, não sem conflitos, de vários planos que se cruzaram na trajetória intelectual de Cardoso e que interessa ao estudioso de sua obra entender.

De saída, observemos as disposições de Cardoso e Ianni, enquanto participantes do grupo de jovens pesquisadores sob a tutela de Florestan Fernandes na cadeira de Sociologia I, em dialogar com a “geração de 1930”, representada por Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior em suas bancas (RODRIGUES, 2011, p.213-4). Esse diálogo de gerações ajuda a matizar a ideia de que a institucionalização universitária rompe bruscamente com o ensaísmo vigente anteriormente. Como se vê – e como veremos adiante –, o ensaísmo dos anos 1930 informa profundamente as obras de Cardoso e Schwarz, de maneira que o momento de formação dos jovens sociólogos pode ser visto como um momento especialmente rico dessa transição de estilos de produção do conhecimento e de reflexão³².

Por outro lado, a defesa da tese de Cardoso representou também um momento de consolidação do projeto intelectual de Florestan Fernandes, que pesquisava, há muito tempo,

direta ou indiretamente a ascensão profissional e econômica dos negros, e estão produzindo um ambiente acessível à participação mais íntima do negro da vida social urbana ou contribuindo para introduzir os ideais de vida urbana em sua cultura.” (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p.334 – grifo nosso)

³¹ Sérgio Buarque de Holanda e Thales de Azevedo também estavam na banca de Ianni. Gilberto Freyre não aceitou o convite para participar das bancas dos dois orientandos de Florestan Fernandes.

³² A esse respeito, afirma Maria Arminda Arruda: “O relacionamento com a tradição explicitava-se na ideia da gênese da sociedade. Melhor dizendo, articulavam as noções de *fundamento* e de *formação*, para entender as nossas especificidades e os impasses do processo de mudança. Nesse sentido, trabalham, em outro patamar e de um modo muito próprio, a noção de identidade brasileira. Se a forma de entendê-la é diversa, através de trabalhos monográficos e não de ensaios e buscando o rigor conceitual no interior de uma disciplina determinada, o tema a ser enfrentado é o mesmo.” (ARRUDA, 1995, p.187 – grifo nosso)

as relações raciais no Brasil sob aquilo que ficou conhecido como “projeto Unesco”, organismo da então recém-criada ONU (Organização das Nações Unidas). Vários foram os livros que resultaram deste projeto de pesquisa: *O negro no Rio de Janeiro* (1953), de Luiz Costa Pinto; *As elites de cor* (1955) de Thales da Azevedo, livro que sintetiza a pesquisa do autor sobre a cidade de Salvador (BA), e *Branços e negros em São Paulo* (1955), de Roger Bastide e Florestan Fernandes. Como se trata de entender a origem da problemática tratada por Cardoso em sua tese, assim como um momento chave sua trajetória intelectual, pode nos ser útil revisitar brevemente os desenvolvimentos e resultados aos quais chegaram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

Costuma-se enfatizar, não sem razão, que os achados do grupo dirigido por Florestan Fernandes tinham como objetivo questionar as teses de Gilberto Freyre – e é provável que o convite feito ao sociólogo pernambucano para participar das bancas de doutorado de Cardoso e Ianni contivesse justamente o desejo de encetar um diálogo explícito entre as duas perspectivas. Por outro lado, o grupo de Florestan Fernandes também questionava a tese desenvolvida por Thales de Azevedo – também presente na banca examinadora de Cardoso -, que, seguindo Donald Pierson, acreditava ter encontrado em Salvador uma intensa ligação entre o preconceito de cor e a desigualdade de classes. Em contraste, o grupo de Fernandes defendia que o preconceito de cor era relativamente autônomo diante das desigualdades sociais.

Observemos um comentário de Cardoso na resenha que escreveu sobre *As elites da cor* (1955), de Thales de Azevedo, em que sumariza suas críticas ao trabalho:

Anteriormente, Donald Pierson já havia efetuado um estudo, *Branços e Pretos na Bahia. Estudo de Contacto Racial*, no qual procura mostrar que o preconceito que existe na Bahia não é o de cor mas de classe. Esta interpretação da situação de contato já fora analisada com propriedade por Roger Bastide e Florestan Fernandes através de argumentos críticos que, no plano teórico, evidenciavam que tal afirmação colide com a forma de seleção e de interpretação dos atributos que apanha as diferenças ou as marcas raciais. Além disto, a explanação de Donald Pierson confundiu a ação exercida no contato inter-racial com fatores sociais distintos que interferiram na mudança da estrutura social e na dinâmica das relações entre os diferentes grupos sociais e, indiretamente, contribuíram para a transformação da função do preconceito social na parte meridional do Brasil, tais como o processo de industrialização e o deslocamento de grandes massas migratórias. E mais ainda, generalizou para todo o Brasil, considerando-a típica, a situação de contato inter-racial da Bahia, sem ter recorrido para esta generalização a nenhum processo de conceptualização tipológica, nem empírica nem idealmente. Posteriormente, os mesmos autores vieram mostrar, no plano empírico, que tal caracterização não correspondia à realidade da situação de contato em São Paulo. (CARDOSO, 1955, p.121)

Na mesma resenha, Cardoso dá notícia de que:

Ocorre que, recentemente, os assistentes da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, da Universidade de São Paulo, entre os quais o autor deste comentário, procederam a um "survey" numa cidade do Rio Grande do Sul e, embora o material colhido neste trabalho ainda não esteja elaborado, puderam verificar que também naquela cidade, que sob o ponto de vista da composição demográfica poderia ser caracterizada como apresentando uma posição polar com referência a Salvador, no que diz respeito às proporções entre brancos, mulatos e negros, a caracterização da situação de contato inter-racial feita por Donald Pierson não pode ser tornada como ponto de partida para análise das relações entre negros e brancos. (CARDOSO, 1955, p.121-2)

Tratava-se, como se sabe, do início das pesquisas que Cardoso, Ianni e Renato Jardim Moreira executariam entre 1955 e 1960. A tese de Cardoso sobre as relações raciais no Rio Grande do Sul e a de Ianni sobre o mesmo problema do Paraná serão resultados diretos desse empreendimento. No entanto, antes de suas realizações, Cardoso e Ianni procederam, juntos, uma pesquisa com a mesma problemática em Santa Catarina. Será útil revisita-la em alguns pontos, pois nos dará uma perspectiva sobre as inflexões realizadas por Cardoso no seu doutorado.

Cor e mobilidade social em Florianópolis (1960) foi uma obra publicada conjuntamente por Cardoso e Ianni cinco anos depois de suas pesquisas na região. O livro conta com um capítulo escrito por cada autor e uma conclusão conjunta. Nele, Cardoso e Ianni identificam a estruturação de uma dicotomia entre a “ideologia racial do branco” e a “ideologia racial do negro”, calcadas em atitudes, expectativas e padrões de comportamento dos brancos e dos mulatos/negros. No que se refere à primeira ideologia, os autores perceberam que os brancos catarinenses de então tinham uma visão eminentemente negativa acerca dos negros, que, segundo ela própria, seriam os responsáveis pelas suas condições socialmente subalternas; no que se refere à segunda, haveria uma tensão que lhe era constitutiva: se pretendia ser uma resposta ao rebaixamento social que a “ideologia racial do branco” lhe imputava, ao mesmo tempo tinha que ser um conjunto de ideias e práticas que possibilitassem o ingresso do negro na sociedade/mercado de trabalho catarinense. Por esse motivo os autores chamarão a “ideologia racial do negro” de “ideologia de compromisso” (CARDOSO e IANNI, 1960, p.233).

A origem dessa dicotomia seria, segundo os autores, o regime escravocrata, “quando as condições de acomodação inter-racial eram reguladas por um regime de castas e estamentos sociais.” (CARDOSO e IANNI, 1960, p.229). Como veremos adiante, Cardoso manterá, no seu doutorado, o tratamento de “sociedade de castas” para a sociedade gaúcha do mesmo período, o que sinaliza um traço de continuidade teórica com relação ao seu período pré-

marxista³³. Por outro lado, vale sublinhar que as *conclusões* a que Cardoso chegou em seu estudo sobre as relações raciais em Desterro/Florianópolis acerca da integração social do negro na sociedade de classes se manterão *as mesmas* em sua tese de doutorado. Especialmente interessante para os nossos propósitos é sublinhar de que maneira Florestan Fernandes analisa, em vários planos, esse trabalho de seus assistentes. Isso porque essa avaliação fornecerá um quadro capaz de fornecer as balizas teóricas e axiológicas sobre as quais Cardoso terá que se movimentar nas suas teses de doutorado e livre-docência.

Nessa referência, Fernandes destaca, por exemplo, que o estudo empreendido por Cardoso e Ianni, além de um capítulo importante da institucionalização das ciências sociais no Brasil, pela sua própria problemática, tem “o caráter de *problema nacional*, o que confere às investigações realizadas ou em curso um interesse *prático* iniludível.” (FERNANDES, 1960, p. XI – primeiro grifo do original, segundo grifo nosso). Mais especificamente, o trabalho questionaria a tese de que o Brasil constituiria uma “democracia racial”, tão disseminada que “aplicamos mal mesmo as regras do bom senso na avaliação dos resultados a que chegam os investigadores.” (FERNANDES, 1960, p. XI). A tese da “democracia racial” constituiria um impedimento “à implantação da nova *mentalidade*, requerida por um país que pretende lutar pela industrialização, pela democratização da riqueza ou do poder e pelo progresso social.” (FERNANDES, 1960, p.XII – grifo nosso). Aqui há um ponto sumamente interessante no que se refere à relação entre ciência e engajamento. Como se sabe, os trabalhos de Florestan Fernandes nesse período eram voltados para o tema da modernização do Brasil; por outro lado, os postulados metodológicos do mesmo Florestan, em certo sentido, negavam a validade do comprometimento do cientista com uma causa³⁴. A tensão fica evidente no trecho abaixo:

As convicções religiosas dos "brancos" e os danos seculares dos "negros" e "mulatos", somados a convicções da mesma espécie, criaram ambiente para o

³³ E, mais do que isso, sinaliza a proximidade de sua posição, nesse assunto, com aquela assumida por Florestan Fernandes. Sobre o uso que Fernandes fazia das categorias weberianas, afirma Maria Arminda Arruda: “Por isso [especificidade da estrutura social brasileira], [Florestan Fernandes] acaba optando pelo uso concomitante dessas categorias [classes, estamentos e castas], diferenciando-as no bojo da análise. Ao tratar da sociedade do século XIX em seu conjunto, caracteriza-se a partir das noções de estamento e de casta. Estamental na apreensão dos senhores rurais; regime de castas quando se refere à relação com os escravos. A forma de dominação política é patrimonial/estamental. As frações dirigentes são as elites. À categoria classes confere utilização livre, servindo tanto para tratar camadas sociais, sem pretensões diferenciadoras, quanto as relações sociais baseadas no trabalho assalariado. A incorporação híbrida das categorias analíticas surge discriminada, portanto, quer por natureza do discurso (descritivo, analítico), quer ainda pela exclusividade das camadas sociais (senhores, frações dirigentes, escravos), ou pela natureza do vínculo que as une. (ARRUDA, 1995, p.189)

³⁴ Antonio Candido (1987) recorda, em depoimento sobre Florestan Fernandes: “Nós discutíamos muito a respeito dessa divisão entre o militante político e professor universitário, sem nunca resolver de maneira satisfatória se o professor tinha o direito de trazer as suas convicções políticas para a aula, e se uma atitude acadêmica era compatível com empenho político. (CANDIDO, 1987, p.34). Ainda no mesmo depoimento, o autor observará que essa questão passa a ser melhor trabalhada por Florestan Fernandes a partir dos anos 1950, justamente no período em que se envolve com a pesquisa da Unesco.

florescimento de avaliações emocionais e morais que colocam os dois temas em áreas de discussão proibida. Ora, o cientista social não se preocupa com o assunto neste nível, que para ele é etnocêntrico, de mascaramento das coisas, de respeito às convenções e de preservação da "paz doméstica", como diziam os ensaístas brasileiros do século XIX. Ao proceder à análise e à caracterização das situações, ele não condena nem o "branco" por ter preconceitos, nem o "negro", por suportá-los; ele tampouco se insurge contra manifestações mais ou menos disfarçadas de discriminação, que mantêm a posição dominante de uma "raça" e a posição simetricamente subordinada de outra. Limita-se a mostrar como, em dadas condições de organização da sociedade, tais coisas podem dar-se e podem perpetuar-se. Doutro lado, põe em evidência o que certos estereótipos, avaliações, padrões de comportamento e valores sociais representam como *obstáculos* à mudança social. [...] O ideal brasileiro de uma democracia social, acima mesmo das diferenças étnicas e raciais, é o ideal mais elevado que uma coletividade chega a propor-se. Mas, para que ele se concretize, torna-se indispensável saber o que o detém na vida cotidiana. Aí está o sentido mais profundo da contribuição positiva do cientista social. (FERNANDES, 1960, p.XII-XIII – grifo do original)

Correndo o risco de adiantar os achados, vale indicar que Fernando Henrique Cardoso operará em sua tese de doutorado uma inflexão importante no que diz respeito à maneira de encarar o seu problema teórico. Por sua vez, tal inflexão diz respeito também ao papel do sociólogo, bem como à forma da própria pesquisa. Noutros termos: a tensão da relação entre ciência e política posta por Florestan Fernandes em seus trabalhos continuará presente nas obras de Cardoso, mas sofrerá alteração na medida em que o autor de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* se aproxima dos postulados metodológicos de Marx. Tal mudança não será apenas “metodológica”, no sentido usual do termo; além da novidade da reflexão sobre o país (SCHWARZ, 1999), a tese de Cardoso abrirá caminho para uma preocupação com a prática política. Se é certo que mesmo em trabalhos anteriores à tese Cardoso já explicitavam algum engajamento (RODRIGUES, 2011; LIMA, 2015), talvez em razão de sua filiação ao Partido Comunista do Brasil, depois da tese de doutorado, há uma intensificação progressiva nas atividades de cunho imediatamente práticas. Naturalmente, a adesão *teórica* ao marxismo não implica necessidade de realizar um movimento desse tipo; mas convém observar que, além das injunções vividas pelo sujeito, a adesão a postulados teóricos que o orientam para um determinado tipo de comportamento pode desempenhar alguma influência ³⁵. Ou seja: o que estamos vendo aqui são as condições nas quais começam a surgir aquele vínculo entre método e política ao qual aludimos na Introdução deste trabalho.

Retornemos ao prefácio de Florestan Fernandes ao livro de Cardoso e Ianni. Nele, Florestan Fernandes exalta as virtudes do tipo de trabalho empreendido pelos seus assistentes; por isso, convida o leitor a apreciar os resultados da pesquisa que tem em mãos com “um

³⁵ Outros fatores influenciaram este movimento. Como lembra Milton Lahuerta (2008, p.341-2), o golpe militar de 1964 também será responsável pela radicalização de alguns intelectuais uspianos.

novo estado de espírito”. Segundo Fernandes, ainda que contenham erros e/ou imprecisões, as pesquisas universitárias poderiam alargar nossa compreensão da realidade social ao estimular a representação das “condições e os processos da vida social”; ao mesmo tempo, “ampliam os nossos critérios de reconhecimento objetivo das exigências da situação histórico-social brasileira” (FERNANDES, 1960, p.XVII).

É nesta altura que Florestan defende uma concepção coletiva do trabalho intelectual, pautada pelo estímulo da troca de estudos, informações, leituras e debates entre historiadores, economistas e cientistas sociais. Como se pode inferir, Florestan Fernandes elogia Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni por adotarem um padrão moderno de trabalho, no qual ganha destaque o rigor metodológico. A oposição modernidade *versus* atraso se colocava no plano intelectual e não parece exagero afirmar que a resiliência de uma intelectualidade de tipo ensaística parecia ao Florestan Fernandes daquele momento como um obstáculo à mudança social, na medida em que denotava a predominância de uma *mentalidade* insuficientemente moderna, concretizada na ambição, vista como ingênua, de interpretar o todo da chamada “realidade nacional”. Em contraste:

Os autores evitaram a pretensão de reconstruir e explicar “tudo”, a qual transparece, desordenadamente, em quase todas as tentativas precedentes de análise histórico-sociográfica da *realidade brasileira*. Restringiram-se aos aspectos do sistema de relações sociais e da sociedade global que precisavam ser “conhecidos”, como condição para a escolha dos casos. Mas, esses aspectos, foram reconstruídos e analisados metodicamente, ainda que nos limites de uma sondagem exploratória. (idem, p.XX-XXI – grifo do autor)

Por tudo isso, Florestan indica que o “cientista social brasileiro *já tem* um padrão de trabalho intelectual e que *é* capaz de aplicá-lo segundo os critérios do saber científico-positivo.” (idem, p.XXII – grifo do autor). Depois do processo de implantação por intelectuais estrangeiros, a modernização universitária já dava seus primeiros frutos locais, logrando reproduzir padrões de trabalho orientados por valores e técnicas aprendidas pela primeira geração.

Depois de palavras tão elogiosas, como se chegou ao ponto em que Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes ameaçaram romper seus laços, logo depois? É o próprio Cardoso que nos conta:

Florestan [Fernandes] não quis aceitar a versão quase final da minha tese. Naquela época ele não era só meu mentor intelectual, mas também meu vizinho. Nós morávamos na mesma rua Nebraska, no Brooklin. Eu mudara para a casa que tinha sido do meu pai, que foi para o Rio, depois de eleito deputado em 1954. Eu tinha telefone, coisa rara naquele tempo. Então, Florestan ia todos os dias a minha casa para telefonar e ficava lá. *Bem, quando o Florestan leu a tese, o prefácio, que era pedante e fazia muita crítica ao funcionalismo, disse-me que não aceitava o texto.*

Eu pensei: “Então vou defender a tese com o Lourival Gomes Machado”, catedrático de Política, com quem eu me dava bem e que Florestan não considerava academicamente sólido. Eu lhe disse que ia falar com o Lourival e foi um “pega pra capar”. Eu estava com sarampo. O Florestan não respeitava essas coisas, com sarampo ou sem sarampo, ele disse que aquilo seria inaceitável. *Florestan não gostava do seminário de Marx.* (CARDOSO, 2006, p.77 – grifos nossos)

Talvez aqui seja o local adequado para assinalar a importância da relação tensa entre Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. Dessa passagem, depreende-se certo caráter antagônico da relação, figurado nos termos da busca do pupilo em superar – ou, ao menos, divergir - das posições do mestre. Não resta dúvida de que essa imagem é *parcialmente* verdadeira. Mas convém frisar que tanto o projeto de pesquisa que deu origem ao doutorado de Cardoso, como aquele que propiciou a sua livre-docência, foram formulados, principalmente, por Florestan Fernandes. Mais do que isso: as próprias ênfases dos trabalhos – o desvendamento da natureza particular do capitalismo brasileiro e a busca por impulsioná-lo na direção “correta” – eram preocupações do próprio Fernandes. E poderíamos acrescentar que a ideia de Cardoso em convocar jovens estudantes para participarem do Seminário Marx, bem como a instituição, muito posterior, do Cebrap, carregam algo daquela nota coletiva e moderna que Florestan Fernandes pensava ser ideal para o trabalho do sociólogo contemporâneo. Sendo assim, seria um equívoco sublinhar unilateralmente uma narrativa segundo a qual Cardoso e os demais seminaristas seriam uma espécie de “anti-Florestan”. Ao contrário, na busca por compreender os sentidos das obras desses autores, é preciso que nos atentemos também para as continuidades entre elas e os demais trabalhos produzidos no período, incluídos aí os de Florestan Fernandes, autor que desempenhou um papel decisivo na própria conformação dos problemas e do estilo de trabalho que fizeram a cabeça dos seminaristas.

Na introdução e no excerto que precederam esse capítulo, já apresentamos o Seminário Marx. Passemos, então, ao estudo da “Introdução” da tese de Cardoso, pois nela encontraremos os resultados teórico-metodológicos a que o Seminário chegou e, assim, encontraremos as razões do desgosto de Florestan Fernandes.

Questão de método

A “Introdução” da tese de Cardoso tem como objetivo estabelecer o marxismo renovado do Seminário Marx como um método cientificamente válido – o que Florestan Fernandes não negava – e *superior* aos demais, pretensão contra a qual o orientador de Cardoso se punha.

Este é o motivo particular para a polêmica causada pela “Introdução” da tese.

É por essa razão que Cardoso adotará um tom combativo na sua crítica articulada ao estrutural-funcionalismo, representado pelas metodologias de Talcott Parsons e Robert Merton, e ao estruturalismo francês, do qual a figura principal era Claude Lévi-Strauss. Como estratégia argumentativa, Cardoso adotava o contraste entre a noção marxista de “totalidade concreta” e a noção de “todo” esposada pelas outras correntes – questão teórica que, como vimos em trechos citados, era cara a Florestan Fernandes. Nesse contexto, não é sem importância lembrar que a tese foi lida e debatida por Bento Prado Júnior, Fernando Novais, José Arthur Giannotti, Marialice Forachi, Octávio Ianni e Ruth Cardoso (cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.26). Como bem observou Brasília Sallum Júnior (2002, p.78), a introdução da tese de Cardoso acabava por desafiar as posições de Florestan Fernandes em dois planos: na sua concepção de ciência, tomada, de maneira subliminar, como reducionista porque cientificista, e na sua concepção de sociologia, vista como equivocada por não perceber a superioridade da explicação dialética. Compreende-se, portanto, as razões pelas quais esse foi o terreno de batalha escolhido. Porém, cabe destacar que ele não deixa de ser surpreendente, pois, na tradição marxista, o costume é por a ênfase na dimensão prática e não na dimensão teórica, rotineiramente vista, de modo superficial, como “idealista”. Vista em retrospecto, e não desconsiderando o seu intento provocador, essa escolha de Cardoso parece, paradoxalmente, afiliá-lo ainda mais ao estilo de trabalho de Florestan Fernandes.

Como já indicado anteriormente, a liderança intelectual do Seminário Marx era de José Arthur Giannotti, papel que lhe coube devido ao seu estoque teórico-filosófico para o desvendamento da articulação metodológica que presidiria a construção do principal livro de Marx. Ora, de algum modo, essa ênfase se conjugava com aquela que Florestan Fernandes dava ao aspecto metodológico dos trabalhos de seu grupo, pois é justamente esse elemento que lhes emprestaria o seu caráter científico e, portanto, os distinguiria do que era feito anteriormente. Em suma: ao se orientar pelas sugestões metodológicas de Giannotti, Cardoso não abandonava o estilo de trabalho adquirido em sua relação com Florestan Fernandes, como assinalamos. O seu desejo pela independência intelectual, paradoxalmente, não implicava uma *ruptura* com a orientação anterior, antes pelo contrário; ao adotar os valores caros ao seu orientador, Cardoso não apenas os legitimava, mas se impunha a tarefa de demonstrar que sua interpretação do saber e do fazer sociológico, agora orientado por Marx, punha-o em posição superior.

Lidiane Rodrigues (2011, p.174) enfatiza a “presença ausente” de Florestan Fernandes no Seminário. De fato, o caso é curioso porque, embora central na formação de boa parte dos

componentes do Seminário Marx, o mestre não foi chamado para integrá-lo. Em parte, isso se deveu à pretensão de “horizontalidade” da empreitada coletiva, ideia que criava a autoimagem de companheirismo e proximidade que são alheias ao reconhecimento da hierarquia (Cf. RODRIGUES, 2011, p.174), elemento indispensável diante de uma figura como Florestan Fernandes³⁶. Não custa repetir que, apesar dessa tentativa de afastamento dos jovens professores e alunos, a marca de Florestan Fernandes sobre o grupo leitor de Marx é indelével: o estudo acerca dos impasses da formação da sociedade de classes no Brasil, com a particular ênfase na análise do capitalismo brasileiro e das correlações sociais que engendra – agenda concretizada, por exemplo, na análise da relação entre capitalismo e escravidão no Brasil, tema presente nos doutorados de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco, Fernando Novais e Roberto Schwarz -; a ênfase no caráter científico da empreitada, traduzido na sua orientação teórico-metodológica; a preocupação com a integração social dos setores desfavorecidos, além da nota coletiva do trabalho, são, também, legados de Florestan Fernandes. Isso sem falar na disposição sem preconceitos de fazer dialogar construções teóricas costumeiramente vistas como adversárias, típicas do que Gabriel Cohn (1987) chamou de “ecletismo bem temperado” de Florestan – embora no caso de Cardoso esse ecletismo carregue uma certa ênfase na superioridade teórico-metodológica de Marx³⁷. Porém, não é menos correta a lembrança de Fernando Novais, que observa que “[Seminário Marx] se reuniu em grande parte porque estava insatisfeito com a perspectiva de Florestan [Fernandes].” (NOVAIS, 2011, p.416). Por sua vez, Giannotti observa que “não se pode diminuir a influência que sobre nós exercia Florestan Fernandes”, embora sua “tripartição metodológica” deixasse os seminaristas insatisfeitos (GIANNOTTI, 1998, p.16). Sendo assim, não vemos motivos razoáveis para termos que escolher entre uma perspectiva que afirma a continuidade entre os seminaristas e Florestan (RODRIGUES, 2011;

³⁶ Sobre o fato, comentou Florestan Fernandes: “Os meus assistentes traziam ventos novos, que vinham principalmente da França ou da Inglaterra ... No processo de auto-afirmação psicológica e científica, eles impunham, claramente, o peso da renovação que eles configuravam, graças a Lukács, primeiro, a Sartre, em seguida, a Goldman, mais tarde, e a uma pletora de leituras menores, em que se confundiam a “nova esquerda”, a “contracultura” e os principais representantes mais recentes da Sociologia europeia ou norte-americana. Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como a nova geração. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar os meus conhecimentos sobre os expoentes das novas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificavam a coisa para mim. Eles constituíram um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos, que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. Achei natural – pois eu era “o professor”. Tampouco me ralei, já que tinha muito o que fazer. Contudo, ficava delineada uma situação: os “novos” vinham a todo vapor, tinindo como nós os mais velhos gostaríamos que eles fossem. Quanto a mim, ou eu me condenava a um precoce ocaso, ou teria de suplementar-me. (FERNANDES, 1977, p.191)

³⁷ Sobre o assunto, vale a lembrança de Cardoso: “Bastide publicou uma resenha nos *Cahiers de Sociologie* dizendo “esse livro não podia ter sido escrito na Europa”, pois lá não se misturava Weber, Marx e Sartre. É uma abordagem muito eclética” (CARDOSO, 2006, p.77-8)

LAHUERTA, 2008) e uma que afirma a descontinuidade (LIMA, 2015); ao contrário, parece-nos que há continuidades e rupturas simultâneas, característica típica dos processos vividos. Ou ainda: o que parece ter havido foi uma espécie de *ruptura modulada pela continuidade*.

Apesar dos pontos de inspiração mencionados, o fato, como vimos, é que Florestan Fernandes não gostou da “Introdução” da tese de Cardoso. Para além de sentimentos de risco e de desafio à sua posição diante das aspirações dos seminaristas (Cf. ARRUDA, 1995, p.204; RODRIGUES, 2011, p. 179), é provável que Fernandes não só não tenha gostado do conteúdo explicitado na “Introdução”, bem como do fato de Cardoso ter tentado fazer um voo deste alcance numa etapa preliminar de sua carreira³⁸.

A “Introdução” é vista, por vezes, como “o” manifesto do Seminário Marx (LAHUERTA, 2008, p.339) – posição que ocupa ao lado do “Notas para uma análise metodológica d'O Capital”, texto publicado por José Arhur Giannotti na *Revista Brasileira* em 1960. Não é por outro motivo, aliás, que ela foi publicada separada da tese algumas vezes³⁹. De passagem, cabe observar que a análise que enfatiza unilateralmente a dimensão metodológica do marxismo do Seminário encontra guarida nesses dois textos, ambos com tal caráter. No entanto, é necessário que ultrapassemos essa *aparência* – repitamos: parcialmente correta – para apreendermos outras unidades possíveis nas obras dos seminaristas⁴⁰.

Exploremos, então, o arcabouço conceitual da “Introdução”. Seu leitor logo percebe as bases sobre as quais Cardoso funda seus argumentos em defesa da dialética marxista: os três tomos d'*O Capital*, *História e consciência de classe* de Georg Lukács e *Questão de método* de Jean-Paul Sartre, todos livros lidos em conjunto durante as reuniões do Seminário Marx. Como estamos mais interessados nos fundamentos do marxismo do autor, vamos nos ater ao seu entendimento acerca da dialética marxista e apenas subsidiariamente vamos nos dedicar

³⁸ Essa é, ao menos, a hipótese de Lidiane Rodrigues: “Pudera. *Mutatis mutandis*, a iniciativa poderia ser entendida como espécie de dois em um: Florestan havia cumprido as três etapas da titulação, escrevendo ensaio a respeito de método e teoria sociológica *após* o doutorado, com vistas a livre-docência; seu aluno parecia, numa tacada só, querer fazer o mesmo.” (RODRIGUES, 2011, p.218 – grifo do original)

³⁹ A “Introdução” foi publicada em: “O método dialético na análise sociológica” (1962) na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e depois foi traduzida e editada em publicação da Universidad Nacional Autónoma de Mexico (1962) e na revista argentina de debates marxistas *Pasado y presente* (1965).

⁴⁰ É interessante a observação de Pedro Lima a esse respeito: “Quando tratamos de uma inflexão dialética na obra de Fernando Henrique, deve-se sempre ter em mente que não se pode limitá-la a mera mudança metodológica, sob pena de perder de vista o principal: a interpretação dialética do Brasil altera a forma e, principalmente, o conteúdo do paradigma dualista. Isto é, a interpretação passa a ser outra à medida que a realidade é outra e ultrapassa as rígidas antinomias do *entendimento* (*Verstand*), deste “pensar que só produz determinações finitas e nelas se move” (Hegel, 1995, p. 87). Há, portanto, que se pensar o sentido efetivo da inflexão dialética na indissociabilidade entre a realidade histórica e a forma de sua apreensão – daí remetermos a Hegel e a sua tentativa de fundamentar a razão (*Vernunft*) para além dos limites analíticos do entendimento (Jameson, 2009, p. 4).” (LIMA, 2015, p.81– grifo do original). De nossa parte, essa afirmação pode ser matizada quando observamos a transição de *Cor e mobilidade social em Florianópolis* e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, pois algumas categorias, bem como algumas conclusões de ambos os estudos, são as mesmas.

aos demais autores referidos ao longo da “Introdução”. Pedro Lima (2015, p.101) observa, com razão, a existência de três planos na argumentação de Cardoso em defesa da superioridade epistemológica da dialética marxista: a centralidade da noção de totalidade – usualmente o ponto mais destacado do marxismo de Cardoso (LAHUERTA, 2008, p. 340; RODRIGUES, 2011, p.228), a questão da abstração no estudo concreto das relações sociais e a dialética entre aparência e essência. Vejamos, então, como se articulam tais elementos.

A partir da publicação de *História e consciência de classe*, em 1922, tornou-se lugar comum sublinhar, no âmbito do marxismo ocidental, a centralidade da ideia de “marxismo ortodoxo” como consequência da adoção dos postulados metodológicos de Marx⁴¹. Porém, no contexto da esquerda brasileira e do Seminário Marx, no qual circulava uma edição francesa pirata do livro, a ideia não era tão comum e tal assertiva teve enorme ressonância nas reflexões dos jovens seminaristas. Um dos sinais dessa influência está no fato de que a epígrafe da “Introdução” de Cardoso é a mesma com a qual Lukács abre o terceiro capítulo de *História e consciência de classe*.

Como dito, a noção de “totalidade” ocupa lugar destacado na “Introdução”. Aliás, não representa pouco a afirmação de Cardoso de que seu trabalho almeja compreender os processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata “vistos a partir da situação social que o negro nela assumia.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.27). Ora, além de rompimento com o figurino sociológico que manda o cientista não assumir lado – ou ponto de vista particular, tido, nessa acepção, como invariavelmente contaminado pelo particularismo da posição –, a ênfase de Cardoso nessa afirmação ecoa a concepção de Lukács, segundo a qual “Marx exprimiu claramente a posição particular do proletariado na sociedade e na história, o ponto de vista a partir do qual sua essência adquire importância como sujeito-objeto idêntico do processo histórico-social de desenvolvimento [...]” (LUKÁCS, 2003, p.308). Por outro lado, a constante acusação – que analisaremos com mais vagar adiante – de que a tese de doutorado de Cardoso contém um descompasso entre a afirmativa metodológica de que a ação dos sujeitos faz diferença na história e a sua análise concreta (Cf. RODRIGUES, 2011, p.227; CARVALHO, 2005, p.69) encontra um fundamento teórico inesperado, com a qual o autor teve que se defrontar. Lemos ainda em *História e consciência de classe*:

Pois o proletariado aparece como produto da ordem social capitalista. Suas formas

⁴¹ A rigor, na verdade, a ênfase no método como característica do “marxismo” data da própria criação desse termo. Ambos ganham os traços contemporâneos tal qual conhecemos por obra de Karl Kaustky, (HAUPT, 1979) o que relativiza a ideia de que o chamado “marxismo ocidental” é aquele marxismo preocupado especialmente com a questão de método.

de existência [...] são constituídas de tal maneira, que a reificação deve se manifestar nelas do modo mais marcante e mais penetrante, produzindo a desumanização mais profunda. Portanto, o proletariado partilha a reificação de todas as manifestações da vida com a burguesia. (LUKÁCS, 2003, p.309)

Ora, se esse é o caso do trabalhador “livre”, qual seria o caso do escravo, que não só vende a sua força de trabalho como mercadoria, *mas é ele mesmo mercadoria*? No mais, Cardoso trabalha em sua tese de doutorado com o arcabouço conceitual weberiano utilizado para compreender sociedades pré-capitalistas, como revela sua interpretação de que a sociedade gaúcha analisada seria uma “sociedade de castas”. Nesse sentido, o escravo também é visto como um membro de uma sociedade de castas, o que complica, por outro viés, o problema da reificação, que foi formulado tendo-se em mente uma sociedade plenamente capitalista⁴². Isto é: a sociedade de classes é mais “aberta” - as pessoas podem mudar de condição social ao longo de sua vida - e “igualitária” - há igualdade jurídica - do que a sociedade de castas, na qual não há mobilidade social, nem equidade. Visto o problema desse ângulo, podemos inferir que o “universalismo” próprio da sociedade de classes burguesa - ausente no caso analisado por Cardoso - é um elemento essencial, embora nem sempre tematizado, da perspectiva marxista clássica sobre as potencialidades emancipatórias do proletariado.

Em outro plano, é especialmente sugestivo observar que a análise lukacsiana (2003, p.206) sobre a particularidade do processo produtivo capitalista supõe que haja uma oposição entre o trabalho escravo e o trabalho mercantilizado. O problema, então, é que a matéria sobre a qual Cardoso se debruçou *combinava* o que Lukács tinha encontrado de maneira *separada*⁴³.

⁴² Note-se: “O ponto de vista da totalidade não determina, todavia, somente o objeto, determina também o sujeito do conhecimento. A ciência burguesa - de maneira consciente ou inconsciente, ingênua ou sublimada - considera os fenômenos sociais sempre do ponto de vista do indivíduo. E o ponto de vista do indivíduo não pode levar a nenhuma totalidade, quando muito pode levar a aspectos de um domínio parcial, mas na maioria das vezes somente a algo fragmentário [...]. A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade. Somente as *classes* representam esse ponto de vista da totalidade como sujeito na sociedade moderna.” (LUKÁCS, 2003, p.107 - grifo do original). Cardoso observará anos depois: “Como estudar o papel da consciência de classe? Nós tínhamos lido o George Lukács, mas havia uma complicação teórica: o escravo não pode ser portador em si da consciência libertadora; o escravo quer ser igual ao outro, a seu senhor livre, não quer que todos sejam iguais a ele - trata-se do inverso do que ocorre na relação entre operário e patrão, pois os trabalhadores como “classe universal” generalizariam sua condição na sociedade, assegurando ao mesmo tempo liberdade e igualdade. Enfim, a situação que eu estava querendo discutir requeria um invento conceitual [...],” (CARDOSO, 2009, p.25). Mas o desacerto entre categoria e realidade pode ser reveladora ao seu modo e talvez este tenha sido mesmo o caso (CARDOSO, 2003, p.11), embora talvez a tese não tenha conseguido extrair exatamente um conteúdo claro dessa revelação. Seja como for, anos depois dirá: “Hoje, eu seria mais cuidadoso na transposição da visão marxista-lukacsiana sobre a impossibilidade do escravo compreender o modo de funcionamento da sociedade escravocrata (a “totalidade social”) a partir de sua “perspectiva de casta”.” (CARDOSO, 2003, p.10).

⁴³ O trecho ao qual nos referimos é o seguinte: “Sendo assim, os escravos explorados dessa maneira estavam à margem do que era considerado como sociedade “humana”; seus contemporâneos e mesmo os maiores e mais

De passagem, talvez caiba salientar que essa “especificidade” brasileira, por sua vez, parece já trazer em si a inscrição daquilo que ficou consagrado com o nome de “dialética do Esclarecimento”; afinal de contas, aqui já ocorria aquilo que Theodor Adorno caracterizava, no cenário do capitalismo monopolista tardio, como uma disjunção entre “interesse objetivo” e “espontaneidade subjetiva”, a qual se atrofiava “sob a desproporcional superioridade das condições dadas.”; para fechar o raciocínio, o arremate que nos interessa: “A frase de Marx, de que também a teoria se torna um poder real assim que atinge as massas, evidentemente foi invertida pelo percurso do mundo.” (ADORNO, 1986, p.70). Sem querer afirmar qualquer paralelo direto entre Cardoso e Adorno, talvez caiba imaginar que a tese de doutorado do primeiro, em suas tensões internas, já carregava elementos que permitiriam conclusões similares a do filósofo alemão, embora com um adendo decisivo: o problema do fortalecimento quase inquestionável da supremacia do real sobre a possibilidade da combinação interesse objetivo/espontaneidade subjetiva talvez não fosse característica *apenas* do capitalismo monopolista – raciocínio que, levado à generalização, seria ideológico⁴⁴. Por outro lado, a tese de Cardoso se coloca em sentido oposto à defendida pelo PCB, partido que acreditava no primado na evolução das forças produtivas no processo de transformação dos

nobres pensadores não eram capazes de julgar o destino desses homens como o destino da humanidade. *Com a universalidade da categoria mercantil, essa relação muda radical e qualitativamente.* O destino do operário torna-se o destino geral de toda a sociedade, visto que a generalização desse destino é a condição necessária para que o processo de trabalho nas empresas se modele segundo essa norma.” (LUKÁCS, 2003, p.206-7 – grifo nosso). Como analisar, então, a situação na qual a “categoria mercantil” se realiza pelo trabalho escravo? Vale deixar registrado a esse respeito que Lukács é explícito ao dizer que a forma de produzir anterior, não qual não vigorava a mecanização e a racionalização do trabalho, poderia gerar meios de extração do excedente mais brutais do que os capitalistas, “mas o processo de reificação do próprio trabalho e, portanto, também da consciência do operário são *muito menos adiantados*.” (idem, p.207 – grifo nosso).

⁴⁴ Outras diferenças importantes entre os dois diagnósticos são: 1) no caso do produzido por Adorno acerca do capitalismo monopolista, existe uma decisiva centralidade na *aparência* da *identidade* entre forças produtivas e relações de produção (Cf. ADORNO, 1986, p.74); no caso do feito por Cardoso (e por Schwarz, como veremos logo adiante), trata-se do problema oposto – do desconjuntamento entre ideias e realidade, por exemplo; 2) o diagnóstico do Adorno se centra, inclusive, no que ele identifica como uma espécie de crise do conceito de *mais-valia*, ocasionado pela evolução técnica que torna desnecessário o trabalho vivo; no caso da análise de Cardoso sobre a relação entre capitalismo e escravidão, vemos uma prevalência do conceito de *mais-valia absoluta*. Em um plano da história do debate marxista sobre o capitalismo, para a aproximação que fizemos, cabe ainda destacar que, como pontua Marcos Nobre, a ideia adorniana de que, no cenário do capitalismo monopolista, haja a prevalência da política sem a superação da ordem capitalista “é justamente o que não pode ser de modo algum conciliado com a *letra* do texto de Marx, pois significa alterar o próprio conceito de *capitalismo* sobre o qual repousa a teoria.” (NOBRE, 1998, p.24 – grifos do original), Mas como observou Francisco de Oliveira (2011, p.128) ao comentar a precisão do raciocínio contido no conceito de subdesenvolvimento, haveria certas aproximações entre algumas características da forma subdesenvolvida de capitalismo e o capitalismo tardio, do que se pode concluir que existem aspectos que distinguem o capitalismo subdesenvolvido e o capitalismo tardio do conceito marxiano de capitalismo; entre eles, está a predominância da política sobre a economia. Indo mais longe, pode-se notar que a prevalência da política sobre a economia também era encontrada no feudalismo, como afirma Perry Anderson (1998, p19). Dessa situação pode-se inferir, ao menos, duas hipóteses teóricas: a) que Marx talvez tenha presenciado uma *forma excepcional* de capitalismo – isto é, o capitalismo no qual a economia prevalece sobre a política; b) que um estudo autenticamente materialista, no espírito de Marx, deve se centrar na distinção e análise das *formas* sociais ensejadas por essa forma, sempre em mutação, de organização produtiva da vida humana.

modos de produção, uma tese “economicista”⁴⁵.

Retomando o raciocínio anterior, cabe destacar que a introdução do aparato conceitual lukacisano – consciência, falsa consciência, consciência possível e etc. - é decisiva, pois fornece uma mediação necessária para a construção de ligações entre elementos abstratos e concretos, os quais compõem o que Cardoso chamará, seguindo a terminologia do filósofo húngaro, de “totalidade social concreta”. A mediação é necessária porque a totalidade social tratada por Cardoso em sua tese de doutorado é diferente, porque em nível diverso, daquela analisada por Marx em *O Capital*. Lembremos da advertência de Marx no prefácio à primeira edição:

Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações de interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa ser colocar acima delas. (MARX, 2015, p.80 – grifo nosso)

É claro: o empreendimento de Marx em *O Capital* está situado num nível de abstração maior do que o levado a cabo por Cardoso. Por isso, a inserção das categorias relacionadas à consciência dos sujeitos históricos formuladas por Lukács é importante: porque, embora se tratem de formulações *abstratas* – o que sinaliza que também elas estão em outro nível analítico-, emprestam sentido às ligações sociais concretas e são seminais para dar conta do problema da tese do Cardoso, que é assim formulado:

Procura-se analisar a formação de um tipo determinado de sociedade e verificar os efeitos exercidos por seus padrões estruturais sobre o comportamento dos agentes sociais que ocupavam as posições polares do sistema: os senhores e os escravos. Simultaneamente, consideram-se os padrões estruturais que constituíam esse tipo de sociedade, bem como sua dinâmica, *como resultantes de um conjunto de ações e relações humanas desenvolvidas em condições histórico-sociais concretas*. (CARDOSO, 2003 [1961], p.27)

Como observa Lidiane Rodrigues, essa incorporação de Lukács permitia que Cardoso encetasse diálogos tanto com a perspectiva funcionalista de Florestan Fernandes, como com os demais seminaristas. (RODRIGUES, 2011, p.228). De fato, não é difícil perceber que a noção de consciência – e suas correlatas – de Lukács é combinável com as noções weberianas de “ação social” e mesmo mannheonianas de “pensamento utópico” e “pensamento conservador”, o que devolve Cardoso ao terreno familiar da cadeira de Sociologia I. Em

⁴⁵ Como recorda Pécaut (1990, p.231-2), essa é uma das críticas que Caio Prado Júnior, um autor especialmente influente entre os seminaristas, fará aos esquemas do PCB em *A revolução brasileira*.

poucas palavras: a teorização de Lukács permite Cardoso principiar um diálogo direto com os postulados metodológicos então identificados com Florestan Fernandes, ao mesmo tempo que permitia sublinhar a possibilidade de existência de contradições, tanto nos planos diacrônicos como sincrônicos, sem subsumi-las numa noção harmoniosa de sistema⁴⁶. Aliás, a dimensão sistêmica e contraditória será chave trabalhada posteriormente por outros seminaristas, como Fernando Novais, Roberto Schwarz, além do próprio Cardoso em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

Porém, existe uma dificuldade operacional no conceito de totalidade de Lukács, que assim define a essência do método de Marx:

Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. *A categoria de totalidade, o domínio universal e determinante de todos sobre as partes constituem* a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova. [...] *O domínio da categoria totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência.* (LUKÁCS, 2003, p.105-6 – primeiro grifo nosso, segundo do original)

Repõe-se, então, uma questão já surgida nas páginas anteriores: como operacionalizar o “todo” (CARDOSO, 2003 [1961], p.20)? Cardoso responderá à indagação por meio da afirmação que tal noção pode ser utilizada a partir da identificação das “determinações essenciais” de uma totalidade social e de suas consequentes articulações. Em uma passagem esclarecedora a esse respeito, diz o autor:

O conceito de totalidade não se refere [...] na dialética, à reprodução de todas as condições, fatores, mecanismos e efeitos sociais que interferem na produção de um fenômeno, processo ou situação social. Na explicação dialética o conceito de totalidade é utilizado como um recurso interpretativo pelo qual se visa compreender, como Marx escreveu explicitamente no posfácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, não a *identidade*, o padrão de invariância, mas as diferenças em uma unidade, tal como são engendradas numa totalidade determinada. [...]. A totalidade assim entendida pressupõe não apenas a existência de diferenças numa unidade, mas também a existência de “conexões orgânicas” que explicam, ao mesmo tempo, o modo de inter-relacionamento existente entre as determinações que constituem as totalidades e o próprio processo de *constituição* das totalidades. Noutros termos, quando se afirma que a análise dialética na sociologia assume uma perspectiva totalizadora, diz-se, implicitamente, que ela visa descobrir as *determinações essenciais*, capazes de explicar tanto a formação dos padrões que regem as formas de interação social quanto as condições e os efeitos de sua manifestação. (CARDOSO, 2003 [1961], p.29 – grifos do original)

⁴⁶ Essa hipótese talvez seja reforçada se observarmos que outro sociólogo do Seminário Marx, Octavio Ianni, em sua tese de doutorado, também parecia ter essa preocupação quando escreve que o método dialético permite compreender o “estado e os *sentidos das conexões estruturais* dessa mesma realidade, integrando interpretativamente os homens, os grupos sociais, a organização da sociedade, a estrutura econômica, o sistema cultural” (IANNI apud PÉCAUT, 1990, p.218 – grifo nosso). Embora devamos ter em mente que o marxismo de Ianni é mais próximo da orientação epistemológica dominante na cadeira de Sociologia I do que o de Cardoso (cf. RODRIGUES, 2011, p.233 e seguintes), é razoável supor que a *preocupação* com o estabelecimento do diálogo com Fernandes também estivesse presente em Cardoso.

Dito isso, convém destacar a diferença dos discursos metodológicos de Lukács e Cardoso, pois o primeiro, em *História e Consciência de Classe*, rejeitava “em bloco não apenas da ciência “de modelo físico-matemático”, mas de qualquer espécie de reconhecimento de legitimidade da especialização no âmbito das “ciências históricas”.” (NOBRE, 2001, p.116). É difícil imaginar que essa postura de Lukács tenha escapado aos seminaristas, em especial aos discípulos de Florestan Fernandes, cujo posicionamento na matéria era radicalmente distinto do adotado pelo filósofo húngaro, e a Giannotti, um filósofo com conhecidas simpatias pela discussão epistemológica. É de se supor, portanto, que Cardoso estivesse ciente de que, ao tentar operacionalizar o conceito de totalidade num estudo empírico, estava tomando caminho diverso *daquele trilhado pela discussão de Lukács – o que, nesse caso, implica destacar que se filia, mais fortemente, às perspectivas metodológicas compartilhadas por Florestan Fernandes.*

Para confirmar essa suposição, basta comparar o nível filosófico da discussão que Lukács faz com a teoria do conhecimento kantiana, tomada por ele como correlata da economia clássica burguesa, e as críticas de Cardoso ao estrutural-funcionalismo. Feito isso, perceberemos que a discussão de Lukács ecoa a proposta da “crítica do objeto” feita por Hegel contra a “crítica do conhecimento” proposta por Kant – aliás, questão recolocada em debate no contexto da sociologia alemã do início do século XX (COHN, 2003) –, como revela a sua crítica à cisão kantiana entre “sujeito-objeto”. Por sua vez, a discussão de Cardoso é voltada para as formas de interpretação do empírico. Em suma: enquanto a primeira corresponde a uma discussão propriamente filosófica, a segunda se liga ao debate teórico-metodológico próprio da pretensão científica da sociologia.

Assim Cardoso resolvia, teoricamente, um problema que já havia aparecido em seu trabalho sobre Desterro: sendo impossível analisar “tudo”, o foco passa a ser identificar as determinações essenciais desse todo e suas articulações. No entanto, vale frisar: essas determinações essenciais podem estar em planos diferentes – o que recoloca, de maneira insistente, a questão da operacionalização da categoria “totalidade”. Daí ser compreensível a oscilação destacada por Rodrigues, quando afirma que “se na “Introdução” não há dúvidas do que ela seja, na tese, ela consiste simultaneamente no “sistema social” e no “sistema capitalista” (RODRIGUES, 2011, p.228).

Salvo engano, a seguinte observação de Cardoso sobre a estrutura da tese corrobora o argumento de que a natureza empírica de sua empreitada lhe colocava questões que o distanciava de uma perspectiva “lógico-sistemática”. Trata-se de uma advertência:

No presente trabalho procurei guiar-me por estes cânones gerais da dialética marxista. *Apenas, como o livro diz respeito à análise de um processo histórico-social, a estrutura do trabalho não é lógico-sistemática.* Parte-se do que é dado imediatamente como realidade: a mão-de-obra escrava como base da economia exportadora do Rio Grande do Sul [...]. (CARDOSO, 2003 [1961], p.40 – grifo nosso)

Não custa observar que, se o ponto que estamos levantando é válido – o dos diferentes níveis da totalidade –, é possível que Cardoso estivesse olhando com mais atenção a seção VII do primeiro livro de *O capital*, com destaque para os dois últimos capítulos, o que reforçaria a ideia de que a advertência é também, em certa medida, um friso sobre a diferença de seu trabalho em relação à empreitada giannotiana⁴⁷. Sobre eles, vale lembrar da observação de David Harvey segundo a qual os capítulos 24 e 25 d’*O capital*, por serem propriamente históricos, foram escritos com tom e conteúdo diversos das partes precedentes (cf. HARVEY, 2013, p.277).

Estamos argumentando que os procedimentos metodológicos escolhidos por Cardoso para expor e interpretar sua pesquisa estão alinhados com a concepção metodológica de Marx, *embora eles não pudessem ser exatamente os mesmos* que o filósofo alemão usou na construção de *O capital*. A similaridade da empreitada dos dois autores está na busca de ambos por alcançar o que Marx chamou de “concreto pensado”⁴⁸. Por isso mesmo, outra dimensão essencial da disputa que Cardoso trava entre o método dialético e os métodos então mais convencionais da sociologia é aquela que versa concepção de “concreto” e seu estatuto teórico - isto é, do próprio objeto da sociologia, a realidade social. A oposição montada por Cardoso entre o método dialético e o estrutural-funcionalismo tem como eixo central o suposto inevitável empiricismo do segundo.

Em contraposição, a análise dialética teria como seu núcleo articulador a ideia de que o concreto não se confunde com o imediatamente empírico, mas seria resultado “de um processo de conhecimento marcado por um movimento da razão que implica uma elaboração muito mais complexa do que a abstração dos padrões gerais, ainda que essenciais, que regulam a interação nas condições empíricas de sua manifestação.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.31-2). Mas resta compreender: como se realiza tal análise? Segundo Cardoso,

⁴⁷ “Tanto eu quanto os outros que tínhamos mais prática em pesquisa éramos um pouco céticos com relação a tanta discussão categorial.” (CARDOSO, 2009, p.25).

⁴⁸ “No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo algum* o processo da gênese do próprio concreto.” (MARX, 2005, p.40 – grifos do original)

concretiza-se por meio da construção de mediações e de conceitos vinculados à história – isto é, à concretude - que emprestem inteligibilidade ao imediatamente real, que deixa de ser visto como uma dispersão empírica que só pode ser compreendida por categorias gerais⁴⁹. Como exemplo teórico dessa sua afirmação, Cardoso observa que seria precisamente essa a relação entre os conceitos de mais-valia e lucro (Cf. CARDOSO, 2003, p.33).

Apesar dos elementos que distanciam Cardoso das características propriamente filosóficas de Marx e Lukács, cabe salientar aqui a influência da leitura d'*O capital* feita por José Arthur Giannotti (ARANTES, 1994, p.286). É o filósofo paulista quem frisar, no contexto do Seminário Marx, a ideia de que as categorias lógicas que comandam a teoria marxiana - “o movimento da razão” - trazem em si mesmas um movimento simétrico da realidade, composto tanto pelas “relações essenciais”, nem sempre visíveis, como por suas “formas imediatas”. Ou seja: as “formas imediatas”, embora inessenciais, são parte do movimento do real e por isso não devem ser descartadas como meros enganos.

A esse respeito, a observação de Cardoso traz à tona as tensões que o seu trabalho exporá. De um ângulo, não deixa de ser significativo que os exemplos dados pelo autor não só tragam a categoria central da crítica marxiana à economia política – a mais-valia e suas derivações-, como também expõem, ainda que indiretamente, por meio das mesmas categorias, um dos problemas centrais do trabalho: a questão da racionalidade do sistema capitalista-escravista na sua periferia. Ou seja: se é verdade que o conceito de mais-valia é uma criação conceitual plenamente adequada para a compreensão do sistema capitalista – e dela Marx tenta extrair o máximo rendimento por meio das derivações expostas nas seções III, IV e V do primeiro livro d'*O capital* -, não é menos verdade que Cardoso terá, ao longo do seu trabalho, que entender as formas específicas de extração da mais-valia no contexto brasileiro, radicalmente distinto, porque escravocrata, da situação inglesa, que apresenta a forma clássica do capitalismo (Cf. MARX, 2015, p.78). Por outro lado, não deixa de ser curioso que os exemplos dados não se refiram de maneira direta ao problema tratado na tese, que tem como problema a ação social dos agentes sociais na sociedade escravocrata sul-riograndense

⁴⁹ “O ponto de partida imediato, o real, transfigura-se na análise dialética numa série de mediações pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isso mesmo parciais, *abstratas*) alcançam inteligibilidade, ao circunscreverem-se em constelações globais (*concretas*). Por isso o concreto foi definido em conhecida frase de Marx como “a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso”. Mas a operação intelectual pela qual se obtém a “totalidade concreta” implica que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total. Por isso, a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias “saturadas historicamente”, empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, “mistificadas”.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.32 – grifos do original)

Outra dimensão da exposição metodológica feita por Cardoso reside na relação entre “essência e aparência” - tema, segundo Lima, destacado nas fichas de leitura de Cardoso sobre *O capital* (Cf. LIMA, 2015, p.102). Um exemplo desta tensão, trabalhada na própria exposição dos imperativos capitalistas em *O capital*, está na segunda seção do quinto capítulo do volume I, na qual Marx explora o processo de valorização do capital. Nessa seção, é analisado de que maneira o processo *aparece* no empírico imediato. A transição para o estudo da *essência* se dá quanto o autor convoca o leitor para analisar a questão - “Vejam mais de perto.” (MARX, 2015, p.269) – e o introduz na malícia do processo, do qual, mefistotelicamente, o capitalista ri. (Cf. MARX, 2015, p.270)⁵⁰.

É tendo em mente a complexidade desta forma expositiva – na qual fica evidente o esforço dialético da revelação das conexões íntimas entre os elementos pela exposição das contradições imanentes do seu próprio processo de constituição – que Marx estabelece a diferença entre o “método de pesquisa” e “método de exposição”. De alguma maneira, Cardoso pretende acompanhá-lo, ressaltando, como se viu acima, que seu trabalho está em plano diferente do empreendido por Marx. Mais concretamente, esse acompanhamento fica claro quando Cardoso entrelaça a questão da relação entre essência/aparência com a questão da relação entre concreto/abstrato, como revela o seguinte trecho:

Sociologicamente isso significa que a interpretação dialética opera com relações que se manifestam em dois planos. Existem motivos, fins e condições sociais que os agentes sociais se representam em função das manifestações que assumem empiricamente. É evidente que, tanto como representações sociais quanto como resultados efetivos de representações, esses fenômenos se exprimem através de regularidades objetivas que podem ser verificadas e explicadas sociologicamente (em termos de conexões estruturais, funcionais ou de sentido). Porém a explicação científica deve passar da análise desse plano para a descoberta das conexões que as regularidades empíricas mantêm com as condições, fatores e efeitos *essenciais que determinam realmente a dinâmica e o sentido do processo social*. É óbvio que os motivos e fatores que operam no plano das relações essenciais não caem necessariamente no nível de consciência social, ou aparecem deformados. (CARDOSO, 2003 [1961], p.32-3 – grifos do original)

Por fim, cabe destacar o lugar do marxismo sartreano na “Introdução” de Cardoso. Como observa Lima (2015, p.110), o marxismo de Sartre (SARTRE, 1987) tem um “pendor menos objetivista” do que aquele formalizado por Lukács. Para o filósofo francês, as reflexões lukacsianas denotariam um pensamento carente de mediações, enquanto, para Lukács, o existencialismo sartreano seria uma negação dos “fundamentos da ontologia

⁵⁰ Vale chamar a atenção para o papel que a ironia desempenha no pensamento de Marx, qual seja: a de servir como *mecanismo retórico e também metodológico* para revelar o que o empírico imediato *esconde*. Ao perceber os lapsos que este carrega em si, a sua revelação se dá precisamente por demonstrar que as expectativas de validade decorrentes dessa empiria não se realizam, o que lhe fornece abertura, ao mesmo tempo que requer, para o uso da ironia.

marxista.” (LUKÁCS, 2003, p.14). No que se refere à absorção dos ensinamentos de *Questão de método* por nosso autor, Lima faz duas ponderações que interessa investigar: que existiria na “Introdução” de Cardoso existiria “duas concepções distintas de totalidade” e que a “astúcia dialética” de Cardoso esteve em combiná-las (LIMA, 2015, p.110).

De fato, na tese de doutorado de Cardoso, as observações metodológicas de Sartre tiveram, ao que parece, a função de facilitar a construção de mediações diante da construção mais abstrata de Lukács sobre o conceito de totalidade. Sem querer afirmar que Cardoso toma o partido de Sartre contra Lukács, é o caso de observar os constantes frisos de Cardoso sobre as dimensões “interpretativa” e “heurística” da empreitada por ele proposta, assim como a utilização das noções sartreanas de “totalidade singular” e de totalidade no plural.

No que se refere ao plano interpretativo, fica evidente o uso reiterativo por parte de Cardoso da ideia de que a noção de totalidade tem função interpretativa na explicação dialética (Cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.29) – ideia confirmada no prefácio à quinta edição do livro, no qual afirma que tentou usar a dialética “de modo heurístico” (CARDOSO, 2003 [1961], p.18). Como se percebe, a ênfase nessa dimensão interpretativa da dialética tensiona a questão, já mencionada, da objetividade do método escolhido, porque coloca Cardoso já distante das afirmações categóricas de Lukács – e de Giannotti – sobre a objetividade da dialética marxista⁵¹. Por outro lado, ela fornece uma solução para a questão de como certificar a validade do uso do método dialético, que tem em seu fundamento a ideia “concreto abstrato”. Nesse sentido, para Cardoso, a dialética marxista seria superior porque fornece uma *interpretação superior* às demais, tese que, repitamos, não deixa de trazer à tona certa desconfiança sobre a leitura ontológica d'*O capital* empreendida pelo seu amigo filósofo⁵². Veremos na próxima seção que a mobilização da versão “existencialista” da dialética marxista aparece especialmente no momento em que Cardoso se põe a avaliar os impactos que a situação capitalista-escravocrata tem na consciência dos autores. Por outro lado, ela perde força quando o autor avalia as *contradições objetivas* desse sistema econômico. Mas vale salientar: a distância entre as versões “objetiva” e “subjativa” da dialética marxista pode ser significativamente diminuída se tivermos em mente que no modo de produção capitalista as

⁵¹ Esse é um ponto importante, pois ilumina uma diferença importante entre as dialéticas de Cardoso e Schwarz: o primeiro, ao menos em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, tem uma compreensão mais “subjativista” do método de Marx, enquanto o segundo teria uma concepção mais “objetivista”. Em boa medida, isso parece se dever à influência de Sartre sobre Cardoso, o que não ocorre com Schwarz, mais ligado à tradição alemã de Lukács e Adorno, como sinaliza a sua ideia de “forma *objetiva*”.

⁵² José Arthur Giannotti chega a afirmar categoricamente: “O prefácio de Fernando Henrique para seu livro, publicado muito mais tarde, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, é inteiramente sartreano.” (GIANNOTTI, 2007, p.322). Não nos parece que seja o caso, embora a introdução de elementos sartreanos afete dois planos decisivos da tese: o da objetividade e o da operacionalização empírica das categorias.

relações humanas são mediadas por coisas e aparecem como tais, o que equivale a dizer que elas são “relações típicas, mediadas pelas leis objetivas do processo de produção, de modo que essas ‘leis’ tornam-se necessariamente formas imediatas em que as relações humanas se manifestam.” (LUKÁCS, 2003, p.355)⁵³. Essa oscilação, que pode ser, à primeira vista, encarada como uma espécie de indecisão teórica pode ser explicada pela filiação de Cardoso à própria tradição de Florestan Fernandes, que não via com maus olhos a variação metodológica, desde de que ela se assentasse sobre problemas diferentes, como é o caso a que nos referimos. Em ambas as “versões” da dialética, no entanto, reside um núcleo marxista.

Outra categoria que atesta a influência de Sartre sobre Cardoso é a de “totalidade singular”, mais facilmente operacionalizável na análise concreta. Assim, ela lhe permite construir “totalidades singulares” que, cada uma ao seu modo, comporiam o quadro mais geral do estudo do autor. Em comum com a dialética lukasiana, mas de maneira mais acentuada, Sartre sublinha a dimensão radicalmente histórica – e portanto, em grande medida, particular e *empírica* - dos fenômenos sociais⁵⁴. Em passagem citada por Cardoso:

O marxismo aborda o processo histórico com esquemas universalizantes e totalizadores (...) Mas em nenhum caso, nos trabalhos de Marx, esta perspectiva pretende impedir ou tornar inútil a apreciação do processo como totalidade *singular*. Quando ele estuda, por exemplo, a breve e trágica história da República de 1848, não se limita - como far-se-ia hoje - a declarar que a pequena burguesia republicana traiu o proletariado, seu aliado. Ao contrário, ele tenta mostrar esta tragédia no pormenor e no conjunto. Se ele subordina os fatos anedóticos à totalidade (de um movimento, de uma atitude), é através daqueles que pretende descobrir esta. Noutros termos, o marxismo empresta a cada acontecimento, além de sua significação particular, um papel de revelador: como o princípio que domina a pesquisa é o da procura do conjunto sintético, cada fato, uma vez estabelecido, é interrogado e decifrado como parte de um todo; é *sobre ele*, pelo estudo de suas falhas e de suas sobre-significações que se determina, a título de hipótese, a totalidade no interior da qual ele reencontra sua verdade. Assim, o marxismo vivo é *heurístico*: com relação à pesquisa concreta, seus princípios e seu saber anterior aparecem como *reguladores*. Jamais, em Marx, encontram-se *entidades*: as totalidades (por exemplo, “a pequena burguesia em 18 *Brumário*”) são vivas; definem-se por elas mesmas, nos quadros da pesquisa. (SARTRE, 1987, p.122)

⁵³ O próprio Lukács dá conta dessa hipótese ao explicar qual é o passo adiante que a dialética marxista dá em relação à concepção hegeliana: “[...] consiste em compreender as determinações da reflexão não como uma etapa “eterna” da compreensão da realidade em geral, mas como a forma de existência e pensamento necessária da sociedade burguesa, da reificação do ser e do pensamento e, assim, descobrir a dialética na própria história. Nesse caso, portanto, a dialética não é levada para dentro da história ou explicada com o auxílio dela (como muito frequentemente ocorre em Hegel), mas antes *interpretada* e tornada consciente a partir da própria história como sua forma necessária de manifestação nessa etapa determinada do desenvolvimento.” (LUKÁCS, 2003, p.356)

⁵⁴ O próprio Cardoso confirma a linha de raciocínio ao observar: “Na tese eu tinha o seguinte problema: como usar a dialética marxista, que é muito abstrata, para aplicá-la na análise de processos sociais concretos? Naquela época o Jean-Paul Sartre exercia influência arrasadora sobre a jovem intelectualidade, e a leitura do ensaio *Questions de méthode* me ajudou muito a fazer a ponte entre os conceitos dialéticos e as análises empíricas ou concretas.” (CARDOSO, 2009, p.25)

Dessa passagem, depreende-se a ênfase de Sartre – em grande medida absorvida por Cardoso – na dialética entre o “particular” e o “geral” como núcleo da reflexão totalizante marxista. O curioso é que essa ênfase de Sartre não nega os postulados de Lukács em *História e consciência de classe*. Ao contrário: pode ser interpretada como um convite à retomada do programa proposto em 1922. A desconfiança de Sartre em relação a Lukács reside na sua *operacionalização* das categorias teóricas, que, por sua vez, negariam os fundamentos da teoria.

Daí que Cardoso use “totalidades” no seu texto: pois está consciente dos diversos planos que se cruzam na constituição da sociedade escravocrata sul-riograndense. Se essa exposição estiver correta, as observações de Pedro Lima (2015) sobre a “astúcia dialética” de Cardoso ganham pleno sentido; afinal de contas, o sociólogo uspiano teria percebido que as diferenças entre Lukács e Sartre abria caminho, paradoxalmente, para a combinação de suas perspectivas sobre a totalidade. Postura, como se sabe, tipicamente dialética. Sendo assim, não seria o caso de pensarmos que há um único conceito de totalidade na “Introdução”, cujos fundamentos residiriam em um “ecletismo bem temperado” entre as perspectivas de Lukács e Sartre?

A análise da sociedade escravocrata gaúcha

Como já mencionado, a monografia de Cardoso sobre a sociedade escravocrata sul-riograndense seguia o plano de estudos elaborado por Florestan Fernandes sobre as relações raciais na sociedade brasileira e seus impactos na formação daquela que chamará de “ordem competitiva” no Brasil. Porém, os casos dos estados da região Sul do país comportariam *especificidades* em relação às outras localidades do país, principalmente no que se referiria à suposta ausência de importância do trabalho escravo na formação de sua sociedade.

É sobre esse assunto que Cardoso se debruça nos dois primeiros capítulos de sua tese. Sugestivamente, a tese começa com um gênero de crítica tipicamente marxista: *a crítica da ideologia*, a qual, nesse caso, busca compreender as razões da aderência da “ideologia gaúcha” e dimensionar a importância do trabalho escravo na formação da sociedade de castas gaúcha. A tese da “democracia campesina do pampa”, veiculada por autores como Francisco José de Oliveira Vianna, teria como base uma *generalização*, com a consequente *essencialização*, de um primeiro momento da colonização no Sul do país. Na verdade, teria ocorrido o oposto: a documentação sobre os escravos no Brasil Meridional atestaria a sua ampla disseminação entre os vários setores da sociedade gaúcha. Coloca-se, assim, várias questões: por que essa narrativa se disseminou? Por que o trabalho escravo no Rio Grande do Sul foi progressivamente implantado? Quais eram as funções sociais dos escravos nesse

contexto?

Cardoso retoma, então, a afirmação anterior de que o método dialético não se contenta em desvendar a ideologia, numa polaridade em que seria revelada a “verdade” em detrimento da “mentira”, mas busca apreender os seus fundamentos – ou seja, os aspectos que fazem o engano ser crível. Consequente com essa ideia, o autor aponta a filiação dessa narrativa mistificadora a uma perspectiva “etnocêntrica”, cujos sujeitos sociais subjacentes seriam os senhores gaúchos. Ademais, essa narrativa faria crer, de maneira mistificada, que não havia tensões entre senhores e escravos na região analisada. Disso Cardoso retira uma conclusão inesperada: “Com efeito, tudo indica que os valores senhoriais elaborados na sociedade escravocrata gaúcha foram *tão intensos que persistem como uma barreira para a compreensão intelectual do passado pelo presente.*” (CARDOSO, 2003 [1961], p.139 – grifo nosso). Percebe-se aqui a maneira como a qual o autor busca o núcleo essencial das relações sociais encobertas pelas aparências, nesse caso específico veiculada por uma ideologia que guarda relação diversa com a realidade se comparada à tese da “democracia racial”, que era, como vimos, o problema pressuposto em sua pesquisa anterior sobre as relações raciais em Desterro (SC). Eis, então, o deslocamento decisivo empreendido por Cardoso em sua tese de doutorado: se antes situava a problemática no campo das “relações raciais”, agora passa, de maneira mais profunda, a procurar a *essência* problemática nas *relações escravistas*. (cf. ARRUDA, 1995, p.207). Nesse sentido, as relações raciais seriam *formas resultantes de uma forma logicamente anterior – e essencial*: a forma de trabalho e socialização escravista produzida a partir do desenvolvimento capitalista no Brasil.

No entanto, essa “ideologia gaúcha” conteria um elemento de verdade. Teria havido, de fato, situações em que as relações entre senhores e escravos foram menos desumanas do que as costumeiras – embora as desigualdades continuassem absolutas. Como o autor sublinhou no início do trabalho, sua intenção era entender de que maneira a estrutura da sociedade escravocrata gaúcha afetava as consciências sociais dos senhores e dos escravos. Assim, é compreensível que se coloque a questão: como esse tratamento mais “humano” - o termo é de Cardoso (2003 [1961], p.139) – afetou a consciência do escravo que o sofreu? A questão será abordada adiante, mas vale deixar registrado que ela tem implicações decisivas para o restante da tese de Cardoso.

O crescimento da utilização da mão-de-obra escrava no Rio Grande do Sul se deveu ao processo de incorporação da produção dessa região à economia nacional como uma “economia subsidiária”. Embora integrada de maneira, por assim dizer, dependente, com foco no mercado interno, essa vinculação representou um avanço, do ponto de vista da acumulação

de capital, para a economia gaúcha (Cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.80). Nessas condições, o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul exigia escravos.

Essa explicação sobre a origem da escravidão no Brasil colônia, já presente em *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (CARDOSO e IANNI, 1960, p.4), tem como fundamento a ideia de que a escravidão foi a forma *necessária* para o incremento da acumulação de capital no Brasil, constituindo-se, pois, em uma mola decisiva desse processo. Mas por que o trabalho assumiu necessariamente a forma de trabalho escravo? “*Essa solução impôs-se diante da escassez de braços e da falta de condições sociais para o emprego de mão-de-obra assalariada.*” (CARDOSO, 2003 [1961], p.348 – grifo nosso). Como se vê, a resposta de Cardoso tem dois argumentos diferentes. Veremos na próxima seção como o segundo argumento acerca da necessidade da forma de trabalho escravocrata na periferia do sistema capitalista é exatamente o mesmo de Marx, Eric Williams e Caio Prado Jr⁵⁵. Vale frisar o ponto, pois esse é, segundo o autor, o “principal resultado da monografia”, como se lê abaixo:

A partir dessa perspectiva é possível entender que, neste plano, o principal resultado da monografia consistiu em mostrar concretamente que a sociedade escravocrata constituiu-se como uma tentativa para intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado. A única forma historicamente possível de alcançar esse objetivo estava na intensificação da escravidão. Com isso, determina-se a especificidade da “escravidão moderna” no Rio Grande do Sul e, simultaneamente, torna-se possível estabelecer tanto as regras de funcionamento do regime escravocrata-capitalista quanto os limites que, nas condições em que foi criado, ele próprio se impôs. (CARDOSO, 2003 [1961], p.348 – grifo nosso)

Nesse trecho se percebe a articulação promovida pelo autor entre o imediato empírico – a escravidão gaúcha -, a mediação histórica – a escravidão moderna – e os imperativos do sistema capitalista. Por outro lado, uma modificação dessa magnitude no contexto da frágil estrutura social da sociedade gaúcha teve muitas ressonâncias nos planos político, social e econômico, responsáveis pela passagem de uma “economia precária”, cujo fundamento era a criação de gado de modo extensivo, para uma economia produtiva. Como consequência, grupos compostos por homens livres, mas sem posses, se organizavam em torno de senhores que detinham as qualidades e as posses necessárias para liderá-los. “Essa era a forma definida de existir socialmente dos agentes sociais que escapavam às posições polares do sistema escravocrata: [...] constituíam-se como uma espécie de exército de reserva, pronto para servir os interesses senhoriais.” (CARDOSO, 2003 [1961], p. 202). Como se percebe, não se tratava

⁵⁵ O primeiro argumento é uma explicação tradicional sobre a implantação da escravidão no Brasil e pode ser encontrado, inclusive, em *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 2010). Também em *Formação do Brasil contemporâneo*, mas não em *Evolução política do Brasil*, ambos livros de Caio Prado Júnior.

apenas de um exército de reserva de trabalhadores, tal como Marx teorizou, mas de combatentes, disponíveis, por assim dizer, para o exercício da violência⁵⁶. Com o apaziguamento da região, foram criadas estâncias especializadas na criação de gado que passaram a ser a fonte de poder dos senhores locais. Nelas, o trabalho escravo ocupava lugar secundário.

Com a integração da economia local aos mercados interno e platino, houve o surgimento de lucros. O enriquecimento dos senhores, que lhes propiciava comprar cada vez mais “meios de produção” - isto é, escravos – independentemente do Estado, até aí necessário para colaborar nos conflitos locais e na regulamentação das posses, fez com que a dominação política local passasse a se aproximar de um patrimonialismo societário e não-estatal. Sinal disso é que mesmo funcionários reais passaram, ali, a comprar terras e escravos com o intuito de se tornarem senhores. Se antes a posse de escravos não era decisiva para o *status* do senhor, agora passava a sê-lo.

No plano da sociabilidade, a implantação das charqueadas aprofundou a utilização direta da mão-de-obra escrava para a extração da mais-valia. Por outro lado, a acumulação dos senhores locais, derivada delas, fez com que surgisse uma economia urbana na qual os escravos também eram empregados, como em serviços de artesanato, por exemplo.

Essas são as linhas gerais do processo de *formação* do “regime escravocrata mercantil-capitalista” gaúcho - também chamado pelo autor de “regime escravocrata-capitalista”. Em uma primeira esquematização, vale observar como essa maneira de conceitualizar o sistema escravocrata gaúcho traz à tona continuidades e rupturas com relação ao dualismo vigente nas reflexões de Florestan Fernandes e do próprio Cardoso. Se é verdade que a explicação para a implantação do trabalho escravocrata já estava presente em um momento anterior da reflexão de Cardoso – momento esse, que como vimos, no qual se aproximava teoricamente de Florestan Fernandes -, a ênfase dada aos seus desdobramentos – para a implantação do capitalismo no Brasil e para as relações sociais originadas desse período - é a marca desse novo capítulo de sua vida intelectual.

⁵⁶ É notável como a passagem citada ecoa o capítulo 23 d'O Capital. E de passagem, sem querer forçar a mão, vale notar a posição, em certo sentido, não-capitalista dessa população. Como Marx observa, o “exército industrial de reserva” “pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela [a superpopulação que compõe o exército industrial de reserva] fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...] Em todos esses casos, é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas.” (MARX, 2015, p.707-8). O problema é que na economia brasileira de então, esse lugar era ocupado sempre pelo escravo, de maneira que o exército de reserva não podia desempenhar a sua função social. Ou seja, em poucos termos: os componentes dessas massas estavam *aquem* da exploração propriamente capitalista, de maneira que, para sobreviver, precisavam ser explorados de outro modo.

Como exposto anteriormente, interessa ao autor explorar de que maneira essa nova estrutura social, na qual as ideias e as práticas – nem completamente polares, nem inteiramente complementares, portanto assimétricas - capitalísticas e escravocratas passavam a dar o tom, impactava as consciências e as ações sociais de senhores e escravos.

A primeira constatação do autor é a de que existiram diversos subtipos de relações entre senhores e escravos no Rio Grande do Sul (Cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.183). Isso se deveu aos diferentes postos de trabalho que os escravos ocupavam nos núcleos familiares da região. Porém, o autor frisa que essas diferenças de regulação do trabalho escravocrata não impactavam sua própria natureza, evidenciada nas condições de vida dos escravos, nas suas socializações e nas suas formas de inserção no processo produtivo. Na verdade, os escravos eram tratados *objetivamente* de modo inferior, condição na qual eram *naturalizados* como incapazes de superar (Cf. idem, p.184). Para o autor, essa estrutura representativa dos papéis inferiores supostamente naturais dos escravos terá grande repercussão nas próprias possibilidades que seriam abertas pela Abolição. Ou seja, essa maneira de perceber as relações entre brancos e negros – forte ao ponto de não ser devidamente percebida, como assinalamos em trecho citado acima -, aliado ao descaso com que se foi feita a abolição do trabalho escravo, selará o futuro negativo que os então ex-cativos terão na ordem de classes do país.

Nesse sentido, cabe salientar a tentativa de Cardoso de perceber como as particularidades – as diversas formas de inserção do trabalho escravo nos núcleos da sociedade de castas gaúcha – figuram concretamente os impasses mais gerais, como a integração subordinada do negro na sociedade de classes brasileira. Nessa relação, tanto o particular compõe o quadro geral – que nada mais é do que o sentido geral percebido nas particularidades, que só pode ser formulado de maneira abstrata -, como esse mesmo sentido geral está presente nas particularidades. Portanto, fiel ao método de Marx, para quem o “concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.” (MARX, 2005, p.40).

Esse mesmo esforço aparecerá na análise que Cardoso empreende sobre os *limites* da relação entre capitalismo e escravidão, revelados em dois planos, profundamente relacionados: no plano da lógica produtiva do próprio sistema capitalista e no plano da consciência dos senhores. No que se refere aos impasses lógicos do sistema, a inserção da escravidão no centro da dinâmica produtiva local ocasionou o surgimento de uma contradição insuperável. Nos termos de Cardoso:

As relações de produção a partir das quais se visava intensificar a produção capitalista mercantil impediam o pleno desenvolvimento do regime capitalista, na medida em que este requer a mercantilização da força de trabalho e a escravidão constitui a mercantilização do próprio trabalhador. (CARDOSO, 2003 [1961], p.349)

Nessa altura, reencontramos a centralidade da discussão realizada previamente sobre o carácter específico da reificação na sociedade escravocrata-capitalista gaúcha. Aqui também Cardoso chegou a uma formulação estranha a Lukács: a de que *não interessa ao capitalismo a reificação completa* dos trabalhadores. Bem entendida, essa tese tem relação direta com percepção de que a eventual proletarianização dos ex-escravos representaria uma *melhoria na sua condição de vida*, elemento extravagante à tese de Marx e Lukács sobre o carácter reificado do proletariado⁵⁷. Por outro lado, cabe assinalar aqui que Cardoso refere-se, nessa passagem, à reificação *jurídica*. No caso do qual estamos analisando, o processo singular de reificação dos escravos não é apenas de grau, *mas de qualidade*; isto é, no caso gaúcho, a reificação completa – isto é, a transformação de um ser humano em mercadoria – tem pouca relação com a lógica do sistema capitalista descrita por Marx, a qual seria baseada numa certa racionalidade das forças produtivas; em contraste, trata-se de um processo instaurado *pela força* e não *pela lógica econômica* do trabalho livre, do que decorre que, no Brasil, as relações de produção predominam sobre as forças produtivas⁵⁸. Outro elemento de contraste que vale registrar é aquele em que é precisamente a superação da contradição entre a “parte livre” e a “parte reificada” dos proletários – concretizada no surgimento da “consciência de classe”, momento decisivo em que a “classe em si” se torna “classe para si” - que permitiria uma síntese, a qual, segundo o esquema lukacsiano, resultaria na revolução socialista. No país, essa contradição, embora existisse, conta com um sobrepeso do segundo elemento, o que desequilibra as chances de uma síntese transformadora.

Vejamos como concretamente a confrontação das duas lógicas – escravista e capitalista - entram em contradição, cujo resultado foi o declínio do sistema escravocrata, processo marcado pelo aumento do custo do trabalho escravo e pela perda de competitividade da

⁵⁷ Essa argumentação, aliás, ocupará lugar decisivo no debate sobre a formação do operariado brasileiro no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Entre os que exporão essa tese, está Francisco Weffort. Para um panorama, ver Pécaut (1990, p.233-4).

⁵⁸ A longa permanência dessa estruturação econômica-social pode sugerir certa dificuldade de realização capitalista no Brasil – pois, a rigor, o processo de acumulação primitiva é a gênese histórica de um processo capitalista clássico que deveria se autonomizar. “Uma vez existindo o capital, e a partir da própria produção capitalista, essa separação se conserva e se reproduz em escala cada vez maior [...]” (MARX apud RODOLSKY, 2001, p.234). Não à toa, podemos localizar aí a discussão então futura sobre o processo de reprodução do capitalismo no Brasil. Analogamente ao sugerido no trecho, para ficarmos em um exemplo, Francisco de Oliveira (2011) formulará a original ideia de “acumulação primitiva estrutural” para descrever a forma capitalista brasileira.

produção local. Para entendermos como esses processos ocorreram, é necessário que recapitulemos os elementos básicos da economia gaúcha.

Como já salientado, a economia gaúcha tinha papel subsidiário dentro da economia da interna, pois seus produtos eram consumidos justamente nos locais em que a produção era voltada para exportação. Como assinala o autor, a “produção tipicamente colonial” - da qual café e açúcar são exemplos clássicos - é assentada na exclusividade do produto no mercado internacional, o que, por sua vez, tem como fundamentos as condições climáticas favoráveis e exclusivas nas quais os produtos eram produzidos e a existência de mão-de-obra disponível para a sua realização. Mesmo quando houve a concorrência entre o açúcar brasileiro e o açúcar antilhano, vencido pelo último devido à superioridade técnica de sua produção, não houve o rompimento com as condições anteriores de produção local.

Já no contexto gaúcho, a concorrência entre as “charqueadas” brasileiras e os “saladeros” platinos representava, nada mais, nada menos, do que a disputa entre duas maneiras radicalmente distintas de produção: a primeira ligada à maneira colonial-escravocrata e a segunda propriamente capitalista (Cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.205). Cardoso explica a inferioridade competitiva do sistema escravocrata gaúcho por meio da demonstração de sua inerente *rigidez* diante da *flexibilidade* capitalista dos argentinos. Essencialmente, essa rigidez era encontrada em quatro planos: na compra da força de trabalho; no rechaço à implantação de novas tecnologias; na hostilidade desse sistema à divisão do trabalho e na consequente dificuldade de racionalização da sua produção. Tudo somado, a “*economia escravocrata se apresenta como um obstáculo fundamental para a formação do capitalismo.*” (CARDOSO, 2003 [1961], p.217 – grifo nosso). Vejamos como o raciocínio é construído.

O senhor gaúcho, ao comprar o escravo, comprava uma força de trabalho que excedia à necessidade da sua produção. Disso decorria a sua ociosidade, especialmente nos momentos de entressafra. No entanto, mesmo neles, era preciso manter os escravos ocupados, tanto por motivos de ordem econômica – era preciso explorar sua força de trabalho -, como por motivos extra-econômicos – mantê-los ativos e disciplinados. Daí a imagem – verdadeira – de constante trabalho dos setores da economia gaúcha, o que dificultava a compreensão adequada de que esse trabalho *não gerava acúmulo, pois não gerava mais-valia*. Muitas vezes, tal trabalho tinha como finalidade sustentar o próprio escravo, que precisava de recursos para se manter num estágio no qual sua força de trabalho pudesse se reproduzir. Trata-se do que Cardoso chamará de “desperdício” de trabalho (Cf. CARDOSO, 2003 [1961],

p. 226-7)⁵⁹.

Como era necessário fazer o escravo trabalhar excessivamente, a implantação da tecnologia – que tem justamente o efeito de *reduzir* a necessidade de trabalho humano – ficava sem motivo, pois, se ocorresse, os escravos ficariam ociosos. Assim, desvalorizaria-se uma propriedade, o escravo. Por isso, o racional era produzir *em mais tempo* a mercadoria e não em menos, como no capitalismo *tout court*. A mesma racionalidade impunha a ideia de que a divisão do trabalho era desnecessária, pois seus efeitos eram os mesmos. Além disso, a divisão do trabalho é um processo pautado na especialização, que pode demandar certa formação intelectual, o que era descartado pelos senhores, pois poderia implicar riscos e gastos para si. No mesmo sentido, a economia gaúcha não produzia estímulos para sua própria racionalização, o que se compreende facilmente. Por um lado, o escravo não contava com o mesmo estímulo produtivo de um trabalhador livre, que recebe um salário ao final de um dado período e pode aspirar à condição de melhoria salarial (Cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.218). Por isso o autor dirá que a “organização do trabalho escravo é uma organização contra o trabalho, isto é, contra as possibilidades de intensificar a produção.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.218). Como estamos vendo, o aumento da produção na economia escravocrata gaúcha se dava única e exclusivamente via exploração máxima do que Marx chama de *mais-valia absoluta*, cujos limites esbarram na natureza humana. Em contraste, o processo tipicamente capitalista seria aquele que se baseia na exploração da chamada *mais-valia relativa*, produzida a partir da introdução de técnicas e da divisão do trabalho. (Cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.225).

Os senhores precisavam fazer com que os escravos produzissem o máximo possível, pois necessitavam que eles compensassem o capital que haviam custado. Porém, como não havia estímulo para produzir, essa necessidade era dificilmente cumprida – e daí a violência com a qual se tratava os escravos no processo produtivo. No plano teórico, note-se o desencontro geral das categorias analíticas e das ideias forjadas para a análise do capitalismo e a realidade local: por aqui, como dito, o racional era produzir em mais tempo – com tudo que disso decorre - e não menos, como era de se esperar numa economia capitalista⁶⁰; no Brasil, o “capital variável” não era circulante, como na Inglaterra, mas “fixo” (CARDOSO, 2003, p.226); o exército de reserva não existia para ser explorado, mas estava *além* – pois

⁵⁹ Marx dirá: “O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista.” (MARX, 2015, p.307).

⁶⁰ É essa ideia que Schwarz citará em “As ideias fora do lugar” para indicar as dificuldades de se pensar a matéria local a partir do raciocínio capitalista clássico.

eram pessoas livres numa ordem escravocrata – e *aquém* da exploração propriamente capitalista – não tinham salário e etc. Cardoso afirma que tais categorias – que “aparecem contraditórias” - “revela[m], mais uma vez, a inviabilidade, em termos capitalistas, da organização escrava do trabalho.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.226). Em outro plano, não custa observar que nessa dimensão aparece claramente aquilo que Roberto Schwarz chamará de “implicação mais inovadora” da tese de Cardoso, que se refere “à *aplicação* de categorias sociais europeias (sem exclusão das marxistas) ao Brasil e às demais ex-colônias, um procedimento que leva ao equívoco, ao mesmo tempo que é inevitável e indispensável.” (SCHWARZ, 1999, p.9 – grifo do autor)⁶¹.

Em decorrência do que se viu, não surpreende que a concorrência dos senhores gaúchos com os “saladeros” capitalistas argentinos tenha causado grandes confusões no âmbito das ideias; afinal de contas, como os senhores gaúchos venceriam essa disputa impossível de ser vencida? Cardoso, alinhando-se à matriz lukacsiana, afirmava que os senhores gaúchos tinham uma consciência apenas “limitada e parcial” das causas efetivas das oscilações econômicas de sua região. Sumariamente, o autor indica que eles acertavam ao entender o sentido capitalista da empreitada, mas erravam ao adotar, inicialmente, uma posição livre-cambista à Gonçalves Chagas, que pouco tinha a ver com o lugar particular da economia do charque na economia brasileira, na qual a “formação do capitalismo era, naquela época, muito incompleta.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.204). Como explicar isso?

As formulações do charqueador e exportador português correspondiam mais às suas preferências pelo liberalismo e às informações que possuía sobre a economia liberal do que às reais necessidades da economia gaúcha. Não obstante, a concorrência platina instigava, de fato, a mercantilização da economia do charque, obrigando-a a tender para os moldes capitalistas de produção ou a desaparecer. (CARDOSO, 2003 [1961], p.204-5 – grifo nosso)

Com o correr do tempo, a posição livre-cambista foi abandonada pelos senhores gaúchos; em seu lugar, foi colocada a ideia simetricamente oposta, segundo a qual era preciso criar condições vantajosas para a produção local. Nesse caso, o contrabando e a concorrência platina ocupavam os lugares de vilões da fragilização crescente da economia da região

⁶¹ Na nota 52 do quarto capítulo de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* se lê: “Em segundo lugar, nada justifica que se analise a produção econômica escravista partindo de um quadro teórico de referência elaborado para analisar sistemas capitalistas nos quais a força de trabalho é uma mercadoria de propriedade dos trabalhadores. Creio que os próprios conceitos elaborados para descrever e explicar este último tipo de economia (basicamente as economias industriais capitalistas que empregam trabalho assalariado) precisam ser redefinidos ou utilizados com reserva quando se discutem a produção e a economia escravocrata organizada para permitir lucros. Esta crítica alcança até os trabalhos de Celso Furtado (*A Economia Brasileira e Formação Econômica do Brasil*), que tanta luz lançaram, noutros pontos, para a compreensão da economia escravocrata.” (CARDOSO, 2003, p. 237).

meridional do país. Porém, o fato era que o charque platino era tributado e mesmo assim continuava a ter um preço mais competitivo do que o congênere local. Não deixa de ser sintomático da situação ideológica apontada o que os charqueadores locais, mesmo reclamando de maior proteção à sua produção, apontavam que o excesso de tributação em outros produtos era o responsável pelo contrabando.

Em contraste com essa posição, defendida no jornal gaúcho *O Pelotense*, o jornal fluminense *O Correio do Brasil* adotava a posição liberal ao apontar que o encarecimento do charque prejudicaria os interesses nacionais, na medida em que elevaria os custos reprodutivos dos setores agro-exportadores do país. Nesse cenário, o conflito de interesses assumia a forma *aparente* – mas nem por isso inteiramente *falsa* – de um conflito político, no qual o “Sul” do país era dominado pelo “Norte”, identificado com os interesses do açúcar e do café e controlador do Estado. Esse conflito assumia formas violentas e culminou, segundo Cardoso, na revolta dos Farrapos (cf. CARDOSO, 2003 [1961], p.209-10). A situação gaúcha ficou ainda pior quando o tráfico de escravos foi proibido nos meados do século XIX, fato que selou o destino de sua estrutura produtiva.

Nesse aspecto, interessa frisar como os senhores gaúchos, no geral, não conseguiram se atentar para o conflito de fundamento econômico que se explicitava, prendendo-se a supostos conflitos políticos – que, claro, podiam existir, mas como sintomas, não como causas. Sobre isso, dirá Cardoso:

Em geral, fatores secundários no processo econômico assumem papel primordial nas tentativas de explicação que foram empreendidas. Isso significa que as formas de consciência social desenvolvidas pelas camadas dominantes não permitiram que os problemas reais da economia gaúcha caíssem no horizonte de sua *crítica*. *Nem poderia ser de outro modo, pois a percepção mais profunda da situação real obrigaria o desenvolvimento de formas de consciência e de crítica impossíveis para os charqueadores: a instabilidade e a desvantagem quase permanente das condições de concorrência da economia rio-grandense deviam-se à própria forma básica de constituição e organização do trabalho na sociedade escravista*. Assim, o conhecimento objetivo da situação, sua *crítica* e o encaminhamento de soluções levariam à negação das condições que garantiam a situação estamental a que se ligavam criadores, charqueadores e exportadores. Era, por isso mesmo, socialmente inexequível. Por este motivo, a consciência desenvolvida foi quase sempre limitada ao plano político, deixando à margem as condições propriamente sociais e econômicas. (CARDOSO, 2003 [1961], p.214-5 – grifo nosso).

Isso não quer dizer, no entanto, que Cardoso esposava uma perspectiva que negava potência às ações dos agentes sociais, como aponta uma crítica conhecida que a rotula como “determinista”. Voltaremos ao assunto adiante, mas vale frisar que essa concepção da consciência não torna a agência dos atores sociais ineficaz, mas aponta para a dificuldade de percepção que as situações lhes impõem. Naturalmente, uma percepção turvada *pode* resultar

numa ação ineficaz; mas pode ser que resulte no oposto. Por outro lado, a afirmação de Cardoso sobre o turvamento da percepção dos senhores gaúchos deve ser encarada como referente ao posicionamento *típico* desses senhores e não como uma afirmação de que *todos* estavam impedidos de perceber a profundidade do problema posto.

No plano da consciência, vale destacar o modo pelo qual a almejada objetividade dos senhores – ou seja, a condição na qual suas percepções não estariam embaraçadas pela *ideologia* – aparece na obra de Cardoso. Ela o faz por meio da noção de *crítica*, conforme destacamos. Ao estudar as determinações próprias da consciência singular dos senhores gaúchos, Cardoso usa as categorias polares “ideologia” e “crítica” para problematizar a relação entre “aparência” e “essência”.

Ainda no plano da consciência, cabe discutir de que maneira Cardoso interpretou as possibilidades de ação dos escravos e ex-escravos – ponto no qual a obra costuma ser mal-avaliada (CARVALHO, 2005), inclusive por estudiosos da sua obra (RODRIGUES, 2011; LIMA, 2015), que entendem que o autor não conseguiu articular de maneira adequada os impasses ideológicos que assinala com os processos de estruturação e desestruturação da sociedade que analisa. Essa é uma questão importante, pois toda uma corrente crítica da historiografia, em especial aquela sediada na Universidade Federal Fluminense (UFF), esposará esses reparos à chamada “escola sociológica paulista” com acento especial naqueles que identificam como formuladores da “teoria do populismo”. A questão em pauta é decisiva, pois coloca em questão a interpretação de Cardoso sobre as possibilidades de ação dos sujeitos sociais a partir de seus vínculos com as especificidades da formação social nacional.

Sem dúvidas a temática da monografia de Cardoso tem a intenção de dialogar diretamente com os estudiosos das relações raciais no Brasil do período, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo, ambos presentes em sua banca de doutoramento⁶². E como se viu, um dos pontos reiterados na “Introdução” é que o método dialético seria superior aos demais porque ofereceria melhores *interpretações* sobre as conexões presentes na realidade. Aliás, no caso que estamos estudando, o livro pretende ser uma avaliação da totalidade social da sociedade escravocrata gaúcha do ponto de vista dos escravos. Salvo melhor entendimento, nesse plano, Cardoso parece dividir sua interpretação sobre as possibilidades da consciência dos escravos e ex-escravos em dois momentos lógicos distintos.

⁶² “As interpretações desenvolvidas neste trabalho sobre as condições de existência social do escravo *confirmam e ampliam* os resultados conhecidos sociologicamente sobre a situação do negro na sociedade brasileira de castas. Em todos os sistemas de convivência social de que os escravos participaram no Rio Grande do Sul, sua condição básica definiu-se pela alienação social das qualidades de pessoa humana.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.350-1 – grifo nosso)

Em um primeiro momento, o autor destaca que a concepção dos escravos como objetos e a brutal violência sob a qual eram socializados destruía, logicamente, as possibilidades de qualquer ação reativa coordenada entre eles⁶³. Por isso mesmo, seguindo aqui a tese de Lukács (2003) sobre a reificação no proletariado, “a alienação do escravo *tendeu* a ser completa.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.351 – grifo nosso). Por outro lado, o autor observa que as socializações diversas pelas quais os escravos passavam nos núcleos familiares gaúchos fazia com que os processos de alienação e reificação se dessem de maneiras diferentes. Para sumarizar o argumento de Cardoso, os escravos socializados na esfera doméstica sofriam um processo menos intenso de reificação do que aqueles que eram obrigados a trabalhar diretamente na produção. Por isso afirmará que os primeiros sofreram um processo de reificação “relativa”, em contraste com os segundos (Cf. idem, *ibidem*). Note-se que o uso que Cardoso faz da categoria reificação é distinto daquele feito por Lukács, que não aceitaria que uma situação empírica alterasse o juízo sobre a reificação de uma relação social. Nessa argumentação, há uma evidente confusão entre os planos teórico e empírico da parte de Cardoso, possivelmente causada pela desorientação oriunda da estranha situação, por nós já mencionada, a respeito da mobilização dessa categoria em um contexto escravocrata.

O que se percebe na argumentação de Cardoso é uma tensão entre uma teoria que afirmava a reificação virtualmente completa do escravo – que, afinal de contas, *era uma mercadoria e tratado como tal* – e um achado: a alienação e a reificação dos escravos não foram completas – como aliás, também supunha Lukács (2003, p.346-7) em sua análise sobre o proletariado. Foram, como se lê acima, “relativas”. Em outro trecho decisivo:

Com efeito, só aparentemente a reificação do escravo foi completa. Na verdade, o escravo negava subjetivamente a condição que lhe era imposta e procurou transformar, dentro dos limites socialmente existentes, a situação social em que o envolveram. Nas reações violentas contra a violência senhorial institucionalizada e nas fugas constantes, o escravo exprimia a qualidade fundamental de homem,

⁶³ “A definição do escravo como um *objeto* e a incapacidade de o escravo realizar socialmente desígnios seus, ou de sequer concebê-los, marcam a situação social do escravo. Por outro lado, a forma violenta pela qual os dominadores impunham seus interesses e sua vontade aos escravos, obtendo, dessa maneira, a transformação do negro em *instrumento*, exprime a forma específica que a dominação senhorial assume na sociedade escravocrata. A escravidão é um sistema de dominação no qual transparece de forma pura a relação que existe obscurecida em qualquer outro sistema social baseado na superposição de camadas portadoras de interesses antagônicos: a integração do sistema mantém-se pelo exercício da violência. A imagem do escravo como *objeto* e a heteronomia na ação que os dominadores impõem aos dominados no regime escravocrata são obtidas pela coação aberta e contínua e pela socialização do escravo para suportar o exercício da violência no desempenho das funções que deles esperam os senhores. Nas situações em que o regime escravocrata se desenvolve plenamente os escravos, além disso, são socializados apenas para as tarefas da produção escravista. Dessa forma o sistema resguarda-se contra possíveis reações dos cativos, destruindo as possibilidades de ação coordenada contra o sistema servil: o escravo torna-se um ser parcial, capaz apenas de executar as formas mais rudes de trabalho. Por isso, a socialização parcial, inadequada para o desenvolvimento de personalidade humana, e a violência constante constituem os mecanismos básicos de sustentação da ordem escravocrata.” (CARDOSO, 2003[1961], p.351 – grifo do original)

negando, na prática, a representação que dele se fazia como um ser capaz apenas de realizar a vontade e os interesses dos que socialmente eram os seus contrários. Por isso, a escravidão era o vulcão em que assentava a sociedade, e esta se tornou a fonte de uma situação de violência para ambos, senhores e escravos. (CARDOSO, 2003 [1961], p.352 – grifo nosso)

Ou seja: embora a reificação tenha atingido o seu patamar máximo na figura do escravo, ele resistiu e atuava como podia dentro de uma ordem que lhe abria pouquíssimas oportunidades – educacionais, profissionais, organizativas etc. Trata-se de uma tese original de Cardoso, na medida em que, como vimos anteriormente, Lukács, ao tomar a escravidão no seu sentido *antigo* – isto é, pré-capitalista – sustentava que os explorados desse regime de trabalho sofriam menos com o processo de reificação (Cf. LUKÁCS, 2003, p. 207). Por outro lado, a tese de Cardoso diverge da adotada por Lukács por dois outros vieses contraditórios. Em primeiro lugar, demonstra que seria inadequada a ideia de que “a reificação deve se manifestar nelas [nas formas de existência do proletariado] de modo mais marcante e mais penetrante, produzindo a desumanização mais profunda.” (LUKÁCS, 2003, p.309); isto porque, embora o proletariado venda a sua força de trabalho – tomada por Lukács como a essência humana, raiz da sua futura formulação acerca da ontologia do ser social -, ele não é *juridicamente* uma mercadoria, como o escravo, cuja situação, nesse sentido, é mais extrema. Em segundo lugar, Cardoso contraria a tese de Lukács segundo a qual “sua consciência [do proletariado] constituirá a *autoconsciência da mercadoria* ou, expresso de modo diferente, o autoconhecimento, o autodesvendamento da sociedade capitalista, fundada sobre a produção de mercadorias, sobre relações de mercado.” (LUKÁCS, 2003, p.341 – grifo do original). Segundo esse raciocínio, seria de se esperar que o escravo – esse sim sujeito tornado completamente mercadoria – fosse também o portador dessa “autoconsciência da mercadoria”, mas não o era na medida em que a rigidez da estratificação social da sociedade gaúcha impedia qualquer desenvolvimento de maior capacidade organizativas/políticas dos escravos. Em suma: ao contrário do “negativo” do capital, Cardoso se deparou com um *déficit de negatividade*⁶⁴.

Como observa Lubomir Sochor (1987, p.20), são dois os pilares do marxismo de Lukács

⁶⁴ De forma alternativa, poderíamos dizer que o estudo de Cardoso acaba por desautorizar a ideia de Lukács sobre a transformação da *quantidade* da reificação sofrida pelo proletariado em uma *nova qualidade*, identificada com a emancipação. Nessa argumentação, Lukács se vale explicitamente de Hegel, para quem esse princípio seria nada mais, nada menos, do que o “surgimento da autêntica forma objetiva do ser, o rompimento daquelas determinações confusas da reflexão, que deformam a verdadeira objetivação no grau de uma atividade simplesmente imediata, passiva e contemplativa.” (LUKÁCS, 2003, p.337). Nesse sentido, é lícito imaginar que Cardoso tenha se deparado com uma *dialética negativa*, na qual o esforço de superação contido na sua versão hegeliana, resta inadequado. Esse tema reaparecerá em Roberto Schwarz. Sobre o esforço de Hegel para “positivar” da dialética, ver SAFATLE, 2011.

em *História e consciência de classe*: a noção de totalidade concreta e a identidade sujeito-objeto. Se a primeira ocupa largo espaço na tese de Cardoso, a segunda é rompida em favor de uma análise sociológica que diagnostica os efeitos bloqueadores da ordem social sobre os escravos, que nem por isso deixavam de procurar melhores condições de vida, embora o fizessem de modo atomizado – isto é, sem uma verdadeira consciência de classe, ideia que emprestaria o aspecto-chave da identidade sujeito-objeto em *perspectiva revolucionária*. Com isso, a perspectiva revolucionária, uma das fundações da dialética materialista segundo o Lukács de *História e consciência de classe*, é negada, restando apenas sua outra parte, a noção de totalidade. Veremos como a mesma ideia reaparecerá nos seus textos futuros. Por enquanto, cabe registrar que não é difícil perceber que essas teses só poderiam ser formuladas *na periferia do sistema capitalista*, constituído por lugares nos quais capitalismo e escravidão andaram juntos.

No mesmo assunto, alguém poderia argumentar que Lukács, à sua maneira, identifica um déficit de negatividade no caso dos escravos – o que relativizaria a originalidade da tese de Cardoso. Recorrendo ao Marx de *Sobre a crítica da economia política*, o filósofo húngaro é bastante claro ao afirmar um contraste essencial entre escravos e proletários: os primeiros seriam tomados imediatamente como membros da organização social, o que resultaria numa dominação qualitativamente distinta daquela sofrida pelos proletários, cuja situação, definida pela venda de sua força de trabalho, suporia uma inserção *individual* no processo produtivo. Daí que a contradição de sua personalidade dividida pudesse ensejar uma revolução. (Cf. LUKÁCS, 2003, p.340).

Essa argumentação incorreria no erro de esquecer, no entanto, que Lukács encara a escravidão como parte de “formas sociais *precedentes* e mais naturais” de dominação (cf. LUKÁCS, 2003, p.340), o que revela que sua referência é a *escravidão antiga*. Ora, a escravidão analisada por Cardoso é *moderna* e *coetânea* ao processo de reificação pelo qual passava o proletariado europeu, do que segue que, como originada pelo capitalismo comercial, tal como ensinou Caio Prado Júnior, ela deve ser pensada tendo como referência à *modernidade das relações de dominação*. Essa percepção é contra-intuitiva pois ultrapassa o imediatamente empírico, que geraria o engano de identificar a escravidão antiga e a moderna como *escravidão pura e simples* – o que implicaria deixar de lado precisamente as mediações que tornam a análise concreta. Consequentemente, o imediatamente empírico também seria enganoso pois faria crer que o país contava com uma mão-de-obra “atrasada”, em detrimento da mão-de-obra livre, identificada como a sua versão “avançada”. Ou seja: o imediatamente empírico gerava uma sensação de dualidade, em parte falsa – porque não éramos

propriamente “atrasados” - e em parte verdadeira – porque estávamos realmente aquém das condições européias” -, a qual enganou por muito tempo a inteligência brasileira.

Como observa Pedro Lima (2015, p. 132), na construção lukacsiana acerca da noção de “consciência de classe” há uma centralidade da ideia de *interesses* (Cf, LUKÁCS, 2003, p.334). Ora, os interesses são *socialmente* esclarecidos, o que implica dizer que são necessários meios para que isso ocorra – daí a importância, para ficarmos no exemplo do filósofo húngaro, do partido revolucionário. Estando aquém da ordenação social que lhe permitiria conhecer os seus interesses, os escravos se poriam contra a ordem na forma de “revolta” e não como “ação capaz de reconstruir, *na base dos próprios interesses*, a ordem social.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.352 – grifo nosso). Daí a comparação que Cardoso, inspirando-se demasiadamente em Lukács, faz entre o proletariado e os escravos: se ambos são os limites dos sistemas econômicos que sustentam, apenas o proletariado teria a chance de superar as contradições sociais capitalistas. Por quê? Porque os escravos não teriam tido condições socio-históricas que lhe permitissem deter o ponto de vista objetivo acerca do funcionamento contraditório do sistema social do qual faziam parte. *Cum grano salis*, poderíamos dizer que, se Lukács pode ter razão ao afirmar que Kant cometeu o equívoco de tomar o sujeito burguês como matriz do “sujeito transcendental”, o próprio Lukács teria se afobado ao fazer do proletariado o seu “sujeito transcendental”. Por outro lado, em termos gerais, essa conclusão aproxima, em alguma medida, o achado de Cardoso da trilha de certo desencantamento frankfurtiano, que chegou à posição similar, embora no contexto distinto de sua análise do capitalismo monopolista (ADORNO, 1986, p.74).

Se as “determinações essenciais” bloqueavam as percepções sobre as possibilidades da completa emancipação de que talvez os escravos fossem portadores, o fato é que houve, como revela a dimensão empírica da pesquisa, destinos variados entre os ex-escravos durante o processo de formação da ordem social de classes no Brasil. Em particular, Cardoso sublinhará a existência de “dois tipos básicos e polares de ajustamento”: por um lado, haveria uma integração passiva, corporificada pela massa de ex-escravos que não dispunham dos recursos mínimos necessários para o exercício da cidadania. Essa massa se ajustava seguindo os padrões redefinidos pelos brancos, que passaram a racionalizar as diferenças sociais em termos biológicos. Sinal dessa aceitação era o “ideal de branqueamento” por parte dos negros. Por outro lado, havia uma segunda forma de integração, pautada na tentativa de empreender uma “reação crítica” diante da espoliação social a qual os negros estavam submetidos. Os escravos que tomavam essa posição eram ligados às funções urbanas ou domésticas. E este é precisamente o ponto no qual o resultado a que havia chegado em seu estudo sobre

Desterro/Florianópolis é confirmado – isto é, a “ideologia racial do negro” (CARDOSO e IANNI, 1960) é confirmada e seus pressupostos históricos, bem como os seus possíveis desdobramentos, também são indicados.

Os escravos desse tipo puderam, beneficiando-se de melhores condições materiais e morais de existência, tentar uma tomada de consciência da situação de alienação e espoliação social a que haviam sido reduzidos. A tentativa de formulação de uma "ideologia de negritude" e a luta contra o preconceito foram os recursos utilizados para a re-socialização do negro, para a tentativa de reeducação dos brancos e para a transformação das condições morais e materiais de existência da comunidade negra. Esses esforços constituíram as tentativas mais grandiosas que os negros rio-grandenses puderam empreender como um momento de sua luta contra a alienação social. (CARDOSO, 2003 [1961], p.354)

Por sua vez, os senhores não deixaram de sofrer a alienação ao seu modo, pois tornaram-se reféns do sistema social que haviam criado: para tudo dependiam dos escravos, vistos como seus opostos. Pelos elementos apontados, conclui-se que parecem parciais, porque unilaterais, os juízos que sublinham o suposto determinismo com que Cardoso trataria a consciência social, principalmente dos escravos. De fato, parece haver uma tensão entre categorias e realidade social que a análise não resolve, mas se mostra consciente de sua existência.

Por fim, vale sublinhar a forma pela qual Cardoso argumenta que a análise do caso da economia escravocrata gaúcha pode servir para entender a generalidade dos entraves que a escravidão impõe ao desenvolvimento capitalista. Já vimos que:

A situação descrita e analisada neste capítulo, foi, sob certos aspectos, particular às condições da economia do charque, mas acredito que possua significação geral em termos da economia escravocrata. Ela mostra que o regime servil limita as possibilidades da racionalização da vida econômica e, por consequência, de desenvolvimento do capitalismo. Insisto sobre este ponto porque, como é sabido, o regime escravista desenvolveu-se no Brasil como um recurso para a obtenção de mão-de-obra abundante para a produção mercantil de produtos agrários tropicais numa economia que supunha já o desenvolvimento do capitalismo comercial. Sabe-se que tal sistema funcionou adequadamente, isto é, permitiu lucros elevados ou razoáveis, por muito tempo. (...) Não obstante, a análise que fiz demonstra que, teoricamente, o regime escravocrata acaba por tornar-se um entrave para o desenvolvimento do capitalismo independentemente das possibilidades de suprimento de escravos, tão logo haja necessidade de intensificar os meios técnicos de produção e de apelar para a calculabilidade e para a economia dos fatores de produção. (CARDOSO, 2003 [1961], p.224-5)

Agora cabe refletir sobre as razões pelas quais a economia escravocrata gaúcha oferece, por assim dizer, uma “vantagem epistemológica” para conhecer os fatores determinantes da limitação lógica da relação entre capitalismo e escravidão. A resposta de Cardoso se articula em torno de pontos que já destacamos: embora seja uma economia com a mesma base produtiva – a escravidão –, a economia gaúcha era uma economia *mais frágil* e subsidiária do

setor exportador brasileiro. “Mais frágil” porque nunca teve um “produto tipicamente tropical e colonial” que proporcionasse enormes lucros. É por ser mais frágil, uma *particularidade* sua, que ela demonstraria mais claramente os limites *gerais* do sistema sobre o qual se assenta.:

Se, a partir dos resultados do sistema mais simples, não se pode explicar o mais complexo, nele aparecem claramente algumas determinações gerais que ficam obscurecidas nas formas mais complexas de integração da ordem escravocrata. (CARDOSO, 2003 [1961], p.345-6)

Algo similar ocorre no plano social. Ou seja, o sistema escravocrata gaúcho na sua configuração singular expressou padrões gerais da escravidão brasileira. Nesse sentido, percebemos a existência de múltiplos níveis de totalidade que se articulam em níveis crescentes de complexidade, dos quais talvez o mais abstrato – e nem por isso menos concreto – seja a relação lógica e histórica entre capitalismo e escravidão. Na próxima seção, analisaremos brevemente alguns autores lidos por Cardoso que, ao que tudo indica, foram essenciais para a conformação de seus argumentos sobre tal relação.

Influxos teóricos

Quando publicou o seu doutorado em formato de livro, Cardoso alterou o seu título: o trabalho que se chamava *Formação e desintegração da sociedade de castas. O negro da ordem escravocrata do Rio Grande do Sul* passou a ser intitulado *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, título pelo qual a tese ficaria consagrada. A mudança não é inocente: se o primeiro estava nitidamente no campo teórico delimitado pelo programa de Florestan Fernandes – campo no qual a sociologia weberiana ocupa espaço central, como sugere a ideia de “castas” –, o segundo é uma inflexão nítida no sentido do que se poderia chamar, sem meias palavras, de sociologia marxista. Essa inflexão ocorreu apoiada em uma série de trabalhos que inserem o livro de Cardoso em um campo teórico-metodológico comum.

O primeiro desses trabalhos é o próprio *O capital*. Já notamos que os capítulos 24 e 25 do principal livro de Marx representam várias mudanças - na maneira de expor os argumentos, no tema e no próprio tom da exposição, por exemplo - em relação ao que lhes antecedia. Parece-nos que Cardoso tinha em grande conta tais capítulos, pois alguns argumentos utilizados por Marx neles estão nitidamente incorporados ao seu texto. Vejamos os principais exemplos.

No capítulo intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, do tomo I de seu principal livro, Marx destaca as origens não-capitalistas do capitalismo. Para se afirmar como

modo de produção dominante, o capitalismo teria dependido de uma acumulação prévia de capital (Cf. MARX, 2015, p.785). Esse argumento, como vimos, é utilizado por Cardoso para interpretar a escravidão brasileira, simultaneamente, como pré-requisito e obstáculo para a formação da ordem capitalista – de classes – brasileira. Ao afirmar a dimensão impeditiva da escravidão no que se refere à formação do capitalismo brasileiro, Cardoso sublinha que ela impedia a *racionalização* dos interesses, tanto dos escravos como dos senhores, meio pelo qual chega-se ao problema da mentalidade moderna no país.

Ao analisar concretamente a sociabilidade capitalista, Cardoso chega à conclusão, em parte paradoxal, mas tributária da própria hipótese de Marx acerca do surgimento do capitalismo, de que o início da formação capitalista – que merece esse título porque impera nela a lógica social do capital – ocorre em um contexto no qual a mentalidade social predominante não é propriamente capitalista. Como vimos, a transição para a versão plenamente moderna do capitalismo é traumática para essa mentalidade, que não é também propriamente pré-capitalista⁶⁵. A ambiguidade com que Cardoso trata a ideia da relação entre capitalismo e escravidão no Brasil – ora afirma que o capitalismo brasileiro não estava completo, ora afirma que se tratava de um regime “escravocrata-capitalista” - parece ter relação direta com esse problema da transição de uma ordem social para a outra. Ora, cumpre observar que tal problema pode ser combinado com a tese dualista e modernizadora acerca do escasso desenvolvimento da mentalidade “moderna” - capitalista – no país, que ainda não haveria logrado realizar a transição da modalidade tradicional de sociedade para a (vista como) subsequente etapa moderna. Assim, ao sublinhar essa temática especialmente cara às teorias da modernização então em voga, o marxismo de Cardoso travava debate com a sociologia então convencional.

No mesmo capítulo, Marx também enfatiza a violência do processo que dá origem à acumulação primitiva de capital, em contraposição à narrativa idílica formulada pela economia política clássica, assentada na suposta racionalidade econômica *natural* compartilhada pelos seres humanos. Novamente tem-se aqui um argumento de Marx que pode ser combinado com a identificação da relação violenta entre negros e brancos, a léguas de distância de uma suposta “democracia racial”. É precisamente na confluência entre violência, escravidão e acumulação primitiva que Cardoso parece se apoiar para identificar o grau extremo de violência com a qual o escravo brasileiro foi tratado, o que tornava suas possibilidades emancipatórias pequenas. Destaque-se: violência, aliás, maior do que a sofrida pelos camponeses ingleses que tiveram suas terras expropriadas, pois a condição humana não

⁶⁵ Esse tema será finamente trabalho na tese de doutorado de Fernando Novais, outro ex-seminarista.

lhes foi tomada. Perceba-se que Marx e Cardoso operam, nesse ponto, críticas das ideologias: tanto a economia política clássica como a tese da “democracia racial” *naturalizam* uma suposta realidade e pressupõem que as razões pelas quais ela foi atingida são oriundas de processos racionais nos quais as desigualdades e a violência não tiveram papéis relevantes.

Mas talvez seja no capítulo 25 de *O capital*, “A teoria moderna da colonização”, que encontramos o principal elemento que marcará o conjunto de trabalhos aos quais nos referiremos mais logo adiante. Nele, Marx, por meio do estudo das teses de Edward Gibbon Wakefield sobre os impasses da colonização inglesa nas treze colônias, argumenta que os pressupostos verdadeiros da economia capitalista são encontrados nas regiões periféricas, nas quais as economias são mais frágeis – argumento, aliás, ecoado fortemente na tese de Cardoso sobre o porquê do sistema escravocrata gaúcho ser o mais adequado para revelar as determinantes essenciais e os obstáculos lógicos e históricos do sistema escravocrata-capitalista brasileiro.

Para sintetizar, Wakefield teria identificado, involuntariamente, que o pressuposto necessário para a implantação de uma ordem econômica capitalista é a cisão entre trabalhadores e meios de produção e que o capital é, portanto, uma relação social. O filósofo alemão sublinha:

O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo e proclama bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada capitalista – exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador. (MARX, 2015, p.844)

Daí a necessidade da escravidão na periferia do sistema. A escravidão é a fabricação *forçada* de trabalhadores no local e, ao mesmo tempo, é a responsável pelo impulso do comércio internacional de escravos, movimento no qual o capital se realizava. Nesse sentido, Marx demonstrava que a organização do sistema capitalista nada tinha de *natural*, como suporiam certas teorias clássicas, mas foi um processo *politicamente orientado*. Conectando os dois polos aos quais acabamos de nos referir, diz Marx:

Ao mesmo tempo que introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo. (MARX, 2015, p.829)

O trecho de Marx é eloquente e sugere que aquilo que é disfarçado na Europa – entenda-se, disfarçado pela *ideologia* – não o era no Novo Mundo, lugar no qual a violência do

sistema se revelava. Para demonstrar como, ao contrário do que se supunha, a região mais abertamente capitalista era o Novo Mundo, Marx conta a história do Sr. Peel, um *gentleman* inglês que levou para Austrália, então Nova Holanda, com fins de se estabelecer, dinheiro e três mil pessoas. O problema é que depois de certo tempo, essas pessoas foram produzir por conta própria e deixaram o sr. Peel sem funcionários. A anedota demonstra a *centralidade do trabalho* reprimido na (re)produção das condições que propiciam o sistema capitalista.

A história não teria maior interesse para nós se ela não estivesse reproduzida, quase *ipsis litteris*, logo no início de *Capitalismo e escravidão* de Eric Williams (WILLIAMS, 2016 p.31), livro cujo título foi, provavelmente, a fonte de inspiração para a mudança do título do livro de Cardoso (LIMA, 2015, p.101). Mas mais do que isso: o livro de Williams retoma e aprofunda as teses de Marx sobre a relação entre capitalismo, escravidão, centro, periferia e acumulação primitiva e parece ter sido utilizado por Cardoso na confecção de seus argumentos. Não é à toa que o nosso autor dirá, embora descartando reconstituir todas as mediações históricas que o levariam muito longe:

Seria possível levar um pouco mais longe a análise para mostrar que ainda não era neste nível - dos interesses da Nação, isto é, dos grupos dominantes do país que deveríamos procurar a explicação global dos mecanismos de sustentação da escravidão como instituição e de sua validação no plano ideológico. Realmente, o ângulo mais completo e complexo, a partir do qual se pode explicar a escravidão no Brasil, situa-se na discussão da formação do sistema capitalista mundial. Entretanto, seria escapar demasiadamente dos padrões relativos a uma monografia como essa enveredar por uma análise desse tipo. Ver Eric Williams, *Capitalism & Slavery*, já indicado. (CARDOSO, 2003 [1961], p.287)⁶⁶

Note-se: o livro de Williams tem a peculiaridade de tratar da relação da escravidão que contou com a formação clássica do capitalismo, a Inglaterra, de maneira que pôde constituir intuições importantes sobre a conformação do mercado mundial. É por isso que o historiador trindadense poderá dizer que “embora trate especificamente da Inglaterra, [seu livro] traz o título geral de *Capitalismo e escravidão*. A rigor, o título *Capitalismo britânico e escravidão* pode ser mais preciso, mas seria genericamente falso. O que foi característico do capitalismo britânico foi típico do capitalismo na França.” (WILLIAMS, 2016, p.283). Aqui reaparece a

⁶⁶ A mesma argumentação também aparece em *História e consciência de classe*: “Temos de nos contentar com a constatação de que o desenvolvimento do capitalismo moderno não somente transforma as relações de produção conforme sua necessidade, mas também integra o conjunto do seu sistema as formas do capitalismo primitivo que, nas sociedades pré-capitalistas, levavam uma existência isolada e separada da produção, e as converte em membros do processo doravante unificado de capitalização radical de toda a sociedade (capital mercantil, função do dinheiro como tesouro ou como capital financeiro etc.) Embora essas formas do capital estejam objetivamente submetidas ao processo vital próprio do capital, à extração da mais-valia na própria produção, elas só podem ser compreendidas, portanto, a partir da essência do capitalismo industrial [...]” (LUKÁCS, 2003, p.210-1). Mais uma vez, podemos destacar aqui a maneira *combinatória* como a qual Cardoso buscou operar as suas referências teóricas, de Marx a Lukács, de Williams a Prado Júnior.

oposição “centro” e “periferia”, cuja marca aparece na necessidade de Cardoso situar especificamente o processo concreto no Brasil meridional. Nesse caso, não se pode dizer que o que foi típico do capitalismo inglês tenha estado presente no capitalismo brasileiro, *ao menos na mesma forma*.

No livro de Williams, a tese acerca da necessidade econômica da escravidão para o acúmulo de capital na periferia do sistema é explorada com profundidade:

A superioridade econômica do trabalho assalariado livre em relação ao trabalho escravo é evidente até mesmo para o dono de escravos. A mão de obra escrava trabalha com relutância, não é qualificada, falta-lhe versatilidade. Em igualdade nas demais condições, é preferível o homem livre. Mas nas fases iniciais do desenvolvimento colonial, as demais condições não são iguais. *Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há escolha*. As razões da escravidão, escreveu Gibbon Wakefield, “são condições não morais, e sim econômicas; dizem respeito não ao vício e à virtude, e sim à produção.”. Com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover a quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo. Por isso foi *necessária* a escravidão; e para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígenes e depois à África. (WILLIAMS, 2016, p.33 – grifos nossos)

Além da tese acerca da razão pela qual a escravidão ressurgiu no mundo moderno, o livro de Williams apresenta outras conclusões que foram incorporadas ao trabalho de Cardoso. A primeira delas se refere ao problema que expomos acerca da relação descompassada entre a mentalidade dos sujeitos históricos e aquilo que realizam. Ecoando Marx, afirma Williams:

Os homens, ao buscar seus interesses, raramente têm consciência dos resultados finais de suas ações. O capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio. Mas, com isso, ajudou a criar o capitalismo industrial do século XIX, que se virou e destruiu a força motriz do capitalismo mercantil, a escravidão, e todo o seu funcionamento. Sem uma compreensão dessas mudanças econômicas, a história do período não tem sentido. (WILLIAMS, 2016, p.284)

Como se vê, Williams empreende uma análise segundo a qual o capitalismo mercantil, com seu comércio escravocrata, é um pressuposto e um obstáculo à forma mais evoluída do seu gênero, o capitalismo industrial. Correndo o risco de frisar o óbvio, trata-se exatamente do mesmo argumento levantado por Cardoso na sua análise sobre o papel da escravidão na conformação do capitalismo rio-grandense. No entanto, há uma diferença de nível analítico: enquanto Williams se refere à conformação do sistema capitalista central – a Inglaterra industrial –, Cardoso se refere ao âmbito gaúcho, que constitui, por assim dizer, a periferia do sistema. Isso impôs a Cardoso que construísse mediações teóricas, inclusive por meio do que chamava sartreanamente de “totalidade singular”, que desse conta dessa

particularidade. Embora o processo de pesquisa demonstre a estruturação singular desse sistema, do que decorre que o trabalho traga no seu título rebatizado a especificação “no Brasil meridional”, as conclusões sobre o funcionamento do sistema capitalista são as mesmas.

Por outro lado, no plano da consciência, essa contradição entre pressuposto e obstáculo se resolve de maneira difícil – ou não se resolve, como revela a sensação catastrófica dos sujeitos envolvidos nesse processo. Como o próprio historiador observa:

Para a grande maioria dos responsáveis pela política britânica, a perda das colônias americanas parecia uma catástrofe. Na verdade, como vimos rapidamente, mostrou-se como o início de um fecundo período de poder político e formação de riquezas na Inglaterra que ultrapassou em muitos todas as incontestáveis realizações do período anterior. (idem, p.284-5)⁶⁷

Ora, teria sido precisamente o caso dos senhores gaúchos, também assolados pela “consciência catastrófica” da extinção das suas condições de lucratividade. Apesar do relativo enfraquecimento pelo qual passaram, isso não resultou em completa anulação de suas forças políticas. Aliás, nesse sentido, Williams também observará que um setor cujas ideias e interesses foram derrotados pela história pode ainda preservar poder e servir de obstáculo à implantação de uma nova estrutura social, o que “só se explica pelos grandes serviços que prestou anteriormente e pela posição entrincheirada que conquistou.” (idem, p.286). Isso implica a afirmação de que tais ideias e interesses continuam a vigorar mesmo que seus pressupostos históricos tenham terminado. Salvo engano, a construção do argumento de Cardoso em torno das modificações que o racismo sofreu após a Abolição carregam em si algo dessas ideias – que, naturalmente, se combinam não apenas com a análise concreta feita pelo autor, mas também pelos achados das pesquisas prévias sobre as relações raciais no Brasil que Florestan Fernandes, seu orientador, conduziu. O que se pode sublinhar aqui é que Cardoso – em movimento intelectual bastante similar ao realizado por Schwarz – buscou as *complementaridades possíveis* entre os trabalhos de variadas naturezas teóricas e metodológicas.

Como observa Rafael Marquese (2016, p.16), há notáveis semelhanças entre o trabalho de Williams, publicado em 1944, e os de Caio Prado Junior, que publicou alguns de seus principais livros alguns anos antes. Tanto Williams como Prado Junior enfatizam a importância da economia escravocrata periférica, principalmente a prevalecente na zona

⁶⁷ Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado observará o mesmo fenômeno no momento em que o fim da escravidão se aproximou no Brasil do século XIX (FURTADO, 2010, p.198-9).

tropical do globo terrestre, na formação do capitalismo europeu, no que seguiam Marx, assim como sublinham a importância decisiva e negativa da herança colonial na conformação dos países do Caribe e da América Latina. São esses os temas que Cardoso reterá de seus leituras dos trabalhos de Caio Prado Júnior.

Ainda como observa Marquese, Alice Canabrava, professora de economia com quem Cardoso trabalhou como assistente, buscou conjugar as interpretações de Williams e de Prado Jr no seu estudo. É possível que tenha sido nesse contexto, no qual lecionou “História Econômica da Europa” (CARDOSO, 2006, p.71), que Cardoso tenha entrado em contato com o livro do historiador trinidadense⁶⁸.

Como assinalado, Cardoso também se valeu com frequência da análise de Caio Prado Junior sobre a formação do Brasil, de quem era relativamente próximo, como sugere a sua participação no corpo editorial da revista *Fundamentos*, ligada ao PCB, e sua proximidade da *Revista Brasiliense*, de propriedade do historiador paulista. Na quinquagésima nota do quarto capítulo de seu livro, Cardoso se refere explicitamente a Prado Jr., que teria, como Marx, apontado a incompatibilidade lógica entre o trabalho escravo e o sistema de produção capitalista. Vale reproduzir o trecho em que cita *História econômica do Brasil*, que, como se verá, ecoa também a tese sustentada por Eric Williams e logo em seguida é acompanhado de uma citação de Marx:

*Caio Prado Júnior foi o primeiro a salientar na análise da economia escravocrata brasileira as consequências anticapitalistas do trabalho escravo, porque ele implicava a inversão de capital fixo. (...) Infelizmente, Caio Prado apenas enunciou a tese na nota e não pôde, pela própria natureza do livro, desenvolvê-la em face dos problemas da economia cafeeira que o preocupavam no capítulo em que inseriu essa nota tão importante. (CARDOSO, 2003 [1961], p.235 – grifo nosso)*⁶⁹

Mas é no momento em que comenta sobre a participação dos escravos na “produção em grande escala para a exportação – processo fundamental porque imprimia o sentido da economia e da sociedade colonial” que Cardoso se refere à categoria mais conhecida de Caio Prado Júnior, o “sentido da colonização” (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942]), tal como explicita na sexagésima nona nota do quinto capítulo. Compreende-se o motivo pelo qual a referência

⁶⁸ Segundo Fernando Novais, teria sido ele o responsável por apresentar o livro de Eric Williams a Fernando Henrique Cardoso (comunicação pessoal em aula do curso “Pensamento e política no Brasil: o Seminário Marx (1958-1964)” ministrado pelos professores André Singer e Bernardo Ricupero na Universidade de São Paulo (USP) no segundo semestre de 2017. A aula ocorreu no dia 14 de novembro.

⁶⁹ Para reforçar a importância que Caio Prado Júnior tinha sobre os seminaristas, vale observar que, segundo Catarina Ianni Segatto e José Antonio Segatto (2009), o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* teve grande influência sobre as formulações que Octavio Ianni desenvolveu em *As metamorfoses do escravo*, sua tese de doutorado publicada em formato de livro em 1962, e *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, publicado também no mesmo ano. Segundo os autores, Ianni considerava Caio Prado Júnior “o grande marco nas análises da formação social brasileira.” (SEGATTO e SEGATTO, 2009, p.8)

ao historiador paulista ocupa um lugar não inteiramente explícito na teorização de Cardoso: ao passo que Prado Junior analisava o sentido geral da colonização brasileira, cujo movimento estava na exportação de bens primários para os países centrais do sistema capitalista, Cardoso analisa precisamente a economia subsidiária às regiões que empreendem as exportações. Assim, a economia gaúcha aparece como ligada ao sentido da economia brasileira analisado por Caio Prado Junior apenas de *maneira indireta*, mas nem por isso desimportante. Sinal adicional da filiação à herança marxista de Prado Junior aparece no prefácio à quinta edição de seu livro, onde se lê que “Caio Prado Júnior foi o primeiro autor a fazer uma análise histórico-estrutural em seu livro sobre a formação do Brasil. Se eu fosse analisar de novo a escravidão gaúcha, utilizaria o mesmo método básico.” (CARDOSO, 2003, p.12).

Mas há quem argumente que existem diferenças significativas entre os *métodos* e as perspectivas *políticas* de Cardoso e Prado Júnior, como Lima (2015, p.125). Tomando como eixo a categoria “sentido da colonização”, Lima argumenta que o “projeto político de Prado Júnior teria a “nação” como horizonte, pois seria ela a categoria imediatamente oposta à “colônia”, de maneira que a formação da nação implicaria deixar para trás o “sentido da colonização”, o que seria alheio à perspectiva de Cardoso. A questão tem evidente interesse para esse trabalho porque Lima também utiliza a categoria “nacionalização do marxismo” para tratar de um dos objetos de nosso trabalho.

Na contramão daquilo que afirma Roberto Schwarz (1999), para quem, embora não nacionalista, o grupo do seminário tinha em seus trabalhos o horizonte político nacional Pedro Lima sustenta que:

A nosso ver, a obra de Caio Prado Jr. expressa a *nacionalização do marxismo no Brasil* (nos termos de Bernardo Ricupero), não apenas por apresentar uma reflexão original e não-dogmática sobre o país, mas *principalmente* por através dela estabelecer a nação como projeto político de seu marxismo e imagem futura de uma formação ainda inacabada. É este conteúdo político que dá sentido a *Formação do Brasil contemporâneo* e que, em boa medida, aproxima o *marxismo* do *comunismo* de seu autor. E é este mesmo conteúdo que o afasta da perspectiva de Fernando Henrique. (idem, p.127 – primeiro e terceiro grifo do autor, o segundo é nosso)

Do ângulo aqui proposto, a questão da “nacionalização do marxismo” tem a ver precisamente com a capacidade de apreender analítica e conceitualmente a *especificidade* de uma, por assim dizer, totalidade (nesse caso, parcial) nacional e entendê-la como um momento – como uma mediação, portanto – de aspectos mais gerais engendrados pelo sistema capitalista. Nesse sentido, sua determinação essencial é *metodológica*, pois entendemos que se trata de um processo intelectual que constitui aquilo que chamamos de crítica da ideologia, na medida em que exige tanto se afastar da percepção, *aparente mas equivocada*, de que a

realidade local é extremamente singular e que por isso não poderia ser explicada com a colaboração de categorias vistas como estrangeiras, como também não pode ser subsumida à uma esquema teórico universalizante que deixe de lado suas especificidades. Por outro lado, é claro que essa dimensão metodológica pode remeter a um plano político, mas o faz sem uma determinação prévia. Essa determinação, ao contrário, é encontrada na análise da própria situação concreta em que são empregadas o ferramentário conceitual do autor.

Nesse sentido, cabe distinguir os níveis analíticos de duas ideias que parecem subjacentes à proposta analítica sustentada por Lima: projeto nacional e a “nação como horizonte”. Assim, se em Caio Prado Júnior elas se conjugavam – isto é, o seu projeto nacional tinha a nação como o horizonte e daí o seu teor nacionalista –, em Cardoso as duas ideias se separam. Ou seja: o seu projeto nacional passava a duvidar da nação como horizonte possível para a política justamente devido ao fato dele ser um leitor arguto de *O capital*, livro que já relativizaria esse horizonte devido à dimensão progressivamente mundializante do capitalismo. Por esse prisma, o marxismo de Cardoso seria mais “ortodoxo” do que o de Caio Prado Júnior, esse sim prenhe de um nacionalismo estranho ao marxismo. A observação de Lima leva a um dilema: marxismo *ou* nacionalismo.

A objeção é interessante, pois coloca em questão a categoria de “nacionalização do marxismo”, suspeita aqui, em termos marxistas, de ser saturada de *ideologia*. O argumento de Lima acaba por aproximar a posição de Caio Prado Júnior daquele “localismo” identificado por Bernardo Ricupero e Michel Lowy, tal como apresentamos em nossa introdução. De modo inverso, Cardoso sofreria de “universalismo”.

Porém, a nosso ver, essa objeção seria pouco dialética, pois repõe a oposição que a categoria visa superar. Assim, a objeção eliminaria uma parcela significativa da exigência criativa do intelectual periférico “autenticamente” marxista, pois ele se reduziria a adequar a sua interpretação teórica e política aos postulados de Marx em *O capital*. Nesse caso, a obra de Cardoso perderia muito interesse, pois não passaria de uma aplicação das teses de Marx ao país, cujo resultado seria uma espécie de doutrinário crítico (uma contradição em termos, como facilmente se percebe). Da perspectiva aqui sustentada, essa linha de raciocínio apresentada por Lima teria o problema de colocar como definidor de um processo crítico um conteúdo ideológico (um projeto nacionalista), o que resultaria numa contradição que faria com que a categoria fosse inútil, pois se reporia a contraposição entre universalismo e nacionalismo.

Assim, essa objeção desconsidera que a aplicação das categorias de *O Capital* à matéria brasileira ensinaria, necessariamente, um processo de desajuste – teórico e político - que o

intelectual consequente com seu objeto precisa resolver. Aliás, os intelectuais podem fazê-lo de maneiras variadas, do que decorreria a pluralidade de projetos políticos possíveis. Do nosso prisma, o elemento decisivo é a dimensão *crítica* da atividade do intelectual – isto é, a forma de colocar problemas e respondê-los, formular hipóteses de conexão entre elementos particulares e gerais, entre outros– equipado com o ferramentário marxista do qual se utiliza para enfrentar a realidade concreta. Um exemplo do que estamos afirmando é a reflexão que Cardoso faz sobre a consciência possível das classes sociais brasileiras que analisa em seu doutorado.

Ao fazê-lo, Cardoso percebe que a realidade brasileira *não se adequa plenamente aos esquemas de Marx, embora o método por ele empregado possa ser uma inspiração para superar as parcialidades de seu próprio pensamento*. Por isso que um intelectual brasileiro que se valha do ponto de vista marxista a partir de uma leitura estrita dos esquemas teóricos de Marx não desvendará a realidade concreta local. Lerá bem *O capital*, mas não fará boa crítica do capitalismo.

Repitamos. No caso de Cardoso, poder-se-ia dizer que a principal fonte teórica da qual Cardoso bebeu para enfrentar esse processo de desajuste foi o próprio *O capital*, especialmente no que diz respeito aos seus ensinamentos sobre a *dialética*, o que não implica adotar as conclusões de Marx, pois a determinação delas provém das *formas sociais* por ele analisadas. A conclusão, em verdade, seria a de que *existiriam diversas formas* de “nacionalizar o marxismo”, cujas possibilidades são dadas pela sua relação com suas próprias *elaboraões sobre as situações concretas*.

Se tal assertiva for correta, a ênfase “nacionalista” não tem relação alguma com a questão posta; pode-se se aproximar ou não de um projeto com forte acento nacional, mas de um ponto de vista teórico, *tal característica só tem relevância quando formulado a partir da análise concreta das situações concretas*. Façamo-nos claros: é verdade, a nosso ver, que Cardoso conseguiu operar de maneira sofisticada o intrincado raciocínio marxista de maneira produtiva para refletir sobre algumas das principais determinações da história brasileira. Ao fazê-lo, teve que conjugar as categorias marxianas ensejadas para compreender a evolução lógica e histórica do capitalismo inglês com suas reflexões sobre a matéria nacional, procedimento definidor do processo intelectual que chamamos “nacionalização do marxismo”. A nosso ver, esse processo intelectual encontra nas figuras de Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso exemplos teoricamente bem-sucedidos e não à toa o segundo se remete tão fortemente ao trabalho do primeiro.

Enfim, ao contrário do apontado por Lima, que teme que a aproximação exacerbada

entre os dois autores dilua a especificidade do pensamento de Cardoso (LIMA, 2015, p.125), parece-nos que é o caso de apontar de que maneira Cardoso *aprofunda* – portanto se aproxima e se afasta – as reflexões teóricas e metodológicas de Caio Prado Junior. Por outro lado, também nos parece que a referência nacional, embora não nacionalista, não só animou o Seminário Marx, como aparece nas próprias formulações dos problemas de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico, Dependência e desenvolvimento* e nos textos demais textos do mesmo autor.

Perspectiva diversa sobre o assunto é a de Rodrigo Santaella Gonçalves (2018), para quem Cardoso é um dos representantes do processo que também denominou “nacionalização do marxismo”. O autor revela seu entendimento sobre a questão quando afirma que “propomos aqui enxergar a nacionalização do marxismo [...] como processos que pressupõem um determinado tipo de fusão consciente entre teoria e prática em intelectuais marxistas dos países periféricos [...]” (GONÇALVES, 2018, p.62). Embora tenhamos escolhido outro caminho para analisar o mesmo processo, como revela nossa aproximação entre o processo que também denominamos nacionalização do marxismo com aquilo que chamamos de crítica da ideologia, não pensamos que essa seja uma definição que necessariamente se oponha à fornecida por Gonçalves. Ao contrário, poder-se-ia muito bem dizer que a crítica da ideologia – inclusive o doutrinário marxista abstrato – é o caminho teórico que *abre* as perspectivas de uma atuação político-prática efetiva. Essa é uma interpretação possível do dito de Lênin, segundo o qual “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (LÊNIN, 2015, p.71), por exemplo. Nesse raciocínio, o pressuposto que pode ser colocado em questão, e o qual não temos condições de responder aqui, é exatamente o vínculo que Lênin estabelece; ou seja, qual a relação *efetiva* entre o método dialético marxista e a prática política? Sabemos muito bem que boa parte da tradição marxista não hesitaria em responder à pergunta de modo a afirmar a vinculação entre os elementos assinalados. O ponto, no entanto, está em sempre fazer o necessário movimento de historicizar a questão. Sempre a partir das situações econômicas e políticas com as quais essa vinculação se defronta, a questão seria saber se essa é uma resposta *concreta*.

Tentou-se nesse capítulo apresentar as principais linhas de força que travejaram a confecção da tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, que constitui o pontapé inicial do diálogo que é tema dessa tese. A conclusão preliminar que esse capítulo permite extrair – que, no entanto, só ganhará a sua força devida nas partes que se seguem – é que

Capitalismo e escravidão no Brasil meridional expõe os fundamentos de duas questões que serão abordadas, cada uma ao seu modo, por boa parte dos seminaristas. Podemos destacar, embora somente de maneira analítica, dois planos da tese de Cardoso: o avanço teórico-metodológico e a discussão de conteúdo sobre o “lugar” das determinações do capitalismo brasileiro no bojo do processo de formação do capitalismo internacional.

Naturalmente, esses dois planos aparecem imbricados na tese de Cardoso, que buscou articular diversos planos analíticos: as singularidades da escravidão gaúcha, o seu sentido na economia brasileira, as suas resultantes ideológicas – tanto no plano produtivo como no plano social-, os impasses enfrentados pelos negros depois da dissolução do sistema escravocrata, bem como os fundamentos lógicos e históricos que explicavam as razões do sistema escravocrata gaúcho ter sido importante para a formação do capitalismo brasileiro e a razão pela qual esse mesmo sistema ter se convertido, em determinada altura, em obstáculo. Além disso, o trabalho de Cardoso lançava a hipótese de que todas essas determinações só poderiam ser compreendidas no âmbito da formação do sistema maior, tarefa que não enfrentou porque seria incompatível com seu problema de pesquisa.

No próximo capítulo, vamos estudar *Ao vencedor as batatas*, doutorado de Roberto Schwarz. Por isso começaremos abordando a trajetória do crítico literário e os problemas sócio-históricos brasileiros aos quais esse livro se refere na sua configuração particular. Na sequência, em outro excursus – que adotará essa forma apenas porque se pretenderá uma esquematização parcial – buscaremos sublinhar as intersecções entre as duas obras.

Capítulo 2 - A vida ideológica no Brasil capitalista-escravocrata: uma análise de *Ao vencedor as batatas*

E como aqueles bárbaros moscovitas, assim como nós, iam deixar de admirar a refinada cultura dos ocidentais [...]? E assim, pelos mesmos motivos que nós, eles se tornaram europeístas, traço tão tipicamente eslavo ou rio-platense quanto a vodca e o mate, contrariamente ao que acreditam nossos sociólogos apressados, que o consideram sinal de alienação. O que podemos fazer, meu caro? É uma característica tipicamente nossa. Os europeus não são europeístas; eles são simplesmente europeus.

Ernesto Sabato

Roberto Schwarz fazia o segundo ano do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência da Universidade de São Paulo quando foi convidado para participar do Seminário Marx. Schwarz, que havia assistido às aulas de Fernando Henrique Cardoso, foi um dos que deu prosseguimento ao programa de reinterpretação dos processos histórico-formativos do Brasil formulado pelos jovens professores que participavam do Seminário. Mas até chegar a esse ponto, houve certo caminho que interessa indicar.

É de Antonio Candido (2007) a observação de que o “sentimento da dialética” que anima a crítica de Roberto Schwarz talvez advenha de sua formação dual, na qual se dividiu entre o alemão e o português. A hipótese é plena de sentido. Na sua socialização domiciliar, foi decisiva a influência de Anatol Rosenfeld, a quem Schwarz dedicou alguns textos (SCHWARZ 2008b, 2012c, 2013), que passou a acompanhar seus estudos depois da morte do pai do crítico. Dizemos “decisiva” em dois sentidos: primeiro, porque o cabedal cultural que esse intelectual alemão trazia para o ambiente cultural paulistano da época era incomum e a sua convivência com o jovem Schwarz certamente propiciou ao último ferramentas que colaboraram não só para a suas contribuições sobre literatura no *Suplemento Literário* do jornal *Estado de São Paulo*, como também na sua posterior transição das Ciências Sociais para a Teoria Literária (Cf. SCHWARZ, 2012, p.280). Em segundo lugar, foi por conselho de Anatol Rosenfeld que Schwarz declinou seu anseio por cursar Medicina e se encaminhou para assistir algumas aulas nos cursos de graduação da FFLC-USP. Ali, assistiu “uma aula de letras calamitosa, uma aula de filosofia que não me animou e uma aula de política muito boa, da Paula Beiguelman.” (SCHWARZ, 2009, p.228; Cf. SCHWARZ, 2012, p.281).

Ao que parece, foi no momento no qual ingressou na FFLC que Roberto Schwarz logrou integrar-se de maneira mais profunda ao ambiente intelectual paulistano (cf.

SCHWARZ, 2009, p.228). Se até ali a divisão entre o ambiente domiciliar, no qual reinava a cultura alemã e a aspiração intelectual, e o ambiente escolar, no qual a condição de semi-estrangeiro e judeu pesavam, resultava em certa dualidade de desejos e comportamento, a chegada à FFCL parece ter sido um ponto de virada na reconfiguração dessa relação. Embora tenha admirado diversos professores, foi Antonio Candido quem teve o papel principal nesse novo momento de sua vida.

O ano de 1958 foi decisivo tanto para Antonio Candido, como para Roberto Schwarz. Se o segundo passa a frequentar o nascente Seminário Marx, o primeiro publica *Formação da Literatura Brasileira*, dá o seu último curso de Sociologia – aliás, assistido por Schwarz – e se transfere para Assis, onde daria aulas de Teoria Literária na então recém-fundada Faculdade de Filosofia e Letras de cidade.

Derrotado no concurso para a cadeira de Literatura Brasileira da FFLC-USP em 1945, no qual apresentou sua tese sobre Silvio Romero e obteve o título de livre-docente na área, Antonio Candido parecia decidido a permanecer institucionalmente na Sociologia, disciplina da qual já se ocupava. Depois da conclusão do curso de Ciências Sociais em 1941, tornou-se assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II – posto que ocuparia até 1958. Foi no período compreendido entre 1941 e 1958 que, junto com outros amigos, fundou a revista *Clima* (1941-1944) e escreveu, até 1947, rodapés literários para os jornais *Folha da Manhã* e *Diário de São Paulo*. Em 1954, defendeu como tese de doutorado em Ciências Sociais, *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Lidiane Rodrigues (2009, p.424) aventa a hipótese de que a recepção incerta de *Os parceiros* – livro visto como eclético e disciplinarmente indeciso – teria sido decisiva para a mudança de rota institucional de Candido, que voltaria seu empenho para a Teoria Literária.

Como síntese do que mencionamos e como abertura para a próxima passagem histórica, vale deixar registrada as próprias palavras de Schwarz:

Fui aluno de Antonio Candido no segundo ano de ciências sociais, em 1958, no último ano em que ele deu sociologia. No ano seguinte comecei a ficar abatido com o lado empírico da pesquisa sociológica, os levantamentos e as tabulações não eram comigo. A essa altura, Antonio Candido passara da sociologia para as letras, e estava ensinando literatura brasileira em Assis. Ruminei o exemplo e fui até lá, me queixar da vida e pedir conselho, pois gostava mesmo é de literatura. Ficou mais ou menos combinado que quando eu terminasse o curso faria um mestrado em literatura comparada no exterior e depois iria trabalhar com ele na USP. Nessa época eu já escrevia um pouco de crítica literária para jornal. (SCHWARZ, 2012, p.280)

Schwarz, que naquela altura já tinha descoberto a obra de Theodor Adorno, planejou

fazer sua pós-graduação voltada para letras na Alemanha, sob supervisão do filósofo alemão. Por problemas burocráticos, no entanto, acabou se encaminhando para a Universidade de Yale, na qual estudou Literatura Comparada e Teoria Literária entre 1961 e 1963. Em seguida, tornou-se professor-assistente do curso de Teoria Literária, em que passou a ensinar “Introdução aos Estudos Literários” (RAMASSOTE, 2009, p.94 – nota 18). É importante notar a razão pela qual Schwarz diz ter escolhido precisamente Yale para estudar. “Escolhi Yale porque alguns dos grandes nomes do *New Criticism*, como René Wellek, Cleanth Brooks e Wimsat estavam lá. Acontece que eles já estavam velhinhos e davam cursos pouco interessantes.” (SCHWARZ, 2009, p.236). Ora, a escolha, compreensível para um aluno de Candido, não deixa de ser inesperada para um autor declaradamente marxista. (ALAMBERT, 2007, p.72)

Nessa altura, vale sublinhar algo que Lidiane Rodrigues (2011, p.436) destacou com propriedade: em junho de 1961 – mesmo ano da defesa do doutorado de Cardoso -, realizou-se em Assis o “II Congresso de Crítica e História Literária”, organizado, entre outros, por Antonio Candido. Muitos autores eminentes compareceram. Para ficarmos em alguns nomes: Sérgio Buarque de Holanda, Anatol Rosenfeld, Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Wilson Martins, Benedito Nunes, Augusto de Campos e Haroldo de Campos estiveram no evento. Foi nele que Antonio Candido pronunciou o texto “Crítica e Sociologia – tentativa de esclarecimento”, no qual o crítico literário sustenta que a Crítica Literária e a Sociologia não se opõem necessariamente; o que ocorreria é que os elementos sociais deveriam ser devidamente escrutinados *a partir do estudo das formas literárias, às quais cabe o protagonismo* (CANDIDO, 2006 [1961]). O que importa assinalar aqui é que Schwarz parte para seus estudos literários no exterior com pleno conhecimento da proposta intelectual de Candido, a qual absorve e torna sua (Cf. SCHWARZ, 2009, .233). E mais: esse mesmo plano parece ter sido central na escolha da universidade na qual fez o seu mestrado, pois o formalismo do *New Criticism* era um dos polos trabalhados por Candido na posição intelectual que estava elaborando. Nos Estados Unidos daquele período, em que o marxismo era visto como simpatia pela União Soviética e o imperialismo norte-americano era visto como sinal de posição democrática, Roberto Schwarz tomou, pode-se dizer, posição arrojada. Em uma “universidade conservadora” (SCHWARZ, 2009, p.236), tomou a providência de escrever um conjunto de trabalhos em que a inspiração lukacsiana é indisfarçável, como dá mostra a reunião de ensaios *A sereia e o desconfiado*.

No seu retorno ao Brasil em 1963, Schwarz passa a colaborar com Antonio Candido, que já havia retornado à FFLC-USP, instituição na qual era responsável pelo recém-criado

curso de Teoria Literária e Literatura Comparada. Um pouco depois, com a organização da pós-graduação da área, na qual participaram vários componentes do grupo *Clima*, a disposição em prol do programa teórico de Antonio Candido ganhou corpo institucional.

Apesar do golpe de 1964, que dissolveu o Seminário Marx, Schwarz continuou suas atividades na USP. Entretanto, com a intensificação da repressão desencadeada pelo Ato Institucional nº5, decretado em 1968, Schwarz, que havia se envolvido em diversas modalidades de resistência política, parte para a França em meados de 1969. (SCHWARZ, 2009, p.237-8)

Decerto, a ida para a Europa impactou profundamente aquilo que viria a ser sua tese de doutoramento. Por um lado, interrompia a rotina de trabalho e pesquisa que começava a se institucionalizar na área de Teoria Literária; por outro lado, o motivo do rompimento, o golpe militar de 1964, impelia um intelectual crítico a passar a limpo o significado histórico daquela experiência. No plano teórico, as sucessivas vagas teóricas francesas não despertavam maiores simpatias; na dimensão existencial, a nova experiência do exílio, com a qual fora formado em casa, pode ter reverberado na profundidade analítica com a qual examinava os descompassos entre ideias e formações sociais.

Na França, foi convidado para escrever um balanço sobre a situação cultural do Brasil no periódico *Le Monde*. O prazo era de uma semana e a extensão era de quatro páginas. A fatura é conhecida: “Cultura e Política, 1964-1969”, escrito em quarenta páginas durante seis meses (SCHWARZ, 2009, p.238). O ensaio será objeto de análise na próxima parte dessa tese. Mas vale frisar que na mesma época Schwarz escreveu a peça *A lata de lixo da História*, na qual satirizava a situação do Brasil por meio de recursos teatrais brechtianos e esboçava já uma primeira formulação do esquema que resultaria em “As ideias fora do lugar”. De passagem, vale registrar que a confecção da peça confirma a ideia de que foi o golpe de 1964 que renovou o interesse do crítico por Machado de Assis.

Mas a tese sobre Machado de Assis não chegou pronta à França. Do Brasil, Schwarz levava a intuição de que o “humorismo tão cosmopolita de Machado tinha a ver com as particularidades nada cosmopolitas do escravismo brasileiro”; as teses dos seminaristas, em especial a de Fernando Henrique sobre a relação entre capitalismo e escravidão - “Eu ruminava a tese do Fernando Henrique sobre *Capitalismo e escravidão*, e não achava a ponte” - e a de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os homens livres na ordem escravocrata; e o programa teórico de Antonio Candido (SCHWARZ, 2009, p.238)⁷⁰. Começava assim a

⁷⁰ Como observação confirmativa, note-se que “Crítica e Sociologia” é citado por Schwarz na seção dedicada a José de Alencar em *Ao vencedor as batatas*. Cf. SCHWARZ, 2012 [1977], p.78

formação do esquema teórico de Schwarz. (Cf. ALAMBERT, 2007, p.72)

Antes de passarmos ao ensaio que abre *Ao vencedor as batatas*, duas palavras sobre a tese de Schwarz.

Depois de pronto o esquema de “Ideias fora do lugar”, Schwarz sofreu um imprevisto intelectual:

No meu plano inicial, os romances da primeira fase iam dar um capítulo pequeno, só para constar. Eu os achava de pouco interesse, cacetes e moralistas – o que articuladamente eles são. Fariam uma transição meio anódina entre o romance urbano de Alencar e os grandes livros da segunda fase, que seriam o verdadeiro assunto. Ao reler os primeiros romances, contudo, agora afiado por uma visão mais estrutural e menos complacente do clientelismo brasileiro, me dei conta de que ali havia um mundo original, que não havia sido visto. Nem por isso os livros ficavam bons, mas o seu interesse crescia muito e mostravam a consistência espantosa da evolução machadiana, do escritor mediano ao artista extraordinário. Aí estava a dialética entre conteúdo, forma, sociedade e classe que é o cerne da crítica marxista. Com isso me demorei muito na ficção inicial e acabei publicando em separado *Ao vencedor as batatas*, no qual o grande Machado, o da maturidade, não entrava. (SCHWARZ, 2009, p.238-9)

Além disso, a defesa da tese de Schwarz, como a de Cardoso, também não passou sem senões. Dias antes da defesa, Raymond Cantel, um dos componentes da banca, pediu que o doutorando brasileiro fosse avisado de que a tese era insustentável – possivelmente, por razões políticas. Numa pré-arguição, organizada por Jean-Michel Massa, diretor de tese de Schwarz, houve o debate entre Cantel e Schwarz, que teve como resultado no pedido do professor para sair da banca. Já na arguição propriamente dita, o resultado foi favorável ao então candidato. (SCHWARZ, 2009, p.239; RODRIGUES, 2011, p.452-3).

Sobre “As ideias fora do lugar” ou os mal-entendidos da crítica da ideologia como ideologia

No terceiro número da *Estudos Cebrap*, em 1973, ao lado de “Althusserianismo ou marxismo?” de Fernando Henrique Cardoso, Roberto Schwarz publicou o ensaio que viria a marcar a sua produção intelectual, o conhecido “As ideias fora do lugar”. O texto, que seria a introdução de sua tese de doutoramento apresentada na Universidade de Paris III em 1976 e publicada em português no ano seguinte, como a peça de teatro *A Lata do Lixo da História*, constitui uma síntese da interpretação histórica desenvolvida no Seminário Marx e por isso também as críticas feitas a ele terão como alvo não apenas a visada teórica desenvolvida por Schwarz, mas também a formulada pelos seus colegas uspianos.

Não se pense, no entanto, que a publicação desse ensaio marcará a estreia de Schwarz no campo intelectual brasileiro. Bem ao contrário: naquela altura, como mencionamos, o autor já havia publicado os ensaios reunidos em *A sereia e o desconfiado* – e sobre o livro travou

polêmica com seu colega de Seminário, Bento Prado Júnior -, textos polêmicos como “Notas sobre vanguarda e conformismo”, “Didatismo e Literatura”, “O raciocínio político de Oliveiros S. Ferreira” e, em especial, “Cultura e política, 1964-1969”, texto que sintetiza a interpretação de Schwarz sobre o *sentido modernizante* dos acontecimentos políticos e culturais do período em torno de 1964 e que nos servirá como eixo analítico na próxima parte desse trabalho. É nesse caldo, no entanto, que devemos situar a empreitada desveladora de Schwarz sobre a obra de Machado de Assis, da qual “As ideias fora do lugar” é uma parte luminosa. Nos termos do crítico:

Não era só o velho Machado que emprestava personagens e situações para falar da repressão em nosso presente. O caminho inverso também valia, sugerindo uma leitura menos convencional do mestre e, por meio dele, do passado brasileiro. O festival de desfaçatez armado por nossas elites logo em seguida ao golpe, com sua salada de modernização, truculência e provincianismo, ensinava a reconhecer aspectos até então recalcados da ironia machadiana. Esta aparecia a uma luz nova, muito mais ferina e política, de incrível atualidade. Noutras palavras, as revelações sociais trazidas pelo golpe de 64 desempoeiravam o maior de nossos clássicos. (SCHWARZ, 2015, s.p.)⁷¹

Ora, não é precisamente a combinação entre “modernização, truculência e provincianismo” que está no horizonte de “As ideias fora do lugar”? Como explica o autor, embora não tenha sido esse o entendimento comum sobre o texto, o seu ensaio era uma tentativa de *explicar as razões do problema que identifica* e não *discutir se o problema* existe (Cf. SCHWARZ, 2012, p.165). Na verdade, a sensação de que as ideias modernas *não corresponderiam às aparências* era um lugar comum dos nossos intelectuais, principalmente os situados no campo conservador, o que por si só sinaliza a existência do problema analisado no ensaio. Compreender as razões desse problema era condição para o entendimento dos impasses, práticos e ideológicos, que serão postos, repostos e removidos no caminho da aclimação da forma romance no Brasil, tema de interesse do nosso autor. Ou seja: tomar, criticamente, as ideias estrangeiras como ideologias – isto é, como não vinculadas à matéria local-, era exercício intelectual corrente; o ponto estava em saber a razão do descompasso. Ou seja: *a crítica da ideologia era nossa ideologia (conservadora, ainda por cima)* e o ponto estava em tirar todas as consequências dessa situação problemática. Se a própria crítica da ideologia era ideologia, como fazer uma crítica da ideologia não-ideológica por aqui? Ou, ainda: qual a natureza da ideologia produzida pelas relações sociais brasileiras no século XIX? Percebe-se o profundo problema que essa situação colocava para uma abordagem

⁷¹ Aliás, há referência à questão em “As ideias fora do lugar”: “Consolidada por seu grande papel no mercado internacional, e mais tarde na política interna, a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, Reinados e Regências, Abolição, a Primeira República, e *hoje mesmo é matéria de controvérsia e tiros.*” (SCHWARZ, 2012 [1977], p.25).

marxista, costumeiramente assentada sobre a busca por revelar aquilo que está escondido sob as ideias universais burguesas. Ora, a denúncia era praxe dos nossos conservadores – daí que o foco de *Ao vencedor, as batatas* seja a crítica da forma romance oriundo do *conservadorismo do jovem Machado de Assis*.

Não nos parece ser acaso que Schwarz inicie o seu ensaio ressaltando a oposição entre a “economia política clássica”, cujo fundamento é – ou seria? - o trabalho livre, e a realidade escravocrata brasileira (Cf. SCHWARZ, 2012b [1977], p.11). Não é precisamente essa relação contraditória, e nem por isso carente de ajustamento, que Cardoso explorou em seu doutorado? Dela derivam duas ideias diferentes e insuficientes, cujo resultado era o mal-estar generalizado: existiam aqueles que apontavam que estávamos aquém dos modelos europeus, como existiam aqueles que afirmavam que deveríamos descartá-los – medida que, se fosse possível, teria como preço a ser pago o afastamento brasileiro do mundo civilizado. É referindo-se a esse desajustamento que Schwarz dirá que estávamos em plena “comédia ideológica, *diferente da europeia*” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.12 – grifo do autor). O caráter de comédia que adquiria essa relação, que não deixava de conter algo de grotesco, está no fato de que as ideias modernas, por aqui, não serviam, como na Europa, para descrever a realidade de uma maneira aceitável – embora fossem, nesse sentido, ideologias; ao contrário, as ideias modernas no Brasil *não só não descreviam a realidade como a tornava ainda pior*, pois serviam de termos de comparação. Nesse plano, Schwarz, na esteira dos seminaristas, apontava que a ideologia burguesa clássica não tinha por aqui o mesmo papel que Marx e Lukács identificavam na Europa, pois ela *não teria um elemento de verdade – se entendermos essa tese na sua acepção clássica*. Nesse cenário, seria *incorreta* a tese de Lukács sobre o fato de que para a “consciência reificada, esta [o modo quantitativo e abstrato da calculabilidade] se torna, *necessariamente*, a forma de manifestação do seu próprio imediatismo, que ela, enquanto consciência reificada, não tenta superar.” (LUKÁCS, 2003, p.211 – grifo nosso). Vimos que a mesma questão aparecia na consciência dos senhores gaúchos, que tinham precisamente como um de seus problemas básicos a organização de sua racionalização *sui generis*. Em termos teóricos: se a crítica da economia política que Marx fez deve ser encarada sob o prisma da noção de crítica da ideologia (ADORNO, 1986, p.73), é razoável assinalar que a reformulação da crítica da economia política marxista para o caso brasileiro fosse imediatamente traduzida em conjugação com a reformulação da crítica ideológica por aqui. Em lugar da liberdade aparente, típica ideologia liberal da fase do capitalismo concorrencial, aqui o núcleo ideológico seria outro, o favor. Mas o favor pressupõe assimetria de poder – e não a simetria, como a liberdade. *Ora, precisamente nessa dificuldade estava o momento de*

revelação. Isto é: as ideologias burguesas *européias* deixavam de enganar, de maneira que as ideias também saíam desqualificadas desse encontro tenso com a realidade do país – a qual, entretanto, como veremos no próximo capítulo, também enseja uma ideologia que lhe é própria. No que se refere ao tema de “As ideias fora do lugar”, podemos perceber que sua análise nos leva à concretização da ideia lukácsiana acerca da verdade na falsidade. E mais: como Marx e Engels na *Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 2007), que também apontavam que a crítica filosófica progressista dos jovens hegelianos não saía do terrenos das ideias – e, assim, continuava ideológica –, Schwarz procurará identificar as razões da comédia ideológica brasileira nas condições *materiais* da formação social brasileira e tomará como suas fontes primordiais os trabalhos de Cardoso e Carvalho Franco.

Em suma: os desencontros entre formas estrangeiras e formas sociais locais, ao revelarem o seu caráter de exceção, resultavam na revelação *das ideologias como ideologias* – daí que ensaio deva ser lido como uma *crítica da crítica da ideologia*, elemento nem sempre perceptível pois escondido sob uma capa irônica. Como observa Paulo Arantes:

Com o passar dos anos — quando não desde o início — perdeu-se de vista a ironia do título de Roberto [Schwarz], quase sempre tomado ao pé da letra: ora, ele sugeria justamente que no *Brasil, as idéias fora do lugar nunca estiveram de fato fora do lugar*. Até porque, mesmo quando representam abstrações do processo social a que se referem, as idéias nunca estão exatamente no lugar, haverá sempre um descompasso entre forma e pressuposto prático, sem o qual não seria possível sequer pensar. (ARANTES, 1988, p. 204 – grifo do original)

Eis o ponto chave: o termo *ironia*. Por quê? Ora, é que a dialética de Lukács, na medida em que é tributária da sua congênere hegeliana, pressupõe sempre algum grau de reconciliação entre o conceito e a realidade, nem que seja de forma *aparente* – isto é, *falsa*. Por aqui adentramos o problema – a ser explorado com detalhes adiante – da relação entre dialética e ironia. Se ambas compartilham algumas características estruturais – a internalização de clivagens, a inversão das “determinações fixas” e a formalização das “experiências de negatividade” (SAFATLE, 2011, p.38) –, elas diferem em um ponto essencial: a ironia não pressupõe a reconciliação entre conceito e real, como a dialética hegel-marxista. A partir dessa angulação podemos precisar o papel que a ironia tem nas formulações de Marx, um escritor virulentamente polêmico e sarcástico, como se sabe. Para além de uma disposição anímica pessoal, a ironia parece representar em seu pensamento um papel desmistificador, que visa justamente denunciar a *falsa reconciliação entre as ideias e a realidade*. No caso do Brasil, a situação era diferente, pois, por aqui, essa reconciliação era inexistente – o que impunha uma reformulação da ironia, precisamente um dos feitos de

Machado de Assis. Daí podermos afirmar que a situação periférica do Brasil no sistema capitalista mundial em desenvolvimento gera o que poderíamos chamar de uma espécie de *ironia estrutural*, a qual desafia o pensamento brasileiro constantemente⁷². O índice empírico dessa ironia estrutural era dado pelo consumo inveterado, porém sempre insuficiente, das ideias européias mais modernas. O que, variando a angulação, significa dizer: os conceitos estrangeiros sempre foram incapazes de condensar a experiência social brasileira, do que resulta que essa situação de descompasso marcado figura, *objetivamente, uma dialética negativa*.

Qual era a origem dessa mal-estar, sentimento resultado do “descompasso entre forma e pressuposto prático” mencionado por Arantes? Ao contrário do que afirmavam os pensadores conservadores, que atribuíam o mal às *ideias* (BRANDÃO, 2007; RICUPERO, 2013), emulando a inversão do “determinado” como “determinante” que o jovem Marx identificava na filosofia do direito de Hegel (Cf. MARX, 2010, p.30-1), Schwarz verá nas *condições sócio-históricas* brasileiras os reais motivos para tais desencontros. Perceba o leitor o contraste entre a abordagem *idealista* costumeira em nossa história intelectual com a abordagem *materialista* de Schwarz., que atribui o problema à condição de economia primária-exportadora baseada no trabalho escravo que nos condenava à condição a qual estamos comentando. Isso revela a intenção de construir uma teoria materialista acerca do funcionamento da ideologia no Brasil, o que lembra um pouco os escritos do jovem Marx, muitos dos quais dedicados ao problema da relação entre uma Alemanha “atrasada” e as ideologias modernas, costumeiramente oriundas da França.

Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada [...]. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, esse conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.13 – grifos nossos)

Destacando a centralidade da escravidão no referido processo, Schwarz lembra a tese de doutorado de Cardoso, na qual se encontra formulada a ideia de que a escravidão impunha práticas opostas às vigentes nos países de economia livre: por um lado, a escravidão não dava liberdade civil ao escravo e nem liberdade econômica, no sentido de reduzir os custos da mão

⁷² “Ironização significa, assim, ruptura entre expectativas de validade e determinações fenomenais, [...]” (SAFATLE, 2011, p.59 – grifo do original). Em um sentido similar, mas com nuance distinta, o próprio Schwarz, baseando-se em Sartre, formula a ideia de “despeito objetivo” para compreender a vida ideológica de nossas classes dominantes. (SCHWARZ, 2012, p.125)

de obra, ao capitalista; por outro lado, essa necessidade de cobrir os gastos de manutenção dos escravos, bem como outros fatores de disciplinamento, fazia com que, por aqui, o *racional* fosse produzir no máximo tempo possível. Em suma: “*O oposto exato do que era moderno fazer.*” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.14 – grifo nosso). A formulação de Schwarz se vincula *diretamente* à uma das características da crítica da ideologia, a saber, a revelação da contradição entre os pressupostos e as práticas sociais. E isso é fundamental porque, ao percebê-lo, conclui-se que os escravistas atuavam na realidade com mais desembaraço do que os brasileiros leitores de Adam Smith – argumento que ecoa diretamente o capítulo 25 d’*O Capital*, que demonstra que a “verdade” do regime capitalista se encontrava na periferia de seu sistema e pouco tem a ver com as ideias defendidas pela economia política clássica.

Diante desse quadro social, os sujeitos livres, porém não-proprietários, ocupavam um lugar social indeciso: por um lado, estavam acima da exploração escravocrata, na medida em que eram livres e detentores de direitos, o que os autorizaria a participar das questões próprias da civilidade; por outro lado, a sua marginalidade produtiva – pois nem tinham capital, nem eram trabalhadores propriamente remunerados – os deixava em condição de dispersão social. Em suma, tratava-se de sujeitos livres, porém dependentes.

Esquemmatizando, Schwarz argumenta que o Brasil do século XIX continha três classes: latifundiários, escravos e homens livres pobres. Sendo assim, como o que interessa para Schwarz é o estabelecimento da “forma romance” no Brasil – que, *a priori*, também estava fora do lugar, como veremos –, o seu foco deve ser a interação entre os sujeitos que compõem as forças que atuam ideologicamente na sociedade, uma vez que são precisamente os fundamentos de sua atuação que devem ser desvelados para que se compreenda a lógica do movimento ideológico que preside a circulação e a adoção de ideias no país. É curioso observar que o curto, porque inacabado, manuscrito de Marx, recolhido no tomo III d’*O Capital*, sobre as classes, traz certo paralelismo à situação; segundo ele, que toma novamente a Inglaterra como caso mais desenvolvido e típico, também existiriam três classes na sociedade capitalista moderna: os assalariados; os capitalistas e os proprietários fundiários (MARX, 2017, p.947). Ora, no caso inglês, as três classes giram em torno do processo de produção e circulação do capital de maneira *direta*; no caso brasileiro, o processo é de outra ordem, como revela a pequena diferenciação da classe dominante por Schwarz (“classe proprietária”), enquanto as classes subalternas aparecem mais presentes – *e sem assalariamento, seja porque são forçados a trabalhar, seja porque o seu trabalho é dispensável*. Ora, a vida ideológica burguesa clássica, ao gravitar em torno da ideia de trabalho livre, passa, nessas condições, por uma necessária redefinição, pois *trabalho e*

liberdade não se combinavam por aqui. Em uma análise acerca da relação entre o pensamento de Adorno e Marx, Sérgio Paulo Rouanet (1987, p.337) nos fornece uma chave para pensar a questão: afinal de contas, embora falso, o princípio da troca entre supostos equivalentes – isto é, trabalho e dinheiro, ambos mercadorizados - que rege o capitalismo carrega em si, de forma latente, a “promessa de uma verdadeira equivalência, em outras relações sociais.” (ROUANET, 1987, p.33). Se não há tal troca, não há a mencionada latência e, assim, a contradição superadora – o ponto de verdade da ideologia – fica desarmada.

Em suma:

Entre os primeiros dois [proprietários e escravos] a relação é clara, *é a multidão dos terceiros que nos interessa*. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se produz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que tem. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regide, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou a e afetou no conjunto a existência nacional, ressalva sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.16 – primeiro grifo nosso; o segundo grifo é do autor)

O favor perpassaria desde o trabalho do profissional liberal, que depende dele para exercer sua profissão, e chegaria até o funcionário público, que o é justamente devido a ele. “*O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexo escravista [...], é compreensível que os escritores tenham baseado nele sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.16-7). Mas engana-se quem pensa que a figuração artística da estrutura do “favor” depende tão somente da simpatia dessa relação pessoal. Na verdade, ela possui uma obrigatoriedade realista, pois é do favor que os sujeitos livres e pobres *dependem* para se reproduzir, ao passo que, do ponto de vista dos dominantes, essa mesma relação simula, ainda que falsamente, uma relação social moderna entre iguais, o que permite a ilusão, em certa medida desejada, de fazer parte de uma sociedade civilizada. Nesse sentido, o *favor* é a modulação concreta dessa espécie particular de “antagonismo dissolvido” de classe que surge em nossa forma específica de sociedade burguesa-escravocrata. Frise-se: uma de suas peculiaridades é que, ao mesmo tempo, *parece suprimir esse antagonismo*, na medida em que a ação está sempre no mesmo polo, o senhorial. De passagem, convém frisar que, de maneira diferente da constatada por Fernando Henrique Cardoso em seu doutorado – pois Cardoso estudou a relação entre “proprietários e escravos” e a que interessa a Schwarz é a relação entre “proprietários e homens livres” -, aqui também se repõe aquilo que denominamos *déficit*

*de negatividade*⁷³. Se Cardoso constatou que a situação dos escravos era degradante a ponto de estarem privados de condições sociais, políticas, econômicas e culturais de exercer uma autonomia que lhes conferisse um destino *conjunto* – isto é, político - emancipado, Schwarz reencontra obstáculo similar na atuação dos homens livres, cuja característica social central era a *dependência* privada. Também eles não estavam, portanto, em condições de exercer uma atividade política e social que lhes garantisse, no quadro do Brasil do Segundo Reinado, alguma possibilidade superior. Eis o ponto decisivo para a figuração de um romance realista oitocentista, forma européia na qual o indivíduo almeja o exercício de sua *autonomia*. Desse ponto de vista, estamos em condição de afirmar que o diagnóstico de Schwarz, ao constatar os bloqueios emancipatórios dos subalternos brasileiros e o uso arbitrário da razão como *ideologia* não inteiramente falsificada, está mais próximo da crítica racional da razão da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer do que do ímpeto revolucionarista de *História e consciência de classe*.

Recapitulando: já apontamos certo paralelismo entre o diagnóstico de Fernando Henrique Cardoso sobre a relação entre capitalismo e escravidão no Brasil meridional e o diagnóstico frankfurtiano sobre o capitalismo monopolista e suas consequências políticas e culturais. Dando uma volta a mais nessa argumentação, estamos em condição de anotar que, como veremos adiante, nos trabalhos de Schwarz sobre Machado de Assis há uma especificação daquele ceticismo que Adorno possuía sobre a própria validade do conceito de classe para a análise do capitalismo contemporâneo. Em diálogo com a formulação clássica do marxismo – e que teve como ponto alto de sua elaboração filosófica o próprio *História e consciência de classe* -, Adorno afirma, em ensaio de 1942 sugestivamente intitulado “Reflexões sobre a teoria das classes”, que “a diferença entre exploradores e explorados *não se apresenta* de tal modo que ponha à vista dos explorados a solidariedade como sua *ultima ratio*: a conformidade é para eles mais racional.” (ADORNO, 2004, p.351 – grifo nosso). Ora, a ideologia do favor constitui precisamente o nexos ideológico que torna a conformidade mais racional que a revolta – e, nesse sentido, funciona como especificação materialista -, na medida em que a luta entre dominantes e dominados era tão radicalmente desigual que a tornava, *pragmaticamente*, irracional – embora nem por isso deixasse de ser desejável. É essa dimensão pragmática que torna possível Schwarz afirmar que ninguém acreditava propriamente nela, o que, por sua vez, contrariava, em certa medida, o universalismo inscrito

⁷³ Cabe observar que essa situação, no entanto, se aproxima daquilo que Cardoso e Ianni, em seus estudos sobre Desterro, chamaram de “ideologia de compromisso”, surgida já no contexto imediatamente posterior ao fim da escravidão.

na própria noção de ideologia. É nesse sentido também que veremos, no próximo capítulo, que Brás Cubas utiliza as várias roupagens ideológicas – antigas e modernas – segundo seu arbítrio, o que equivale a dizer que o faz segundo certo *pragmatismo*, tema então que reaparece agora de outro ângulo – isto é, dos de cima, e não dos alvos da ideologia do favor.

Antes, no entanto, vale explorar o problema da ideologia do favor, caracterizada astuciosamente como “*mediação quase universal*”. Em primeiro lugar, sabe-se que é próprio da tradição marxista a reivindicação da ideia de “mediação” como decisiva para a compreensão objetiva da totalidade social. Como observou Lukács (2003, p. 319), é precisamente nesse ponto que Marx articula sua crítica da economia política clássica – e, portanto, é nele que residiria a superioridade científica de sua teoria. Nesse plano, mediação contrastaria o imediatismo, o qual seria a característica básica da forma burguesa – *ideológica* – de pensar. Por outro lado, a mediação *complementa* o imediatismo, pois forneceria a chave de entendimento que permitiria descobrir *objetivamente* as determinações do real. Isto é, “*toda mediação tem necessariamente de resultar num ponto de vista em que a objetividade produzida por ela assuma a forma do imediatismo*. (LUKÁCS, 2003, p.319-20 – grifo nosso). E é exatamente por isso que a qualidade de uma obra artística depende da presença e da forma de figuração das mediações. O exemplo clássico aqui, mais uma vez, é a diferenciação que Lukács faz entre a “narração” de Balzac e a “descrição” de Flaubert (Cf. JAMESON, 1985, p. 158). E essa objetividade mediada teria, ainda segundo Lukács, o mérito de poder “ser apreendida como fator constante, que atua *como mediador entre o passado e o futuro*, revelando-se [...] em todas as suas relações categoriais, como produto do homem e da evolução social.” (LUKÁCS, 2003, p.326 – grifo nosso). Nesse sentido, a noção de mediação dá corpo na obra de Schwarz ao dito de Adorno (2003, p.260) acerca do fato de que o objeto da arte *não é* a realidade empírica – e daí a sua antítese com a ciência⁷⁴. Nesse caso, poder-se-ia dizer que é a mediação que ocupa esse lugar, uma vez que ela – em parte, achada na dispersão empírica das relações sociais e, em parte, construída pelos romancistas – fornece a chave lógica do travejamento das relações sociais e das ideias vigentes no país.

É necessário, porém, que atentemos para a *especificidade da mediação* encontrada por Schwarz. Em primeiro lugar, é necessário dizer que ela é uma mediação, por assim dizer, *empírica* e não *lógica*, como seria, por exemplo, o conceito de mais-valia – embora, é claro, se existe como mediação, alguma necessidade lógica ela deve ter. A questão chave aqui é a do

⁷⁴ A discussão sobre as vanguardas artísticas travadas no interior do debate estético da teoria marxista – e, em especial, naquele protagonizado por Lukács e Adorno – tem como um de seus eixos ordenadores justamente o debate sobre a relação entre imediatismo e mediação.

plano analítico no qual a análise se move. Nesse assunto, devemos observar que o plano analítico no qual Schwarz trabalha é diferente, mas não alheio, ao de Marx d'*O Capital* e ao de Lukács de *História e consciência de classe*. Um sinal do que estamos falando é que ela é uma “mediação *quase* universal”, o que demonstra não só que ela *não é essencial* ao sistema capitalista, como, por decorrência, que se trata de uma *mediação particular*, referente a uma parcela específica da sociedade brasileira (senhores e dependentes). O favor é, então, a mediação ideológica resultante de uma interação capitalista num contexto escravocrata, no qual os sujeitos livres não tinham a função do trabalho. Sendo assim, ela é o fundamento daquilo que poderíamos chamar de “racionalidade à brasileira”, a que é necessário acrescentar que o seu núcleo é *anti-irracional* e puramente *afetivo* – embora fosse racional no sentido de que é calcado em condições sociais que permitem sua existência.

Ora, quando Schwarz se refere, de maneira aparentemente despretensiosa, que a ninguém ocorreria ser um “Kant do favor”, ele parece se remeter à profunda discussão que Lukács faz acerca da racionalidade burguesa em *História e consciência de classe*, na qual o autor da *Crítica da razão pura* é elevado ao posto de filósofo responsável por levar a forma de pensar burguesa ao seu ponto mais elevado. Nesse sentido, o crítico literário brasileiro demonstra que o fundamento ideológico da burguesia brasileira é diferente – e mesmo oposto – ao teorizado por Kant, na medida em que o favor *dispensa* a racionalização, por sua vez ponto decisivo das formulações morais *universalistas* do autor de *Crítica da razão pura*. Se, por um lado, a observação de Schwarz confirma a tese de Lukács acerca do caráter ideológico do pensamento burguês, ela constitui também uma crítica à formulação do próprio filósofo húngaro, pois sua construção sobre as formas de pensar burguesa e proletária *não devem ser generalizadas*.

A fonte da qual Schwarz retira sua análise dos sujeitos dependentes é a tese de doutorado de Maria Sylvia de Carvalho Franco, publicada com o título de *Homens livres na ordem escravocrata*. Nela, lê-se:

O outro caminho trilhado pelo homem pobre teve seu ponto de partida no caráter prescindível desse sujeito na estrutura socioeconômica. Essa existência dispensável levou-o, em última instância, a conceber sua própria situação como imutável e fechada, na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores. Assim, *em sua vida de favor*, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade *voluntariamente aceita*, fechando-se a possibilidade de ele nem sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito. (CARVALHO FRANCO, 1997 [1964], p.111 – grifos nossos)

Por esse ângulo, podemos perceber que a situação social na qual os homens livres se encontravam não desmentia, *in totum*, a ideologia liberal, como ocorria com o caso das relações escravocratas, pois preservava a imagem de uma *relação livre entre sujeitos formalmente iguais*. Por outro lado, a dependência pessoal e a exceção à regra, com todas as suas consequências, vão na contramão dos diversos planos envolvidos nas ideias de autonomia dos sujeitos, pedra-de-toque da ideologia liberal-iluminista. Fruto de uma formação social oriunda da expansão capitalista-mercantil europeia, a centralidade das relações de favor permitia que, ao contrário do que ocorria na Europa, onde o liberalismo nasceu como conjunto de ideias que se contrapunha aos privilégios irracionais da ordem feudal, no Brasil, o liberalismo servia para justificar, à maneira iluminista, os privilégios da classe dominante, por sua vez ensejados pela nossa condição de país independente, porém dependente. Assim, privilégios e liberalismo, por aqui, não se contrapunham; ao contrário, conjugavam-se.

Convém, para nosso argumento, distinguir os traços da articulação entre as teses de Cardoso e de Carvalho Franco. Nesse sentido, Lidiane Rodrigues tem razão ao destacar que a ordem escravocrata-capitalista, analisada por Cardoso, enseja os homens livres, examinados por Carvalho Franco. “Há uma hierarquia no plano dessa síntese: a ordem social – categoria mais abrangente – produz tanto senhores e escravos quanto aqueles que, *livres em relação a este nexos orgânico, a eles estão presos como produto dessa mesma ordem*.” (RODRIGUES, 2011, p.461 – grifo nosso).

Para Schwarz, esse amalgame nos levaria muito longe na compreensão da literatura e da sociedade brasileiras. O liberalismo passa a ter um papel ornamental com o qual nada tinha a ver. Nesse caso, o proprietário e sujeito livre se engrandeciam e, por isso mesmo, não desmentiam a comédia ideológica de que faziam parte. A questão não é, portanto, o fato de saber o que o liberalismo escondia, pois não correspondia nem as aparências, mas sim o reconhecimento da “intenção louvável, seja do agradecimento, seja do favor.” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.18). Nesta equação, o elemento primordial é favor e o liberalismo é secundário, pois visa dar lustre ao primeiro. “Nesse contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau.” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.18-9). Por outro lado, como mencionamos, ideias liberais, ao “*tornarem-se despropósito, [...] deixam também de enganar*.” (idem, *ibidem* – grifo nosso).

Observando o ritmo do mundo no qual o Brasil do século XIX se inseria, Schwarz lembra as observações de Lukács sobre a mudança histórica que as revoluções malogradas de

1848 representaram na história política do Ocidente moderno. Nessa quadra histórica, a ideologia burguesa teria mostrado sua verdadeira face: em contraste com as promessas universalistas do período anterior, surgia uma era marcada pela reação às aspirações de melhoria de vida dos setores de baixo. Desfazia-se, assim, o engano alimentado pelas promessas de igualdade que sustentaram o avanço da consolidação da ordem burguesa sobre o *Anciën Regime*, ela também sustentada pela divisão entre os que possuem e os que não possuem. No caso do Brasil, porém, as relações sociais vigentes figurariam a paradoxal situação de estarem *aquém e além* daquelas que se concretizavam na Europa. Ou seja: por um lado, nem mesmo se aproximavam do legalismo conservador que dinamizava a reação na Europa, ao mesmo tempo em que por aqui vicejavam relações sociais inimagináveis para esse próprio legalismo.

No âmbito cultural, esse desencontro impunha dificuldade própria à tarefa criadora. Se a adoção de modelos similares aos europeus era condição de pertencimento à vida civilizada, não era menos verdade que a adoção pura e simples não resolvia o problema de figuração da realidade nacional – e da consequente criação, no âmbito das letras, de uma literatura brasileira. Diante desse quadro, a proposta de pesquisa de Schwarz é clara: deve-se levar os erros, os desajustes e a consciência não inteiramente esclarecida como sinais da realidade – argumento no qual se percebe a semelhança com a proposta de Cardoso de compreender as raízes sociais da consciência inadequada dos senhores e escravos gaúchos. Porém, nesse âmbito, Schwarz dá um passo adiante em relação ao dado por Cardoso quando sublinha que esse rebaixamento próprio de nossa vida intelectual tinha como resultado um tipo de desconfiança natural dos intelectuais brasileiros frente às ideologias importadas – o que seria, em certo sentido, uma vantagem intelectual.

Inscritas num sistema que não descrevem nem mesmo em aparência, as ideias da burguesia viam informada já de início, pela evidência diária, a sua pretensão de abarcar a natureza humana. Se eram aceitas, eram-no por razões que elas próprias não podiam aceitar. [...] Assim, o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.27)

O trecho é claro ao sugerir que a crítica da ideologia que era “façanha” na Europa, aqui era corriqueira. Ao mesmo tempo, essa situação abria possibilidades para compreender a ideia de que as condições próprias do Brasil revelam algo mais do que si mesmas, pois desvelam brechas, práticas e ideológicas, nos pretensos ditames do sistema capitalista, que seriam, assim, desnudados. Tudo somado, o quadro se torna revelador: se as ideologias europeias rebaixam a realidade nacional, que estaria aquém de seus pressupostos históricos,

elas também não deixavam de sair diminuídas do confronto, pois a sua suposta universalidade era desmascarada. O resultado era a revelação do regime capitalista baseado nos privilégios conferidos pela desigualdade social, o contrário da fórmula burguesa-iluminista acerca da “liberdade, igualdade e fraternidade”. A questão está em compreender, então, as razões pelas quais essas *revelações produzem obscurantismos*.

Naturalmente, essa desqualificação recíproca afetou nossa vida mental, dependente tanto de categorias externas para se forjar, como também de ideias que conseguissem aderir à realidade concreta. Como a situação é de desencontro, o intelectual local precisa lidar com essa tarefa. No caso da literatura,

digamos apenas que, ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada [...] que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.31)

A formulação de Schwarz sobre o problema da relação entre ideias e realidade nacional despertou enorme repercussão. Dentre as críticas a ela, convém destacarmos duas: a de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976) e a de Carlos Nelson Coutinho (1976; 2011), pois ambos formularam objeções que tinham relação direta com a concepção de Schwarz acerca da relação entre “centro” e “periferia”.

No que se refere às objeções de Carvalho Franco - curiosamente uma das principais inspiradoras do trabalho do crítico literário - o ponto principal é a sua ideia de que o raciocínio de Schwarz – e de Cardoso – seriam tributários do pensamento dualista, fundamentado na oposição entre o “moderno” ao “atraso”. Segundo a autora, o Brasil seria moderno e capitalista desde sempre – ideia com a qual, pensamos, Cardoso e Schwarz concordariam – e por isso não faria sentido usar categorias próprias para a análise de sociedades tradicionais como patrimonialismo, “antigo regime”, castas e outras largamente utilizadas por Cardoso e Florestan Fernandes para pensar o país. Porém, ao contrário dos seminaristas, que procuravam na dialética marxista a chave para o entendimento da lógica de funcionamento da combinação contraditória entre capitalismo e escravidão, Carvalho Franco, utilizando-se do aparato conceitual weberiano, identificará o capitalismo como a regime econômico no qual o lucro é a meta principal dos agentes – ideia também não negada pelos seminaristas (CARDOSO, 1972 [1964]). Ainda que contenha, ao nosso ver, as imprecisões de apontar problemas com os quais ambos os autores não se identificam, a crítica da autora percebe acuradamente um dos principais impasses formais das teses de doutorado e livre-

docência de Cardoso, qual seja: o vocabulário dualista, ainda que o raciocínio não o fosse. Ora, é difícil separar uma coisa da outra e por esse caminho seguiu a polêmica entre a autora e a Cadeira de Sociologia I, da qual fazia parte, ainda que como crítica à perspectiva desenvolvida pelo grupo (BOTELHO, 2013). O debate aqui coloca em primeiro plano a necessidade de inventar conceitos para dar conta das *formas* produzidas pela sociabilidade capitalista brasileira.

Sendo assim, a combinação entre escravidão e capitalismo perderia centralidade, pois o que interessa – havendo ou não trabalho livre – é o lucro. Por outro lado, a autora afirmará que os próprios teóricos liberais, como John Locke, conciliavam e admitiam a possibilidade da escravidão. Em suma: pelo fato do Brasil ser uma sociedade moderna e capitalista, não haveria, segundo Carvalho Franco, a “relação de exterioridade” entre ideias liberais e a realidade escravocrata local suposta por Schwarz; mesmo porque, de resto, a realidade local era aceitável de um ponto de vista liberal, como revelava a posição de Locke a respeito da escravidão. Para a autora de *Homens livres na ordem escravocrata*, seria incorreto imaginar uma oposição entre “centro” e “periferia”; o correto seria realizar o movimento teórico oposto, de imaginar a imbricação dos dois polos, que não seriam externos um ao outro. O curioso dessa observação é que Schwarz toma o devido cuidado, talvez informado pela tese de Carvalho Franco, de não utilizar os conceitos forjados para a análise de sociedades tradicionais em suas explicações. Nesse sentido, é possível imaginar que o crítico literário confirmou a sua perspectiva sobre a modernidade brasileira justamente por meio do trabalho da socióloga uspiana. Se esse for o caso, nesse ponto específico, Schwarz parece estar mais próximo da posição de Carvalho Franco do que a autora estava disposta a admitir. Sinal disso é que, à maneira do Seminário Marx – isto é, sem dissolver a oposição entre “centro” e “periferia” –, Schwarz concretiza teoricamente a postura sugerida por Carvalho Franco.

Schwarz responderá a autora:

Algum tempo atrás tive o prazer de discutir o assunto com Maria Sylvia de Carvalho Franco. Na opinião dela, a noção de influxo externo é superficial e idealista, pois ideias não viajam, a não ser na cabeça de quem acredite no “difusionismo” [...] Ideias, segundo Maria Sylvia, *se produzem socialmente*. De minha parte, não vou dizer que não, mas continuo achando que elas viajam. No que interessa à literatura brasileira do século XIX, acho até que viajavam de barco. Vinham da Europa de quinze em quinze dias, no pacote, em forma de livros, revistas e jornais, e o povo ia ao porto esperar. Quem lida com história literária [...] não pode fugir à noção do influxo externo, pois são domínios em que a história do Brasil se apresenta em permanência sob o aspecto do atraso e da atualização. (SCHWARZ, 2008b [1976], p.137 – grifos do original)

Em tom mais simpático do que o utilizado pela socióloga uspiana, Carlos Nelson

Coutinho não negará as linhas gerais do argumento de Schwarz, embora busque repassá-lo a partir de uma certa tradição comunista. Depois de reconstruir o argumento do crítico literário com precisão, Coutinho argumenta que o esquema proposto por Schwarz não valeria para o século XX. Isso porque, segundo Coutinho:

Com o início da industrialização, ou mais precisamente com a transição do modo de produção interno à fase propriamente capitalista (o que já se verifica também em certos setores da agricultura na época da abolição da escravatura, ainda que isso se dê de modo “prussiano”, ou seja, com a conservação de traços pré-capitalistas), as ideias importadas vão cada vez mais “entrando no lugar”, tornando-se mais aderentes às realidades e aos interesses de classe que tentam expressar. E isso porque a estrutura de classes da sociedade brasileira vai se tornando essencialmente análoga àquela da sociedade capitalista em geral. Com isso, as contradições ideológicas que marcam a vida cultural brasileira do século 20 aproximam-se cada vez mais – ainda que sem jamais se igualarem inteiramente – às contradições ideológicas próprias da cultura universal do período. (COUTINHO, 2011 [1976], p.44)

Pelo trecho, percebe-se que Coutinho essencializa aquilo que em Cardoso e Schwarz aparece como elementos relativos, embora concretos. Em outros termos: os achados teóricos de Cardoso e Schwarz sugerem que a modernização – processo do qual a passagem para uma sociedade “propriamente capitalista” seria um passo decisivo – *não* enseja, necessariamente, relações modernas. A condição periférica do país continua a vigorar, embora noutros termos, sempre que realizado um ciclo modernizador, de maneira que o aprofundamento das relações capitalistas por aqui não nos torna análogos aos casos europeus. Por aqui, a funcionalização do atraso, continuamente repostos, é uma das principais formas de atualização do sistema capitalista, o que nos coloca distante das relações sociais modernas, embora participemos do sistema que as enseja. Para ficarmos em um exemplo: embora a burguesia brasileira seja um tipo de burguesia, as condições concretas que a enraíza no solo político e ideológico nacional – ou seja, o que a torna “brasileira” – é que correspondem aos elementos decisivos para compreender a sua atuação. Por outro lado, convém observar que a posição de Coutinho é a mesma daquela adotada por Marx, quando este afirmava, no prefácio à primeira edição de *O Capital* que: “O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro.” (MARX, 2015, p.70-1). Em termos sumários, podemos dizer que o problema dessa posição é o seu evolucionismo subjacente, o qual crê que a diversidade de formas seria reduzida com o processo de desenvolvimento, cujo ápice seria uma forma *única*, global e universal. (SHANIN, 2017, p.27)

É difícil encontrar na obra de Roberto Schwarz digressões teórico-metodológicas que expressem suas convicções em separado de um objeto de análise. Seguindo o exemplo de Antonio Candido (ARANTES, 1992) e os postulados de Theodor Adorno, o crítico literário parece preferir demonstrar a eficácia do seu método ao invés de anunciá-lo em discursos autônomos. Esta é uma das razões pelas quais os leitores de sua obra costumam destacar a passagem do prefácio de *Um mestre na periferia do capitalismo* na qual sintetiza suas influências teóricas, como bússola a respeito do tema. Nela, Schwarz destaca a influência que sobre ele exerceu: a) a tese acerca do processo de formação social do Brasil desenvolvida no Seminário Marx; b) a teoria literária elaborada por Antonio Candido; c) e a “tradição contraditória” composta por Bertolt Brecht, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Georg Lukács, além, é claro, d) da “inspiração de Marx”. (Cf. SCHWARZ, 2008 [1990], p.13). Na seção anterior, vimos de que maneira Schwarz se utilizou dos ensinamentos do Seminário para confeccionar seu ponto de vista sobre a interação entre ideias e realidade nacional. Nessa seção, passaremos a examinar as demais influências.

A relação entre Roberto Schwarz e Antonio Candido é direta e comporta vários planos, um dos quais já destacamos na introdução desse capítulo. Não é casual que a obra de Schwarz sobre Machado de Assis comece no preciso ponto em que *Formação da literatura brasileira* se encerra: na análise do ponto de vista de Machado de Assis sobre as possibilidades do escritor brasileiro se tornar um interlocutor sobre questões universais. Nesse sentido, o trabalho empreendido por Candido é um pressuposto que conforma as “condições de possibilidade” (CEVASCO, 2007) para a realização do trabalho analítico de Schwarz⁷⁵.

A empreitada de Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira* é sintetizada, em seus próprios termos, como a análise do “desejo” dos brasileiros em construir sua literatura. É precisamente a originalidade da ideia de “formação” forjada por Candido que é destacada por Schwarz:

Contudo, a originalidade maior do trabalho está na concepção geral na ideia de *formação*, enfatizada no título. Como os mestres mencionados haviam feito para os padrões da sociabilidade e da vida econômica, Antonio Candido historia o vir-a-ser de um sistema literário relativamente estável, com dimensão nacional, cujos problemas são particulares. Nesse sentido tangível, trata-se de um estudo fundador. Identifica dinamismos específicos e reais de nossa vida cultural, que uma interpretação universalista deixaria escapar. Assim, por exemplo, foi possível captar, sob o signo do engajamento patriótico das letras, uma certa continuidade de fundo

⁷⁵Lê-se, em nota de rodapé, ainda no ensaio sobre a importação da forma romance no Brasil em *Ao vencedor as batatas*: “Ver na citada *Formação da literatura brasileira* os capítulos que tratam do romance. O seu conjunto compõe uma teoria da formação deste gênero no Brasil, e pode ser lido como uma introdução a Machado de Assis. Embora não faça parte da fase “formativa” de que trata o livro, e esteja mencionando só umas poucas vezes, Machado é uma das suas figuras centrais, o seu ponto de fuga: a tradição é considerada, ao menos em parte, com vistas no aproveitamento que Machado lhe dará.” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.40-1 – nota 7).

entre momentos tão opostos, pela escola, quanto o arcádico e o romântico. Daí também a relação complexa com a ideia nacional, cuja força formativa está sublinhada e examinada em seus efeitos, tornados parte de nossa identidade, sem que entretanto o estudo tenha a mínima parte com o nacionalismo. (SCHWARZ, 1999 [1987], p.12 – grifo do original)

Ao frisar o processo de acumulação literária identificado por Candido no longo processo de formação de nossa literatura, Schwarz destaca que, embora de qualidade semelhante ao dos clássicos brasileiros, *Formação da literatura brasileira* possui uma noção específica de “formação”. No caso sobre o qual estamos discorrendo, o da literatura, a formação já havia se completado com Machado de Assis - como diz o próprio Candido – de maneira que estamos analisando um processo bem-sucedido, diferente, portanto, daquele analisado por Caio Prado Júnior e Celso Furtado, por exemplo. Sintetizando o raciocínio de Candido, Schwarz observa que “em Machado de Assis temos um escritor cuja força e peculiaridade só se explicam pela interação intensa e aprofundada entre autores, obras e público, interação que comprova em ato a existência do sistema literário amadurecido.” (SCHWARZ, 1999 [1990], p.18). Nesse sentido, Candido teria conseguido reconhecer criticamente - isto é, sem aderir aos seus valores aprioristicamente – os feitos do nacionalismo literário na composição do sistema literário ao reconhecer o seu papel no processo acumulativo de experiências, tentativas, ideias e etc. Ademais, Candido teria dado outro passo adiante ao observar que muitas dessas posições continham “funções de encobrimento ideológico, de imposição de padrões de classe, além da indiferença à qualidade estética, “defeitos” assinalados com uma ironia peculiar, que é ela mesma um achado literário, a condensação feliz de um prisma estético-político substantivo.” (SCHWARZ, 1999 [1990], p.18-9).

Nesse sentido, Candido observaria que, embora completado, o que é um feito cultural que não se pode subestimar, o sistema literário brasileiro não carregava a potência emancipatória que seus construtores imaginavam (Cf. SCHWARZ, 1999 [1990], p.19). Para comprovar sua suspeita materialista, Schwarz recorda que o nosso sistema literário já “formado” convive com a escravidão e outras anomalias.

Mas a influência de Antonio Candido sobre Schwarz não se esgota aí, pois o trabalho de condensação histórica empreendida nos escritos do crítico dos anos 1950 e 1960 terá como resultado o desenvolvimento de uma perspectiva crítica da crítica literária. Em poucos termos, segundo Roberto Schwarz, Antonio Candido criou uma maneira nova de julgar a pertinência da obra literária (SCHWARZ, 2012 [1979]). Ao comentar “A dialética da malandragem” (CANDIDO, 1970), texto originalmente publicado pelo autor na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* em 1970 – portanto, alguns anos antes da publicação de *Ao vencedor as*

batatas -, Schwarz é peremptório:

Só em 1970 [...] é que seria publicado no Brasil o primeiro estudo literário propriamente dialético. Sem alarde de método ou de terminologia, passando ao largo do estruturalismo, e guardando também a distância em relação à conceituação do marxismo (o qual entretanto era a sua inspiração essencial), saía a “Dialética da Malandragem”: uma explicação surpreendente e bem argumentada do valor das *Memórias de um sargento de milícias*. (SCHWARZ, 2012 [1979], p.129)⁷⁶

Na passagem citada, há uma síntese daquilo que Schwarz identificará na obra de Candido depois de 1970: a conformação de uma noção materialista de *forma* que pode ser devidamente destrinchada pela análise, não menos materialista, dialética – e daí Schwarz aproximar Candido do campo marxista. Porém, dita dessa maneira, a fórmula soa formalista; afinal de contas, para compreender a condensação que uma forma realiza, é preciso entender qual é a matéria envolvida na operação. Matéria essa que, por sua vez, tem certa *forma*, cujos fundamentos a análise crítica da literatura pode desvendar⁷⁷. Como se percebe, o argumento é complexo. Por isso, pode ser útil revisitarmos a exposição de Schwarz no aludido ensaio sobre a “Dialética da malandragem”.

O foco de Antonio Candido em “Dialética da malandragem” é o estudo da *forma* de *Memórias de um sargento de milícias*, que, embora irregular, teria a capacidade de revelar aspectos profundos da organização e dos movimentos da sociedade brasileira. Outra consequência dessa hipótese seria compreender certa linha evolutiva de nossa literatura, que passaria pela Colônia, por Pedro Malazarte, pela imprensa popular do século XIX e culminaria nos modernismos de *Macunaíma* e *Serafim Ponte-Grande*. Assim, a análise empreendida por Antonio Candido não só seria capaz de aprofundar nosso conhecimento sobre um romance específico, mas seria capaz também de investigar um certo aspecto da história nacional, além de reorganizar a história de nossa literatura. Por fim, ainda permitiria realizar uma “sondagem da cena contemporânea”. (SCHWARZ, 2012 [1979], p.130)

No ensaio, Antonio Candido investiga sua ideia a partir de um procedimento metodológico que Schwarz também adotará: o diálogo com as interpretações precedentes acerca do objeto em pauta, o que configura uma tomada de posição que leva à sério o processo de acumulação de problemas, teses, ideias, suposições, hipóteses e etc., num

⁷⁶ Vale frisar que o programa teórico-metodológico de Antonio Candido a esse respeito já havia sido formulado em 1961, no já aludido “Crítica e Sociologia”, reunido em *Literatura e Sociedade* (CANDIDO, 2006[1961]).

⁷⁷ Por isso, até onde podemos perceber, seria preciso nuançar a argumentação de que a proposta metodológica de Schwarz seria “internalista”, como sugere, por exemplo, Sérgio Miceli (2007, p.56) ao analisar a sua filiação à proposta metodológica de Theodor Adorno. Na verdade, o contraste decisivo entre a abordagem bourdieusiana - “externalista”, nos termos de Miceli – e a de Adorno parece estar no lugar que o plano “social” ocupa na explicação de suas análises – o que deriva, aliás, dos problemas diversos sobre os quais essas propostas metodológicas costumam se debruçar.

movimento similar ao identificado no processo de formação de nossa literatura. Não é por outro motivo que, segundo Paulo Arantes, o texto de Schwarz que estamos destrinchando teria como argumento central a ideia de que, em Antonio Candido, a nossa crítica literária *foi formada*. (ARANTES, 1992, p.17-8)⁷⁸. Desse ângulo, o propósito de Schwarz nesse texto é compreender quais foram as medidas e as disposições tomadas pelo crítico para realizar esse feito.

Por um lado, Schwarz indica como Antonio Candido se valeu da tradição da crítica literária brasileira para formular seu estudo. Quando Candido afirma que *Memórias* não é um romance picaresco, como sugeria Mário de Andrade (ANDRADE, 2005)⁷⁹, mas algo *sui generis*, estaria seguindo o passo da crítica nacionalista oitocentista, orientada pelo destaque da originalidade da literatura brasileira. No entanto, há uma diferença fundamental entre os dois posicionamentos: enquanto a crítica nacionalista apostava num *desejo romântico* de estabelecimento da literatura brasileira, o autor de *Formação da Literatura Brasileira*, de outra *forma*, chega a avaliar, sem reservas, a hipótese picaresca, dogmaticamente rechaçada pelos românticos.

Assim, o acento do caráter *nacional* da originalidade literária, que de diferentes modos foi bandeira ideológica e estética dos românticos, modernistas e outros, está de sentido mudado. Corresponde a uma *constatação*, ligada aliás, no caso, a aspectos da realidade relativamente originais eles também, mas de que não há porque se orgulhar, tais como a anomia social que acompanha a escravatura. Depois de ser um valor patriótico inquestionado, que pede reconhecimento e adesão, a singularidade nacional é agora um fato da vida, e pede espírito crítico. (SCHWARZ, 2012 [1979], p.134-5 – grifo do autor)

Candido procede da mesma maneira com a crítica naturalista, segundo a qual o romance teria caráter documental. Diferindo dela, argumenta que a força do romance estava na internalização dessas referências, de modo que o caráter documental se tornava elemento interno ao romance e não externo, como suporia essa orientação crítica. O modo como isso ocorre será apontado logo adiante.

Feito esse balanço crítico, Antonio Candido tomou outra providência, agora em plano mais amplo: tratou de buscar conjugar elementos sociais aos estéticos. Nesse sentido, escapava tanto do marxismo vulgar – que se resumia a argumentar acerca do suposto *reflexo*

⁷⁸ Em “Nacional por subtração”, texto também recolhido em *Que horas são?*, Schwarz afirmará: ““Não se trata, portanto, da continuidade pela continuidade, *mas da constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias*, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante.” (SCHWARZ, 2012 [1986], p.31 – grifo nosso). Lê-se no mesmo texto que, na avaliação de Schwarz, Machado de Assis, Mário de Andrade e Antonio Candido tomaram providências no sentido assinalado. Sem esquecer outros, não caberia pensar que na ordenação desses nomes há uma indicação acerca de uma linhagem formativa de nossa crítica literária?

⁷⁹ Importa observar que Candido não atribui explicitamente essa interpretação a Mário de Andrade.

dos elementos sociais no plano estético, que assim perderia qualquer particularidade -, como escapava do estruturalismo, corrente que interpreta a literatura como um mundo detentor de regras próprias. Uma vez mais, tratava-se de pensar as possíveis *conexões* entre posições vistas como contrárias – no que se percebe um espírito de dialetizar as oposições que aparecem como irreconciliáveis. Como Antonio Candido realizou isso?

Em um plano, concede à “sociologia” - usamos os termos de Candido em “Sociologia e Crítica” - a ideia de que a literatura carrega elementos sociais, mas não como reflexos não-mediatizados da realidade concreta; em outro plano, concorda com a “crítica” que afirma que a prioridade da crítica literária deve ser o estudo da obra, embora negue um de seus postulados, segundo o qual ela teria completa independência em relação ao mundo concreto. Por isso, tomará como medida a adoção do *close reading* para a leitura de textos e teorizará sobre o que chama, em “Dialética da malandragem”, de *redução estrutural*. Assim, a forma é considerada síntese do movimento histórico, o que a torna mais profunda e realista do que a mera documentação de fatos, pois seu valor estaria no “valor mimético da *composição*”.

Passando ao plano propriamente analítico, Candido argumenta o herói do romance, Leonardo, seria melhor compreendido se visto como um *malandro* e não como um *pícaro*. Do ponto de vista de seu conteúdo sócio-histórico, a categoria *malandro* sintetiza, em si, três movimentos: por um lado, incorpora a dimensão do folclore e de elementos pré-modernos, como o *trickster*; por outro lado, evoca o gênero da sátira do período regencial e, mais profundamente, enseja, nos termos de Schwarz, “*uma intuição profunda do movimento da sociedade brasileira*” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.131 – grifo do autor).

Ecoando a centralidade que os “homens livres” terão na sua interpretação sobre Machado de Assis, Schwarz observa que o romance de Manuel Antonio de Almeida diz pouco sobre os escravos e sobre as classes dirigentes, o que seria um pecado mortal para um romance que se pretendia “realista” como gênero estrito. Porém, a sua “fidelidade realista” vem de outro ponto, que não é da ordem do documento, o que torna essa questão menor. Candido chamará este tipo de romance de “romance representativo”, pois se prende à “intuição” e “figuração” de uma “dinâmica histórica profunda”. (idem, p.131).

Essa figuração apareceria na *forma literária* do livro. O autor de *Formação da Literatura brasileira* argumentará que as personagens do romance de Manuel Antonio de Almeida vivem passando a linha que marca a fronteira entre a ordem e a desordem. Contudo, Almeida teria logrado não julgar as transgressões das personagens, posição que suspende um eventual juízo moral, costumeiro, no entanto, na posição da classe dominante do período. Nos termos de Antonio Candido, tratar-se-ia de uma *redução estrutural*, que seria a redução de um

dado externo à forma do romance. “Trata-se, noutras palavras, da *formalização estética* de um ritmo geral da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX.” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.132). Um traço marcante da argumentação de Candido seria a ideia de que *essa qualidade do romance estaria vinculada à sua debilidade em seguir os cânones realistas* – argumento ecoado na análise que Schwarz faz de *Senhora*, de José de Alencar, em *Ao vencedor as batatas*. Nota Roberto Schwarz:

Paradoxalmente, a apreensão deste ritmo está ligada às limitações do romance enquanto documento. Com efeito, ao suprimir o escravo, o romancista suprimia quase totalmente o trabalhador: e suprimindo as classes dirigentes, suprimia os controles do mando. Ficava-lhe um setor intermédio e anômico da sociedade, cujas características, entretanto serão decisivas para a ideologia dela. Um setor em que a *ordem* só dificilmente se impunha e mantinha [...]. É esta a realidade histórica de que a dialética da ordem e desordem é o correlativo formal. (idem, p.132-3)

Mas o que significa este “correlativo formal”? Caso entendamos a ideia, entenderemos o passo metodológico principal de Antonio Candido. Em seus termos, a dialética da ordem e da desordem é um “princípio de generalização”, que se encontra *tanto na realidade, como na ficção*. É esse o princípio que organiza os dados da realidade no romance. Assim, os aspectos ficcionais não são tirados direto da realidade, como não é de seu apego a ela que depende o “sentimento de realidade na ficção”, embora lhe esteja ligado. Tal sentimento depende de “princípios mediadores”, que estão “geralmente ocultos, que estrutura a obra e graças aos quais se tornam coerentes as duas séries, a real e a fictícia.” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.133). Além disso, Candido observaria que no romance há também uma estilização dos “arquétipos folclóricos da esperteza popular”. Aliás, é essa tensão que caracteriza a “dialética da malandragem: a suspensão de conflitos históricos precisos *através de uma sabedoria genérica da sobrevivência, que não os interioriza e não conhece convicções nem remorsos*.” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.133 – grifo nosso). É ela que gera a imagem do “mundo sem culpa” que Schwarz, informado pela preocupação com o processo de criação de uma consciência organizada dos debaixo capaz de interiorizar os sentidos e resultados dos conflitos sociais, porá em suspeição.

A forma pela qual Schwarz faz isso é específica: busca compreender o lugar que essa imagem, decisiva na economia argumentativa do autor de “Dialética da malandragem”, tem na interpretação de Candido. Como síntese, Schwarz destaca três ideias de Candido sobre o mundo no qual a culpa não prevalece: por um lado, frisa que *Memórias de um sargento de milícias* seria o único romance no Brasil oitocentista escrito pelo prisma dos debaixo; talvez por isso mesmo se ligue a uma atitude bastante brasileira de “tolerância corrosiva”, que é uma linha mestre de nossa cultura; e, principalmente, Candido sustentaria que, apesar de suas

desvantagens, que fazem a dialética da malandragem parecer inferior aos valores puritanos que regem os países de capitalismo central, seria esse “mundo sem culpa” que nos facilitaria a convivência em um mundo mais aberto. Esse ponto seria demonstrado pela comparação empreendida por Candido entre o romance malandro brasileiro e *A letra escarlate*, de Nathaniel Hawthorne, no qual o império da lei da cultura americana é abordado a partir de sua face cruel.

Para o nosso argumento, interessa ressaltar a *imparcialidade* com a qual Candido, segundo Schwarz, analisa o romance – o que não é óbvio, pois uma leitura apressada poderia afirmar que elevar um romance secundário à condição de obra investigativa seria próprio de uma reflexão ufanista. Schwarz observa que o livro pertence ao nosso Romantismo e que tinha como ideal a construção da literatura nacional, bem como da própria nacionalidade. “A função é mais *ideológica* do que artística, e é responsável por uma nota de convivência provinciana presente em todos os romances desta fase.” (idem, p.136 – grifo nosso). Porém, Candido não teria sucumbido - *inteiramente*, como se verá – à postura *ideológica* subjacente ao romance, na medida em que o tomou como obra *crítica*. “Noutras palavras, trata-se da passagem da crítica de edificação nacional à crítica estética; da crítica de função puramente local à crítica de sondagem do mundo contemporâneo; da crítica em que o nacional é comemorado à crítica em que ele é historicizado.” (idem, p.136).

Outro aspecto decisivo para as formulações teóricas de Schwarz está na ideia de que o achado de Antonio Candido - a dialética da malandragem – é um dinamismo que resume a “regra de vida de um setor capital da sociedade brasileira: o dos homens livres que, não sendo escravos, nem senhores, viviam num espaço social intermediário e anômico, em que não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela.” (idem, p.138). Impossível deixar de notar que o argumento de Schwarz aqui parece alinhar Candido ao trabalho de Maria Sylvia Carvalho Franco, por “oposição complementar” à tese de doutorado de Cardoso.

Especificando o procedimento que torna essa descoberta possível – i.e, sintetizando o que entende por crítica literária -, Schwarz observa que

... foi preciso *descobrir* (i.e. pressentir e depois explicar) entre os inúmeros aspectos formais do romance aquele que, sendo a transposição de um aspecto significativo do processo histórico, tinge de atualidade histórica os demais. Observe-se que a busca da forma neste caso não se guia pelo repertório da estética normativa, cujas formas a obra deveria *repetir* e a crítica *aferir*. (idem, p.138 – grifos do autor)

Porém, essa posição ligada à concepção materialista de forma dependeria de conhecimentos extraliterários por parte do crítico, que teria como objetivo prioritário entender a correlação particular entre os planos social e estético na obra literária. Esse entendimento

teórico, por sua vez, deveria ser colocado em prática por meio da construção das mediações necessárias para o entendimento da forma literária.

Trata-se, noutras palavras, de chegar a uma estrutura de estruturas, ou melhor, a uma estrutura composta de duas outras: a forma da obra, articulada ao processo social, que tem de estar construído de modo a viabilizar e tornar inteligível a coerência e a força organizadora da primeira, a qual é o ponto de partida da reflexão. (idem, p.140)

Abrindo caminho para uma operação intelectual cuja natureza deveremos desvendar, Roberto Schwarz aproxima a ideia de forma de Candido da concepção de forma forjada pelo marxismo, segundo a qual o concreto também é formado. Em outros termos, para Candido, como para o marxismo, o conceito de *forma* não se aplica apenas ao domínio estético; o real também é visto sob o seu signo (Cf. idem, p.141). Assim, o posicionamento equilibrado de Antonio Candido, que buscou conferir os méritos devidos à abordagem estruturalista e sociológica, o colocaria, teoricamente, na esteira da “tradição alemã e influência lukásiana” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.142). Com efeito, a noção de forma elaborada por Candido, bem como o papel que atribui à crítica, guarda semelhanças notáveis com a tradição romântica alemã, cuja perspectiva assinalava a necessidade de “elevação” da obra de arte, o que ocorreria, para Friedrich Schlegel e Novalis, pela “*exposição* da auto-reflexão da obra através da crítica. A crítica revela tal reflexão através da confrontação entre a obra e o seu próprio Ideal, ou, ainda dentro da terminologia romântica, ligando o seu espírito (*Geist*) à sua letra (*Buchstab*) [...]” (SELIGMANN-SILVA, 1999, p.64 – grifo do original). Não é à toa que a tradição materialista da crítica literária – de que Lukács e Benjamin⁸⁰, por exemplo, fazem parte – recorrerá, seja para afirmá-la ou para retificar alguns de seus aspectos, aos românticos alemães para fundar a sua noção de crítica literária.

Seja como for, o discípulo não deixa de assinalar alguns limites na interpretação do mestre. Segundo Schwarz, a reflexão de Candido não teria atingido a articulação dos planos numa *totalidade* (Cf. SCHWARZ, 2012 [1979], p.150), passo que seria o decisivo. A consequência dessa falta de articulação seria, em termos muito sumários, a *essencialização* da dialética da malandragem como um modo de ser brasileiro, numa construção cujo sentido seria aparentado daquelas que encontramos em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Assim:

⁸⁰Walter Benjamin chegou a escrever sua tese de doutorado sobre a noção de crítica de arte dos românticos alemães. De algum modo, podemos incluir Adorno nessa linha de reflexão, ao menos no que diz respeito ao seu “Ensaio como forma”, texto em que argumenta que o ensaio seguiria a “concepção romântica do fragmento como uma composição não consumada, mas sim levada através da auto-reflexão até o infinito [...]” (ADORNO, 2008, p.34)

A transformação de um modo de ser de classe em modo de ser nacional é a operação de base da ideologia. Com a particularidade, no caso, de que não se trata de generalizar a ideologia da classe dominante, como é hábito, mas a de uma classe oprimida. Com efeito, Antonio Candido identifica a dialética da ordem e desordem como um modo de ser popular. Mais adiante ele a generaliza para o país, sublinha os inconvenientes de racismo e fanatismo religioso que ela nos poupou, e especula sobre as suas afinidades com uma ordem mundial mais favorável, que pelo contexto seria pós-burguesa. [...]. Noutras palavras, além de identificar e valorizar, Antonio Candido a traz ao âmbito de grandes opções da história contemporânea [...]. Eis aí a posição, e por que não dizer, a originalidade ideológica deste ensaio. (SCHWARZ, 2012 [1979], p.150-1, grifos nossos)

Candido, por assim dizer, mimetizaria a posição de Manuel Antonio de Almeida, que conecta elementos folclóricos, a-históricos, à situação social de seus personagens, historicamente situados. Nesse sentido, a dialética histórica que fornecia travejamento à análise de Candido sofre uma parada brusca, o que faz Schwarz indagar: por quê? Por que não tomar a posição de Manoel Antonio de Almeida como histórica também?

Tomadas as devidas proporções, parece-nos sugestiva a ideia de apontar o paralelismo entre a crítica que Schwarz faz de Candido com aquela que Adorno faz de Hegel, para quem, supostamente, “a ideia de uma positividade que acredita dar conta de tudo aquilo que lhe é oposto por meio da coerção poderosa do espírito conceitual é a imagem especular da experiência da coerção poderosa, que é inerente a tudo o que existe por meio de sua união sob a dominação.” (ADORNO, 2007, p.174). Como Hegel, Candido teria justamente coagido o “espírito conceitual”, embora de maneira distinta do filósofo alemão, que o fez por meio da ideia de Espírito Absoluto, de modo que não teria permitido que ele atingisse sua plenitude. Esse paralelismo ajuda a iluminar o lugar central que a *negatividade* ocupa nos constructos intelectuais Schwarz. Para nos atermos apenas ao seu caso, que é o que constitui nosso objeto de análise, cabe destacar, por meio de uma *crítica imanente*, os pressupostos da *crítica imanente* de Antonio Candido sobre *Memórias de um Sargento de Milícias*, Schwarz não só sublinhou os seus méritos, como visou frisar que a sua insuficiente radicalidade levava à uma *falsa reconciliação* - isto é, uma espécie de conciliação ideológica - entre realidade e ideia⁸¹. Em outros termos: Candido teria feito concessões que o espírito *inteiramente* crítico se recusaria a fazer. Em termos práticos, essa crítica de Schwarz consiste numa retomada da argumentação exposta em “Cultura e Política, 1964-1969”, texto que analisaremos adiante, segundo a qual o “arcaísmo ideológico” de que a malandragem fazia parte havia se tornado um dos elementos-chave para a atualização capitalista imposta pelo regime militar.

⁸¹ “Para a crítica imanente uma formação bem-sucedida não é, porém, aquela que reconcilia as contradições objetivas no engodo da harmonia, mas sim a que exprime negativamente a ideia de harmonia, ao imprimir na sua estrutura mais íntima, de maneira pura e firme, as contradições.” (ADORNO, 1998, p.23).

Outras limitações aparecem também na comparação que Candido opera entre o romance brasileiro analisado e *A letra escarlate*. Se, por um lado, o movimento ambicioso é digno de nota, Schwarz observa que a comparação tem como suposto a ideia, inadequada, de que existiriam histórias nacionais *essencialmente* distintas. Esse é, como vimos, um dos pontos centrais da teorização surgida no Seminário Marx, que pretendeu dar uma visão alternativa e articulada do processo de formação do Brasil e, como veremos na citação a seguir, a referência parece ser a teoria da dependência⁸².

Ora, o mencionado concerto das nações hoje carece de verossimilhança, o que aliás, retrospectivamente, lança dúvidas também sobre a sua existência anterior. Diante da extraordinária unificação do mundo contemporâneo sob a égide do capital (e da dinâmica enigmática do mundo dito socialista), aquela comunidade das nações é um conceito recuado da experiência histórica disponível, e é um tempo morto da dialética. Não será mais plausível, como proposta, buscar os termos de uma história comum [...] história de que sejam parte e reveladores tanto as *Memórias* quanto *A letra escarlate*, o Brasil como os Estados Unidos? O processo social a compreender não é nacional, ainda que as nações existam. (SCHWARZ, 2012 [1979], p.153)

No mais, a própria configuração dos termos da “dialética da malandragem”, cujo sentido histórico é indubitável, seria devedora do que Schwarz chama de “sociologia formalista alemã”, o que comprometeria a radicalidade – isto é, a especificidade - histórica do achado. Por fim, embora possivelmente uma proposta para o período em que foi publicado, logo depois do AI-5, o texto estaria historicamente defasado, defeito capital para uma proposta política de matriz marxista. Afinal de contas, “a repressão desencadeada a partir de 1969 [...] não participava ela também da dialética da ordem e desordem? É talvez um argumento indicando que só no plano dos traços culturais a malandragem e capitalismo se opõem ...” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.154)⁸³. Essa se desdobrará na interpretação que ele mesmo fará

82 Não é por outro motivo, aliás, que Fernando Novais fará reparo similar à teoria de Caio Prado Jr: “Neste sentido, talvez se possa arguir que, no movimento de inserção no conjunto, isto é, no esforço por apreender a categoria básica, sua análise se deteve no meio do caminho. Trata-se de definir com precisão o que deve ser inserido, e em quê; e talvez o Brasil expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando o olhar até a linha do horizonte. “Brasil”, é claro, não existia, senão enquanto colônia, e é da colônia portuguesa que trata Caio Prado Jr.: a questão é saber se não seria preciso a consideração do conjunto do mundo colonial. Expansão comercial europeia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal capitalista. (...) Contudo, insistimos, esta é uma crítica que parte da análise de Caio Prado Jr e a incorpora.” (NOVAIS, 1986, p.19-20)

⁸³ Muitos anos depois, Schwarz, ao comentar o período compreendido entre os anos 1950 e 1960 no Brasil, incluindo aí as teorias produzidas nele, dirá acerca dos posicionamentos pessimistas e otimistas diante da estrutura subdesenvolvida do Brasil: “Esse paradoxo se formulou de maneira aguda na teoria da dependência do Fernando Henrique. Como se sabe, ele formulou a alternativa um pouco antes do golpe de 1964, quando diz: “o desenvolvimento está desembocando numa crise e essa crise vai nos levar a um experimento socialista, ou ao desenvolvimento subordinado associado. A burguesia brasileira vai se associar, em posição subalterna, à burguesia americana e então vai surgir uma nova sociedade ligada à articulação subalterna da burguesia brasileira ao capital internacional” - que é o que efetivamente aconteceu. Uma situação estrutural, uma hipótese de superação e uma hipótese pessimista em que não há propriamente superação, mas há modificação. Não há

sobre a literatura de Machado de Assis, em especial a da sua fase da maturidade. Nessa mesma referência, não é insignificante o fato de que Schwarz reconheceu que Antonio Candido, ao aventar a hipótese de uma “linhagem malandra” de nossa literatura, atinou nesse ensaio para alguns pontos que ajudam a explicar a desqualificação do pensamento no Brasil do século XIX. Essa observação de Schwarz, encontrada em “As ideias fora do lugar”, ajuda a refletir sobre a maneira como a qual ele próprio logrou formalizar o problema, por sua vez *intuído* por Candido. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.29 – nota 22). No plano propriamente literário, essa intuição de Candido ocupará lugar decisivo em “Acumulação literária e nação periférica”, ensaio que encerra *Um mestre na periferia do capitalismo*. Nele, encontramos como que uma ponte entre os trabalhos dos dois críticos.

Como se percebe sem dificuldade, as críticas de Schwarz a Antonio Candido giram em torno de certos *déficits de historicidade* da qual padeceria a construção intelectual notável do autor de *Formação da literatura brasileira*. Ora, *déficit de historicidade* é uma das características de um pensamento ideológico, pois ele acaba por *naturalizar* características – humanas, culturais, econômicas etc – dando-lhe um caráter estático. É claro que no caso da análise de Schwarz sobre Candido, não se trata de imaginar que o segundo teria sido deliberadamente ideológico, entendido como politicamente interessado na mistificação de uma situação concreta. Ao contrário. Como bem revela o texto, a surpresa de Schwarz está em que a leitura que Candido fez de *Memórias de um sargento de milícias* é profundamente historicizada. Sendo assim, a questão seria compreender as razões pelas quais Candido não teria ido além do ponto de vista emulado na obra. Salvo melhor interpretação, a razão encontrada por Schwarz é o apego de Candido à tradição do pensamento político e social brasileiro que toma como seu problema central o da “formação” do país.

Mais especificamente, o marxismo do Seminário Marx aparece elipticamente aqui como um possível antídoto para tais problemas, pois foi a partir dele que alguns autores, dentre os quais o próprio Schwarz, conseguiram formular teses e categorias que permitiriam olhar o mundo moderno a partir de sua unidade histórica básica: a expansão mundializante do mercado capitalista. A partir desse achado, os diversos níveis de totalidades aparecem articulados, sem o apego à ideia de “nação”, como exemplificaria o ensaio de Antonio Candido.

Seria, entretanto, um grande equívoco se nos ativésemos apenas a esse ponto. Afinal de

superação, mas há história. Fernando Henrique tinha uma visão histórica da situação e acertou em cheio, depois ele mesmo operou essa situação em larga medida. Isso é um ponto interessante, uma verdade profunda.” (SCHWARZ, 2009b, p.179)

contas, Roberto Schwarz, como vimos, chega a filiar Candido à tradição marxista alemã de reflexão sobre a arte. Em texto bastante posterior, o crítico sintetiza elementos comuns entre Antonio Candido e Theodor Adorno, a saber: a “confiança na intuição estética”, a “confiança no sentimento da forma estética” e o estudo dela aliado ao estudo das condições sócio-históricas subjacentes à sua realização (SCHWARZ, 2009b, p.185)⁸⁴.

Esses traços podem também ser percebidos nas teorizações de Lukács sobre a forma literária. Porém, o objeto de Lukács é diferente daquele analisado por Candido: trata-se da experiência histórica que presidiu a formação da forma do romance moderno. Nesse sentido, se é verdade que a influência de Lukács sobre Schwarz remete ao próprio Seminário Marx – no qual a leitura prévia dos três volumes d'*O capital* ajudaram a compreender a importância de *História e consciência de classe* (Cf. CORREDOR e SCHWARZ, 2002, p.15) -, não é menos verdade que ela carrega alguma especificidade do próprio campo intelectual no qual Schwarz atua, o literário.

Para começarmos a escrutinar a larga influência que Lukács exerceu sobre Schwarz, vale começar com uma observação de Leopoldo Waizbort:

Uma nota sobre a organização de *Ao vencedor as batatas*. Mesmo em sua forma, o livro parece seguir uma inspiração lukacsiana. Composto de três capítulos, o primeiro destaca os pressupostos históricos e ideológicos, armando a situação para a interpretação literária que vem a seguir; o segundo trata dos precedentes, a importação do romance como forma e sua figuração por Alencar; o terceiro, por fim, trata de Machado, o verdadeiro objeto anunciado, a forma que se quer entender. Com frequência, Lukács inicia suas obras com um capítulo sobre as condições históricas e sociais do surgimento do fenômeno em pauta, ou com aspeculiaridades de um desenvolvimento ou de uma situação, para a seguir encaminhar o desenvolvimento de seu tema e problema. Isso foi elucidado pelo próprio Schwarz em seu texto sobre Antonio Candido, já mencionado [Pressupostos, salvo engano, da “Dialética da malandragem”], onde se lê: “Nestes casos, o crítico tem de *construir* o processo social em teoria, tendo em mente engendrar a generalidade capaz de unificar o universo romanesco estudado, generalidade que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística.” (WAIZBORT, 2007, p.40-1, nota 81)⁸⁵

⁸⁴ Ainda no campo da comparação entre Candido e Adorno, Schwarz não deixa de apontar uma superioridade do primeiro sobre o segundo quando diz que “Não tenho dúvida de que o ensaísmo periférico de qualidade sugere a existência de certa linearidade indevida nas construções dialética de Adorno e do próprio Marx – uma homogeneização que faz supor que a periferia vá ou possa repetir os passos do centro.” (SCHWARZ, 2012c, p.49). Essa suposta linearidade aparece, por exemplo, no seguinte trecho de *História e consciência de classe*: “Essa atomização do indivíduo é, portanto, apenas o reflexo na consciência de que as “leis naturais” da produção capitalista abarcaram o conjunto das manifestações vitais da sociedade, de que – pela primeira vez na história – toda sociedade está submetida, ou pelo menos tende, a *um processo econômico uniforme, e de que o destino de todos os membros da sociedade é movido por leis também uniformes.*” (LUKÁCS, 2003, p. 208 – grifo nosso). Faltou a Lukács perceber, no trecho grifado, que existem *mediações* nas objetivações dessas leis, poderia dizer Schwarz. Daí que o “ensaísmo periférico”, embora costumeiramente reservado a temas e perspectivas *vistas* como de menores alcance, tenha o potencial de complementar e retificar os desvios não-dialéticos das construções dialéticas, que podem não sê-lo completamente.

⁸⁵ Um bom exemplo desse procedimento lukacsiano se encontra em *O romance histórico*, livro no qual a primeira parte do capítulo um tem como título “As condições sócio-históricas do surgimento do romance

A referência luckacisana aqui se prende aos seus escritos dos anos 1930, especialmente ao ensaio “Narrar ou descrever” (LUKÁCS, 1965). Para entendermos com mais acuidade os impactos da teoria do filósofo húngaro sobre Schwarz, precisamos nos atentar para duas questões distintas, embora relacionadas: a maneira como Lukács interpreta o surgimento do romance moderno e o sentido que fornece à noção de “realismo”.

Como discípulo da chamada filosofia clássica alemã, Lukács sempre concebeu a unidade entre forma artística e processo social e é a partir da historicização desse elo que entenderá a formação do romance moderno. Segundo sua concepção, essa forma literária, embora recolha muitas das características da epopeia, lida com um problema histórico radicalmente distinto daquele que teve como momento áureo a poesia de Homero: a fragmentação do mundo, entendida, em termos concretos, como a divisão da sociedade em classes⁸⁶. Em suas palavras:

[o romance moderno contém] todos os traços característicos da forma épica: a tendência a adequar o modo da figuração da vida ao seu conteúdo; a universalidade e a amplitude do material abarcado; a presença de vários planos; a submissão do princípio da reprodução dos fenômenos da vida por meio de uma atitude exclusivamente individual e subjetiva diante deles (como é o caso na lírica) ao princípio da figuração plástica, na qual homens e eventos agem na obra quase por si, como figuras vivas da realidade externa. Mas todas estas tendências atingem sua plena e completa expressão somente na poesia épica da Antiguidade, que constitui a “forma clássica da epopeia” (Marx). Neste sentido, o romance é o produto da dissolução da forma épica, a qual, com o fim da sociedade antiga, perdeu o terreno para seu florescimento. O romance aspira aos mesmos objetivos a que aspira a epopeia antiga, mas não pode jamais alcançá-los, já que – nas condições da sociedade burguesa, que constituem a base do desenvolvimento do romance – os modos de realizar os objetivos épicos tornam-se tão diferentes dos antigos que os resultados são diametralmente opostos às intenções. A contradição da forma do romance reside precisamente no fato de que este gênero literário, como epopeia da época burguesa, é a epopeia de uma sociedade que destrói a possibilidade da criação épica. Mas este fato – que, como veremos, constitui a causa principal dos defeitos artísticos do romance quando comparado à epopeia – proporciona-lhe, ao mesmo tempo, também uma série de vantagens. O romance abre caminho para um novo florescimento da épica, de cuja dissolução nasce, gerando com isso possibilidades artísticas novas que a poesia homérica ignorava. (LUKÁCS, 2009, p.201-2)

Ainda no plano histórico, Lukács destacará que “do ponto de vista do conteúdo, o romance moderno nasceu da luta ideológica da burguesia contra o feudalismo.” (LUKÁCS, 2011, p.213). Nesse sentido, sua forma é caracterizada pelo aparecimento dos plebeus, bem como pela cisão entre as esferas pública e privada que é própria do mundo burguês. Por isso

moderno”.

⁸⁶ Numa acepção não-marxista, a tese que vincula romance à fragmentação do mundo social já aparecia em *A teoria do romance*, escrito da juventude de Lukács.

mesmo, diante do mundo fraturado que lhe é próprio, o romance moderno colocará em foco a vida privada. Ora, como figurar a totalidade social diante dessa fragmentação?

É neste período que se manifesta, em toda a sua clareza, a tentativa do romancista de se tornar o historiador da vida privada. Os amplos horizontes históricos do romance em seus inícios se restringem; o mundo do romance se limita cada vez mais à realidade cotidiana da vida burguesa e as grandes contradições motrizes do desenvolvimento histórico-social são figuradas apenas na medida em que se manifestam de modo concreto e ativo nesta realidade cotidiana. (LUKÁCS, 2009, p.217-8 – grifo nosso)

Essa tese de Lukács abre caminho para entendermos a sua concepção de realismo, que não é estreita. Ao contrário, é realista, segundo o crítico, toda a obra de arte que consegue figurar os elementos motrizes da História. Por isso afirmará que, cada um ao seu modo, Miguel de Cervantes, William Shakespeare, Walter Scott, Honoré de Balzac, Liev Tolstói e Fiódor Dostoiévski foram grandes autores narradores “realistas”. Porém, as condições de possibilidade da narração literária foram modificadas a partir da derrota proletária de 1848, da qual um dos efeitos no campo estético seria a predominância da técnica descritiva, tal como denotariam os romances de Gustav Flaubert e Émile Zola. Como dirá Lukács: “A alternativa *participar* ou *observar* corresponde, então, a duas posições socialmente necessárias, assumidas pelos escritores em dois sucessivos períodos do capitalismo. A alternativa *narrar* ou *descrever* corresponde aos *dois métodos* fundamentais de representação próprios destes dois períodos.” (LUKÁCS, 1965, p.53 – primeiros grifos do original, último nosso). Precisemos o raciocínio.

Para Lukács, o realismo, cuja figura maior teria sido Honoré de Balzac, entraria em crise depois de 1848, momento em que emerge o movimento naturalista, do qual Zola seria o melhor exemplo. Isso porque 1848 foi o momento em que a burguesia, que até então esposava os valores mais avançados da civilização moderna, passou a ter a consciência de que o processo histórico que comandava poderia resultar em sua própria derrota. Trata-se, pois, de uma época de reação, como indicam os trabalhos de Marx sobre a história política francesa do século XIX. Nesse sentido, os elementos sociais que eram concebidos como resultado da história passam a ser naturalizados e “presentificados” (*ideologizados*), razão pela qual passam a ser tidos como impossíveis de serem superados. É essa ideia que fundamenta a distinção de Lukács entre os processos de “narrar” e o de “descrever”: “A narração distingue e ordena. A descrição nivela todas as coisas.” (LUKÁCS, 1965, p.62)⁸⁷. Embora de acordo com

⁸⁷Pode ser interessante aproximarmos a ideia de narração da ideia de crítica, que também contém como seu elemento definidor o dever de distinguir e relacionar. Historicizando o conceito de crítica, Reinhart Koselleck observa: “A crítica é uma arte de julgar. Sua atividade consiste em interrogar a autenticidade, a verdade, a

a ideologia liberal-reacionária do período, a predominância da técnica descritiva geraria *falsas figuras* sobre a totalidade social, pois não consegue exprimir com a complexidade devida as determinações essenciais próprias ao contexto.

Numa primeira esquematização, vale lembrar da observação de Leopoldo Waizbort (2007), segundo quem a influência de Lukács sobre Schwarz aparece em três planos de *Ao vencedor as batatas*: no programa teórico que anima o livro, na própria forma assumida por ele e, por fim, na linguagem utilizada por Schwarz para exprimir suas análises.

Sendo assim, para retomarmos a observação feita em “As ideias fora de lugar”, o romance brasileiro não só foi criado num momento no qual a própria forma romance passava por uma crise, como também o implante das ideias liberais no Brasil se deu no momento em que a ideologia universalista da burguesia era *concretamente, embora não fraseologicamente*, desmentida. Apesar de desmentido, o ideário liberal encontrava elementos sociais em que podia se apoiar, isto é, poderia ser ideologicamente “presentificado” - *o que não valeria para o Brasil do século XIX*.

Por isso mesmo, Roberto Schwarz observará que:

A presença de Lukács é básica no meu trabalho – como termo diferencial. Acho muito produtivo explorar em que sentido a sua construção é inadequada para a América Latina. E isso não é uma crítica. Lukács construiu um modelo para a história europeia das ideias e do romance que depende da evolução histórica geral do feudalismo para o capitalismo e para o socialismo. É uma construção poderosa. Ele mostra que esse desenvolvimento funciona ativamente na obra de filósofos e romancistas. Se nos voltarmos para América Latina, observaremos que essa sequência não existe aqui e que, portanto, ela não é universal. Aqui a sequência vai do colonialismo para uma tentativa de estado nacional. (CORREDOR e SCHWARZ, 2002, idem, p.21 – grifo nosso)

No fundo desta tomada de posição, está a ideia de que seguir o raciocínio materialista de Lukács sobre as formas impõem que sejamos consequentes com as diferentes matérias históricas que lhes são subjacentes. Nos termos que adotamos nesse trabalho: é preciso fazer a crítica da construção lukacisana para “nacionalizá-la”. Nesse sentido, o raciocínio posto por “As ideias fora do lugar” é recolocado: se “formar” a literatura nacional no século XIX implicava a busca pela formação dos romances nacionais, o fato é que não podíamos realizá-la da mesma maneira que nossos modelos, diferença cuja base histórica é o custo de nossa participação subordinada na ordem efetiva do mundo liberal-capitalista em expansão

Por outro lado, Schwarz também tomará de Lukács uma concepção alargada de realismo

correção ou a beleza de um fato para, a partir do conhecimento adquirido, emitir um juízo que, como indica o emprego da palavra, também pode se estender aos homens. No curso da crítica se distinguem o autêntico e o inautêntico, o verdadeiro e o falso, o correto e o incorreto, o belo e o feio. [...]” (KOSELLECK, 2009, p.93). É precisamente esse elemento que, segundo Lukács, está ausente na concepção naturalista de literatura.

– aliás, ponto no qual, como vimos, o filósofo húngaro e Antonio Candido coincidem. Uma vez mais, observemos a disposição de Schwarz – também presente em Cardoso, como vimos – de buscar a consonância e complementos entre pontos de vistas inicialmente divergentes, providência que lhe serve para buscar superar – no sentido dialético da expressão – as particularidades, eventualmente residuais, de certos pontos de vista.

Entretanto, a suposição básica da tese de Schwarz – a de que os romances maduros de Machado de Assis conformam a literatura brasileira propriamente porque exprimem *na forma adequada as determinações sociais, políticas e culturais* do Brasil oitocentista - deve, necessariamente, contrariar um aspecto fundamental da teoria do Lukács maduro acerca da evolução histórica da forma romance. Sem negar que 1848 teria marcado uma virada na história política do Ocidente, Schwarz precisa partir do pressuposto de que o conceito de “decadência” de Lukács, cujo cerne teórico-histórico reside precisamente no fim da “fase heróica” da burguesia (MACHADO, 2016, p.188-9), não faz pleno sentido. Por aí, abre-se uma brecha que nos permite entender sua filiação a Adorno, crítico severo dessa noção antivanguardista de Lukács (ADORNO, 2003).

Para terminarmos, talvez possamos nos remeter a outra influência “remota” - o termo, como a ideia, é de Paulo Arantes (1994, p.287) -, a da própria fundamentação lógica-ontológica do marxismo interpretado por José Arthur Giannotti. Em poucas palavras, “quem acompanhar a evolução da noção de *forma* nos escritos de Roberto Schwarz não terá dificuldade em rastrear momento da lição de Giannotti quanto à objetividade das formas cuja gênese se expõe (na acepção ontológica do termo *Darstellung*) no *Capital*.” (ARANTES, 1994, p.287-8 – grifos do original). Nesse sentido, fosse outra a concepção de marxismo de Schwarz – por exemplo, a concepção de Althusser, estruturalista e a-histórica, ou de Sartre, que enfatiza uma dimensão mais interpretativa dele -, tal mediação seria impossível. O autor de *Ao vencedor as batatas*, ao contrário, aposta na *objetividade das formas*, mesmo a despeito dos estágios das consciências sociais que as operam. É a concepção da objetividade – e da consequente materialidade – das formas que permite que se aposte na construção das mediações necessárias da fórmula “formas trabalhando formas”. Desse ângulo podemos perceber a influência de um certo Marx sobre seu pensamento, que, embora também presente no Cardoso de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, é relativizado nessa obra pela presença do “interpretativismo” sartreano.

Marcos Muller (1982) segue o mesmo sentido indicado por Paulo Arantes quando observa que o conceito de “exposição” (*Darstellung*) em *O Capital* indicava, como para Hegel, “a explicitação racional imanente do próprio objeto e a exigência de só nela incluir

aquilo que foi adequadamente compreendido.” (MULLER, 1982, p.1). Ora, a referida explicitação tem a ver com a formulação de categorias que expressem as determinações essenciais do concreto – e daí retornamos à noção do “concreto pensado” em Marx. É nesse sentido que interessa compreender as *formas* de expressão dos conteúdos concretos, do que decorre a concepção marxiana sobre as “formas de sociedade”. É também nesse sentido que devemos tomar a sério a seguinte advertência de Marx: “[...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas.” (MARX, 2005, p.43).

Por isso, pode-se concordar parcialmente com a observação de Lidiane Rodrigues (2011), segundo a qual haveria um paralelismo entre o programa teórico de “Crítica e sociologia”, de Antonio Candido, e “Notas para uma análise metodológica d'O Capital”, de José Arthur Giannotti (RODRIGUES, 2011, p.439-440). É verdade que ambos os programas teóricos enfatizam a relação íntima entre história e formas e que Schwarz logrou perceber suas possíveis combinações. Porém, isso não ocorreu num plano puramente “formal”, tal como a aproximação esquemática pode sugerir. Em outras palavras, por mais que ambos afirmem o fundamento histórico das formas, o fato é que o programa de Giannotti estava interessado em reconstituir os *passos lógicos* das formas na obra de Marx, enquanto Antonio Candido se interessava por descobrir os *conteúdos históricos* sedimentados nas formas literárias. Entre um programa e outro, há certa distância, a qual Schwarz pôde percorrer pela sua compreensão das teses de Cardoso e Carvalho Franco, elas mesmas, embora de maneiras diferentes, preocupadas com a *gênese histórica e lógica* das relações sociais brasileiras. Desse ângulo, a aposta metodológica de Giannotti sobre a objetividade das formas, se era correta e informava os demais trabalhos do Seminário Marx, contava também com um déficit de historicidade.

Essa seção pretendeu expor, muito sumariamente, algumas das bases epistemológicas da reflexão de Schwarz em *Ao vencedor as batatas*. Segundo o argumento que buscamos demonstrar, houve uma notável conjunção de noções materialistas de forma esposadas, a partir de objetos distintos, por Antonio Candido, Györgi Lukács e José Arthur Giannotti. Ao mesmo tempo, as teorizações de Candido e Lukács foram reciprocamente trabalhadas na formulação do problema literário que presidiu a procura do entendimento da evolução formal do romance brasileiro em *Ao vencedor as batatas*. Porém, essa procura teve como chave teórica o entendimento das mediações histórico-sociológicas descobertas pelos trabalhos

produzidas no contexto do Seminário Marx. Agora, precisamos compreender como essas mediações histórico-sociológicas aparecem internalizadas na forma do romance brasileiro do século XIX.

Os capítulos iniciais do romance brasileiro: as formas literárias da ideologia de segundo grau

Como se sabe, as demais partes de *Ao vencedor as batatas* são constituídas por análises de romances brasileiros, tanto de José de Alencar como de Machado de Assis. O intento deliberado desses autores, como de outros, era criar a literatura nacional, o que passava pela adequação da forma romance, cujos pressupostos históricos e sociais eram outros, à matéria local. A empreitada não era nada fácil; afinal de contas, a variedade de tipos sociais e o dinamismo da sociedade europeia eram, por aqui, contrastadas com certo acanhamento da cultura local, por sua vez fruto da rigidez quase estamental que travejava nossa sociedade. Para comprovar a objetividade do problema, vale lembrar que o mesmo acabou por ressoar na própria formação de nossas artes plásticas, campo no qual o neoclassicismo revolucionário-burguês de Jean Baptiste Debret teve que ser profundamente readequado para que coubesse nos limites estreitos do país nascente (NAVES, 2001).

No caso de *Senhora*, de José de Alencar, Schwarz identifica precisamente esse dualismo: por um lado, a notação realista em sentido próprio, ligada à pequenez adequada da vida local; por outro, o enredo, tributário dos moldes realistas de Balzac, correspondente à parte “moderna” do romance. A conexão mal resolvida entre enredo e notação gerava o problema da composição, que pretendia sugerir como elemento de travejamento das ações romanescas a mercantilização da vida – mediação falsa por aqui, onde era o favor que definia os desdobramentos do romance. A questão importante não é, entretanto, apontar os erros estéticos de Alencar. O problema é compreender suas razões objetivas, elas mesmas reveladoras.

É interessante notar que estes pontos fracos são, justamente, fortes noutra perspectiva. Não são acidentais nem fruto da falta de talento, são pelo contrário prova de consequência. Assinalam os lugares em que o molde europeu, combinando-se à matéria local, de que Alencar foi simpatizante ardoroso, produzia contrassenso. Pontos portanto que são críticos para a nossa literatura e vida, manifestando os desacordos objetivos – as incongruências de ideologia – que resultavam do transplante do romance e da cultura europeia para cá. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.39 – grifo nosso)

Vista desse ângulo, é possível estabelecer o paralelismo dessa argumentação de Schwarz a respeito de *Senhora* com a formulação de Giannotti sobre a alternância própria da dialética

marxista entre o imediatamente empírico e os “esquemas de significação” - ou “relações essenciais”, para falar como Paulo Arantes (1994, p.286). Isto é, assim como observamos anteriormente que essa formulação estava presente na construção metodológica das mediações entre “abstrato” e “concreto” em Cardoso, ela também parece estar presente aqui, com uma diferença decisiva: José de Alencar não é Marx. Sendo assim, a sua forma romanesca *é resultado da sua fidelidade a duas determinações de nossa vida ideológica*: tanto à realidade local, que é figurada como é possível, como à norma francesa, que era indispensável⁸⁸. Daí a ideia de Schwarz de que seu romance foi consequente, mas frustrado.

Traduzindo a argumentação schwarziana para termos marxistas conceituais, poderíamos dizer que o “erro” de Alencar resultou da sua dispensa da construção de uma *mediação* entre o conceito/abstrato – a forma romance – e o empírico – a realidade local. Sendo inescapável a conjugação entre ambos, o que lhe faltou foi mediá-la – isto é, refazer conceitualmente, na forma da reconstrução dos pressupostos sociais e artísticos, a abstração das relações sociais determinadas – precisamente o que fez Schwarz em “As ideias fora do lugar”. Alencar não atingiu, portanto, o “concreto pensado” de Marx, ângulo pelo qual retomamos a questão do lugar decisivo da “abstração”/mediação no esquema marxista, em especial no que diz respeito à formulação reveladora da lógica que preside as relações sociais e suas formas de expressão, a qual lhe dá a substância materialista⁸⁹.

Como já destacado, nem por isso o erro deve ser descartado como mero engano ou falsificado. Nesse caso, bem ao contrário: demonstraria que as ideias –no caso, a forma romance – são, *nos seus efeitos práticos*, resultados de pressupostos sociais não imediatamente visíveis e que são revelados nessas circunstâncias. Sendo assim, a percepção de que os resultados efetivos das ideias não deram os resultados esperados – isto é, não reproduziram os mesmos efeitos obtidos nos contextos em que foram originalmente formuladas - impõem ao pensador brasileiro *a necessidade da reformulação conceitual*, o que implicaria dizer que seria necessário reconstruir abstrações das relações sociais determinadas, ângulo pelo qual podemos destacar o papel decisivo da *especificidade* da matéria social em questão. Daí a centralidade da nossa “mediação *quase* universal”, o favor.

⁸⁸ Devo essa observação ao professor Leopoldo Waizbort, a quem agradeço.

⁸⁹ Pode ser ilustrativa a remissão à observação de Lukács sobre o realismo flaubertiano, cujo problema é similar: “A essência da herança romântica [em Flaubert] reside sobretudo no falso dilema entre objetivismo e subjetivismo. O dilema é *falso* porque este subjetivismo e este objetivismo são igualmente vazios, inflados e coagulados. Mas o dilema era *inevitável* porque sua origem não está na individualidade deste ou daquele artista, ou em sua ausência de honestidade ou talento, mas tem sua base na situação social do intelectual burguês no período da decadência ideológica da burguesia. Subjetivismo vazio e objetivismo inflado são as categorias que aparecem *necessariamente* na superfície do mundo fenomênico do capitalismo consolidado.” (LUKÁCS, 2009 p.229-30 – grifos nossos). No caso de Alencar, entretanto, se tratava de um capitalismo diferente, mas não alheio, ao visto pelos escritores franceses.

Nesse ponto, cabe retomar um problema aludido anteriormente: como a ideologia burguesa aqui era “ideologia de segundo grau”, o esquema de Schwarz contraria e refina a ideia de Marx/Lukács acerca de uma suposta necessidade de algum elemento de verdade em *toda* ideologia. Contraria pois não caberiam generalizações a esse respeito, medida que configuraria uma unilateralidade indevida. Dessa ideia resulta também o contraste, embora em outro nível, entre o crítico brasileiro e as suas inspirações europeias. Como observou o mesmo Lukács, “o “falso”, o “unilateral” da compreensão burguesa da história aparece como fator *necessário* na construção metódica do conhecimento social.” (LUKÁCS, 2003, p.333 – grifo nosso). Vimos que Schwarz segue ideia similar; entretanto, salvo melhor interpretação, a *necessidade* que sugere existir no ponto de vista de Alencar é de ordem diferente daquela suposta por Lukács. Essa diferença seria resultado da própria matéria social analisada por ambos. E aqui o refinamento: como vimos, a análise de Schwarz acerca da matéria brasileira se empenhou em divisar os problemas postos pelo fato de que a ideologia por aqui era crítica da ideologia, de modo que ela teria também um grama de verdade, embora em um sentido distinto daquele dividido por Marx e Lukács, pois *a sua verdade era sua falsidade*. Onde deveria haver tensão, havia combinação. Para tanto, basta recordar a análise de Schwarz a respeito do funcionamento das ideias europeias no período: “Sem prejuízo de existir [o antagonismo entre “ideias e razões europeias” e o “momento de arbítrio”], o antagonismo se desfaz e os incompatíveis saem de mãos dadas.” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.18). Ou seja: tais elementos só seriam *aparentemente* incompatíveis, ideia inconcebível a um espírito ilustrado europeu do século XIX.

Enquanto Lukács analisa uma realidade na qual há certa coerência entre ideologia e realidade, de maneira que se sente autorizado a imaginar que a superioridade epistemológica do proletariado pode *partir* da descrição da realidade feita pela burguesia, Schwarz analisa uma matéria na qual a palavra de ordem é a desconjunção. Sendo assim, o *pensamento burguês* no Brasil não conteria uma fonte de iluminação; ao contrário, seria calcado no obscurantismo da dominação arbitrária – por sua vez, reveladora ao seu modo; isto é, diante de uma realidade que contraria os seus pressupostos, seus ditames pretensamente universalistas entram em evidente descompasso. Nesse sentido, a necessidade das ideias europeias encontraria outra razão de ser, também diferente da europeia, pois seria fruto da inserção subalterna da camada burguesa brasileira no mundo capitalista. O vínculo *imanente* entre condição social (pertencimento à classe burguesa) e o seu pensamento correspondente (as ideias burguesas) era modificado no Brasil, pois as práticas sociais que possibilitavam o domínio burguês contrariavam as suas ideias, reveladas formalismos vazios. Disso, aliás,

derivaria a sensação ambivalente, figurada nos romances oitocentistas, de que a nossa burguesia *seria e não seria* propriamente burguesa. Por essa via, reencontramos um tema alinhado com as reflexões da *Dialética do Esclarecimento*, como sugeriu Paulo Arantes (1992), no qual devemos deixar já indicado a centralidade da ideia de *cinismo* como categoria capaz de *unificar*, no plano do próprio pensamento burguês, essa sensação de fratura intelectual – isto é, o vínculo imanente entre condição de classe e pensamento que sugerimos. Ademais, o cinismo dos dominantes seria um dos fundamentos estruturadores das relações de favor. Retomaremos o tema adiante.

Por outro lado, importa destacar que há uma vinculação íntima entre essa formulação conceitual das relações sociais determinadas e a noção de *realismo*, pois a *forma* é, conceitualmente, tomada como algo concreto. Em suma: a noção de realismo com a qual trabalha Schwarz *é derivada da sua noção de forma e nada tem a ver com a ideia de realismo como gênero*, nessa acepção tomada como ideia excessivamente restrita, porque configuradora de apenas uma de suas possibilidades. Isto é, pode acontecer que o realismo, enquanto gênero calcado em pressupostos prévios, tenha especial dificuldade para se adequar à realidade local, saturada de determinações que são diferentes das supostas nesse gênero, razão pela qual esse gênero perderia seu efeito de realidade. Veremos como isso se desdobra adiante; vale, entretanto, deixar registrado que faz sentido imaginar que Schwarz, embora valorize, nesse caso, o processo de formação do romance realista brasileiro, se afasta da “positividade” contida nesse gênero, advogada por Lukács a partir de certo momento histórico, contra quem Adorno se voltará na defesa da “negatividade” da obra de arte (ADORNO, 2003). O desfecho dessa tensão será encontrado em *Um mestre na periferia do capitalismo*, livro que estudaremos no próximo capítulo.

Como estamos nos referindo a conformação da sociabilidade artística num contexto histórico capitalista no qual circulam mercadorias e ideias, pode ser mesmo que, como argumenta Bernardo Ricupero (2007), esse deslocamento entre o “concreto” e o “abstrato” seja um *momento* para que ocorra a formulação de uma relação orgânica entre os planos. No caso sobre o qual estamos discorrendo, seria preciso, de alguma forma, *repensar/recriar* o conceito – o romance – para que ele fosse efetivamente a forma abstrata das relações sociais determinadas no Brasil. E quando nos referimos a um “momento”, implicitamente está inscrita a tese de que esse é um processo que ocorre na história, de maneira que caberia ao grande artista – como ao grande pensador – entender esse impasse e buscar lhe dar uma solução formal. Como observa Lukács, “isso pressupõe que as formas de mediação nas quais e pelas quais é possível sair do imediatismo da existência dos objetos dados *são mostradas*

como princípios estruturais e como tendências reais do movimento dos próprios objetos. Em outras palavras, a gênese intelectual e a gênese histórica coincidem [...]” (LUKÁCS, 2003, p.318-9 – grifo do original). Dessa perspectiva, o achado formal do romance realista brasileiro *coincide* com a descoberta dos pressupostos sociais e históricos básicos que o determinam, ângulo pelo qual chegamos à ideia de que o Machado de Assis da maturidade foi aquele que os descobriu. Nessa mesma acepção, a história do romance brasileiro deve ser encarada como a história da busca pela compreensão das determinações sociais e históricas elementares da formação brasileira, as quais também eram problemas dos pensadores políticos brasileiros. Ou seja: a formação do romance brasileiro não é apenas um problema *estético*, mas também, por assim dizer, um problema *epistemológico e político*⁹⁰, *teórico e prático*. Colocado dessa forma o problema, fica evidenciado uma das características elementares da abordagem que visa a totalidade: a do entendimento da relação íntima entre gênese e história, que contraria tanto a ideia de que os fatos devem ser tomados na sua pura facticidade - o que resultaria, entre outras, numa perspectiva apologética das cisões disciplinares, cujo fundamento epistemológico reside na ideia de que o conhecimento deve ser recortado a partir dos problemas específicos de cada disciplina (como se esses problemas existissem, em si mesmos, como “específicos”) - ou no seu desenvolvimento puramente lógico, que teria como resultado uma abordagem idealista, fundamentada em concepções apriorísticas dos problemas analisados. Acresce, ainda, que a análise da formação do romance no Brasil faz parte também da reflexão sobre a trajetória da *forma romance desde sua gênese*. Nesse sentido, fazer história da literatura brasileira *é também fazer história da literatura universal*, sem aspas. Escusado dizer que o mesmo raciocínio se aplica à história do pensamento político e social.

A dupla fidelidade aludida de Alencar se objetivará na conformação das personagens do romance. Segundo Schwarz, o livro seria dividido entre o que chama de “centro” e “periferia”. Na periferia encontrar-se-iam as personagens com tons locais, nas quais haveria

⁹⁰ Com as devidas mediações, vale lembrar: “Não é o caso de examinar em detalhes a importância cada vez maior – para a concepção total de mundo – da teoria da arte e da estética na história dos problemas a partir do século XVIII. Trata-se unicamente para nós [...] de fazer aparecer o fundamento histórico e social que deu à estética e à consciência relativa à arte uma importância filosoficamente global, que a arte nunca foi capaz de possuir em seu desenvolvimento anterior. Isso não implica, evidentemente, que a própria arte estivesse experimentando uma época de florescimento objetivo e artístico sem precedentes. Ao contrário. Objetivamente, o que foi produzido em termos de arte no curso desse desenvolvimento não sustenta nem de longe, com exceção de alguns casos totalmente isolados, a comparação com as épocas anteriores de florescimento. Trata-se aqui da importância teórica, sistemática e ideológica que o *princípio da arte* assume nessa época. Esse princípio é a criação de uma totalidade concreta em virtude de uma concepção da forma orientada justamente para o conteúdo concreto do seu substrato material, capaz, por conseguinte, de dissolver a relação “contingente” dos elementos com o todo, de superar a contingência e a necessidade como contrários simplesmente aparentes.” (LUKÁCS, 2003, p.287-8 – grifos do original). Ou seja: esse é o momento em que surge uma noção *materialista* de arte, o que revela que as próprias “disciplinas” devem ser pensadas de acordo com o substrato material de seu tempo e umas podem iluminar os problemas colocados pelas outras.

profunda disposição de conviver juntas, apesar dos conflitos reais e potenciais. Nesse plano das relações sociais, a perspectiva do livro “não é conformista, pois não justifica, nem é propriamente crítica, pois não quer transformar.” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.42-3). O juízo de Schwarz sobre Alencar ecoa algo de suas observações acerca de Manuel Antônio de Almeida, como vimos.

No plano central, a situação seria diversa. Ele seria composto por personagens jovens e ativas, cujos problemas girariam em torno de interesses pecuniários, das aparências e do amor. Aqui a influência de Balzac seria nítida, pois a hipocrisia é problematizada, ao mesmo tempo em que se buscaria elevar tais situações ao plano típico das relações sociais, que seria adequadamente contrabalançado pelas relações amorosas genuínas. E “no centro do centro” está a protagonista, Aurélia, cuja inspiração balzaquiana seria indisfarçada, personagem atormentada pela sua relação com o dinheiro. Para Schwarz, “*Aurélia dá origem a um movimento vertiginoso, de grande alcance ideológico – o alcance do dinheiro, esse “deus moderno” - e um pouco banal; falta complexidade a seus polos.* A riqueza fica reduzida a um problema de virtude e corrupção, que é inflado, até tornar-se a medida de tudo. (idem, p. 43 – grifo nosso).

Assim, de um lado, em um polo operaria o localismo, o provincianismo, a resignação, a tradição, o hábito e o afeto, sem apontar para qualquer mudança; do outro, o presente é percebido como problema, e pediria superação. Para Schwarz, é a construção em torno do “centro” da narrativa que irá prevalecer no tom do romance, embora soe pretensiosa e inadequada. Esse deslocamento feito por Alencar teria sido proposital, no entanto; buscaria o escritor cearense conferir, paradoxalmente, verossimilhança à construção narrativa. O erro de Alencar, no entanto, teria sido fornecer a mesma gravidade do modelo ao deslocamento que havia operado; nos termos de nosso crítico: “Adotando a forma e o tom do romance realista, Alencar acata sua apreciação tácita da vida das ideias. *Eis o problema: trata como sérias as ideias que entre nós são diferentes; como se fossem de primeiro, ideologias de segundo grau.*” (idem, p.47 – grifo nosso). Nos termos de Lukács, Alencar estaria mais próximo da “descrição” do que da “narração”.

Assim, o resultado de *Senhora* acabou por ser complexo: por um lado, seria um livro audacioso, desejoso de estar à altura dos seus congêneres; por outro lado, tratar-se-ia de um equívoco literário, embora tenha sido uma tentativa de desprovincianização de nossa literatura. Para Schwarz, embora todos esses elementos sejam plausíveis e mereçam ser entendidos, prevalece a palavra da forma literária: trata-se de um livro malsucedido, na medida em que a matéria local aparece apenas como residual, na periferia da composição.

Noutras palavras, o problema artístico, da unidade formal, tem fundamento na singularidade de nosso chão ideológico e finalmente, através dele, em nossa posição dependente-independente no concerto das nações – ainda que o livro não trate de nada disso. Expressa literariamente a dificuldade de integrar as tonalidades localista e europeia, comandadas respectivamente pelas ideologias do favor e liberal. Não que o romance pudesse eliminar de fato essa oposição: mas teria de achar um arranjo, em que estes elementos não compusessem uma incongruência, e sim um sistema regulado, com sua lógica própria e seus – nossos – problemas, tratados na sua dimensão viável. (idem, p.50)

Repõe-se aqui, então, a centralidade da noção de *forma*, que é assim definido pelo nosso crítico: “*formas são o abstrato das relações sociais determinadas, e é por aí que se completa, ao menos ao meu ver, a espinhosa passagem da história social para as questões propriamente literárias, da composição – que são de lógica interna e não de origem.*” (idem, p.51 – grifo nosso). Diante dessa argumentação, tão próxima da construída por Antonio Candido, pode-se compreender a razão da crítica de Schwarz ao livro de Alencar: embora tenha sido um passo adiante na formação do nosso romance, ao falhar na abstração das relações sociais determinadas, *Senhora* não formaliza a “passagem da história social para as questões propriamente literárias”, de maneira que resulta num livro *infel ao programa do qual seria tributário*. Dita dessa maneira, a observação esclarece a fidelidade de Schwarz ao programa da *crítica imanente*, pois esta busca demonstrar os limites do objeto segundo ele mesmo⁹¹.

A partir disso, podemos recolocar os problemas da dualidade formal de *Senhora*, aos quais já aludimos: por um lado, Aurélia, personagem movida pela lógica burguesa, não encontraria correspondência nas outras personagens, cujas lógicas de relação seriam da órbita do favor; conseqüentemente, os conflitos próprios de uma sociedade burguesa complexa, na qual vários planos conflitivos se colocam, são desmanchados e perdem força como engrenagem do romance, tornando-se elementos da ordem do capricho. Nem a lógica do favor seria utilizada como matéria-prima, nem a lógica burguesa se poria como crítica à lógica do favor. Elas conviveriam lado a lado, sem choques. Para Schwarz, o “*revezamento de pressupostos incompatíveis quebra a espinha à ficção.*” (SCHWARZ, 2012b [1977], p.61 – grifo do autor).

A ficção realista de Alencar é inconsistente em seu centro; mas a sua inconsistência reitera em forma depurada e bem desenvolvida a dificuldade essencial de nossa vida ideológica, de que é o efeito e a repetição. Longe de ocasional, é uma inconsistência substancial. Ora, repetir ideologias, mesmo que de maneira concisa e viva, do ponto de vista da Teoria é repetir ideologias e nada mais. Já do ponto de vista da

⁹¹ “O nervo da dialética como método é a negação determinada. Ela se baseia na experiência da incapacidade de a crítica deter-se no universal, despachando o objeto criticado ao subsumi-lo pelo alto sob um conceito que funciona como seu mero representante. Somente é fecundo o pensamento crítico que libera a força armazenada em seu próprio objeto. Ele, ao mesmo tempo, o libera a seu favor, na medida em que traz o objeto a si mesmo, e contra ele, na medida em que o adverte de que ele ainda não é ele próprio.” (ADORNO, 2013, p.165)

literatura, que é imitação – nesta fase ao menos – e não juízo, é meio caminho andado. Daí à representação consciente e criteriosa vai um passo. Embora tenhamos insistido num lado só, o resultado de nossa análise é, portanto, duplo. (idem, p.68)

Alencar, positivamente, reconhecia a pequenez da sociedade fluminense que figurava e talvez por isso mesmo tentasse, por vezes, lhe aumentar o estatuto. Pelo menos isso é o que se depreende do fato de que esse acanhamento não aparecia nas personagens em si, mas sim na rede de relações que as circundavam. Assim, o que é defeito de composição é também acerto imitativo. Porém, o saldo final do romance de Alencar poderia ser sumarizado na ideia de que os polos liberal e clientelista saem ilesos, pois nem são criticados, nem entram em contradição, o que se entende pela adesão de Alencar ao “paternalismo esclarecido”, também matéria dos primeiros romances de Machado de Assis, embora com outra perspectiva.

No caso do jovem Machado de Assis, autor de *Ressureição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878) poder-se-ia afirmar que, de um ponto de vista progressista, sua posição política estava ainda *aquém* da esposada por Alencar, que se propunha a lidar com os pressupostos do Realismo. No caso do escritor fluminense, o alinhamento era com os ideais da “estreiteza apologética da Reação europeia, de fundo católica, e insistia na *santidade das famílias* e na *dignidade da pessoa* (por oposição ao seu direito).” (idem, p.83 – grifos do autor). Essa posição próxima do “paternalismo conservador”, que “repele a leitura simpática” e é responsável pelo “clima bolorento” desses romances, tinha uma vantagem: a de trazer ao primeiro plano, embora com pudor, algumas das questões decisivas do Brasil oitocentista. Nesse clima, no qual prevalece a unidade familiar, havia a tematização, direta e indireta, de temas como tradições, escravidão e favores.

Vale frisar que essa posição de Machado de Assis não era casual, pois tratava-se de um momento no qual o escritor havia rompido com os ideais liberais da juventude e se alinhava com o campo conservador. Nos termos que utilizamos: o jovem Machado de Assis tinha feito a crítica da ideologia no caso, a liberal, embora, para isso, tenha dado passos atrás no que se refere à evolução das ideias, razão pela qual as grandes questões do liberalismo – em certa medida, configuradas na forma de problemas, como os direitos humanos, o individualismo, a ânsia pela liberdade – foram colocadas à margem em seus primeiros romances, nos quais, nem por isso, deixa de haver conflitos. O que inexistia são eventuais revoltas contra as injustiças das situações configuradas. Schwarz faz um primeiro balanço das implicações dessa posição de Machado:

Por agora notemos que ela é responsável pelo acanhamento essencial destes romances, passados na Corte. De fato, a restrição ideológica era também restrição

de assuntos e escolha de conflitos: as questões do individualismo, as novidades da civilização burguesa, e com elas o temário da modernidade, aparecem pouco e têm posição secundária. Por outro lado, não podiam faltar por completo, sendo indispensáveis ao perfume oitocentista. [...]. Em *Senhora*, a cor local desacreditava o nó dramático, em que se implicava a nova civilização do Capital. Inversamente, na primeira fase machadiana, mesma escassa e filtrada a cor moderna dá contraste, e faz sensível a estreiteza do conflito central, em que rearranjos na esfera doméstica fazem figura de solução de conflitos sociais. (idem, p.85-6 – grifo nosso)

Como mencionamos, o recuo aludido comportaria a operação de uma redistribuição “mais verossímil de temas e acentos” do que a ficção alencariana; ou seja, no plano dos temas (do conteúdo), *aproximava-se da realidade*. Por outro lado, essa medida tinha um preço alto: fazia com que os romances estivessem, deliberadamente, desatualizados e, sendo assim, “[...] dava[m] a palavra ao atraso histórico do Brasil, cujo efeito, enquanto não se produzia um distanciamento analítico qualquer, que o abrisse e ventilasse, só podia ser provincianismo.” (idem, p.86). Assim configurar-se-ia aquilo que era enunciado no ensaio que abre o livro: ao romper com as ideias liberais, o jovem Machado de Assis punha seus romances fora do mundo contemporâneo. Adotava, então, uma postura abertamente ideológica.

As consequências dessa postura seriam amplas. A sustentação da tese da santidade da família patriarcal, com tudo aquilo que a acompanha, não seria apenas um equívoco analítico, dada sua inverdade; traria consequências formais, como o abafamento dos conflitos, os quais, caso desenvolvidos, desmentiriam a tese do romancista. Assim, a questão dos romances do jovem Machado de Assis poderia ser entendida como os impasses do *ajustamento* a tais valores, tidos como corretos. Naturalmente, as personagens com valores burgueses são retratados como vilões, pois poriam em xeque os valores da ordem social tradicional. Como, então, tais recuos puderam ser passos estéticos adiante? Em trecho esclarecedor:

De fato, a ideologia familista recorta a sociedade segundo linhas que a evolução europeia tornara obsoletas e mentirosas, razão pela qual só o romance apologético a tomava por fundamento. Já no Brasil, longe de disfarçar o processo da proletarianização, que era mínimo, a idealização da família move a narrativa em linhas que guardavam contato com a prática multiforme e quase universal do paternalismo. Não deixava de ser mentirosa, mas prestava-se para núcleo romanesco, ao qual a matéria de observação se podia agregar sem artifício e sugestivamente [...]. (idem, p.94)

Não é o caso de passar em vista a análise formal que Schwarz faz dos três romances do jovem Machado de Assis. Para o que nos interessa, é mais importante continuar a destacar alguns elementos gerais que o crítico identifica nessa fase da produção do escritor fluminense e tentar compreender de que maneira eles dialogam com algumas de suas influências.

Nesse sentido, a lembrança de Leopoldo Waizbort sobre a razão de Schwarz conferir

status de realista aos romances do jovem Machado é pertinente: Schwarz, seguindo motivo lukacsiano (LUKÁCS, 2011, p.403), conferirá ao jovem Machado o mérito de figurar a *vida popular*; elemento que, segundo o filósofo húngaro, é próprio do realismo *anterior* a 1848. Nesse sentido, ao tentar recalcar o conflito social, no que seguia a ideologia reacionária francesa, por meio da exaltação do paternalismo brasileiro, Machado colocava a lente sobre um dos aspectos centrais de nossa vida prática e ideológica. Ponto para a crítica.

Porém, essa postura era fundamentada, como já mencionamos, num apagamento dos conflitos romanescos. Embora os romances da primeira fase girem em torno das questões próprias da relação entre sujeitos não-proprietários e proprietários, o fato seria que os seus potenciais conflitos são desautorizados. Naturalmente, esse apagamento seria figurado de diversos modos: pela sua anulação, pelo cálculo apenas parcialmente interessado que conjuga aspirações burguesas e respeito ao familismo tradicional, pela ênfase nos valores cristãos como regentes da ordem social ou pelo próprio desencantamento diante das possibilidades de superação da situação social posta, situação diante da qual se procura a manutenção da dignidade humana. Ponto para a ideologia.

Nesse sentido, embora haja elementos dos romances do jovem Machado que figurem alguns dos impasses que o escritor tratará posteriormente, para Schwarz, haveria um rompimento, com fundamento literário, entre os dois momentos de Machado.

Digamos que Machado tentara analisar o arbitrário paternalista na perspectiva dos dependentes, a fim de livrá-los dele, o que o levaria a excluí-lo do bom-tom. Mais tarde, pelo contrário, ele o assumiria inteiramente [...] para lhe acompanhar e estudar o movimento, e trazê-lo ao primeiro plano, em lugar de o ocultar. É claro que esta nova posição é compreensível somente se o arbitrário não for sentido como humilhação. De fato, Machado completava a sua ascensão social. Em seus romances maduros o arbitrário será encarado com a intimidade humorística de quem se confessa praticante, e já não tem o que temer. O ponto de vista passou a ser o de cima. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.231)

Aqui cabe retomar a ideia apresentada por Schwarz no ensaio introdutório que escreve para suas análises dos romances do jovem Machado. Nele, o crítico literário formula a ideia de que essa primeira fase de Machado corresponderia à sua desilusão com o liberalismo. Já sua segunda fase seria marcada pela “desilusão da desilusão”; isto é, pela sua desilusão a respeito do “conservantismo paternalista”. (SCHWARZ, 2012b [1977], p.231). Perceba o leitor o movimento sugerido pelo crítico. Digamos que a primeira fase de Machado de Assis seja inerentemente contraditória: *crítica* do liberalismo (crítica da ideologia), o que faz à custa da adesão ao conservadorismo, por sua vez outra ideologia disponível no século XIX, a qual era detentora da vantagem epistemológica de ser “localista”. Desiludida com o liberalismo, a

segunda fase de Machado de Assis se desiludirá também da ideologia do localismo conservador, postura que concretiza aquilo que chamamos crítica da crítica da ideologia, fórmula a que corresponde a “desilusão da desilusão” expressada por Schwarz.

Por outro lado, é de se observar que o problema do qual *Ao vencedor as batatas* almeja tratar não encontra plena resolução no livro. Ocorre, então, que a forma do livro, à sua maneira, figura justamente um processo de formação que deveria se acompanhado, caso contrário correr-se-ia o risco de deixar de lado os encadeamentos necessários desse desenvolvimento. Como ponto inicial de comparação, importa observar que *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* segue esquema diverso, pois almeja tratar da formação e da desintegração do regime escravocrata-capitalista brasileiro – porque, na verdade, o plano inicial era descobrir as determinações que forjaram as condições de possibilidade da integração do negro na sociedade de classes.

Esse capítulo pretendeu expor os principais pressupostos teóricos de *Ao vencedor as batatas*. Para tanto, revisitamos brevemente a trajetória de Schwarz, passamos pelas principais referências teóricas aparecidas no livro, bem como expusemos algumas de suas formulações fulcrais. A ideia era demonstrar, nesses três âmbitos, a importância que teve o esquema teórico conceitual forjado no interior do Seminário Marx como matriz para apropriações e críticas incorporadas por Schwarz em seus trabalhos. Exemplo disso são as críticas que dirige às eventuais limitações teóricas da “Dialética da malandragem” de Antonio Candido e aos supostos teóricos lukacsianos, os quais deveriam ser retrabalhados quando postos em contato com realidades históricas diversas das europeias. Esse é um ponto que vale a pena ser salientado, na medida em que a descoberta da lógica social que rege a história brasileira – diversa, mas não alheia, àquela que exprime os imperativos do sistema capitalista nas suas figuras centrais – permite ao pensador brasileiro, inclusive, retificar uma narrativa da evolução das formas literárias de um grande pensador *marxista*. Esse é um exemplo adequado acerca da relação tensa e profícua que os seminaristas uspianos tiveram com o próprio marxismo, incluindo aí as suas feições mais sofisticadas e exigentes, mas nem por isso inteiramente suficientes.

Pelo próprio objetivo do trabalho, no entanto, avulta a importância da análise da lógica da forma de pensar objetivada em *Ao vencedor as batatas*. Se tivermos sido felizes em nossa exposição, teremos conseguido demonstrar que a originalidade do raciocínio crítico de

Schwarz derivou da radicalização de uma ideia concebida no contexto do Seminário Marx, qual seja: a de que os processos formativos da sociedade brasileira – isto é, sua estrutura produtiva e das classes correspondentes – ensejaram formas de pensar e formas artísticas que, embora desviantes de seus modelos europeus, eram capazes de revelar o formalismo dos pressupostos ideológicos do pensamento burguês, o que se deveria justamente ao fato de expressarem, com maior ou menos grau de acuidades, as formas sociais as quais lhes serviam de matéria. Os estudos de Schwarz a respeito dos impasses e dilemas envolvidos no processo de configuração da *forma romance* - por exemplo, as hesitações de Machado de Assis - são, nesse sentido, também estudos que assinalam os desdobramentos históricos das reflexões de romancistas brasileiros a respeito da formação social do país. Essas dificuldades derivavam do problema de que entre pensamento burguês, ao qual aspiravam, e a realidade local havia um desnível cuja raiz era social. O resultado prático era uma largamente compartilhada suspeição sobre as ideias estrangeiras, encaradas como “fora do lugar”. *Essa crítica da ideologia era ela mesma ideológica* porque não se atentava para a raiz do problema, que era de ordem material: a estrutura social brasileira, que impedia a (re)produção de uma sociabilidade de tipo burguês clássico. *Era ideológica, portanto, porque pensava que o mal estava nas ideias*. A dificuldade dessa percepção residia no fato de que a sociabilidade burguesa era encarada como um produto de ideias corretamente aplicadas e não de um tipo de estrutura produtiva – que, se aplicada aos seus moldes, poderia solapar o próprio domínio burguês, que se revelava assim interessado em sua manutenção. Esse o problema do qual, no plano estético, Machado de Assis, em sua maturidade, retirará todas as suas consequências.

Capítulo 3 – Machado de assis, intérprete do Brasil

Como poderá estar constituído um mundo em que até os problemas do contraponto são testemunhos de conflitos inconciliáveis?

Theodor Adorno

Há na alma deste livro [*Memórias póstumas de Brás Cubas*], por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero, que está longe de vir de seus modelos.

Machado de Assis

Como vimos no capítulo anterior, *Ao vencedor, as batatas* foi publicado, originalmente, em 1977. Dois anos depois, na introdução à edição da Biblioteca Ayacucho de *Quincas Borba* (SCHWARZ, 1979), virá à luz outro estudo de Schwarz sobre Machado de Assis, posteriormente republicado, de forma editada, em *Que horas são?*⁹². Agora, como se vê, o crítico literário passa a analisar um romance da maturidade do escritor fluminense, como já anunciava ao final de *Ao vencedor*. A proximidade entre o fim da tese de doutorado e o próximo estudo indica que é provável que Schwarz já tivesse em mente a sua interpretação sobre a “virada” de Machado.

À maneira adotada por Antonio Candido em “Dialética da malandragem”, Schwarz, antes de expor seu ponto de vista sobre *Quincas*, passa à análise das interpretações precedentes, em geral centradas no debate sobre o pertencimento do autor e seu grau de representatividade à literatura brasileira. Exemplificando as tensões próprias de nossa “dialética do localismo e cosmopolitismo”, a crítica precedente de Machado se dividia entre aqueles que o condenavam pela sua aparente desconsideração pelos elementos locais, enquanto outros saudavam o nosso primeiro escritor universalista.

Depois de analisar um trecho de *Instinto de nacionalidade*, ensaio escrito por Machado em 1873, Schwarz atesta: “A literatura de Machado seguramente apresenta um brasileirismo desta espécie interior, *que até certo ponto dispensa a cor local*. Ocorre que se trata de um atributo difícil de precisar, e mais ainda de explicar.” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.166 – grifo nosso). Esse “brasileirismo interior” se traduz, na prática, na procura de Machado por compreender “*relações e formas*”, em detrimento de fatos ou características “essencialmente”

⁹² Embora existam diferenças entre as duas edições, elas não pareceram significativas para exigir um tratamento específico.

nacionais. Ao observar como essa posição de Machado se parece com aquela que Jorge Luis Borges (1998) adotará sobre a tradição literária argentina, Leyla Perrone-Moysés (2001) recorda de uma advertência do autor de *Ficções*: no Alcorão não há camelos, razão pela qual não haveria dúvidas de que se trata de um livro autenticamente árabe. Algo similar valeria para Machado de Assis.

Ao leitor de *Ao vencedor, as batatas*, a tese não causa estranheza, naturalmente. O ponto, no entanto, está em saber como essa “brasilidade interior” é figurada na fase madura do escritor fluminense. Filiando-se à corrente que “vê Machado sob o signo da dialética do local e do universal” – iniciada com o próprio Machado de Assis, intermediada por José Veríssimo e Lúcia Miguel-Perreira e com ponto de chegada em Antonio Candido (Cf. SCHWARZ, 2012 [1979], p.168-9, nota 7) -, Schwarz conjuga um dado do estilo de Machado – sua *ironia*, cerne da estranheza da crítica precedente – com o problema da formação histórica do país durante o século XIX. Nesse sentido, os problemas da forma social encontrariam um correspondente na forma artística, estruturada pela ironia. De passagem, seja-nos permitido observar que Dolf Oehler (1999, p.19) argumentará que a “modernidade literária”, a seu ver inaugurada por Charles Baudelaire e Gustave Flaubert, terá como catalisador precisamente a ironia, concretizada, nas diversas *formas* de “auto-acusação” burguesa (Cf. OEHLER, 1999, p.22). As razões da coincidência entre Machado de Assis e os escritores franceses serão aprofundadas adiante. O que está em jogo aqui é a ideia de que a ironia é ferramenta pela qual as artes põem em xeque a visão de mundo burguesa, o que é matéria de polêmica (MORETTI, 2007, p.281-2).

Antes de passar à especificidade da forma literária em Machado, Schwarz faz uma digressão, citada a seguir, em que revela sua posição sobre o processo de formação do país, a qual, como se notará, é devedora do seminário Marx. Cabe chamar a atenção do leitor para a forma dialética do trecho, traduzida em um primeiro movimento (primeiro parágrafo) no qual, em poucas linhas, se encontra uma descrição e uma argumentação sobre o as razões pelas quais *de fato* existia o problema da “formação” do país bem como os motivos pelos quais ele deu origem a duas *ideologias* diversas (o “localismo” e o “cosmopolitismo”), ambas, naturalmente, inadequadas, *embora fundamentadas na realidade*. Trata-se, como se vê, de uma síntese da argumentação exposta em “As ideias fora do lugar”. A crítica de tais ideologias aparece no parágrafo seguinte.

Entretanto, há uma dialética também das posições dialéticas. O conflito entre localistas e universalistas ligava-se ao ciclo de independência política e da liquidação – longa no tempo – do complexo colonial. Era preciso diferenciar o país da ex-metrópole portuguesa, e também afirmar o seu estatuto de nação culta. Assim,

uns insistiam na originalidade do Brasil, e outros no caráter ocidental de sua civilização. A dialética do local e do universal dá o balanço desta oposição, situando os termos inimigos no interior de um mesmo movimento de afirmação da identidade nacional, em que eles se complementam harmoniosamente.

Ocorre que o concerto das nações civilizadas, de que aspirávamos fazer parte e a que esta dialética prometia conduzir, caiu em descrédito. Em lugar dele veio à primeira plana a história mundial do Capital, de que a colonização da América, o imperialismo de uns e a dependência econômica, política e cultural de outros, além da luta de classes, formam capítulos inseparáveis. *A dialética de local, nacional, universal e categorias nem por isto fica sem propósito. Mas redefinem-se os seus termos, e desaparece a sua promessa de harmonização.* Ou melhor, a harmonia deste sistema parece exigir e reproduzir desigualdades e alienações de toda espécie, numa escala inconcebível, de reparação difícil de imaginar. *A esta luz, que vem dos anos 30, mas se impôs a uma parte maior dos brasileiros a partir de 1964, e que não será também a última, o passado ficou mais sombrio:* em lugar da contribuição local à diversidade de culturas, vem à frente a história da má-formação nacional, como instância da marcha grotesca ou catastrófica do capital. (SCHWARZ, 2012 [1979], p.169 – grifo nosso)

Salvo melhor entendimento, Schwarz parece argumentar que a “harmonização” imaginada por alguns dos principais autores brasileiros se concretiza, na prática, pela *dependência* do país frente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Nesse sentido, as lições do seminário, e especialmente as da sociologia do desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso, parecem ocupar lugar destacado em suas formulações, como revela os momentos em que destaca, como fez no texto dedicado a “Dialética da Malandragem” (aliás, publicado no mesmo ano), a dimensão global da lógica capitalista, então reafirmada pelo processo que Cardoso denominava de “internacionalização do mercado interno”. Por outro lado, chama também a atenção que o crítico literário date dos anos 1930 a origem desse raciocínio; em consonância com a sua linha argumentativa – e conforme ele próprio nos lembra em textos mais recentes (SCHWARZ, 1999; 2017) –, a referência parece ser a análise um tanto cética, ao menos no que se refere à possibilidade da forma clássica de revolução burguesa no Brasil, de Caio Prado Júnior, revelada certa vez em 1964.

Dito isso, como fica Machado de Assis? O crítico reconhece que a posição de Machado não era essa exatamente a mesma, como revelaria a sua militância pela “criação de uma cultura nacional. *Mas tampouco* [seu horizonte] *era harmonioso.*” (cf. SCHWARZ, 2012 [1979], p.170 – grifo nosso). Este é o elemento decisivo: o horizonte de Machado não seria harmonioso; seria, assim, eminentemente crítico. Por outro lado, ao frisar a diferença entre a sua posição e a de Machado, Schwarz parece atento à crítica, feita por ele próprio, a respeito da suposta adesão de Antonio Candido ao ponto de vista de Manuel Antonio de Almeida em “Dialética da Malandragem”. Vale a pena citar o trecho:

Levado pelo sentimento que tinha das coisas brasileiras e sintonizado com o *fin de siècle* europeu, Machado não olhava o dia seguinte com entusiasmo. Em sua obra,

*construção e destruição estão intimamente associadas. Uma impressionante pesquisa e invenção de formas nacionalmente autênticas acompanha-se da afirmação irônica (e enfática) de sua arbitrariedade. O romance de Machado participa da edificação da literatura brasileira e também da destruição de formas a que as vanguardas em toda parte começavam a se dedicar, como parte da crise geral da cultura burguesa que se anunciava. Um movimento que dá conta da situação do próprio país, o qual procurava constituir-se em nação culta no momento em que a expansão imperialista abria a crise da nacionalidade e da civilização burguesa. (SCHWARZ, 2012 [1979], p.170 – grifos nossos)*⁹³

Em outras palavras: no plano da forma literária, a *ironia* foi a ferramenta através da qual Machado logrou conjugar, em um mesmo movimento dialético, formação e *destruição*. Ora, esse procedimento será o mesmo das vanguardas europeias críticas ao particularismo envolvido nas diversas formas pretensamente universalizantes da ideologia burguesa, razão pela qual começaram o processo de destruição de algumas das formas clássicas da sua literatura. Assim, anunciavam a sua crise – como revela, por exemplo, os seus ataques à própria instituição da arte (BÜRGER, 2012). Apesar dessa similitude, cabe destacar a especificidade de Machado, que fazia tal movimento a partir do ângulo de um país periférico, cuja formação histórica não poderia ser compreendida exatamente nos mesmos termos daqueles empregados nos países centrais, pois, em resumo, não havia se “formado” para se “desintegrar” – o que explica o empenho formativo de sua literatura. Em outros termos: enquanto na Europa ocorria um processo de *de(s)formação*, aqui ocorria um processo de *bloqueio formativo*. Embora os dois processos tenham pontos em comum⁹⁴, a degradação da sociabilidade burguesa, decorrente da percepção da classe burguesa de que os “recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização” (MARX, 2012, p.80), suas *formas concretas* de manifestação foram distintas, do que decorre a necessidade de especificação. No plano técnico, por exemplo, uma dessas especificidades de Machado de Assis está em recorrer *a narradores que são típicos*, no sentido lukacsiano, da

⁹³ No seu prólogo à quarta edição de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis comenta a questão, aliás posta por Capistrano de Abreu, quando afirma que “ao primeiro [Capistrano de Abreu] respondia já o defunto Brás Cubas (como o leitor viu e verá no prólogo dele que vai adiante) que sim e que não, que era romance para uns e não era para outros.” (ASSIS, s/d, p.19).

⁹⁴ Esse momento de contemporaneidade de duas regiões, países centrais e Brasil, marcadas pela relação capitalista desigual, mas combinada, parece profundamente ligado aos acontecimentos de 1848, como veremos adiante. Ou seja: ao por fim ao período “heroico” da burguesia europeia, 1848 teria ajustado os compassos ideológicos entre centro e periferia, marca da sociedade burguesa tardia. Ao comentar a análise de Marx sobre esse momento, Herbert Marcuse assinala: “A análise que Marx faz do processo de evolução da Revolução de 1848 para o domínio autoritário de Luís Bonaparte *antecipa a dinâmica da sociedade burguesa tardia: a liquidação do seu período liberal que se consoma em razão de sua própria estrutura.* [...] Tudo isso já é século XX – mas é século XX na perspectiva do século XIX, que ainda não conhece o horror do período fascista e pós-fascista. Esse horror exige uma correção das sentenças introdutórias de *O 18 de brumário*: os “fatos e personagens da história mundial” que ocorre, “por assim dizer, duas vezes”, na segunda vez, *não ocorrem mais como “farsa”.* Ou melhor: *a farsa é mais terrível do que a tragédia à qual segue.*” (MARCUSE, 2011, p.9 – grifos nossos)

sociedade local – procedimento, por exemplo, distinto daquele utilizado por Beckett, autor central das vanguardas do século XX.

No caso de *Quincas Borba*, Schwarz argumenta que nele ficam evidentes a *disparidade* entre elementos “locais” e “universais”, o que revelaria que a forma desse romance de Machado se adequa com o que chamamos, seguindo a terminologia de Paulo Arantes, de “dialética negativa” (ARANTES, 1992), cuja característica básica é a sua incapacidade de ser sintetizada em nova forma superior. Em contraste, sua figuração aparece de forma *cômica*, *irônica*⁹⁵. Entretanto, a soma dos pequenos episódios de desencontro altera a sua qualidade: do humor passamos à desolação⁹⁶ – um processo intelectual típico de uma intervenção dialética. Por quê? Por um lado, porque o movimento de busca pela “universalidade”, feita por meio da *reflexão* segundo as normas vistas como tais, corta o frágil dinamismo da vida social retratada, incapaz de descrevê-la adequadamente, na medida em que fixa, de maneira arbitrária, apenas um ou outro de seus elementos. Ou seja: a realidade figurada é diminuída pelas categorias da reflexão, usualmente abstrações produzidas em contextos a que aderem com mais facilidade. Por outro lado, no entanto, a realidade local demonstra o falso sentido de universalidade das categorias usadas pela reflexão moderna, as quais também saem rebaixadas do confronto. Ao invés de síntese, desqualificação recíproca, que é o resultado inesperado da busca pela *elevação*. Por isso Schwarz dirá que a posição “antimítica” de Machado é “duas vezes negativa” (cf. SCHWARZ, 2012 [1979], p.125). A ideia de que a postura de Machado é “duas vezes negativa” emula de maneira clara a “desilusão da desilusão”, traduzida em nossos termos como crítica da crítica da ideologia. Ou, mais precisamente: crítica da crítica *ideológica* da ideologia.

Desse prisma, cabe indagar: se não há síntese, como fica a questão da experiência dos sujeitos? A indagação cabe, pois, como atesta o próprio crítico, “pelo assunto, os romances de Machado são ostensivamente arbitrários e fúteis. A sua composição, entretanto, fixa e explora

⁹⁵ “Por exemplo, a comadre Angélica abriga em seu quintal de Barbacena uma numerosa bicharada, entre pássaros, cachorros, galinhas e vacas, além de um pavão. Entretanto, a despeito do pitoresco da figura, a motivação é perfeitamente clássica, e se poderia traduzir por uma tese de psicologia abstrata, segundo a qual ao dono o pavão interessa mais que as aflições do próximo. A tese é universal, mas a comadre é de Barbacena. A graça do capítulo está no desnível, e não na harmonia, entre a generalidade da tese e o detalhe localista da personagem.” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.170-1)

⁹⁶ Cf. o prólogo à terceira edição, na qual Machado comenta as “rabugens do pessimismo”. Adiante, compararemos, brevemente, os papéis que a ironia tem em Machado e em Marx. Como introdução ao tema, vale destacar a já citada “correção” que Marcuse (2012, p.9 e14) faz ao humor de Marx, que consiste em assinalar a dimensão “trágica”, talvez não inteiramente percebida pelo autor de *O capital*, da “comédia” identificou na política francesa dos meados do século XIX. Salvo melhor interpretação, Marcuse, informado pela Teoria Crítica, busca assinalar a necessidade da negatividade no humor de Marx – o que o aproximaria, nesse caso, de Machado de Assis. O fundamento dessa ênfase na negatividade reside no fato de que Marx não teria percebido “como as forças que detonariam [o capitalismo] se converteram em instrumentos da sua dominação.” (MARCUSE, 2012, p.15)

regras, movimentos e apreciações a que a prática da vida brasileira obrigava.” (SCHWARZ, 2012 [1979], p.171). Nesse sentido, o problema da experiência assume a feição – concreta – da compreensão da relação entre efeitos subjetivos e objetivos que a sociabilidade capitalista-escravocrata brasileira impunha aos seus participantes. Este é o prisma que filtra, de algum modo, a problemática decisiva do ensaio “Sobre alguns temas em Baudelare”, no qual Walter Benjamin, uma das referências de Schwarz, entende a crise da lírica a partir da crise da experiência causada no momento da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (BENJAMIN, 1989). No caso de Schwarz, como veremos, a crise da narração e da lírica presente nos escritos tardios de Machado denotam, na verdade, a utilização desses meios como mecanismos de encobrimento e revelação de uma experiência perversa cuja gênese se encontraria na posição de classe de seus narradores⁹⁷.

Em parte, essa e outras indagações começaram a ser respondidas em “Complexo, moderno, nacional e negativo”, texto originalmente escrito para uma apresentação nos Estados Unidos em 1981. Pelo seu objeto, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, torna-se fácil deduzir que se trata de uma primeira versão do estudo que culminará em *Um mestre na periferia do capitalismo*. Embora também trate de Machado, esse estudo, ao adotar como seu problema o *narrador* do romance citado, muda o foco e dá um passo adiante em relação ao anterior. Trata-se de um avanço na medida em que esse objeto parece mais adequado à demonstração da *lógica* que preside a *forma* do romance. Ao tratar o romance como objeto de conhecimento propriamente, Schwarz, nesse caso, parece se aproximar ainda mais do postulado hegeliano/adorniano sobre a “primazia do objeto”.

Com essa observação, não queremos negar que esse procedimento tenha sido adotado em *Ao vencedor, as batatas*. A nosso ver, a sutil diferença de procedimento entre a tese de doutorado e esse desdobramento reside, fundamentalmente, na distinção, não menos delicada, de problemas dos quais tratam. No caso do primeiro estudo, o problema era a *formação do romance brasileiro*; no caso do desdobramento, o problema é a *forma*, de qualidade superior, do romance maduro de Machado – a qual, entretanto, também tem um quê de relativa, na medida em que formaliza as consequências de uma sociedade fraturada. Embora o segundo

⁹⁷ Ainda nessa problemática da experiência, cabe destacar a observação de Benjamin: “Onda há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo. Os cultos, com seus cerimoniais, suas festas [...] poduziam reiteradamente a fusão desses dois elementos da memória. Provocavam a rememoração em determinados memomomentos e davam-lhes pretexto de se reproduzir durante toda a vida. As recordações voluntárias e involuntárias perdem, assim, sua exclusividade recíproca.” (BENJAMIN, 1989, p.107). O trecho é sugestivo para pensar como a *memória* aparece – ou seja, como aparece na *forma* – nos romances tardios de Machado de Assis – em especial, em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, dois livros escritos em tom memorialístico. Nessa acepção, trata-se de uma experiência particular, em que a memória é utilizada de modo distorcido para salvaguardar os privilégios dos narradores.

problema derive do primeiro, são *momentos lógicos* distintos⁹⁸. Esse ponto de vista nos ajuda a compreender a razão da presença mais robusta do esquema lukacsiano (CORREDOR e SCHWARZ, 2002, WAIZBORT, 2007) sobre a formação do romance europeu (LUKÁCS, 2009) no primeiro livro do que no segundo, no qual as análises das vanguardas de Adorno (1970; 2011), pelas razões que vimos nas primeiras páginas deste capítulo, parecem ter desempenhado um papel mais relevante.

No caso de “Complexo, moderno, nacional e negativo” - texto em que o título consiste, precisamente, na caracterização que Schwarz faz de Machado -, o ponto de partida é a composição dos romances tardios do escritor fluminense. Elemento menos estudado deles, o que se deveria pela impressão da crítica de que este é o seu ponto baixo, é nele que Schwarz verá sua força. Ao frisar esse ponto, Schwarz estabelece (2012 [1981], p.115) o caráter original de sua interpretação, sem que se deixe de valer das contribuições anteriores.

Tomando em conta os elementos com os quais são abertos *Memórias póstumas*, Schwarz aponta que o seu título, sua dedicatória-epitáfio (“Ao verme/que/primeiro roeu as frias carnes/do meu cadáver/dedico/como saudosa lembrança/estas/Memórias Póstumas”) e o seu prólogo já misturam provocação, ironia e desrespeito. Os mesmos elementos apareceriam nos capítulos com os quais o narrador, Brás Cubas, abre seu livro. Essa coerência revelaria intenção, embora concretizada em forma de disparates volúveis.

A esse respeito, o caso do emplastro imaginado pelo narrador seria iluminador. Ao passo que, em sua petição ao governo, Brás Cubas destaca os intentos cristãos de seu invento, aos amigos confessa a sede por lucro. “Até aqui, nada de particular: *descobrir o cálculo atrás da fachada generosa é o movimento normal do romance realista. Um movimento aliás que indica o vínculo – crítico – entre esse tipo de romance e a ordem individualista que o capitalismo vinha criando.*” (SCHWARZ, 2012 [1981], p.117 – grifo nosso). O trecho é claro: se parasse aqui, Machado teria escrito um romance realista *europeu*, em que a descoberta dos interesses por trás das ditas boas intenções é façanha crítica – uma espécie, para usarmos termos já conhecidos, de literatura crítica da ideologia. O interesse monetário, inclusive, afiança que estamos em águas *burguesas*, nas quais o raciocínio moderno aparece na forma de anseio pelo lucro. Só que ocorre que esse motivo não é o verdadeiro, como logo confessa o narrador. Com a confissão, o figurino burguês clássico, assumido antes, é agora rifado em nome da *sede de*

⁹⁸ Essa argumentação, a nosso ver, é homóloga àquela que, por exemplo, José Arthur Giannotti (2011, p.59) utiliza para analisar o pensamento de Marx, no qual os processos de conformação das classes burguesa e proletária passariam por dois momentos; pelo processo de formação da própria classe – movimento sintetizado pelas conhecidas fórmulas da “classe em si” e “classe para si” - que, quando concluído, resultaria no seu assalto ao poder. Em ambas, o que está em jogo é a *tomada de consciência*.

nomeada. Nessa passagem de um figurino para outro, está um dos principais problemas a serem desvendados.

Nesse caso, o interesse no lucro é *desculpa* que favorece o intento verdadeiro, o reconhecimento pessoal. O raciocínio é *inverso* ao imaginado pelos clássicos que estudam o processo de racionalização ocidental: em primeiro lugar, os ganhos; depois, o reconhecimento social. “A esperança de lucro é uma *aparência*, e nesse ponto ela não difere da inspiração cristã na petição do governo. Ambas ocultam a paixão de notoriedade, que é o único motivo verdadeiro.” (SCHWARZ, 2012 [1981], p.117 – grifo nosso). Em primeiro lugar: a aparência moderna – interesse pelo lucro – é *equivalente* à aparência, por assim dizer, “tradicional” - a inspiração cristã – e pode ser *igualmente descartada*, porque, como vimos em “As ideias fora do lugar”, ela tem pouca aderência à situação brasileira. A equalização de ideias tão distintas causaria estranheza a um leitor do romance realista europeu, no qual ambas são forças motrizes que se *contrapõem*. E mais do que isso:

Em suma, a Brás Cubas o cálculo egoísta aparece como algo de socialmente estimável, que se deve até apregoar, muito diverso do motor oculto e sombrio da vida moderna, a que nos habituou o romance realista europeu. Esta é uma primeira originalidade. Acresce que o cálculo econômico não é um motivo *real*, e sim um *álibi* para outro desejo mais secreto, menos sério, e o mais verdadeiro de todos – o que é outra originalidade. Economia e Cristianismo são frivolidades para ostentar, enquanto que a sede de atenção e cartaz, que se diria frivolidade pura, é posta como a instância última da realidade. (SCHWARZ, 2012 [1981], p.118 – grifo do autor)

Computemos: a primeira originalidade de Brás Cubas está em *revelar aquilo que os burgueses europeus escondiam* – a existência do interesse financeiro -, o que constitui uma espécie de confirmação das teses de “As ideias fora do lugar”; a segunda está em desprezar esse motivo por outro, a sede de nomeada, normalmente visto como algo frívolo. Nesse descarte está nada mais, nada menos, do que o descarte *da determinação essencial da orientação capitalista – o lucro*. Ora, isso não jogaria água no moinho dos que advogam que, então, de fato, o Brasil era um país pré-capitalista? A nosso ver, *não*; pois o segredo, em realidade, está na ideia de que a acumulação de propriedades e dinheiro, entre outras coisas, é *um meio e não um fim*; entre os diversos objetivos dos atores sociais da estrutura social de tipo capitalista está o do *domínio de pessoas sobre serviços, bens e pessoas, garantidos pela troca* – por sua vez possibilitada pelo acúmulo de capital. Ora, a *posição ocupada por Brás lhe permitia conseguir esse fim sem passar pelos “meios” capitalistas; por assim dizer, a sua posição privilegiada – isto é, de proprietário - lhe permitia ir direto “aos fins”, uma vez que a dimensão essencial da reprodução da sociedade estava garantida pela força bruta*. E mais: *a estrutura de classes do país impedia o surgimento de concorrentes de outras classes, dada o*

entreve de mobilidade social gerada pela sociedade escravocrata-capitalista, uma sociedade de tipo quase estamental, conforme vimos no doutorado de Cardoso. Daí o ar de onipotência e a sensação de *tédio* que emanam de sua posição, aspectos essenciais da forma concreta da experiência da elite brasileira do Oitocentos. Junto com ela, no plano da teoria literária, Machado acaba por negar aquele caráter positivo que o jovem Lukács (2009b) conferia a todo romance, incluindo aí o que chamava naquela fase de sua vida de “romance da desilusão”, no qual, apesar de todas as dificuldades impostas pela sociedade burguesa, se afirmaria também a esperança de uma vitória do protagonista sobre elas, o que sinalizaria a inerente ambição *épica* da forma romance. Do ponto de vista sociológico, tal como vimos no doutorado de Cardoso, isso é explicado pela ausência da contradição *típica* do processo econômico capitalista. O que ocorria por aqui era outra forma dessa contradição, como vimos. Bem entendido: não se trata de afirmar que uma eventual revolta dos dominados era impossível, mas sim que, caso ela ocorresse, o faria de forma divergente do modelo europeu – incluso aí o marxista clássico.

No plano literário, esse descompasso impõe a seguinte questão: se a matéria do romance burguês é a luta do herói em/contra sua sociedade, como fazer algo análogo em um país em que o *leitmotiv* desse conflito é desqualificado? Seria possível escrever um romance brasileiro, quando a orientação de seu condutor é algo frívolo como o reconhecimento público? Afinal de contas, como observa Adorno, “desde sempre [...] o romance teve como verdadeiro objeto o conflito entre os homens vivos e as relações petrificadas. Nesse processo, a própria alienação torna-se um meio estético para o romance.” (ADORNO, 2008, p.57-8). É de se supor que não tivesse ocorrido a Adorno, como não ocorreu a Lukács em *História e consciência de classe*, o fato de que fosse possível conjugar capitalismo e escravidão, o que elevaria a própria noção de “relações petrificadas” a outro patamar. Cabe uma brevíssima digressão sobre o tema.

Ao discutir o assunto da relação entre o romance realista do século XIX e o seu herói em Balzac, Lukács argumenta que:

Quanto mais profundamente o artista descobre as contradições da sociedade burguesa, quanto mais desmascara impiedosamente a baixeza e a hipocrisia desta sociedade, tanto menos exequível se torna a cínica exigência hegeliana de um herói “positivo” filisteu. Já vimos que os heróis “positivos” do romance do século XVIII (que eram livres e vigorosos, ainda que limitados) tornam-se cada vez mais inaceitáveis, no século XIX, como heróis positivos. A exigência de criar um herói “positivo” torna-se, para a burguesia do século XIX, cada vez mais apologética, ou seja, a exigência de que o escritor não descubra as contradições, mas as mascare e as concilie. (LUKÁCS, 2009, p.226-7)

Ora, o ponto está em que, no romance de Machado de Assis, esse *desmascaramento* é feito sem cerimônia pelo próprio (anti)-“herói” – aliás, responsável por boa parte das iniquidades sociais vigentes. Basta contrastar essa situação com aquela descrita por Hegel.

Desse modo, nos romances recentes também se modifica o cavaleirismo dos heróis agentes. *Eles se encontram, enquanto indivíduos com seus fins subjetivos do amor, da honra, da distinção ou com seus ideais de melhoria do mundo, em oposição a esta ordem subsistente e à prosa da efetividade, as quais lhe colocam, de todos os lados, dificuldades no caminho. (...) Trata-se, pois, de fazer um furo nesta ordem das coisas, modificar o mundo, melhorá-lo ou, a despeito dele, pelo menos recortar sobre a terra um céu: procurar a moça, tal como ela deve ser, [220] encontrá-la e, então, ganhá-la, conquistá-la e arrancá-la dos parentes perversos ou de outras relações nefastas. Mas estas lutas no mundo moderno nada mais são do que os anos de aprendizado, a educação do indivíduo na efetividade presente, os quais alcançam, desse modo, seu verdadeiro sentido. Pois o fim de tais anos de aprendizado consiste no fato de que o sujeito aprende com a experiência, que ele se forma [hineinbildet] com seus desejos e opiniões nas relações subsistentes e na racionalidade destas se insere no encadeamento do mundo e adquire nele um ponto de vista adequado. Por mais que alguém também tenha combatido o mundo, tenha sido empurrado para lá e para cá, por fim ele encontra, contudo, na maior parte das vezes sua moça e alguma posição, casa-se e também se torna um filisteu do mesmo modo que os outros;* (HEGEL, 2000, p.328-9 – primeiro grifo do original, os demais são nossos)

Como se vê nessa descrição cerrada que Hegel faz da relação entre forma romanesca e processo social, o caso de Brás Cubas é, ponto por ponto, o contrário do descrito – característica que recoloca o problema de compreender a *experiência* do narrador machadiano e, por consequência, de uma classe social brasileira. Entre os pontos que poderiam ser destacados, avulta aquele referente à “positividade” do herói exigida pela teoria de Hegel. Ora, em sua filosofia, como vimos, essa “positividade” – concretizada na visão dos “anos de aprendizado” como algo *necessário* – também se concretiza na adaptação do herói à vida burguesa prosaica, elemento do qual Lukács retira a sua interpretação sobre o conformismo apologético do autor de *Fenomenologia do Espírito*. Para o que nos interessa, cabe destacar que a comicidade de Brás Cubas aparece justamente como uma *negação* dessa orientação. O personagem de Machado parece, portanto, ser composto por um *pathos* diverso, mas não inteiramente alheio, daquele vigente no burguês, marcado pela regularidade (Cf. MORETTI, 2014, p.24). Adiantando um pouco o argumento o qual desenvolveremos logo adiante, esse *pathos* é *irônico* – portanto, o avesso daquele descrito por Hegel, Lukács e Moretti – o que só aparecerá na literatura europeia após 1848 como sintoma da *crise da sociabilidade burguesa*, cujo aspecto principal é a recusa das promessas emancipatórias contidas no radicalismo de seu período inicial.

Dito isso, é preciso dar um passo à frente na identificação do *pathos* de Brás Cubas. Seu aspecto principal é a sua *volubilidade*, descrita assim por Schwarz:

Este [o narrador] *não permanece igual a si mesmo por mais de um curto parágrafo, ou melhor, muda de opinião, de assunto ou de estilo quase que a cada frase. Há um elemento de complacência nesta disposição mercurial, bem como no virtuosismo retórico de que ela depende para se realizar. São viravoltas sobre viravoltas, que invariavelmente se acompanham de uma satisfação de amor-próprio para o narrador.* Esta tem a ver com o desejo de atenção e reconhecimento que sublinhávamos atrás, ao analisar o texto, desejo decisivo para o nosso raciocínio. *Uma vez que este movimento subordina tudo o mais, pode-se ver nele o princípio formal do livro.* (SCHWARZ, 2012 [1981], p.118-9 – grifo nosso)

Este é um ponto decisivo. No modelo “positivo” da dialética, existe não só a expectativa de uma reconciliação final – no caso do romance, a experiência da maturidade surgida dos anos de aprendizado; no caso da teoria marxista clássica, a revolução -, como também os diversos momentos em que esse processo se desenvolve são marcados, em certas fases, por relativa estabilidade. Ou seja: o desenvolvimento, que não deixa de ser contraditório, é também, em certa medida, harmonioso. Exemplo disso pode ser encontrado nos *Cursos de Estética* de Hegel, nos quais se percebe que os diversos estilos e formas surgem, se estabilizam por um tempo relativamente duradouro, para depois entrarem em crise.

No caso de Brás Cubas, o cenário é contrário. Não só não há nenhuma reconciliação final, como aquele processo de experiência que deveria levá-lo à maturidade, processo pessoal que equivale ao que é a síntese no plano teórico, é desautorizado diante da adoção e do descarte *rápido* – portanto, contrário à síntese, isto é, contrário à experiência que leva à maturidade – de todas as formas sociais e culturais de que o narrador dispõe. Em outras palavras: não há *estabilização* que condense uma experiência e suas contradições, do que deveria decorrer a forma seguinte, o que não deixa de ser um sintoma social (e, portanto, empírico) do deslocamento das ideias em nosso país.

Nesse sentido, pode-se dizer, com alguma ousadia, que essa volubilidade potente de Brás Cubas surge, precisamente, da *ausência de contradições* – isto é, de obstáculos sociais, culturais e políticos – de que o personagem desfruta. Uma das formas “literariamente concretas” em que essa situação ocorre está, segundo Roberto Schwarz, nas várias vitórias que Brás Cubas *acumula sobre o leitor*. Poder-se-ia acrescentar, a nosso ver, a observação do contraste com o caso europeu, no qual se escreviam romances de folhetim justamente para *agradar* o leitor/consumidor. Como ocorreria a alguém fazer um romance em que o leitor, uma das suas razões de ser (e, do ponto de vista da realização comercial do romance, a principal, na medida em que o seu consumo o torna possível), é sistematicamente ofendido/diminuído? O caso clássico, segundo a tradição marxista, foi o de Charles Baudelaire (BENJAMIN, 1989; OEHLER, 2013); entretanto, entre o romancista brasileiro e o poeta francês, a diferença de reconhecimento é gigantesca: um se tornou um membro central

na institucionalização do campo literário em seu país, o outro foi perseguido pela polícia.

Unamos esse problema a outro, o da própria figuração literária dessa experiência social. A certa altura, Schwarz se pergunta: *Memórias póstumas* assinalaria um rompimento com as “convenções do romance realista”? A resposta do crítico é positiva, com a ressalva decisiva de que “até certo ponto” (cf. SCHWARZ, 2012 [1981], p.118 – grifo nosso). Ora, aí está outro problema que esse romance coloca; afinal de contas, o seu realismo é de ordem diversa daquela imaginada corriqueiramente, na medida em que figura, com a sistematicidade que veremos, a *lógica das relações sociais* no país, embora seus mecanismos para tal não sejam tipicamente realistas, o que se deve ao fato de que, após 1848, abre-se um momento histórico no qual se instaura uma crise de representação cuja raiz sociológica pode ser vista na cisão entre “essência” e “aparência” na sociabilidade burguesa. Em suma: é nesse momento histórico que as promessas redentoras da sociabilidade burguesa se revelam falsas. Em que pese todas as diferenças existentes entre os dois autores, cabe notar que Marx teria feito algo análogo, porque no plano da economia política, em *O capital*.

A argumentação de Schwarz a respeito da figuração realista do romance de Machado se desenvolve a partir de duas impressões diferentes, mas inseparáveis. Ora, se o romance contém elementos da realidade, por que brota a sensação de extravagância? Se se trata de extravagância, por que a impressão de realidade? De certa forma, e sem desejar apelar para o gosto pelos paradoxos, trata-se de uma busca por desvendar o que permite ao narrador essa *racionalidade* aparentemente singular, da qual resulta a impressão, não menos correta, de *irracionalidade*.

A seguir, em sequência acelerada, Brás Cubas posará como inventor, como cristão, como comerciante e como propagandista engenhoso de seu próprio nome. Uma vez que as transformações de personagem, de assunto e registro irão no mesmo ritmo até o fim do romance, não há sentido em segui-las uma a uma. Notemos porém que na série que estamos examinando há mais do que simples variedade. *Os seus termos são escolhidos de modo a configurar um alto grau de abstração, ou de pseudo-abstração*, a qual à sua maneira resume a *totalidade* do real, que assim fica inteiro – nada menos – à mercê dos caprichos do narrador. (SCHWARZ, 2012 [1981], p.119-20 – primeiro grifo nosso, segundo do original)

Ora, nessa passagem entre o “alto grau de abstração”- característica que, se efetivada, seria sinal de uma racionalidade profunda - e a “pseudo abstração” - isto é, a desqualificação da própria abstração e causadora da comicidade dos movimentos arbitrários de Brás Cubas - se encontra o que argumentamos anteriormente. Aqui, surgem dois problemas: a *forma* dessa passagem e a descoberta do que a torna possível.

Quanto ao primeiro problema, já demos a resposta. A forma acelerada, possibilitada pela

ausência de obstáculos, revela a onipotência do narrador, confirmada pela sua capacidade de desfazer da própria razão ao adotar arbitrariamente qualquer ponto de vista que corresponda à sua vontade ou interesse. Ao realizar esse movimento, Brás Cubas assume para si o posto de *condensador* da totalidade social, a qual, nesse movimento, fica-lhe subordinada, do que resulta mesmo em alguns problemas estéticos no livro⁹⁹. Na ausência de obstáculos, da luta entre o herói e a sociedade típica do romance burguês, Brás Cubas *faz as vezes de sociedade*¹⁰⁰. Onde deveria existir contradição, há *falsa identidade*; afinal de contas, Brás Cubas não é a sociedade, mas *tem força retórica no livro – que no plano social, é força política -, suficiente para parecer que a representa*, ao que cabe acrescentar que essa representação é manipulada pela sua própria vontade. O resultado é que a própria ideia de sociedade fica diminuída, elemento condizente com a percepção de que as outras classes brasileiras (sujeitos dependentes e escravos) não tinham condições de estabelecer um contraste efetivo com as pretensões do narrador. Disso deriva o suposto de que as contradições da realidade brasileira são de ordem diferente, mas não alheia, às contradições típicas da sociabilidade capitalista dos países centrais. Em termos políticos, pode-se dizer que essa *forma literária* sintetiza e figura a *forma* da luta de classes no país¹⁰¹.

Quanto ao segundo problema, Schwarz o responde por meio da síntese de sua argumentação:

Noutras palavras, a volubilidade que viemos comentando não é de âmbito modesto. Ela abraça o mundo em sua extensão, e trabalha a fundo no plano das formas. No mesmo passo, ela transcende a psicologia individual, com sua parte de contingência, para tornar-se forma literária que não sofre exceções, bem como uma visão de mundo. [...]. Noutras palavras, Machado ajustou um procedimento artístico no qual a realidade burguesa corrente, em qualquer uma de suas expressões, seja ideológica, sintática, estética etc., é regularmente sujeitada à veleidade pessoal, sem que no entanto o processo se complete. [...]. No resultado, a semelhança com a vida

⁹⁹ “Digamos que as artimanhas do narrador só se apreciam ao preço de muita vigilância detalhista, a qual bloqueia a atitude mais aberta e meditativa requerida para a compreensão do movimento global – e inversamente. A desfuncionalidade desta compleição prejudica tanto um como outro prisma, com desvantagem para o mais complexo.” (idem, p.214)

¹⁰⁰ Um exemplo extra-literário desse procedimento ocorreu quando José de Alencar, com o objetivo de estimular o debate sobre sua obra, escreveu, sob outro nome, uma crítica ao seu próprio trabalho.

¹⁰¹ Em favor da hipótese, cabe lembrar da análise que André Singer (2018), inspirando-se também em Roberto Schwarz, fez daquilo que denomina “partido do interior”. Sua caracterização acerca desse tipo de “partido real” é a seguinte: “A extrema liberdade expressa uma relação com as bases em que vigora o *favor*, e não o direito. É um caso extremo de transformismo (na acepção de Gramsci), em que o líder situacionista se converte em líder oposicionista a qualquer momento. O contrário da política em países nos quais a luta de classes se sedimentou. Em uma passagem do *18 de Brumário*, Marx indica que “em países de civilização antiga com estrutura de classe evoluída tem um significado diferente daqueles em que as classes ‘ainda não se fixaram’.” É dessa ordem de diferença que falamos aqui. Para usar o conceito de Roberto Schwarz, a velha política é uma *política de segundo grau*, em que programas funcionam como opções ad hoc para os arranjos de poder de cada momento. Da mesma maneira como a ideologia aqui funciona pela regra do “relevô social, em detrimento de uma intenção cognitiva”, os rótulos políticos são meros marcadores de alianças de interesse, em detrimento de aspectos programáticos.” (SINGER, 2018, p.157-8 – grifos nossos)

brasileira do século XIX é grande. É um exemplo da travacão construtiva da mimese, ou por outra, da complexidade dos requisitos formais do efeito realista. (SCHWARZ, 2012 [1981], p.121 – grifos nossos)

O parágrafo é potente. Nele, fica argumentado que a falsa identidade entre si e o *mundo* operada por Brás Cubas não é de índole de psicologia (individual), pois aparece *objetivamente* em vários traços formais da totalidade em jogo – no caso em questão, na totalidade do romance. Assim, a falsa identidade, concretizada pela - atenção para os termos contraditórios - lógica da volubilidade, passa a ser tomada, simultaneamente, como princípio formal que tece a forma literária do romance e como princípio que rege uma *visão de mundo*, elemento que permite compreender a razão pela qual, por exemplo, impacta a vida sentimental-erótica do protagonista. Recordando as observações de Schwarz sobre a redução estrutural da “dialética da malandragem” percebida por Antonio Candido, podemos dizer que se trata de um princípio de generalização que se encontra *no texto e na vida*, (Cf. SCHWARZ, 2012 [1981], p.132).

Como se vê, o sujeito social que encarna a volubilidade é a “burguesia corrente”. Ora, se esse é o caso, pelo que vimos anteriormente, há certa disparidade entre ela e a sua congênera europeia, cuja margem de manobra, segundo a forma clássica do romance, era consideravelmente menor. Assim, ao concretizar a formalização da *lógica* que rege a vida ideológica de nossas classes dominantes, Machado de Assis, como outros grandes escritores europeus do pós-1848, teria atingido, no plano literário, algo análogo ao que Marx chamou de “concreto pensado”¹⁰². Como estamos argumentando, o ponto decisivo dessa categoria é a atenção às especificidades do processo de conferir forma artística à realidade que constitui sua matéria. Sem exagerar, pode-se sugerir que Schwarz aproxima Machado de Assis da tradição dialética, assim como Adorno aproximava Arnold Schoenberg e Ludwig van Beethoven (ADORNO, 1985), bem como Benjamin aproximava Baudelaire (BENJAMIN, 1989) e

¹⁰² Com todo o cuidado que esse tipo de aproximação merece – isto é, longe de reputar qualquer relação (causal ou não) direta entre ambos – vale lembrar de uma sugestiva observação de Giannotti, que ao comentar a sua própria leitura de Marx, afirma: “Desse ponto de vista, é preciso levar muito a sério a advertência do próprio Marx de que suas categorias não são unicamente construções do analista, mas tentam captar *formas de pensamento* (*Gedankenformen*) pelas quais os agentes atuam efetivamente no cumprimento de suas respectivas tarefas.” (GIANNOTTI, 2011, p.65 – grifo do original). Se tomarmos tais categorias como formalizações conceituais do “concreto pensado”, a aproximação que sugerimos que está implícita na argumentação de Schwarz ganha sentido. Entretanto, não devemos correr o risco de confundir as coisas; assim, cabe assinalar que no caso de *O capital*, como continua o mesmo Giannotti, essas formas de pensar são “juízos muito particulares” que são constituídos pelo modo “pelos quais cada agente *mede* a parcela de riqueza social cuja forma ele está encarregado de preencher.” (idem, *ibidem* – grifo do original). Ou seja: o foco aqui é a necessidade *lógica* de certas formas de pensar na sociabilidade capitalista. Um exemplo clássico é a categoria “trabalho abstrato”. Nesse plano, naturalmente, a aproximação deve ser relativizada porque o que interessa a Schwarz é a sedimentação *histórica* de certas formas de pensamento e suas figurações nas obras de arte. Ou seja: por um lado, há paralelismo; por outro, oposição. A questão, dialética por excelência, está em compreender como ambas se combinam em suas figurações concretas.

Oehler reclama Flaubert (ao menos o de *Educação sentimental*) (OEHLER, 2004). Se esse é o caso, vale anotar em que consistiria sua dialética própria. Se entendermos por dialética conforme Adorno em sua *Dialética Negativa* – isto é, como “a sensação consistente da ausência de identidade” (ADORNO apud LUNN, 1986, p.264), como revela, por exemplo, a *crítica* da economia política feita por Marx -, o que estaria em jogo na busca de uma crítica materialista da ideologia na literatura do Machado maduro seria a dificuldade suplementar de dar conta do *sentido* dessa ausência de identidade em uma realidade em que, por um lado, a desencontro entre ideias e lugar é escrachado, mas não produz um avanço social crítico, como revela sua sistemática frustração. Para evidenciar essa questão, parece-nos interessante imaginar o trecho a seguir como uma possível resposta de Schwarz ao trecho de Hegel que citamos anteriormente, cujo assunto era a forma do romance burguês a partir da experiência de seu sujeito.

Quanto à sucessão de episódios, poderia se dizer que ele, o romance [*Memórias póstumas de Brás Cubas*], é volubilidade em câmara lenta. Não faltam desejos, que são vivazes, ao passo que inexistem a continuidade de propósitos – *o que vai bem com o cavalheiro abastado e sem ocupação que é a figura principal*. Daí o enredo *errático e frouxo*, muito original a seu modo, *uma trama que não é retesada por conflitos, já que estes requerem alguma espécie de constância*. As suas complexidades não se prendem ao desdobramento das contradições – *desmanchadas no âmbito do capricho* – mas às sutilezas e aos ritmos da mudança inconsciente, do tédio, da deriva entre as estações da vida (assuntos, aliás, que colocam as *Memórias póstumas* entre as anatomias modernas da vontade e da experiência do tempo). São estações que nada têm de incomum, para um filho das classes dominantes brasileiras: estudos em Coimbra, amor, poesia, política, filosofia, jornalismo, ciência, filantropia e morte. *É conspícua a ausência do trabalho e, mais geralmente, de qualquer forma de esforço sustentado ou de compromisso ideológico*. Assim, os passos que mencionamos, e que mal ou bem são repositórios do valor da vida moderna, aparecem somente enquanto objetos de capricho, o que é dizer que a sua lógica própria está subordinada às necessidades sempre momentâneas do amor-próprio do herói. (SCHWARZ, 2012 [1981], p.121-2, grifos nossos)

O contraste entre o “herói positivo” teorizado por Hegel e a disposição de Brás Cubas não poderia ser maior. A explicação para tal reside na falta de necessidade de trabalho da personagem brasileira, o que confere uma vida folgada, frouxa e relativamente frustrada ao seu espírito, do que derivará, como veremos, uma forma *aparente* do que se poderia chamar de nilismo metafísico no romance, registro literário condensador da *ideologia própria dessa experiência social*. Nesse caso, a centralidade da escravidão volta a aparecer, ainda que de maneira não explícita – o que alinha essa interpretação ao trabalho de Cardoso que estudamos no primeiro capítulo. Ou, ainda nos termos de Carvalho Franco, trata-se de uma “presença ausente”, como revela a sua latência. Por sua vez, o tema da escravidão remete ao da acumulação primitiva, condição de possibilidade da conformação do capitalismo cuja forma

concreta por aqui foi a instituição da escravidão moderna.

No plano estético, vale anotar a viravolta da situação. Como se sabe, Hegel era um crítico feroz da ironia romântica – já formulada no célebre diálogo de Diderot *O Sobrinho de Rameau* – a qual resultaria numa espécie particular de “dialética negativa”. Ao fazer sua crítica, Hegel apostava na positivação da dialética, concretizada pela superação dos antagonismos românticos, da qual seria um exemplo o “herói positivo” romanesco¹⁰³. Ora, com a evolução histórica do pós-1848, essa positivação – homóloga filosófica das promessas da sociabilidade burguesa, como indica a teoria hegeliana do Estado moderno como o “fim da história” – fica desautorizada, do que decorre o ressurgimento da negatividade no espírito europeu no pós-1848. No caso de Machado, essa negatividade era suplementada pela iniquidade local já instalada desde o período colonial. Para lembrarmos os termos de “As ideias fora do lugar”, trata-se do “oco dentro do oco”, situação propiciada pela nossa condição de explorados no processo de acumulação primitiva.

Como se viu, o processo de acumulação primitiva tem duas faces, pois é, a um só tempo, *pré-capitalista* - pela sua *forma* de exploração, a qual não foi assentada na mão de obra livre, por sua vez suposta no sistema capitalista - e *capitalista* - pelos seus *resultados*. Ou seja, é um processo que se instala *pela força*, do que resulta o diagnóstico já mencionado de que, no Brasil, *as relações de produção têm primazia sobre as forças produtivas* – um cenário diferente do capitalismo concorrencial que vigia na Europa. É esse cenário diferencial, no qual se combinam a racionalidade e a irracionalidade desse sistema, que permite Schwarz compreender as possibilidades da vida de Brás Cubas, as quais talvez possamos sintetizar do seguinte modo: *a sua percepção – aliás, correta – das diversas formas da ideologia burguesa enquanto tal – isto é, como ideologias - tem parte com a sua consciência de que o seu ponto de apoio aparece aqui de maneira mais escancarada, a saber: a propriedade privada – incluindo a propriedade de pessoas, um dos limites da consciência burguesa europeia*¹⁰⁴. Nesse sentido, se o processo de reificação já andava, por aqui, mais adiantado do que na Europa – como demonstrou Fernando Henrique Cardoso em seu doutorado - correlatamente, podemos pensar Brás Cubas como uma espécie *aparentemente* paradoxal de super-burguês; isto é, do burguês cuja consciência *não encontra limites*, como revelaria a sua dispensa dos parâmetros – a seu ver estreitos - *da própria consciência burguesa europeia*. Dessa tensão

¹⁰³ Para um panorama da relação entre ironia e romantismo alemão, ver MUECKE, 1986.

¹⁰⁴ E dado o número saliente de passagens em que Marx cita como uma das características definidoras do modo de produção capitalista o trabalho livre (Cf. RODOLSKY, 2001, p.227 e seguintes), talvez ele mesmo possa ser inscrito sob essa égide, enquanto herdeiro do iluminismo – o qual, por motivos compreensíveis, era seu horizonte, o que não deixa de ser insuficiente.

surge a aparência do elemento paradoxal, que logo se desfaz: se Brás Cubas dispensa a consciência burguesa, ele não deixaria de ser um representante dessa classe? A resposta é *não*, pois, por um lado, o que o define enquanto tal é a sua condição de classe e não a sua consciência (ADORNO, 1986, p.65-6); por outro lado, cabe recordar que as consciências das classes são elas mesmas ensejadas pelo chão social de que emergem e, nesse sentido, uma análise plenamente materialista *não pode projetar um modelo normativo* sobre elas. A partir desse prisma, não só estamos em condição de assinalar a diferença de consciência entre as burguesias brasileira e europeia, como também podemos aferir que tomar a consciência da última como padrão a ser generalizado é uma operação *ideológica*. Como sublinha Schwarz: o prazer de Brás Cubas *está justamente em invocar e desfazer das virtudes burguesas*, as quais são vistas com condescendência e ironia (Cf. SCHWARZ, 2012 [1981], p.124). Com a crise de 1848, descortina-se um novo horizonte no qual o caráter amoral da sociedade burguesa, regida pela lógica dos interesses privados, é revelado, do que decorre que “o escárnio e a sátira constituem a aparência real da sua verdade.” (MARCUSE, 2012, p.13).

Retomando, em outro plano, esse problema da comparação entre as consciências das burguesias brasileira e europeia, Schwarz parece inferir que Brás Cubas nos revela que o elemento central de sua condição é a propriedade privada – *o capital - e não o trabalho, cuja centralidade na vida ideológica burguesa europeia é decisiva*, como revela o fato de que é por meio dele que o conflito do herói com a sociedade é organizado nos romances burgueses. Afinal, é o trabalho que permite a mobilidade de condições sociais, nexos que cimentam a noção de liberdade da sociedade burguesa, na qual deveria reinar sua modalidade livre com possibilidade de ascensão.

Porém, se a riqueza provém do trabalho, a força coercitiva está com o capital. Dessa angulação, torna-se mesmo possível questionar se a predominância que Marx atribui ao trabalho sobre o capital, a qual apareceria de maneira invertida na sociabilidade capitalista por meio do fetichismo da mercadoria, não seria fruto da própria fase (e forma) de capitalismo que analisou, o capitalismo *concorrencial* (ou liberal). Em outras de suas formas, essa relação pode mudar. Um exemplo disso seria o caso do Brasil do século XIX, em que a situação era diversa, pois o trabalho não era livre, razão pela qual a noção de liberdade burguesa não servia como seu nexo ideológico. No caso da burguesia escravocrata brasileira, sua vida ideológica era organizada a partir da estranha combinação de propriedade privada *sem trabalho*, motivo pelo qual as racionalizações de uma sociedade calcada no trabalho livre faziam papéis de figuras frágeis. Veremos adiante como esse mesmo bloqueio intelectual aparece na vida dos “homens livres”, os agregados.

A diferença de um tal movimento com o enredo-tipo do realismo europeu é decisiva. Neste, a tensão prende-se ao choque entre um indivíduo forte e a ordem social; o que vale e é típico, para falar com Lukács, é a contradição, incluídos os padecimentos que lhe correspondem, entre as justas ambições do primeiro e as exigências da segunda. *O resultado global diz que a ordem burguesa é contraditória e não cumpre o que promete. Ao passo que o enredo machadiano diz que a vida de nosso rico foi excelente, mas* – em palavras de Oswald [de Andrade] – *corrida em uma pista inexistente.* (SCHWARZ, 2012 [1981], p.123 – grifo nosso)

Novamente, a sensação de *ausência de contradições*, derivada da *forma da sociedade brasileira escravocrata-capitalista*, dá lugar à sensação de *reconciliação, embora falsa*, como vimos, e rebaixada, como revela o tédio de Brás. Um sintoma de sua falsidade parece residir no desnível entre as pretensões de Brás Cubas e suas realizações. Por outro lado, esse desnível também é revelador. Afinal de contas, apesar dele, Brás Cubas não sofreu quaisquer consequências negativas, o que deriva de sua condição social assentada no seu domínio sobre bens e sobre pessoas desprovidas deles – e *impossibilitadas de consegui-los*, conforme a análise que Schwarz fez em “As ideias fora do lugar” sobre a estrutura de classes brasileira, tributária, por sua vez, das análises de Cardoso e Carvalho Franco.

Sabe-se que o resultado principal do capitalismo é *o domínio de pessoas sobre pessoas*, para o que contribuem a acumulação de dinheiro e de propriedades (LUKÁCS, 2003, p.138). Se, em sua forma clássica, esse domínio é *mediado por coisas*, supostamente conseguidas pelo esforço do trabalho livre recompensado no mercado livre, a forma brasileira é diferente, mas não alheia, a essa; ao *reificar completamente os sujeitos e não apenas sua força de trabalho*, a sua forma *vai direto à dominação sem mais*, dispensando as formas ideológicas decorrentes do trabalho livre, bem algumas de suas consequências *práticas e contraditórias*, entre as quais ocupa lugar destacado o surgimento de um proletariado aos moldes modernos. Em outras palavras: se no plano das relações econômicas, não havia, no Brasil, uma estrutura de troca que ensejasse o *fetichismo da mercadoria*, pois não havia *troca livre entre capital e trabalho*, mas *domínio completo do primeiro sobre o sujeito do segundo*, do que se conclui que, de maneira similar, não havia condições para o surgimento de condições, para seguirmos o raciocínio de Lukács, para o estabelecimento de uma ideologia burguesa clássica (Cf. LUKÁCS, 2002, p.194-5) e, de modo análogo, de uma consciência proletária pautada no “ponto de vista da totalidade”, uma vez que uma de suas bases, a troca entre capital e trabalho, estava ausente.

Vale esclarecer: ao ser completamente mercadorizado – *o que é e não é* uma operação capitalista, como vimos -, o sujeito tornado escravo perde a liberdade de trocar sua força de

trabalho no mercado, processo pelo qual surge aquilo que Marx denominou de fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, é como se estivéssemos em uma situação limite entre uma espécie de super-capitalismo – daí certa analogia com o capitalismo monopolista, a fase superior, *e qualitativamente distinta*, do capitalismo concorrencial - e de outro modo de produção, com algumas características, como a própria escravidão, que o assemelhariam a períodos pré-capitalistas. Talvez isso ajude na explicação do porquê os seminaristas exploraram pouco a questão do fetichismo da mercadoria.

No plano da história, Schwarz estabelece uma conexão entre os volteios de Brás Cubas e a realidade ideológica de nossa elite, desejosa do reconhecimento das pátrias centrais do capitalismo, ao mesmo tempo em que infringia seus padrões de sociabilidade – elemento que, em plano mais amplo, confirma o vínculo objetivo entre cultura e política.

Também ela [a volubilidade de Brás Cubas] combina – em versões que vão do cômico ao torpe – desrespeito à ordem burguesa e ânsia de se afirmar como um membro seu, o que não vai sem dois pesos e duas medidas, nem, dada a constante repetição, sem desfaçatez. São combinações que configuram a unidade mínima e característica desta prosa de romance. *Assim, se é justa a nossa observação, a lei da prosa machadiana seria algo como a miniaturização ou o diagrama do vaivém ideológico da classe dirigente brasileira*, articulada com o mercado e o progresso internacionais, bem como com a escravidão e o clientelismo locais. Um vaivém que resume o vexame pátrio, *mas não se esgota nele, pois diz respeito também a história global de que o mesmo Brasil é parte efetiva, ainda que moralmente condenada: a ordem burguesa no seu todo não se pauta pela norma burguesa*. (SCHWARZ, 2012 [1981], p.124-5, grifos nossos)

O trecho acima volta a confirmar o paralelismo que apontamos anteriormente entre os trabalhos de Schwarz e os da crítica dialética da literatura, em especial na formulação de Antonio Candido sobre a “redução estrutural”, para quem a “dialética da malandragem” também constituía uma miniaturização da lógica da sociabilidade de certo setor de nossa sociedade. Ao mesmo tempo, Schwarz vai mais longe que Candido ao afirmar que a lógica social que identifica em Machado *não se esgota no Brasil* – argumento já utilizado em “Pressupostos, salvo engano” - pois ele é fruto de um certo arranjo socioeconômico internacional, o capitalismo. Dessa ideia – formulada no Seminário Marx, com especial atenção à tese de Cardoso - deriva que o achado de Schwarz *desmente a ideia de que uma sociedade burguesa precisa da chamada ideologia burguesa para se constituir; pois pode ser mesmo que essa lhe seja um entrave*, “uma roupa muito justa”. As consequências dessa ideia serão analisadas, com máximo esforço, em *Um mestre na periferia do capitalismo*, objeto de nossa próxima seção.

Um mestre na periferia do capitalismo: forma literária da crítica da crítica ideológica

da ideologia

Publicado originalmente em 1990, *Um mestre na periferia do capitalismo* é o ponto máximo da tentativa de Schwarz em especificar as características formais da prosa de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e entender o seu significado social¹⁰⁵. Surgido em meio ao processo de redemocratização do país, que elegera Fernando Collor de Mello, um político vinculado ao “atraso” do país e com performances histriônicas comparáveis às de Brás Cubas, como seu presidente naquele ano, o livro de Schwarz parece ir na contramão da orientação então defendida por Cardoso. Se o segundo, já radicalmente comprometido com a política, afirmava as possibilidades da democracia e do desenvolvimento num país dependente¹⁰⁶, o livro de Schwarz relativizava a tese, sugerindo certo ceticismo diante dos compromissos democratizadores da elite do país. Esse ceticismo seria confirmado nos demais livros do autor lançados na mesma década.

Além de uma crítica dialética sobre o primeiro fruto da maturidade de Machado, há no livro outro elemento, talvez menos destacado e que pode ser uma boa chave para retomarmos nossa exposição. O seu último capítulo, intitulado “Acumulação literária e nação periférica”, realiza uma explicação que nos fornece a conexão entre *Ao vencedor, as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, a qual não gira em torno de compreender a diferença entre um livro e outro do próprio crítico, mas sim do entendimento do problema fundamental sobre a mudança de qualidade da literatura de Machado de Assis em relação à tradição literária brasileira, incluído ele próprio em sua fase anterior.

Antes de passarmos ao ensaio, uma questão de forma. O leitor pode indagar os motivos pelos quais o autor optou por colocar essa explicação ao fim do livro e não em seu começo – como, por exemplo, fez no caso de “As ideias fora do lugar”, ensaio que ocupa a abertura de *Ao vencedor, as batatas*. Como estamos diante de um crítico que preza pela forma, a pergunta faz pensar. Até onde podemos imaginar uma resposta – se é que cabe fazê-lo-, essa escolha tem a ver com a própria fidelidade ao objeto de que trata o livro, o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Nesse sentido, cabe rememorar um dos argumentos de que já lançamos mão: enquanto *Ao vencedor, as batatas* tem um problema, por assim dizer, mais amplo (o processo de formação do romance brasileiro), *Um mestre na periferia do*

¹⁰⁵ Em 1987, Schwarz publicou na revista *Remate de males* (UNICAMP) o trecho com o qual abre o capítulo 7 de *Um mestre na periferia*, o qual é dedicado à relação entre Brás Cubas e o cunhado Cotrim (Cf. SCHWARZ, 1987). Fora pequenas mudanças e alterações de notas, o texto não apresenta modificações substantivas que pedisse uma análise em separado.

¹⁰⁶ Para uma análise desse momento de Cardoso a partir de um prisma muito próximo desse trabalho, ver GONÇALVES, 2018.

capitalismo tem um objetivo mais circunscrito: analisar a forma do *primeiro* romance da maturidade de Machado de Assis. Nesse sentido, a questão da literatura machadiana da maturidade é um tema não-imediato do livro, que se centra em *uma de suas configurações formais*. Assim, a busca pela máxima especificação deixa a explicação contida no ensaio que encerra o livro sem lugar, embora ela componha também parte do programa crítico do autor. Em nosso caso, entretanto, como nosso objeto é a crítica de Roberto Schwarz, essa inversão expositiva não afeta a fidelidade ao objeto.

Retomando uma questão tratada em “Duas notas sobre Machado de Assis”, e embora destaque a nova qualidade de *Memórias póstumas de Brás Cubas* na história da literatura brasileira, a nota tônica do início da reflexão do autor surpreende, pois vai na direção oposta: o romance de Machado seria um *estrito continuador* da tradição literária local, como teria reconhecido próprio romancista. Ora, havendo, simultaneamente, *ruptura e continuidade*, o problema mais importante está em entender as formas específicas dessa situação. Como o leitor deve intuir, esses traços de continuidade e ruptura devem ser compreendidos no plano das formas literárias e não da biografia de Machado – ainda que esta possa ter tido influências sobre suas elaborações formais. Em outras palavras: a transição ideológica de Machado só é relevante porque ensejou inovações formais, as quais, se não tivessem ocorrido, a deixaria sem interesse.

De um ponto de vista técnico, a novidade da fase madura do escritor fluminense reside na sua nova utilização dos narradores. Ou seja: em seus romances da juventude, a volubilidade, traço distintivo da narração de Brás Cubas (e de Bento Santiago, como veremos) aparecia como assunto – isto é, como *conteúdo*. O que explica essa mudança? Por um lado, a própria mudança ideológica de Machado de Assis¹⁰⁷, que abandona o conservadorismo que esposara de sua juventude; por outro lado, e mais decisivamente, a mudança de *ponto de vista* de seus romances (Cf. SCHWARZ, 2008 [1990], p.226-7), observação com a qual Schwarz atrela seu ensaio às linhas finais de *Ao vencedor, as batatas*. Como afirma, os dependentes não possuiriam, pela sua própria condição social, a “independência necessária à crítica” (idem, p.225), argumento que revela que, antes de uma disposição subjetiva, a crítica *tem bases materiais*. Desconsiderá-lo seria ideologia. Assim, se, por um lado, este é um limite, que é de origem social (material), por outro lado, dada a sua ligação com a situação

¹⁰⁷ “Em âmbito biográfico, talvez se pudesse imaginar que Machado havia completado a sua ascensão social, mas não alimentava ilusões a respeito, nem esquecia os vexames da situação anterior.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.228 – grifo nosso). Destaco a ideia porque a dimensão extra-literária – que pode ser vista como uma *mudança de consciência* – parece conter alguma função na argumentação de Schwarz, a qual, entretanto, não fica completamente esclarecida.

real dos dependentes, também não deixa de conferir *certos traços* realistas aos romances da juventude. Por esse prisma, entende-se que crítica, no plano literário, é figuração das contradições reais que, se bem-sucedida, gera uma revelação de seus motivos e impasses. Vale registrar que essa questão ganhará outros contornos quando se referir a Capitu, personagem de *Dom Casmurro*.

Em outro plano, não custa observar que aqui parece ressurgir aquilo que poderíamos chamar soltamente de ‘programa de pesquisa’ de Lukács em *História e consciência de classe* a respeito da “possibilidade objetiva” da consciência de classe – tema, que como vimos, aparecia na tese de doutorado de Cardoso. Em Lukács, lemos:

Ora, a tarefa de uma análise histórica muito meticulosa é mostrar claramente, mediante a categoria da possibilidade objetiva, em que condições se torna possível desmascarar realmente a ilusão e estabelecer uma conexão real com a totalidade. Pois, se a sociedade atual não pode ser percebida de modo algum na sua totalidade a partir de uma situação de classe determinada, se a própria reflexão consciente, levada até o extremo e incidindo sobre os interesses da classe, reflexão essa que se pode atribuir a uma classe, não disser respeito à totalidade da sociedade, então essa classe só poderá desempenhar um papel subordinado e nunca poderá intervir na marcha da história como fator de conservação ou progresso. (LUKÁCS, 2003, p.144)

Na leitura de Schwarz sobre Machado de Assis, é como se o escritor fluminense tivesse se dado conta que os dependentes não tinham *condições objetivas* – ou “independência necessária à crítica”, se se preferir – de levar às últimas consequências uma percepção concreta da realidade na qual viviam. Contrariando as expectativas de Lukács, Schwarz observará que, nas circunstâncias formas pela realidade capitalista-escravocrata brasileira, quem podia fazê-lo era um certo setor da burguesia, porque figurava os interesses do capital, verdadeiro sujeito do processo econômico capitalista¹⁰⁸.

O autor recorda o final de *Iaiá Garcia* – último romance analisado em *Ao vencedor, as batatas* –, no qual se aponta o trabalho livre como saída da situação de domínio dos dependentes. De certa *forma*, o plano da denúncia dos desmandos dos poderosos estava inscrito na lógica dos romances de Machado. Mas essa *forma* de crítica não se realizou; nem Machado de Assis escreveu um livro no qual o trabalho assalariado tivesse centralidade, nem os rumos do país foram esses. O final de escravidão não elevou o padrão de vida das classes subalternas, nem o domínio oligárquico havia sido posto em xeque pela implantação das formas “mais modernas” do capitalismo.

O arranjo civilizado das relações entre proprietários e pobres, que estivera no foco

¹⁰⁸ Chamo a atenção do leitor para a forma como esse argumento aparece na livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, objeto de análise do próximo capítulo.

do trabalho literário da primeira fase, ficava adiado *sine die*. De agora em diante Machado insistiria nas virtualidades retrógradas da modernização como sendo o traço dominante e grotesco do progresso na sua configuração brasileira. Voltando a *Iaiá Garcia*, o esquema europeu embutido na sua intriga, ligado à dinâmica moralizadora do trabalho livre, estava fora de combate. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.226)

Nesse ponto, é instrutiva a remissão desse argumento schwarziano àquele apresentado por Adorno sobre o fracasso de Schoenberg acerca da emancipação do sujeito musical. Em sua *Filosofia da Nova Música*, o filósofo alemão afirma: “São obras que testemunham um grandioso fracasso. E não é o compositor que fracassa na obra. É a história que não admite a obra.” (ADORNO, 2011, p.82).

Dada a centralidade desse ponto no argumento do autor, cabe frisar: a expectativa do rompimento das situações de dependência por parte de Machado de Assis, simpático ao processo de modernização conservadora do país então em curso, é frustrada. Caso viesse a se realizar, a estrutura de classes e o problema das relações entre ideologia e sociedade seriam alterados, o que impactaria decisivamente as possibilidades individuais, as quais constituem os temas dos romances modernos. Desse ponto de vista, essa frustração confirma, em negativo, como o problema do *trabalho livre* – cuja contraface era o problema da escravidão – aparecia como decisiva aos intelectuais brasileiros do século XIX. Rompida a expectativa de que esse processo tivesse um desenlace progressista, a *forma* da crítica de Machado se alterou. Junto com esse rompimento, há também outro: o ponto histórico no qual se marcou, decisivamente, a exigência de que a formação do romance moderno brasileiro não poderia se realizar na mesma *forma* do que ocorreu na Europa. Simultaneamente, entretanto, a forma romanesca também entrava em crise na Europa, dado o fim do horizonte emancipatório e a ascensão do então em germe capitalismo monopolista, substrato material de que se nutrirão as vanguardas europeias.

Se estivermos certos, este quadro permite apreciar a genialidade da viravolta operada nas *Memórias*. Já não se trata de buscar um freio – irreal – à irresponsabilidade dos ricos, mas de salientá-la, de emprestar latitude total a seu movimento, incontrastado e nem por isso aceitável. O tipo social do proprietário, antes tratado como assunto entre outros e como origem de ultrajes variados, passa agora à posição (fidedigna?) de narrador. Ou, por outra, as condutas reprováveis (mas não reprovadas) do primeiro reapareciam transformadas em procedimento narrativo, onde o vaivém entre arbítrio e discurso esclarecido, causa do mal-estar moral e prático dos pobres, se encontrava universalizado, afetando a totalidade da matéria romanesca. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.226-7)

Isso aparece, por exemplo, na forma pela qual assuntos da atualidade aparecem nos romances das duas fases. Nos primeiros, o fazem de maneira lateral; no segundo, ocupam primeiro plano, embora sempre de maneira subjugada pelas vontades do narrador,

concretizadas na ironia infernal de Brás Cubas. Vale destacar a contemporaneidade dessa solução formal, também encontrada na Paris de Luís Napoleão e figurada na obra satânica de Baudelaire. Não à toa, aliás, traços de Brás são encontrados na própria descrição que Benjamin faz sobre o autor de *As flores do mal*. Por exemplo: “Ele [Baudelaire] o evita mesmo quando as evidentes contradições em teses que adota sucessivamente exigiriam um debate.” (BENJAMIN, 1989, p.10)¹⁰⁹.

Identificada a resposta em sua dimensão técnica, o problema da transformação de qualidade do romance de Machado assume outra feição; passa, então, ao primeiro plano o problema da explicação da razão pela qual esse desenvolvimento técnico alterou a força da literatura machadiana. Quer dizer: os escritos de Machado publicados em revistas e folhetins revelam que o autor dominava essa técnica antes de usá-la em seus romances da maturidade, em boa medida porque conhecia a então disseminada literatura de Lawrence Sterne, autor anterior às correntes românticas, realistas e naturalistas. Ora, essa utilização se dava no contexto da reação antinaturalista na Europa, o que, segundo Schwarz, fez com que Machado aproximasse o “elitismo bufo”, a “irresponsabilidade assumida e nobilitada” e o “culto ao diletantismo e ao próprio eu” de Brás ao esteticismo nascente. Assim, Machado teria se colocado em sintonia com o simbolismo de Baudelaire e com o próprio ceticismo de Flaubert.

Mas isso não é óbvio e cabe explicitação. Afinal de contas, os romances maduros de Machado, e em especial *Memórias*, parecem se dirigir em sentido oposto à pregação da objetividade feita por Flaubert. Segundo Schwarz, as intromissões do narrador machadiano indicariam o que chama de “reificação” da liberdade narrativa cujo resultado é o rebaixamento do mundo narrado a partir da “pseudoliberalidade” do narrador (SCHWARZ, 2008 [1990], p.184). Neste caso, o intento do defunto autor não seria estabelecer uma relação de esclarecimento com o público, mas o oposto; criar uma relação de “cumplicidade agressivamente acanalhada, à maneira de Baudelaire, cujo substrato condicionador está na consciência dolorida das iniquidades sociais do país.” (idem, ibidem).

Ao se valer, em chave aparentemente esteticista do estilo irônico de Sterne – datado de 1750, ou seja, de um momento bastante interior da história europeia –, Machado buscava caracterizar um tipo social brasileiro, o que o coloca na esteira dos realistas. Ao fazê-lo com

¹⁰⁹ Mais longamente, em um trecho que indica a clara vinculação entre estética e política: “O *Salão de 1846* ele o dedicou “aos burgueses”; aparece como seu porta-voz, e seu gesto não é o do *advocatus diaboli*. Mais tarde, por exemplo em sua invectiva contra a escola do *bons sens*, encontra para a “honnête” burguesia” e para o notário – a figura do respeito no meio burguês – os traços do boêmio mais raivoso. Por volta de 1850, proclama que a arte não deve ser separada da utilidade; alguns anos depois, defende “l’art pour l’art”. Em tudo isso se esforça tão pouco em se reconciliar com seu público quanto Napoleão III ao passar da tarifa protecionista para o livre-cambismo, quase da noite para o dia e às escondidas do parlamento francês.” (BENJAMIN, 1989, p.10).

maestria, teria conseguido produzir efeitos realistas que permitiriam produzir sensações comparáveis ao “objetivismo flaubertiano”, o seu *aparente* oposto. Nos termos de Schwarz:

A sistematização do impasse moral da elite brasileira, condenada a uma como que ilegalidade estrutural, permitia a Machado a retomada não-esteticista do esteticismo emergente, o qual justamente ensaiava e estilizava o novo assalto às garantias civis burguesas, o mesmo assalto a que noutro plano o Imperialismo começava a dar manifestação mais espetacular. (idem, p.184-5)

Mas isso só pode ser explicado por uma mudança do próprio Machado: “A viravolta pendente, que permitiria incorporar à elaboração do romance uma técnica disponível e comum a muitos, *era de ordem ideológica*.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.232 – grifo nosso). Ao colocar a explicação nesse plano, Schwarz retoma a problemática lukácsiana, mas o faz de maneira especificada; isto é, o processo aludido de rompimento de Machado de Assis – que, dualisticamente, praticava uma prosa sem pretensão de elevação (“frívola e algo *cínica*”) nos folhetins como escrevia romances com caráter sério (“fidelidade e retidão”) – equivaleria a um processo de *desideologização*¹¹⁰. A valorização dessa postura por um seminarista não é casual; como vimos nos capítulos anteriores – e veremos nos seguintes –, essa postura “objetiva” foi crucial para a afirmação das teses do grupo. Ainda em plano lukácsiano, valeria notar que Brás Cubas – como Bento Santiago – poderiam ser tomados como personagens “típicos”, na medida em que “a fantasia poética do narrador consiste precisamente em inventar uma história e uma situação nas quais se expresse ativamente esta “essência” do homem, ou seja, o elemento típico do seu ser social [...]” (LUKÁCS, 2009, p.205-6). Entretanto, sabemos que o esquema de que Lukács usualmente parte para configurar a sua noção de “tipicidade” é o realismo à Balzac, que não é o de Machado. Curioso, entretanto, é que em seu escrito sobre os escritores realistas alemães, Lukács adotou outra postura, atribuindo E.T.A. Hoffman, um escritor fantástico, o rótulo elogioso de realista. O ponto de interesse aqui é que sua argumentação se baseia na ideia de que o romance realista alemão não poderia ser como o francês, justamente porque a realidade sócio-econômica da Alemanha era retardatária em relação ao seu padrão modelar (Cf. LUKÁCS, 1970, p.1; OTSKUKA, 2010). Disso deriva que a argumentação de Schwarz sobre Machado de Assis não está tão longe em relação a de Lukács como se costuma imaginar.

No que se refere ao tema com o qual abriu sua reflexão que estamos expondo, Schwarz, ao fim, identifica duas linhagens da literatura brasileira sobre as quais Machado de Assis teria

110 “Mas a *imparcialidade* machadiana vai mais longe, e faz com que o mundo do arbítrio, desqualificado pelo confronto com a norma burguesa e europeia, seja também a testemunha viva da relatividade desta, movimento que leva aos assuntos centrais da literatura moderna, ligados justamente ao limite da civilização burguesa.” (SCHWARZ, 2012 [1981], p.125 – grifo nosso)

operado uma síntese, um movimento dialético da intervenção. Por um lado, o crítico identifica uma descendência composta por Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, cuja preocupação seria elevar a sociabilidade brasileira aos patamares ditos “adiantados” dos europeus, numa postura tipicamente cosmopolita; por outro, haveria uma linhagem cômica, de inspiração romântica e localista, composta por autores como França Júnior, Manuel Antônio de Almeida e Martins Pena – e que culminará, entre outros, em Oswald de Andrade. Seu traço principal é o humor com o qual tratam os costumes europeus. Em particular, cabe anotar como Schwarz incorpora as reflexões do estudo de Candido sobre *Memórias de um sargento de milícias*, no qual encontramos a ideia de que o “convívio entre a bonomia e o cinismo”, que, em movimento, abre espaço para as visões dos dois lados das questões, a partir da ordem e da desordem, seria típico dessa herança. “Daí uma certa suspensão do juízo moral, e também da ótica de classe, em contraste benfazejo com a entonação crítica desenvolvida pelos românticos, sobretudo por Alencar, impregnada de indignação um pouco farisaica e presunções de superioridade moral.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.237). Assim, no primeiro romance da maturidade de Machado, há uma “síntese superior” entre essas duas linhagens, a qual “*lhes recupera os momentos ruins e bons, e os transforma em acertos máximos.*” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.239 – grifo nosso). Desse prisma, cabe indicar o paralelismo entre essa observação de Schwarz e aquela contida em “Pressupostos, salvo engano”: trata-se de compreender a conjugação entre crítica (de matriz romântica) e o cinismo (de matriz local) operada pela obra de Schwarz. Postos nestes termos, revela-se, novamente, a centralidade da ironia, recurso estilístico que permitira unir elementos tão (aparentemente) opostos.

Podemos, a partir do ângulo do problema da representação/narração literária, compreender como esse argumento é construído. Assim, é útil explorar com mais precisão esse problema a partir do ponto de vista da “tradição contraditória”, composta por Lukács, Brecht, Benjamin e Adorno, mencionada por Schwarz no prefácio ao livro. Afinal de contas, o problema da representação/narração é um dos temas centrais das polêmicas que os envolvem.

Em sua conferência sobre a crise contemporânea da forma romance, na qual persegue a trilha aberta pelos trabalhos do jovem Lukács (2009b) e de Benjamin nos anos 1930¹¹¹ (CUNNINGHAM, 2006) e polemiza com a defesa do Lukács maduro sobre o realismo, Adorno identifica uma *crise da narração* no romance, concretizada no paradoxo da sua

¹¹¹ Aliás, Benjamin sugere que o próprio surgimento do romance é um sinal de *crise* da experiência na modernidade – no que não estava longe de autores como Hegel e Lukács. O interessante é que, no Brasil, *a formação do romance é um passo adiante na reflexão nacional e, ao mesmo tempo, um sinal de sua crise*. Para ficarmos no caso de Machado, sua genialidade consiste, segundo Schwarz, em ter achado soluções técnicas e formais que combinem esses dois momentos, que não deixam também de se contradizer.

simultânea *necessidade e impossibilidade*. Até aqui, Schwarz acompanha a argumentação do filósofo alemão, que descreve assim essa crise:

O romance foi a forma literária específica da era burguesa. Em seu início encontra-se a experiência do mundo desencantado no *Dom Quixote*, e a capacidade de dominar artisticamente a mera existência continuou sendo o seu elemento. O realismo era-lhe imanente; até mesmo os romances que, devido ao assunto, eram considerados “fantásticos”, tratavam de apresentar seu conteúdo de maneira a provocar a sugestão do real. No curso de um desenvolvimento que remonta ao século XIX, e que hoje se intensificou ao máximo, esse procedimento tornou-se questionável (ADORNO, 2008, p.55)

Entretanto, embora concorde com a crise da forma romanesca, a periodização de Schwarz acerca da crise da forma romance não segue a de Adorno, que a localiza a partir de 1914, ano marcado pelo início da Primeira Guerra Mundial (HALL, 2016, p.146)¹¹² e pelo processo de consolidação do capitalismo monopolista. Nesse tópico, Schwarz acompanha Lukács (e Oehler, cujas reflexões incorpora aos seus estudos nesse período), autores que acompanham as análises de Marx sobre as lutas políticas da sociedade francesa do século XIX, nas quais se localizaria a crise da forma romance em 1848 (LUKÁCS, 1965, p.52 e seguintes), momento em que, pela primeira vez, burguesia e proletariado se enfrentaram, com a vitória da primeira (ENGELS, 2005, p.75; LUKÁCS, 2011, p.211; LOWY, 2010, p.61). Em seus termos: “Do ponto de vista da consciência popular, bem como da autoconsciência dos triunfadores, a experiência dos massacres de junho [de 1848] tem valor de revelação histórica.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.178). Mas nem por isso teria havido, segundo Schwarz, uma regressão estética, como afirmava Lukács.

A esse respeito, o diagnóstico de Schwarz acerca do que se seguiu às jornadas de junho de 1848 é vinculado à posição “modernista” – simpática às vanguardas - de Adorno, Benjamin (MACHADO, 2016) e Brecht (CARVALHO, 2015) contra o “classicismo” – crítico às vanguardas - de Lukács¹¹³. Ao contrário do crítico húngaro, que verá a narrativa pós-1848

¹¹² Mas aqui pode haver algo ainda mais específico; como recorda Eugene Lunn (1986, p.240-1), em sua *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (2006; p. 109) atribuem a características pré-capitalistas europeias o surgimento da consciência modernista, a qual consistiria em uma forma derradeira de protesto contra a reificação capitalista – o que contrastava com o ambiente em que o livro foi escrito, Estados Unidos, país em que o capitalismo vicejou desde sempre. Desse ângulo, pode-se assinalar que o final do século XIX e início do XX foi o momento final de transição capitalista de várias partes do globo, incluindo o Brasil; talvez isso tenha permitido certa afinidade de possibilidades entre Machado de Assis e os modernistas europeus. Por outro lado, talvez aqui possamos assinalar um momento ideológico do próprio Adorno, como observou Roberto Schwarz (2012c [2003], p.49); afinal de contas, a sua tese parece supor que a transição capitalista do período resultaria em *formas similares* de capitalismo, o que a experiência brasileira desmente, ao menos parcialmente.

¹¹³ Acresce ainda que, se Carlos Nelson Coutinho (1969,p.9) tiver razão ao atrelar à posição estética de Lukács à defesa da estratégia política da “frente popular”, podemos apontar que a recusa de Schwarz à sua estética também poderia conter, em plano não evidente, uma crítica à essa posição adotada pelo Partido Comunista

como decadente pois apegada à *descrição*, e não à *narração*, dos fatos, a qual se vincularia uma posição de exaltação da ordem burguesa, supostamente *naturalizada* por essa técnica, os modernistas verão nelas um avanço crítico. Onde Lukács enxerga a naturalização da ordem vigente, Schwarz verá o surgimento da ironia. Ou seja, ao contrário de sinalizar um apego à sociabilidade burguesa, a narrativa “objetiva” de Flaubert e a poesia simbolista de Baudelaire indicariam a radical suspeição acerca da honestidade das formas literárias dessa sociedade, as quais, como a linguagem, estariam em “estado de sítio”, pois, depois de 1848, “não há mais véu ideológico que possa continuar a encobri-la [a contradição entre forças produtivas e relações de produção]. O único modo de manifestar-se que lhe resta é a contradição nua e crua, a irracionalidade convertida em racionalidade.” (MARCUSE, 2012, p.15). Neste cenário, agora dirigido pelo “primado da desinteligência social”, o que era um “horizonte epistemológico novo”, a linguagem teve que ser reinventada, o que impactou a reformulação do próprio papel do narrador, agora posto em dúvida. Daí que os “romances mais consequentes trataram de enfrentar soluções técnicas a *que não se pudesse objetar parcialidade*”. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.179 – grifo nosso). Assim deveriam ser compreendidos os ideais de impessoalidade em Flaubert¹¹⁴, a tentativa de narração científica em Zola e o problema dos pontos de vista em Henry James. “A *objetividade do dispositivo técnico* permite ao artista saltar sobre a própria sombra, uma vez que o novo estatuto das opiniões, autorais inclusive, não admite adesão direta.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.180 – grifo nosso).

Nesse novo cenário histórico, esses romancistas, como outros vanguardistas, tiveram que operar, para atingir efeitos realistas, sobre duas formas: a aparente e a latente, com a segunda costumeiramente desautorizando a primeira. Teria sido precisamente esse o movimento feito por Machado de Assis. Sendo assim, Schwarz opera com uma noção alargada de realismo, a qual permite inclusive a inscrição de um romance como *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Além disso, ao sugerir que Machado pode ser lido como uma espécie de precursor das vanguardas europeias, seu argumento parece ir na mesma direção do sustentado por Lukács, Benjamin e Adorno sobre a relação entre crise da civilização burguesa e crise das formas estabelecidas. Desse prisma, pode-se afirmar que Machado de Assis,

Brasileiro durante os anos 1960.

¹¹⁴ Em seus termos: “É sabido que a impassibilidade flaubertiana se alimenta de *isenção científica*, mas também de ódio ao burguês e, em igual dose, de desprezo pela impotência do mesmo ódio.” (SCHWARZ, 2008, p.181 – grifo nosso). Segundo Schwarz, em Flaubert, há a conjugação do desprezo pelo cálculo utilitário, de fundo aristocrático romântico, com o horror, modernamente fundado, pela selvageria do proprietário burguês, verdade revelada em 1848. Daí que Flaubert ponha em xeque precisamente as ideias e intenções das personagens, as quais devem ser compreendidas apenas em sintonia com a realidade à qual se ligam. Nesse plano, Schwarz parece seguir a interpretação de Oehler sobre o autor de *Educação sentimental*. (OEHLER, 1999; 2004)

informado pela matéria local, lidou tanto com o problema da fidelidade ao romance no momento de crise de sua forma clássica, como teria percebido a crise da “identidade da experiência”.

Entretanto, é preciso especificar a forma pela qual esse processo de crise de sociabilidade aparece no romance machadiano. No caso de Brás Cubas, embora sua vida tenha sido banal, a força de sua narrativa está justamente na sua fixação, egóica e contraditória, acerca da sua relevância máxima. A “mesmice” de Brás Cubas se dá *pelas suas incontáveis tentativas de fugir dos padrões, não de segui-los*, como é de se imaginar no mundo estandardizado¹¹⁵ do capitalismo monopolista. Ou seja, a crise da individuação de Brás Cubas aparece por uma espécie de *superdimensionamento de si*, um tipo de onipotência que se recusa em ver o outro como sujeito igual. O caso é diferente, por exemplo, do personagem impotente (ou reprimido) de Kafka. Nesse sentido, se, em termos gerais, pode-se imaginar que esse processo de crise da individuação seja produzido pelo capitalismo, a força de uma análise autenticamente materialista está em compreender as suas *formas concretas*, as quais podem variar.

De maneira geral, pode-se aproximar a posição de Schwarz da de Adorno, para quem: “[...] o momento anti-realista do romance moderno, sua dimensão metafísica, amadurece em si mesmo pelo seu objeto real, uma sociedade em que os homens estão apartados uns dos outros e de si mesmos. Na transcendência estética reflete-se o desencantamento do mundo.” (ADORNO, 2008, p.58). Porém, devemos entender o caso de Brás Cubas como uma *especificação formal* desse *diagnóstico geral*. A alienação figurada no romance de Machado – concretizado na forma específica do subjetivismo que adota - é de outra ordem em relação à argumentação geral de Adorno. Daí o contraste entre a fragilidade subjetiva formalizada no romance de Proust (ADORNO, 2008, p. 58-9) ou nas peças de Beckett (ADORNO, 2003) contra a onipotência de Brás Cubas, que se põe a criar filosofias, máximas e comparações as mais esdrúxulas. De passagem, cabe salientar, em outro plano, que não deixa de ser significativo que essa forma, tributária de uma forma social *aparentemente* arcaica, permita uma espécie de pressentimento acerca da crise que se revelaria tempos depois no mundo europeu, *aparentemente* mais moderno.

No caso de que trata, Schwarz, ao vincular a literatura machadiana madura ao contexto literário pós-1848, observa a existência de duas formas ao longo de *Memórias póstumas*: por

¹¹⁵ Talvez esse raciocínio valha apenas para o contraste entre capitalismo brasileiro do século XIX e o capitalismo monopolista. No atual estado das coisas, se Fredric Jameson (1997, p.20) tiver razão, a situação brasileira descrita por Machado poderia ser aproximada do que esse autor chama de pós-modernismo, que consiste, entre outros, na funcionalização da lógica modernista pelo capitalismo vigente.

assim dizer, uma “materialista” (latente/verdadeira) e outra “metafísica” (aparente/falsa) (cf. idem, p.209), as quais correspondem à perfeição a oposição marxista entre essência e aparência (ideologia).

Diante desse esquema interpretativo, Schwarz aponta a intenção de Machado em desqualificar a forma “metafísica” do primeiro plano por meio das considerações disparatadas de Brás. Um exemplo disso são as considerações filosóficas da personagem, que dizem pouco no âmbito propriamente filosófico, mas dizem muito no plano social; a volubilidade de Brás, quando confrontada aos ideais racionais e objetivos da Modernidade, não é nada, “é pejorativamente o não-ser”; quando vista a partir das relações sociais brasileiras, “onde o arbítrio pessoal é um fato de estrutura, com alcance prático, a mesma volubilidade aparece como força substantiva, impossível de contornar.” (idem, p.210). De outro ângulo, a volubilidade, que tem como objetivo a busca de compensações imaginárias, acaba não apenas por imprimir no texto uma “monotonia agressiva”, como também, pela exaustiva repetição, é transformada de “prerrogativa” em “destino inexorável”.

Em suma: Brás dissimula a sua disposição de classe como se ela fosse uma condição humana, o que revela a intenção de generalizar seus traços particulares.”Trata-se literalmente da universalização dos esquemas de conduta da classe dominante brasileira, ou seja, da construção de seus efeitos – calamitosos – sobre as grandes linhas da civilização contemporânea, para além do contexto empírico imediato.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.174). Se o programa é ambicioso, também vale notar que um dos riscos embutidos nessa formalização literária é fazer com que a aparência deixe de ser percebida apenas como tal, o que acarretaria uma incompreensão da essência da narrativa. Ou seja: tornar realmente convincente a percepção de que *Memórias póstumas* é uma obra de teor metafísico.

Chama a atenção o paralelismo da argumentação de Schwarz sobre *Memórias póstumas* e a de Adorno sobre *Doutor Fausto*, de Thoman Mann. Segundo o filósofo alemão:

A nova reflexão é uma tomada de partido contra a mentira da representação, e na verdade contra o próprio narrador, que busca, como um atento comentador dos acontecimentos, corrigir sua inevitável perspectiva. A violação da forma é inerente ao seu próprio sentido. Só hoje a ironia enigmática de Thomas Mann [...] torna-se inteiramente compreensível, a partir de sua função como recurso de construção da forma: o autor, com o gesto irônico que revoga seu próprio discurso, exime-se da pretensão de criar algo real, uma pretensão da qual nenhuma de suas palavras pode, entretanto, escapar. (ADORNO, 2008, p.60)

De fato, Schwarz interpreta a literatura machadiana tardia como uma “tomada de partido contra a representação”, como revela a inserção da técnica do narrador não-confiável. Assim, embora a matéria narrada nunca chegue a ser conhecida efetivamente pelo leitor, pois

este depende da objetividade de um narrador não-confiável, o romance atinge efeitos realistas ao figurar, objetivamente, a subjetividade do próprio narrador, o que se percebe pela sua narrativa sobre o mundo. Eis a razão da centralidade da ironia na literatura modernista. Esse procedimento teria permitido Machado atingir a *lógica profunda* que rege personagens da classe dominante brasileira. Embora tudo isso possa ser verdade, o aspecto decisivo está na compreensão dos elementos *técnicos* que possibilitaram esses resultados. Antes de passarmos a tal análise, convém indicar, mais uma vez, como a compreensão específica de Machado a respeito da relação entre ideias e ambiente social no Brasil lhe impôs procedimentos diferentes dos europeus. Para tanto, comparemo-lo, rapidamente, com outro autor conhecido por sua ironia: Marx, base do raciocínio da crítica da economia política dos seminaristas.

As ironias de Machado e de Marx diferem substancialmente, o que se deve aos objetos de suas reflexões. A ironia feroz de Marx aparece em sua análise crítica imanente da lógica das relações sociais capitalistas tais como formuladas pela economia política clássica, a qual guarda *pretensão de validade descritiva da realidade*; por isso, são nos lapsos dessa lógica que surgem suas denúncias acerca dos falsos procedimentos que visam suprimi-los¹¹⁶. No caso de Machado, a situação é diferente, na medida em que a análise da lógica imanente na *forma* feita por Marx perde sentido, pois era um dado conhecido o desconjuntamento entre ideias e realidade, como sustenta “As ideias fora do lugar”; por isso, o procedimento crítico tomou a forma de *solução técnica* para a exposição máxima desse desconjuntamento, cuja base material era a condição de proprietários de seus narradores maduros. Esse ponto é decisivo, pois empresta inteligibilidade concreta a um processo mental que já descrevemos como a nossa “dialética do esclarecimento”. Para ficarmos em apenas um exemplo dessa forma máxima de figuração, lembremos a abertura de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a qual opera uma *confusão deliberada* entre os méritos artísticos do defunto autor e a Bíblia, algo supostamente mal-visto em um país de conhecida cultura católica. Segundo uma observação de Adorno (2009, p.699), existe certa equivalência entre o conceito de *crítica* e o de *razão*, pois o primeiro deles surge do verbo grego *krino*, “distinguir” – precisamente o contrário de *confundir*. Ora, no plano do romance burguês tradicional, a crítica aparece em seu apego ao secularismo e ao relativo empirismo (CUNNINGHAM, 2006, p.191), ambos rifados por Brás Cubas, o que coloca Machado na esteira dos críticos da representação. Vale

¹¹⁶ O mesmo aparece nos chamados “textos políticos” de Marx. Ao comentar *As lutas de classes na França* (MARX, 2012b), Michael Löwy observa a “ironia caústica” de Marx ao por “em evidência os interesses de classe que se escondem por trás dos diferentes regimes, governos ou partidos políticos, desmascarando de passagem os discursos líricos e a fórmulas vazias dos ideólogos.” (LOWY, 2010, p.59). Marcuse (2012, p.13) acresce, que essa ironia, além de pretender transformar a linguagem em “conceito da realidade”, tem outra função: a resistência ao “horror dos eventos”.

dar mais uma volta sobre essa argumentação.

De modo esquemático, podemos dizer que no caso do diagnóstico adorniano sobre o romance contemporâneo, o problema da representação “realista” se vincula à percepção segundo a qual a vida contemporânea não possui mais significado dada a impotência do indivíduo diante das relações sociais petrificadas, no que se inclui sua relação consigo mesmo. Nessa posição frágil, perdem passo os padrões lógicos e os significados tradicionais da narração, do que resulta a sensação de arbítrio e artificialidade. Em suma: a matéria social questiona os cânones literários do realismo porque põe em xeque as categorias históricas das quais eles são tributários, entre as quais a categoria de “indivíduo” ocupa lugar central. “A identidade da experiência sob a forma de uma vida que é articulada e possui continuidade interna - e que a vida foi o único que tornou possível a postura do narrador - se desintegrou. “(ADORNO apud CUNNINGHAM, 2006, p.192). Dessa crise surge a ironia que marca os bons romances modernistas contemporâneos, os quais são estruturados *na quebra formal* entre forma e conteúdo. Nas descontinuidades da literatura modernista, a interpretação frankfurtiana verá a figuração das dores de um mundo capitalista sem promessa de superação (cf. MORETTI, 2007, p.281).

No caso de Machado, a situação é parcialmente diversa. Já no século XIX brasileiro, a vida da elite brasileira punha em xeque, conforme vimos nas teses de doutorado de Cardoso e Schwarz, os parâmetros da vida burguesa europeia, do que decorriam várias consequências sociais. Dentre elas, como resultado da conjugação entre capitalismo e escravidão, tem papel fundamental a distância econômica, social, política e cultural entre a elite e o restante da população, o que conferia ao país uma vida cultural e política frouxa, como revelava, por exemplo, o conhecido “mal-estar de Nabuco”, próprio de uma elite dividida entre o apego à ordem senhorial local e às aspirações da civilização europeia. O resultado dessa situação é a crise de significado da métrica europeia por aqui, resultado análogo ao que Adorno encontra na Europa do pós-Primeira Guerra Mundial; de maneira mais concreta, pode-se dizer que surge, no contexto brasileiro, uma espécie de super-individualismo como consequência do apagamento da subjetividade dos outros (dependentes e escravos). Entretanto, o ponto está em que as vidas de Brás Cubas e de seus subordinados são marcadas pela falta de articulação e continuidade interna – as quais, entretanto, são resultado das relações opressoras estabelecidas em um país em que havia sujeitos sem condições de manter vínculos que fornecessem sentido social autônomo às suas vidas, como o estabelecimento independente de propósitos e ideias. Dialeticamente, embora Brás seja beneficiário dessa situação, ela não deixa de lhe trazer maus efeitos.

Para dar conta dessa situação, Machado recorreu às técnicas literárias utilizadas por Lawrence Sterne; providência, aliás, que nada tinha de óbvia, dada a alteração de sentido que o uso dessas técnicas teria no contexto de Machado. Embora fosse antiga na altura em que Machado escrevia, “a disposição arbitrária sobre a realidade e as regras de sua representação converge com a reação antinaturalista em curso na Europa.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.176). A predominância da emoção – que assume a feição de capricho em Brás Cubas e feição de ideologia em Bento Santiago, como veremos – guarda relação com o “elitismo bufo”, da irresponsabilidade assumida e do culto do diletantismo que surgiam no esteticismo do período. No caso, essa orientação acabava servindo como forma adequada para exprimir o conteúdo sócio-histórico local.

Digamos então que as *Memórias* combinam a certo recorte esteticista do real – inusitado e audacioso na desconformidade com o utilitarismo burguês – uma psicologia analítica impermeável ao privilégio, e um arcabouço de ficção realista, onde o conflito social redefine e põe no lugar a totalidade das pretensões subjetivas. Com resultado esplêndido: aí está reconhecido e esquadrinhado, como em Nietzsche, o fundamento secreto dos valores, da verdade inclusive, *que, sem a vontade e o poder social de impô-los, não seriam nada*. Uma posição radicalmente crítica [...]. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.177 – grifo nosso).

Ora, desse ponto de vista, e eficácia do romance machadiano tem base num paradoxo: é que nas condições históricas do Brasil do século XIX, não havia propriamente como reproduzir o “verdadeiro objeto” do romance burguês - aquilo que, como vimos, Adorno chamou de “conflito entre homens vivos e as relações petrificadas” -, justamente porque seus sujeitos não tinham a mencionada independência à crítica. A solução de Machado estaria em extrair as máximas consequências dessa situação.

Isso fica evidenciado no capítulo em que Schwarz se dedica à discussão dos destinos de três personagens pobres: Eugênia, Dona Plácida e Prudêncio. Talvez o mais significativo seja o caso de Eugênia, “a única personagem direita do livro” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.93) no qual se revela o tratamento dado ao amor, afeto supostamente capaz de superar as clivagens sociais nos romances burgueses, por Brás Cubas - assunto ao qual, aliás, o mesmo Schwarz voltará nos seus estudos posteriores, como veremos na próxima seção.

Sintomaticamente, embora mencione sentir algo próximo daquilo que se poderia chamar de sentimento puro por Eugênia, o narrador logo instala um “um clima abjeto” que pretende “desrespeitar esta igualdade e gozar as vantagens da própria riqueza e posição, complementares, naturalmente, da pobreza e falta de situação de Eugênia.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.86). Analogamente a ambiguidade de Brás, Eugênia oscila entre aceitar e recusar esse tratamento. “Eis aí a solidariedade entre observação social, esquema dramático,

tipo das personagens e padrão – bem como ponto de vista de classe da prosa.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.87). No caso que estamos analisando, Eugênia era uma moça nascida pobre, mas nas cercanias de pessoas enriquecidas, o que lhe conferia possibilidades extremas: poderia casar e ascender socialmente ou parar em um cortiço. Schwarz assinala o grau de indeterminação de sua situação, que é inteiramente dependente “de um capricho da classe dominante.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.87), situação que remete claramente à situação dos homens livres analisados por Carvalho Franco em seu doutorado (Cf. SCHWARZ, 2008 [1990], p.87-8). Daí, aliás, a centralidade que a questão do favor pessoal (e do capricho) adquire na vida social brasileira. Como diz ainda o crítico,

[...] o leque dos destinos disponíveis, de amplitude vertiginosa e catastrófica para a parte pobre é, para parte proprietária, o campo das opções oferecidas ao exercício do capricho. *Ante tamanha desproporção, é claro que este último desenvolve um sentido exaltado de si e da própria relevância, que o faz brilhar em toda linha.* Reciprocamente, a exposição à procura desordenada de supremacia imaginárias e a seu poder efetivo dá a dimensão exata da desproteção dos pobres. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.89 – grifo nosso).

Eis aqui o superdimensionamento de si que comentamos páginas atrás. A objetivação dessa relação desproporcional entre burguesia e sujeitos livres está, entre outros elementos, no desfecho da relação, que é caracterizado pelo crítico como “rigorosamente comum” e “apagado” e por isso mesmo exemplar. Qual foi ele? A frustração da expectativa romântica, explicável pela falta de desejo de Brás Cubas, detentor da posição social que interessa para a determinação do quadro. Acresce outro elemento identificado pelo analista: o incômodo de Brás com as pretensões cidadãs de Eugênia, uma espécie de redução literária da aversão da classe dominante às pretensões de ascensão social dos pobres no país. “Este despejará sobre a deformidade natural os maus sentimentos que lhe inspira o desnível de classe, e, mais importante, verá a iniquidade social pelo prisma sem culpa e sem remédio dos desacertos da natureza.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.92).

Em passagem anterior, mencionamos que o livro de Machado figuraria a forma da luta de classes no país. Essa tese é confirmada na seguinte passagem, na qual o analista sintetiza as passagens que o narrador dedica à sua relação com Eugênia:

A crueldade é tanta, tão deliberada e destalhista, que dificilmente o leitor a assimila em toda a extensão. É como se o caráter extremado destas passagens impedisse a sua estranheza de ser percebida. Tratemos de não reduzi-la ao caso psicológico – a parte de sadismo é clara – e vejamos nela um desdobramento verossímil da *ordem social* que procuramos caracterizar. São as coordenadas do *conflito social* que dão a transparência e integridade artística aos desmandos do protagonista narrador. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.93 – grifo nossos)¹¹⁷

¹¹⁷ Não custa observar que essa argumentação, no plano literário, é homóloga àquela utilizada por Cardoso para

Frustrada a relação, cabe entender o destino do próprio Brás. Ao analisar o desenvolvimento da trama, o crítico observa as reclamações pascalianas do narrador, feitas no contexto da morte de sua mãe, sobre a solidão e o seu anseio pelo retorno à sociedade. Nessa situação, revela-se as vantagens de que o narrador desfruta – figuração política, brilho social, vida civilizada – próprias de uma rotina ociosa de trabalho, a qual falta, entretanto, o corolário do mérito, suposto para a afirmação dos indivíduos burgueses e suas diferenciações sociais. Situação análoga acontece quando seu pai busca arranjar-lhe um casamento que lhe propicie relações sociais vantajosas. “*Assim, a vida carece de sentido porque no horizonte está o nada, ou também porque o horizonte é a organização social brasileira.*” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.100 – grifo nosso). Perceba o leitor o vínculo: o nada/forma manifesta/ideologia e organização social brasileira/forma latente/crítica. Desse prisma, a relação entre “hipocondria” e “sede de nomeada” seriam duas faces íntimas da experiência de classe, cujo resultado é essa forma de “tédio baudelariano”, no qual está contido a “melancolia” e a “satisfação do rico brasileiro em face de suas perspectivas” (cf. SCHWARZ, 2008 [1990], p.100). A própria recusa de Brás em participar mais ativamente da comédia ideológica da restritíssima esfera pública local se deveria justamente à sua afeição ao gozo desimpedido de suas vantagens sem quaisquer constrangimentos. É essa mesma razão que explica sua recusa em se relacionar com Eugênia.

Essa situação seria figurada na própria forma narrativa, na qual prevaleceria a brevidade quando são desdobrados os fatos ocorridos entre Eugênia e Brás. Essa forma seria uma “obra-prima de técnica realista”, na medida em que permitiria privilegiar as elucubrações subjetivas de Brás, que tomam espaço muito maior no episódio. Essa desproporcionalidade figuraria ela mesma a forma de percepção de Brás Cubas e suas raízes sociais, bem como permitiria ver em Machado uma ponta da “literatura pós-naturalista”. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.103). Em suma: a unilateralidade da exposição revela a injustiça a partir do ângulo de quem a pratica, em contraposição, por exemplo, a possibilidade de haver um narrador equitativo que “equilibrasse” as coisas. O procedimento de Machado não só indica a extrema diferença social entre Eugênia e Brás, mas também tem o mérito de sair da perspectiva moralista. Lembra também o procedimento de Baudelaire, que gostava de tomar o partido do opressor para desmascará-lo e também fustigar o oprimido pela sua passividade. (Cf. SCHWARZ,

explicar a vigência daquilo que denominava em seu doutorado como “ideologia gaúcha”. Embora já a tenhamos citado páginas atrás, cabe repeti-la aqui: “Com efeito, tudo indica que os valores senhoriais elaborados na sociedade escravocrata gaúcha foram tão intensos que persistem como uma barreira para a compreensão intelectual do passado pelo presente.” (CARDOSO, 2003 [1961], p.139).

2008 [1990], p.103). A referência à interpretação de Oehler (1997) sobre Baudelaire não é casual, pois guarda o sentido de fazer o leitor atinar para a contemporaneidade das formulações de Machado de Assis. Em um país cuja regra é o descompasso (combinado) com o ritmo do mundo, o feito seria de primeira grandeza.

Pelo que analisamos – a imbricação entre relacionamentos amorosos e relações de classe – é interessante tomar o estudo que Schwarz faz do triângulo amoroso constituído por Brás Cubas, Virgília e Lobo Neves; afinal de contas, ele se situa na estreita camada superior da sociedade e, assim, constitui exemplo inverso da relação do narrador com Eugênia. Começamos pela ideia com a qual o analista abre seu estudo.

Como força de afirmação e definição do indivíduo, o amor nas *Memórias* é frouxo, evitando fazer frente a seus adversários. Em certa medida, a instituição, a injustiça, o olhar de terceiros e a inconstância dos sentidos lhe servem até mesmo de aliados. E o que é mais, a conformidade não prejudica a plenitude, por momentos enorme, além de enigmática. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.134-5)

Aí encontramos uma tese aparentemente paradoxal, que ocupa lugar central na economia argumentativa do autor: a afirmação do indivíduo no romance de Machado é oscilante, ora é fraca, ora forte. A compreensão adequada da dinâmica romanesca passa por essa oscilação, refletida na constituição afetiva das personagens. Por isso, nesse plano, é plausível que encontremos certas correlações entre erotismo e política, talvez inspiradas na análise de Oehler sobre *Educação sentimental*. Desse prisma, talvez fosse possível ver aí um anúncio da crise geral da forma romance.

No caso de *Memórias póstumas*, a situação se configura do seguinte modo: embora em certo momento almeje se casar com Virgília, esposa de Lobo Neves, Brás logo se adapta à posição de amante, temperada inclusive pela repercussão que assume e pela ciência do marido traído, que, entretanto, ignora a situação até quando pode. Onde deveria haver conflito aberto, há acomodação. Eis aqui uma *forma objetiva* da “dialética negativa” brasileira. A falta de romantismo da situação encontra correspondência na própria prosa de Brás, tingida de tom sarcástico, como sugere a sua busca por compreender sua boa relação com Lobo Neves. “Noutras palavras, também no plano da curiosidade analítica as satisfações da acomodação primam sobre a exigência do amor exclusivo. Relacionamentos rasos, sem grandeza, que entretanto permitirão a Machado explorar terra *incógnita*.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.135 – grifo nosso).

Aqui, há um curioso contraste entre os efeitos que essa situação tem nos gêneros masculino e feminino. A disposição menor das personagens masculinas se deveria ao

predomínio que as circunstâncias externas, entre as quais se destaca a opinião alheia, tem sobre seus desígnios. Vale esclarecer que esse predomínio não tem relação com os constrangimentos morais causados pelo adultério, mas sim com a posição social dessas personagens, que, embora sólida, apresenta a debilidade ideológica da falta de coerência. Curiosamente, o mesmo não valeria para as mulheres – nesse caso, representadas por Virgília.

Como observa o crítico, as observações referentes às diferentes psicologias masculina e feminina não são propriamente notáveis. Entretanto, elas ganham espaço no romance porque aludem à “união ‘indigna’ de progresso europeu e arcaísmo colonial, oferecendo duas maneiras de encará-la.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.137). Schwarz argumenta que, se no caso masculino aparece o lado cômico e risível da situação, no plano do feminino ficaria evidenciada a possível relação de conjugação algo brilhante desses dois lados, pois não lhe caberia a diminuição vexatória própria da situação masculina.

Já as mulheres, alheias ao rigor universalista do preceito burguês, que nelas pareceria duro, optar por não optar: não veem por que renunciar a benefícios ao alcance da mão, que só a *superstição das formas liberais ou a ideia fixa da justificação-de-si permanente tornam incompatíveis. O antiformalismo na consideração da norma as preserva de uma ilusão central ao Brasil oitocentista. Em consequência, no universo machadiano, são elas as figuras capazes de harmonia, entendido o termo em acepção extramoral.* O estatuto brasileiro da lei burguesa, que vale e não vale, é o referente remoto desta relativização do escrúpulo – encantadora ou detestável segundo o caso. (SCHWARZ, 2008 [1990], p.137 –grifo nosso)

Nesse plano, depois de recapitular as reflexões finisseculares sobre o papel da mulher na literatura e na ciência europeia – incluído aí as elaboradas por Sigmund Freud¹¹⁸ -, Schwarz anota como também nesse campo Machado logrou trazer reflexões adiantadas para o país, sempre prestando atenção ao componente social das relações que retratava. Isso também seria evidenciado, por exemplo, na utilização que faz de hipérboles de sabor clássico, as quais revelariam a “supressão dos complicadores ligados à realização individual dos amantes, o que, paradoxalmente, funciona como uma sugestão de particularidade histórica.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.142).

O resultado um tanto paradoxal, mas nem por isso contraditório, das situações nas quais os limites estão sempre sendo relativizados, é que o seu fim não resulta no estabelecimento de conflitos, mas em esgotamentos similares ao fastio. Ainda assim, persevera o *affair* entre Brás e Virgília, que não deixa de ser outro sinal de relativização dos limites. Por outro lado,

¹¹⁸ A presença de Freud no ensaio de Schwarz é um elemento pouco ressaltado pelos seus leitores e constitui objeto de interesse para pesquisa futura. Por ora, basta assinalar que essa incorporação, no mínimo, permite a vinculação de seu trabalho à tradição frankfurtiana (Benjamin e Adorno, notadamente), e seus continuadores (Oehler), responsável pela incorporação da psicanálise ao campo marxista. De maneira ainda mais particular, tal como aparece no texto de Schwarz, ela parece ecoar a presença de Freud no ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire” (BENJAMIN, 1989) e na leitura de Oehler sobre a literatura francesa do pós-1848.

entretanto, trata-se de relação esvaziada do ponto de vista afetivo, como revela a própria forma como a qual Brás o narra: ele logo adianta o seu fim, o que não só corta o interesse da narrativa, como também retira o interesse das singularidades de suas relações, todas vistas em conjunto e com o mesmo fim: o nada. “Noutras palavras, a ficção machadiana dá forma clara à degradação causada à vida pelo *funcionamento incompleto* do padrão burguês no país, e torna palpável, ao mesmo passo, *a folga e plenitude possibilitadas por essa insuficiência*.” (SCHWARZ, 2008 [1990], p.144 – grifos nossos). Lida a citação, é compreensível que o leitor se coloque a questão: o trecho não reporia a interpretação dualista sobre o país? A resposta, até onde podemos ver, é não, pois o argumento de Schwarz passa pela ideia dialética de que, no Brasil, a norma burguesa é *repressora* das benesses da camada dominante – daí que o seu descarte permita essa “folga e plenitude”. Ora, na interpretação dualista, trata-se do inverso: a falta de funcionamento da norma burguesa é uma *limitação* da consciência, supostamente presa aos valores tradicionais. No caso de Machado, a descoberta é que a sua figuração do descarte da norma burguesa no Brasil é contemporânea do descarte análogo por parte da burguesia europeia.

Algo similar aparece no tratamento que Machado dá às *ideias* em seu romance, aparecidas na forma desconjuntada de costume: por um lado, são tomadas como sinais de civilização moderna e, por outro, são estranhadas – embora nem por isso deixem de serem tomadas como panaceias. A ironia de Machado encontrará nesse assunto um chão particularmente fértil, dada que a situação é de “comicidade objetiva”, como anota Schwarz (cf. idem, p.152). Ao citar o ensaio “A nova geração” (1879) de Machado de Assis, o crítico literário frisa a reflexão embutida no tratamento particularmente cético que o escritor fluminense dispensava à relação entre ideias estrangeiras e a realidade do país. Embora a fixação acrítica pelas ideias estrangeiras não fosse um traço apenas brasileiro, a sua chegada ao ambiente específico do país lhe dava uma “feição patética e um quê localista”, como revelam as figuras de intelectuais brasileiros que adotavam as ideias mais contraditórias sem percebê-las como tal.

No essencial, a posição de Machado consistiria em apelar para o que Schwarz chama de “imitação *críteriosa*” (cf. idem, ibidem p.155 – grifo do original) das ideias estrangeira, o que significaria tomar o partido do questionamento – da crítica, portanto - e não da aceitação passiva e/ou ingênua. Ora, não custa notar que esse questionamento tem dois alvos: as relações locais e as ideias, de modo que se dirige, simultaneamente, ao plano local e ao (supostamente) universal. Algo similar ao que teria feito os seminaristas ao lerem Marx, portanto.

No caso do romance em tela, Machado figuraria essa relação entre ambiente e ideias de variadas maneiras: pela adoção acrítica dos modelos estrangeiros, pela criação de teorias das suas próprias personagens, como a filosofia Humanitista de Quincas Borba, pela citação e invenção de máximas, do que resulta a sensação de fragilidade da inserção da intelectualidade brasileira no mundo contemporâneo. Nesse caso específico, o tom humorístico vem da conjugação – inesperada, embora recorrente – entre capricho e reflexão filosófico-científica, que, em princípio, são *aparentemente* incompatíveis. Essa união aparece não só na disposição anímica das personagens, mas como na própria falta de seriedade dos assuntos sobre os quais se debruçam.

Formuladas por um campeão da volubilidade, estas doutrinas do indivíduo essencialmente irresponsável funcionam como um álibi escarninho, pois dão como *natural* a sua conduta *reprovável*, transformam em antropologia filosófica a inferioridade burguesa local. Contudo, sem prejuízo da feição clownesca, as teorias acertam, já que o comportamento do narrador e das personagens, instável em grau máximo, as ilustra e confirma. Ideias risíveis porém fundadas, e vice-versa: este é um dos aspectos desconcertantes do livro. (idem, *ibidem* p.158 – grifos do original)

Embora se comporte sempre do mesmo modo, o que confere certo ar repetitivo à narrativa - o que seria um acerto estético, na medida em que figura objetivamente a situação da camada dominante brasileira -, Brás recorre, sempre de modo espalhafatoso, a variadas teorias, como a “filosofia da ponta de nariz”, ela mesma correspondente à busca por uma “supremacia qualquer” do narrador. E elo entre todas essas disposições é o capricho do narrador, elemento que parcela da crítica de Machado identificou como uma constatação das questões metafísicas humanas.

Ainda no plano do papel das ideias no romance machadiano, pode-se dizer que o ponto principal da argumentação de Schwarz reside na desqualificação profunda que as ideias modernas – todas assentadas na relação entre indivíduos e progresso – sofrem no país, dado que a estrutura social local, rigidamente hierarquizada e baseada na escravidão, não permitia que elas encontrassem correspondências práticas por aqui. Mas nem por isso elas deixavam de ser consumidas e reelaboradas de variadas maneiras, como sugere o já mencionado exemplo do Humanitismo. Por outro lado, as doutrinas morais clássicas dos séculos XVI, XVII e XVIII aparecem no romance como encobridoras e justificadoras das relações materiais absurdamente desiguais entre os sujeitos. Assim, o arsenal crítico do iluminismo aparece como ornamento justificador para as desigualdades materiais presentes no romance – e na vida. Tratar-se-ia propriamente de uma “*apropriação oligárquica* do progresso no plano das ideias”, nos termos de Schwarz (idem, *ibidem*. p.169 – grifo nosso). Embora ressalte a

profunda ligação que a literatura machadiana tem com o seu contexto local, Schwarz vê uma superação desse plano e a relaciona com as “audácias com que o romance moderno respondia aos novos desdobramentos da sociedade burguesa”; isto é, aproxima Machado da literatura crítica de Stendhal e Flaubert (cf. idem, p.168) – o que explica o porquê de denominá-lo “um mestre na periferia do capitalismo”

Já aludimos à desproporção que existe entre o narrador e as demais personagens em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Também já foi observada certa monotonia da narrativa, a despeito da disposição mercurial de Brás. O que ainda não foi analisado é que essas características do romance acabam por indicar certas tensões na composição do romance, segundo Schwarz. Entretanto, seguindo a posição de Adorno sobre as grandes obras de arte, o analista vai buscar as razões para alguns dos problemas narrativos do romance na *história*, pois os interpreta como “impossibilidades objetivas, cujo fundamento é social” (SCHWARZ, 2008, p.171). Segundo esse entendimento, as *falhas formais* do romance corresponderiam a problemas sócio-históricos, de maneira que seriam, também, análises críticas a seu respeito.

Encarados a esta luz instruída da História, os meios artísticos de que o narrador se vale passam por especificação correspondente, que lhes evidencia o inesperado papel de combate. Resulta um complexo de articulações históricas escandalosas, composto de indícios que no romance entretanto estão esparsos e em segundo plano, sem função estrutural aparente. [...]. *Seria o caso de falar em forma latente, por oposição à forma ostensiva*: a volubilidade de Brás Cubas, à primeira vista um recurso apenas literário, muda de feição quanto examinamos de perto o seu desempenho. (idem, ibidem. p.172 – grifo nosso)

Se o princípio formal que rege o romance é a volubilidade de Brás Cubas, a análise deve tomá-la com suspeita; ou melhor, deve seguir rumo oposto, o que, significa *se colocar “contra” o texto*. Essa disposição analítica surge a partir da percepção de que só poderíamos compreendê-lo adequadamente se tivermos em mente o entendimento da posição social ocupada pelo narrador, a qual, entretanto, não é matéria de análise do texto, que enfatiza supostas questões metafísicas. Ora, tais questões, somadas à volubilidade e ao capricho do narrador, fazem com que tudo no livro pareça ser o que não é, o que coloca *Memórias* nas águas da vanguarda literária. Assim, o dito, a forma aparente, deve ser lido pelo não-dito, pelo implícito – ou ainda, nos termos utilizados pelo crítico em passagem que citamos, pela “forma latente”, a qual figura a *lógica* que rege o romance. Ao exigir tal disposição desmistificadora, que pode passar batida pelo leitor, o romance tem outro resultado, talvez o principal: a já mencionada “universalização dos esquemas de conduta da classe dominante brasileira”. Vista a tese desse ângulo, o leitor de Adorno recordará que esse movimento de *especificação* do crítico brasileiro lembra a crítica do filósofo alemão às leituras existencialistas de Beckett.

Vê-se que os “paradoxos” e os “ajustamentos históricos” eram complexos e davam a dimensão da grandeza do empreendimento machadiano. Mas essa formulação tornava-se possível porque se inaugurava, na Europa, o momento dos retrocessos antiliberais patrocinados pelas próprias burguesias supostamente liberais. “Em consequência, escravismo e clientelismo não são fixados apenas pelo lado óbvio, do atraso, mas também pelo lado perturbador e mais substantivo de sua afinidade com a tendência nova.” (idem, p.185). O resultado é a desqualificação do progresso, justamente pelas partes indecorosas que lhe compõem.

Em paralelo com isso, no plano da formação da literatura brasileira, o livro de Machado “marcava o fim de um ciclo da literatura nacional.” (idem, p.188), pois a “figura do narrador desacreditado e pouco estimável” não se encaixava nos propósitos construtivos daqueles escritores, tanto árcades como românticos, que se preocupavam com a “afirmação da nacionalidade”, tal como havia demonstrado Antonio Candido (2014). Seria desse ângulo que se afirmaria a visão de Machado como um escritor pouco nacional, desbotado e triste.

A julgar pela reação da crítica, o disfarce prevaleceu quase inteiramente, o que não invalida a leitura social, embora faça refletir sobre a eficácia de uma forma tão enganosa. Como Stendhal, que sabia sua literatura adiantada de cinquenta anos, Machado escrevia para um público ainda inexistente. (idem, p.190)¹¹⁹

Note-se a audácia da forma autobiográfica do romance: se ela atenua as *acusações* dos episódios, que são vistos como parte do percurso do autor, ela também indica fingidamente as *confissões*. Em outros termos, “é como se, movido pela volubilidade, um prócer nacional abrisse à visitação pública, na própria pessoa, os vícios de sua classe.” (idem, p.190). Por isso, os resultados são alinhados ao que o autor chama de “traição de classe”, prisma pelo qual seria desautorizado o pacto histórico entre nacionalismo, ilustração e elite, na medida em que mostra a sua “dimensão ideológica e os funcionamentos classistas”. (Cf. Idem, p.190-1). Em outras palavras: Schwarz vê no livro de Machado não apenas a denúncia da conciliação de classe – típica do nacional-desenvolvimentismo –, mas também o ponto final da utopia – *burguesa?* - formativa do país, inclusive no plano literário. Daí que o livro se distancie da literatura local.

¹¹⁹ O trecho ecoa fortemente um argumento lançado por Walter Benjamin na abertura do seu “Sobre alguns temas em Baudelaire”, no qual discorre sobre a contradição entre um poeta lírico (Baudelaire) que escrevia para um público melancólico. No meio da argumentação, lê-se: “A fórmula se torna mais fecunda quando reestruturada, isto é: Baudelaire escreveu um livro que, *a priori*, tinha poucas perspectivas de êxito imediato junto ao público. Confiava no tipo de leitor descrito no poema introdutório. *E aconteceu que este cálculo se mostrou de grande alcance. O leitor, para quem havia se preparado, ser-lhe-ia oferecido pelo período seguinte.*” (BENJAMIN, 1989, p.104 – grifo nosso). Além de indicar concretamente a influência da “tradição contraditória” sobre seu pensamento, o trecho sugere outro movimento: a incorporação de Machado a melhor literatura – isto é, a literatura mais crítica - surgida no pós-1848.

Segundo o crítico literário, a volubilidade de Brás traz uma solução para a questão sobre o significado da experiência brasileira. De um lado, o romance logrou “desprovincianizar o cotidiano carioca”, ligando-o à cultura universal; entretanto, ela não ocorre pela “acumulação de recursos intelectuais, configurada em grande estilo na prosa do defunto autor”, mas sim pelo tratamento do “repertório das Luzes” como ideologia, subordinando-o, portanto, a um “movimento negativo”. (Cf. Idem, p. 193). Nesse sentido, ao contrário do que se costuma pensar – isto é, que a desprovincianização passa pelo domínio de referências e normas vistas como cosmopolitas, pois só pode desejar ser cosmopolita quem não o é -, ela consistiria verdadeiramente na sua relativização e não na sua incorporação acrítica. O efeito desprovincianizador do romance de Machado está, por exemplo, na incorporação *justaposta* de traços cosmopolitas e provincianos por parte dos personagens, cujo resultado é uma “reconsideração desfrutável das Luzes.” (idem, p.196).

Assim:

O narrador volúvel é técnica literária, é sinal da futilidade humana, é indício de especificidade histórica, e é uma representação em ato do movimento da consciência, cujos repentes vão compondo o mundo – vasto, mas sempre *interior*. (idem, p.197 – grifo do autor)

Importa destacar que o capricho, para que seja efetivo, tem que desconsiderar os pontos de vista realista, em certo sentido. Ou seja: consiste na recusa deliberada da *historicização* daquilo que é dito, do que resulta sua fácil assimilação por notas metafísicas – nesse sentido, similares à *naturalização promovida pela ideologia*. Por esse ângulo, cabe repetir: a mimese não se liga à, necessariamente, à objetividade da narração dos fatos, mas sim à *forma* – nesse caso, ideológica - como eles são narrados.

A melancolia, o tédio, o desgaste, a desagregação e o nada – as famosas especialidades machadianas – formam o desdobramento involuntário, no próprio ser do narrador, da sequência de arbitrariedades socialmente balizadas que lhe constituem a narração. Trata-se de formas peculiares de experiência do tempo, nas quais estão recolhidos e decantados os efeitos de uma formação social. (idem, p.203-4)

Se existe, então, a vantagem da posição social que lhe torna independente do trabalho próprio, em comparação com a norma burguesa, isso implica não ser nada. Aliás, este é o retrato “sarcasticamente musical” do final do livro. Aos défcits contados, Brás soma outros fatos que, se observados com atenção, pertencem à dimensão do negativo e não do positivo, o que acaba por tornar “ainda mais pronunciado o desequilíbrio das contas.” (idem, p.204). O ponto final, retumbante, é o conhecido: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado de nossa miséria.”. Frise-se a dimensão coletiva da frase (“nossa”) e não individual.

Aliás, a frase pode sustentar uma interpretação metafísica. Segundo Schwarz:

Uma certa grandiloquência bufa do narrador, o seu gosto pela farsa lúgubre e pela bofetada ardida obrigam a considerar também a outra hipótese, para a qual aquela frase – de efeito – encenaria a esterilidade e o desejo de esterilizar particulares a quem a formula, desdobrando, por aí, o impasse de um destino histórico. (idem, p.205-6)

Neste sentido, Schwarz observa que Brás, segundo a norma burguesa, “não foi nada”; entretanto, alguma coisa ele foi, embora o romance não forneça indicações precisas para a sua apreensão. Assim, retornando ao argumento de que a volubilidade era a “força unificadora” da forma do romance, Schwarz retificá-o, localizando tal força “[n]a forma profunda do livro no deslocamento sofrido pela volubilidade e pelas explicações correspondentes, deslocamento devido à presença tácita e sempre poderosa do conjunto das relações sociais.” (idem, p.209).

Por fim, observe-se que o romance acaba por indicar o “*formalismo da civilização burguesa*”.

Noutras palavras, a parcimônia machadiana no uso da cor local [...] é um passo de pitoresquização, ou melhor, da relativização do próprio universalismo burguês, cujas altas presunções contemporâneas tinham aqui – e nos demais países da periferia do Capital – uma de suas horas da verdade. (idem, p.217)

A outra forma do mesmo: Dom Casmurro

No mesmo ano em que publicou *Um mestre na periferia do capitalismo*, Roberto Schwarz proferiu sua aula para o concurso de titularidade na disciplina de Literatura Brasileira no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Seu tema continuou a ser a produção romanesca da fase madura de Machado de Assis, com foco na constituição de seus narradores, tomados, ao mesmo tempo, como problema técnico-literário e sócio-político. O objeto dessa análise foi *Dom Casmurro* (1899), livro no qual o narrador personagem, Bento Santiago (vulgo Bentinho) rememora sua vida – procedimento que guarda similaridade com *Memórias póstumas* - com ênfase na sua relação com sua ex-exposa, Capitu.

Sintomaticamente, o trecho com que é aberto “A poesia envenenada de Dom Casmurro” contém o mesmo conteúdo do parágrafo inicial do capítulo que abre *Um mestre*: trata-se da marcação do desnível da literatura madura de Machado frente aos seus contemporâneos locais. Os índices empíricos dessa diferença também são similares: as armadilhas espalhadas em seus romances – no caso de *Memórias póstumas*, os abusos deliberados do narrador; em *Dom Casmurro*, as incongruências narrativas.

Vistas as similitudes, importa destacar as diferenças. Entre elas, a história da crítica

literária desse romance e o tom da prosa de Schwarz, que adquire aqui – também pela *forma* concisa do texto, mas principalmente por outra razão que destacaremos logo adiante – uma nuance mais aguda, o que parece o aproximar mais do aspecto empenhado, típico de um texto de crítica da ideologia. Isso fica registrado, por exemplo, em duas passagens do primeiro parágrafo do texto, nas quais lemos: “A eventual solução, sem ser propriamente difícil, tem custo alto para o espírito conformista, pois deixa mal um dos tipos de elite mais queridos da *ideologia brasileira*.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.9 – grifo nosso) e “É como se para o *leitor brasileiro as implicações abjetas de certas formas de autoridade fossem menos visíveis*.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.9 – grifo nosso)¹²⁰. Ora, precisamente: se a solução para a decifração da forma de *Dom Casmurro* não é “propriamente difícil”, como o “leitor brasileiro” não a percebeu? O argumento aqui adquire feição clássica, embora nem por isso abstrata: a falta de percepção se deve à “ideologia brasileira”, a qual resta o ensaio desvendar – isto é, criticar. Salvo engano, Schwarz dá aqui um passo adiante em relação aos seus outros trabalhos, pois formula uma ideia – a de “ideologia brasileira” – que não constavam neles. A conclusão é consequente com a ideia de que toda sociabilidade sob a lógica capitalista enseja uma ideologia, a qual, entretanto, tem um aspecto distintivo em relação à definição marxista clássica, pois ela não é propriamente difícil de ser desvendada, como sugeriu a ideia de ideologia de segundo grau formulada em “As ideias fora do lugar”. Dessa constatação, deriva a pergunta: qual a sua lógica, se é que ela a tem? Veremos logo adiante.

É nessa seara também que devemos identificar a grandeza da literatura machadiana tardia, capaz, ao mesmo tempo, de dar forma relativamente articulada à essa ideologia particular e criticá-la objetivamente. Por aqui, reencontramos o argumento do qual lançamos mão anteriormente, segundo o qual o estudo dos romances de Machado é também uma forma de estudar a lógica das relações sociais brasileiras – o que inclui, por suposto, sua ideologia própria. Nessa altura, cabe precisar, também recuperando argumento anterior, que essa espécie muito particular de estudo das lógicas das relações sociais no país assume a forma de romances que possuem *duas formas simultâneas* – uma *aparente* e outra *essencial*, correspondentes, respectivamente, da dimensão construtiva e negativa do romance machadiano. Daí que o argumento assuma feição marxista clássica, o qual não dispensa a especificidade da matéria local, que se revela tanto na forma particular da concatenação entre os polos da aparência e da essência, como nas especificidades que a própria forma aparente

¹²⁰ Outro exemplo dado logo no início do ensaio: “Se a viravolta crítica não ocorre ao leitor, *será porque este se deixa seduzir pelo prestígio poético e social da figura que está com a palavra*.” (SCHWARZ, 1997, p.10 – grifo nosso).

assume. Por isso podemos indicar que o elemento que varia no romance de Machado é o aparente – como revelam as diferentes estratégias narrativas de Brás Cubas e Bento Santiago –, enquanto a essência – a profunda dessolidarização das camadas burguesas do pós-1848 com quaisquer perspectivas socialmente integradoras – seria a mesma. Cabe ressaltar que isso não implica afirmar que o conhecimento da essência dispensa o estudo das formas. Em primeiro lugar, porque a essência é descoberta justamente por meio do estudo das formas; em segundo lugar, pois a diferença entre essência e aparência não é estrita, do que decorre que a aparência é *um momento* da essência – o que resulta de que ela, embora parcialmente falsa, é um momento da verdade. Em outros termos: aqui se repõe o argumento de que a ideologia faz parte dos movimentos do real, de maneira que mesmo a aparência enquanto tal tem algo a nos contar sobre a realidade.

Por isso, vale a pena sublinhar que as diferentes estratégias narrativas de Machado ganham peso fundamental na economia argumentativa do crítico. *Grosso modo*, pode-se indicar que o escritor fluminense, curiosamente, adotou estratégias narrativas antagônicas nos dois romances analisados por Schwarz: enquanto em *Memórias póstumas* o narrador ofende o leitor, é mal-educado e age de forma abertamente amalucada, o de *Dom Casmurro* quer seduzi-lo e, para tanto, utiliza-se de todos os artifícios que lhe cabe: sentimentalismo, lirismo, religiosidade, pretensão de coerência etc. O impacto das recepções dos dois livros revela os efeitos *práticos* diferentes das duas formas.

Se o primeiro foi visto com estranhamento pela crítica, o segundo foi interpretado como obra lírica de um amor perdido. *Dom Casmurro* não despertou desconfiança alguma da crítica em sua época e mesmo depois, o que constitui problema que cabe analisar. Por que ela ficou presa ao questionamento infundável sobre a possível traição de Capitu, se era tão razoável pensar em chave diversa? A resposta é: porque, incapaz de perceber o essencial, ficou presa às aparências imediatas. Assim, o problema a ser explicado é a *razão dessa prisão às aparências*, elemento abertamente reificado em *Memórias póstumas*. Daí que o tom da prosa do próprio Schwarz mude e tome o sentido mais agudo que apontamos linhas atrás.

Seja-nos permitido uma palavra sobre o mesmo assunto, mas em sentido diverso. Cabe anotar aqui que o programa crítico de Schwarz – cujo capítulo inicial parece ser sua análise do romance *O amanuense Belmiro*, como veremos – parece ter como um de seus alvos principais o que poderíamos chamar, ainda que um tanto soltamente, de *lirismo à brasileira*. O tom crítico do programa, subjacente ao qualificativo “à brasileira”, confere a Schwarz um diferencial em relação a uma de suas principais influências, Theodor Adorno. Em sua famosa “Palestra sobre lírica e sociedade”, afirma o filósofo alemão:

Ao contrário, o mergulho no individuado eleva o poema lírico ao universal por tornar manifesto algo de não distorcido, de não captado, de ainda não subsumido, anunciando desse modo, por antecipação, algo de um estado em que nenhum universal ruim, ou seja, no fundo algo particular, acorrente o outro, o universal humano. A composição lírica tem esperança de extrair, da mais irrestrita individuação, o universal. A composição lírica tem esperança de extrair, da mais irrestrita individuação, o universal. O risco peculiar assumido pela lírica, entretanto, é que seu princípio de individuação não garante que algo necessário e autêntico venha a ser produzido. Ela não tem o poder de evitar por completo o risco de permanecer na contingência de uma existência meramente isolada (ADORNO, 2008, p.66-7)

Se adotarmos o ângulo proposto por Adorno, o lirismo à brasileira não é, propriamente, lírico – do que decorre que sua crítica se converte, também desse ponto de vista, em crítica das aparências, isto é, em crítica da ideologia. Por outro lado, não deixa de ser sugestivo pensar que essa crítica atinge o próprio conceito de lirismo, relativizando-o. Se o lirismo pode ser utilizado para fins avessos aos seus supostos, revela-se os seus limites. Em outras palavras: Schwarz parece ter ido além de Adorno ao perceber que o lirismo pode, sim, recobrir algo de *distorcido*, o que ocorreria justamente por meio da sua capa de *universalidade*. De maneira ainda mais clara: o universalismo do lirismo pode ser ideológico e anti-emancipatório, o que talvez Adorno não tenha percebido quando argumentava que a lírica conteria em si “o protesto contra uma situação social que todo indivíduo experimenta como hostil, alienada, fria e opressiva, uma situação que se imprime em negativo na configuração lírica [...]” (ADORNO, 2008, p.69). Para Schwarz, o problema da leitura convencional de *Dom Casmurro* é que ela se assenta, na sua melhor versão, em ideias similares a de Adorno. E eis aqui a genialidade de Machado, que teria inscrito na própria lógica de sua obra, a dimensão de classe, a qual permitiria o desvendamento dessa ideologia. Enfim, o lirismo teria que ser analisado por meio de uma *mediação*, a qual não estaria presente na proposta interpretativa-dialética de Adorno sobre a relação entre o particular e o universal contida no lirismo.

Problema e disposição crítica se conjugam na seguinte observação irônica de Schwarz, contida entre uma passagem e outra que citamos anteriormente, onde lemos que “acaso ou não, só sessenta anos depois de publicado e muito reeditado o romance, uma professora norte-americana (*por ser mulher? Por ser estrangeira? Por ser talvez protestante?*) começou a encarar a figura de Bento Santiago – o Casmurro – com o necessário pé atrás.” (idem, ibidem, p. 9 – grifos nossos). Ora, a constatação da demora no desvendamento e o fato de que sua primeira analista, Helen Caldwell, seja o oposto ao tipo social de Bento Santiago - mulher, estrangeira e “talvez protestante” por oposição ao homem, brasileiro e católico – parecem

também ser tomados pelo crítico como índices de que parece existir uma forte dificuldade *brasileira* em compreender a crítica profunda de Machado de Assis.

O primeiro momento marcante da história da crítica literária de *Dom Casmurro* seria o livro da já mencionada Helen Caldwell, *The Brazilian Othello of Machado de Assis*, publicado em 1960, no qual a autora indica a necessidade de invertemos a leitura corrente, culpando o ciúme de Bentinho pelo desenrolar trágico da sua relação com Capitu. O *insight* de Caldwell surgiu da conhecida passagem em que Bento Santiago vai assistir a uma montagem de *Otelo*, peça escrita por William Shakespeare, e da qual retira uma conclusão insólita: se Desdêmona foi morta sendo inocente, o que ele deveria fazer com Capitu, que seria culpada? Essa afirmação do narrador indicaria sua pouca credibilidade e sugeriria uma leitura à contrapelo. “No básico, a charada literária que Machado armara estava decifrada.” (SCHWARZ, 1997, p.11).

O avanço seguinte também viria da pena de um estrangeiro, John Gledson, autor de *The Deceptive Realismo of Machado de Assis*, de 1984. Nele, Gledson relaciona o argumento levantado por Caldwell não mais ao ciúme doentio do narrador, mas sim aos seus interesses sociais – em crise com a com dissolução da ordem patriarcal. Assim, a forma do ciúme de Bento Santiago condensa a experiência social de um sujeito de classe dominante em decadência para quem o espírito livre de Capitu é intolerável. Por esse ângulo, o lirismo de Bento Santiago se converte no seu contrário – em discurso de ódio. Ao mesmo tempo, o romance ganha qualidade crítica – no caso, de desvelamento ideológico em sentido pleno.

Nascida da antipatia a prerrogativa de marido, de proprietário ou de detentor da palavra, essa viravolta na leitura torna eloquentes as passagens opacas do livro, que a outra interpretação forçosamente passava por alto. Examinados com o recuo devido, os compassos débeis mudam de figura para se mostrarem cruciais, como pistas ou também como sintomas: raciocínios truncados, precisões que se diriam supérfluas, interpretações descabidas, fórmulas anódinas em excesso, procedimentos artísticos arbitrários, tudo adquire relevo novo, *dando um depoimento inesperado sobre o narrador*. No mesmo sentido, a singeleza amaneirada do tom, favorita das antologias de colégio, passa a funcionar como um ápice de duplicidade. (SCHWARZ, 1997 [1990], p.11-2 – grifo do original)

Recuperando uma das observações feitas em *Um mestre*, Schwarz volta a aproximar Machado de Assis de Henry James, do romance policial e da psicanálise. Para ficarmos apenas no caso da literatura, a aproximação com o escritor britânico se justifica pela valorização da *invenção técnica* que ambos promoveram, a qual consiste em situar socialmente os narradores de seus romances, tornando, assim, seus discursos parciais, elemento que nos remete ao argumento de que a segunda metade do século XIX é aquele no qual a *universalidade do discurso moderno entra em crise*. Em outras palavras, além de

inovador, Machado seria crítico porque, como os “espíritos adiantados da Europa”, sabia que “toda *representação* comporta um elemento de *vontade* ou *interesse*, o dado oculto a examinar, o *indício da crise da civilização burguesa*.” (SCHWARZ, 1997, p.13 – grifos do original).

Ao implantar essa desconfiança em sua literatura, Machado, em plano local, atinge o ápice da formação da literatura local – pois consegue dar forma à matéria brasileira – como percebe que as “certezas edificantes próprias ao ciclo da formação da nacionalidade, certezas segundo as quais a atualização artística e a aquisição de aptidões literárias seriam serviços inquestionáveis prestados à pátria pelos seus dedicados homens cultos.” (idem, ibidem). Para não deixar dúvida do que se trata, esse trecho é acompanhado de uma referência ao capítulo “Uma literatura empenhada”, de *Formação da Literatura Brasileira* (CANDIDO, 2014). Ou seja: formação (da literatura brasileira) e bloqueio formativo (da nacionalidade) formariam dois planos de um único processo no caso de Machado, o qual articula seu ponto de vista a partir do primado do ponto de vista *das classes* sobre o da *nação* – elemento que, segundo Schwarz, já seria percebido por Machado como *ideologia*. Desse prisma, o diagnóstico de Schwarz repõe a oposição entre análise dialético materialista – a qual, no caso de Machado, não se filia diretamente ao marxismo, obviamente – e análise ideológico nacionalista. A grandeza da literatura machadiana tardia só foi possível, portanto, por adotar um ponto de vista no qual se percebe e se descortina a dimensão ideológica do discurso “oficial”, encarnados por personagens como Brás Cubas e Bento Santiago. Só assim, encarando-a *objetivamente*, ele teria conseguido dar forma adequada à matéria histórica. Não cremos que seja demais ver aqui uma reposição do embate entre o marxismo uspiano e o nacionalismo, datado da “literatura empenhada” dos tempos do Império, assumido na geração de Schwarz pelo ISEB e ainda bastante vivo no debate político brasileiro.

Questão diferente é a relação com o diagnóstico de Antonio Candido, o qual toma como verdadeira a “tomada de consciência” dos escritores locais na busca por “considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los.” (CANDIDO, 2014 [1958], p.28). Não pensamos que Schwarz atribua à consciência identificada por Candido a noção de *falsa* consciência – o que implicaria desmentir todo o processo formativo descrito pelo autor de *Formação da literatura brasileira*. Ou seja: se essa hipótese fosse correta, haveria oposição entre interpretação de Schwarz e a de Candido. Mas esse não é o caso, como indica, entre outras passagens, aquela em que se afirma que “Quando, pela primeira vez em nossas letras, com Machado de Assis, a inteligência da

forma bem como as ideias modernas comparecem livres de inadequação e diminuição provinciana, já não é dentro do anterior espírito de *missão*.” (SCHWARZ, 1997, p. 13). Desse prisma, teria ocorrido, sem tomar o empenho formativo de nossa literatura como falso, um processo de *frustração das expectativas da formação do país* – no caso de Machado, visível no processo de transição da ordem imperial para a republicana, que nem por isso alterou, *no essencial*, a lógica de funcionamento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais no país. Exemplo disso é o caso da Abolição da escravidão, medida que, se por um lado, é extrema – afinal de contas, restituir a um sujeito completamente reificado à condição humana não é pouca coisa -, por outro, não rompeu definitivamente a condição subalterna dos escravos.

Retornemos à análise de *Dom Casmurro*, cuja história vale sumarizar, embora seja largamente conhecida: trata-se de um romance narrador por um envelhecido Bento Santiago que pretende, em suas conhecidas palavras, “atar as duas pontas da vida”. Entretanto, segundo Schwarz, o foco do romance é mais estreito e consistiria, no essencial, numa peça de acusação do narrador contra sua ex-mulher, supostamente infiel. A peça de acusação seria baseaa em uma única dúvida: Capitu já era infiel desde o início ou se tornou infiel com o passar do tempo? Como se vê, em nenhuma das opções há a cogitação de sua inocência.

Bento Santiago teria espalhado indícios que reforçam sua acusação por todo o romance. Como no caso de *Memórias póstumas*, trata-se de fazer uma leitura à contrapelo, na qual a forma *aparente* é desdita por uma forma *latente*; nesse caso, cabe indagar o sentido das provas *produzidas por* Bento Santiago. Ou seja: o crítico literário desconfia daquele que desconfia. Desconfiar do desconfiado não seria uma operação “duas vezes negativa”, cujo sinal poderíamos traduzir nos termos da crítica da crítica ideológica da ideologia? Desse prisma, as recordações sentimentais do narrador se revelam autojustificações. Assim, o livro poderia ser lido como a história de um amor frustrado, como uma espécie de romance policial e como uma *defesa agressiva*, o contrário de sua forma aparente. Esse seria o sentido dos recursos eruditos anti-esclarecedores de Bento Santiago, os quais “não representam uma contribuição a mais para a civilização do país, e sim, ousadamente, a cobertura cultural da opressão de classe.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.13).

A oposição entre esclarecimento e o seu contrário apareceria na própria forma do romance de Machado, estruturado a partir de suas fases da vida do narrador: a juventude, na qual Bento Santiago se encanta pelo espírito livre de Capitu, do qual chega a se nutrir; e a maturidade, na qual suas autojustificações assumem sentido oposto do predominante na primeira parte. Embora as duas partes sejam estruturalmente diferenciáveis, a forma da prosa

é a mesma, do que pode derivar a leitura enganosa.

No que interessa à qualidade artística, a continuidade rigorosa entre as duas partes do livro não suprime o aspecto heterogêneo e a expectativa romanesca frustrada. Essa forma eloquente e pouco harmônica de esclarecer o andamento peculiar da prosa, onde em surdina encontramos disseminada a mesma tensão, sob forma de enigmas, dissonâncias ou ressonâncias profundas. No conjunto, *Dom Casmurro* pode ser visto como um enorme trocadilho socialmente pautado, uma fórmula narrativa audaz e de execução difícilíssima. As duas fisionomias do narrador, tão discrepantes, têm de ser alimentadas por uma escrita sistematicamente equívoca, passível de ser lida como expressão viva de uma como de outra, do marido ingênuo e traído bem como do patriarca prepotente. (SCHWARZ, 1997 [1990], p.35)

A primeira parte é dominada pelas angústias sentimentais juvenis de Bento Santiago e Capitulina (vulgo Capitu). Sob a batuta esclarecida da menina filha de agregado – contrastante com seu jovem amante, que se apresenta sempre como *emocional* –, ambos conseguem superar as diversas dificuldades impostas pela sociabilidade tradicional local para ficarem juntos. Com o casamento dos jovens, passa-se a impressão de que o sentimento verdadeiro e a esperteza vívida dos debaixo poderiam superar os entraves impostos pela forte assimetria da sociedade de classes local, o que configuraria uma espécie de retomada da expectativa do romance tal como descrito por Hegel. Schwarz interpreta esse momento como uma luta das Luzes contra o Obscurantismo, com a vitória momentânea da primeira. Apesar disso, seria um equívoco tomar essa vitória como algo simples, pois, como alerta Schwarz, essa “falta geral de gravidade combina-se ao formato de cromo adotado pelo narrador, às lembranças encantadas e algo ilhadas, circunscrevendo um mundo idílico, pseudo-inocente, que faz sorrir e onde tudo termina bem.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.32-3).

Já a segunda parte do romance começa com o casamento do narrador e Capitu. Unidos, ambos saem da casa de Matacavalos para a Glória, onde desfrutam de um período de felicidade conjugal, marcado pelo nascimento de Ezequiel. Em seguida, a crise logo se instala. O seu ponto de partida é a suspeita de Bento sobre a suposta similitude entre Ezequiel e o melhor amigo do casal, Escobar. Em seguida, no velório de Escobar, morto por afogamento, Bento volta a frisar sua desconfiança de Capitu, a seu ver excessivamente emocionada na ocasião. Para que o leitor sinta o seu drama, o narrador alega que, por motivos de ciúmes, não conseguiu nem mesmo ler as palavras que havia escrito para homenagear o amigo. Segundo Schwarz: “As aparências enganam, e os presentes aplaudem a comoção do amigo, num exemplo de ilusão possível. Parecia amizade, mas não era, como as lágrimas de Capitu – aliás poucas – podiam parecer adúlteras sem o serem, como a semelhança entre Ezequiel e Escobar podia ser acaso.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.14-5). Com o recrudescimento de seu ciúme, o narrador se afasta de Capitu e se torna casmurro.

O artifício narrativo autoritário de Bento se repete ao longo do livro, no qual convoca autoridade da Bíblia, o que sugere que a tradição local é colocada na posição de acusadora de Capitu -, que poderia ser inocente. Visto desse ângulo, Bento Santiago seria um narrador repleto de “poesia envenenada”, pois interessado na “difamação escarninha e sombria das qualidades prezadas da Ilustração, indispensáveis à realização do indivíduo.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.17). Assim, ao repassar a história, defrontamo-nos com vários episódios de ciúme irracional do narrador, inclusive quando criança, momento em que já prenunciava o que poderia se tornar. Identificada a forma dúplice do romance de Machado, cabe analisar a forma pela qual esse conflito é narrado no livro. No essencial, o sentido da narrativa de Bento Santiago vai na direção de afirmar a sua *emotividade* diante do racionalismo supostamente *frio e um tanto cínico* de Capitu. Por esse ângulo, a postura algo iluminista da jovem é vista como calculista, em oposição à suposta emoção do narrador, que seria genuína e, portanto, desinteressada. A própria suposta virada do narrador, que se converte em um sujeito retirado, teria como ponto decisivo a revelação – não confirmada de fato pelo romance – de que Ezequiel seria filho de Escobar. Assim, a

[...] independência moral e intelectual de Capitu, sem a qual Bentinho não teria escapado à batina, troca de feição e confirma as insinuações do começo. A mulher com ideias próprias tinha de dar em adultério e no filho do outro. O Casmurro agora se identifica ao conservadorismo a que mal ou bem se havia oposto no período anterior. [...] Mediamente, dirige-se contra a utilização da inteligência por parte dos dependentes. O assalto à razão se completa nos requintes de desmando que apontamos nos capítulos finais. [...] A viravolta decisiva dá-se mais cedo, quando Bento deixa de ser filho e se torna marido e proprietário: o seu coração atrapalhado e “de brasa”, que havia sido uma inferioridade administrada a duras penas por Capitu, agora não tem mais como ser contrastado e vai mandar. (SCHWARZ, 1997 [1990], p.33 – grifo do original)

No essencial, a ideologia patriarcal-capitalista, com assento na sua emotividade, está descrita nessa passagem. Impossível não lembrar os ensaios clássicos de Sérgio Buarque de Holanda (2006) e Gilberto Freyre (2006), dois autores que se notabilizaram por identificar, ainda que por vias diversas, essa estrutura de sentimentos muito particular ao brasileiro¹²¹, ao qual Schwarz acrescenta a dimensão de classe¹²². Como diz Holanda, as virtudes identificadas

¹²¹ Em texto que analisa as contribuições desses e de outros autores, Schwarz os aproxima, embora pontue que Holanda visa superar as raízes lusitanas de nossa sociabilidade, enquanto Freyre lamenta sua perda. (SCHWARZ, 1999, p.17)

¹²² O próprio apelido diminutivo de Bento Santiago, Bentinho, pode ser lido como um apelo à aproximação do coração, como sugere Sérgio Buarque de Holanda no conhecido capítulo quinto de *Raízes do Brasil*. Não é ocioso lembrar, aliás, que o capítulo começa discorrendo as tensões entre, por um lado, patriarcalismo, e patrimonialismo e, por outro, urbanização e burocratização. Schwarz dará uma interpretação não contrária a essa quando argumenta que os nomes dos protagonistas do romance - Bentinho e Capitu – revelam que o romance não é inteiramente sério e figuraria o nosso “tamanho diminuído” frente aos países que nos servem de modelo. (Cf. SCHWARZ, 1997, p.40)

com o homem cordial – “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generalidade” – “São antes de tudo expressões legítimas de um fundo *emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo [...]*” (HOLANDA, 2006 [1936], p.160 – grifo nosso). Do ângulo cordial, compreende-se o motivo da emoção ser vista como genuína, contra a razão, identificada como interesseira. Um dos traços da grandeza de Machado está na sua identificação e na formalização objetiva dessa ideologia, que se calca no ímpeto emotivo – aliás, também identificado por Cardoso, quando descrevia a violência reinante na produção do charque, e Carvalho Franco, em sua análise da sociabilidade instável dos homens livres. A formalização dessa ideologia não deixa de corresponder a certa auto-exposição realista que se converte, mesmo que involuntariamente, em denúncia.

Exemplo dessa violência não inteiramente evidente estaria na própria forma como a qual Bento Santiago assume para si o apelido de Dom Casmurro, do qual retirará o título de seu livro. Como nos é contado no início do romance, que também lembra *Memórias póstumas*, Bento Santiago atribui a um episódio menor o seu apelido. “Muito da simpatia que o narrador conquista de entrada se deve a essa demonstração de tolerância, de aceitação da contingência e do diverso, que indicam a superioridade esclarecida de alguém que vive e deixa viver. Na verdade, esse processo de fixação do nome ao sabor das preferências de uns e outros configura *uma ideologia estética e política [...]*” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.37 – grifo nosso). Para o crítico, a situação, além de contribuir para a sedução do leitor pelo narrador, sugere, ao mesmo tempo, a “poetização do Brasil velho, da herança colonial, em cujo prolongamento está a intangibilidade do mando dos proprietários – quando então o memorialista encantador mostra a outra face.” (idem, *ibidem*).

Isso vale especialmente para as quatro frases finais do primeiro capítulo da obra, na qual a “cordialidade” é substituída pela “maldade”. Nelas, Bento Santiago assume o título do livro, mas sugere que o poeta transeunte que lhe deu não teria a mesma generosidade, pois quereria tomar a autoria do livro do seu autor. “A valorização do fundo social ou coletivo da vida vem seguida da crítica à ilusão individualista e proprietária, que vem seguida do ... “pega-ladrão”.” (idem, *ibidem*, p.38). A violência final se daria com a última frase: “Há livros que apenas terá isso dos seus autores; alguns nem tanto.”. Nos termos bruscos do crítico: “Com efeito, leia-se “filhos” onde está “livros” – há filhos que apenas terão isso (o nome) de seus autores; outros nem tanto – e teremos passado ao universo violento e boçal onde a vítima genérica é a honra da genitora, uma humanidade composta de efes da pê.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.38).

Essa passagem da cordialidade à maldade - aliás, menos brusca do que parece, pois, a cordialidade não exclui a maldade - aparece também no tratamento que Bento Santiago

confere aqueles que se cercam. Schwarz, utilizando o conceito consagrado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (2006), denominará esse grupo tipicamente brasileiro de *parentela*. No seu centro, está o proprietário – primeiro a mãe de Bento, dona Glória, depois ele mesmo; ao redor, em condição subordinada, parentes, dependentes, agregados e escravos. Essa relação de dominação adquire “forma de autoridade paternal”, bem como a subordinação, por correspondência, assume a feição de “respeito filial”, como manda o figurino aprendido na religião.

Como nos demais romances, a oposição entre essa estrutura social e os temas modernos influi na composição; se os problemas relativos à primeira prevalecem, nem por isso os segundos deixam de existir. Combinados, os dois conjuntos de questões se desqualificam reciprocamente: os problemas “modernos” tornam os “antigos” provincianos e antiquados; já os segundos colocam os primeiros sob suspeição de materialismo, interesse e calculismo. Mas mais do que isso: retomando a problemática já indicada em *Um mestre na periferia do capitalismo*, Schwarz recoloca o problema da formação do sujeito moderno no país, na medida em que “o mandonismo e a dependência pessoal direta, o seu complemento, excluem a conduta autônoma, cujas presunções entretanto são indispensáveis à dignidade do cidadão evoluído – em pleno século XIX e num país que aspira explicitamente à civilização e ao progresso.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.18-9). No fundo, essa problemática traz à tona a “presença ausente” da escravidão e a própria condição do agregado, que não se completa como cidadão (cf. idem, p.24). No plano da sociabilidade local – que ressoa na própria forma que o romance deveria adotar por aqui – a questão está em compreender as formas da combinação de princípios tão distintos. Daí que Schwarz dê ênfase à figura de José Dias, descrito como

o *agregado* da família Santiago. O termo designa uma figura que, não tendo nada de seu, vive de *favor* no espaço de uma família de posses, onde presta toda sorte de serviços. O cinquentão de estampa respeitável, com bagagem retórica e cívica, além do ar de conselheiro, que no entanto não passa de um moleque de recados, concentra admiravelmente as tensões contemporâneas dessa condição geral. A personagem, e em especial a convivência *espúria* da relação de favor com aspirações de independência e cidadania, são estudadas por Machado com *precisão propriamente científica*. (SCHWARZ, 1997 [1990], p.19 – grifos do original, último grifo nosso)

A dualidade da posição de José Dias aparece em seus gostos- a gramática, as belas-letras e a história do país – e na sua própria maneira de se portar, a qual combinava gravidade e lisonjas, desejo de autonomia e riso forçado. A fórmula do compromisso é dada pelo próprio Machado e destacada por Schwarz: “não abusava, e sabia opinar obedecendo”. Esses dois princípios – o da dignidade e o da submissão -, embora incompatíveis a princípio, se

combinam nessa condição social, na qual prevalece o segundo, “pela necessidade material.” (cf. idem, p.21). O primeiro dá o tom apenas quando Dias estabelece relações com pessoas em situação similar a sua, uma vez que sua dignidade é garantida por seus protetores, contra os quais seu comportamento jamais poderia se voltar. Nesse sentido, o agregado pode ser tomado também como uma partícula que ilumina todo o funcionamento de certa organização ideológica.

A linha mestra da caracterização passa pelo pernosticismo do pé-rapado, que vibra com a cultura dos senhores a ponto de *esquecer o seu lugar*, em sentido literal. Há um lado abjeto nessa adesão, pois as delícias que ela proporciona, compensando em imaginação o desvalimento social efetivo, excluem a revolta, a formação do critério próprio e a reflexão a respeito. Mas há também um lado astuto, já que a identificação visceral com os proprietários representa uma vantagem relativa, sobretudo na competição com os demais candidatos à proteção, a quem José Dias metodicamente opõe a superioridade de sua fala e seus modos. De outro ângulo, o amor ignaro pelas coisas do espírito termina por lançar a descrença também sobre estas últimas. *Como toda candura, ele as encara como adereço da gente fina e as reduz a fachada. (...) Nesse sentido, a sátira à vacuidade sentenciosa de José Dias visa uma constelação nacional, e aliás atinge em cheio os ideais de historiografia saudosista alimentados pelo próprio Casmurro, ornamentos também da propriedade e da ordem estabelecida. (...) Por fim, note-se que o agregado leva o amor do formalismo à última consequência, que é a descrença nas formas elas mesmas. Assim, ele salta de uma a outra conforme a sua conveniência e sem constrangimento, desobrigado de consistência, com desapareço vertiginoso pela dignidade que cultura, o que lhe proporciona uma espécie de liberdade de movimento diante de seus senhores.* (SCHWARZ, 1997 [1990], p.22-3 – primeiro grifo do original, os demais são nossos)

Apesar de longa, a citação é sintetizadora do raciocínio do crítico, através do qual descobrimos um parentesco entre José Dias e Brás Cubas, conferido pelo apego desapegado ao formalismo. O formalismo exacerbado também atingia os agregados, o que indica, por sua vez, sua generalização nos sujeitos livres da sociedade brasileira. Entretanto, os sentidos das práticas diferem, pois os interesses de seus agentes são distintos: enquanto os representantes da classe dominante desfazem das normas burguesas porque essas lhes parecem desnecessárias, os agregados desfazem dela, paradoxalmente, porque *só possuem isso* – isto é, não possuem o seu fundamento concreto, a propriedade privada.

Entretanto, Capitu, também dependente, é o avesso de José Dias, satisfazendo os “quesitos da individuação” (cf. idem, p.24). Enquanto Dias “não abusava, e sabia opinar obedecendo”, Capitu era independente e expunha o que pensava – o que não deixa de causar certa estranheza ao crítico -, mesmo que isso significasse ir na direção contrária à sugerida por seus protetores. Na primeira parte do romance, fica clara a combinação entre o espírito crítico da jovem e a objetividade com a qual encarava sua relação com Bentinho – combinação essencial, aliás, para que ficassem juntos. Nesse plano, Schwarz contrasta Capitu a todos os sujeitados a Dona Glória, *incluído aí Bento Santiago*, que era incapaz de confrontar a mãe em

busca de seus desejos, desmanchados diante da autoridade materna. “Em ambas as linhas não podia ser mais completa a superioridade de Capitu: ela não foge da realidade para a imaginação e é forte o bastante para *não se desagregar* diante da vontade superior.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.25 – grifo nosso).

Os elogios feitos por Bentinho à força de espírito de Capitu na primeira parte do romance são lidos pelo crítico em chave dupla e contraditória: por um lado, no plano aparente, atestam admiração por sua esperteza; por outro lado, no plano latente, funcionam como pistas deixadas sobre o calculismo de sua futura esposa. Ora, a sinuosidade do comportamento esperto de Capitu, condenada pelo Bento maduro, refletiria a própria condição na qual se vê colocada. Admirado e apequeno diante dele, Bento Santiago, como Brás Cubas, se sentirá atraído pela mulher que se apresenta forte e autônoma. Em contraste com a figura feminina de Capitu, Dona Glória, embora sem assumir o tom patriarcal de costume, manda, sem contraste, na família. “O mando decorre da propriedade, mesmo se o proprietário não é cioso.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.27). O curioso, ainda segundo o crítico, é que Bento manda grafar no túmulo da mãe que ela era uma santa, embora Dona Glória tivesse tomado uma série de decisões que sabotariam facilmente essa assertiva, do que Schwarz conclui: “[...] Em situação patriarcal, os deslizos práticos não mancham a bondade por assim dizer transcendental dos pais e chefes, a qual forma um halo em volta da propriedade.” (SCHWARZ, 1997 [1990], p.27-8)

É dessa condição hiper-privilegiada que se nutre Bentinho quando se torna herdeiro, momento no qual se desdobram as consequências de sua formação. Se a crônica deste tempo passado aparece como uma “crônica de saudades”, outra leitura também é possível: a avaliação *moderna* daquele período, no qual prevaleciam o “manejo irresponsável e caprichoso da autoridade [...] os estudos superiores sem vocação ou seriedade, com propósito ornamental; a religião frouxa, pouco interiorizada [...]” (idem, p.28). A norma que rebaixa este ambiente é a moderna, como se percebe. Decorrente dessa situação, a nova condição de Bentinho dá azo à transformação qualitativa de sua estrutura sentimental, como revela o ciúme que, se já existia quando criança, agora se torna aniquilador.

Embora o assunto seja da esfera privada, e o romance na segunda parte de fato se afunile em direção da dificuldade entre duas pessoas, o tema continua a ser o outro: a prerrogativa que tem o proprietário à brasileira de confundir as suas vontades, mesmo as escusas, com os foros da lei, da dignidade etc., segundo a conveniência ou inclinação do momento, e sem que os dependentes tenham como contrastá-lo. [...]. Daí um dos temas originais e profundos da ficção machadiana, *a indisciplina mental específica à articulação brasileira de escravidão, clientelismo e padrão contemporâneo, em especial a loucura de nossos homens bem pensantes*. (idem, p.30 – primeiro grifo do autor, segundo grifo nosso)

Diante desse cenário, Capitu tenta manobrar como possível o ciúme de Bento, evitando, por exemplo, se expor publicamente. Em vão. A luta esclarecida da menina, agora mulher, se mostrava frágil diante da conjugação do poder patriarcal com aquele oriundo da propriedade. Deste modo, para o crítico literário, “a matéria substantiva está na desinclinação do último [Bentinho] pela relação entre iguais, hipótese ou tentação *moderna* -se o termo de comparação for a ordem patriarcal – que o ceticismo escarinho deve desbancar.” (idem, p.31 – grifo do autor). Resultado: um final “buñuelesco”, no qual são juntados “amalucamento, decoro e maldade extremada” nas linhas escritas por Bentinho.

Nesse capítulo, acompanhamos os estudos de Schwarz sobre os romances maduros de Machado de Assis. Talvez se possa dizer que eles, pensados e redigidos em um espaço de cerca de vinte anos, constituem o ápice de seu trabalho como crítico. Cabe-nos, agora, sintetizar alguns de seus elementos.

O primeiro deles já mencionamos na Introdução desse trabalho, qual seja: a análise de Schwarz sobre os romances maduros de Machado de Assis busca sublinhar o potencial *universal* de sua literatura. Entretanto, ao contrário do que se costuma imaginar, essa universalidade não é assinalada a partir das eventuais características atemporais da literatura machadiana; ao contrário, ela se demonstraria pela sua formalização refinada da estrutura *particular* da sociedade brasileira, a qual, entretanto, é vinculada às formas sociais, culturais, políticas e econômicas estabelecidas pelo capitalismo, um sistema social de produção e de sociabilidade internacional. Ao dar forma literária à essa dialética *objetiva* entre universal e particular, homóloga da relação entre ‘centro’ e ‘periferia’ apontada por vários estudiosos brasileiros, seriam revelados os aspectos críticos da ideologia burguesa universalista, bem como das relações locais a ela vinculadas. É nesse ponto que os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso assumem feição decisiva sobre os de Roberto Schwarz, pois Cardoso teria sido o primeiro, em suas teses de doutorado e livre-docência, bem como em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que teria posto de pé essa forma de pensar. Dando continuidade às intuições contidas nos trabalhos de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e – por que não? – Marx, Cardoso teria formalizado essa perspectiva em outro patamar. De maneira mais específica, embora com mais tensões se comparado aos seus trabalhos seguintes, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* não apenas apresenta uma primeira

formulação dessa problemática, como se refere precisamente ao conteúdo sócio-histórico que alimentava a literatura machadiana.

Voltemos à questão da universalidade de Machado. O índice empírico da universalidade de Machado seria encontrado, segundo Schwarz, na qualidade de suas inovações técnicas – precisamente o procedimento que os grandes escritores europeus estavam adotando naquele mesmo período, vinculando-o à percepção, então muito contemporânea, da crise da ordem ideológica burguesa. Ao dar forma literária adequada à essa situação histórica, Machado teria alcançado o mesmo patamar dos escritores que costumam ser nossas referências.

Assim, convém notar o complexo raciocínio de Schwarz a respeito da vinculação de Machado de Assis à literatura brasileira precedente. De acordo com o analista, Machado seria continuador – *em outro patamar* – dessa literatura, o que significa apontar, *sobretudo*, a descontinuidade entre ambos. Não há como deixar de notar que o argumento, embora engenhoso, porque dialético, retém uma tensão, na medida em que *a continuidade leva à ruptura, que é o ponto que importa decisivamente*. Para constatar isso, basta imaginar que caso Machado fosse *apenas um continuador*, sua obra não comportaria maior interesse. Seja como for, esses dois momentos são explicados a partir da nova forma machadiana de compreender a relação entre a literatura e o “instinto de nacionalidade”, o que ter-lhe-ia permitido figurar de outro modo, mais profundo, as dificuldades e os elementos pitorescos de sua sociedade.

No excursus a seguir, voltaremos ao tema da relação entre os trabalhos de nossos dois autores.

Sobre a matéria brasileira e suas formas: o nexó entre capitalismo e escravidão no Brasil, segundo Cardoso e Schwarz (Excursó II)

Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica.

Karl Marx

Resta pouca dúvida, pelo que vimos até aqui, de que o estudo das resultantes da particular combinação entre capitalismo e escravidão no Brasil foi uma das inovações teóricas ensejadas pelos componentes do Seminário Marx. Como estamos tratando de realizar uma comparação entre as perspectivas de Cardoso e Schwarz, é o caso de nos restringirmos a tais autores. Ainda assim, essa redução de foco não impede que essa análise possa informar um estudo ulterior dessa temática em um contexto que inclua os trabalhos de outros seminaristas sobre o mesmo assunto, como Octavio Ianni e Fernando Novais.

Em um plano abstrato, pode-se dizer que esse programa de pesquisa punha em xeque a rotineira percepção dualista do Brasil, traduzida, em termos não menos abstratos, na oposição entre os resíduos arcaicos de nossa formação e os eventuais impulsos modernizadores, vindos dela própria ou de fora do país. Ainda segundo essa perspectiva dualista, o objetivo teórico da sociologia brasileira do período seria identificar os entraves estruturais que impediam os influxos modernizadores de se realizarem. Nesse ponto, identificavam-se os teóricos do ISEB, da CEPAL, do PCB e, ao seu modo, Florestan Fernandes.

Segundo o que se buscou demonstrar, a novidade teórica do Seminário Marx foi entender esse “dualismo” brasileiro como resultante de um processo global de expansão capitalista do qual a formação do Brasil fez parte – no que seguiam e aprofundavam os achados de Caio Prado Júnior. Ou seja: nosso “atraso” tinha origens modernas. Sinal disso foi a ressurreição moderna da abjeta instituição escravagista, cuja causa primeira teria sido as necessidades próprias da acumulação primitiva. Que necessidades eram essas? Em primeiro lugar, teria sido preciso contar com o trabalho compulsório na periferia do capitalismo para que se realizasse a expansão capitalista; em segundo lugar, o próprio comércio de escravos era uma das *formas* para acumular capital. Assim, a oposição entre “moderno” e “arcaico” deixava de ter sua razão de ser, pois era fundamentada na percepção, incorreta, de que o dínamo dessa relação estava no desequilíbrio entre as forças sociais “atrasadas” sobre as suas

correlatas “modernas”. Ou seja: se as primeiras deixavam de ser vistas como “atrasadas”, a base do critério de oposição se esfuma. Porém, no plano concreto, o mencionado desequilíbrio reaparecerá no momento em que a escravidão se torna elemento que impede a formação de um capitalismo de tipo moderno no país, como demonstrou Cardoso em sua tese de doutorado. A partir disso é que podemos compreender o surgimento, entre outros, de um problema da *linguagem analítica* para dar conta dessa “dualidade não-dual”, por assim dizer.

Dessa perspectiva, surge a ideia de que a escravidão *não era essencialmente atrasada*; ao contrário, fazia parte dos intuitos mais modernos do capitalismo nascente. Sendo assim, a perspectiva da sociologia da modernização – que via aí um dos sinais de nosso atraso – ficava desautorizada. Ao mesmo tempo, era fato que, apesar disso, havia a sensação objetiva de que o nosso capitalismo, como a nossa vida ideológica, se encontrava *aquém* da ordem social liberal-capitalista vigente nos principais países da Europa Ocidental. Assim, ficávamos no meio do caminho: não éramos propriamente atrasados, como não éramos avançados.

Essa condição, no entanto, acarretava consequências complexas. Como observou Cardoso, ela permitiu que a escravidão, em certa altura histórica, tenha se tornado resíduo que impedia a formação *plenamente* capitalista do Brasil – ou seja, *de ter se convertido, de fato, em elemento “atrasado”*. De maneira similar, fez com que, como observou Schwarz, nossa vida ideológica fosse percebida nessa oposição entre “atraso” e “moderno” - aliás, já parcialmente tematizada no estudo de Cardoso na seção dedicada à *consciência possível* dos senhores gaúchos. Note-se, para retomar argumento já levantado anteriormente, que a opção metodológica feita por Cardoso e Schwarz confere *status* de concreto – isto é, de *verdade* - aos *enganos* surgidos a partir das próprias situações históricas em que os agentes sociais se encontram, no que seguiam a dialética lukacsiana de *História e consciência de classe*. Por isso achamos parcialmente correta a ideia de Paulo Arantes (1992) segundo a qual Cardoso não tirou de seu estudo “nenhuma consequência para a nossa vida ideológica. Ou melhor, raciocinava ainda em termos de obstáculos ideológicos como mandava o figurino herdado de Florestan.” (ARANTES, 1992, p.64). É que há diferenças substantivas entre as duas sentenças, o que o autor não enfatiza, embora destaque com o seu “ou melhor”. Para sermos claros: a segunda sentença nos parece verdadeira, enquanto a primeira parece equivocada. Isso porque, em certo momento, *de fato a mentalidade escravista, embora capitalista, se tornou um obstáculo* ao processo de implantação de um capitalismo baseado no trabalho livre. O problema enfrentado por Cardoso está, em boa medida, ligado ao fato de que o período por ele analisado é um momento de *transição* entre dois tipos de organizações produtivas do capitalismo brasileiro.

Merece destaque a profundidade do problema, que impôs a Fernando Henrique Cardoso, *ao mesmo tempo*, o uso de categorias sociológicas destinadas à análise de sistemas sociais *tradicionais* e da “linguagem da contradição” - isto é, marxista -, o que resultava na reposição de questões típicas da análise dualista. O resultado é que *na própria linguagem* do livro de Cardoso está inscrita a tensão entre “moderno” e “atraso” a qual ele buscava analisar. Tendo isso em mente, a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1970; 1997) sobre a inadequação do uso desses conceitos próprios para a análise de sociedades tradicionais para pensar a formação brasileira torna-se compreensível. Mas vale salientar: pensamos que nos seus achados já estavam inscritos algumas das consequências decisivas de nossa vida ideológica, embora elas não tenham sido formalizadas. Às vezes, entre os achados e as formalizações corre alguma distância. Por outro lado, entretanto, como destacamos em nota de rodapé no capítulo 3, parece-nos decisivo assinalar que os lugares sociais ocupados pelos agentes sociais analisados por Cardoso (os senhores de terras gaúchos) e por Schwarz (Brás Cubas e Bento Santiago) são diferentes, pois nos primeiro há a presença dos impasses do *processo produtivo material*, enquanto nos outros, não há, pois são personagens desobrigados do trabalho. Essa diferença importa, pois ela permite assinalar o porquê da presença dos obstáculos ideológicos no caso dos primeiros, não enfrentados pelos segundos.

Éramos, portanto, parte de um *sistema com duas caras*, nem integralmente capitalistas, nem simplesmente pré-capitalistas. Capitalistas? Escravistas? *Éramos e não éramos*, ao mesmo tempo – essa a nossa ambivalente existência bifronte. *Voltamos assim à terra natal da dualidade, agora passada a limpo na língua da contradição [...]*. (ARANTES, 1992, p.66 – grifos do autor)

Note-se: a “língua da contradição” (marxismo) era utilizada para destacar não a contradição entre “moderno” e “arcaico”, *mas para assinalar a compatibilidade de seus elementos*, o que *parece* sabotar um de seus objetivos – a identificação das contradições sociais. Ora, é que ocorre que a contradição identificada pelo marxismo se situa noutro nível, no das relações de produção. Porém, como tratava-se de uma organização social pautada em relações de produção escravistas, as contradições teriam algumas determinações e consequências distintas daquelas supostas por Marx em sua análise do capitalismo. Era precisamente nossa condição anormalmente moderna que impunha aos analistas um desafio conceitual complexo: se éramos capitalistas, o raciocínio de Marx acerca da lógica do capital era válido; mas a narrativa que o filósofo alemão fazia sobre o desenvolvimento capitalista, calcada na Inglaterra, nos era estranha. Colocava-se, assim, o desafio de “nacionalizar” o marxismo em dois planos analíticos, mas socialmente co-originários: o do desenvolvimento concreto das relações, sociais e produtivas no capitalismo brasileiro – noção de saída

relativizada pela própria ausência da venda da força de trabalho dos sujeitos livres como motriz das relações de produção -, bem como o impacto dessas transformações no âmbito ideológico. Esse processo de “nacionalização” do marxismo tem relação direta com a percepção de que, embora intimamente vinculada às determinações gerais do Capital, a *totalidade* brasileira tinha determinações particulares provenientes das formas específicas de seu capitalismo. Ora, o problema passa a ser, então, o de identificar tais determinações, tarefa da *crítica*, que, ao mesmo tempo que não descartava o conjunto de ferramentas *gerais* propiciadas pelo marxismo, não podia se ater rigidamente aos seus pressupostos, pois corria o risco de se tornar ideológico, ou no sentido do “universalismo abstrato” ou no “localismo”. Por isso pode-se dizer que o elemento central do processo intelectual que estamos identificando é o da *crítica da ideologia*, objetivado no problema da percepção das representações sociais específicas que as classes e grupos analisados tinham sobre si mesmos e sobre os demais.

Apesar dessa dificuldade, cabe repisar que problema “ideológico” dos desdobramentos entre capitalismo e escravidão está posto com todas as letras logo na abertura da versão em livro do doutorado de Cardoso:

O tema deste trabalho refere-se aos processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata rio-grandense, vistos a partir da situação social que o negro nela assumia. Procura-se analisar a formação de um tipo determinado de sociedade e *verificar os efeitos exercidos por seus padrões estruturais sobre o comportamento dos agentes sociais que ocupavam as posições polares do sistema: os senhores e os escravos*. (CARDOSO, 2003 [1961], p.27 – grifo nosso)

Uma palavra a mais sobre a escravidão, então. O estudo de Cardoso demonstra que a escravidão *não é essencialmente* incompatível com o capitalismo; porém, a sua incompatibilização com o capitalismo é construída no devir desse próprio sistema; isto é, quando quando concorre com outra formação social que adote formas superiores – porque mais flexíveis – de produção. Assim, a causa da derrocada do sistema escravocrata capitalista gaúcho se deveu à concorrência de uma forma superior de capitalismo, que evidenciou os entraves estruturais que ele próprio impôs ao sistema econômico local. Porém, esses entraves estruturais não devem ser entendidos como entraves *essenciais*, na medida em que são *historicamente formados* pelo próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas. Do ponto de vista teórico, a oposição entre essas duas formas de capitalismo foi desdobrada pelo autor a partir da oposição entre a prevalência da “mais-valia absoluta” em um e da “mais-valia relativa” no caso da outra, o que confirma a suposição de que o problema acerca da produtividade de uma forma específica de produção capitalista não reside em uma suposta essência do capitalismo, mas sim no seu processo

concreto de desenvolvimento. Esse argumento é decisivo para compreender o porquê de ser, em plano analítico, *ideológica* – porque presa somente às aparências imediatas – a percepção naturalizada de uma oposição *essencial* entre “moderno” e “atraso”.

Na parte final do capítulo dedicado à tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, resumizamos algumas orientações e conclusões da obra. Nesta altura, estamos em condições de compará-la com alguns dos achados de Roberto Schwarz em seus estudos machadianos, também sintetizados nas conclusões dos dois capítulos precedentes.

Em primeiro lugar, uma questão de forma. Cabe destacar as diferenças formais entre os capítulos que abrem *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e *Ao vencedor, as batatas*. Na tese de Cardoso, encontramos uma longa digressão teórico-metodológica abstrata e bem realizada no plano da concepção científica tradicional; já no de Schwarz, encontramos um *ensaio* que vai direto ao problema, sem concessões a discussões metodológicas prévias. Em outras palavras: busca extrair do próprio problema tratado os fundamentos da análise que permite o desdobramento de um problema empírico em um problema ideológico – isto é, *como* a relação entre capitalismo e escravidão no Brasil resultou na ideologia do favor. Desse desdobramento surge outro, segundo o qual a crítica da ideologia – das ideias liberais – no Brasil oitocentista era, ela mesma, ideológica. A esse respeito, cabe lembrar a abertura da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, exemplar daquilo que se entende por exposição dialética:

Numa obra filosófica, em razão de sua natureza, parece não só supérfluo, mas até inadequado e contraproducente, um prefácio – esse esclarecimento preliminar do autor sobre o fim que se propõe, as circunstâncias de sua obra, as relações que julga encontrar com as anteriores e atuais sobre o mesmo tema. Com efeito, não se pode considerar válido, em relação ao modo como de ver exposta a verdade filosófica, o que num prefácio seria conveniente dizer sobre a filosofia; por exemplo, fazer um *esboço* histórico da tendência e do ponto de vista, do conteúdo geral e resultado da obra, um agregado de afirmações e asserções sobre o que é verdadeiro. (HEGEL, 2016, p.23 – grifo do original)¹²³

Para Hegel, a verdade filosófica só se realiza plenamente quando *demonstrada* pelo caminho seguido pela exposição. Em outras palavras: pela análise imanente dos desdobramentos do objeto. Nessa acepção, fica fácil perceber que o procedimento expositivo de Schwarz apareceria como mais propriamente dialético do que aquele adotado por Cardoso, embora esse tenha sido aquele que mais profundamente discutiu as determinações teóricas

¹²³ Essa observação de Hegel, ao nosso ver, não conduz necessariamente para a adoção da sua fórmula sistemática, como ele mesmo, no entanto, pensava (ARANTES, 1996, p.35-6). Ou seja: uma abordagem dialética não corresponde necessariamente a um sistema filosófico, como reparou Adorno.

dessa metodologia – precisamente um procedimento abstrato¹²⁴. Por outro lado, embora se filie à tradição ensaística brasileira, cumpre notar que o trabalho de Schwarz, apesar do título irônico de “As ideias fora do lugar”, pelo engajamento próprio exigido pelos problemas concretos que se coloca, se distancia daquela *modalidade* de ironia definida pelo ensaísmo do jovem Lukács (2015)¹²⁵. Esse destaque não se deve ao desejo de apontar a preferência de Schwarz pela forma sistemática na querela entre a forma fragmentária/irônica do ensaio contra a forma sistemática/dialética sustentada pela tradição hegeliana – incluídos aqui Marx e o “velho” Lukács – mas justamente ressaltar que o tipo de ensaísmo que Schwarz pratica talvez nos sirva para repensar a forma ensaio, ao menos como definida por Lukács em *A alma e as formas*. Uma pista inicial pode ser dada pela ideia de que Schwarz adota *a forma ensaio com espírito sistemático* – embora esse não deva ser entendido aos moldes da noção filosófica de “sistema”. Ou seja: há certa conjugação de exposição fragmentária, por oposição à forma sistemática, com procura de sistematicidade. Ora, como se sabe, é precisamente esse caminho intermediário que conforma a posição de Theodor Adorno (2008) sobre a forma ensaio, na qual se combina a busca pelo rigor do conhecimento sistemático sem a sua ordenação abstrata (MUSSE, 2009, p.140). No caso de Schwarz, a sistematicidade de seu ensaísmo parece residir na busca da análise *da totalidade social brasileira*, que conferiria uma articulação imanente aos seus objetos de análise.

Muito rapidamente, talvez caiba assinalar, entretanto, o que parece ser uma diferença entre o ensaísmo de Schwarz e o de Adorno, que lhe serve de modelo. Segundo o filósofo alemão, defensor daquilo que chama “dialética negativa”, na qual um dos traços está precisamente em sublinhar a descontinuidade entre o real e o conceito, “o ensaio coordena os elementos, em vez de subordiná-los [...]” (idem, p.43). Salvo melhor entendimento, o ensaísmo de Schwarz, do qual “As ideias fora do lugar” parece ser a súpula básica, não

¹²⁴ O próprio Cardoso, de alguma maneira, reconhecerá isso no prefácio à 5ª edição (CARDOSO, 2003, p.9). Em outro plano, como lembra Adorno: “Por isso, o ensaio é mais dialético do que a dialética, quando esta discorre sobre si mesma. Ele toma a lógica hegeliana ao pé da letra [...]” (ADORNO, 2008, p.39).

¹²⁵ Theodor Adorno (2008, p.18) observa que a forma ensaio trabalha com conceitos e tem pretensão de *verdade*. “É isso que Lukács não percebeu quando, na carta a Leo Popper que serve de introdução ao livro *A alma e as formas*, definiu o ensaio como uma forma artística.” (ADORNO, 2008, p.18). Ao nosso ver, essa observação, que não nega completamente a dimensão artística do ensaio – a qual, segundo Adorno, residiria na sua ênfase na forma de exposição –, vai ao núcleo da definição lukacsiana de ensaio, que tem na ironia o seu centro conceitual, e, portanto, o redefine. Bem entendido, como nota Gilliam Rose (1978), Adorno não é um autor avesso à ironia, como revela a estruturação de *Minima moralia* – aliás, livro escrito de uma perspectiva subjetiva, conforme ele mesmo revela na sua apresentação –, mas parece relativizar, em comparação com Lukács, a centralidade desse expediente argumentativo na forma do ensaio. O pano de fundo dessa discussão parece ser a hostilidade que Hegel tinha em relação à ironia e à forma ensaio (cf. ARANTES, 1996, p.36), que resultariam em um espírito ligeiro e negativo, às quais contrapõe o estilo sério e sistemático de sua dialética positiva. Nesse sentido, o jovem Lukács parece desconfiar inteiramente dessa posição hegeliana, enquanto Adorno procura superá-la a partir dela mesma.

procede dessa maneira, na medida em que busca compreender e formalizar um entendimento sobre um nexos *essencial* da formação histórica brasileira, tal qual intuído a partir das formulações dos seminaristas uspianos. Embora seja inadequado afirmar que esse nexos *subordina* os demais – o que implicaria a vulgarização da perspectiva de Schwarz, pois suporia uma projeção externa aos objetos analisados –, convém sublinhar que o crítico visa destacá-lo com grande constância em seus trabalhos, o que nem por isso significa que haja uma projeção desse nexos nos objetos analisados. Ao contrário: a sistematicidade a qual aludimos parece residir, de maneira mais concreta, na crítica imanente dos assuntos culturais e políticos locais, os quais sempre revelariam esse descompasso entre “centro” e “periferia”. Em termos diretos: o ensaísmo de Schwarz parece mais claramente sistemático do que o praticado por Adorno, o que talvez se deva aos objetos mais circunscritos a que se dedica ou à natureza deles próprios.

A mesma problemática também parece impactar no próprio uso que Schwarz faz da ironia; embora ela seja estrutural em seu ensaísmo, como revela o próprio título de “As ideias fora do lugar”, ela não é aquela do jovem Lukács, a qual, como se sabe, era calcada na oposição entre *forma* e *vida*., e por isso mesmo coloca-se em um plano idealista. Ao mesmo tempo, também parece ser de qualidade diferente daquela praticada por Adorno, autor cujo ensaísmo se dedica ao problema da total *integração* das esferas vida sob a égide do capitalismo monopolista. Se tomarmos o mesmo referente como critério de análise, perceberemos que a ironia de Schwarz guarda relação com a matéria sobre a qual se debruça, a brasileira, ela mesma formada por intensos descompassos em relação às normas capitalistas. Daí que se possa traçar certo paralelismo entre a ironia de Schwarz com aquela praticada por Machado de Assis, de quem talvez tenha retido a lição de que a ironia aqui, como procedimento de crítica social, tenha que atingir uma forma distinta daquela usualmente praticada.

Mais do que essa constatação acerca das diferenças entre Cardoso e Schwarz, que em si mesma pode ter um valor heurístico limitado, o que importa à compreensão do historiador das ideias é entender o *porquê* de caminhos expositivos/analíticos tão diferentes. Esperamos ter demonstrado que, em boa medida, a explicação para essa diferença reside nas trajetórias distintas, calcadas em momentos e contextos intelectuais diferentes. Concretamente, Cardoso não só teve que “lutar” *antes* pelo valor epistemológico da dialética marxista, como teve que fazê-lo *de um modo determinado*, em grande parte estabelecido pelo modo de trabalhar e pensar de Florestan Fernandes.

A relação entre Cardoso e Fernandes contrastava com a forma como a qual ocorreu a

relação entre Schwarz e Candido, na qual a diferença epistemológica era significativamente menor – como facilmente se constata quando comparamos o tom de “Pressupostos, salvo engano” com a introdução da tese de Cardoso. Essa explicação não esgota as razões dessa diferença expositiva, naturalmente. Acresce ainda que a socialização de Schwarz com a produção intelectual alemã, possibilitada, entre outros, pelo seu domínio da língua, talvez tenha lhe sugerido esse tema, o do ensaísmo, com mais destaque do que as leituras de Cardoso, cujas referências intelectuais tendiam a ser francesas e norte-americanas. Isso sem mencionar a própria centralidade que a questão da escrita/exposição tem em áreas dedicadas à estética, o que contrasta com a pretensão crescentemente “científica” das ciências sociais. De maneira mais precisa, essa oposição, eixo ordenador da reflexão de Adorno sobre o ensaio, é potencializada no caso de Schwarz pela sua adoção dessa forma, que “impõe à exposição de um esforço sem limites.” (ADORNO, 2008, p.37). De fato, como observa Flora Sussekind (1998), a escrita de Schwarz parece marcada por uma “desconfiança” em relação ao seu objeto, o que resulta da sua não-identificação entre conceito e realidade – mais uma vez, repare-se a influência da dialética negativa de Adorno -, do que resulta a “opção por frases que muitas vezes contêm sua própria negação, por uma escrita extremamente concisa [...] por uma prosa que, colando o método dialético à própria sintaxe e fazendo da *elipse* verdadeiro paradigma estilístico, parece *testar* todo tempo seu interlocutor, tirando-lhe qualquer possibilidade de relaxamento.” (SUSSEKIND, 1998, p.98 – grifos do original)¹²⁶.

Por razões óbvias, no estudo schwarziano não há a ênfase nas singularidades da escravidão gaúcha. Porém, do estudo dedicado a ela Schwarz logrou retirar, ao menos em parte, a percepção de que o sistema “capitalista-escravocrata” brasileiro – para usarmos a expressão de Cardoso - *era, ao seu modo, capitalista* e que era precisamente na sua anormalidade, explicada em sua origem colonial e sua necessária articulação com o sistema capitalista internacional, que residia a explicação de nossa vida ideológica dual. Ou, em

126 Em outro sentido, essa desconfiança pode ser tomada como liberdade em face ao objeto, do que resulta numa crítica imanente desidentificada com ele – aliás, precisamente é essa desidentificação que permite a crítica. Por outro lado, Marcelo Coelho parece ter razão ao diferenciar a sensação passada entre os ensaios de Adorno e Schwarz. “Todo leitor de Adorno já terá sentido, sem dúvida, certa vertigem no momento de citar um trecho de seus textos. Em geral seu raciocínio está muito encadeado, e quando nos aproximamos de isolar um trecho, logo em seguida o perdemos de vista; funde-se ao conjunto do argumento, e raras vezes se mostra individualizável. Os conceitos estão sempre em movimento, escapando ao intuito de fixá-los numa citação. Por mais adorniana que seja a inspiração de Roberto Schwarz, é bem diferente, nesse aspecto, a textura de seus ensaios: é comum, se abrirmos um página ao acaso, que cada parágrafo pareça se sustentar sozinho; suas frases são eminentemente citáveis, e uma fórmula isolada não perde o vigor mesmo se tiver, mais tarde, de ser relativizada ou balanceada no conjunto.” (COELHO, 2007, p.101). Não custa observar: a intenção pode ser a mesma e os recursos podem variar. Uma possível explicação para isso se deve aos próprios objetos de análises dos autores: no caso do filósofo, os conceitos; no caso do crítico, materiais culturais. Por aqui talvez fique claro que o ensaio seja a forma especialmente adequada para o exercício da crítica cultural. As inclinações para esse ofício por parte de Lukács, Adorno e Benjamin - todos ensaístas de referência - podem ser tomadas como indicação nessa direção.

outros termos: se o tema que Schwarz enfrentou em *Ao vencedor as batatas* não era o mesmo do enfrentado por Cardoso em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, a explicação que solucionava o fundamento de seu problema estava na tese de Cardoso. E é por isso que Schwarz destaca, como vimos no excursus I, o papel desempenhado pela teorização de Cardoso sobre a relação entre capitalismo e escravidão no contexto do Seminário Marx. Em termos clássicos: Cardoso teria descoberto as determinações essenciais concretas da sociedade brasileira as quais acarretavam a centralidade do *favor* em nossa vida ideológica, embora não tenha alcançado essa conclusão *justamente porque se prendeu às relações polares* – senhores e escravos –, entre as quais não vigorava o favor, mas a racionalidade específica do escravismo, cuja marca decisiva era a violência. Esperamos ter demonstrado os desdobramentos dessa tese em nossa exposição sobre a análise de Schwarz acerca dos romances tardios de Machado de Assis. Ao mesmo tempo, porém, na tese de Cardoso aparece um elemento que não surge nas análises de Schwarz: os dilemas do pensamento periférico local *quando colocados diante do processo produtivo*. Ora, um dos pontos centrais da tese de Schwarz está na ideia de favor, a qual se baseia justamente na precariedade da inserção produtiva de um de seus polos.

Em plano mais abstrato, as *problemáticas* das duas teses de doutorado podem ser assemelhadas: se o estudo de Cardoso tinha como *problema empírico* a relação entre capitalismo e escravidão no Rio Grande do Sul do século XVIII, a *problemática* e a abordagem *teórico-metodológica* do estudo remetem ao processo, subjacente e fundamental, de constituição de um capitalismo periférico e as suas decorrentes anomalias; ao mesmo tempo, essa mesma *problemática* e a *mesma abordagem teórico metodológica* – explicitada em “As ideias fora do lugar” – ressoará no estudo que Schwarz faz da formação do romance no Brasil, pois constituem o chão histórico sobre o qual essa forma artística se assenta. Ou seja: o romance, como o liberalismo e o marxismo, tinha pressupostos históricos vinculados à sociedade moderna de outra ordem. Para que tivesse eficácia formal – cujo fundamento é exprimir, de algum modo, a experiência vivida –, o romance brasileiro deveria, paulatinamente, incorporar os supostos históricos de nossa *formação social*. Disso decorre a ideia de Schwarz acerca das “formas trabalhando formas”. Por outro lado, em certo sentido, o sinal se inverte nos estudos de Schwarz sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, pois neles a ênfase está em demonstrar como, a partir dessa problemática que aludimos, Machado teria logrado extrair, em potência máxima, as suas consequências, atingindo, assim, o patamar dos grandes escritores europeus de seu tempo, eles próprios situados diante da falência do universalismo da ideologia burguesa. Nessa nova quadra

histórica, a ideia das “formas trabalhando formas” ganha novo sentido: trata-se de relacionar formas *aparentes* e formas *essenciais* historicamente saturadas, como vimos.

Como destacamos no início desse trabalho, nossa ideia é a de que ambos os autores constituíram “formas de pensar” similares para refletir sobre a formação histórica, política, social e cultural brasileira. Para retomarmos uma definição dessa categoria, “formas de pensar” seriam “estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada” (BRANDÃO, 2007, p.30). O paralelismo das análises de Cardoso e Schwarz sobre a relação entre capitalismo e escravidão no Brasil do século XIX dificilmente poderia ser maior: a estrutura intelectual fornecida pelo marxismo renovado do Seminário Marx, com sua ênfase na objetividade das formas e aposta sobre a dimensão internacional do processo histórico de formação do Brasil, possibilitou a formação de maneiras de articular um problema clássico de nosso pensamento político-social, o da dialética entre localismo e cosmopolitismo. Se é verdade que a formalização da “categoria teórica” do “lugar das ideias” se deve a Roberto Schwarz, não é menos verdade que a raiz de sua formulação se encontra no doutorado de Cardoso. E é precisamente essa elaboração que permite desvendar as determinações essenciais do processo concreto de formação histórica do país, bem como das turvações que esse processo impõe aos sujeitos sociais que agem no seu contexto – o que, por sua vez, nos permite compreender os impasses e os sentidos de diversos programas políticos para o Brasil.

Até aqui, sumarizamos os pontos nos quais Cardoso e Schwarz coincidem. Mas o crítico literário deu outros dois passos. Em primeiro lugar, incorporou os achados de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os “homens livres”; em segundo lugar, logrou descobrir na *volubilidade* dos narradores do Machado maduro uma *forma de ser de nossa classe dominante*, cujo sentido é plenamente histórico e tem como raiz a aparente dualidade de nossa formação social.

Quanto ao primeiro ponto, já destacamos, em passagens anteriores, a complementaridade que Schwarz percebeu entre os trabalhos de Cardoso e Carvalho Franco. Percepção, aliás, pouco óbvia, porque os trabalhos de Carvalho Franco (1970, 1997) pretendiam ser críticos dos trabalhos de Cardoso. Voltemos a precisar o raciocínio. Se a estrutura social brasileira tinha como pilares os senhores e os escravos, tal como analisado por Cardoso, o fato era que o *locus* social da ideologia *moderna* se encontrava nas relações entre senhores e sujeitos livres. Por quê? Porque era negada a condição humana aos escravos – que, ao serem tomados como mercadoria, não tinham direitos e, assim, não poderiam ser agentes ideológicos no sentido burguês. Por essa razão, ocorria que a igualdade civil só poderia ser

tema da relação entre senhores e homens livres, sujeitos analisados por Carvalho Franco.

Entretanto, essa igualdade civil andava junto com a desigualdade essencial de propriedades. Assim, de um lado, tínhamos sujeitos proprietários, inclusive de *seres humanos escravizados*, e de outro, sujeito livres, mas sem propriedades. Além disso, esses sujeitos sem propriedades não contavam com o meio tipicamente moderno para a aquisição das mesmas, o trabalho assalariado, pois o trabalho era feito pelos escravos, de propriedade dos primeiros. Sendo assim, os homens livres assemelhavam-se aos senhores no que diz respeito aos direitos civis, mas estavam completamente despossuídos de meios materiais para atingir os patamares da autonomia. Essa despossessão denotaria o *formalismo* das normas burgueses (no caso, dos direitos civis), que não podem ser exercidos sem meios materiais. É aqui que o *favor* exerceu sua função histórico-ideológica: ao mesmo tempo em que sublinhava as diferenças materiais radicais, fazia com que as duas partes da relação se vissem farsescamente como semelhantes.

Para os nossos propósitos, convém assinalar que toda essa estrutura ideológica, que será matéria-prima do jovem Machado de Assis, só adotava a *forma* do favor *porque tinha como pressuposto o trabalho escravocrata, que alienava os senhores de terras e os sujeitos pobres do trabalho produtivo*. Naturalmente, essa alienação se materializava de maneira distinta nos dois polos da relação; a onipotência do primeiro tinha relação, justamente, com a falta de necessidade do trabalho do segundo. É justamente a predominância do primeiro polo que nos remete ao segundo achado de Roberto Schwarz: o crítico literário conseguiu perceber, a partir dos trabalhos de Cardoso e Carvalho Franco, que, no Brasil, aqueles que tinham uma potencial visão totalizante não eram os explorados, como sugeria análise “otimista” de Lukács em *História e consciência de classe*; bem ao contrário, seriam os componentes da classe dominante brasileira, da qual Brás Cubas e Bentinho serão exemplos estilizados, que, com sua onipotência política, social e econômica – vale frisar, calcada na propriedade *de outros seres humanos* – teriam, além de tudo o mais, essa vantagem epistemológica. No plano histórico, essa virada tem relação com os impactos universais das derrotas de 1848, momento em que a ideologia burguesa mostrava sua realidade, razão pela qual uma eventual mudança social ficava em suspenso, trazendo problemas para a forma romance.

Sobre o assunto, seja-nos permitido recordar uma observação de Cardoso em sua tese de cátedra, na qual, ao discutir as potencialidades de uma ciência política marxista, afirma:

A partir dessa perspectiva seria possível constituir tanto uma *ciência política* como uma *teoria científica das ideologias*: a determinação específica dos modos de consciência e das formas de atuação das classes sociais deixaria de ser representada como o puro reflexo de uma estrutura subjacente, isto é, de relações entre o fenômeno e a essência, para ser a busca das condições reais de movimento do “todo estruturado”, de um tipo determinado de sociedade. A circunstância revelaria, em

consequência, sua própria lei; é no particular que o cientista lê o movimento geral. Assim, não só a lei histórica existe como expressão de um “universal concreto”, mas só através da concretude existe esse universal. (CARDOSO, 1978, p.18 – primeiro grifo do original, segundo grifo nosso)

Respeitadas as fronteiras disciplinares, não pensamos ser inadequado ver nesse trecho de Cardoso – lembremos, que discute as possibilidades de uma *ciência política* - precisamente o ponto de vista que articula o estudo de Schwarz sobre a *literatura* de Machado de Assis. No plano epistemológico, a possibilidade de conexão entre as disciplinas aparece não só por uma epistemologia – a marxista – que as relativiza em favor de uma noção de “totalidade”, mas, mais especificamente, na centralidade que adquire o problema da análise, em diversos planos, das *ideologias*, ao mesmo tempo categoria que designa uma maneira como a qual os sujeitos sociais organizam sua percepção sobre o mundo e *agem* nele. No estudo citado, isso aparece no próprio momento em que Cardoso, valendo-se da leitura que Antonio Gramsci fez de Maquiavel, observa que a *política está imersa na ideologia*, do que resultaria que o verdadeiro objeto da política, a ação política – nos nossos termos acima, “prática dos sujeitos” – seria composta pelas opções e valores que lhes estão disponíveis, além das contingências históricas (Cf. CARDOSO, 1978, p.11). Ou seja, pelo que chamará de “possibilidade estrutural”, termo que designa um campo no qual se reúne os *possíveis* desdobramentos ideológicos diante de realidade social dada. Por outro lado, como vimos e como veremos adiante, essa formulação é especialmente adequada pois reitera a força de uma das problemáticas centrais que permitem uma “interpretação integrada” das obras de Schwarz e Cardoso, a *crítica da ideologia*.

A plausibilidade desse ponto de vista é confirmada pela análise realizada por Schwarz, a qual leva adiante a ideia de que as *determinações específicas dos modos de consciência* das personagens do romance de Machado revelariam o que Cardoso denomina de “movimento do ‘todo estruturado’”; ou seja, ainda no vocabulário do mesmo autor, essa “circunstância revelaria, em consequência, sua própria lei”, tal como interpretada pelo *ensaísta*, que está em condições de demonstrar a relação dialética entre o concreto (singular) e o universal. Ou seja: os romances de Machado são lidos a partir das “possibilidades estruturais” abertas aos personagens que os compõem, cujo nexos ideológico é o favor, do qual são retiradas as consequências estéticas e políticas. O ápice desse escrutínio de Machado de Assis pela vida ideológica brasileira seria o achado de que a burguesia brasileira, devido à *forma* de estruturação da sociedade brasileira, teria uma grande margem de possibilidades. E mais: por sua vez, o próprio Machado de Assis, tal como sua trajetória é interpretada por Schwarz, poderia ser entendido segundo as componentes que estruturam a “ação política” (ou “prática

dos sujeitos”) segundo Cardoso. Daí que a mudança ideológica pela qual teria passado Machado de Assis teria certa relevância para a explicação de Schwarz.

No caso de Machado de Assis, os diversos problemas relacionados à matéria brasileira – seu estado atual no momento que escrevia, suas condições de possibilidades políticas, a existência de uma tradição literária de fôlego, entre outros - estão configurados na própria *evolução formal* de seus romances, que só lograram atingir o seu ápice *literário* quando passaram a figurar, de determinada forma, os desmandos de nossa elite. Essa observação é essencial pois, mais uma vez cabe repetir, ela contraria, por meio da análise *sociológica*, a suposição *filosófica* de Lukács, tributária diretamente dos trabalhos do jovem Marx, acerca da condição universal do ponto de vista do proletariado. Em primeiro lugar, porque seria inadequado supor a *universalidade do proletariado universal*; em segundo lugar, porque as condições sociais das quais partiam os proletários europeus eram radicalmente distintas daquela das quais partiam os subalternos brasileiros. O problema da “possibilidade estrutural” da relação entre “estruturas ideológicas” e as demais estruturas da sociedade – como o sistema político e o sistema econômico – (CARDOSO, 1978, p.46) vincula os trabalhos de Cardoso sobre o sistema escravocrata gaúcho com os trabalhos de Schwarz sobre Machado de Assis. E cremos que esse mesmo vínculo é encontrado entre esses escritos e os demais dos mesmos autores, objetos da parte que se segue.

PARTE II

[...]
Lembra que tempo feliz, ai que saudade, Ipanema
era só felicidade
Era como se o amor doesse em paz
Nossa famosa garota nem sabia
A que ponto a cidade turvaria este Rio de amor que se
perdeu
Mesmo a tristeza da gente era mais bela e além disso se
via da janela
Um cantinho de céu e o Redentor
É, meu amigo, só resta uma certeza, é preciso acabar com
essa tristeza
É preciso inventar de novo o amor
[...]

Vinicius de Moraes e Toquinho

Capítulo 4 – Um diagnóstico de tempo: Fernando Henrique Cardoso e a ideologia do empresário industrial brasileiro

O compromisso da dialética marxiana com a realidade impede o seu compromisso com o dogma [...].

Herbert Marcuse

O leitor atento observará que as estruturas deste capítulo e dos próximos são diferentes daquelas encontradas nos dois primeiros, nos quais optamos por focalizar um livro de cada autor. A opção por essa maneira expositiva se deveu à necessidade de apresentar as trajetórias dos autores nos capítulos iniciais. Em contraste com aquela situação, na qual era preciso fornecer previamente ao leitor certo aparato para o acompanhamento da exposição, os três capítulos que se seguem passarão, ao mesmo tempo, por mais obras dos autores e de maneiras mais circunscritas; o objetivo é, como sugere o nome dessa parte, destacar os modos pelos quais Cardoso e Schwarz estruturaram suas percepções sobre os processos de modernizações pelos quais o Brasil passou ao longo do século XX. Haverá exceções, como no caso do presente capítulo, iniciado pela exposição das condições institucionais nas quais Cardoso realizou sua tese de livre-docência, objeto principal de nossa análise.

A criação do Cesit: a modernização brasileira como problema

Em novembro de 1961, o Conselho Universitário da USP aprovou a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), instituição elaborada pelo grupo em torno de Florestan Fernandes com o intuito de investigar o estágio de desenvolvimento no qual o país se encontrava e formular estratégias para o seu avanço. As condições de possibilidade de surgimento desse centro de pesquisa, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹²⁷, só podem ser compreendidas se tivermos em mente dois planos de relações estabelecidas pela cadeira de Sociologia I: um, por assim dizer, “interno” a FFCL-USP, e outro externo, no qual a cadeira de Sociologia I logrou estabelecer relações com a sociedade e com o governo do estado de São Paulo.

¹²⁷ As relações sociais prévias de Cardoso com o alto escalão da sociedade local parecem ter sido importantes para o desfecho positivo da empreitada (SALLUM JUNIOR, 2002, p.78; RODRIGUES, 2011, p. 160 e ss). Conta-nos o autor: “Eu resolvi criar um Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o Cesit, com o Florestan [Fernandes]. Arranjei recursos com o Fernando Gasparian, que era meu amigo e cuja mulher, Dalva, tinha sido colega de Ruth no colégio em São Paulo. Fernando foi nomeado pelo Jango interventor na Confederação Nacional das Indústrias, o CNI. Assim, arranjei uma verba para fazer a pesquisa. Arranjar dinheiro do setor empresarial para fazer pesquisa na universidade era algo heterodoxo. Mas o dinheiro foi dado ao Cesit. Eu tinha muito cuidado para o Florestan não imaginar que eu quisesse ameaçar o poder dele.” (CARDOSO, 2006, p.74)

No campo das relações internas à faculdade, a criação do CESIT significou um novo momento da hegemonia intelectual e política da cadeira de Sociologia I. Para entendermos o significado disso, pode ser útil partir de uma frase relativamente conhecida de Florestan Fernandes: “Na verdade, a cadeira de Sociologia I era uma instituição dentro de outra instituição.” (FERNANDES, 1977, p.185). Essa sua afirmação tem estreito vínculo com o seu empenho, desde 1954 – ano no qual assumiu a regência da cadeira –, em formar uma equipe de pesquisa ao seu redor, fator que era mesurado pelo *modo* específico de trabalhar da cadeira, que contava um *ritmo* diferenciado em relação às demais cátedras da Faculdade. Um sinal dessa particularidade organizacional do grupo reunido ao redor de Florestan Fernandes era a rígida hierarquia que o mestre impunha aos seus assistentes, os quais deveriam sempre trabalhar em *grupo*, como vimos na seção dedicada a *Cor e mobilidade social em Florianópolis*; outro sinal é o de que, como observou Maria Arminda Arruda, Florestan Fernandes, no plano externo, “regia seu grupo de modo articulado e tecia o prestígio intelectual do *conjunto*, naturalmente, respaldado na qualidade dos trabalhos produzidos.” (ARRUDA, 1995, p.194 – grifo nosso). As medidas deram resultado: como observa a mesma autora, entre 1953 e 1964, Florestan Fernandes foi o orientador de quase 50% das teses de mestrado e doutorado defendidas na Faculdade.

O sucesso da institucionalização da cadeira de Sociologia I permitiu seu regente buscar voos mais altos. Um deles foi precisamente o CESIT, instituição criada por meio da mobilização de relações intelectuais e políticas do líder da Cadeira de Sociologia I e do seu primeiro assistente, Fernando Henrique Cardoso. Segundo uma analista autorizada acerca do tema da história intelectual da “Escola de Sociologia Paulista”: “Não há sombra de dúvida que Florestan [Fernandes] e o seu primeiro assistente militavam no sentido de ampliar o poder da cadeira.” (ARRUDA, 1995, p.196). A militância intelectual e política desse grupo de sociólogos resultou na criação de uma “hegemonia incontestada” no curso de Ciências Sociais da FFCL-USP daquele período (cf. ARRUDA, 1995, p.196), o que se traduziu, por exemplo, na vitória de Cardoso sobre Paula Beiguelman na disputa da cátedra de Política.

No plano externo, o grupo também buscava fomentar mecanismos para a divulgação de seus trabalhos. No campo editorial, vários membros do grupo publicaram seus livros pelas editoras Nacional, Martins, Difusão Européia do Livro (DIFEL) – na qual Fernando Henrique Cardoso era diretor da coleção “Corpo e Alma do Brasil” – e, posteriormente, Pioneira. Será pela coleção “Corpo e Alma do Brasil” que, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso publicará as primeiras edições de suas teses de doutorado e livre-docência.

Esse empenho construtivo também adquiria um traço mais acentuado no que se refere às

ambições políticas do grupo. Como assinalada Wagner Romão, “a constituição do CESIT representa o momento em que aquele grupo de sociólogos paulistas, recém-saídos de uma derrota política contundente – a da Campanha de Defesa da Escola Pública – armavam-se para o debate público dos principais dilemas nacionais.” (ROMÃO, 2006, p.94). Como devemos ter em mente que a criação do CESIT é um momento resultante de uma certa trajetória intelectual dos componentes do grupo de Florestan Fernandes – no qual se destaca a figura de Cardoso, que dirigirá o centro até a sua partida para o exílio em abril de 1964 -, convém, revisitar brevemente as posições dos membros da cadeira de Sociologia I sobre o desenvolvimento nacional antes da criação do CESIT.

A trajetória intelectual do grupo em torno de Cadeira de Sociologia I foi marcada pela tentativa de Florestan Fernandes em institucionalizar a Sociologia no Brasil. Por um lado, Fernandes buscava fazer uma leitura original das teorias sociológicas dos clássicos da disciplina, tendo no horizonte as suas possibilidades de responder desafios da sociedade brasileira, tal como evidencia, por exemplo, o livro *Fundamentos empíricos da análise sociológica*¹²⁸. Porém, simultaneamente, a conjugação entre estes desafios e a radicalização social e política do final dos anos 1950 impeliu Fernandes a não só tomar o problema do ‘desenvolvimento’ nacional como questão-chave para suas pesquisas, como também a ambicionar participar do debate público em torno da questão. Nessa esteira, o seu esforço por constituir uma ideia de “sociologia aplicada” ganha sentido, como revela o livro *A sociologia numa era da revolução social* (1963) (Cf. ROMÃO, 2006, p.224).

Uma breve observação no índice desse livro revela a tentativa de seu autor em fazer análises críticas sobre a questão da ciência no Brasil e sobre os papéis do sociólogo – como “cientista” e “cidadão” - diante dos impasses da “mudança social” no subcontinente. No mesmo sentido, Florestan Fernandes produziu um relatório crítico sobre a então situação das ciências sociais em São Paulo e talvez não fosse à toa que o ponto culminante das reflexões encontradas na publicação dos dois projetos de pesquisa então em elaboração no CESIT. Quer dizer, além do fato de terem sido escritos depois, o que configura uma ordenação histórica dos escritos que compõem o livro, parece haver também uma ordenação lógica, da qual tais

¹²⁸ Pergunta-se Gabriel Cohn (1987): como falar de teoria social num autor que escreveu *Fundamentos empíricos da análise sociológica* e não *Fundamentos teóricos da análise sociológica*? “Tenho a impressão de que o truque está nisso (...). Acontece que, tanto quando consigo ver, em Florestan o que importa fundamentalmente são os procedimentos de análise da realidade, os modos de se enfrentar a realidade pela via do pensamento analítico. Interessa mais a ordem dos procedimentos para se dar conta da realidade do que a ordem dos conceitos na teoria internamente consistente.” (COHN, 1987, p.48-9 – grifo nosso). Se não estivermos enganados, a tese de Cohn, segundo a qual Fernandes enfatizava mais os dados do que a teoria talvez ajude a pensar o modo como o qual a sua sociologia de tenha ressoado na maneira “aberta” pela qual os seminaristas uspianos lidaram com a obra de Marx.

projetos seriam o clímax.

Uma síntese articuladora dessas preocupações apareceu em artigos publicados em sete edições do *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de São Paulo* daquele período, depois reunidos em texto intitulado “Reflexões sobre os problemas de mudança social no Brasil” (FERNANDES, 1963a), reescrito em 1962 e recolhido em *A Sociologia numa era de Revolução Social*. Nesse texto, Florestan Fernandes assinala três aspectos que impediriam ou dificultariam a modernização da sociedade brasileira: o primeiro e mais saliente elemento do “nosso dilema social” consistiria no descompasso entre o que dizem aqueles que detêm o poder de mando no país, que afirmam desejar a sua modernização, e suas ações, que iriam em sentido contrário; o segundo aspecto seria a incapacidade dos grupos sociais mais interessados em combater os desmandos dos grupos dominantes em agir de maneira coerente, o que se explicaria tanto por serem “politicamente pouco valorizados” como porque o seu “horizonte cultural” ainda conteria apego à ordem do “antigo regime”; o terceiro aspecto residiria no problema da falta de intelectuais genuinamente modernos – como cientistas e técnicos –, o que se explicaria, em parte, pela resistência da inteligência brasileira em adotar novos padrões de comportamento científico. Nos termos do autor: “*Um dos males da situação brasileira está, portanto, no fato de não possuímos número suficiente de intelectuais desvinculados do conformismo tradicionalista e aptos a assumir as responsabilidades que começam a pesar sobre a intelectualidade brasileira na ordem social democrática.*” (FERNANDES, 1963a, p.237-8, grifo nosso).

Como bem notaram Maria Armanda Arruda (1995) e Carlos Guilherme Mota (1987), em contraposição à periodização feita por Barbara Freitag (1987), já aqui aparecem traços visíveis da radicalização política de Florestan Fernandes, os quais ganham vida na defesa que o autor faz do que chama “planejamento social”, entendido por ele, na esteira dos trabalhos do economista sueco Gunnar Myrdal, como a ferramenta pela qual os países subdesenvolvidos podem alcançar o desenvolvimento. Nesse sentido, a discussão sobre a modernização do país deixa de ser tomada como puramente abstrata, na medida em que são colocadas mais concretamente as diferentes formas pelas quais o país poderia de modernizar (Cf. FERNANDES, 1963a, p. 239-40).

Essa inflexão de Florestan Fernandes e seus discípulos se explica, ao menos parcialmente, pela crescente radicalização do contexto político do período (LAHUERTA, 2008, p.314)¹²⁹, como já mencionamos. Dessa situação surge a preocupação do grupo de

¹²⁹ No caso de Florestan Fernandes, pode ter contribuído para a sua radicalização a própria existência do Seminário Marx, que ameaçava lhe retirar certo espaço (LAHUERTA, 2008, p.318).

sociólogos vinculados à cadeira de Sociologia I em estabelecer uma interlocução direta com a sociedade – medida teorizada e posta em prática já durante a Campanha de Defesa da Escola Pública, na qual as atuações engajadas de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni lhes propiciou certa visibilidade pública, como demonstram os convites que lhes foram feitos para se pronunciarem diante das mais variadas audiências, compostas por sindicalistas, empresários afiliados a FIESP e mesmo militares do Exército. Além disso, suas intervenções foram muitas vezes reproduzidas em revistas como *Anhembi*, *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, *Revista Brasiliense*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Sociologia*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e outras. Nessas publicações, Fernandes, Cardoso e Ianni debatiam questões diferentes daquelas que trataram em suas pesquisas sobre as relações raciais¹³⁰. É nesse contexto que nasce o que Brasília Sallum Junior chamou de “Sociologia Política” na Universidade de São Paulo (SALLUM JUNIOR, 2002, p.75). Como recorda Fernando Henrique Cardoso: “Com o populismo de Jânio [Quadros] e Jango, com o ISEB nacional-desenvolvimentista e com a presença das massas urbanas o Brasil mudara. E nós também.” (CARDOSO, 1988, p.30).

Os primeiros projetos do CESIT – *Economia e sociedade no Brasil* e *A empresa industrial em São Paulo* – sustentam-se, em consonância com o diagnóstico apresentado por Fernandes, a partir da crítica das características culturais brasileiras entendidas como incompatíveis com o processo de modernização do país. Além disso, compartilham o pressuposto de que o conhecimento sobre a realidade social poderia ser utilizado, pelos sujeitos em condições de comando, para produzir as mudanças sociais requeridas pelo processo de desenvolvimento nacional. Em suma: partilham dos pressupostos próprios da “sociologia da modernização”, tanto no que se refere ao diagnóstico, como à terapêutica sugerida.

Nesse sentido, fica evidente que, embora o projeto *Economia e sociedade no Brasil* tenha estabelecido outros objetos de pesquisa aos sociólogos que chefiavam a cadeira e Sociologia I, a preocupação teórica continuava a mesma, embora de maneira mais imediata: tratava-se, como nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil, de entender *os entraves da*

¹³⁰ No âmbito da Campanha de Defesa da Escola Pública, vale destacar o texto “As exigências educacionais do processo de industrialização”, escrito por Cardoso e Ianni em 1959 (CARDOSO e IANNI, 1959). Nele, os autores tematizam o sistema educacional brasileiro, que não estaria adequado para o processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Isto é, não colaboraria para suprir as carências do setor industrial brasileiro. Para explicar esse descompasso, os autores invocavam a tese da “demora cultural”, então defendida por Florestan Fernandes. Nesse sentido, os educadores deveriam levar tais desajustes em conta e dirigir o processo da maneira mais racional possível, o que implica em dizer que dever-se-ia tomar medidas que colaborassem para o processo de desenvolvimento econômico do país. Antecipa-se, assim, um dos temas do projeto *Economia e sociedade no Brasil*: a questão da qualificação da força de trabalho no Brasil. (cf. ROMÃO, 2006, p.159 – nota 22).

modernização do país. Num plano mais local, vale lembrar que a concorrência estabelecida entre Florestan Fernandes e seus assistentes, nascida do fortalecimento da perspectiva marxista renovada de seus alunos frequentadores do Seminário Marx, pode ter sido decisiva para a própria confecção do projeto. Segundo Brasília Sallum Junior, “propondo um projeto desse tipo, ele [Florestan Fernandes] atenua bastante as tensões com os assistentes e tenta retomar a liderança intelectual plena da cadeira.” (SALLUM JUNIOR, 2002, p.79). Isso porque esse projeto se situava dentro do que Fernandes chamava de Sociologia Diferencial – entendida como aquele ramo da sociologia especializada na compreensão dos processos de mudança social de um ponto de vista histórico – e que, por isso, uma visada marxista seria, segundo a tripartição metodológica formulada por Fernandes, o método adequado para efetuar a pesquisa. Mas isso não significou sua capitulação diante do marxismo de seus assistentes, antes pelo contrário, na verdade: teria sido uma tentativa do mestre em absorver, pela perspectiva teórica que sustentava, as preocupações e temas de pesquisa de seus alunos, voltados, muito provavelmente, para a intervenção no presente.

No plano propriamente da pesquisa, Mara Arminda Arruda (1995) destaca que o projeto de estudo *A empresa industrial em São Paulo* - redigido por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, com a colaboração de Octávio Ianni – revela a amplitude imaginada da pesquisa do grupo.¹³¹ O projeto previa a redação de 5 monografias sobre os tipos de empresas industriais selecionadas. Ademais, promoveria a ampliação das áreas de conhecimento do grupo, poderia servir como ambiente de seleção para futuros docentes – o que ocorreu – e, por fim, poderia resultar no fortalecimento do seu raio de influência. O CESIT criava, ainda, a possibilidade de acelerar o recolhimento de material de pesquisa para os dirigentes da cadeira, como exemplificam os casos da tese de livre-docência de Cardoso e da tese de cátedra de Octávio Ianni, derrotado no concurso para a cadeira de Sociologia II por Ruy Coelho¹³².

¹³¹ O vasto grupo de pesquisadores deixaria claro as ambições do grupo. Além dos principais dirigentes da cadeira de Sociologia I, participaram do projeto, como pesquisadores contratados, Celso Beiseguel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira e Lourdes Sola; como colaboradores, estavam inscritos José Francisco Fernandes Quirino dos Santos, Maria do Carmo Campello de Souza, Eduardo Kugelmas, Maria Márcia Smith, Cacilda Maria Asciutti, Lúcia Campello de Souza, Maria Irene Franco Queiroz Ferreira, José Rodrigues Barbosa e Daisy Maria del Nero.

¹³² Os livros produzidos no âmbito ou com material do Cesit foram os seguintes: *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (Fernando Henrique Cardoso, 1964); *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (Octávio Ianni, 1965); quanto à chamada “segunda geração dos assistentes e mesmo a terceira”, tivemos: *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* (Luiz Pereira, 1965); *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (Leôncio Martins Rodrigues, 1966); *Industrialização e atitudes operárias* (Leôncio Martins Rodrigues, 1970); *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo* (José Carlos Pereira, 1967); *Petróleo e Nacionalismo* (Gabriel Cohn, 1968); *A Formação da empresa e relação de trabalho no Brasil rural* (José Cesar Gnaccarini, 1966); *Empresário e empresa na biografia do conde Matarazzo* (José de Souza Martins, 1967). Outros que se beneficiaram dos trabalhos do Cesit foram Paul Singer (*Desenvolvimento e crise*, 1968) e Juarez Brandão Lopes, *Sociedade industrial no Brasil*, 1964.

Se a criação do CESIT constituía um ponto de síntese da trajetória dos autores, pode ser interessante para nós a revisitação das posições prévias de Cardoso – nosso objeto privilegiado de estudo neste capítulo - sobre o problema do desenvolvimento nacional.

Em 1957, nas páginas bimestrais da *Revista Brasiliense*, houve um debate entre Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni sobre a questão do nacionalismo na política brasileira – o que, registre-se, demonstra que não existia homogeneidade de opiniões a respeito da questão do desenvolvimento brasileiro no âmbito da Cadeira de Sociologia I. O texto de Cardoso foi publicado na edição de julho/agosto da revista, enquanto Ianni publicou o seu na edição de novembro/dezembro.

O texto de Fernando Henrique Cardoso ecoa as teses defendidas pelos intelectuais do ISEB e pelos militantes do PCB, partido do qual teria sido militante entre 1949 e 1954 (CARDOSO, 2018). Nesse texto – vale frisar, escrito *antes* do início do Seminário Marx -, intitulado *Desenvolvimento econômico e nacionalismo*, o então jovem sociólogo uspiano busca demonstrar de que maneira o nacionalismo “moderno” se diferencia do “antigo” e a razão pelo qual o primeiro é decisivo para a modernização do país. Nele, Cardoso argumentava que: “Cremos que hoje se pode dizer que o nacionalismo é a forma através da qual, nos países subdesenvolvidos, as massas tomam consciência da sua situação sócio-econômica vista de uma perspectiva nacional e internacional.” (CARDOSO, 1957, p.89). Nesse sentido, o sociólogo diferenciava esse nacionalismo esclarecido do “velho *chauvinismo* burguês”¹³³.

Além disso, o nacionalismo defendido por Cardoso teria a função positiva de unificar a visão de mundo da burguesia, de setores da classe média e do proletariado urbano e até mesmo do campesinato e do “proletariado rural” (cf. CARDOSO, 1957, p. 90). Nesse sentido, também divergiria o nacionalismo antigo, pois esse, embora também fosse uma forma de “tomada de consciência social”, o era apenas da burguesia. Não é à toa, então, que aparecem na argumentação de Cardoso duas referências explícitas: Gunnar Myrdal, referência de Fernandes, como vimos, e Celso Furtado. Ambas reforçam a argumentação de que as vias de desenvolvimento dos países periféricos deveriam ser diferentes daquelas tomadas pelos países que se desenvolveram antes; assim, o modelo de desenvolvimento adequado aos países periféricos seria aquele calcado no nacionalismo e na centralidade do Estado na economia (Cf. CARDOSO, 1957, p.94). Em particular, essa alteração na *forma* de desenvolvimento se deveria às mudanças estruturais pelas quais a economia capitalista mundial teria passado, as

¹³³ O argumento, aliás, usa um contraste interessante entre “centro” e “periferia” (cf. CARDOSO, 1957, p.90) e se vale da noção de “imperialismo”. (Cf. Idem, p.91).

quais seriam responsáveis pelo impedimento da reprodução de um modelo de desenvolvimento baseado na ação dos empresários, como no modelo clássico.

Vê-se com facilidade, portanto, o alinhamento de Cardoso com as teses comunistas do período. Romão (2006) sublinha dois fatores importantes revelados pelo texto que analisamos: por um lado, o engajamento do autor com a questão do desenvolvimento do país¹³⁴; por outro lado, “certa imaturidade do sociólogo no tratamento de questões políticas de fundo. Em verdade, aqui pouco se vê do cientista social que emite opiniões políticas baseado em análises sociológicas, posição que caracteriza a postura intelectual dos membros da Sociologia I.” (ROMÃO, 2006, p.153). Com efeito, nesse texto, os eixos ordenadores da questão do desenvolvimento nacional – a posição do país na ordem capitalista mundial, a formação das classes sociais brasileiras e o papel do Estado brasileiro na economia do país – são tratados sem a profundidade teórica que encontraremos em textos posteriores.

Em outubro de 1959, alguns sociólogos paulistas, dentre os quais Cardoso e Ianni, participaram do “Seminário sobre resistência à mudança – fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, organizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), órgão criado por intermédio da UNESCO com o intuito de debater as mudanças sociais pelas quais passava a América Latina.

Em uma mudança de perspectiva em relação aos artigos anteriores, as exposições de Cardoso e Ianni nesse seminário foram afinadas com a teoria da “demora cultural”, então adotada por Florestan Fernandes para explicar a situação de nosso desenvolvimento. Enquanto Ianni tratou dessa questão a partir do comportamento empresarial no Brasil, Cardoso analisou o mesmo problema, embora a partir do ângulo da classe operária de São Paulo. São textos que antecipam formuladas no âmbito do projeto *Economia e sociedade no Brasil*. (ROMÃO, 2006, p.156). Em seu texto, Ianni estudou os processos de racionalização e burocratização das empresas brasileiras – tema desenvolvido por Cardoso em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* anos depois. Por sua vez, Fernando Henrique Cardoso se debruçou sobre os problemas do proletariado, classe à qual faltaria “consciência racional dos interesses de classe” no que se refere às eventuais mudanças sociais. Isto é, o proletariado seria marcado por “atitudes conformistas” e por adesão a práticas paternalistas. Essa inexistência de “consciência de classe” seria resultado tanto da formação recente do proletariado, como dos resquícios de valores próprios dos ambientes rurais, por sua vez reforçados pelo paternalismo dos patrões. Note-se como a interpretação de

¹³⁴ Isso transparece também em textos como “Educação e desenvolvimento econômico” (CARDOSO, 1958), além do já citado “As exigências educacionais no processo de industrialização” (CARDOSO e IANNI, 1959).

Cardoso é a mesma apresentada por Florestan Fernandes em “Reflexões sobre os problemas de mudança social no Brasil”. Em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, livro elaborado já no contexto do CESIT, a avaliação será a mesma, embora o caminho para atingi-la seja distinto.

Diante dessas teorizações, torna-se compreensível a indicação de que o CESIT representou, ao mesmo tempo, o ponto de chegada de uma trajetória de reflexões dos componentes da Cadeira de Sociologia I sobre o desenvolvimento nacional, bem como uma inflexão qualitativa, um “novo começo”, por assim dizer, nesse mesmo esforço. De particular importância para essa virada foi a relação estabelecida entre o CESIT e alguns sociólogos franceses especializados em sociologia industrial e do trabalho, então reunidos sob o comando de Georges Friedmann.

Em primeiro lugar, a aproximação entre os dois grupos denota a preocupação do grupo da cadeira de Sociologia I em se internacionalizar. O grupo francês estudava a “sociedade industrial” européia e procurava se envolver com estudos latino-americanos, tal como indica a vinda de Alain Touraine ao subcontinente para estudar no Chile¹³⁵. Outro sinal do diálogo entre os dois grupos é a participação de intelectuais brasileiros na publicação do grupo francês, *Sociologie du Travail*. Apesar desses laços, cabe ressaltar uma diferença importante entre ambos: no horizonte de preocupações dos sociólogos brasileiros estava o cenário político nacional, no qual pretendiam intervir por meio de sua “sociologia aplicada”.

Além disso, Romão destaca a aproximação temática crescente entre o debate sobre o desenvolvimento latino-americano feito pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e as preocupações do CESIT. Embora não exista vestígios de aproximação institucional entre o grupo paulista e o cepalino – ao menos com a força da aproximação entre o primeiro grupo e os sociólogos franceses do trabalho –, haveria alguns pontos de semelhança com a sociologia da modernização praticada por José Medina Echevarría, sociólogo espanhol que era um dos líderes intelectuais da CEPAL. É de se imaginar que o consumo da literatura cepalina pelos sociólogos uspianos tenha desempenhado algum peso nas formulações do CESIT, como demonstra, por exemplo, a busca de diálogo e as críticas feitas por Fernando Henrique Cardoso – tanto em *Empresário industrial* como em *Dependência e desenvolvimento* – sobre o “economicismo” da abordagem furtadiana do desenvolvimento. De fundo, deveria contar também o suporte ideológico que os cepalinos davam aos governos

¹³⁵ Posteriormente, houve colaboração entre os membros do CESIT e o *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, então dirigido por Touraine, como revela a ida de alguns membros do CESIT, como Fernando Henrique Cardoso e Claudio Vouga, à França com fins de se especializarem no assunto.

populistas-desenvolvimentistas da América Latina de então.

No que tange ao desenho da pesquisa do CESIT, quatro eram os temas priorizados. O primeiro deles era “a mentalidade do empresário industrial, elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1963b, p.304); o segundo era a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro; o terceiro se referia à força de trabalho brasileira diante do seu contexto social, marcado pela migração de áreas “tradicionais” para zonas “modernas” e de que maneira esse deslocamento impactaria a sociedade brasileira nos planos econômico, demográfico e social e de que forma ela poderia ser integrada de maneira positiva para o processo político e econômico de desenvolvimento do país; por fim, seriam estudados os “fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil”, os quais seriam tratados de um ponto de vista que deveria revelar “à análise sociológica comparada de comunidades bem sucedidas na instauração da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1963b, p.305).

Como esclarece a documentação do projeto, Fernando Henrique Cardoso seria o responsável pelo primeiro tema; a Octavio Ianni caberia o segundo; o terceiro ficaria a cargo de Marialice Foracchi e o último seria de responsabilidade de Maria Sylvia de Carvalho Franco. De qualquer forma, é fácil observar que nesses quatro temas há um ponto em comum: a questão da alteração das mentalidades dos atores sociais, visando ajustar suas práticas sociais à ordem competitiva.

Em suma: o projeto *Economia e Sociedade no Brasil* indicava a possibilidade do CESIT se tornar uma instituição que congregasse, efetivamente, as pesquisas e os horizontes teóricos de uma parcela substantiva dos professores e alunos ligados à cadeira de Sociologia I. Em boa medida, essa possibilidade de união se vinculava não só ao compartilhamento de orientações teórico-metodológicas, mas também à percepção dos praticantes da Sociologia como atores sociais especiais, detentores de saberes potencialmente úteis à transformação do país. No horizonte, portanto, ciência e política se cruzavam.

É no contexto do projeto *Economia e Sociedade no Brasil* que Cardoso escreveu sua tese de livre-docência, defendida em novembro de 1963 e publicada logo no início do ano seguinte. Mas o fará sob os auspícios da dialética materialista, em nota dissonante da sociologia da modernização suposta no projeto original.

O Seminário Marx e o início dos anos 1960: crítica da crise

Conforme Cardoso explica na “Nota introdutória” de *Empresário industrial e*

desenvolvimento econômico no Brasil, sua tese de livre-docência formaliza alguns “resultados parciais” de pesquisas orientadas ou realizadas entre julho de 1961 e outubro de 1962 (CARDOSO, 1972 [1964], p.5). Observadas bem as datas, destaca-se que as pesquisas de Cardoso sobre o empresariado industrial brasileiro teriam começado antes da aprovação formal do Conselho Universitário da USP para a criação do CESIT, o que confirma o que expusemos na seção precedente. O autor situa assim o seu trabalho no contexto da Cadeira de Sociologia I:

O problema central discutido no livro – a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil – é novo na literatura sociológica brasileira. Apenas começam a surgir estudos concretos sobre a formação da sociedade industrial e, quase sempre, devem-se à literatura econômica as contribuições pioneiras. A cadeira de Sociologia I e o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que atualmente dirijo, programaram uma série de investigações com a finalidade de suprir esta lacuna. O presente estudo sobre os empreendedores é o primeiro destes trabalhos que chega a termo. Em breve seguir-se-ão outros onde a “sociedade industrial” que se forma no Brasil aparecerá na multiplicidade de seus aspectos. (CARDOSO, 1972 [1964], p.5)

Desse trecho, deve ser destacado o fato de que o trabalho de Cardoso é o primeiro fruto do projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, ao qual dever-se-iam seguir outros. Vale registrar também o processo de consolidação da carreira intelectual do autor, que assumiu a direção do CESIT e publicou o seu primeiro resultado, talvez porque Florestan Fernandes estivesse ocupado redigindo e fazendo os últimos preparativos para apresentar sua tese de cátedra, *A Integração do negro na sociedade de classes*¹³⁶. Nesse registro, a tese de Cardoso é, simultaneamente, o primeiro resultado do CESIT e a “síntese atualista” do Seminário Marx, nos termos de Schwarz.

Mas antes mesmo de adentrarmos na obra, já é possível desenhar alguns de seus contornos. Como lembra Pedro Lima, Cardoso escreveu o texto *Subdesenvolvimento e sociedade de massas* para o II Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em março de 1962 (CARDOSO, 1969a [1962]) – portanto, no meio do período em que realizava as pesquisas para sua livre-docência. Nesse texto, encontramos tanto críticas diretas à democracia representativa, como encontramos desconfianças do autor sobre o seu funcionamento específico nas sociedades subdesenvolvidas. Como indica Lima (2015) o tom do texto é radical, o que está diretamente relacionado com o período em que foi escrito.

Em sua intervenção, Cardoso sustenta que, em um mundo regido pelas grandes corporações e pelas “sociedades de massas”, ficaria claro que a democracia representativa nos

¹³⁶ Uma descrição muito competente desse processo de consolidação da carreira se encontra em RODRIGUES, 2011, p.160 e seguintes.

moldes liberais favoreceria grupos minoritários de proprietários e rentistas. Nesse sentido, o autor se opõe frontalmente à tese de que haveria uma *superação não revolucionária* do capitalismo por uma espécie de arranjo moderador da exploração capitalista. Apenas a revolução poderia por em xeque tal estrutura, tese abertamente oposta à moderação das interpretações do PCB e de Celso Furtado, de quem, no entanto, Cardoso retira a ideia de que o Brasil é um país “subdesenvolvido”. Perceba-se a proximidade entre esse texto, de 1962, e a tese de doutorado de Cardoso, defendida em 1961. Essa contiguidade, à qual devemos acrescentar a sua tese de livre-docência, indica a existência de um período radicalizado em suas reflexões, o que se expressaria pelo vínculo entre a superioridade epistemológica do *método* marxista e a sua superioridade *política*, a busca pela revolução.

Da mesma maneira que encontramos um afastamento das teses do PCB e de Furtado, o mesmo pode ser afirmado sobre a relação de Cardoso com Florestan Fernandes. Como vimos acima, em texto também de 1962, Fernandes faz uma defesa do “planejamento social”, mas o faz em tom desprovido de ímpeto revolucionário, como bem demonstra a sua preocupação em afirmar que sua argumentação se prende estritamente aos moldes científicos (cf. FERNANDES, 1963a, p. 239-40). Em contraste com o vínculo entre sociologia empírica e reformas sociais estabelecido pela sociologia de Fernandes, é possível que Cardoso estivesse em mente com outra formulação, aquela segunda o qual “dialética materialista é uma dialética revolucionária.” (LUKÁCS, 2003, p.64). Em suma: assim como Fernandes, nesse período, Cardoso também se radicalizou, mas o fez, tudo indica, de outra forma. Ao mesmo tempo, a veemência um tanto quanto abstrata do texto e das teses sugerem a modulação de um desejo de intervir de quem tem escassos laços com as forças com as quais debate ou se alinha no campo político, no caso, o progressista¹³⁷.

Por outro lado, cabe notar que tais divergências entre os sociólogos uspianos não deve obscurecer a busca, comum a eles, de afirmar a superioridade cognitiva de sua disciplina – e, mais especificamente, do modo como o qual a praticavam (LAHUERTA, 2008, p.312). Recém-chegados ao debate político mais imediato acerca do processo de modernização da economia brasileira, os sociólogos paulistas logo buscaram seu espaço. Isso fica evidenciado no seguinte trecho da orelha que Florestan Fernandes escreveu para *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*:

¹³⁷ Em 2013, Cardoso dirá: “Nós aqui tínhamos uma visão, na USP, de que o ISEB, pela ligação com o Estado, estava contaminado... E eles eram muito nacionalistas, enquanto a USP nessa altura já tinha uma visão de classes, lia Marx. Então, a crítica que se fazia era que o Estado mascara os interesses de classes. Mas, a bem da verdade, o ISEB tinha muito mais contato com o processo social real do Brasil do que a USP. A USP estava numa torre de marfim, e o ISEB estava discutindo temas do processo político brasileiro.” (CARDOSO, 2013, p.10).

Assim, são abordadas, sociologicamente, as questões cruciais para o conhecimento e a transformação da realidade. O empresário de uma *nação subdesenvolvida*, empenhada em acelerar e em diferenciar seu crescimento econômico, precisa ter uma visão própria do processo econômico e dos meios de intervenção que permitem orientá-lo. Esse é, presumivelmente, o aspecto mais provocativo e construtivo da obra. Ela desemboca, corajosa e lucidamente, em nosso dilema fundamental: até que ponto o empresário industrial brasileiro se capacitou de suas tarefas históricas e se mostra apto para realizar uma política econômica que atenda, simultaneamente, aos interesses do capital e às necessidades da Nação? Fala-se muito em autonomia dos “centros de decisão” em nossa vida econômica moderna. Contudo, são investigações como essa que nos ensinam o que se passa, efetivamente, e nos aconselham a uma prudente moderação nos vaticínios sobre o que nos aguarda, se não ajustarmos, rapidamente, o estilo de ação e de pensamento econômico imperante a uma economia de escala. (FERNANDES, 1972 [1964], s.p. - grifo do original)¹³⁸

Com seu comentário, Florestan Fernandes afirmava a superioridade epistemológica da sociologia, tese que será retomada por Cardoso em *Empresário industrial e Dependência e desenvolvimento*. Porém neles, Cardoso acrescentará que o marxismo seria a abordagem teórico-metodológica superior da Sociologia, entendida como a disciplina epistemologicamente mais sofisticada. A tese de Cardoso, embora polêmica com Floresta Fernandes, convergia com o seu esforço de institucionalizar a disciplina. Esse é um dos panos de fundo pelos quais pode-se entender o sentido da sua crítica às análises que privilegiam a internalização dos “centros de decisão” como ideologias; eram tratadas como ideologias porque não se atentavam para uma análise concreta das suas possibilidades de existência¹³⁹. Em suma: nesse comentário, coerente com a necessidade de uma “firme posição” sobre o assunto, Fernandes formalizou a interpenetração de “ciência” e “política”, embora o faça de maneira a acentuar mais a primeira parte da combinação.

Retornemos a *Subdesenvolvimento e sociedade de massas* (CARDOSO, 1969a [1962]). Nele, além de fazer a crítica da noção estrutural funcionalista, ao seu ver abstrata, de “sociedade de massas” (CARDOSO, 1969a [1962], p.147) e adiantar boa parte de seus argumentos sobre a especificidade do capitalismo monopolista, Cardoso destaca o aprofundamento da “alienação em escala jamais suspeitada por qualquer “teoria revolucionária” do século passado [...]” (CARDOSO, 1969a [1962], p.145 – grifo nosso). Segundo Cardoso, o processo de desenvolvimento do capitalismo não teria como efeito a criação de uma consciência de abundância que permitiria uma repartição mais justa da produção, como defenderiam aqueles que sustentam a transição não-revolucionária; ao contrário, resultaria no fomento da maior participação social via consumo, o que reforçaria o

¹³⁸ Seria imaginar muito se atribuíssemos à polêmica com os setores progressistas o sentido da citação que Cardoso faz de Brecht: “O mundo inteiro estava contra eles e eles tinham razão.”? (Cf. CARDOSO, 1972 [1964], p.11.) Vale notar que a própria referência a Brecht também pode ser interpretada como uma adesão à esquerda da esquerda.

¹³⁹ Essa tese é um dos principais pilares da argumentação de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*.

processo de alienação – o que significaria, na prática, adesão aos valores dominantes (CARDOSO, 1969a [1962], p.147). As massas se tornariam alienadas e manipuláveis através do consumo e dos meios de comunicação de massa, o que poria fora de qualquer chance a ideia de revolução por via da “consciência de classe”. Lima constata: “Não resta dúvida: estamos diante de perspectiva que se situa no campo da esquerda radical.” (LIMA, 2015, p.165-6). Note-se, de passagem, que esse, ao lado de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, é um dos raros textos em que Cardoso analisa os impactos dos *mass media* sobre a consciência dos sujeitos sociais, o que colocaria esse texto na esteira das problemáticas frankfurtianas que serão abordadas por Roberto Schwarz em alguns de seus ensaios anos depois.

Com razão, Lima assinala que o artigo não é interessante apenas pelo fato de assinalar um momento de exaltação de Cardoso e mesmo de certo pendor “revolucionário”. É também interessante porque assinala a maneira como a qual o autor via o funcionamento da democracia representativa nos países subdesenvolvidos. Nessa perspectiva, Cardoso argumenta que as formações específicas das classes brasileiras acarretariam um funcionamento diferente da democracia liberal no país. Não custa deixar registrado que nessa tese específica aparece aquela percepção, por assim dizer, “geral” do Seminário Marx: a de que embora o Brasil faça parte do mundo moderno, suas instituições funcionam por aqui de maneira diferente daquelas imaginadas pelos seus epígonos. A democracia liberal estava “fora do lugar”, o que revelaria seu caráter ideológico.

Em grande medida, a democracia brasileira teria um funcionamento diverso daquela dos países europeus porque a formação histórica do país, e em especial a de suas classes, também seria distinta daquela ocorrida nos países “centrais”. Cardoso assinala que a formação precária das classes “urbano-proletárias” no Brasil impediria que houvesse um processo de pressão sobre o sistema político que resultasse em tomadas de posição progressistas, o que faria com que o funcionamento da democracia representativa no país fosse ainda mais precário que nos países europeus. Portanto, concluiu-se que de pouco valeria aperfeiçoar a democracia representativa no âmbito puramente institucional.

Por tudo que se viu, talvez fosse o caso de imaginar que esse texto secundário e costumeiramente pouco lembrado de Cardoso seja um bom representante daquilo que os seminaristas leitores de Marx estavam pensando da política brasileira. Não há naturalmente como *comprovarmos* essa hipótese; pode-se tão somente indicar sua forte plausibilidade. Vale deixar dito que o tom jacobino parece se combinar bem com uma leitura que se imaginava mais rigorosa de Marx, por sua vez feita em um contexto de crises econômicas e políticas nas

quais muitas das forças progressistas tinham atitudes moderadoras, em franco contraste, por exemplo, com o caso então recente da Revolução Cubana (1959). Além disso, a presença de alguns elementos dessa argumentação em *Empresário industrial*, embora com tom mais ameno, também favorece essa perspectiva – de maneira que ganha vitalidade a observação de Schwarz sobre o fato de que esse livro era a “síntese atualista” do Seminário Marx. Além disso, essa hipótese se combina bem com a observação de Milton Lahuerta (2008), segundo a qual a radicalização política do período pré-1964 e do seu momento ulterior fez com que a “cultura universitária uspiana” sofresse um deslocamento à esquerda e que parte de seus alunos e professores passassem a integrar os quadros de movimentos radicais, como a Política Operária (POLOP) – que, aliás, esposaria teses sobre o Brasil bastante próximas daquelas defendidas por Cardoso. Contrastando os universitários uspianos com os intelectuais isebianos, o mesmo autor destaca: “Do ponto de vista da imagem que faziam deles próprios, [os uspianos] consideravam-se à esquerda de todas essas posições, *em virtude de seu treinamento em métodos e técnicas de pesquisa e de seu marxismo rigoroso.*” (LAHUERTA, 2008, p.342 – grifo nosso). Repõe-se, novamente, a conjugação entre ciência e política.

Desse modo, podemos já deixar assinalado que não se encontra um tom radical em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, o que talvez se explique pelo fato do livro ser originado de uma tese de livre-docência, modalidade de trabalho acadêmico que não parece se ajustar com tons exaltados. Entretanto, se o *tom* não é radical, a *argumentação* o é, na medida em que toma por base a crítica radicalizada das abordagens teóricas conservadoras do problema do desenvolvimento brasileiro, bem como manifesta explicitamente as supostas insuficiências dos setores nacionalistas da política brasileira. Ora, não é com uma sugestão de que a opção correta para o país seria a *revolução* que Cardoso optou por terminar *Empresário industrial*?¹⁴⁰ Sendo assim, se o tom não era o mesmo do texto de 1962, a perspectiva política continuava sendo similar¹⁴¹.

¹⁴⁰ O trecho aqui-conhecido com o qual Cardoso termina o livro é o seguinte: “Resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?” (CARDOSO, 1972, p.198).

¹⁴¹ O próprio Fernando Henrique Cardoso confirma isso, esclarecendo que seu livro aderiria à tese estagnacionista (Cf. CARDOSO, 2003, p.13), a qual via apenas a revolução como meio de desenvolver o país. Para uma contextualização das posições dos sociólogos uspianos do período, em grande parte à esquerda da esquerda, ver PÉCAUT, 1990, cap.3 Como estamos destacando a relação que Cardoso e Schwarz estabeleciam entre as ideias de crítica e ideologia, vale lembrar de um trecho, ao nosso ver historicamente problemático, de uma entrevista recente que Cardoso concedeu a Pedro Lima. Nele, Cardoso não apenas confirma que o final do seu livro indicaria a sua adesão à tese estagnacionista, como, sintomaticamente, o faz em termos de “concessão à ideologia” (cf. CARDOSO, 2013, p.13), posição que revisaria em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. O sintoma é que, ainda hoje, a nêmetese de seu pensamento continua a ser a ideologia.

Questão de método II

Nossa exposição sobre *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* será estruturada da seguinte forma: em primeiro lugar, sintetizaremos as críticas de Cardoso a algumas teorias sobre o desenvolvimento e exporemos sua visão acerca do que imaginava ser maneira correta de conceber tal processo em um país periférico, sempre a partir de sua leitura de Marx; em seguida, exporemos suas análises sobre a singularidade da formação da burguesia nacional¹⁴².

Começemos pela questão que orienta o livro, na qual, aliás, poderemos divisar o engajamento do autor naquele período. Como observa Brasília Sallum Junior, a pergunta é:

[o] empresariado industrial brasileiro tinha ou não condições de se converter ao papel de burguesia nacional que a teoria da revolução do Partido Comunista atribuía a ele? Ou seja, estava certo o Partido Comunista ao projetar uma estratégia política para as forças populares que pressupunha que o empresariado brasileiro podia assumir a condição política de burguesia nacional, liderando politicamente um processo de desenvolvimento nacional e democrático, em aliança com o proletariado e contra as forças oligárquicas aliadas do capitalismo internacional? (SALLUM JUNIOR, 2002, p.81)

Ora, a questão colocada pelo Partido Comunista dialogava com a perspectiva de Florestan Fernandes a respeito da modernização do país. Isso porque, a despeito das diferenças teóricas entre si, ambos colocavam o problema no plano da “mentalidade” da burguesia nacional. Aqui se repete, com uma variação importante, o movimento intelectual feito em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*: Cardoso parte de questões e hipóteses postas por outrem (Florestan Fernandes e pelo Partido Comunista), mas as debate a partir do arcabouço marxista forjado nas leituras do Seminário Marx.

É preciso já começar a especificar as modulações pelas quais as intuições e leituras dos seminaristas aparecem no trabalho de Cardoso. Começemos por uma questão que ocupou lugar decisivo em seu doutorado, mas que aparece de outra *forma* em sua livre-docência: a referência lukácsiana à “consciência adequada”, fartamente utilizada na análise do processo de socialização dos escravos gaúchos, fica em segundo plano em *Empresário industrial*, inclusive das referências bibliográficas. A que se deve isso? Cabe recordar dos trechos nos quais o próprio Cardoso, recorrendo ao conceito de alienação, afirmava suas suspeitas a respeito de que a revolução socialista não poderia mais advir da consciência de classe. Nesse sentido, uma parte da resposta, salvo melhor entendimento, está na seguinte passagem:

¹⁴² Por economia expositiva, absteremo-nos de explicar o passo-a-passo metodológico utilizado por Cardoso para desenhar sua pesquisa. Para mais informações, ver a já citada “Nota Introdutória”.

Talvez a “teoria do proletariado” de Marx não dê conta de todas as formas possíveis de transformação social por causa das mudanças ocorridas na estrutura econômica e na sociedade moderna: sinal de que alguma outra teoria precisaria ser desenvolvida ou de que a antiga deveria ser suplementada. (CARDOSO, 1972 [1964], p.39)

Numa dimensão imediatamente contextual, pode-se assinalar que essa é uma crítica não apenas ao marxismo veiculado pelo PCB, mas à própria visão supostamente *essencializada* que a esquerda, brasileira e internacional, tinha sobre a relação entre operariado e emancipação. Um exemplo disso é que mesmo uma organização cujas teses sobre o Brasil podem ser aproximadas das defendidas por Cardoso, tal como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), agrupamento de esquerda surgido em 1961 que reunia descontentes com a direção pecebista (WASSERMAN, 2017, p.61 e ss), poderia ser encaixada nessa crítica. Como seu próprio nome diz, a POLOP apostava na *política operária*, entendida, em termos resumidos, na ideia de que a classe operária era a *vanguarda* do proletariado. Vale deixar claro que a POLOP foi especialmente influente entre os alunos da Universidade de São Paulo, (LAHUERTA, 2008, p.341) tendo, inclusive, em suas fileiras, dois seminaristas, Paul Singer e Michael Lowy (SINGER, 2005; MATTOS, 2007, p.198), e outros pesquisadores membros do projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, como Gabriel Cohn (OLIVEIRA, 2007)¹⁴³.

Em plano mais teórico, cabe assinalar que essa crítica de Cardoso se pretende uma espécie de crítica imanente ao próprio marxismo de Marx, que é visto como algo que precisa ser, para o estabelecimento de sua plena potência cognitiva, *historicizado*¹⁴⁴. Essa formulação parece ser oriunda não só da maturidade intelectual do autor, a qual poderia ser interpretada como causa de um posicionamento mais crítico com relação aos postulados de sua maior inspiração teórica, mas do fato de que o seu estudo analisava as formações particulares das classes brasileiras – discussão já presente, como vimos, na sua tese de doutorado-, como também sugeria que as próprias referências normativas – as *formas sociais* da modernidade capitalista – estavam em processo transformação nos planos da sociabilidade e produção. Diante disso, requer-se-ia do pesquisador atento aos pressupostos de uma crítica

¹⁴³ Para um balanço sobre as ideias da POLOP, ver MATTOS, 2007.

¹⁴⁴ Essa tese aparece em estudo de Paul Baran e Paul Sweezy (1966), que, ao que tudo indica, foi bastante influente na formulação de *Empresário industrial*. Lê-se: “A iniciativa revolucionária contra o capitalismo, que nos dias de Marx pertencia ao proletariado dos países adiantados, passou às mãos das massas empobrecidas dos países subdesenvolvidos, que lutam para libertar-se do domínio e exploração imperialistas.” (BARAN e SWEETZY, 1966, p.18). Naturalmente, não queremos dizer que Cardoso subscreva inteiramente essa tese; apenas queremos destacar que ela estava no ar nos círculos mais heterodoxos do marxismo. Não à toa, esses círculos receberam com enorme entusiasmo a Revolução Cubana (1959) que foi, pela esquerda, um desmentido muito influente da tese de que *apenas* o proletariado – organizado *apenas* pelo Partido Comunista - poderia fazer uma revolução de cunho socialista.

materialista que possuísse abertura ideológica e capacidade técnica de proceder uma revisão crítica dos próprios pressupostos teóricos então adotados por ele¹⁴⁵. Assim, se na sua tese de doutorado o aparato conceitual de Lukács desempenhou a função de conectar o estudo à problemática da integração social do negro tal como vista então por Florestan Fernandes – com a tentativa de aproximar a situação do escravo a do proletariado, como vimos –, na sua tese de livre-docência há uma *reformulação da forma* de conexão das categorias do marxismo. Isso não quer dizer que o problema da consciência dos atores sociais deixe de ter importância; ao contrário, ele está lá e constitui o centro do trabalho do autor; mas, em relação a *Capitalismo e escravidão*, esse problema é colocado em novos parâmetros. Exploremos mais esse problema a seguir.

Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil é dividido em duas partes. Como já mencionamos, a primeira é dedicada às reflexões metodológicas do estudo, enquanto a segunda se debruça propriamente sobre a matéria analisada. Por fins didáticos, reproduziremos essa divisão em nossa exposição.

A primeira parte da tese de livre-docência de Cardoso conta com dois capítulos. Aquele que observar com cuidado as suas naturezas percebe que o primeiro capítulo tem como foco a discussão sobre uma classe social, os “empreendedores”, e o segundo é dedicado à discussão acerca da metodologia correta para se analisar *concretamente* o processo de desenvolvimento do Brasil. Ambos, no entanto, contam com uma estrutura analítica similar: começam por uma revisão da literatura sobre o tema e guardam ao seu final a reflexão metodológica do próprio autor, a qual é feita por meio da crítica da bibliografia, da qual resulta a exposição do autor sobre a sua abordagem, vista como superior porque “concreta”. Podemos aproximar a *forma* pela qual Cardoso faz seus balanços bibliográficos da crítica da ideologia, pois visa a produzir a *crítica imanente* das posições analisadas.

Nesse sentido, vale assinalar uma mudança de forma em relação ao seu doutorado. Embora *Capitalismo e escravidão* conte com a famosa exposição metodológica, ocorre que ela é substantivamente menor do que a levada a cabo em sua tese de livre-docência, que conta com 79 páginas de reflexões metodológicas. Mas não é apenas o volume que é alterado; a sua *qualidade* também muda, como assinalamos. Em primeiro lugar, porque existem análises sobre *duas* questões distintas: o papel da classe empreendedora no capitalismo clássico e monopolista segundo a literatura especializada e sobre a forma como a qual o

¹⁴⁵ O leitor de Adorno (1986) logo reconhecerá que esse é o mote da reflexão do autor na sua conferência de abertura do 16º Congresso dos Sociólogos Alemães, ocorrido em 1968. Além da postura similar, chama atenção que o sociólogo alemão, como Cardoso, discutirá precisamente com as teses da “sociedade industrial”, o que revela a sintonia do sociólogo brasileiro com o que se passava no plano internacional de sua disciplina.

desenvolvimento deve ser analisado, o que se dá também pelo confronto com a bibliografia então disseminada sobre o tema. Em contraste, o confronto metodológico montado na “Introdução” de *Capitalismo e escravidão* é, por assim dizer, mais “puramente” metodológico – isto é, mais *abstrato*-, porque visava por em choque direto, sem as mediações dos casos analisados, os *pressupostos teórico-metodológicos* de duas abordagens, a estrutural-funcionalista e a marxista. Nesse sentido, a primeira parte de *Empresário industrial* “corrige” essa orientação que, em certa medida, contraria a própria afirmação da dialética marxista acerca do desdobramento imanente das categorias a partir da apreensão conceitual do empírico, que é reformulado de maneira a se expressar “concretamente”.

O exemplo disso está na relação estabelecida entre os dois temas presentes nessa primeira parte: os empreendedores e o desenvolvimento. O problema de fundo do livro é, como vimos, o processo de modernização do país. Porém, colocado o problema dessa maneira, é impossível abordá-lo – pois, como já vimos, Cardoso, em concordância com Fernandes, recusava a ideia de que se poderia abordar “tudo”. Assim, esse problema de fundo – por assim dizer, “geral” - é acessado a partir da análise da mentalidade dos empreendedores – âmbito, por assim dizer, “particular”, que é examinado como tendo seu funcionamento calcado a partir das posições de classes. Mas qual é a mediação que permite que se estabeleça essa relação? Ora, a ação dos empreendedores é uma das *determinações essenciais* do processo de desenvolvimento capitalista, no geral, e do Brasil, em particular. Pela análise da formação e da mentalidade *específica* dos empreendedores brasileiros, ter-se-ia uma forma de compreender alguns dos principais traços definidores da particularidade do desenvolvimento brasileiro, pois essa classe ocupa um *lugar central* nele, de modo que entender os seus impasses implicaria compreender alguns dos nós do desenvolvimento brasileiro.

Essa parece ter sido a direção adotada pela revisão bibliográfica da tese de livre-docência de Cardoso. Além disso, parecem existir três outras razões para que o autor realizasse essa síntese bibliográfica alentada: a primeira é que, ao contrário do tema da sua tese de doutorado, a matéria da sua tese de livre-docência era menos conhecida no ambiente intelectual brasileiro; assim, a exposição bibliográfica buscava sinalizar que o seu estudo estava atualizado com as discussões internacionais sobre o assunto. A segunda razão, cognitivamente mais decisiva, é a busca por assinalar a originalidade de seu estudo¹⁴⁶ e

¹⁴⁶ “A teoria sócio-econômica sobre o capitalismo não dispõe, entretanto, de análises suficientemente conclusivas no que diz respeito à ação empresarial e à própria função dos empreendedores vistos como uma *categoria social* em dois momentos cruciais do desenvolvimento atual da economia do “mundo ocidental”: no “capitalismo monopolista” das áreas altamente desenvolvidas e no “capitalismo marginal” das regiões subdesenvolvidas.” (CARDOSO, 1972, p.19 – grifo do original)

mostrar a *superioridade epistemológica da sociologia* em relação às abordagens economicistas/formalistas. Em consequência, e com certa ênfase, Cardoso buscava salientar em sua exposição inicial as *alterações formais* pelas quais passava o processo produtivo capitalista, o que colocava a necessidade de repensar as teorias clássicas a seu respeito, inclusive alguns dos supostos do próprio marxismo. Por fim, o terceiro motivo é política; ou seja, a discussão com a bibliografia sobre desenvolvimento é guarda tons políticos na medida em que a adoção de certas formas de análise ou pressupostos costuma encaminhar muitas das posições políticas dos participantes do debate.

Dito isso, cabe sintetizar a interpretação de Cardoso sobre o desenvolvimento capitalista dos anos 60. Encontramo-la no seguinte trecho:

Sem dúvida, o homem de empresa é hoje, mais do que tudo, um líder político. Entretanto, esta transformação não se verificou porque o “espírito” do capitalismo mudou (e com ele os desígnios, os motivos, a consciência e o sentido da ação dos empresários), mas porque o capitalismo, isto é, as condições de realização do lucro no mercado e as condições de inversão, modificaram-se. Na época das grandes sociedades anônimas, a economia é, cada vez mais, *política*. (...) Mas, política, sobretudo, porque a concentração de capitais e a divisão do mercado mundial obrigam, de forma crescente, o surgimento na cena econômica de um novo personagem para garantir a prosperidade: o Estado (cf. Joseph-M. Gillman, 1961, e Maurice Dobb, 1961). Na nova conjuntura, a “decisão econômica” torna-se uma “decisão total” (econômica, política, social), que para ser posta em prática vai depender em larga margem da persuasão, do jogo de influências e da imposição e não apenas da compra dos meios a serem combinados para produzir uma inovação. (idem, p.32-3, grifos do original)¹⁴⁷

Assim, para o entedimento adequado da postura de Cardoso sobre a maneira correta de encarar o papel dos empreendedores na sociedade capitalista – isto é, para entender como o autor chegou a conclusão citada no trecho –, impõe-se que compreendamos: a) quais são as suas críticas à bibliografia clássica sobre o assunto e b) quais elementos permitiram que chegasse a conclusão de que *as formas capitalistas* estavam se modificando.

Para sistematizar suas críticas às abordagens concorrentes ao marxismo, Fernando Henrique Cardoso formula uma periodização da história do capitalismo – a qual, vale deixar assinalado, ganhará ossatura definitiva em *Dependência e desenvolvimento na América*

¹⁴⁷ Que o leitor nos perdoe a reiteração, mas cabe salientar que esse diagnóstico vai no mesmo sentido daquele defendido por Adorno, que afirma em 1968: “Característica marcante de nossa época é a preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas [...]” (ADORNO, 1986, p.70). O destaque se deve à nossa busca por assinalarmos os aspectos críticos de Cardoso frente ao contexto intelectual brasileiro, então pouco ciente dessa transformação da sociabilidade capitalista. Da mesma maneira, esse destaque ilumina paralelismos com a crítica radical da tradição marxista alemã, que terá especial importância para Roberto Schwarz. Por outro lado, como já indicamos na parte I, em que tratamos das reflexões sobre as relações entre capitalismo e escravidão no pensamento dos dois autores, é possível supor que ambos poderiam retorquir essa afirmação, pois a “preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas” parece ter sido marca de origem do capitalismo brasileiro – o que sinaliza que a sua existência não ocorre apenas no momento do capitalismo monopolista tardio.

Latina. A razão para a adoção desse expediente é a seguinte: uma parte do debate empreendido no livro tem como foco a discussão sobre as *novas formas* da relação entre as *formas das empresas capitalistas* e o mercado. Nesse plano, a literatura estabelecida seria adequada para compreender os momentos de formação e de consolidação do capitalismo concorrencial, além do momento imediatamente posterior, no qual as suas tendências monopolistas começaram a aparecer, o que seria insuficiente. Por outro lado, a literatura sobre o “capitalismo monopolista” dos países avançados e do “capitalismo marginal” - o termo é do autor – nos países subdesenvolvidos ainda conteria largas lacunas, especialmente no segundo caso, o que indica outra insuficiência.

Por isso, Cardoso abre o seu livro com uma revisão da literatura que analisa os impactos que as mudanças organizacionais das empresas e do mercado, ambos processos típicos do estágio monopolista do capitalismo, tiveram sobre a sociedade de massas, sobre o controle das empresas e sobre o comportamento de seus dirigentes. Em boa medida, as transformações nos âmbitos empresariais aludidos teriam relação com a própria expansão das atividades empresariais – isto é, capitalistas – ao redor do globo, o que teria sido possibilitado pela formação de blocos regionais e pela expansão dessas atividades sobre os países coloniais, que passavam a ser vistos como mercados a serem explorados e não mais apenas como fonte produtora de matéria-prima ou de produtos primários (cf CARDOSO, 1972, p.2). Essa argumentação é importante porque prenuncia, embora em bases distintas, a tese de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* acerca da “internacionalização do mercado interno”.

Segundo uma parcela então influente da literatura especializada nesse assunto, essas transformações estavam criando uma sociedade “pós-capitalista”. É contra essa literatura que Cardoso argumentará na primeira parte de seu livro. Para tanto, sua discussão será orientada a partir de dois pontos de vista relacionados: por um lado, debaterá as alterações formais na produção capitalista e, por outro, buscará enfatizar que, a despeito delas, o fundamento básico do capitalismo – a procura pelo lucro – continua a mesma. Cardoso resume assim o argumento da literatura “pós-capitalista”, que encontrava em figuras como Raymond Aron, W.W. Rostow e Ralph Dahrendorf alguns de seus principais representantes¹⁴⁸:

A perda de sentido do conceito clássico de *economia capitalista* é o refrão básico destes autores: a expressão "sociedade industrial" é, para eles, mais significativa que

¹⁴⁸ Na pertinente observação de Paul Singer, um dos fundamentos reais dessa perspectiva ideológica acerca da estabilização do capitalismo – o que significaria o fim dos ciclos críticos dessa economia – era o crescimento permanente dos EUA, uma das superpotências da época, entre 1961 e 1969. Em abril de 1967, o Social Science Research Council chegou a promover um evento sob o sintomático mote: “Está o ciclo de conjuntura obsoleto?”. (Cf. SINGER, 1976, p.123-4)

a expressão "sociedade capitalista". Ao mesmo tempo, os aspectos político-sociais ganham preeminência na explicação do processo econômico e na análise dos padrões que definem as formas estruturais da sociedade. A estrutura de poder, na fábrica como na sociedade em geral, organiza-se antes em função da linha de "autoridade" que da linha de "propriedade". O *manager* aparece, enquanto *top executive* ou *head of organization*, como a encarnação visível mais importante do mecanismo de controle da empresa. As posições-chave do executivo, legislativo ou judiciário, e não os capitalistas, representam as camadas dominantes da sociedade (idem, p.20-1, grifos do original)

Essa literatura estaria equivocada em dois pontos decisivos: em primeiro lugar, ao destacar como determinante apenas os “aspectos político-sociais” da nova situação, não conseguiria analisar adequadamente as transformações formais pelas quais passavam as empresas e o mercado capitalistas. Em segundo lugar, ao argumentar sobre a cisão entre “propriedade” e “autoridade”, com a suposta prevalência dos dirigentes/gerentes das empresas sobre os proprietários, perderia de vista as alterações formais pelas quais passava o problema do domínio/controle nas empresas capitalistas.

No que se refere ao primeiro dos pontos destacados, Cardoso sublinha que o processo de burocratização/racionalização das empresas, ocorrido pela já citada expansão de suas atividades ao redor do globo, ensejou novas *formas de propriedade* e *formas de dominação*, como exemplificam a relação entre os *managers* e os acionistas. Esse mesmo processo de expansão gerou, no plano econômico, a intensificação da relação das empresas com os bancos, o que se explica pelo montante crescente de suas inversões. Disso derivaria a crescente influência dos bancos sobre a política empresarial, como já havia indicado Lênin em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, que via nessa mudança histórica no papel dos bancos como “um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista [...]”. (LENIN, 2012, p.55)¹⁴⁹.

No que se refere ao segundo ponto, Cardoso sustenta que essa transformação só poderia ser compreendida se fosse colocada num plano mais amplo: “O problema só se esclarece quando é rebatido para o plano da sociedade global: *quais as formas de propriedade vigentes e como se exerce o mecanismo de seu controle*.” (idem, p.22 – grifo nosso). Nesse sentido, afirmar que estamos na época da “sociedade industrial” seria incorrer em uma perspectiva formalista e, portanto, “sociologicamente inconsistente”, pois não diria nada além da *descrição* da forma de produzir e consumir vigente nesse tipo de sociedade. Ou seja: tratar-se-ia de uma perspectiva ideológica justamente pelo fato de ficar apenas no plano da *aparência*. Por isso, essa interpretação encobriria o fato *essencial* de que o “*sentido da produção*

¹⁴⁹ Curiosamente, Lenin também não é citado na bibliografia do estudo de Cardoso, embora tenha sido fundamental na elaboração dos estudos de Baran e Sweezy, bem como na formulação da “teoria” da dependência do próprio autor.

capitalista não variou significativamente” (cf. Idem, p.22), na medida em que o *lucro* se mantém como sua diretriz fundamental.

Para argumentar nesse sentido, Cardoso se vale, principalmente, das contribuições de alguns autores neomarxistas norte-americanos, tais como Paul Baran e Paul Sweezy, bem como de um teórico elitista, mas simpatizante do marxismo: Charles Wright Mills. Esses autores não só teriam analisado as *formas sociais* produzidas pelo capitalismo monopolista nos Estados Unidos – o que foi feito em obras como *A Economia Política do Desenvolvimento Econômico* (BARAN, 1984), *Capitalismo Monopolista: um ensaio sobre a ordem econômica e social americana* (BARAN e SWEEZY, 1966) e *As elites do poder* (WRIGHT MILLS, 1975) – como teriam destacado a permanência de seu fundamento econômico último, o lucro¹⁵⁰. No plano político, vale deixar registrado que a adoção desse referencial teórico por Cardoso reforça a plausibilidade do argumento de que o autor esposava uma posição política que poderíamos chamar de “radical”, na medida em que essas suas referências norte-americanas eram também percebidas dessa forma, como demonstra a perseguição macartista sofrida por Sweezy; ademais, esses próprios autores se percebiam assim, como demonstra o apoio de ambos à Revolução Cubana.

Indo um pouco mais longe, pode-se mesmo apontar um certo paralelismo entre as empreitadas de Baran e Sweezy e a de Cardoso. Se Marx havia analisado a Inglaterra do período áureo do “capitalismo concorrencial”, Baran e Sweezy davam continuidade à teoria de Lenin sobre o imperialismo, visto como a fase superior/última do capitalismo pela sua tendência monopolista, ao analisar o seu centro, os Estados Unidos¹⁵¹. Por sua vez, Cardoso, dentro do quadro conceitual forjado por essa tradição, tentará fazer o mesmo no Brasil – isto é, na periferia do sistema¹⁵². Uma das chaves para compreendermos a incorporação desse

¹⁵⁰ O livro de Baran parece ter sido especialmente influente na parcela da esquerda contrária às orientações desenvolvimentistas dos setores nacionalistas (MANTEGA, 1997). Exemplo disso é que André Gunder Frank atribui sua interpretação sobre a relação entre capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina à sua leitura desse livro (WASSERMAN, 2017, p.79). A nosso ver, Guido Mantega (1997) incorre em certo anacronismo quando deixa de pontuar a influência do neomarxismo norte-americano sobre Fernando Henrique Cardoso. Por último, observe-se que o livro de Baran e Sweezy terá impacto também nas elaborações de Florestan Fernandes a respeito da relação entre subdesenvolvimento, dependência e sociedade de classes no contexto da modalidade monopolista do capitalismo (Cf. FERNANDES, 2008 [1967], p.56)

¹⁵¹ “Ora, Marx deduziu seu modelo teórico de sistema capitalista competitivo do estudo da Grã-Bretanha, então o país capitalista mais rico e mais desenvolvido. Isto era necessário e inevitável. E, dentro do mesmo princípio, um modelo teórico do sistema capitalista deve basear-se no estudo dos Estados Unidos que está hoje muito à frente dos outros países em termos de desenvolvimento capitalista, tal como a Grã-Bretanha estava no século XIX.” (BARAN e SWEEZY, 1966, p.16-7)

¹⁵² Talvez não seja um despropósito frisar, na esteira de Martin Carnoy (1994, p. 165), a importância das teorias do “capital monopolista” para o debate propriamente político na teoria marxista. Segundo Carnoy, as variadas versões dessa teoria tinham em comum o fato de destacarem a importância da *política* na teoria marxista, uma vez que argumentavam que o Estado era elemento central na (re)produção das novas formas de exploração capitalista, como revelariam as obras de Nicos Poulantzas (1971) e Ralph Miliband (1972), por exemplo. Para

“neomarxismo” na interpretação de Cardoso está nas cinco citações seguidas que o autor faz do tomo III d'*O Capital* na “Conclusão” de seu estudo: todas elas vão na direção de destacar que o próprio Marx já antecipava algumas das alterações das *formas* de produção e de propriedade das empresas capitalistas. Essas citações são especialmente curiosas porque não são de natureza metodológica; ao contrário, são fortemente vinculadas às previsões de Marx – que, nesses casos, estariam corretas, ao contrário da sua “teoria do proletariado”, como vimos. Em contraposição às abordagens que sugeririam que o capitalismo teria acabado, Cardoso, fundamentando-se em Marx, busca demonstrar que as relações capitalistas permaneceriam como tais.

Para os fins do presente trabalho, entretanto, era fundamental levar em conta as modificações ocorridas na forma atual de exteriorização do sistema capitalista e verificar em que medida elas alteraram as práticas empresariais. Por isso, deixamos de pôr ênfase no modo capitalista de produção, isto é, na exploração da mais-valia relativa pela introdução de melhorias técnicas constantes que permitem ampliar a exploração da força de trabalho em benefício dos proprietários dos meios de produção, para considerar as condições de manutenção e intensificação do lucro. De fato, para os empreendedores modernos – tanto em sua consciência quanto em sua prática concreta – o problema que se coloca não é diretamente o da produção, esfera em que se extrai a mais-valia, mas o da apropriação desta mais-valia sob a forma de lucro realizável no mercado. (idem, p.193-4, grifos nossos)

Aqui percebemos que a *historicização* do capitalismo levado a cabo pelo autor, com base em Marx, implica um deslocamento de ênfase que vale deixar registrado: ao contrário do momento inicial do capitalismo, no qual o problema econômico-político residia nas formas de produzir mercadorias, a fase do “capitalismo monopolista” o reformula sob a forma de realização do lucro, pois as bases históricas para a forma de produção capitalista já estão consolidadas. Essa postura historicizante tem rebatimento direto na discussão que o autor faz acerca do papel do “empreendedor” na economia capitalista. Tomando como alvos as contribuições de Werner Sombart e Joseph A. Schumpeter a esse respeito, Cardoso critica-as em dois eixos, profundamente relacionados: um que poderíamos chamar “metodológico” e outro que poderíamos denominar “histórico”.

Acerca do primeiro, Cardoso critica o centro articulador de suas concepções: esses autores suporiam que o “empreendedor” desfruta de uma margem de ação muito maior do que a realmente existente, o que se deveria à recusa do reconhecimento das determinações impostas pelas condições econômicas a ela (cf. idem, p.26).

Assim, essa visão seria “formal” e “abstrata” porque separa a atuação dos agentes da estrutura que as condiciona e possibilita, constituindo, assim, uma reflexão ideológica, pois

vazia dos conteúdos essenciais que emprestam possibilidades (e limites) às ações dos sujeitos.

No que se refere ao segundo histórico, as teorias de Sombart e Schumpeter estariam defasadas, pois dois aspectos essenciais teriam alterado a “forma” e o “espírito da ação” criadora no capitalismo contemporâneo. O primeiro aspecto é a própria “burocratização” das empresas, a qual redefiniu a forma de produzir e inovar das empresas. O segundo é que a “motivação” e os “objetivos” a que se propõem os dirigentes econômicos, bem como as qualidades que deles se requerem, mudaram radicalmente no período do “capitalismo monopolístico”, fortalecido no pós-Segunda Guerra Mundial.

Na narrativa de Sombart, o capitalismo seria marcado pela direção incontestada dos empresários capitalistas em substituição ao Estado, no que se refere aos destinos das economias nacionais. Nessa argumentação, haveria o suposto, o qual já assinalamos, de que os empresários capitalistas seriam autônomos em relação às determinações histórico-sociais e pautariam sua conduta pela sua capacidade inventora, então entendida como diferenciação essencial do sistema capitalista. Segundo Cardoso, essa visão seria inadequada para compreender as especificidades do capitalismo monopolista. Em primeiro lugar, porque a inovação, no sentido que lhe dá Sombart, passou a ser rotinizada, pois se trata de um imperativo geral do sistema capitalista; em segundo lugar, porque o *sentido da inovação* se alterou.

Inovar, na economia contemporânea, é ser capaz de controlar o conjunto de resultados de uma alteração proposta, tanto no nível da empresa como no nível da ordem econômica e da ordem social global. Inovar é, pois, ser capaz de alçar-se ao nível do pensamento planejado [...] (idem, p.30-1, grifo do original)

Em consequência:

Na empresa altamente burocratizada do capitalismo contemporâneo, a inovação depende, portanto, muito mais dos mecanismos de decisão em função do *conjunto* dos fatos sociais, do que das qualidades pessoais de um empreendedor de talento inventivo. *A empresa, não o empreendedor, constitui o sujeito do processo econômico. O que equivale a dizer, como adiante se verá, que o capital e não o capitalista detém o segredo que explica o sistema. (...) Os dirigentes econômicos que estão em condições de inovar a política das sociedades anônimas são os que detêm a posição dominante, que se localiza na intersecção entre a empresa (ou a organização) e as demais instituições sociais com que ela interage, como o Estado, o sistema financeiro, os Partidos, as outras Empresas, os Sindicatos, as Federações de industriais etc. (idem, p.31 – primeiro grifo do original, segundo nosso, e os demais são do original)*

Os fundamentos marxistas da crítica de Cardoso a Sombart e Schumpeter relacionam-se à ideia de que ambos teriam se prendido ao *imediatamente empírico*, não percebendo o que seria essencial para a atividade empreendedora. Tomaram, assim, como modelo *a-histórico* aqueles traços típicos de um empreendedor *situado historicamente* – isto é, *particular*. Essa é a operação de base da ideologia. Assim, fica clara a oposição que Cardoso faz entre uma

análise *concreta* – cujos fundamentos são a retenção, de forma categorial, dos traços essenciais dos imperativos colocados pelo sistema e a forma pela qual eles se objetivam – e uma análise *empiricista e abstrata*, que incorre no erro de não realizar as mediações entre a “essência” e a “aparência”.

Simultaneamente, Cardoso, de modo implícito, contraria uma das teses de Florestan Fernandes, aquela segundo a qual um dos problemas da “mudança social” no Brasil residiria no *horizonte cultural* das classes – ou seja, um entendimento de que se trataria de um problema de “mentalidade”. Ao destacar que a mudança de mentalidade dos empresários não se deu espontaneamente, mas devido às alterações das condições de realização do lucro no capitalismo monopolista, Cardoso frisa que problemas dessa ordem devem ser analisados segundo as determinações históricas postas diante dos atores sociais. Ou seja: a “consciência de classe” é entendida como problema de *ordem material* e não propriamente ideológico. Assim, vale perguntar: quais foram as mudanças estruturais pelas quais passou o capitalismo na sua fase “monopolista”? Por que elas impactaram a mentalidade dos dirigentes das empresas?

Com relação à primeira pergunta, já mencionamos alguns elementos essenciais: a burocratização das empresas, causada pela expansão de suas atividades, mudou as *formas de propriedade* e de *domínio* vigentes na ordem capitalista. É preciso que refinemos essas informações. Em primeiro lugar, o processo de burocratização das empresas criou novos “métodos de gestão”, mas isso não gerou o que certa literatura chamava da “revolução dos gerentes” - isto é, uma situação na qual os dirigentes industriais (os gerentes) seriam a fonte de autoridade incontestada por sua capacidade técnica. Apoiando-se em análise de Paul Sweezy sobre um estudo de Goldsmith e Parmelee, Cardoso questiona a tese subjacente a esse argumento segundo a qual haveria uma cisão entre “propriedade” e “controle” das empresas. O mencionado estudo teria mostrado que em grande parcela das organizações estudadas, havia um controle majoritário das ações que, somado a outros elementos, permitiria dizer que a administração estava sob o controle dos proprietários. Além disso, o mesmo Sweezy teria observado que os gerentes costumam ter um número de ações que faziam com que seus interesses coincidissem com os dos proprietários majoritários. “Assim, pensamos que há boas razões para afastar a hipótese de que as modificações na forma de gerir a empresa teriam resultado num “pós-capitalismo”: a separação entre controle e propriedade não é tão generalizada, e a propriedade não se dispersou entre muitas mãos.” (idem, p.33-4). Para reafirmar esse ponto de vista, o autor se apoia nos dados recolhidos no trabalho de Charles Wright Mills, *As elites do poder*, para o contexto norte-americano, e nos dados de Strachey

para a Inglaterra.

Por outro lado, seria fato que as empresas não são mais controladas diretamente pelos seus proprietários. Segundo Cardoso, isso se deve a dois fatos relacionados: ao crescimento e burocratização das empresas e à participação dos grandes proprietários em ações de múltiplas empresas, de maneira que o “centro de atuação dos proprietários de capital de dentro de cada empresa para posições de ‘controle a distância’.” (idem, p.35) Nessa circunstância, o mais correto seria compreender os dirigentes industriais – aqueles que dirigem as empresas no dia a dia – como membros da “*classe proprietária*”, embora não sejam os (únicos) donos das empresas em que trabalham (cf. Idem, p.35). Para afirmar essa tese, o autor volta a se apoiar nos estudos de Paul Sweezy e Paul Baran, além do realizado por Wrigth Mills. Os primeiros teriam demonstrado que esses dirigentes retêm boa parte da riqueza produzida – nas formas de patrimônio e ações –, mas não são formados segundo a ideia “atualizada” do *self made man*, como demonstra o estudo de Wright Mills. Tudo isso levaria a crer que o que o capitalismo monopolista teria criado aquilo que Cardoso chamou de “*diversificação da classe proprietária*” (idem, p.36 – grifo do original)

Ainda no que se refere à questão da mudança das formas das empresas, cabe salientar que, e ao contrário do que os “pós-capitalistas” afirmavam, Cardoso sublinha, na esteira de Schumpeter, que o mercado oligopólico é uma consequência do capitalismo e não a sua negação, porque ele não destrói as bases de funcionamento do sistema – tal como suporia a literatura criticada pelo autor (Cf. CARDOSO [1964] 1972, p38). No mesmo sentido, Cardoso faz duas observações sobre a lógica do comportamento dos empresários no capitalismo: mesmo que não haja uma concorrência de tipo oligopólica em vigor, a ameaça de sua existência já seria determinante para organizar os comportamentos dos empresários; e, ao contrário do que pensariam muitos economistas e como observou Schumpeter, cartelização, monopólios e outras tendências que poderíamos chamar de “defesa do capital” deveriam ser entendidos como mecanismos regulares do próprio capitalismo e não desvios da “livre concorrência”, pois a sua meta é a conservação do lucro e da propriedade privada. A mesma tese, vale salientar, aparece no já citado estudo de Baran e Sweezy (1966, p.64-5), com a vantagem de que eles historicizam de que maneira ocorreu o espraçamento das situações monopolísticas e oligopolísticas no então atual estágio do capitalismo.

Tendo esses dois níveis em mente – a expansão das empresas e a ascensão de circunstâncias monopolísticas -, o autor volta a citar Baran, que teria destacado dois elementos importantes para compreender os desdobramentos efetivos dessa situação: a concentração de capitais nas grandes empresas aumentaria o volume de capitais disponíveis

para reinvestimento e, simultaneamente, a rigidez do mercado conformado pelas práticas e situações monopolísticas e/ou oligopolísticas diminuiria o número de áreas disponíveis para investimento lucrativo. Uma contradição, portanto, que tem impacto direto na consciência dos empresários.

Cabe explicitar as razões pelas quais o raciocínio esperado - o reinvestimento de capital no desenvolvimento tecnológico que visasse garantir ao investidor alguma vantagem sobre os seus concorrentes, tanto no plano dos custos como no da qualidade – não encontraria validade. A primeira seria a que o autor chama de “custo da obsolescência”, que visa à “conservação de capital”, e a segunda é que os avanços tecnológicos são pautados pela expectativa de um retorno em escala similar ao investimento feito neles, o que reforça a perspectiva monopolista pela expulsão de competidores no mercado. Em circunstância na qual o capital *não encontra nem incentivos, nem áreas para reinvestimento*:

O funcionamento do sistema capitalista nestas condições obriga a "politização da economia" em dois planos: 1.º) no ajuste que se faz necessário entre as empresas para evitar a concorrência que leva à morte (como entrevia Schumpeter com a guerra do custo e qualidade) quando as unidades econômicas que permanecem numa determinada área do mercado são suficientemente fortes para temerem-se reciprocamente; 2.º) no apelo que se faz necessário a "estímulos externos" para a criação de condições novas de inversões lucrativas. O Estado se torna então tanto um instrumento que "regula" a divisão do mercado entre empresas gigantes (nos desenvolvimentos mais completos desta tendência aparecem os "planos reguladores" do tipo do plano francês e a noção de "economia consertada"), quanto um meio de absorção dos excedentes econômicos: obras públicas, despesas militares, projetos tecnológicos de grande vulto etc. Somando-se a isto o papel decisivo dos Estados nacionais na expansão imperialista e na reorganização da política exterior para permitir o neocolonialismo, tem-se uma ideia bastante nítida do peso da política nacional sobre a prosperidade das empresas. (idem, p.41-2)

Por esses três fatores, as elites econômicas se converteram, no capitalismo contemporâneo, em “elites políticas”, termo aqui utilizado em sentido similar ao empregado por Wright Mills, o que responde outra das perguntas colocadas anteriormente. O autor observa que essa metamorfose faz com que essa nova elite tenha que “ultrapassar o ângulo de visão que a empresa isolada permite”, justamente com o objetivo de fazê-la triunfar. Aí, então, a razão pela qual as *novas formas do capitalismo* impõem uma *transformação na própria mentalidade dos sujeitos* que o comandam. Depreende-se desse argumento, sem dificuldade, que esse fato produz algum impacto nos próprios conteúdos das ideologias e das práticas dessa nova camada dominante e, por consequência, da sociedade na qual ela vive.

Naturalmente, os propósitos políticos oriundos dessa transformação esbarram nas aspirações econômicas, políticas e sociais dos outros grupos participantes da política nacional, também eles criados a partir da economia moderna. Nesse sentido, as ações ativas e reativas desses outros grupos – sindicatos, associações, grupos de pressão, partidos e etc –

reforçariam, por outro lado, a necessidade de transformação das elites econômicas em elites políticas. Daí que a inovação das empresas capitalistas não seja mais determinada apenas pela sua inventividade – como supunham Sombart e Schumpeter -, mas também pela capacidade de convencimento/pressão de seus dirigentes, tanto no que se refere à órbita direta do Estado, como da disputa política. Essa a forma concreta na qual se objetiva a transformação da racionalidade que mencionamos.

Assim, no plano das relações dos grupos econômicos com o Estado, obter novos contratos governamentais e impelir o Governo a estratégias que permitam a continuação da prosperidade tornam-se condições para a realização de lucros crescentes, e o controle da opinião pública, nas sociedades de massa, transforma-se em corolário necessário para o êxito capitalista: é preciso que a Nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão de vontade coletiva, embora, de fato, o Estado continue a ser, nas resoluções fundamentais, instrumento da prosperidade dos capitalistas. (idem, p.42)

Esse argumento indica, como é fácil perceber, que, na interpretação de Cardoso, o capitalismo monopolista é um *capitalismo em crise de acumulação* e que, para avançar nesse seu imperativo, precisa *estreitar ainda mais a dominação política, pois precisa avançar sobre áreas as quais antes não tinha acesso – novos mercados e/ou novos compradores*. Em termos batidos, poder-se-ia dizer que os capitalistas do momento monopolista precisam fazer, literalmente, o Estado o seu “comitê executivo”. E é nesse sentido preciso que devemos entender a argumentação do autor, a ser exposta em detalhe adiante, sobre a pressão sofrida pela burguesia nacional diante dos capitais estrangeiros, que chegam com volúpia ao país precisamente por estarem enfrentando uma crise de acumulação. E é precisamente esse argumento que estará ausente em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, o que explica, de forma parcial, as opções políticas tão diversas que esses dois livros abrem para os setores progressistas do país.

Não é difícil imaginar as razões pelas quais essa situação impacte profundamente as possibilidades de desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, nas quais os empresários, além de se formarem de maneira distinta da suposta nas teorizações clássicas a respeito de sua posição econômica, enfrentam injunções políticas e econômicas diversas daquelas típicas das economias avançadas. No plano lógico, o autor é explícito: “Seria enganoso pretender transferir o esquema válido para a análise das formas de comportamento tipicamente empresariais das economias caracterizadas pelos monopólios e pela produção em massa para compreender a ação e a mentalidade dos empreendedores das áreas subdesenvolvidas.” (idem, p.46). Essa tese, não custa observar, ataca, de uma só vez, as suposições teóricas e políticas dos nacionalistas e de Florestan Fernandes, as quais, embora radicalmente distintas, tomam a mentalidade tipicamente capitalista, tal qual teorizada por Weber, como referências para suas

análises¹⁵³. As razões para isso vinculam a lógica do sistema capitalista e as histórias de sua objetivação. No caso em questão, a industrialização latino-americana ocorreu em momento diferente e sob circunstâncias diversas da história contemporânea – momento no qual, vale dizer, o capitalismo industrial e o imperialismo, como bem demonstram as Guerras Mundiais, já estavam a todo vapor.

Assim, em lugar de formulações teóricas abstratas supostamente gerais, seria preciso compreender alguns processos fundamentais das ações desses empreendedores periféricos: como eles acumulam capital? Como realizam seu lucro? Como investem seu dinheiro? Como gerem suas empresas? Ao fazer tais perguntas, o objetivo do autor não é criar uma dicotomia entre o “empresário brasileiro” e um suposto “modelo universal”. Compreende-se sem dificuldade o motivo: a distinção é pouco dialética, embora possa guardar um momento de “verdade”, qual seja: o “empreendedor brasileiro” não é como o modelo. Porém, por outro lado, o caso específico – isto é, a análise do caso empírico – demonstra que a suposta universalidade do modelo de empreendedor é falsa. Ou seja, nesse caso, generaliza-se uma particularidade – um dado comportamento dos sujeitos empreendedores nas sociedades avançadas –, o que é a operação elementar do pensamento *ideológico*.

Ainda no que se refere às críticas das abordagens abstratas, o autor argumenta que também não busca colocar o seu estudo no plano de análise que almeja investigar eventuais elementos bloqueadores – supostamente típicos das sociedades tradicionais – para o estabelecimento pleno de uma sociedade moderna, industrial e capitalista. Esse é, como vimos, o plano em que a teoria da modernização coloca essa problemática. Aqui o salto que diferencia o trabalho de Cardoso da perspectiva forjada no projeto *Economia e Sociedade no*

¹⁵³ Talvez seja esclarecedor notar que essa discussão não se encontra no mesmo nível de abstração que aquela feita por Lukács (2003, p.202-3; p.220, nota 22) sobre a relação entre a produção capitalista e o que chama de “princípio da racionalização”. Repõe-se aqui aquela distinção que encontramos em *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* sobre os diversos planos analíticos que devem ser mediados na construção da análise concreta. No caso da perspectiva de *História e consciência de classe*, é sabido que Lukács buscou extrair as consequências ideológicas do processo de produção capitalista tal qual Marx teorizou em *O Capital*. Nesse sentido, ambas as teorizações se colocam no plano que poderíamos chamar de “lógica” do sistema produtivo, cujos desdobramentos o jovem Lukács tentou apreender. Já em *Empresário Industrial* o plano analítico é distinto, na medida em que se busca apreender, num primeiro momento, a consciência, por assim dizer, “empírica” do empresariado brasileiro, que, apesar de distinta daquela mentalidade típica dos *pioneers* norte-americanos, guarda relação com as consequências ideológicas do processo de produção capitalista. Esquematizando: em nossa visão, a discussão sobre a mentalidade da burguesia brasileira feita por Cardoso está para a discussão lukacsiana sobre os impactos ideológicos da produção capitalista assim como a sua análise sobre a forma de produção e extração da mais-valia no contexto escravocrata gaúcho estava para a análise dos pressupostos da produção capitalista feita por Marx. Por outro lado, parece-nos importante notar que, de nossa perspectiva, Lukács chega a confundir os dois níveis em passagens como: “Pois a essência do cálculo racional se baseia, em última análise, no reconhecimento e na previsão do curso *inevitável* a ser tomado por determinados fenômenos de acordo com as leis e independentemente do “arbitrio individual”.” (LUKÁCS, 2003, p.218 – grifo noso). Essa passagem exemplifica, mais uma vez, a suposição de certa linearidade indevida na construção de Lukács, por sua vez fortemente baseada na de Marx.

Brasil:

Ao contrário, quisemos determinar as características do comportamento social dos industriais e a "mentalidade empresarial" existente, tentando defini-las como "*totalidades singulares*" que se constituíram a partir de condições específicas, que estruturam as possibilidades de ação e dão sentido aos projetos de realização econômica. *Tais condições têm um ponto de partida histórico-social também singular com relação, por exemplo, ao que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos no século XIX.* Isto quer dizer que tentamos determinar, ao mesmo tempo, as dependências funcionais e significativas entre as "condições de mercado" e o tipo social de empreendedores existentes no Brasil e a gênese concreta destas duas variáveis fundamentais para a explicação da atividade empresarial. (idem, p.47 – grifo nosso)

Desse prisma, reencontramos um elo importante entre esse estudo e o trabalho sobre as relações escravocratas no Brasil meridional. E não é casual que ele seja justamente a noção de "totalidade singular", que aparece, como em *Capitalismo e escravidão*, no plural. Como já assinalamos no capítulo dedicado à tese de doutorado de Cardoso, essa noção sartreana¹⁵⁴ tem como característica principal o forte acento sobre as características *particulares* e *empíricas* dos fenômenos analisados, o que se revela adequado com a forma como a qual o problema de Cardoso é formulado; afinal de contas, não é a *totalidade do sistema capitalista* que está em jogo – como poderia ser o caso do problema analisado pelo estudo de Paul Baran e Paul Sweezy (1966) – mas sim algumas *totalidades singulares*, cujos fundamentos históricos básicos residem na trajetória do capitalismo *no Brasil*; ou melhor, na forma pela qual o capitalismo *se objetiva no Brasil, criando formas singulares*. O leitor poderá julgar se estamos corretos em assinalar que o movimento teórico é similar ao que Cardoso já havia feito em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, quando reconhece que o escopo adequado de seu trabalho deveria ser remetido à totalidade do sistema, mas que as circunstâncias não permitiam a operacionalização adequada dessa ideia, o que se resolve ali, de maneira provisória, pela remissão ao estudo de Eric Williams¹⁵⁵.

De maneira similar, pensamos que esse trecho de *Empresário industrial* reforça um argumento que mobilizamos anteriormente, qual seja: o de que, embora de maneira não inteiramente destra, já estava presente na "Introdução" de *Capitalismo e escravidão* a ideia – repitamos, não formalizada adequadamente – acerca de uma noção *una* de totalidade, na qual se combinavam as posições de Lukács e Sartre. Em *Empresário industrial*, essa ideia é mobilizada por meio da própria ideia de "totalidade singular", a qual, no entanto, não poderia ser mobilizada sem a referência, ainda que elementar, às determinantes do sistema capitalista, como evidencia a reflexão do autor sobre as novas formas econômicas e políticas do

¹⁵⁴ É curioso que Sartre, como Lukács, não seja citado na bibliografia de *Empresário industrial*.

¹⁵⁵ Não cremos que seja casual, aliás, que Fernando Novais, outro seminarista, tome esse problema como seu objeto de análise.

capitalismo monopolista. Nesse sentido, pensamos que é mais adequado assinalar que Cardoso operou, de maneira subliminar, uma fusão entre essas duas noções. Aliás, embora sejam categorias próximas, que revela certa apropriação de Sartre a respeito de *História e consciência de classe*, os dois autores não pareciam compreendê-las assim, embora pudessem fazê-lo¹⁵⁶.

A tensão entre o “particular” e o “geral” reaparece em duas observações metodológicas do autor. Por um lado, ele se nega a supor que a industrialização brasileira seja um evento *sui generis* – o que, dito em outros termos, significa se recusar a tomar esse acontecimento como um caso puramente *particular*; por outro lado, assinala que o seu surgimento é resultado das ações humanas, cujos resultados variam segundo o tempo e o lugar em que ocorrem. Essas observações guardam estreita relação com as ideias de Lukács sobre a relação entre *totalidade* e *objetividade*. Para o filósofo húngaro, é justamente a totalidade que permite compreender o *sentido* dos fatos empíricos, o que resultaria em uma compreensão *objetiva* do mundo.

Ao contrário, sublinhamos sempre, nas interpretações gerais, que a vida social é tensão e que o "curso das coisas" só existe como passado, pois o presente não se "resolve" necessariamente num futuro já contido na realidade, mas se redefine nas opções concretas que podem apontar caminhos diferentes, muitas vezes ambíguos, que só se tornam unívocos depois de percorridos. (idem, p.48)

Desse modo, Cardoso adianta uma das teses metodológicas decisivas de seu estudo que encontraria a consagração intelectual quando da repercussão de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, livro no qual ela reaparece com outra roupagem. Em contraste com *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, livro no qual tentou compreender o processo de formação e desintegração da sociedade escravocrata gaúcha pelo prisma do escravo – isto é, pelo ângulo dos debaixo -, Cardoso afirmará que:

No esforço de explicar o processo de formação da ordem industrial-capitalista no Brasil, visto pelo prisma da constituição da camada empresarial, tentamos

¹⁵⁶ Aliás, o próprio Lukács abre essa possibilidade ao afirmar: “Mas a questão da história universal, como mostramos, é um problema de método que surge necessariamente em toda exposição até do menor capítulo da história, do menor recorte. Pois a história como totalidade (histórica universal) não é nem a soma simplesmente mecânica dos acontecimentos históricos isolados, nem um princípio heurístico que transcende cada acontecimento histórico e que, portanto, só poderia se impor por meio de uma disciplina própria, a filosofia da história. A totalidade da história é, antes de tudo, ela mesma um poder histórico real – ainda que inconsciente e por isso mesmo desconhecida até hoje -, que não se deixa separar da realidade (e, portanto, do conhecimento) dos fatos históricos isolados, sem suprimir também sua realidade e sua facticidade. Ela é o fundamento último e real de sua realidade, de sua facticidade, portanto, da verdadeira possibilidade de conhecê-las, mesmo como fatos isolados. (LUKÁCS, 2003, p.312-3). Para que isso fique claro, basta lembrar do seguinte trecho de *Questão de método*: “É certo que o capitalista possui os instrumentos de trabalho e o operário não os possui: eis uma contradição pura. Mas, justamente, essa contradição não chegar a dar conta de *cada acontecimento*: ela é seu quadro, ela cria a tensão permanente do meio social, o dilaceramento da sociedade capitalista; apenas esta estrutura fundamental de todo acontecimento contemporâneo (em nossas sociedades burguesas) *não esclarece nenhum deles na sua realidade concreta*.” (SARTRE, 1987, p.167 – grifos nossos)

compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma *estrutura* determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na *gênese* deste mesmo mercado e sociedade. (idem, p.49 – primeiro grifo nosso, o segundo é do grifo do original)

Por outro lado, vale destacar que essa ideia de compreender a formação e a crise de certa estrutura social a partir do ângulo de uma determinada classe/estamento aproxima as duas teses de Cardoso e as distancia um pouco da perspectiva sustentada em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, ensaio no qual esse problema metodológico é colocado em outro patamar analítico, embora o foco nas classes/grupos sociais permaneça.

Por tudo que se viu, o problema metodológico formulado por Cardoso pode ser colocado nos seguintes termos: como fazer uma análise efetivamente *concreta* do desenvolvimento? Segundo Cardoso, isso é possível por meio da formulação dos aspectos essenciais da “*determinação das estruturas que explicam o desenvolvimento - e o subdesenvolvimento - e para a determinação da dinâmica de um tipo de estrutura para outro.*” (idem, p.71 – grifo do original).

Isso faria com que fosse evitado tanto o risco de que a elaboração científica se resuma à descrição detalhada dos acontecimentos reais – isto é, que se prenda ao imediatamente empírico -, bem como evitaria que se construísse escalas contínuas *abstratas*. Nessa discussão, tem lugar essencial a noção de “subdesenvolvimento”, na medida em que ela pode ser uma ferramenta conceitual para apreender as características concretas das sociedades dependentes – e, nesse sentido, seria uma categoria *crítica* -, mas poderia ser também tomada como uma noção formal e simplesmente oposta à noção de “desenvolvimento”. É a partir dessa possível ambiguidade teórica que devemos entender a seguinte passagem:

De forma análoga, o conceito de "subdesenvolvimento" não corresponde ao de "sociedades tradicionais" ou ao de "sociedades arcaicas", nem mesmo ao de sociedades (ou economias) agrárias. A noção de sociedade subdesenvolvida só se torna significativa quando há uma referência implícita a uma relação determinada entre um tipo particular de sociedade com outra que é "desenvolvida". Pode-se objetar que modernamente quase todos os grupos humanos mantêm formas definidas de relação com as sociedades desenvolvidas: a hipótese apenas confirma a assertiva anterior, na medida em que é uma maneira de dizer que o imperialismo e o socialismo mantêm relações de dominação ou de cooperação com todo o mundo. De qualquer forma, carece de sentido histórico-estrutural e é, portanto, abstrata, a noção de "subdesenvolvimento", quando aplicada a grupos, povos ou tipos de sociedade cuja existência prescinde de relações políticas e econômicas com os países desenvolvidos e cujas formas de ser, por isto mesmo, definem-se por estruturas onstituídas por outros tipos de relações essenciais, entre os quais não conta a divisão internacional do trabalho, nem o tipo de dominação que lhe é correlato. (idem, p.73-4)

Nesse sentido, a mobilização adequada das noções de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” requereria uma análise aprofundada de outras, como a de

“colonialismo”, do “imperialismo” e do “neocapitalismo (ou neocolonialismo)” pois seria por meio desses conceitos, se tomados como historicamente saturados, que se desenvolveriam as conexões entre os polos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Além disso, seria preciso compreender a inserção das economias subdesenvolvidas no contexto do mercado mundial contemporâneo a partir de fatos de duas ordens: a primeira já aludimos, pois se refere à transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista; a segunda tem relação com o surgimento das economias planificadas socialistas, pois isso interferiria não apenas na estrutura do mercado mundial, mas também na sua geopolítica.

Ademais, seria necessário não só compreender concretamente a situação de desenvolvimento, mas também de que maneira pode se concretizar aquilo que os sociólogos uspianos, na esteira da sociologia da modernização de Florestan Fernandes, chamavam de “mudança social”. Mas Cardoso concebe o processo de “mudança social” em termos diferentes daqueles de Florestan Fernandes; enquanto o primeiro concebe o problema como tendo fundamento naquilo que podemos chamar, sem meias palavras, de *luta de classes*, o segundo focaria no plano cultural da “mudança de mentalidade”. Aqui, a crítica à sociologia da modernização tem também um sentido de crítica da ideologia, pois toma fatos determinados como se fossem determinantes.

É esse argumento também que Cardoso mobiliza contra a concepção de Celso Furtado sobre o processo de industrialização. Entretanto, o sentido do debate se inverte, pois a perspectiva do autor de *Fornação Econômica do Brasil* é, para Cardoso, “economicista”. Aqui aparece a já mencionada tentativa de estabelecer a superioridade epistemológica da sociologia – marxista, nesse caso.

A descoberta das mediações necessárias entre o "impulso de desenvolvimento" concebido em termos da luta entre grupos cujos interesses sociais opostos levam à organização de movimentos sociais, e o "resultado" do desenvolvimento, isto é, o tipo particular de sociedade industrial criada, torna-se o centro da análise sociológica. (idem, p.78 – grifo nosso)

Nesse sentido, várias questões precisam ser respondidas: quais as raízes sociais e ideológicas dos interesses de certos grupos na industrialização do país? Como elas surgiram? De que maneira esses grupos se mobilizaram para concretizá-los? Quais as resistências que enfrentaram? Qual o resultado efetivo – a *forma* da industrialização – que surgiu da sua luta política? Em outros termos: as diferenças entre as burguesias periféricas e as centrais são *qualitativas* e não *quantitativas* – assim como o processo de subdesenvolvimento é *qualitativamente* diferente dos processos de desenvolvimento e não-desenvolvimento. Nessa acepção, seria preciso levar em conta as *formas sociais específicas* que os conceitos adquirem

por aqui e, ao mesmo tempo, ter em mente que boa parte de suas determinações são externas.

Segundo Cardoso, Furtado relega ao segundo plano de sua análise a questão do papel dos empreendedores no processo de desenvolvimento brasileiro, o que se deveria ao fato de que o seu foco está na explicação do “sistema econômico”. E mais:

Com mais forte razão, não há lugar em sua análise para a generalização da pergunta sobre que forças sociais impelem o desenvolvimento e em que direção, isto é, com benefícios para a coletividade ou para que grupos particulares. Os condicionamentos sociais da modalidade concreta de desenvolvimento são supostos como *dados* (idem, p.81 – grifo do original)

Mas o problema residiria justamente em explicar *como* se formaram as condições que propiciaram, a partir de determinado momento, o crescimento da indústria com base em fatores endógenos.

E neste passo, a análise de Celso Furtado, sem deixar de ser brilhante e economicamente consistente dentro da perspectiva teórica em que se coloca, esbarra com dificuldade que são apenas elididas na análise. Do ângulo econômico, toda questão se resume à discussão de quais os impulsos (externos e internos) que pressionaram o aumento da procura de bens de consumo e como deslocou-se o centro dinâmico da economia agrária-exportadora para a economia industrial baseada no mercado interno, que pouco a pouco diferenciou-se até atingir o setor de bens de produção. Dêste ponto em diante, ter-se-á produzido naturalmente o deslocamento do “centro de decisões” superando-se a estrutura econômica colonial. (idem, p.82 – grifo nosso)

Sendo assim, não haveria lugar no esquema furtadiano para a compreensão do papel dos fatores sociais e políticos – empreendedores, Estado, luta de classes e condições externas – no processo de desenvolvimento. O resultado é que, voluntária ou involuntariamente, Furtado acabaria por *naturalizar* o processo de industrialização brasileiro. E não há problema mais próprio para a sociologia do que, em movimento contrário, desnaturalizar o processo histórico, tarefa a qual se incumbiu Cardoso.

Um retrato do Brasil pós-30: desenvolvimento, déficit de negatividade e mistificação

Além de formulações teórico-metodológicas em defesa de uma certa interpretação marxista, a tese de livre-docência de Cardoso também apresenta uma narrativa sobre o processo de desenvolvimento do Brasil no período pós-1930. A razão pela qual 1930 é tomado como marco se deve ao fato de que o processo de industrialização desencadeado a partir daí se combinou com um rearranjo das forças políticas, com destaque para a ascensão de grupos até então excluídos ao poder, como teriam demonstrado autores tão variados como Gilberto Paim, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Hélio Jaguaribe – aos quais o autor agrega alguns de seus próprios trabalhos. É interessante observar que

Cardoso reconhece que Jaguaribe, o principal representante do pensamento social e político isebiano, teria percebido corretamente o peso das oposições externas ao processo de industrialização nacional.

Mas isso repõe a pergunta já lançada antes, embora em forma de questão metodológica: se os setores “atrasados” no Brasil eram até então dominantes e os setores imperialistas eram também contrários à industrialização, *como* surgiram os interesses industrializantes? Além de compreender o surgimento desses interesses industrializantes, seria preciso entender concretamente quais as forças sociais que se relacionaram, e de que maneira o fizeram, com a burguesia local. Essa questão, a qual Cardoso chamará de análise do “tipo de controle” exercido sobre a burguesia e sobre o Estado, também prenuncia as análises desenvolvidas em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

No que se refere à primeira pergunta, Cardoso destaca que existiriam “indicações consistentes” que, no Brasil, as principais classes e grupos contra a industrialização são a “burguesia latifundiária”, o setor mercantil da burguesia urbana e a “pequena burguesia radical”, mormente a componente das Forças Armadas. Seriam elas que formariam o “ponto de apoio do imperialismo e do imobilismo social” (cf. Idem, p.87). Em sentido contrário, “a crer na bibliografia existente” – isto é, na literatura produzida pelo ISEB -, o proletariado e a burguesia urbana industrial seriam as classes mais interessadas no sucesso do processo de industrialização do país. Soma-se a elas os “setores intelectuais e militares da classe média urbana”, que constituem o “outro extremo do radicalismo pequeno-burguês.” (idem, p.87).

Embora reconheça alguns méritos da análise isebiana – especialmente no que se refere à análise das forças políticas do “atraso” -, Cardoso assinala que a sua interpretação sobre o processo de formação da burguesia brasileira conteria equívocos. Em primeiro lugar, o autor destaca que as suas atividades se concentravam em “ramos tradicionais”, como alimentação e tecelagem, as formas de administração que adotavam eram rotineiras e desprovidas de análises aprofundadas sobre a economia local e suas possibilidades. Ou seja: a burguesia nacional contrariava o modelo clássico do empreendedor como também não teria desempenhado o papel histórico que os nacionalistas lhe atribuíam.

*Somente depois da inversão maciça de capital estrangeiro houve diferenciação acentuada no setor privado do parque manufatureiro e os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da concorrência e da organização da produção como no plano da sociedade global. Seria simples supor a partir daí que o crescimento industrial foi de caráter "induzido". Ocorre, entretanto, como adiante se verá, que a indústria estrangeira não fecundou o desenvolvimento *sponte propria* desde a sua instalação. Antes reagiu às pressões de uma política de desenvolvimento do que criou focos de modernização dentro do setor industrial: a reorganização das empresas estrangeiras para atender*

aos "novos tempos" é indício disto. (idem, p.88 – grifos nossos)

O autor chega, então, a uma das teses centrais do livro respondendo à pergunta: quais foram os grupos sociais que pressionaram pela industrialização do país?

Neste ponto, nossa interpretação diverge da tese geralmente aceita de que a iniciativa privada, isto é, a burguesia empresarial, constitui a mola propulsora inicial do desenvolvimento e da modernização do Brasil. Mostraremos neste livro como, a partir de padrões tradicionais e "irracionais" de comportamento econômico empresarial, criaram-se "condições" para a acumulação de capital e para a decantação de formas de experiência industrial que se transformaram em "ação empresarial moderna". Porém, a mediação entre o capitão de indústria tradicional e o homem de empresa moderno só se torna compreensível quando se restabelecem os quadros gerais de orientação societária da ação econômica, definidas por condições estruturais e por movimentos sociais que transcendem o "sistema econômico", visto como o circuito da realização de lucros ou como um padrão de satisfação de necessidades de consumo. (idem, p.88 – grifos nossos)

Ou seja: não apenas é necessário levar a sério a ideia de que o desenvolvimento depende decisivamente de um processo político – *da luta de classes* –, como também é necessário ter em conta que os atores dessa luta *nem sempre estão conscientes* dos seus interesses ou mesmo daquilo que estão fazendo. Vê-se, aqui, a conhecida tese de Marx em *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, segundo a qual os homens fazem a sua história, mas em condições determinadas. Daí se colocar a necessidade de construir as *mediações* entre o *imediatamente empírico* – as intenções e pensamentos dos atores das lutas sociais – e o seu *resultado efetivo*, concreto. As mediações, como se vê, são constituídas pelas condicionantes históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais do processo em questão.

No plano da análise do objeto, o trecho citado demonstra que Cardoso tinha uma narrativa histórica diferente daquela produzida no ISEB; afinal de contas, para o primeiro, a burguesia brasileira *nunca* tomou a frente do processo de industrialização do país, ao contrário do que suporia o centro de estudos sediado no Rio de Janeiro. Precisemos o raciocínio do autor.

Segundo Cardoso, até a década de 1950, a parcela do crescimento industrial devida à iniciativa privada foi, nos termos do autor, “empírica”; isto é, calcada na ideia de que dever-se-ia investir nos setores que prometiam lucros mais rápidos. Simultaneamente, esses investidores teriam buscado apenas se adaptar às circunstâncias políticas e econômicas surgidas. Porém, esse comportamento econômico adaptativo seria incapaz de conduzir a um processo de industrialização do país, pois este demandaria um volume de investimento e uma visão de longo prazo de que a burguesia local não dispunha.

Para ultrapassar o subdesenvolvimento era necessário conduzir a ação econômica por um tipo de orientação valorativa que visse nas modificações estruturais da economia, tôdas de longo prazo, a razão de ser das inversões e que transformasse, portanto, a motivação e aspiração de lucro em incentivo e alvo indireto. Numa

economia onde a taxa de acumulação é alta, o volume dos lucros grandes e as decisões econômicas são autônomas, este cometimento pode ser empreendido pela burguesia nacional. Numa economia subdesenvolvida, que se caracteriza por condições opostas a estas, para que a iniciativa privada se lance à proeza do desenvolvimento é preciso que haja o apoio maciço de recursos externos de capital ou *então que o Estado carreie a poupança nacional e canalize as energias criadoras da Nação para a iniciativa privada*. (idem, p.89-90 – grifo nosso)

O cenário de forte apoio do capital externo não ocorreu no Brasil até a década de 1950 e depois dela foi mais uma consequência do que a causa do desenvolvimento econômico então obtido. O cenário alternativo foi realizado, *em parte* porque o Estado *não foi pressionado pela iniciativa privada* no sentido de se tornar o agente decisivo da industrialização do país.

Cardoso destaca que houve “dois momentos sociologicamente importantes” para a industrialização brasileira. No primeiro, a expectativa pelo progresso e pela independência econômica e política do país frente às potências econômicas estrangeiras teriam sido capazes de sustentar um conjunto de medidas cujos impactos seriam de longo prazo, tais como indicam o volume dos investimentos estatais em setores de infra-estrutura e de indústrias. Em suma, esse primeiro momento foi marcado pela primazia das atividades econômicas do Estado que se orientavam de maneira que poderíamos chamar de “planejada”.

Já o segundo momento seria marcado pelo fortalecimento do setor industrial existente no país – isso tanto no que se refere à acumulação de capital como à implantação de formas modernas de administração. Porém, ainda que beneficiada, a burguesia brasileira nesse momento não teria demonstrado uma adesão ao processo econômico e industrial capitaneado pelo Estado. Como é próprio da relação entre análise e o empírico, naturalmente devemos compreender que, na realidade, esses dois momentos se cruzaram, em alguma medida. E mais: dando concretude à aludida tese de Marx sobre a relação entre os homens e a História presente em *Dezoito Brumário*, Cardoso assinala o desencontro entre intenções das forças políticas atuantes no processo e resultados por elas obtidos.

Os grupos sociais que organizaram movimentos pela “emancipação econômica” não suspeitavam que, no momento seguinte, a burguesia nacional poder-se-ia aliar aos “interesses estrangeiros”, e os setores industriais da burguesia nacional, refratários à ação do Estado e, em princípio, contrários a quaisquer intervenções estatais na economia, não imaginavam que seriam os maiores beneficiários dos movimentos favoráveis à intervenção pública na economia do país. (idem, p.90-1)

Mas esse desencontro *não* teria sido gerado pelas astúcias ou fragilidades das forças políticas brasileiras, incluídas aí a burguesia nacional e as lideranças populares. Na verdade, tratou-se de uma situação *objetiva*. Em passagem bastante importante:

Os condicionamentos estruturais dos grupos que, no primeiro momento, impulsionaram o desenvolvimento econômico do Brasil levaram-nos a tergiversações e incertezas que deram à iniciativa privada a liderança do processo de

desenvolvimento. Esta, por sua vez, como adiante se verá, encontra-se numa situação em que para expandir a indústria precisa integrá-la nos quadros do capitalismo internacional e, com isto, perde parte da autonomia. Para escapar do dilema só restaria o caminho revolucionário, miragem que paira sempre como uma esperança e uma ameaça, entre cujos pólos líderes populares e dirigentes industriais vacilam constantemente, temendo, a justo título, que sejam deslocados pelo processo que vierem a desencadear. Como uma constante oculta, o temor da escolha do caminho mais radical se consubstancia quando a idéia de revolução se metamorfoseia na aspiração bonapartista velada de "golpes militares" e na disposição popular de "contragolpes". (idem, p.91)

O “nó” desse processo político residiria no fato de que as forças políticas que sustentam o processo de industrialização *se beneficiavam da sua não-realização plena* e temeriam que ela implicasse mudança profunda que as erradicasse das suas posições de domínio.

Como resultado, a política vigente, se não acelera a emancipação nacional e o desenvolvimento econômico na escala possível, mantém um *compromisso* entre o passado e o futuro: a estrutura agrária continua arcaica, a industrialização não é planejada e processa-se através de acordo com grupos internacionais, mas as "decisões" dependem da anuência dos novos grupos que se encaminham para o Poder, as massas urbanas e a burguesia industrial. (idem, p.91 – grifo do original)

Para compreender com mais acuidade esse processo, precisaríamos entender como se deu a passagem do primeiro momento da industrialização para o segundo – isto é, precisamente a formação do “nó” a que citamos. Devemos, então, retomar a questão acerca dos grupos sociais que impulsionaram o processo.

De acordo com Cardoso, as demandas dos “desenvolvimentistas” surgiram naqueles que denomina “grupos ‘técnicos’ das classes médias”; mas o fortalecimento de sua força política ocorreu com o aparecimento de um novo setor social que, embora “afônico”, marcou um corte decisivo no arranjo político tradicional do país: as “massas”. Por sua vez, a irrupção delas no cenário social, político e econômico brasileiro se deveu aos processos de urbanização e industrialização, ainda que esse último fosse, naquele momento, “*incipiente e rotineiro*” (cf. Idem, p.92 – grifo do original). Quer dizer: se esse processo, nessa primeira fase, não foi suficiente para mudar a estrutura econômica do país, foi forte o suficiente para ensejar o surgimento de novos grupos sociais. Em razão disso e de outros fatores, o controle político do país prevalecente desde 1930 – que se fazia pela aceitação por parte das “camadas dominantes agrárias” da legitimidade das “classes médias tradicionais” ligadas à “burocracia civil e militar” - sofreu novas modificações. Em parte, esse processo foi intensificado pela Segunda Guerra Mundial e se mostrou efetivo quando do retorno do governo representativo em 1946.

Cardoso sublinha que a “simples presença passiva” das massas já foi suficiente para alterar o quadro político tradicional brasileiro. Além disso, alguns setores modernizantes das “elites dirigentes”, compreendendo o peso potencial das novas classes e pelos “efeitos

secundários” da nova situação, também passaram por um processo de conscientização, o que lhes permitiu perceber, ainda que de forma não inteiramente clara, que a resolução dos principais problemas econômicos do país constituía condição elementar para a efetivação das aspirações nacionais mais exigentes. Assim, as demandas, as reivindicações e as insatisfações dos setores populares foram formuladas e teorizadas por alguns líderes, costumeiramente originados dos setores tradicionais das camadas médias do país ou de sua fração dirigente. Nesse sentido, o autor observa que “as camadas populares foram *mais estímulo que agente*.” (idem, p.93 – grifo do original). Mas – e isso é decisivo – Cardoso parece conceder à realidade, absorvida pelas pesquisas do grupo uspiano orientadas, em geral, pela sociologia da modernização, o fato de que as “massas” *não se converteram em classes*.

Não havia na "massa" a sedimentação de uma experiência urbana de vida e as "camadas populares" não se engajavam numa situação econômica e social de classe capaz de trazer consigo um projeto de controle do processo de mudança que sua existência colocava como possível. (idem, p.93-4)

O trecho ecoa com grande força as conclusões a que chegaram sociólogos orientados pelo estrutural-funcionalismo, entre os quais cabe destacar Gino Germani (1962). Partindo da distinção “elite-massa”, Germani argumenta que o rápido processo de industrialização e urbanização pelo qual passou a Argentina fez com que as classes populares urbanas estivessem passando por um processo muito recente de sedimentação, o que por sua vez explicaria a sua falta de experiência política, entendida como afastamento das organizações políticas que visavam representá-la - e seu apego à orientações valorativas típicas ainda do modelo “tradicional” de sociedade. Embora Germani não esteja citado na bibliografia do livro, a remissão torna clara que as conclusões às quais Cardoso chegou se aproximam mais daquelas obtidas pelos sociólogos orientados pela corrente teórica que via como adversária¹⁵⁷. Seria um simplismo, no entanto, deduzir que essa passagem denotaria o pouco apego do autor ao marxismo.

Em primeiro lugar, é claro que ela revela a disposição do autor em dialogar com outras abordagens, o que é próprio de uma orientação intelectual sediada em um contexto científico. Nesse sentido, o ponto de convergência de debates dessa natureza está em analisar as ocorrências empíricas a partir das propostas metodológicas escolhidas pelos intérpretes. Nesse caso, portanto, é muito mais factível crer que se trate de aceitar que os fatos discrepam de um dos supostos da teoria, o que impõe o exercício de retrabalhá-la diante deles. Novamente,

¹⁵⁷ Mas Germani aparece citado em “Subdesenvolvimento e sociedade de massa”. E isso ocorre precisamente em um trecho no qual Cardoso reconhece a validade da distinção que o sociólogo ítalo-argentino faz entre *mobilização e integração* das massas; ou seja, em um assunto central para a análise da relação entre classe e massa na América Latina. (CARDOSO 1969 [1962], p.149).

destaca-se aqui a dimensão pouco dogmática do marxismo praticado por Cardoso. É compreender como essas conclusões podem ser encaradas à luz do marxismo.

Em primeiro lugar, é um suposto elementar do marxismo que o capitalismo *necessariamente* forme duas *classes* ditas “fundamentais”: a de proprietários dos meios de produção e a do proletariado¹⁵⁸. Mas qual é o conteúdo concreto que empresta significado a essas “classes”? Em nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*, Engels analisa os termos “burguesia” e “proletariado” tais como utilizados por ele e Marx na redação dessa obra:

Por burguesia, entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (MARX e ENGELS, 2005 p.40 - nota 1)

Nessa acepção formal, a observação de Cardoso simplesmente não se justifica. E ainda que concedamos o fato de que a obra de Marx foi interrompida pelo seu falecimento quando ele se punha a formular sua teoria madura sobre as classes, impõe-se observar que parece ser ela que preside a própria construção em *O Capital*, como sinalizam os usos que Marx faz de termos como “proletariado agrícola”. Mas não é factível imaginar que Cardoso cometesse um erro dessa ordem. Em contraste, o mais razoável é imaginar que Cardoso estivesse dialogando com a noção lukacsiana de “consciência de classe”. Nessa visão, *as massas não seriam classes porque não teriam consciência de classe*. Deriva-se dessa hipótese o fato de que Marx e Engels teriam estabelecido uma conexão por demais direta – e, assim, carente de mediações – entre a venda da força de trabalho e a formação da classe operária¹⁵⁹. Essa ligação estreita teria o custo sociológico de deixar de atentar para *as formas* pelas quais esse processo se dá concretamente em cada uma das condições históricas em que vicejaram o capitalismo. Eis aqui a vantagem da explicação da sociologia estrutural-funcionalista latino-americana, a qual teve o mérito de chamar a atenção para as peculiaridades sociológicas da região (MOISÉS, 1976). Embora fosse, no entender de Cardoso, uma forma abstrata de sociologia, essa sua postura representaria um avanço diante do universalismo do esquema de Marx/Lukács. Mas a

¹⁵⁸ “A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p.690). Ainda mais claramente no *Manifesto Comunista*: “Entetanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.” (MARX e ENGELS, 2005, p.40-1).

¹⁵⁹ Cabe ressaltar, no entanto, que o próprio Marx já havia aberto essa via de raciocínio na sua discussão sobre a capacidade de representação dos camponeses franceses em *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*, especialmente na distinção, já presente no *Manifesto*, entre “classe em si” e “classe para si” (MARX, 2012). Ainda assim, existe a afirmação de que eles comporiam *uma classe*, raciocínio distinto do de Cardoso.

questão política essencial continuaria sendo a mesma posta pelos filósofos:

A vocação de uma classe para a dominação significa que é possível, a partir de seus interesses e *da sua consciência de classe*, organizar o conjunto da sociedade *conforme esses interesses*. E a questão que em última análise decide toda a luta de classes é a seguinte: qual classe dispõe, no momento determinado, dessa capacidade e dessa consciência de classe? (LUKÁCS, 2003, p.144 – grifo nossos)

Ora, a ausência dessa “consciência de classe” nas massas – que, vale frisar, se deve a aspectos *objetivos*, que devem ser relacionados ao processo de formação histórica do país, como revela, por exemplo, o caso dos dependentes tratados por Schwarz – configura o que poderíamos chamar, como vimos anteriormente, de *déficit de negatividade*. Para que nos façamos claros, vale recorrermos à seguinte passagem do posfácio da segunda edição de *O Capital*:

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía, portanto, a possibilidade de todo desenvolvimento original da economia “burguesa”, *mas não a sua ... crítica. Na medida em que tal crítica representa uma classe específica, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes: o proletariado*. (MARX, 2013, p.87 – grifo nosso)

Percebe-se aqui, uma vez mais, a estreita ligação que Marx faz entre capitalismo e proletariado, com um acréscimo importante: da relação contraditória entre burguesia e proletariado, a forma necessária *é a segunda* e não a primeira – daí o seu epíteto, “classe universal”. Nessa visão, compartilhada por Lukács em *História e consciência de classe*, o sistema *necessariamente engendra* a sua *crítica encarnada*, o proletariado. Porém, entre Lukács e Marx há uma diferença importante a qual já assinalamos e devemos retomar para compreendermos a posição de Cardoso; o filósofo húngaro concorda com a tese da necessária criação do proletariado, mas isso não acarreta, necessariamente, a *consciência de classe*¹⁶⁰. Diante dessas teses, a posição de Cardoso parece ser a seguinte: embora concorde que haja exploração no capitalismo, isso não configura condição suficiente para que os expropriados do sistema componham uma classe – justamente porque lhes faltaria a consciência necessária que tal processo requer. Algo análogo já havia sido indicado em *Capitalismo e escravidão* quando se debruçou sobre a análise das perspectivas dos escravos – e foi apontado por Roberto Schwarz em sua análise sobre os “homens livres”/dependentes na literatura

¹⁶⁰ Tanto a sua diferença em relação ao “imediatismo” de Marx, como a questão da centralidade da negatividade no processo político revolucionário são explicitados na seguinte passagem de *História e consciência de classe*: “O proletariado se realiza somente ao negar a si mesmo, ao criar a sociedade sem classes levando até o fim a luta de classes. A luta por essa sociedade, em que a ditadura do proletariado não passa de uma fase, não é uma luta somente contra o inimigo exterior, a burguesia; é também, ao mesmo tempo, a luta do proletariado *consigo mesmo*: conta os efeitos devastadores e aviltantes do sistema capitalista sobre sua consciência de classe. O proletariado somente alcançará a vitória quando superar em si mesmo esses efeitos[...]. O proletariado não deve temer nenhuma autocritica, pois somente a verdade pode trazer uma vitória, e a autocritica deve ser, por isso, seu elemento vital.” (LUKÁCS, 2003, p.191 – grifo do autor)

machadiana. Por isso é estranha a crítica que José Alvaro Moisés (1976) fez à noção de classe de Cardoso, como se ela: i) vinculasse a lugar de produção à consciência de classe de modo mecânico e ii) caísse em contradição ao afirmar que ele não se opõe ao conceito de massa, mas o faz. (MOISÉS, 1976, p.25-6). Como vimos, Cardoso não parece vincular o lugar de produção ao surgimento da consciência de classe; ao contrário, argumenta, tanto no que se refere às massas quanto aos empresários, que lhes falta precisamente a consciência adequada, embora ocupem, objetivamente, os lugares polares no processo de reprodução material da sociedade. Por outro lado, como a segunda crítica se baseia no suposto da primeira, de acordo com o qual Cardoso vincularia a “posição estrutural” à consciência de classe e assim oporia as noções de “classe” (organizada) e “massa” (desorganizada), ela também parece inadequada porque os conceitos visam condensar experiências sociais e políticas *de qualidade diferentes*. Assim, a suposta oposição “classe” *versus* “massa” se desloca do plano conceitual para o plano *concreto*. Vejamos um trecho de “Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social”:

Não obstante, *muitas vezes o operariado tentou reagir como proletariado*. Diante de condições de vida que por algum tempo tornaram-se insuportáveis [...] os operários se viam na contingência de frustrar as expectativas vigentes, reivindicando direitos e tentando definir interesses autônomos e contrapostos aos dos patrões. Os momentos de tensão revelam a plenitude das contradições e a ambiguidade da situação do operariado na fase em que se tentava instaurar um sistema industrial de produção numa sociedade de base agrária, economicamente dependente dos países desenvolvidos, e recém-egressa da ordem escravocrata. (CARDOSO 1969 [1961], p.206 – grifo nosso)¹⁶¹

Como se vê, Cardoso está mais próximo de Lukács do que de Marx, justamente pela mediação que o conceito de “consciência de classe” oferece para a análise sociológica. Entretanto, não coincide com o primeiro no que diz respeito à ideia de que aqueles que vendem a sua força de trabalho sejam necessariamente proletários, posição que Lukács parece reter de Marx, pois pode-se vender a força de trabalho sem possuir a experiência de classe requerida para o processo de formação de uma consciência coletiva. É muito provável que essa percepção de Cardoso, a qual desautoriza a imediatividade de uma das suposições básicas do aparato conceitual marxista, tenha relação direta com o fato de que o Brasil faz parte da periferia do sistema capitalista, lugar, nesse sentido, sociologicamente privilegiado para a percepção da inadequação dessas teses imediatas. Nesse aspecto, Cardoso poderia dizer que esse é um momento *ideológico* de Marx e de Lukács, que acabaram por universalizar uma

¹⁶¹ Vale recordar que essa suspeita acerca da dificuldade da massa se transformar em classe também aparece em “Subdesenvolvimento e sociedade de massas” (CARDOSO, 1969 [1962]).

situação particular. Além disso, essa tese de Cardoso confere um lugar central para a política, que passa a ser entendida como o lugar do conflito e das possíveis alianças entre interesses e visões de mundo – processo, então, que tem o potencial de auto-esclarecer a si mesmo.

No caso do Brasil, Cardoso parece esposar a tese de que as classes “modernas” brasileiras são, devido ao processo histórico brasileiro, de formação frágil: tanto a burguesia – que, lembremos, nunca teria sido capaz de tomar a frente do processo de modernização do país – como as massas, “afônicas”, seriam incapazes de se emancipar a si mesmas, o que constitui aquilo que chamamos de déficit de negatividade. Diante desse quadro, coube a condução do processo político aos grupos sociais ligados às “antigas classes médias” e à “pequena burguesia recém-formada”. As suas ideias vieram a luz por meio de uma *forma* específica do pensamento idealista, o nacionalismo como ideologia desenvolvimentista e estatizante. Nessa orientação, se imaginaria que a vontade coletiva deveria se expressar por meio do Estado. (cf. *idem*, p.94)

As características as quais o autor supunha negativas no “nacionalismo” se vinculam ao seu caráter pequeno-burguês, derivado, ideologicamente da “tradição *antiga* de *valorização abstrata* do ‘poder da razão’” que teria como fundamento a ideia de defender o “interesse da nação”, por sua vez consubstanciada no Estado, imaginado como um artefato capaz de se colocar acima das classes sociais. Numa palavra: um pensamento idealista. Ora, o marxismo é, ponto por ponto, o contrário disso: é um pensamento político originado da *crítica moderna* ligado às classes subalternas, cujo fundamento seria o desvendamento das condições *materiais* nas quais se operam a sociabilidade capitalista, na qual os interesses dos mais explorados são sistematicamente deixados de lado, inclusive no que se refere ao Estado, que é tomado como um aparelho de dominação da classe dominante. Entre outras coisas, trata-se de um pensamento que busca, assim, as determinações *materiais* – isto é, *específicas* – das ideologias *universalistas*, buscando compreender seus limites e suas potencialidades.

Para Cardoso, os limites com os quais esses movimentos nacionalistas se depararam na sua tentativa de mudar a estrutura social brasileira eram substantivos e, em boa medida, vinculados ao próprio subdesenvolvimento do país, ao imperialismo e aos limites próprios de “ação dos grupos pequeno-burgueses”. Ou seja, aos equívocos imanentes de sua ideologia.

De fato, na sociedade de massas que se formava, se o controle político da situação não se fazia mais através das oligarquias, estas não se desfizeram por encanto diante do poder da massa, nem muito menos a massa transformou-se de imediato no proletariado redutivo portador da missão histórica reservada à “classe universal”. Ao contrário, as camadas dominantes tradicionais e as forças internacionais que tinham interesse em continuar a dominar a economia do país lutaram, transfiguraram-se, aliaram-se aos novos grupos ascendentes, mas preservaram parte do antigo poder. Isto equivale a dizer que o processo de diferenciação econômica e de

industrialização não se fez nem nos moldes pregados pelos nacionalistas, nem através da instauração da ordem econômica competitiva clássica, como se verá nos próximos capítulos. (idem, p.95)

Assim como em “Subdesenvolvimento e sociedade de massas”, Cardoso volta a assinalar que a “representação proporcional democrática” “nunca chegou a ter vigência” no país (cf. Idem, p.96). Nesse sentido, o que houve foi a transformação da *forma* de dominação política concretizada pela transformação do Estado em um ente que paira acima das classes, com aproximações com a situação que Marx via na configuração do Estado na Alemanha do século XIX.

Na nova ordem, o Estado, que nunca foi, obviamente, o ponto de encontro neutro do interesse de todos, fortaleceu-se graças ao maior número dos cidadãos engajados como "massa de manobra" dos interesses políticos, mas continuou a ser controlado nas decisões fundamentais pela aliança entre a burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez, exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento. (...) Da mesma maneira, a nova ordem não permite mais a exclusão pura e simples do "ponto de vista popular". (idem, p.96 – grifo nosso)

Cardoso é explícito na sua condenação às formas mistificadoras próprias do populismo e da sociedade de massas:

Entretanto, a participação das camadas populares no processo político não só é manipulada, em grande parte, pelos meios de comunicação de massa, como a ineficácia dos partidos e movimentos políticos organizados foi substituída pela ação de líderes carismáticos e de demagogos que se tornaram veículo de ligação entre o povo e o Estado [...]. (idem, p.96 – grifo nosso)

A análise do autor não é isenta de tensões, entretanto. Se antes, como vimos, tinha atribuído à situação objetiva do país os tateios e titubeios das forças políticas, agora afirma: “Teve a burguesia sagacidade e realismo para não hesitar onde os outros haviam vacilado: transformou rapidamente o nacionalismo em "mera ideologia", fazendo da falsa consciência pequeno-burguesa uma falsidade da consciência, para parafrasear Lukács.” (idem, p.97 – grifo nosso). Vejamos, então, como essa tensão reaparece na análise concreta de Cardoso sobre o empresariado brasileiro.

O empresariado industrial brasileiro em foco

A segunda parte do livro de Cardoso conta com três capítulos: um dedicado à análise do padrão de administração das empresas; um sobre a “mentalidade” dos empreendedores e o último antes da conclusão, que é dedicado à sua “ideologia”. Pode-se perceber que essa estruturação contém uma gradação: vai do mais imediatamente empírico – a forma de gestão – até o ponto mais subjetivo, a ideologia. Se considerarmos as observações contidas na primeira parte, perceberemos que o livro busca se estruturar segundo os passos da apreensão

do *concreto* por Marx, conforme trechos que já assinalamos anteriormente.

Apesar do processo de mudança impulsionado pela modernização então em curso, as empresas brasileiras eram geridas por grupos familiares e por isso Cardoso as denominou de “empresas clônicas”. Do ponto de vista do aproveitamento das chances econômicas oferecidas pelo mercado, o personalismo próprio desse modo de gestão impediria a racionalização administrativa e a expansão dos negócios, tanto porque gerava desperdícios ou mal aproveitamento das chances surgidas, como porque costumava-se optar pela manutenção do tamanho da empresa, o que se devia ao desejo de controle dos seus dirigentes familiares – desejo presente inclusive em lugares vistos como modernizantes, como o interior de São Paulo e Blumenau.

Se esse é o diagnóstico, é preciso entender o *porquê* e *como* esse modo de gestão se tornou o dominante e *como* seus atores se adaptavam às injunções da economia brasileira. Segundo Cardoso, três fatores constituiriam as bases para as respostas de tais questões: em primeiro lugar, uma certa cultura disseminada no Brasil; em segundo lugar, o espraiamento da forma de dominação patrimonial no país, em especial nas áreas agrárias nas quais as “famílias tradicionais” dominavam as localidades e, por fim, as oscilações próprias da economia brasileira, o que teriam feito com que esse tipo de domínio se tornasse uma estratégia de sobrevivência para as empresas. (Cf. Idem, p.130).

Mas o autor concede que na cidade de São Paulo já existiam, naquela altura, disposições contrárias ao controle familiar, o que se explicaria pela presença de empresas financeiras, empresas estrangeiras e pelo grande vulto das empresas locais sediadas na cidade. Em outros locais, também existiam pressões modernizadoras, o que se deveria à presença de dois tipos de empresários: os mais jovens e aqueles atuantes em empresas de capital misto. Costumeiramente detentores de diplomas de ensino superior, tais atores identificavam os limites que a gestão pessoal trazia às empresas. No Nordeste, essa oposição entre “modernizantes” e “tradicionais” chegaria a impactar, por exemplo, as avaliações que faziam sobre as ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em Minas Gerais, por outro lado, existiriam empresários descendentes de famílias cultivadas, o que lhes possibilitava recursos intelectuais para imprimir modernizações em suas empresas. É interessante observar a atenção que o autor dá as diversas regiões do país e as peculiaridades dos seus impasses rumo à modernização. O ponto culminante desse processo no Brasil é São Paulo, local no qual se rotinizaram e institucionalizaram mecanismos especializados na modernização de empresas, como faculdades, cursos, seminários, revistas especializadas e etc. Entretanto, o autor parece querer destacar que: “*por trás desta modernização, muitas vezes*

aparente, persistem, todavia, resistências que indicam como permanecem vigorosos no Brasil os efeitos negativos da propriedade familiar das empresas aliada à gestão direta.” (idem, p.109 – grifo nosso). A conclusão mais segura a respeito da posição de Cardoso sobre esse assunto parece ser a seguinte: existiam impulsos modernizadores das gestões empresariais no país, mas o seu ritmo não era rápido e eles enfrentavam resistências *efetivas* de grupos empresariais tradicionais. Em outros termos: embora possamos concordar com a ideia de que *a modernização é um imperativo do sistema capitalista*, não devemos confundir essa necessidade com uma objetivação *imediate*, na medida em que as suas *formas* podem variar segundo as circunstâncias em que se dá esse processo.

Exemplo disso reside na observação de Cardoso segundo a qual os clãs que dominavam as empresas costumavam optar pelas estratégias que dessem retorno financeiro mais imediato. Embora essa estratégia possa ser atribuída à própria escassez de capital – o que define uma situação contrária daquela desfrutada pela empresa monopolista, que “faz” o seu preço -, impõe-se a observação de que ela seria incapaz de criar um processo efetivo de modernização industrial a longo prazo, como vimos. De maneira mais imediata, essas estratégias costumavam ser concretizadas de dois modos: por um lado, na compra de empresas já existentes e, por outro, no investimento naquelas áreas produtivas nas quais o Estado investe com recorrência. Reinaria, então, um certo individualismo que se traduzia no personalismo de cada administração, cuja legitimação adviria de especulações passadas bem-sucedidas.

Antes de passarmos às questões relativas ao surgimento dos impulsos modernizadores, convém deixar registrado um elemento da *forma expositiva* do livro: em boa medida, o leitor de *Empresário industrial* encontrará uma certa dificuldade na sua leitura, relacionada à dificuldade da organização da exposição sobre uma matéria cujas características são internamente polares. Em outros termos: a exposição do autor busca dar conta, e às vezes não consegue, de situações tão contrastantes quanto a da cidade de São Paulo, na qual existiam processos modernizadores “de ponta”, como de cidades do interior, nas quais existiam apenas rudimentos desses mesmos processos. Essa advertência pode ajudar a compreender a razão pela qual, em alguns momentos, as afirmações do autor sobre o processo de modernização dos comandos das empresas parecem oscilar. Do nosso ponto de vista, essa aparente variação tem mais relação com as próprias contradições e dispersões internas dos objetos analisados do que com alguma suposta insegurança argumentativa. Desse modo, a forma imediata a que classicamente se costuma chamar de “dualismo” brasileiro impõe dificuldades próprias para a exposição de uma análise que busque dar conta de elementos constantes nos dois polos. Convém notar que o autor não enfrentou essa dificuldade expositiva no seu doutorado, que

versava, na análise, unicamente sobre um polo “atrasado”, a situação das relações escravocratas no Rio Grande do Sul.

Retomando: de onde surgiram as pressões modernizadoras? E como elas atuavam?

Em primeiro lugar, surgiam da própria complexificação dos negócios, que acarretavam a expansão das estruturas e atividades da empresa, o que se traduzia, entre outros, no aumento do número de funcionários e no aumento do volume de inversões no mercado. Nesse sentido, a modernização das empresas familiares se objetivava nas suas transformações em “Sociedades Anônimas”, cuja característica elementar é ter um número variado de acionistas e, portanto, de fontes de recursos. Por outro lado, a gestão dessas novas formas empresariais cabe, costumeiramente, a gerentes não-proprietários, figura que passa a se tornar chave no processo de desenvolvimento brasileiro.

Em segundo lugar, o autor ressalta a instalação de filiais e subdesdes de empresas estrangeiras no Brasil. Para a gestão dessas novas empresas, também são recrutados administradores não-proprietários. Por fim, algumas empresas familiares optaram por adotar uma forma mista de capital, o que lhes impuseram também a adoção de formas mais modernas de gestão. Todos esses argumentos reaparecerão em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

Mas, como já dito, esse cenário modernizante não é o prevalecente. Na verdade, formas arcaicas de gestão continuavam a ser predominantes, embora o processo de modernização impusesse às empresas geridas que reagissem de alguma forma. Havia aquelas que continuavam a adotar as formas mais personalistas de gestão, como aquelas nas quais o patriarca buscava educar seus filhos da maneira mais moderna, justamente com o objetivo de que eles estivessem preparados profissionalmente para uma nova fase da empresa familiar.

Seja como for, esse cenário complexo afetava as possibilidades de desenvolvimento do país em dois planos: no plano do próprio ritmo do processo industrial, como também naquele da capacidade de disputa capitalista pelo mercado. Segundo Cardoso, “existe larga margem de “capacidade industrial” desperdiçada pelos industriais paulistas, que tolhem seus projetos de expansão pela crença na necessidade de controle direto dos negócios.” (idem, p.112). Ou seja: esse tipo de gestão *enfraqueceria o ritmo da expansão industrial e afetaria negativamente a capacidade de concorrência destas indústrias*. Alguns empresários alegavam que não realizam expansão por falta de mão-de-obra qualificada, o que seria, em parte, verdade; por outro lado, destaca-se a falta de interesse de formá-los. Em outras regiões, esse problema não se colocaria justamente pela falta de força das empresas; que tinham dificuldade em expandir seus negócios.

Não obstante, esse comportamento, ao contrário do que pareceria, não teria como fundamento um suposto “atraso cultural” dos industriais brasileiros. Na verdade, Cardoso enfatiza as condições materiais “peculiares do processo de industrialização no Brasil que permitem, e às vezes instigam, a manutenção do padrão familiar de controle dos empreendimentos.” (idem, p.113). Ou seja: e nem o *mercado*, por ser modesto, nem a *sociedade brasileira* seriam moldados a permitir um comportamento completamente baseado no cálculo e na previsibilidade. Além disso, a preponderância do Estado sobre as políticas econômicas e a pouca influência do empresariado sobre elas fazem com que as empresas tenham que mudar seus objetivos e programações de modo muito rápido e frequente¹⁶².

O mais importante seria, entretanto, que persistência do padrão familiar se deveria às chances de altos lucros que, paradoxalmente, o mercado brasileiro permitiria ao empresariado; essa situação faz com que eles *dispensem* a racionalização da gestão de suas empresas, vista como *desnecessária*. A concorrência frouxa entre as empresas é central nesse processo. Por outro lado, com o adensamento então em curso do processo modernizador, menor seria a chance das empresas que se mantêm presas as “técnicas empíricas de decisão e controle” sobreviverem - a não ser que se unissem a grupos industriais mais modernos ou busquem fatias menos disputadas do mercado.

O problema da marginalização das empresas tradicionais e da sua falta de capacidade da gestão moderna se cruzam na realidade. Seriam vários os exemplos disso: existiam empresas que se arruinavam porque os herdeiros não tinham o mesmo tino comercial dos fundadores, ou porque tinham que enfrentar novas concorrências. Em outros casos, as famílias viram-se obrigadas a vender suas empresas para empresários administrativamente mais capazes. Além disso, houve ocasiões nas quais, por falta de recursos para o desenvolvimento da empresa e pelo desejo de manter o controle sobre ela, os administradores-donos escolhem atuar numa faixa “marginal” do mercado. De acordo com Cardoso,

o desenvolvimento rápido da industrialização do Brasil, acelerado principalmente a partir do último período governamental de 1954-1960, colocou uma espécie de desafio para a antiga camada industrial brasileira: ampliar as indústrias, remodelando-as e adotando novas formas de organização dos negócios, ou marginalizar-se e sucumbir diante de organizadores internacionais que dispõem de capitais abundantes e experiência técnico-administrativa consolidada.(CARDOSO, 1972 [1964], p.117)

Cabe destacar que o governo Juscelino Kubitschek optou por um modelo de desenvolvimento associado ao capital internacional, que investia grandes volumes de

¹⁶² Essa argumentação de Cardoso ecoa a tese de Marx segundo a qual a aurora do capitalismo industrial, seu dinamismo era dado pelo comércio. Depois de consolidado, essa situação teria se invertido. (Cf. MARX, 2015, p. 824)

inversões em áreas como infra-estrutura e indústria mecânicas e pesadas. Nesse sentido, tratou-se, simultaneamente, de um *estímulo* e um *desafio* à burguesia nacional, instada a mudar o seu comportamento acostumado à rotina das indústrias leves e alimentícias. Diante desse quadro, houve aquelas que souberam responder ao cenário, modernizando-se, como houve aquelas que não conseguiram ultrapassar a sua forma então prevalecente.

Um elemento decisivo para a compreensão adequada desse cenário é o da disponibilidade de capital para acompanhar o ritmo proposto pelas estratégias do governo. Nesse sentido, Cardoso lembra que a expansão das empresas era feita a partir da reinversão de lucros obtidos, pois não havia a entrada de investimentos estrangeiros. Não obstante, “por grandes que sejam os lucros numa economia em desenvolvimento, a aquisição de base técnica nova e a reformulação das práticas de organização industrial *dependem de inversões cujo montante ultrapassa, em média, as disponibilidades para reinversão geradas pela própria empresa.*” (idem, p.118 – grifo nosso). Nessas condições, ou as empresas se associavam entre si, ou tinham que conseguir capitais próprios. Para realizarem a primeira opção, podiam se associar tanto com outros grupos familiares ou empresas estrangeiras. Para realizar a segunda opção, foram dois os “mecanismo[s] mais seguro[s]”: por um lado, o que o autor chama de “manipulação de favores governamentais” - isto é, obtenção de “câmbio de custo” para a importação de máquinas, empréstimos de longo prazo pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – e, por outro, a prática de “fraudes e contrabandos”.

Nesse sentido, o autor aborda um tema importante para a compreensão da forma de objetivação das *formas* próprias do capitalismo monopolista no Brasil: a abertura de capitais, característica típica dessa fase do capitalismo, como apontaram Paul Sweezy e Paul Baran (1966, p.25 e ss). A explicação *imediata* recorreria à ideia de que o empresariado brasileiro, no geral, era por demasiado tradicional para adotar práticas desse tipo. Porém, Cardoso chama a atenção para o fato de que não se poderia pensar os industriais que não abrem sua empresa como “tradicionalistas” pois “seria transferir uma análise válida pra economias altamente desenvolvidas uma situação econômico-social inteiramente diversa.” (CARDOSO, 1972 [1964], p. 119). A explicação *concreta* se situaria em outro nível (cf. idem, p.119-120).

As únicas empresas que conseguiriam “abrir” suas ações seriam aquelas geridas de maneira moderna, pois a sua forma de propriedade e de administração imporia a necessidade da correspondência entre a contabilidade e a realidade. “*A chamada pública de capitais por empresas que ainda não se ajustaram de fato às normas contábeis e financeiras das sociedades anônimas não é, pois, um recurso eficaz para a formação de novos capitais.*”

(idem, ibidem – grifo nosso). Sendo assim, seria *estruturalmente impossível estabelecer a mesma racionalidade no capitalismo brasileiro e no capitalismo monopolista central*. Desse confronto, a própria suposição de que existe uma racionalidade tipicamente moderna e capitalista sai relativizada, como em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. “Ao contrário, numa economia capitalista, o padrão pelo qual se infere o êxito do empreendimento é o lucro.” (CARDOSO, 1972 [1964], p.134). Esse caso evidencia que não apenas o analista precisa compreender os nexos materiais e lógicos que presidem uma determinada formação social para que esteja em condições de compreender os sentidos das ações dos sujeitos nesse contexto, como também o fato de que a burguesia nacional estava impossibilitada de se adequar às *formas* contemporâneas do capitalismo sem a perda de parte de seus privilégios. Em boa medida, a dificuldade de compreender o estudo de Cardoso reside no fato de que nós precisamos estar atentos, simultaneamente, a esses dois polos.

Em outros termos: a *forma* nacional-burguesa de industrialização – aquela denominada pelo autor como “extensiva” - entrava em colapso devido, em parte, ao seu próprio sucesso e, em parte, à entrada de empresas multinacionais no mercado local. Acresce, ainda, o desafio imposto pelas mobilizações populares do período. Sendo assim, ela nem estava preparada para partir para a próxima fase da industrialização, que em boa medida demandaria se contrapor ao capital externo e aos movimentos sociais, mas estava ameaçada de perder, se não tomasse posição, aquilo que já detinha.

A compreensão do quadro *concreto* dessa situação impunha diversas indagações: quem compunha a burguesia nacional? O que suas frações pensavam sobre o processo econômico, social e político então em curso? Quais as alternativas que percebiam em seus horizontes? A partir das respostas a tais perguntas é que o autor estaria em condições de realizar o trabalho de “abstração”, para formular uma perspectiva “concreta”, a unidade do diverso.

O mecanismo básico de acumulação de capital *continuava sendo, então, a reinversão dos lucros* obtidos, mesmo quando as empresas se associavam ao capital estrangeiro. Isso equivale a dizer que o capitalismo brasileiro, pelas suas próprias condições, não logrou realizar as transformações qualitativas que resultaram nas formas de acumulação e gestão do capitalismo monopolista. Em suma: “Tenta-se construir uma “grande indústria” adotando-se técnicas e expedientes que, do ponto de vista das economias altamente desenvolvidas, são “irracionais”.” (idem, p.122). Dessa situação resultaria o fato de que persistiriam valores que eram identificados com aqueles esposados pelos “capitães da indústria” do “período pioneiro”. Contudo, esse “saudosismo” - e não “tradicionalismo” - teria sua razão de ser justamente devido as mudanças que o período impunha: a de que os industriais, mais do que

cuidar da produção, precisavam observar os aspectos financeiros e políticos do seu empreendimento.

Ora, é compreensível que se coloque a pergunta: como então se comportam os gestores profissionalizados, epígonos da racionalidade da economia capitalista, nesse cenário particular? Em primeiro lugar, o autor esclarece que o total controle profissional só seria encontrado nas empresas *estrangeiras*; contudo, existiria um tipo de “padrão misto de direção” em outras empresas que conseguiria incorporar seletivamente as virtudes da administração profissional. Trata-se, no entanto, de situações *qualitativamente distintas*, na medida em que, nesses dois cenários aludidos, os gerentes profissionais tem diferentes graus de autonomia, bem como as suas funções são atribuídas, delimitas e reconhecidas de maneiras desiguais.

Nos casos de empresas controladas por uma família ou por grupo de acionistas, o diretor não acionista, segundo Cardoso, tenderia a ser o que chama de um “homem de confiança”. Os meios para adquirir tal confiança são vários e poucos teriam a ver com a competência profissional. Outro ponto interessante é que nesse tipo de empresa familiar de grande porte seria comum que o diretor trate antes de funções *técnicas* do que *empresariais*. Contudo, seria raro que o diretor tivesse, de fato, alguma função vital na decisão dos rumos das empresas; suas atribuições costumavam ter como centro o preenchimento das atividades próprias da rotina administrativa.

Já no caso das companhias estrangeiras, as relações entre os estratos mais altos da direção da empresa e os seus diretores seria diferente. Nelas, os diretores seriam escolhidos tendo como base critérios formais. Porém, seu grau de autonomia também seria pequeno, embora por motivo diferente daquele encontrado nas empresas familiares: as decisões fundamentais são tomadas nas matrizes, o que criaria um choque entre tais decisões e o mercado brasileiro, acanhado e um tanto imprevisível. Não obstante, as vantagens dessas empresas frente às familiares seria grande, pois a sua racionalização é maior que a das concorrentes brasileiros; possuem maiores recursos disponíveis, o que as previne das oscilações do mercado e tem um *know-how* muito superior às concorrentes. Em termos sumários, poderíamos dizer: as empresas estrangeiras seriam como ilhas de capitalismo monopolista cercadas por vastos mares de capitalismo incipiente – ou subcapitalismo, como chama Cardoso.

Por tudo o que se viu, impõe-se a necessidade de compreensão da “mentalidade” dos empreendedores. Mas o que significa isso? De um ponto de vista sociológico,

[trata-se] de passar da caracterização formal para um nível de *concreticidade* em que se possa determinar e relacionar reciprocamente tanto as *formas* que a consciência da situação de mercado e de produção assumem para os industriais quanto os tipos de ação que, sendo consentâneos com as condições histórico-sociais, são capazes de garantir “vantagens no mercado”. (idem, p.134 – grifo nosso)

Para analisar a gênese das *formas* de produção e concorrência típicas do Brasil e as *formas* como as quais ambas são encaradas pelos empresários brasileiros, Cardoso remonta à análise da gênese de nossa industrialização para fazer uma espécie de história sociológica das ideologias empresariais no Brasil.

Segundo o autor, no momento inicial da industrialização havia pouca preocupação com o detalhamento técnico da produção e do seu controle de custos. Isso acontecia devido ao surgimento de condições de mercado que favoreciam a industrialização, originadas da impossibilidade de importação de produtos causada pela guerra, pela política cambial e o pelo protecionismo futuro, como explicou Celso Furtado. Esse processo de industrialização resultante da combinação desses fatores é denominado pelo autor, como já mencionamos, de “industrialização extensiva”, designado assim pela preferência dos industriais em comprar mais máquinas, aumentar o número de indústrias e equipamentos, do que melhorar aquelas que já possuíam. Segundo Cardoso, o resultado disso é a “subutilização de fatores, num país subdesenvolvido, e a proliferação de pequenas indústrias de baixa produtividade.” (idem, p.135-6). Não é difícil ver o peso decisivo que a *forma da gênese* das condições de industrialização impacta diretamente o seu *processo de desenvolvimento concreto*. Concretamente, pode-se dizer que essa forma de industrialização ocorreu de maneira combinada com uma mentalidade não-industrial, o que importava, a partir de certo momento, problemas à economia nacional. Não havia preocupação com a racionalização da produção – melhoria do rendimento da produção, qualificação dos produtos e da mão-de-obra, disputa por maiores fatias de mercado e etc. Além disso, o autor acresce que, por outro lado, os consumidores também não pressionariam para a melhoria do produto. Outro sinal dessa aparente pouco racionalidade estava nas próprias estratégias de crescimento vislumbradas pelos industriais, como o apego às “tacadas de sorte” (especulação) e favores políticos e fiscais. Em suma, tal situação

amortece o sentido da produção capitalista desenvolvida, pois mantém o objetivo do lucro sem relacioná-lo diretamente com o desenvolvimento da base técnica da produção, criando estímulos para o apego a práticas tradicionalistas e distorcendo as potencialidades reais do crescimento industrial.” (idem, p.137)

Vale, então, fazer um paralelo histórico: por analogia, podemos observar que essa situação de mercado infinitamente disponível se assemelha ao momento da colonização, no qual a disponibilidade de terras também é virtualmente infindável. Não é à toa que Marx, ao

analisar a colonização da Austrália pelo colonizador Sr. Peel, identificará nesse processo a revelação da verdade do sistema capitalista: a de que o elemento decisivo para a constituição de riqueza era o *trabalho*, que assumia, naquele caso, a forma escravista justamente devido à enorme quantidade de terras disponíveis. Ora, não foi uma modalidade esse processo que o próprio Cardoso estudou em *Capitalismo e escravidão*? Por esse ângulo, podemos concluir que o que Cardoso assinala em *Empresário industrial* é justamente o mesmo elemento presente em sua tese de doutorado: os empresários brasileiros, em suas condições determinadas, assim como os senhores do charque do Sul *eram racionais, o que se demonstra, inclusive, pelas suas práticas “irracionais”*. É por esse motivo que o autor assinala que essa “visão tradicionalista da empresa”, própria da *forma extensiva* de industrialização, enseja a “a imagem do antiempreendedor”, no que se aproxima da “visão tradicional dos comerciantes e fazendeiros do ‘velho Brasil’”. (idem, p.138). Por aqui, reencontramos um problema que já destacamos anteriormente: o processo capitalista *nem sempre* se constitui a partir de um processo de racionalização formal, tal como supunha Lukács em *História e consciência de classe*. Ora, se o filósofo húngaro elevou essa tese a uma das determinações essenciais da estrutura mental ensejada pelo capitalismo – que atingiria, entre outros exemplos, a própria teoria conhecimento de Immanuel Kant em *A crítica da razão pura* –, das duas uma: ou o Brasil não seria um país capitalista ou a teoria lukasiana generalizava uma realidade específica, a européia. Por tudo o que vimos, não resta dúvida de que os seminaristas uspianos ficaram com a segunda hipótese.

Contudo, existiram momentos no quais surgiram pressões pela alteração de mentalidade, o que dificilmente ocorre no caso de uma dominação puramente tradicional – note-se aqui a reposição da *temática*, não da abordagem, dualista. O paralelismo com *Capitalismo e escravidão* se recoloca aqui: se a pressão pelas mudanças surge da própria lógica do choque entre formas de produzir – uma mais “moderna” contra outra mais “atrasada” –, não se deve concluir que ela se reflita imediatamente na consciência dos atores sociais do processo concreto de desenvolvimento. Assim como os senhores do charque do Sul demoraram a se convencer, pelos seus interesses contraditórios de que o fim da escravidão lhes beneficiaria, Cardoso assinala que a “falta de compreensão de industriais da “nova situação” transforma-se em fator de amortecimento da mudança social.” (idem, p.140). Um exemplo concreto dado pelo autor é a reação do empresariado frente à modernização do comportamento operário, como a sindicalização e a luta por direitos. Tal fato despertaria a reação dos industriais tradicionalistas, que “passam a ver em toda parte, como os setores mais retrógrados das classes dominantes tradicionais, a ação oculta do “comunismo”.” (idem,

p.140). Em outras esferas, tal incompreensão também acontece.

Diante desse processo complexo, o qual chega a aproximar de fases “pré-capitalistas”, o autor distingue dois tipos de procedimentos que permitiram ao industrial tradicionalista obter mais lucros sem investir na modernização da empresa: o *controle* de situações sociais fundamentais para a acumulação de capital e a *exploração da força de trabalho até os limites do irracional, inclusa aí a precarização*. O paralelismo com *Capitalismo e escravidão*, livro o qual também investiga, entre outros assuntos, as especificidades e os limites da racionalidade do processo produtivo numa economia periférica, é novamente evidenciado nessa argumentação.

No caso dos industriais brasileiros, o pioneirismo dos “capitães da indústria” nada teria a ver com os princípios de racionalização compartilhados pelo capitalismo central avançado; ao contrário, tem relação com “a maneira pela qual exploram ao máximo as potencialidades do meio social brasileiro”, lógica mais alinhada com o aventureirismo do que com o esforço de exploração sistemático e racionalizado. Foi isso que ocorreu em São Paulo, o que recoloca a questão: se o processo é economicamente irracional, como seria possível explicar o crescimento da economia capitalista-industrial por aqui? Para solucioná-la, só nos resta deduzir que, como a realidade não pode estar “errada” – isto é, ser diferente de si mesma –, o equívoco está na teoria: há alguma racionalidade nesse processo, embora ela não esteja evidente. Porém, só se poderia compreender esse fato se abandonarmos os limites estreitos do conceito de racionalidade econômica. Reaparece aqui, portanto, a superioridade epistemológica da sociologia, disciplina que disporia de um arsenal teórico-conceitual que lhe permitiria escapar do frequente descosimento entre modelo econômico e realidade social.

Em termos empíricos, Cardoso destaca que o tipo de empreendedor que denomina “capitães de indústria” é mais frequente em famílias tradicionais com recente interesse pelas atividades industriais. “Desprovidos de capitais, mas muitas vezes bem relacionados, junto às esferas governamentais, estes empreendedores lançam-se a toda sorte de tentativas para influir nas decisões que lhes possibilitem empréstimos e concessões oficiais.” (idem, p.143-4). Naturalmente, esse tipo de ação só pode ter sucesso em um contexto no qual não persevera o Estado legal-burocrático inteiramente racionalizado. “O Estado-patrimonialista, desde que possa ser manipulado, passa a ser o ideal de organização governamental para estes defensores da “iniciativa privada”.” (idem, p.144). Esses últimos dois trechos citados revelam claramente que a maior capacidade epistemológica da sociologia, segundo Cardoso, estaria no fato de que ela teria condições de construir *mediações* que dão conta de compreender os sentidos de práticas sociais tão contraditórias como um *empreendedor sem dinheiro* e um *capitalista*

defensor da livre-iniciativa encostado no Estado. Ambas não cabem em um modelo de racionalidade que se quer baseado na igualdade jurídica dos sujeitos, fundamento ideológico da livre-iniciativa, pois se baseiam inteiramente em privilégios que o mencionado modelo não pode conceber, ou explicitar.

Um dos resultados objetivos dessas situações está em que o Estado *aparece* para esse tipo de empreendedor como contraditório: por um lado, financia e protege suas iniciativas – o que lhe confere uma imagem favorável; por outro, tem a capacidade de interferir sobre elas, do que resulta uma visão negativa. Uma síntese dessas aparências está em dois termos: se a ação do Estado é positiva, ele é o “Estado-protetor”; se é negativa, é o “Estado-intervencionista”. Cabe ressaltar que essa aparência do Estado é resultado, em grande medida, da própria situação contraditória desses empreendedores, que, por não terem dinheiro, precisam do financiamento e da proteção do Estado, mas não querem que ele lhes coloque em risco. Como frisa o autor:

O princípio da não-contradição parece não ter vigência quando se passa para a fabulação moderna dos industriais brasileiros. Como num mito, o tempo que define os dois pólos da fábula do Estado é descontínuo e as qualidades que constituem o personagem se reconstróem em cada momento que dá sentido à narrativa. O Estado que socorre a “minha indústria” nada tem a ver com o Estado mais abstrato que ao legislar e agir intervém na vida econômica e se torna símbolo eterno da antiempresã. (idem, p.145)

Ainda que essa forma seja mais típica no caso brasileiro, o autor adverte que as empresas estrangeiras também utilizam técnicas escusas para acumular capital (cf. Idem, p.146), mas talvez o fizessem de maneira diferente devido ao seu maior poderio econômico, produtivo e político.

É curioso que, de alguma forma, reapareça aqui a temática lukácsiana das antinomias do pensamento burguês (LUKÁCS, 2003). Para o filósofo húngaro, a marca decisiva desse pensamento reside na contradição que estabelece entre sujeito e objeto; como decorrência, toma o mundo como “dado” e se limita a prescrever as formas adequadas de (re)ação “racional” dos sujeitos diante dele, visto como “irracional”. Daí que uma de suas características seja uma percepção de mundo contemplativa, que resulta numa sensação trágica diante das crises, vistas também como irracionais.

É possível perceber na argumentação de Cardoso alguns dos traços dessa argumentação. Em primeiro lugar, os empresários brasileiros *não se viam como agentes* da modernização do país; ao contrário, viam-se como seus objetos; como personagens secundários dessa trama, diante da qual alimentavam uma visão trágica, na medida em que não a controlam. O que é curioso é que o setor da burguesia nacional que teria essa visão seria o mais “atrasado”, o que

talvez sugira que, com a ascensão do capitalismo monopolista, a própria estrutura da mentalidade burguesa tenha se modificado, deixando para trás algumas das teses de Lukács sobre ela.

Por outro lado, Cardoso também identifica um outro subtipo de capitão da indústria: aquele que valoriza o trabalho e a poupança. Imediatamente, poder-se-ia pensar que esse comportamento seria um gênero da “virtude burguesa” clássica a que se referiu Max Weber em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Todavia, não seria esse o caso, na medida em que tais práticas gerariam obstáculos à expansão das atividades empresariais, em especial no que se refere à complexificação de suas administrações financeiras. “Não resta dúvida que este tipo de avaliação das atividades torna-se cada vez mais negativa com as modificações crescentes das condições gerais do mercado. Entretanto, historicamente, foi deste grupo de industriais que surgiram as pessoas responsáveis pelo início da alteração das condições técnicas de produção no Brasil.” (idem, p.147). Nota-se: aquelas práticas que hoje confeririam *desvantagens* ao desenvolvimento econômico já foram *vantagens* em outro momento.

Haveria, entretanto, outro tipo – ainda minoritário naquela altura - de empreendedor no país, o qual o autor denomina “homens de empresa”. Em geral, comporiam esse tipo aqueles empresários locais que ultrapassariam uma “visão tradicional” da gestão empresarial e da economia do país; em outros termos, seriam empresários preocupados com a remodelação técnica e administrativa de suas empresas. “Em oposição aos capitães da indústria e aos industriais tradicionais, os homens de empresa não têm mais a obsessão pelo lucro rápido e imediato obtido pela manipulação do mercado ou de favores oficiais, nem a obsessão pela exploração total e irracional do trabalho ou pelo controle usurário dos gastos.” (idem, p.150). Continua o autor: “Metodização do trabalho, especialização de base tecnológica da produção, expectativa de lucros a prazos médios e espírito de concorrência são as características básicas das preocupações dos *homens de empresa*.” (idem, p.150 – grifo do autor). Outra característica distintiva desse tipo de empresário, em contraposição aos seus pares tradicionais, seria o entendimento de que sua empresa atua sobre e depende da sociedade, de maneira que seriam capazes de formular uma visão sobre ela. Mas o autor ressalta: não quer dizer isso que consigam conferir aos processos político e econômico a direção que lhes seria mais propícia, da mesma maneira que não poderiam atuar de maneira que toda a sociedade saísse beneficiada.

Em boa medida, esse tipo de empresário surgiria em um momento no qual a empresa em que atua já está consolidada: por possuir recursos, pode fazer planejamento a médio prazo,

por exemplo. Frisando um aspecto weberiano de sua análise, o autor destaca: “Contudo, o espírito que anima estes homens [...] é fundamentalmente distinto daquele que caracteriza os capitães de indústria: no plano da fábrica, são movidos pelo desejo de construir uma “indústria verdadeira”, no plano da visão geral que têm do mundo, desejam construir o *capitalismo* no Brasil.” (idem, p.151 – grifo do original). Apesar dessa visão mais atualizada acerca do capitalismo, os empresários desse tipo soferiam de certa extemporaneidade, na medida em que se compreenderiam em termos típicos do período do capitalismo concorrencial (cf. Idem, p.151) – o que equivale a dizer, do século XIX –, especialmente no que diz respeito à valorização da concorrência. Nesse plano, no entanto, é preciso compreender a racionalidade do processo efetivo e a forma como a qual ela *aparece* na consciência dos atores.

Evidentemente, as afirmações sobre o papel da concorrência, que em geral são estereotipadas, não podem ser tomadas pelo analista como expressão de um *desejo* dos industriais: revelam apenas a forma pela qual uma situação de mercado se reflete na consciência dos empresários. Toda empresa, potencialmente, se encaminha para o domínio completo do mercado. Diante da impossibilidade, em certas circunstâncias, da efetivação deste processo, a ideologia concorrencial exprime e encobre, ao mesmo tempo, a noção que os empresários alcançam da situação de produção. Quando esta situação se define de tal maneira que é impossível “fechar o mercado”, os que insistem em fazê-lo estão “um passo atrás” em face da realidade. Os que compreendem a nova situação e tentam enfrentá-la, preparando-se técnica, administrativa e financeiramente para a competição, exprimem a consciência possível das novas condições do mercado e têm *chances* de êxito do ponto de vista dos requisitos da “mentalidade empresarial”, necessários para tentar o empreendimento. (idem, p.151 – grifos do original)

O termo “consciência possível” denota a inspiração lukacsiana da análise. Mas coloca-se a pergunta: quem são, concretamente, esses atores sociais? Segundo Cardoso, são alguns industriais modernizadores e os funcionários das empresas estrangeiras que trazem, com tudo o que o acompanham, o seu *know how* para o país. Entretanto, o autor salienta: nem sempre essas empresas estrangeiras chegaram ao país com a intenção de redefinir as características do processo produtivo local. “Somente quando a pressão nacional pelo “desenvolvimento econômico” fez-se no sentido de exigir a instalação de “indústria de verdade”, *verbi gratia* as automobilísticas e as de construção naval com toda a coorte de indústrias complementares ou de base para dar àquelas, houve, de fato, a introdução de normas técnicas modernas de produção.” (idem, p.152). Ou seja: embora dispusessem de recursos superiores, essas empresas não desenvolviam como que naturalmente uma visão mais sofisticada e realista dos problemas básicos do processo produtivo local. Isso era feito pelos seus *dirigentes*, de maneira que a formulação dessa visão variava de empresa para empresa – apesar de que os

dirigentes dessas firmas tendiam a possuir uma visão mais globalizante acerca das condições de produção e da necessidade de reorganização constante de suas práticas empresariais. Concretamente, essas questões se colocavam da seguinte forma: como adaptar o *know how* das empresas estrangeiras para uma realidade como a brasileira? Ou, ainda, como avaliar um mercado interno com as configurações particulares dessa mesma realidade? As respostas a tais questões modificavam as práticas produtivas das empresas e, por consequência, seus resultados.

O empresário que ousou a renovação com ímpeto pode *ter sido* um "poeta", como o qualificam os mais rotineiros, ou pode tornar-se um magnata. Mas o julgamento será sempre *depois de transcorridos os fatos* e dependerá do desenvolvimento da *situação*. E neste sentido, como escapa-lhes o controle da situação (i. e., o ritmo de modernização e de racionalização da sociedade), as incertezas quanto ao resultado final da ação verdadeiramente inovadora serão maiores ainda que as do político que assume uma posição definida qualquer. (idem, p.155-6 – grifos dos originais)

Por tudo isso, a análise ficaria incompleta se não desse conta de fazer um exame concreto – isto é, objetivo – das condições nas quais atuam a subjetividade acima descrita. Nesse plano, Cardoso observa que, ainda que a ação desses empresários apareça como assemelhada à ação do “empresário schumpeteriano”, sua essência é distinta, na medida em que, necessariamente, esses empresários conduziam o país, mesmo numa concorrência imperfeita, na transição para uma economia monopolística e oligopolística.

Em geral, como foi o caso do setor privado da economia brasileira, as grandes empresas nacionais acabam por associar-se às empresas estrangeiras de uma ou de outra forma, tornando-se dependentes, na medida em que são sócios menores. Para evitar esta alternativa e para impedir que o processo de desenvolvimento resulte no controle econômico da nação por grupos privados, a solução existente é a dos monopólios estatais. Neste caso, ou o mercado deixa de ser competitivo, nas economias socialistas, ou se torna, nas economias capitalistas com setores estatizados, de concorrência mais que imperfeita. Em qualquer das hipóteses, a industrialização repousa sobre “grandes unidades de produção” e ausência de concorrência perfeita. (idem, p.156-7)

O trecho é significativo também por adiantar uma das principais conclusões do livro – isto é, a da associação da burguesia nacional ao capital industrial-, como por fornecer uma chave de passagem para o diagnóstico feito ao final de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ao mesmo tempo, no entanto, esse diagnóstico serve para compreender algumas das ações dos “homens de empresa”, o que resulta em uma nova passagem teórica para o plano da análise das ações dos sujeitos. Nesse sentido, um dos fatos significativos é o já mencionado aspecto trágico da ação desses líderes empresariais na economia brasileira: ao passo que compreenderam a necessidade de sofisticar suas “visões de mundo” e suas ações políticas, como exemplifica o estabelecimento entre eles de um discurso em prol “da Indústria” e não de “suas Indústrias” - o que sinaliza a tentativa de criar uma ideologia

universalizante da “indústria” local - , esse intento se afigura impossível numa realidade como a local, na qual não existiriam condições para a disseminação desse discurso. Ou seja, a ideologia contemporânea do capitalismo monopolista estava “fora do lugar”. Um dos entraves está, inclusive, no seio da própria burguesia nacional, que é muito diversa entre si e que, portanto, esposa uma variedade de discursos que dificultam a unificação de suas análises e ações. Junto com o agravamento das tensões sociais do período, essa situação punha em xeque as expectativas desses sujeitos. “*Têm uma visão cataclísmica do futuro, só abrandada porque acreditam que “começa a despertar nas classes produtores a consciência do problema”.* De qualquer modo, *são orientados em geral por uma visão pessimista quanto às possibilidades futuras do capitalismo no Brasil, se não forem tomadas logo “medidas enérgicas”.*” (idem, p.161 – grifo nosso)¹⁶³. Sabemos o que aconteceu meses depois.

A racionalização também aparece no tratamento que esses “homens de empresa” dão às carreiras dos funcionários, o que distaria muito do paternalismo tradicional. Buscar-se-ia, nesse sentido, criar um processo avaliativo racional da produtividade desses empregados. A ideia que subjaz essa prática é o estímulo que dariam aos funcionários no sentido de demonstrar que eles também podem se tornar proprietários. “Não se estranha, portanto, que o homem de empresa encare simultaneamente, sem que disso tenha consciência, o objetivo de lucro e as condições sociais para sua viabilidade. A difusão da “psicologia do sucesso” e dos valores básicos do capitalismo entre a massa torna-se tão importante quanto o saldo financeiro da empresa em si mesmo, pois uma é condição do outro [...]” (idem, p.163). Não há como deixar de notar, entretanto, que essa postura dos empresários modernizadores não só reafirma a intenção de “criar o capitalismo no Brasil”, como molda para si mesma uma imagem heróica-civilizadora de um ambiente inóspito. Essa percepção seria tanto mais reforçada pelo constante contraste que eles fazem de sua imagem com a dos empregados, vistos, entre outras características negativas, como irracionais.

Depois das análises das formas de recrutamento dos empresários, das formas de gestão das empresas e da sua mentalidade, chegamos ao ponto decisivo do livro, qual seja: a análise desses sujeitos como classe social (cf. Idem, p.169). Trata-se de uma mudança de patamar analítico, na medida em que as interpretações anteriores privilegiavam as relações dos

¹⁶³ De alguma forma, essa tese também ecoa Lukács, especialmente no que diz respeito à suposta “consciência trágica” da burguesia (cf. LUKÁCS, 2003, p. 160). De alguma maneira, é possível estabelecer algum paralelismo entre essa passagem de *História e consciência de classe* e a argumentação de Cardoso. Para Lukács, a consciência trágica da burguesia se anunciava já no momento em que, na sua luta contra o feudalismo, suas práticas econômicas e políticas tinham ensejado o proletariado. De maneira paralela, mas com outro conteúdo, Cardoso assinala que a burguesia brasileira se exprimia na sua tentativa de manter a ordem social tal qual ela existia contra o capital estrangeiro e contra o próprio proletariado, que se organizava e, por isso, a aterrorizava.

empresários com o seu contexto *imediato*, as empresas, os funcionários, o mercado e etc. Agora, trata-se compreender como as características assinaladas até aqui influenciam no comportamento político desses sujeitos. Ainda assim, a análise de seu comportamento como classe não deve fazer com que se abandone o lastro que confere especificidade ao processo de formação da burguesia nacional – aliás, presente na própria configuração das características anteriormente assinaladas. Impõe-se, assim, que esse assunto seja retomado e acrescido com reflexões sobre – e vale destacar – “a *forma* pela qual os industriais tomam consciência dos problemas do desenvolvimento econômico” (cf. Idem, p.169 – grifo nosso) e as perspectivas políticas decorrentes dessa situação.

No que se refere à formação da burguesia nacional, Cardoso destaca sua formação rápida e recente, ligada ao período da Segunda Guerra Mundial. Em boa medida, os seus componentes eram de origem aristocrática, o que torna inteligível a mentalidade tensa que assinalamos anteriormente: por um lado, industrializante e, nesse sentido, modernizadora; por outro, repleta de noções arcaizantes. Ademais, tratar-se-ia de uma classe heterogênea. No que resulta isso? “*Assim, da mesma forma que a inexistência de uma “tradição proletária” dificulta a orientação do comportamento operário por valores compatíveis com a situação de classe, a origem não-industrial recente dos industriais brasileiros dificulta que se orientem como empresários e que atuem como classe.*” (idem, p.170 – grifo nosso).

A passagem é reveladora em muitos sentidos. De forma mais imediata, ela sublinha as formações específicas das classes sociais brasileiras, essencialmente distintas de suas congêneres européias. Por outro lado, a própria caracterização negativa de Cardoso – negativa no sentido de sublinhar, paradoxalmente, que as classes por aqui *não* agem como classes – sinaliza uma fidelidade com os pressupostos clássicos do marxismo. Ou seja: ao ter como referência as ações das classes sociais tal como elaboradas por Marx e Lukács, resta a Cardoso assinalar que a burguesia nacional e o proletariado brasileiro não são como as analisadas pelos clássicos do marxismo. Disso deriva, no entanto, uma explicação frágil, na medida em que é negativa. Como vimos, essa direção analítica não é predominante ao longo da obra, mas importa assinalar que ela existe e constitui uma tensão rica nos seus desdobramentos. Ademais, se não estamos enganados, esse trecho confirma nosso argumento pelo avesso: ao tomar como referências estáticas Marx e Lukács, Cardoso aponta – nesse caso, involuntariamente – que não se explica as características particulares e essenciais do país. Pode-se tão somente dizer o que não somos, mas não o que somos. Em outro trecho com o mesmo espírito: “*Estes fatores dificultam a decantação de modos uniformes de pensar, sentir e agir e dificultam a formação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de*

todos em função dos interesses comuns.” (idem, p.171 – grifo nosso). Talvez possamos imaginar que é Schwarz quem fará uma descrição positiva dessa burguesia em suas análises machadianas, aliás, o que configura uma análise que se afasta da feita por Cardoso em alguns aspectos.

Existe, no entanto, um pressuposto, não inteiramente explicitado, que conferiria força ao argumento do autor: sua definição de classe tem relação direta com a capacidade da mesma em atuar politicamente. É a clássica distinção entre “classe em si” e “classe para si”, por sua vez retrabalhada por Lukács em *História e consciência de classe*.

Essa consciência [de classe] não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensa, sentem etc. *E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência.* (LUKÁCS, 2003, p.142 – grifo nosso)

No caso da burguesia nacional, a fragilidade de sua consciência ficaria evidenciada, em especial, pelo fato de que boa parte de seus componentes nem mesmo se reconheceriam como pertencente a *um conjunto* – a classe como tal. Soma-se a isso a facilidade com a qual foi feita a industrialização do país e teremos como resultado uma burguesia débil, porque heterogênea e, paradoxalmente, “pouco burguesa”.

No campo político, o resultado não poderia ser outro: a capacidade de influência dessa classe social no aparelho do Estado seria pequena. Além da fraca pressão sobre o governo, seus membros agiriam como se não fossem responsáveis pelo país e se definiriam como grupo alheio às decisões. O seu único meio de ação seria a “participação *pessoal* no jogo de compromissos que a política de tipo patrimonialista ainda dominante [pode] oferecer aos que têm recursos para arcar com os ônus do clientelismo político.” (idem, p.176 – grifo nosso). A inspiração lukácsiana aqui é evidente:

Pois, se a sociedade atual não pode ser percebida de modo algum na sua totalidade a partir de uma situação de classe determinada, se a própria reflexão consciente, levada até o externo e incidindo sobre os interesses da classe, reflexão essa que se pode atribuir a uma classe, não disser respeito à totalidade da sociedade, então essa classe só poder desempenhar um papel subordinado e nunca poderá intervir na marcha da história como fator de conservação ou progresso. (LUKÁCS, 2003, p.144)

Em uma perspectiva mais ampla, e retomando os fios que conjugam o pensamento sociológico de Fernando Henrique Cardoso, é de se notar que o trecho se aplica também à perfeição à situação do escravo, tal como vimos no capítulo sobre *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Na mesma referência, podemos perceber que Lukács é mobilizado aqui para dar conta da problemática de Florestan Fernandes, qual seja: quais seriam os possíveis agentes modernizadores do país? Como assinalamos, essa questão era colocada por Florestan

Fernandes no plano das mentalidades; buscando dialogar no mesmo plano, Cardoso destaca que a burguesia nacional não constituiria tais agentes. Em boa medida, isso se deveria, como já destacamos, ao fato de que eles nem mesmo se veriam dessa forma, razão pela qual o autor argumentará que “pode-se afirmar, com alguma ousadia, que a maior parte dos industriais mantém uma representação *falsa* do processo de desenvolvimento econômico em que se vêem envolvidos e para o qual contribuem com a sua ação prática.” (CARDOSO, 1972, p.176 – grifo nosso). Essa falsa representação do processo de desenvolvimento se deveria à percepção, comum a parte significativa da burguesia nacional, de pertencimento a outras classes, especialmente a classe média, embora não fizesse parte delas *objetivamente*.

Ora, esperamos não estarmos indo longe demais ao frisar que aqui se coloca, de maneira específica, a relação entre ideias e lugar – nesse caso, representada explicitamente pela problemática da relação entre ideias/ideologias e os seus agentes. Sinal disso é que a gama “atrasada” dos empresários industriais tinha profunda dificuldade em descrever de maneira verossímil a realidade (SCHWARZ, 2012, p.171) – no que voltamos ao problema da “falsa” representação. Para sermos claros: a própria especificidade da industrialização brasileira, que dispensava o cálculo rigoroso devido aos lucros abundantes, resultou na formação de uma burguesia pouco preocupada com a inovação tecnológica e com a competitividade no mercado e detentora de uma visão equivocada – porque tradicional - sobre os imperativos do sistema capitalista. E não foram *apenas* essas práticas que possibilitaram a industrialização do país, mas, *fundamentalmente*, as condições excepcionais proporcionadas pelo “protecionsimo natural” surgido com a Segunda Guerra Mundial.

Ao não perceberem que o apoio governamental, e a inflação decorrente, lhes ajudava, os industriais advogavam uma postura austera que minaria suas possibilidades. Ou seja: a falsa consciência resultaria numa ação política inadequada. Mas, aos moldes da teoria do fetichismo da mercadoria de Marx repensada por Lukács, Cardoso argumenta que esse descompasso – isto é, essa *aparência* - tem uma razão *objetiva*.

Falta-lhes, pois, uma teoria que conduza coerentemente a ação. Mas esta falta não é acidental: qualquer formulação objetiva do processo de crescimento industrial acaba mostrando que a indústria nacional está presa a um padrão acanhado de comportamento econômico que tem suportes contraditórios no investimento estrangeiro e nas inversões estatais. *Entre estes dois polos a burguesia nacional hesita incessantemente, temendo ora a alienação do patrimônio, ora a perda do controle político da nação.* (CARDOSO, 1972 [1964], p. 178 – grifo nosso)

Ou seja:

As dificuldades da definição de uma política coerente com os interesses próprios

exprime, no fundo, a incoerência dos próprios interesses da burguesia industrial: para desenvolver de fato a economia nacional ela precisa apelar para a interferência de grupos que lhe são estranhos, que nem sempre tem interesses em desenvolver a economia do país em termos que permitam sua hegemonia. (idem, p.188)

Essa passagem nos leva em direção diferente daquela que citamos anteriormente, na medida em que o que era “falsa consciência” do empresariado local agora é sinal de consequência; isto é, suas vacilações, ambiguidades e ambivalências são sinais de uma “consciência adequada” perante a situação em que atuam¹⁶⁴. E o autor chega a mesmo dizer que o início dos anos 1960 marca certo despertar na consciência da burguesia nacional de que, para realizarem seus objetivos, precisariam torná-los “gerais” (Cf. Idem, p.186). Essa é a tensão a que nos referimos anteriormente, a qual cabe explorar agora.

A pergunta mais imediata que se poderia colocar é: o autor foi, então, incoerente? A nosso ver, a resposta para essa pergunta é *não* – embora essa resposta não deva significar qualquer anulamento das tensões analíticas da obra. Coloca-se, então, a questão de compreender os fundamentos dessas tensões. De nosso ponto de vista, é preciso que observemos, em primeiro lugar, que Cardoso encontrou uma contradição objetiva na mentalidade empresarial dos industriais brasileiros. Nesse sentido, há passagens na obra que reproduzem essas contradições de maneira contraditória com a teoria marxista clássica a respeito do assunto. Disso decorre uma superposição de contradições; por um lado, elas se revelam na própria mentalidade dos empresários brasileiros; por outro lado, essa mentalidade contrasta com o esquema marxista. Dessa superposição de contradições resultam certas passagens, talvez expositivamente não inteiramente bem-sucedidas, que procedem, ora em uma exposição “negativa” a respeito das características do empresariado local, quando comparado com as burguesias dos países centrais, ora numa exposição “positiva” sobre as suas características específicas. Essa oscilação é resolvida pelo autor ao longo das suas obras seguintes, nas quais parece mais seguro em sua análise “concreta” sobre a mentalidade dos empresários – o que equivale a dizer que se ancora numa exposição “positiva” sobre suas características. Ainda assim, interessa assinalar que o cerne dessa argumentação já aparece em *Empresário industrial*: trata-se de assinalar a impotência constitutiva da burguesia nacional

¹⁶⁴ Essa argumentação seria reforçada na tese de cátedra do autor, na qual se lê: “Por outro lado, a correspondência entre o significado das ideologias e a situação estrutural não indica nada de semelhante a uma falsa consciência da situação verdadeira dos interesses de classe. Antes, aponta para interesses de classe que não implicam politicamente uma “visão hegemônica”. A acomodação da burguesia industrial à forma particular de dependência que ela vive não implica “incapacidade histórica” para vislumbrar seus verdadeiros objetivos, mas sim o reconhecimento prático da impossibilidade histórica de uma política hegemônica.” (CARDOSO, 1978 [1969], p.202-3)

em levar adiante um projeto político nacionalista¹⁶⁵. Vejamos como isso ocorre.

Do ponto de vista empírico, os industriais brasileiros não se colocavam como “burguesia”, mas como “povo”, razão pela qual poderiam ser vistos, efetivamente, assim. Em suma: tratava-se de uma classe economicamente dominante, mas não politicamente dominante: “exige, como *povo*, proteção e benesses; influi, como burguesia, na obtenção de seus desígnios; reclama, como Nação, os desmandos da política governamental; e paga como sócio contranditório do Poder, o preço do clientelismo que garante a persistência da dominação política das classes médias tradicionais e dos proprietários rurais.” (CARDOSO, 1972 [1964], p.178). Não deixa de ser interessante observar que, desse ponto de vista, a fragilidade da burguesia nacional lhe facultava ter uma onipresença na política nacional, do que resultava a ideia, disseminada no empresariado, de que ela compreenderia o “verdadeiro interesse da Nação”. Essa contradição era efetiva, na medida em que, objetivamente, a burguesia nacional visava estar ao lado de todas as forças sociais e políticas e temia ser acuada por todas elas (Cf. Idem, p.186). De passagem, cabe assinalar: ao se ver, simultaneamente, como “povo”, “burguesia”, “Nação”, “sócia do poder”, a burguesia local ia revelando certa *volubilidade*, matéria que Schwarz trabalhará em sua análise sobre Machado de Assis, na qual entende esse traço como mais profundo do que sugere esse estudo de Cardoso.

Esse quadro, no entanto, estaria se reconfigurando. Para Cardoso, haveria um crescimento paulatino de um setor industrial localizado em São Paulo cuja característica básica seria a sua filiação ao capital internacional. Nesse sentido, esse setor se contraporiria aos industriais mais antigos, profundamente ligados ao mercado interno. Além dessa distinção essencial, os dois grupos teriam visões opostas sobre o papel do Estado na economia nacional: o primeiro seria mais reticente com relação a ele, enquanto o segundo tenderia a ser mais favorável. Ao setor emergente, portanto, corresponderia o que o autor chama de “nova ideologia”, cuja característica seria estar ligada ao novo momento do capitalismo o qual já assinalamos, motivo pelo qual estaria consciente da necessidade de influir na política nacional. Ademais, diante do processo de acirramento dos conflitos políticos, apesar da abertura de brechas para levar adiante o projeto nacionalista, essas frações da burguesia nacional tenderiam a se unir enquanto capitalistas para se opor às eventuais mudanças no regime de propriedade.

¹⁶⁵ Há passagens em outros textos, como “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais do populismo e do nacionalismo” (1993 [1967]) em que Cardoso modulará essa argumentação indicando que houve, por parte da burguesia nacional, uma busca por uma “posição hegemônica” no arranjo de forças inaugurado com o golpe de 1964 (cf. CARDOSO, 1993 [1967], p.76-7).

Por isso, e sinalizando o seu posicionamento à esquerda da esquerda – isto é, à esquerda dos comunistas e dos trabalhistas – Cardoso especula que:

Abre-se, pois, certa margem para que o comportamento político dos grupos dominados possa tentar exprimir-se com algum êxito. [...]. As vacilações que a situação impõe à burguesia urbano-industrial, pode corresponder a ousadia das massas se elas se negarem a “desempenhar o seu papel” no jogo tradicional de compromisso e acomodação. (CARDOSO, 1972 [1964], p.190)

Ou ainda:

Resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo? (CARDOSO, 1972 [1964], p.198)

Esse capítulo almejou articular algumas ideias as quais vale a pena tentar reiterar, boa parte das quais parte da busca por assinalar o parentesco entre *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* com *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, pois nele estaria a chave para descobrirmos a originalidade das intuições do Seminário Marx sobre a formação brasileira.

Por um lado, perseguimos a ideia de que a tese de livre-docência de Cardoso deve ser compreendida a partir de dois marcos: a sociologia da modernização de Florestan Fernandes, institucionalizada no projeto do CESIT, e o Seminário Marx. Pelo que vimos, a perspectiva marxista desenvolvida nas reuniões do grupo de estudos do qual Cardoso participou foi essencial para que esse livro, bem como a sua tese de doutorado, estabelecesse uma diálogo crítico com a sociologia praticada pelo seu mestre, em especial no que se refere às expectativas diversas que ambos tinham acerca do processo de modernização do país. Embora várias das conclusões de *Empresário industrial* confirmem as teses expostas por Florestan Fernandes em “Reflexões sobre os problemas de mudança social no Brasil” (1962), a forma de articulá-las lhes dava outro sentido, cuja característica essencial era a desconfiança sobre a possibilidade de uma reforma mental da burguesia brasileira, na medida em que suas inconsistências ideológicas tinham raízes sólidas em suas condições concretas.

Em outro plano, nos interessa mais fortemente marcar as continuidades entre *Empresário industrial* e *Capitalismo e escravidão*. Esse interesse deriva não só do fato das

diferenças serem mais óbvias, como também da nossa busca por estabelecer o argumento de que existe uma linha que marca as reflexões de Cardoso, a qual denominamos de “nacionalização do marxismo”. Já assinalamos uma delas no parágrafo anterior, qual seja: a de que as modernizações do país nem sempre acarretam avanços correlatos nas ideias que as regem. Ao contrário: tanto no que se refere aos senhores do charque do Brasil meridional, como aos empresários industriais, existe a prevalência de cálculos econômicos - aparentemente? - irracionais, que resultam, com frequência, na super-exploração dos escravos/trabalhadores. Em ambos os casos, Cardoso aponta que essas práticas derivam não só da prevalência da mentalidade tradicional no país, como também das próprias formas de inserção da economia do país na ordem econômica mundial. Rompe-se, portanto, a ideia *aparente/formal* de que haja uma mentalidade moderna; na verdade, Cardoso, indo direto ao ponto, assinala, como vimos, que a *essência do capitalismo* é a prevalência do lucro. Em outros termos: a suposta mentalidade tipicamente burguesa/moderna era *específica* de um certo momento histórico e a sua generalização a converteu em *ideologia*. Essa percepção só teria sido possível a partir da constatação de que o cálculo econômico, as formações das classes sociais e as ideologias políticas, econômicas e sociais no Brasil seriam diferentes da Europa porque a nossa inserção na ordem capitalista internacional – isto é, a nossa formação histórica – é diferente daquela ocorrida nesse continente. Nesse sentido, os dois livros assinalam que o correto entendimento das contradições objetivas do país devem ser entendidas sempre em conexão com diagnósticos externos; no caso da tese de doutorado de Cardoso, *O Capital* e *Capitalismo e escravidão* de Eric Williams desempenham essa função; já no caso da livre-docência, a prevalência cabe novamente ao principal livro de Marx e às análises de Paul Sweezy, Paul Baran e Charles Wright Mills a respeito do capitalismo monopolista.

No plano das classes sociais, vale destacar um paralelismo entre as duas obras que estamos tentando aproximar: assim como os escravos brasileiros não eram portadores, por razões diversas, do ponto de vista universal, o proletariado brasileiro também não era. Convergindo com o assinalado logo acima, Cardoso identifica no processo de formação do país uma carência de forças sociais que pudessem alterar, em prol de uma alternativa popular, a ordem social. É a isso que chamamos de “déficit de negatividade”. Nessa esteira, não deixa de ser informativo a revelação *Empresário industrial*, segundo a qual nem mesmo uma fração importante da camada dominante do país – a burguesia nacional – estaria em condições de promover uma mudança a seu favor. Como recorda Joseph Love (1998, p. 443), outros autores e movimentos, como a POLOP, sustentavam a mesma tese. Embora essa lembrança

seja importante para desfazer a crença algo ingênua acerca da “genialidade” que costuma acompanhar a história intelectual centrada nas contribuições de autores, convém observar que o mais importante para os nossos propósitos consiste em demonstrar *como* o autor analisado chegou a essa conclusão. Nesse sentido, não custa reiterar que permanece necessária a análise “interna” da obra, pois só ela é capaz de nos dar esse tipo de resposta. Caso contrário, cairíamos no simplismo de colocar lado a lado autores que, apesar de eventuais concordâncias, carregam diferenças essenciais entre si. No próximo capítulo, veremos alguns exemplos desse caso.

Do ponto de vista teórico, também há semelhanças. Como buscamos assinalar, ambos os livros são repletos das ideias de Lukács a respeito da “totalidade” e da “consciência de classe”. Mas essas aproximações devem ser vistas como aprofundamentos e, portanto, comportam distinções. No que diz respeito ao primeiro desses conceitos, pensamos que *Empresário industrial* formula uma noção mais concreta a seu respeito, o que encontra guarida, inclusive, na sua formulação teórica – no entanto, mais discreta que em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Já quanto ao segundo conceito, o problema também se coloca num outro patamar analítico e teórico. No plano analítico, *Empresário industrial* examina um país cuja ordem social é composta por sujeitos livres, de maneira que perde qualquer verossimilhança a ideia de castas, a qual ocupa um lugar central na tese de doutorado do autor. Disso surge a nova profundidade de um problema teórico já entrevisto em *Capitalismo e escravidão*: como analisar as classes sociais brasileiras a partir de um ponto de vista marxista se, ao mesmo tempo, elas diferem dos supostos históricos e teóricos dessa interpretação no momento em que a saída das “castas” deixa de fazer sentido? A partir desse problema, há certa oscilação na economia expositiva de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, o que é compreensível. Como destacamos anteriormente, cabe reiterar que essa oscilação não deve ser tomada como um *defeito argumentativo*, mas como um *achado teórico* que deve ser aprofundado. Em nossa hipótese, de alguma forma, Schwarz deu prosseguimento a esse problema em seus estudos machadianos, os quais também devem ser tomados como uma investigação acerca da *gênese da elite brasileira*, cujas marcas políticas e sociais serão sentidas no golpe de 1964, tema com o qual abriremos nosso próximo capítulo.

Capítulo 5 – Fernando Henrique Cardoso e a teoria da dependência

[...] na dialética entre o interno e o externo, o interno é o decisivo, não o externo.

Fernando Henrique Cardoso

A compreensão adequada dos sentidos teórico e político da “teoria” da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, bem como de sua repercussão, demanda sua contextualização, na medida em que foi produzida em um momento excepcionalmente fecundo e turbulento da história política latino-americana. Essa contextualização será apresentada em dois momentos desse capítulo. Em um, apresentaremos a conjuntura política, social, cultural e intelectual do início dos anos 1960 na América Latina. No outro, abordaremos as transformações no contexto político no período posterior à publicação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

Entre tais momentos, examinaremos o livro escrito por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto a partir de três ângulos: o metodológico, o histórico e aquele que se refere ao contexto econômico e político imediato, marcado pelo que os autores chamarão de “internacionalização do mercado interno”.

Os anos 1960 na América Latina: de esperanças políticas à derrota

Os anos 1960 marcam uma virada no pensamento e na ação da esquerda latino-americana, com destaque para suas correntes marxistas. Seu principal elemento de catalisação foi a vitória da Revolução Cubana em 1959 e a declaração, por parte de seu comandante, Fidel Castro, do seu caráter socialista em abril de 1961. “Esse fato abria novos caminhos e, ao mesmo tempo, marcava a culminação de uma longa história que, de modo intermitente, se iniciara em alguns países o Continente no final do século XIX: a da penetração das ideias socialistas e da difusão do marxismo.” (PORTANTIERO, 1991, p.333). Nesse sentido, a Revolução Cubana desempenhou dois papéis simultâneos e complementares: foi um momento de auge de um processo que, por sua vez, abriu o debate político do subcontinente acerca das possibilidades revolucionárias. Em boa medida, esse duplo papel se vinculava a um problema clássico que envolvia a relação entre a teoria e prática marxista na América Latina: como analisar as especificidades nacionais dos países do suboncontinente e como elas deveriam impactar as táticas e estratégias políticas adotadas pelos militantes da região? Recolocado naquela quadra histórica, cuja característica principal foi o processo de industrialização da

América Latina e os seus desdobramentos sociais, políticos e culturais, com o principal deles sendo o surgimento das massas populares como atores políticos, esse problema ganhava imensa repercussão. Sinal disso foi o impacto do “castrismo”, posição política que conseguiu, no contexto político cubano, superar a dicotomia entre o nacionalismo radical à Martí e o marxismo “oficial”. Além de influírem em boa parte da esquerda mundial, os dirigentes da Revolução Cubana pareciam ter encontrado a fórmula correta para a concretização da Revolução Socialista na América Latina (LOWY, 2012, p. 44), processo político sem o qual, segundo vários autores, seria impossível concretizar seu desenvolvimento (LOVE, 1998, p. 450).

Outros fatos colaboraram para a efervescência política do período: a cisma chinesa - a virada maoísta em direção à “revolução cultural” - e a difusão em alguns países, como na Argentina, do pensamento de Antonio Gramsci. Vale observar ainda que, em meio às expectativas guerrilheiras, durante os anos 1970 aconteceu a vitória eleitoral do socialista Salvador Allende no Chile, feito que parecia confirmar as teses do VII Congresso do Comintern e da linha conciliadora de seus partidos, que não a haviam abandonado. Em chave diversa, deve-se lembrar que as instalações de regimes autoritários-militares no Cone Sul também foram elementos que instigaram a radicalização política dos partidos, movimentos e intelectuais progressistas da América Latina. O que estava em jogo era claro: tratava-se da possibilidade de uma revolução continental. Por isso, impõe-se que revisitemos, em linhas gerais, os principais acontecimentos políticos do período, os quais fornecem as balizas dentro das quais os atores políticos, incluídos aí os intelectuais, formularam suas perspectivas e marcaram suas posições.

Em um primeiro momento, a reflexão sobre a possibilidade de uma revolução continental foi colocada em pauta pelos próprios dirigentes cubanos, como exemplificam os escritos de Che Guevara, *A guerra de guerrilhas* (1960) e as duas Declarações de Havana (1962). Neles, a revolução continental era defendida como objetivo e a luta armada como método adequado para conquistá-lo. Conforme a estratégia cubana de então, os escritos eram dirigidos a jovens militantes oriundos de correntes políticas progressistas para que fossem convencidos a adotar o mesmo modelo de ação política que Fidel Castro e seus comandados em 1959¹⁶⁶.

166 A estratégia teve influência: as guerrilhas no Paraguai, em 1960-62; a Frente Sandinista, criada em 1961, na Nicarágua; o movimento de Hugo Blanco (1961-1964) ao que se juntará o MIR (cisão da APRA, comandada por Luis de la Puente Uceda) e o Exército de Libertação Nacional, que irão até 1965, no Peru; as FAR (Forças Armadas Revolucionárias) de Turcios Lima, ex-oficial do exército regular, e o MR13, dirigido por outro jovem militar, Yon Sosa, sobre o qual o trotskismo influirá, entre 1961-1965, na Guatemala; o Movimento “14 de junho”

Essa posição ganharia posteriormente uma conotação mais explicitamente agressiva às teses sustentadas pelos partidos comunistas da região. A crescente hostilidade entre as frações da esquerda latino-americana explica o surgimento, em 1967, do Congresso da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), que representava a tentativa de fortalecimento da estratégia “castrista” na região. O famoso livro de Régis Debray, *Revolução na revolução?* (1966), foi o principal veículo de disseminação da estratégia política-revolucionária cubana. O livro atingiu o patamar de *best-seller*. Nele, era marcado o rompimento mais explícito com a estratégia dos partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional. Dentre suas ideias principais, estavam a prioridade do militar sobre o político e o foco guerrilheiro como substituto do partido político (LOWY, 2012, p.47). Coordenar a articulação continental desses grupos era o propósito da OLAS.

Mas já na segunda metade da década de 1960 a aposta guevarista na multiplicação dos “Vietnãs” na América Latina parecia destinada ao fracasso. Não só haviam sido contidos os movimentos nesta direção, como ascendiam ao poder vários governos militares – começando pelo Brasil, em 1964. Em resposta à estratégia cubana, o presidente norte-americano John F. Kennedy lançou a “Aliança para o Progresso”, uma proposta política que visava investir grandes quantidades de recursos em obras de caráter infra-estrutural na América Latina. A estratégia kennedyana se articulava bem com os governos da região que defendiam o desenvolvimento por via de reformas, em muitos casos orientados pelas diretrizes originadas na CEPAL e nos trabalhos vinculados à sociologia da modernização.

Porém, o assassinato de Kennedy acelerou falência da proposta, que já mostrava debilidades, em especial porque malvista por setores das elites norte-americanas, contrariadas com sua orientação. Nesse contexto, os governos que comporiam a “Aliança para o progresso” foram, paulatinamente, derrubados na América Latina. Frondizi, na Argentina, caiu em 1962 - outro presidente civil, Arturo Illia, caiu também na Argentina quatro anos depois; João Goulart, no Brasil, foi deposto em 1964; Paz Estensoro, na Bolívia, foi retirado do poder no mesmo ano. Em 1965, Lindon Jonhson enviou os *marines* para defenderem a “ordem” na República Dominicana.

Assim, a segunda metade dos anos 60 apresentava quadro radicalmente distinto daquele surgido no início da mesma década. Foi na passagem do momento das esperanças da esquerda

na República Dominicana; e outras experiências menos conhecidas no Equador e em Honduras. E mais: ainda ocorreram duas guerrilhas na Argentina (uma peronista em 1961 e outra influenciada por Guevara em 1963-4), a guerrilha colombiana e da Venezuela, que contou com a ação do Partido Comunista. Essa onda foi derrotada – ou bloqueada, como no caso da Colômbia – nos anos 60. Anos depois ressurgirão o sandinismo e o MAS (Movimento ao Socialismo) venezuelano. (Cf. PORTANTIERO, 1991, p.342-3)

marxista da região para suas derrotas que Cardoso chegou ao Chile.

O pós-1964 e a criação da “teoria” da dependência

O golpe de 31 de março de 1964 rompeu drasticamente a vida universitária uspiana. Um dos atingidos foi Fernando Henrique Cardoso. Depois de cassado, Cardoso passou por Buenos Aires, onde planejava se instalar por um tempo para logo retornar ao Brasil, antes de chegar ao Chile no dia 1º de maio. Sua ida ao país vizinho se deveu a um convite para trabalhar na CEPAL, onde já se encontravam figuras como Francisco Weffort e André Gunder Frank. (Cf. CARDOSO, 2006; CARDOSO, 2009). Cardoso ficaria no Chile por três anos. Lá, trabalhou simultaneamente no Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), órgão ligado a CEPAL, e nas Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e na Faculdade de Economia da Universidade do Chile, na qual teve como assistente Vânia Bambirra, que viria a se notabilizar como uma teórica da dependência em chave diversa da sua. De maneira mais ampla, vale destacar que aquele momento foi marcado por uma convivência de muitos intelectuais brasileiros no Chile: além dos já mencionados, Vilmar Faria, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Plínio de Arruda Sampaio, isso sem listar os demais latino-americanos. E não há dúvidas de que, do ponto de vista teórico, o ponto central da convivência desses intelectuais no Chile era a questão do desenvolvimento da América Latina.

Não é difícil encontrar nas memórias de Cardoso o momento inicial da reflexão que culminaria em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Trata-se de um seminário realizado na CEPAL, ainda em 1964, por seus membros e pelos componentes no ILPES. O objetivo do seminário, dirigido por Raúl Prebisch, seria revisar as contribuições da CEPAL sobre o desenvolvimento latino-americano (CF. CARDOSO, 2004, p.7; CARDOSO, 2006, p. 79-80; CARDOSO, 2009, p.29). Participaram deles figuras como Celso Furtado e Aníbal Pinto, além do próprio Prebisch. O seminário teria sido realizado “logo nas primeiras semanas” da estadia de Cardoso no Chile (cf. CARDOSO, 2009, p.29). Teria sido nessa ocasião que Cardoso e Enzo Falleto teriam tido a ideia de começar a preparar um relatório que conteria uma sistematização de suas críticas à abordagem cepalina, o que começou a ser feito em 1965 (CARDOSO, 2004, p.7). No ano seguinte o texto começou a tomar forma e foi terminado em 1967 (Cf. CARDOSO, 2006, p. 80-1), embora fosse publicado em espanhol apenas em 1969, pela editora Siglo XXI, com o título *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. O autor descreve assim sua participação no referido Seminário:

Naquele seminário houve uma grande discussão sobre a questão do desenvolvimento nos países na América Latina, e eu e o Enzo [Falleto] apresentamos uma dupla crítica: por um lado, à visão da esquerda comunista e, por outro, à da Cepal. A nossa crítica à Cepal, que tinha uma visão mais tecnocrática, era a de que não se pode discutir a questão do desenvolvimento sem discutir os fatores políticos, e a crítica à esquerda dizia que não se pode pensar que a revolução é iminente, nem que sem ela não pode haver crescimento econômico. Estavam na tese da estagnação. (CARDOSO, 2009, p.29)

Para que se compreenda a discussão entre Cardoso e os cepalinos, convém destacar a originalidade do pensamento desses últimos. Como destacou Ricardo Bielschowsky, a CEPAL não só foi a “principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino americana”, mas também o “único centro intelectual em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio, que manteve vigente por meio século.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.15). Esse aparato teórico ficou conhecido como “estruturalismo latino-americano”, constituído por um “corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana.” (idem, p.16). Esse *corpus* teórico foi formado, fundamentalmente, a partir de um método histórico-indutivo e pela tese de que a condição periférica latino-americana era causada pela própria estruturação do sistema capitalista internacional. É a partir dessa angulação que os autores cepalinos criaram a “tese da deterioração dos termos de troca” e a “tese estruturalista da inflação”. Ademais, subjaz ao pensamento econômico cepalino o pressuposto de que o Estado é a ferramenta pela qual os países do subcontinente latino-americano poderão superar a condição do subdesenvolvimento.

Segundo Bielschowsky, a despeito das alterações das conjunturas, seria possível identificar algumas características centrais no *método* da economia política cepalina: o enfoque histórico-estruturalista, erigido sobre a oposição “centro x periferia”; o tema da inserção internacional das nações latino-americanas; o tema dos condicionantes estruturais internos de cada país e a análise das possibilidades de ação estatal em cada situação específica. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.17)

Para o que nos interessa nesse trabalho, é importante destacar a centralidade da teoria metodológica da CEPAL na constituição de seu pensamento econômico, cuja característica fundamental foi o fato de ter criado uma forma de análise das tendências sócio-econômicas latino-americanos a médio e longo prazo. O responsável por isso foi o economista argentino Raúl Prebisch, que dirigiu a CEPAL no início de seu funcionamento e lhe conferiu o caráter *crítico da economia política* vigente desde então. Como fica claro no texto inaugural do pensamento cepalino (PREBISCH, 2000)¹⁶⁷, essa crítica tinha íntima relação com o contexto

¹⁶⁷Nele, lê-se logo na abertura: “Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão

do período pós-guerra, no qual as economias latino-americanas passaram por um processo de modificação na sua estrutura de desenvolvimento. Se antes vigia aquele modelo chamado pelos cepalinos de *hacia fuera* – isto é, o modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos-primários –, o contexto dos meados do século XX era marcado pela vigência do modelo *hacia dentro* – isto é, pelo modelo de industrialização e com referência aos mercados internos.

É nesse momento que surge talvez aquela que seja a principal intuição dos trabalhos cepalinos: a tese de que havia *diferenças fundamentais* entre os países centrais e periféricos. Como observa Bielchowsky, essa tese teve dois papéis analíticos importante: a) serviu para demonstrar que a estrutura do comércio internacional, ao contrário do que supunha o universalismo da teoria econômica clássica-liberal, determinava uma *forma específica* – isto é, periférica – de inserção dos países latino-americanos nele, de maneira que lhes restavam os papéis de produtores de bens e serviços pouco valorizados no comércio internacional, ao mesmo tempo que lhes cabia importaremas produções materiais e ideológicas dos países centrais, ainda que elas fossem inadequadas para suas condições; b) como consequência disso, a condição periférica dos países latino-americanos acarretava em *formas específicas de desenvolvimento*. A partir dessas constatações, o arsenal teórico desenvolvido pela CEPAL minava as “teorias da modernização”, como a de W.W. Rostow, baseadas na ideia de que o subdesenvolvimento era como uma etapa para o desenvolvimento. Em contraste, os cepalinos, e em especial Celso Furtado, destacavam que o subdesenvolvimento era uma condição *particular e inédita* pela qual os países desenvolvidos nunca passaram e que por isso mesmo tinha que ser investigada a partir de suas especificidades. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.22-3)

Se a conjuntura latino-americana dos anos 1940 e 1950 pareciam dar razão aos cepalinos, no final 1950 e início dos anos 1960 surgiram alguns acontecimentos que lançaram diversos desafios ao seu pensamento. Entre eles, os principais eram, por um lado, a instabilidade macroeconômica de alguns países da América Latina, em especial no que se refere ao crescimento da inflação, resultado da restrição de importações; por outro lado, embora os processos de industrializações dos países da região continuassem a vigorar, ficava cada vez mais claro que suas urbanizações acabavam por criar um crescimento da pobreza e da favelização, processos resultantes da incapacidade do próprio processo industrializante em incorporar os contingentes rurais que migraram para as cidades. Note-se que o aumento

internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente.” (PREBISCH, 2000, p.71 – grifo nosso). Destaque-se a ambição crítica do trecho, que afirma que a realidade desfazia o doutrinário liberal. Se se tratava de uma crítica ao universalismo, cabe notar que isso já era ideia corrente no pensamento social latino-americano do século XIX.

dessas tensões sociais ocorria no momento em que as democracias latino-americanas ganhavam traços populares. Por fim, a Revolução Cubana deixou os EUA mais alertas com relação ao sub-continente latino-americano, tal como expressava a Aliança para o Progresso, conduzida pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Todas essas questões conduziram a CEPAL a adotar reflexões, por assim dizer, “mais sociológicas”, nas quais teve papel decisivo o sociólogo José Medina Echevarría. Ao longo dos anos 1960, a CEPAL se converte, segundo Bielchowsky, “principalmente [em] um fórum de discussão de ideias críticas ao processo de desenvolvimento em curso.” (idem, p.39). Entre os temas discutidos em seus âmbitos, estavam: os motivos pelos quais a industrialização latino-americana não ter conseguido alçar a maior parte da população da região às condições de participantes integrados aos benefícios das sociedades industriais e as razões pelas quais a industrialização da região também não conseguiu eliminar a sua condição dependente. Para tanto, os cepalinos buscavam dialogar, em especial, com a centro-esquerda nacionalista, interessada em conduzir processos de reformas sociais. Nesse sentido, cabe salientar que, apesar das importantes diferenças das argumentações de Prebisch acerca da “insuficiência dinâmica” das economias latino-americanas e de Furtado sobre a “tendência à estagnação” das mesmas, o fato é que ambas apostavam na tese de que a estrutura econômica da região caminhava para um cenário estagnado ou mesmo recessivo caso não fossem realizadas reformas que alterassem a distribuição de terras agrárias e a condição de dependência tecnológica dos países latino-americanos (PREBISCH, 2000b).

Interessa-nos, mais especificamente, compreender a argumentação de Celso Furtado sobre a tendência à estagnação, pois é contra ela que Cardoso e Faletto irão se posicionar. No livro *Subdesenvolvimento e estagnação*, uma coletânea de artigos publicada em 1966, Furtado sustenta que a má redistribuição de renda geraria uma estrutura produtiva – um padrão de industrialização – pouco empregadora de trabalho, o que reforçaria, por consequência, a má distribuição. Com o progresso da industrialização, emprega-se cada vez menos e se produz cada vez mais, o que implica exigir mais consumo do mercado no momento em que ele se reduz, pois emprega menos; sendo assim, o resultado seria uma tendência à queda da taxa de lucro, uma redução da participação dos salários na renda nacional e a redução do mercado consumidor, de maneira que todos esses fatores combinados resultariam na estagnação.

Porém, em 1967, Antônio Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda e, em seguida, começou aquele processo econômico conhecido no Brasil como o “milagre econômico”, cuja característica principal foi o crescimento econômico do país a altíssimas taxas durante cerca de meia década, em boa parte devido a exportações de manufaturas e produtos primários

(LOVE, 1998, p.436), além do crédito internacional. A realidade, então, negava a teoria furtadiana¹⁶⁸. Impunha-se uma revisão teórica e é nesse contexto que surgirão variadas posições, entre as quais a de Cardoso e Faletto, autores que ganharão destaque justamente por darem conta de explicar como foi possível esse processo de retomada econômica. (Cf. LOVE, 1998, p. 445).

Nos debates entre os teóricos envolvidos com a CEPAL, a posição de Cardoso e Faletto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* se destacou, devido, ao que tudo indica, a duas teses principais: pela “análise sociológica do desenvolvimento” e pela defesa de que a dependência não geraria, necessariamente, estagnação econômica. É nesse sentido que podemos estabelecer que o livro de Cardoso e Faletto possui uma noção de “dependência” que articula dois níveis: o metodológico e o histórico. Vamos organizar nossa exposição tomando-os como referências, o que é facilitado pela própria forma do livro que, à maneira da arquitetura modernista, deixa às vistas a estrutura que lhe sustenta.

Questão de método III

Vale começar destacando o início do livro:

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, *parecia* que alguns países da América Latina estavam em condições de completar o processo de formação de seu setor industrial e de iniciar, ademais, transformações econômicas capazes de alcançar um desenvolvimento auto-sustentado. Com efeito, depois de reorganizar a produção e os mercados, alterados como consequência da crise de 1929, certas economias latino-americanas, que haviam acumulado divisas em quantidades apreciáveis e que se haviam beneficiado da defesa automática do mercado interno provocada pela guerra, *pareciam* achar-se em condições de completar o ciclo denominado de “substituição de importações” e iniciar, sobre uma base firme, a etapa de produções de capital, destinada a produzir a diferenciação dos sistemas produtivos. Nesses países o mercado interno *parecia* bastante amplo para estimular o sistema econômico e se contava, além disso, que a transferência da mão-de-obra dos setores de baixa produtividade – principalmente o campo – para setores de alta produtividade seria um fator de ampliação do mercado. Mais tarde, por volta de 1955, considerou-se necessário um novo elemento para garantir o desenvolvimento: a redistribuição da renda. Esses fatores, atuando em conjunto, *pareciam* suficientes para assegurar o automatismo do crescimento, provocado, a partir de um certo momento, pelos simples estímulos do mercado. (CARDOSO e FALETTTO, 1973 [1967], p.9 - grifos nossos)

O leitor observará a ponderável frequência com que o termo “parecia” surge no trecho citado. Uma primeira observação, prudente, faz com que deduzamos que a situação descrita não se confirmou. Mas o trecho é mais audacioso e lembra mesmo o início d'*O Capital*, no qual Marx sublinha a dialética da essência e da aparência sobre a mercadoria e a natureza da

¹⁶⁸ De algum modo presente mesmo entre ex-seminaristas, como revela *O colapso do populismo* (1968) de Octavio Ianni, livro que adere às teses estagnacionistas de Furtado. (Cf. IANNI 1975 [1967], p.189)

riqueza na sociedade capitalista¹⁶⁹. É dessa maneira que Cardoso e Faletto indicam que vão fazer como que uma *crítica* da economia política que sustentava essa aparência – que, como o trecho deixa claro, é a da CEPAL¹⁷⁰. Mas é importante deixar registrado: para que exista uma crítica da economia política, é preciso que exista uma economia política propriamente dita. Ou seja: o trecho sugere que a teoria econômica e política cepalina *descreveu as aparências* do desenvolvimento latino-americano. Nesse caso isso teria sido um passo adiante, ainda que insuficiente, porque, ao menos, descreveu, ainda que *superficialmente*, o desenvolvimento da região, resultado que contrastava com a ineficácia explicativa dos modelos liberalizantes e modernizadores sobre o assunto. Por isso, não se pode compreender adequadamente os passos dados por Cardoso e Faletto sem compreender a originalidade do o pensamento econômico latino-americano forjado na CEPAL. Em suma: se, ao seu modo, a *crítica cepalina da economia política clássica poderia ser entendida como crítica da ideologia*, a crítica de Cardoso e Faletto também poderia ser entendida como uma espécie de *crítica da crítica* da economia política (ou crítica da crítica da ideologia) – numa espécie de movimento similar ao feito por Schwarz em “As ideias fora do lugar”.

Nesse sentido, o livro de Cardoso e Faletto pode ser tomado com um momento de síntese, no qual o marxismo dos seminaristas e a sociologia desenvolvida na USP, em consonância e divergência com Florestan Fernandes, são convocados como ferramentas básicas para concretizar a aludida crítica da economia política. Nesse sentido, Brasília Sallum Júnior tem razão ao afirmar que:

Dependência e Desenvolvimento na América Latina foi a realização máxima do estilo de Sociologia Política que surgiu do núcleo de produção intelectual que se desenvolveu ao redor de Florestan Fernandes — e até em competição com ele. Seria injusto, porém, considerá-la seu fruto exclusivo. Talvez o livro tenha tido a dimensão intelectual e política que teve justamente porque refletia não só o universo intelectual da USP mas a ampliação de horizontes resultante dos novos contatos, informações e indagações propiciados pela estada de Fernando Henrique no Chile como funcionário da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Ainda assim, creio que algumas de suas características principais permitem caracterizar o estilo de Sociologia Política que se praticou na USP na década de 60. (SALLUM JUNIOR, 2002, p.82-3)

De saída, vale registrar uma diferença entre *Dependência e desenvolvimento na*

169 O trecho é o seguinte: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista *aparece* [erscheint] como uma “enorme coleção de mercadorias” e a mercadoria individual, por sua vez, *aparece* como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria.” (MARX, 2015, p.113 – grifo nosso)

170 Esse argumento é uma derivação da seguinte observação de Fernando Novais: “A discussão e crítica das formulações da CEPAL parece ter levado a uma revitalização do marxismo, passando-se de uma concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada. Nesse sentido, poder-se-ia sugerir que o “pensamento cepalino” situa-se frente ao marxismo latino-americano como, *mutatis mutandis*, a economia política clássica estava para a gênese do marxismo.” (NOVAIS, 1986, p.25)

América Latina e Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil: embora ambos os livros tenham intenção polêmica, os seus alvos prioritários são diferentes. Enquanto o primeiro polemiza prioritariamente com a CEPAL, o segundo polemiza, em primeiro lugar, com o PCB e com o ISEB. Porém, como as perspectivas políticas da CEPAL, do PCB e do ISEB continham elementos comuns – nacionalismo, anti-imperialismo, defesa da aliança pluriclassista em prol do desenvolvimento, entre outros – a linha de argumentação de Cardoso não se altera tão marcadamente em relação ao que havia defendido em sua tese de livre-docência de 1964. Além disso, os problemas dos quais trataram os livros são diferentes, embora relacionados: enquanto a tese de livre-docência analisa o empresariado brasileiro e a sua relação com as possibilidades de desenvolvimento do país, o relatório do ILPES trata do entendimento das raízes sociais e as formas políticas e econômicas da *dependência* no contexto latino-americano.

Retornemos ao trecho citado. Tratou-se, para continuarmos na trilha marxista, de um engano bem fundados nas aparências, pois o contexto do pós-guerra teria permitido a gênese das condições de industrialização que a CEPAL teorizaria nos países da América Latina. Sintetizando os pontos principais da argumentação da CEPAL sobre como deveria ocorrer o processo de industrialização, temos: i) a defesa da centralidade do processo de industrialização como condutor do desenvolvimento econômico – em contraste, por exemplo, com a perspectiva liberal; ii) esse processo de industrialização, primeiro realizado por meio da substituição de importações, deveria ser baseado na “internalização do centro decisório da economia”, no fortalecimento do mercado interno e na força da indústria nacional – que, nesse cenário, seria capaz de produzir bens de capital, o que configuraria, por assim dizer, a “última fase” da industrialização; iii) o mercado externo teria seu papel reconfigurado, pois, ao contrário de determinar a produção dos países latino-americanos, passaria a ser apenas comprador de suas mercadorias, inclusive as industriais.

Como, então, realizar esse processo de industrialização? Segundo Cardoso e Faletto, a CEPAL sustentava que era necessária a absorção de tecnologia que pudesse incrementar a produção industrial local e que o Estado realizasse investimentos importantes para a construção da infra-estrutura dos países da região, o que facilitaria o processo de industrialização em vários planos. Além disso, deveria coordenar a economia nacional, protegendo-a e planejando-a.

Retomando o fio da argumentação marxista do engano bem fundado nas aparências, os autores sublinham que “as condições estruturais e conjunturais favoráveis deram margem desde então à crença comum entre os economistas de que o desenvolvimento dependeria

principalmente da *capacidade de cada país para tomar as decisões da política econômica que a situação requeresse.*” (CARDOSO e FALLETO, 1973 [1967], p.11 – grifo nosso). Esse é um ponto decisivo na crítica dos autores à teoria cepalina, pois encerra em si dois planos diversos de argumentação, embora entrelaçados metodologicamente: a) por um lado, a teoria cepalina seria *voluntarista*, o que se explica, por outro lado, pela sua crença b) de que o desenvolvimento dos países latino-americanos teriam uma base “eminentemente nacional” (Cf. CARDOSO e FALLETO, 1973 [1967], p.12). Essas duas críticas fornecerão as bases lógicas para o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica dos autores. Em outras palavras, pode-se dizer que Cardoso e Faletto buscarem inserir as economias dos países da América Latina no contexto mundial (em contraste com a teoria do capitalismo autóctone), ao mesmo tempo em que sublinharão as dimensões *estruturais* para as ações políticas (em contraste com o voluntarismo da teoria cepalina). Esses dois desenvolvimentos teóricos serão feitos seguindo as orientações de Marx – isto é, serão baseados numa reconstrução lógico-histórica do contexto político e ideológico latino-americano.

Fosse a argumentação original cepalina correta, seria difícil explicar a razão pela qual as economias latino-americanas passaram por um processo de estagnação desde a segunda metade da década de 1950. Por que não foram tomadas providências para rompê-lo? Essa argumentação também seria insuficiente do ponto de vista econômico, pois, segundo os autores, a dinamização de alguns setores da economia latino-americana não foi suficiente para integrar a população marginalizada, a qual aumentava devido ao aumento da pressão demográfica. É significativo que, nesse ponto em especial, os autores mobilizem a ideia de que a própria absorção da tecnologia avançada pelos setores industriais locais foi, em parte, responsável pela sua própria incapacidade de integrar os setores mais marginalizados da população – como, aliás, o próprio Celso Furtado chegou a observar. Por quê? Porque, como observou Marx, o avanço tecnológico cria uma maquinaria que, de certa maneira, *dispensa* força de trabalho; nos seus termos, “ela [a maquinaria] deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor.” (MARX, 2015, p.445). Assim, o avanço tecnológico do capitalismo, que é, no geral, um *imperativo de seu funcionamento*, pois é o “meio para a produção de mais-valor”, cria também contingentes populacionais cada vez mais marginalizados, incapazes de participar de sociedade salarial, seja por falta de capacidade técnica dos trabalhadores, seja por incapacidade de absorção de mão-de-obra por parte das indústrias locais, como no caso da América Latina analisada por Cardoso e Faletto.

Embora a argumentação teórica e *geral* de Marx sobre o avanço da maquinaria seja adotada pelos autores, há outro pressuposto teórico que é com ela combinada para descrever a *especificidade* da situação latino-americana, pois a absorção da maquinaria na América Latina tem resultados diferentes da incorporação da mesma nos “centros”. Nos países centrais, a dispensa da força de trabalho causada pela maquinaria é, em certa medida, compensada pelo fato de que é preciso produzir as máquinas que irão produzir as máquinas produtivas, de maneira que há uma reincorporação de parcela da força de trabalho. Isso sem falar em outros setores que avançam com o crescimento da renda nesses países, como o de serviços – o que, em grande medida, ocorre pela expansão internacional de suas atividades capitalistas. O que importa reter nessa argumentação é que nos ditos países “centrais” existe uma *cadeia produtiva* sólida, inexistente nos países periféricos, cujos processos de industrialização foram interrompidos ou desacelerados. Nesse sentido, embora a maquinaria mais moderna fosse funcional no país, ela teria funcionamento diverso daquele que possui nos países centrais – como já havia demonstrado a CEPAL¹⁷¹. Formulada dessa maneira a tese, fica fácil perceber seu parentesco com a tese das “ideias fora do lugar”, a qual precedeu e lhe é tributária.

É nesse sentido que Cardoso e Faletto apontam que a “forte desigualdade na distribuição de renda” e a “participação crescente de capitais estrangeiros” foram fatores decisivos para estancar o processo de “desenvolvimento auto-sustentado e autônomo” (CARDOSO e FALLETO, 1973 [1967], p. 13). Mas, segundo eles, não poderíamos explicar adequadamente o surgimento e a permanência desses fatores se reduzíssemos a análise do desenvolvimento dos países latino-americanos à dimensão puramente econômica. Por outro lado, os autores negam que uma explicação puramente sociológica fosse suficiente, pois receavam recair nas análises típicas das “teorias da modernização” de Gino Germani, Talcott Parsons, Robert Merton entre outros. Nos termos dos autores:

Falta uma *análise integrada* que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e sus condições políticas e sociais. (CARDOSO e FALETO, 1973 [1967], p.15 – grifo nosso)

171 Para ficarmos num exemplo, em texto dedicado à tese da “insuficiência dinâmica” das economias latino-americanas, Raúl Prebisch afirmava, em 1963: “Se observarmos bem, veremos que esse desequilíbrio, na forma e intensidade com a que se apresenta nos países em desenvolvimento, é consequência do contraste flagrante entre a técnica que eles têm que assimilar e sua atual capacidade de formação de capital. Essa técnica, elaborada nos grandes centros industriais, inspira-se sobretudo na necessidade de economizar mão-de-obra, aumentando o capital por homem. Nesses centros, isso é conseguido sem dificuldade, graças à renda elevada. Mas não é isso que acontece com os países em desenvolvimento. E, como não faz sentido retroceder a formas técnicas do passado, buscando as que sejam compatíveis com a atual capacidade de acumulação de capital, os países em desenvolvimento não têm outra solução senão aumentar extraordinariamente essa capacidade, na medida exigida pela técnica produtiva.” (PREBISCH, 2000b, p.468). Celso Furtado utilizará argumentos similares em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) (FURTADO, 1966)

Em outras palavras, faltaria uma análise que combinasse as *determinações essenciais* da formação histórica latino-americana, o que colocaria a necessidade de se compreender como se articulavam elementos políticos, sociais e econômicos nesse processo. Ora, o que vem a ser isso se não a defesa da necessidade de se fazer uma análise da *totalidade* da formação histórica latino-americana?¹⁷² Aliás, poderíamos afirmar que é nessa sua formulação que Cardoso se aproxima mais da teorização de Lukács, pois ela exprime, com mais clareza, o já citado “domínio universal e determinante do todo sobre as partes, [que] constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.” (LUKÁCS, 2003, p.105 – grifo nosso).

Se é verdade que, de maneira subliminar, o trecho estabelece uma defesa da dialética marxista como método superior de explicação histórica, vale destacar, simultaneamente, que essa passagem ilustra à perfeição o argumento de Joseph Love segundo o qual Cardoso seria capaz de formular suas teses tanto no “idioma estruturalista”, como nesse caso, como no “idioma marxista” (LOVE, 1998, p. 452)¹⁷³. Disso se depreende que, para Cardoso, interessa menos o arcabouço terminológico das tradições às quais se filia do que as suas orientações mais profundas, que poderiam ser ditas de variadas maneiras – inclusive por meio da linguagem própria de outra tradição¹⁷⁴. Por conseguinte, não é por acaso que o trecho seguinte do livro, esse sim, elemento central, é dedicado à crítica da teoria da modernização – o que sinaliza seu parentesco com *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, livros nos quais encontramos o mesmo

¹⁷² Na sua tese de cátedra, defendida em ambiente uspiano (portanto, crítico ao pensamento cepalino) no ano de 1968, Cardoso voltará a usar o termo “totalidade” para distinguir a abordagem marxista das demais. (Cf. CARDOSO, 1978 [1969], p.17). E mais: o restante da explicação de Cardoso sobre a análise marxista ecoa fortemente a interpretação dela fornecida por Lukács em *História e consciência de classe*.

¹⁷³ Por tudo isso, pensamos que é preciso fazer ressalvas ao argumento apresentado por Fernando Limongi (2012), que tende a afastar a visada de Cardoso e Falleto do marxismo. Em que pese a observação correta de que os dois autores escreviam contra o marxismo dogmático e contra a “teoria da modernização” (LIMONGI, 2012, p.91) e o interesse da argumentação segundo a qual a “teoria da dependência” se tornou, em termos gramscianos que não são do autor, “senso comum” acadêmico e influenciou, inclusive, teorias neoclássicas, pensamos que é decisivo salientar, sob a pena de incorrer em um equívoco de interpretação histórica, a filiação da argumentação dos autores ao marxismo renovado do Seminário Marx.

¹⁷⁴ Guardadas as devidas proporções, pode-se indicar que essa posição de Cardoso parece ir em direção similar às formulações de Antonio Gramsci (1999) sobre as possibilidades de traduções de uma linguagem em outra. Para darmos um exemplo, Gramsci argumenta, ao analisar Benedetto Croce, “assim como a filosofia da práxis foi a tradução do hegelianismo para a linguagem historicista, a filosofia de Croce é igualmente, em considerável medida, uma retradução para a linguagem especulativa do historicismo realista da filosofia da práxis.” (GRAMSCI, 1999, p. 304). Por analogia, poder-se-ia sugerir que Cardoso reconhecia que a linguagem marxista deveria ser traduzida para a linguagem cepalina para que pudesse ser aceita mais facilmente pelos círculos em que então se movia. Esforço análogo aparece na introdução de *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, tese de cátedra do autor, na qual a discussão metodológica de como se trabalhar o problema da ideologia é feita com vocabulário diverso da tradição marxista, embora a noção de ideologia com a qual trabalha seja inteiramente vinculada à essa tradição (Cf. CARDOSO, 1978, p.45-6).

procedimento.

As teses tributárias das sociologias de Parsons e Merton, como a de Germani (e talvez de Florestan Fernandes) – chamadas no livro de “análises puramente sociológicas” – apostariam na construção de “modelos” ou “tipos” de sociedade. No caso da América Latina, esta seria identificada como uma sociedade “tradicional” em fase de transição para outra, chamada “moderna”. O processo responsável por essa transição seria considerado como de “desenvolvimento”, o qual constituiria um momento intermediário. Caso o processo não ocorresse como imaginado, tais análises recorreriam à ideia de “dualismo estrutural”, momento no qual haveria uma convivência entre elementos das duas fases.

De acordo com os nossos autores, este esquema seria criticável por dois aspectos: primeiro, os conceitos de “tradicional” e “moderno” não são bastante amplos para abranger com o necessário rigor todos os casos existentes e nem permitiriam distinguir os “componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas”; segundo, eles também não colaboram para especificar os “nexos inteligíveis” entre os momentos econômicos distintos, tais como subdesenvolvimento, desenvolvimento por exportações, desenvolvimento por substituição de importações e etc. Diante dessas observações, fica fácil assinalar que o que falta a tais explicações é justamente assinalar as *determinações específicas* das situações históricas analisadas. Em contraposição à análise abstrata desse tipo de sociologia, seria preciso contrapor uma análise *concreta*, entendida a partir da ideia de que o desenvolvimento não seria um processo meramente cumulativo de variáveis ou números, mas sim um processo social levado a cabo por relações entre forças sociais – grupos e classes – que buscam impor à sociedade os seus interesses¹⁷⁵.

Acresce, ainda, que seria um equívoco tomar os sistemas político, econômico e social da Europa ocidental e dos EUA como o “futuro” das sociedades em desenvolvimento, tal como apregoava Rostow – e um certo Marx. Tomar essa tese à sério significaria desvalorizar o conhecimento sobre tais sociedades, pois o seu “fim” já estaria dado de antemão. Em contraste, o mais adequado seria um “[...] procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas da situação latino-americanas e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento. (CARDOSO e FALETTTO, 1973 [1967], p.21).

175 Por isso, ao nosso ver, é preciso nuançar a afirmação de Marcelo Ridenti (2014, p.258-9, nota 14) – segundo ele, baseada nos trabalhos de Rodrigues (2012) e Silva (2013) – de que os trabalhos resultantes do Seminário Marx privilegiavam a questão do desenvolvimento e não da luta de classes. Pensamos que nossa exposição tem demonstrado que esses planos se ligam e determinam, de maneira que parece fazer pouco sentido opô-los. Ou seja: a força da análise de Cardoso está em buscar entender *como o desenvolvimento está vinculado à luta de classes*.

O argumento de Cardoso visa incorporar um elemento recorrente na sociologia da modernização praticada no período: o “efeito demonstração”. Segundo essa ideia, utilizada, por exemplo, por Torcuato di Tella, a condição “periférica” dos países latino-americanos criaria uma situação disfuncional para o equilíbrio social, pois os meios de comunicação propagaram as aspirações e desejos de consumo dos países centrais, o que ensejaria uma situação de pressão sobre o sistema político (MOISÉS, 1976). Trata-se, como se vê, de um argumento que combina o enfoque nas mentalidades e a alteração do sistema cultural-valorativo. Cardoso busca incorporar esse argumento, repetindo procedimento intelectual empregado antes, subordinando-o ao enfoque metodológico marxista.

Chegamos, então, ao ponto decisivo da argumentação metodológica dos autores. Para os nossos objetivos nesse trabalho, é bom deixar dito desde logo, para que o nosso argumento fique claro: nessa passagem, aquela “intuição nova” do Brasil à qual Roberto Schwarz fez alusão em seu texto sobre o Seminário Marx ganha uma nova musculatura, pois é convertida em *método* – de maneira que se teria passado um processo análogo ao observado por Paulo Arantes (1997, p.21) e Maria Arminda Arruda (2004, p.110) quando analisaram *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, que teria transformado a noção de *formação* no seu método. Ou seja: também a noção de *dependência* se tornou um método.

Como a tese é forte e preme de consequências, convém explicá-la. Em primeiro lugar, já observamos de que maneira Fernando Henrique Cardoso tematizou em seus trabalhos a articulação da realidade concreta nacional com as suas determinações externas. Isso apareceu, por exemplo, na sua análise sobre a ascensão e a decadência da economia escravocrata gaúcha, como também no exame da própria formação da burguesia nacional, ambos processos ocorridos sob a égide da inserção subalterna do Brasil no concerto das nações modernas – subalternidade essa traduzida, entre outras, na condição de país exportador de bens primários. Dessa forma, os trabalhos anteriores, assim como *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, afirmam que o entendimento adequado de algumas das principais características do Brasil só pode acontecer se atentarmos para a maneira como o país se insere na *totalidade* do sistema capitalista. Entretanto, embora fosse uma perspectiva teoricamente avançada, parar aí poderia resultar numa análise abstrata.

Por isso, e em segundo lugar, existem as ênfases *nas especificidades brasileiras*, cujas razões de ser são explicadas tanto pelas determinações *gerais* do sistema capitalista, como também pelo arranjo *específico* de forças sociais próprias do país. Assim, a escravidão e a formação da burguesia nacional são entendidas como condições sócio-históricas do processo de inserção de um país de origem colonial num mundo no qual a expansão do capitalismo

passa a ser o dinâmo das relações sociais entre sujeitos e das relações internacionais.

Para efeitos didáticos, sublinhemos os diversos níveis da totalidade no exemplo da escravidão no Brasil Meridional. Se, como Marx e Eric Williams observaram, o capitalismo moderno impôs o renascimento da instituição escravocrata, no Brasil, como bem observou Caio Prado Júnior, o próprio “sentido da colonização” fez com que ela assumisse, por assim dizer, “sub-formas”, *específicas* ao país, embora contivesse, de maneira geral, os imperativos do tráfico negreiro, bem como teria gerado uma forma de trabalho anticapitalista no Brasil. Ou seja: Cardoso estudou uma sociedade subsidiária na formação da nação, o que impactou a forma como a qual ela se inseriu no contexto social, político e econômico do país e do mundo. Note o leitor a crescente ênfase na especificidade que o argumento vai ganhando, o que significa, em certa medida, o robustecimento da *análise concreta*.

Porém, convém destacar, em terceiro lugar, uma diferença entre os *graus* de formulação presentes em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e nas principais obras anteriores. Em outras palavras: embora encontremos em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, bem como em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* e em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, as formas pelas quais as *determinações externas se convertem em determinações internas*, existe, entre as obras, diferentes graus de formulação sobre a especificidade metodológica de se estudar a periferia do capitalismo. Notemos que na “Introdução” de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* não há *explicitamente*, embora exista subliminarmente, uma teorização sobre a maneira mais adequada de entender as relações históricas – isto é, políticas, econômicas, sociais, ideológicas e etc - entre “centro” e “periferia”; como vimos, nessa obra, a ênfase da discussão metodológica reside na articulação teórico-metodológica envolvida na utilização da dialética materialista como método cientificamente válido. Daí as ênfases na noção de “totalidade” e de “concretude”.

Já em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, há um avanço considerável na formulação metodológica acerca da centralidade da *especificidade* da matéria local, pois aparece, como vimos, a tematização da particularidade do empresariado num contexto periférico. Porém, em contraste com *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, o foco da tese de livre-docência de Cardoso é, por assim dizer, mais “restrito”, de maneira que a própria teorização metodológica ganha outros contornos. Sendo assim, embora exista nela aquela ideia de que é possível, a partir de uma discussão particular, compreender a totalidade, por outro lado, esse foco mais restrito não traz consigo a necessidade de uma formulação *mais abstrata*, como no caso do ensaio escrito com Falletto. Repõe-se aqui, então,

a discussão que já mencionamos anteriormente sobre os graus de abstração da discussão metodológica e o objeto ao qual é dedicada. Em outros termos: se a teorização metodológica tem relação direta com o objeto ao qual visa, é consequente que a *maior abstração do objeto* impacte decisivamente a discussão metodológica, na medida em que as ferramentas teórico-conceituais capazes de apreender os seus fundamentos devem ser capazes de maior generalização. Salvo melhor entendimento, isso fica claro na própria discussão do termo “dependência”, o qual chegou a causar polêmicas, tanto pela incompreensão da sua relação com as análises concretas¹⁷⁶, como também pelo seu estatuto teórico (QUARTIM DE MORAES, 2010). Para que fique claro o nosso argumento, convém notar *Dependência e desenvolvimento e Empresário industrial* possuem objetos de estudo diferentes: no primeiro livro, os objetos são as relações de dependência entre os países latino-americanos¹⁷⁷ e os países centrais, enquanto no segundo o objeto primordial é a burguesia brasileira. Por outro lado, pode ser mesmo que a formulação metodológica mais clara nem sempre resulte numa análise mais feliz, pois ela pode produzir certo enrijecimento teórico que dificulte a compreensão de eventuais detalhes que escapem aos supostos da teoria – ângulo pelo qual voltamos à discussão (marxista) acerca da relação entre o “abstrato” e o “concreto”, que perpassa toda a discussão metodológica de Cardoso, embora o número de citações diretas da obra de Marx vá diminuindo conforme suas obras avançam no tempo. Em outros termos: o grande mérito – e a grande dificuldade – da ideia de *dependência* reside justamente na justa operacionalização das dimensões “abstratas” e “concretas”. De resto, talvez o argumento mais decisivo acerca da transformação da perspectiva desenvolvida no Seminário Marx em *método*

176 Só para deixar introduzida a questão, esse é um ponto sobre o qual Cardoso costuma reclamar quando é abordada a sua visão da “dependência”. Embora o contexto radicalizado tenha proporcionado sucesso ao livro, seu autor não deixa de notar: “O sucesso não vem da qualidade, o sucesso vem da incompreensão, porque o pessoal leu o texto ideologicamente, como se fosse um grito latino-americanista contra a dependência.” (CARDOSO, 2006, p.81). As mesmas reclamações são encontradas em CARDOSO, 2004; p. 9-10; CARDOSO, 2009, p.31; CARDOSO, 2013, p.12. Mas, como veremos, adiante encontraremos formulações que sustentam precisamente essa impressão original. Trata-se, ao nosso ver, de uma tentativa do autor de refazer uma parcela da sua biografia.

177 Guido Mantega, ao analisar *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, afirma: “Não se trata de um trabalho centrado na dependência, apesar de ter ficado conhecido como tal, mas sim de um estudo sobre as formas de desenvolvimento econômico na periferia capitalista. Portanto está mais para uma teoria do desenvolvimento, do que uma teoria da dependência, se bem esta esteja inevitavelmente compreendida no desenvolvimento de países subordinados ao circuito capitalista internacional.” (MANTEGA, 1997, p.43). Para nós, não existe a cisão sugerida pelo economista; ou seja, não se trata de opor uma leitura que enfatize a *dependência* à “desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo”, pois, como o próprio título do livro revela, *os dois processos são um só*; as diversas formas de dependência são as formas pelas quais se operacionaliza as diversas formas de desenvolvimento na América Latina. Por outro lado, a nosso ver, também é um equívoco aproximar essa ideia de uma “teoria do desenvolvimento”, a qual, via de regra, preconiza uma série de medidas e variáveis para que se atinja um suposto desenvolvimento. Do ângulo aqui adotado, o livro se enriquece quando, ao contrário, o vemos como uma *crítica das teorias do desenvolvimento*, pois a própria ideia de *teoria do desenvolvimento* é abstrata.

reside no fato de que Cardoso e Falleto tentaram realizar uma interpretação da história latino-americana a partir dessa visão. Por isso mesmo, impõe-se que continuemos a nossa investigação de maneira a articular teoria e história no ensaio dos autores.

Antes, no entanto, um parêntese. Vale frisar que o método a que estamos fazendo referência é esse adequado para um tipo de situação histórico-concreta, a saber: *a periferia do capitalismo*. Aqui, a analogia com a noção de *formação* pode ajudar, uma vez que seu problema é colocado justamente por sujeitos para os quais esse processo não tem nada de óbvio, dada a situação *periférica* que ocupam diante de seus referenciais. Nesse sentido, não há como deixar de notar que a própria noção de formação parece conter, *in nuce*, uma reflexão sobre a dependência. Porém, parecem haver acentos distintos entre as duas noções: enquanto a noção de formação parece pressupor, de alguma forma, a possibilidade de uma futura estabilização de um circuito – econômico, cultural, social – com dinâmica própria, a ideia de dependência, por ser construída tendo como referência à ideia de *totalidade do sistema capitalista*, parece acentuar que, mesmo nesse caso, os influxos globais – que podem ser estritamente externos e/ou externos convertidos em internos – terão papel decisivo, o que, no limite, relativizaria a própria ideia de uma possível estabilização.

É diante dessa perspectiva que se coloca, como vimos, a discussão acerca dos elementos “abstratos” e “concretos”. Por isso, cabe assinalar de que maneira os autores formulam teoricamente uma análise que seja capaz de construir as mediações entre esses dois níveis:

... por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e as classes e os movimentos sociais que “põem em marcha” as sociedades em desenvolvimento. Requer, portanto, e isso é fundamental, uma perspectiva que, ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os móveis dos movimentos sociais – objetivos, valores, ideologias – análise aquelas e estes em suas relações e determinações recíprocas. (CARDOSO e FALLETO, 1973 [1967], p.21)

Ou seja, seria preciso conectar “concretamente” os componentes sociais e econômicos do desenvolvimento e a atuação dos grupos sociais. Assim, a análise deve superar o “enfoque estrutural” de modo que se vincule a uma abordagem efetivamente historicizada. Entretanto, nada garante que a própria noção de processo histórico não seja reificada. Como não cair nesse problema? Segundo os autores, “o devir histórico só se explica por categorias que atribuam significação aos fatos e que, em consequência, sejam historicamente referidas.” (idem, p.22).

Essa discussão impacta, como não poderia deixar de ser, a própria concepção a respeito do processo pelo qual o desenvolvimento ocorre. Desse ponto de vista, ele é visto como

“resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, *interesses materiais e valores distintos*, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico.” (idem, p.22 – grifo nosso). E é justamente o foco nos “interesses materiais e valores distintos” *em conflito* que permitiria ao analista *desnaturalizar* uma visão determinista de desenvolvimento. Em parte, porque o processo histórico do desenvolvimento ocorre, ou deixa de ocorrer, a partir dos *resultados dos conflitos de interesses e valores*, compreensíveis apenas segundo a ideia de que haveria diversas posições dos grupos sociais na estratificação da sociedade analisada. Estamos, como se percebe sem muita dificuldade, no terreno da *luta de classes*. Ora, se a CEPAL havia formulado corretamente a oposição entre “centro” e “periferia”, Cardoso e Faletto agregam, em sua crítica, que a mediação entre as relações “imperialistas” e as nações periféricas é feita pela *luta de classes*, cujos resultados configuram as *formas específicas* das dependências dos países latino-americanos. Nesse sentido, seriam nos interesses sociais e políticos que os “influxos meramente econômicos” seriam canalizados e, assim, mediados. Por esse ângulo, percebemos que o ponto decisivo é a *política* – ou, na linguagem então adotada pelos autores, “a estrutura de dominação”.

Mas isso não seria suficiente, pois seria preciso dar outro passo: conformar categorias capazes de darem conta de “diferentes momentos” e de “características estruturais” do processo histórico – tanto no âmbito externo, como no interno. Esse seria o papel do “conceito” de dependência:

... o conceito de dependência [...] pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nesta perspectiva, expressa-se também como um modo particular da relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna [...]. (idem, p.23)¹⁷⁸

Aqui se concretiza a *crítica da economia política* cepalina, pois, como observou Guido Mantega, “ele [Cardoso] sugere que as análises anteriores padecem de um certo economicismo, deixando de integrar na análise aspectos sociais e políticos indispensáveis para captar a atuação das forças sociais latino-americanas.” (MANTEGA, 2007, p.120). Cristalizaria-se aqui a oposição entre a análise dependentista de Cardoso, que fornece lugar

178 O termo “dependência” já aparece em *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 2010), embora sem o aspecto conceitual que lhe é fornecido por Cardoso e Faletto. Para uma análise brevíssima da pré-história desse conceito, ver LOVE, 1998, p.427 e ss.

central à política, e o modelo de interpretação da industrialização brasileira conhecida como “Modelo de Substituição de Importações”, que dá prioridade às condições externas. Vale sublinhar:

Por outro lado através da crítica do conceito de dependência, procuramos retomar a tradição no pensamento político: não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornam possíveis concretamente por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Sendo assim, é preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumem em cada situação básica de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam. (CARDOSO e FALETTTO, 1973 [1967], p.140)

Ao nosso ver, a formulação do conceito de dependência vai na direção na qual argumentamos acerca da cristalização de uma certa percepção das relações *históricas* entre “centro” e “periferia” enquanto *método*, pois justamente busca ser um conceito capaz de dar conta, em certo nível *abstrato*, delas. Por isso mesmo, a sua mobilização é complexa, pois, para ter significância teórico-explicativa, precisaria ser historicamente saturado. Para tanto, os autores propõem articular a análise de três planos: “os condicionantes econômicos do mercado mundial, inclusive o equilíbrio internacional de poder” – isto é, a identificação dos centros hegemônicos em determinados períodos históricos -, a “estrutura do sistema produtivo nacional e seu tipo de vinculação com o mercado externo” e “a configuração histórica-estrutural de tais sociedades, com suas formas de distribuição e manutenção do poder, e sobretudo os movimentos político-sociais que pressionam para a mudança com suas respectivas orientações e objetivos.” (idem, p.23-4). Assim, seria preciso estudar, no plano interno de cada nação, a relação entre a estrutura econômica e as estruturas sociais e políticas, bem como as maneiras como tais estruturas se vinculam ao âmbito externo. Isso seria decisivo, pois a “especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades “periféricas” e “centrais”.” (idem, p.25). Nesse sentido, seria preciso mesmo *redefinir* o que é subdesenvolvimento, pois sua definição usual, baseada na sociologia da modernização, implicaria em vê-lo como um “modelo de ordenação de variáveis econômicas e sociais”, o que tornaria tal categoria *idealista*, pois presa às aparências e, assim, tomando o resultado como causa – ou, tomando o determinado como determinante, nos termos do jovem Marx. Seria preciso, pois, *fazer uma análise concreta* das diversas situações de subdesenvolvimento, bem como diferenciá-las das situações dos países “sem desenvolvimento”. Como observa Guido Mantega:

Dessa maneira, o conceito de dependência, que é a *pièce de resistance* da análise de Cardoso, em substituição e mesmo contraposição ao conceito de

subdesenvolvimento de Furtado, debruça-se sobre as estruturas de dominação das sociedades dependentes, detendo-se nas formas como as diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade, e como esse jogo de forças sofre influência da vinculação desses países aos blocos políticos internacionais. (MANTEGA, 2007, p.120-1)¹⁷⁹

Para tanto, os autores destacarão, como já aludido, as formas como as quais as economias dos países periféricos se entroncam com as economias dos países centrais. Cardoso e Falleto destacam, por exemplo, que haveria diferenças fundamentais entre países que são *colônias* e países já independentes. Entre os últimos, existiriam diferenças salientes entre aqueles nos quais havia uma sociedade precedente à colonização e aqueles nos quais a colonização foi responsável pela conformação de suas sociedades.

Essas questões se relacionam diretamente com o processo – externo - da *gênese do subdesenvolvimento*, qual seja, o processo de expansão capitalista, desdobrada primeiro na sua versão comercial, depois na sua variante industrial. Em ambas as formas, o processo de expansão capitalista integra economias com estruturas produtivas e sociais diferentes de maneiras assimétricas no processo internacional de produção e circulação de mercadorias. Em síntese:

Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas, não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Entretanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com o predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externa sobre o interno. Isso é manifestamente insuficiente. (idem, p.26 – grifo nosso)

Reconhecido o caráter histórico da situação de subdesenvolvimento, impõe-se a necessidade de ir além da sua caracterização. Seria preciso compreender *como* as economias subdesenvolvidas se atrelam ao mercado mundial e *como* se formaram os grupos sociais internos responsáveis por articular internamente essa relação de dependência. Um exemplo extremo dessa relação é apresentado nas situações chamadas pelos autores de “enclaves coloniais”, nas quais as decisões produtivas ou de consumo são tomadas segundo os interesses da economia colonizadora.

179 Quando indagado sobre sua visão da chamada “teoria da dependência”, em entrevista concedida em 1995, Celso Furtado reconhece: “Bem, para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 1956. A visão que os sociólogos tiveram com o Fernando Henrique foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como se forma a dependência. O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semicolonialismo era uma teoria da dependência, que os marxistas desenvolviam. Ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos.” (FURTADO, 1996, p.74)

Apesar de suas críticas ao conceito de “subdesenvolvimento”, Cardoso e Falleto destacam que seria teoricamente incorreto buscar substituir “economias subdesenvolvidas” por “economias periféricas” ou “economias desenvolvidas” por “economias centrais”. Isso por uma razão simples: pode haver sofisticação no sistema produtivo de uma certa localidade sem que isso implique numa autonomização de sua economia. Um exemplo disso seria o caso da industrialização brasileira. Da mesma forma, pode ocorrer que existam em alguns países condições políticas e sociais que propiciem o rompimento com os laços externos, o que implicaria um isolamento ou uma integração menor na economia internacional, mas nem por isso essa situação bastará para que atinjam o patamar de países desenvolvidos. “Dependência”, “desenvolvimento”, “subdesenvolvimento” e “centro/periferia” seriam conceitos que deveriam ser articulados em planos analíticos distintos.

Conclui-se que uma análise correta do processo desenvolvimento dos países não poderia partir do pressuposto de que existiria uma conexão imediata entre o “grau de diferenciação do sistema econômico” e a internalização dos “centros de decisão”. Em poucos termos: um país economicamente desenvolvido não é, necessariamente, um país cujas decisões são tomadas autarquicamente. Por isso, seria necessário ao analista a cautela de observar os diversos “graus de diferenciação” que as economias analisadas atingiram e de que maneira esse processo se liga à integração desses países à economia mundial. Por sua vez, esse processo só poderá ser adequadamente compreendido se o analista tiver em mente o processo de formação dos grupos sociais em questão, pois é da sua interação política que resulta a forma específica pela qual ocorre o desenvolvimento.

Neste registro, os autores destacam que o desenvolvimento dos países latino-americanos, em grande medida, dependeria do surgimento de condições favoráveis no mercado internacional e da correlação favorável de forças políticas internas, o que representaria a “obtenção de graus mais amplos de autonomia”. O exemplo clássico dessa argumentação reside na análise da força política, social, econômica e cultural dos grupos tradicionais nesses países: diante de certas circunstâncias, esses grupos podem resistir a entregar o poder aos grupos industrializantes *ou* podem pactuar com estes. O resultado dessa pugna política impactará decisivamente a forma e a intensidade do processo de industrialização do país analisado. Consequentemente, as possibilidades de alianças entre grupos sociais são afetadas pelo sentido e pela intensidade das mudanças em jogo, as quais dependem da maneira como elas afetam a ligação da economia do país ao mercado mundial. Além disso, as relações entre grupos internos e externos acontecem de modo diferente em cada situação e impactam de maneiras distintas segundo os cenários postos.

Pelo que se vê, para Cardoso e Falleto, a perspectiva adequada para a análise da questão do desenvolvimento seria aquela que lograsse destacar as *ligações estruturais* entre os países “em situação de subdesenvolvimento” e os “centros hegemônicos das economias centrais”, sem que se postule que os últimos determinam inteiramente as situações dos primeiros – com exceção do caso da “dependência colonial”, na qual vigora esse tipo radical de determinação. Nos casos dos países subdesenvolvidos, “a dinâmica social é mais complexa”. (idem, p.30). A complexidade desta situação adviria da dupla vinculação contraditória entre as posições das ex-colônias e o mercado mundial. Por um lado, buscar-se-ia estabelecer os “interesses nacionais” - suposto de todo processo de independência -, os quais são vinculados diretamente aos interesses dos grupos em disputa na política interna ao país; por outro lado, não há propriamente o rompimento com a situação subalterna da ex-colônia na dinâmica capitalista mundial. Seria preciso entender as formas pelas quais esse vínculo contraditório causa conflitos ou alianças.

Essas condições históricas influenciam as ações das classes dos países subdesenvolvidos, as quais não reproduzem o comportamento das classes análogas em situação diversas nos países centrais. Em termos concretos, e recuperando a argumentação presente em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, a formação e as atitudes da burguesia brasileira seriam qualitativamente distintas das ações da burguesia inglesa dos séculos XVIII e XIX. Os países latino-americanos não reproduziriam a história de desenvolvimento dos países centrais; ao mesmo tempo, seria equivocado pensar que existiria uma conexão íntima entre “desenvolvimento” e “capitalismo”, pois são vários os exemplos de países capitalistas que não são “desenvolvidos”.

Nesse ponto da argumentação, é possível divisar uma crítica ao conhecido “dualismo” que presidiria uma série de reflexões sobre o Brasil e a América Latina, em especial aquelas ligadas às teorias da modernização¹⁸⁰. Segundo essa perspectiva, as formações históricas dos países latino-americanos seriam constituídas por setores “modernos” - isto é, capitalistas - e por “setores atrasados” - isto é, não-capitalistas-, de maneira que a raiz do problema do subdesenvolvimento latino-americano estaria na persistência do “atraso”, que deveria ser eliminado pela implantação de práticas, grupos e situações tipicamente capitalistas. Em suma: o desenvolvimento latino-americano viria com a *intensificação* do capitalismo. Por seu turno,

180 Encontramos exemplos disso na própria argumentação de Celso Furtado: ““Contudo, a *resultante* [dos contatos entre a economia industrial européia e as regiões pré-capitalistas] foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.” (FURTADO, 1961, p.180 – grifo nosso)..

Cardoso e Falleto observam que seria possível, e relativamente comum, o fato de que existiram países criados na órbita da expansão do capitalismo moderno que nem por isso atingiram o desenvolvimento. *Desse ângulo, a vinculação entre capitalismo e desenvolvimento fica relativizada.*

Essa argumentação teórico-metodológica talvez fique mais clara adiante, quando passaremos ao terreno das análises históricas das formações dos países latino-americanos.

A história latino-americana (re)vista pelo ângulo da dependência

Vale começar retomando um ponto assinalado pelos autores: o fim do “pacto colonial”, acarretado pelas revoluções nacionais de independência na América Latina, reformula a relação entre suas economias periféricas, que passam a ser independentes, e o mercado internacional. A posterior expansão econômica das potências centrais - em especial a Inglaterra e depois os Estados Unidos – teve que lidar precisamente com essa condição, o que significa que tiveram que levar em conta a existência de outros interesses nacionais no mercado internacional. Essa situação é fundamentalmente diferente daquela encontrada nas relações coloniais. É nesse momento que se pode dizer que surge propriamente as condições periféricas dos países recém-saídos da situação colonial. Nessa nova situação, suas condições são, ao mesmo tempo, “reflexas” e, mais decisivamente, “autóctones”¹⁸¹. As *formas específicas* dessas condições periféricas variaram em cada situação, pois dependiam da conformação de alianças e da força dos grupos sociais atuantes no cenário político de cada país.

Porém, é preciso enfatizar que a integração dos países periféricos independentes ao mercado mundial ocorreu em profunda ligação com a herança de suas situações anteriores. Para entendermos de modo *concreto* a situação *concreta* de cada país, seria necessário compreender de que forma eles se ligaram *concretamente* ao mercado mundial. Por exemplo, importa sabermos se os produtos que exportavam tinham ou não uma alta demanda externa; se havia concorrência em sua produção ou não, etc. Outro elemento determinante para caracterizar a mencionada situação é saber se a colônia era “de exploração” ou de “população”¹⁸², na medida em que esta última privilegiava o mercado interno e era controlado por produtores nele radicados. Isso tudo sem mencionar a questão da “base física da economia”, como as possibilidades de ocupação de terra ou disponibilidade de minérios, outro

181 Não é à toa que o ponto de partida histórico da reflexão de Schwarz sobre “As ideias fora do lugar” é justamente a Independência (SCHWARZ, 2012c [2003], p.167-8).

182 Não custa observar que esse argumento foi consagrado por Caio Prado Júnior (2011 [1942]), o que colabora para a nossa tese da filiação entre as reflexões de Cardoso e a do historiador paulista.

fator que conta para a análise. Seria preciso compreender como essas e outras questões aparecem nas dinâmicas das disputas políticas *internas* e *externas* dos países analisados.

Por exemplo, a passagem do período da dominação colonial na América Latina para o período da dominação inglesa teve como momento importante a decisão dos produtores nacionais dos países latino-americanos -, que, por terem se fortalecido, estavam em condições de estabelecer novas relações econômicas – em tomar a liderança de seus países para alterar o quadro político em que se encontravam. Quando da passagem da hegemonia inglesa para a norte-americana, outros fatores entraram em jogo. Por aqui, vê-se que o argumento decisivo dos autores é que, embora existam os condicionantes externos, *as relações de dependência também se estabelecem por meio das relações internas aos países*. Tendo isso em mente, poder-se-ia compreender como se deram as disputas e pressões em favor e contra a industrialização na América Latina, as quais difeririam dos casos europeus e norte-americano.

No caso latino-americano, o embate aconteceu – acontece? - entre as demandas das classes populares, desejosas de ampliar sua participação social, em conjunto com os “novos grupos economicamente dominantes” contra o “sistema de alianças vigente entre as classes predominantes na situação anterior.” (idem, p.36). Qual seria, então, a especificidade do caso latino-americano? Segundo os autores, a situação de subdesenvolvimento é complexa o suficiente para dar lugar a “orientações valorativas” opostas e coexistentes: há orientações típicas de “sociedades industrializadas de massas” e outras típicas das “situações de classe” e mesmo de “situações estamentais”. Ou seja, a especificidade residiria nas próprias *formações e orientações valorativas* – isto é, *ideológicas* - dos grupos sociais da América Latina, argumento pelo qual se percebe o vínculo entre *Capitalismo e escravidão, Empresário industrial, Dependência e desenvolvimento* e os estudos machadianos de Schwarz, aos quais caberia acrescentar seus ensaios dedicados a outros temas, conforme veremos. Dialeticamente, formação de grupos sociais e orientações valorativas são concebidas a partir de suas determinações recíprocas. Portanto, são co-originários.

Como mencionado, a independência latino-americana só foi possível porque determinados grupos assumiram a liderança e lutaram pela modificação da condição colonial. Entre as principais dificuldades enfrentadas por esses grupos estavam: a) manter sob o controle local o sistema produtivo exportador que estava ligado ao sistema colonial, bem como o seu principal vínculo com o exterior por meio da “atividade econômica fundamental” e b) realizar um “sistema de alianças políticas” entre os vários grupos sociais e econômicos das antigas colônias que permitisse alguma estabilidade para assegurar as relações com o exterior e “se constituísse como expressão política da dominação econômica do setor

produtivo-exportador”. (idem, p.40).

Para Cardoso e Falleto, esse “processo de *formação* nacional” – note-se como o termo ecoa o de Caio Prado Júnior - foi mais bem-sucedido em países nos quais prevalecia a “base agrícola da economia metropolitana”. Ou seja, naqueles países nos quais a economia se organizou em torno de produtos coloniais como açúcar, café, cacau e etc, indispensáveis aos os países centrais, incapazes de produzi-los. Dessa maneira, esses países lograram, de alguma forma, se integrar ao sistema capitalista em expansão. E seria decisivo o fato de que nestes países se constituíram elites político-econômicas nativas que dirigiam produção local. Para compreender a especificidade da situação dessas economias exportadoras, Cardoso e Falleto observam que elas dependiam, por sua vez, de setores marginais delas mesmas, os quais, embora periféricos no mercado mundial, lhe propiciavam condições para seu funcionamento. Estes setores marginais poderiam ser os responsáveis pela produção de alimentos para o consumo interno ou poderiam assegurar outros produtos essenciais para o funcionamento da economia, tais como mulas, charque etc.; ou ainda poderiam ser um setor exportador subsidiário, como, em alguns casos, o setor pecuário. Percebe-se que Cardoso está aqui chamando atenção para os setores afins do seu objeto de estudo no seu doutorado, no qual se debruçou justamente sobre o caso de um setor econômico subsidiário, a economia do charque gaúcho, ao setor exportador, responsável pela principal atividade econômica do Brasil. Ao mesmo tempo, essa caracterização geral da economia exportadora lembra bastante o retrato do Brasil-colônia pintado por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo* (PRADO JÚNIOR, 2011 [1942]). Cardoso e Falleto denominarão os países nessas condições de países com “controle nacional do sistema produtivo”.

Situação qualitativamente diferente foi a das ex-colônias especializadas em extração de minérios e a das regiões “marginais à corrente principal do mercado colonial”. Como se imagina, as chances de êxitos nesses países foram muito menores. Em vários desses casos, a organização política da nação surgiu das dificuldades que a Espanha teve em lidar com as novas forças emergentes no mercado mundial; noutros, a autonomia política dos países foi criada sob as influências de EUA e Inglaterra, que usavam as oligarquias locais, sem relevância no mercado mundial, para consolidar as situações políticas neles. Esses países serão chamados pelos autores de “economias de enclave”.

Em comum nas duas situações descritas, estava o desafio de reorientação aos principais setores de suas economias exportadoras: reconstruir os seus vínculos econômicos com os países hegemônicos e, para tanto, fazer alianças com oligarquias locais que não estavam em direta conexão com a economia externa, mas que eram decisivas para a estabilidade política e

econômica do país, elemento por sua vez necessário para a reprodução da ordem capitalista.¹⁸³

Do ponto de vista da Inglaterra, potência mundial do período da independência latino-americana, seu interesse na periferia do sistema mundial era adquirir matéria-prima para o seu desenvolvimento industrial. Por isso mesmo, a relação entre a América Latina e o capitalismo europeu do século XIX foi baseada em um capitalismo *comercial e financeiro*. Isto é, as inversões inglesas poderiam ser feitas em setores nos quais as economias periféricas não tinham condições de investir, como nos transportes, mas o mais comum era que os ingleses fizessem empréstimos, garantidos pelos Estados nacionais, para realizações de obras locais.

Por outro lado, ruptura do pacto colonial fortaleceu as elites locais, as quais puderam, em alguns casos, até contar com relativo estímulo dos capitais estrangeiros para expandir suas produções. Para tanto, era condição necessária que essas elites ligadas ao mercado mundial conseguissem controlar a estabilidade econômica e política de suas nações. Existiam dois modos de garantir esse objetivo: o uso da coerção ou a busca por alianças políticas que estabelecessem uma dominação estável. A própria criação dos estados nacionais na América Latina seria um bom exemplo dessa dinâmica, na qual o estabelecimento do domínio pelo direito foi decisivo para a pacificação dos conflitos locais ensejados pelo processo de ruptura colonial. No plano econômico, o estabelecimento dos novos Estados nacionais teve que lidar imediatamente com as questões cruciais do processo produtivo capitalista: organizar a mão-de-obra, o espaço produtivo – isto é, as terras – e a produção de mercadorias que garantissem a eles alguma inserção no mercado internacional.

Para Cardoso e Faletto, a questão da mão-de-obra e a garantia de terras produtivas, elementos decisivos para a produção de capitais e mercadorias, colocavam-se, naquela ocasião, como questões eminentemente *políticas*. Assim, as diferentes soluções que cada país deu a elas seriam responsáveis, em boa medida, pelos resultados diferentes que obtiveram ao longo do tempo. Em particular, Cardoso e Faletto observam que os grupos dirigentes dos

¹⁸³ Nesse ponto, é útil trazer à tona o fato de que a distinção de Cardoso e Faletto acerca das “economias de enclave” e as “economias nacionalmente controladas” lembre aquela feita, por exemplo, por Torcuato Di Tella (1973 [1963], p.48) acerca de “sociedade subdesenvolvidas típicas” e aquelas nas quais “o desenvolvimento econômico ocorreu” para explicar o populismo. As duas tipologias enfatizam a distinção entre sociedades mais desenvolvidas (ou menos subdesenvolvidas) e as mais subdesenvolvidas. O ponto decisivo, no entanto, está no modo pelo qual essas diferenças são analiticamente construídas: no caso de Cardoso e Faletto, o elemento central é a configuração dos conflitos de classe e a forma pelo qual eles vinculam o país à dimensão *global* do capitalismo; no caso de Di Tella, a tipologia é uma distinção apenas assentada no grau de diversificação econômica, a qual, por dedução, impactaria na formação de classes e, portanto, na política. Ou seja, já aqui existem duas diferenças importantes: a) o destaque mais claro com o nexos global do capitalismo em Cardoso e Faletto; b) a assunção de que as lutas políticas e econômicas são co-originárias. Além disso, Di Tella pensaria esses tipos de sociedade distinguidos em seu modelo estariam *a caminho* da modernização, de modo que se encontrariam em estágios diversos de desenvolvimento. No esquema de Cardoso e Faletto, a diferença entre os países não é pensada por meio de um *continuum*.

processos de independência nacional, costumeiramente mais bem colocados para exercer o comércio internacional, tinham que lidar politicamente com os “proprietários marginais ao sistema exportador”, que seriam importantes para criar a estabilidade política e econômica que garantiria o sucesso da empreitada produtiva. “*Desse modo, coloca-se manifesto a relação entre o grupo “moderno”, constituído pelos setores da economia exportadora, e o grupo “tradicional”*”. (idem, p.44 – grifo nosso).¹⁸⁴

A aliança, por assim dizer, “contraditória” entre esses dois setores incutia na orientação institucional do país uma tensão, pois os Estados nacionais passavam a ser dirigidos, ao mesmo tempo, tanto por ideais “modernizadores” como por práticas que beneficiavam os setores desligados da integração internacional. Essa tensão é agravada com o próprio decorrer do desenvolvimento, causador do surgimento de outros grupos sociais, em especial os chamados “setores médios”, que passavam a almejar participação nos pactos políticos.

Como já assinalamos, as condições concretas para a realização desses acordos variavam, segundo a situação de cada país. Por isso é decisiva a distinção que os autores fazem entre “economias nacionalmente controladas” e as “economias de enclave”. A diferença *essencial* entre esses dois tipos de economia reside no fato de que a primeira é controlada por setores internos produtivos com aspirações modernizantes, enquanto as segundas eram controladas diretamente pelo capital estrangeiro. Naturalmente, existiriam *diversas formas e trajetórias* para a conformação das economias de mesmo tipo. Por exemplo: uma economia de enclave pode ser resultado da competição entre um país subdesenvolvido e um país desenvolvido, processo que pode acabar desintegrar a economia mais frágil; outro exemplo: um país pode ter sido criado a partir da ligação direta do seu setor produtivo com o capital estrangeiro, restando aos setores nacionais apenas o controle de parcelas subsidiárias de sua economia. Em comum, as duas situações são marcadas por serem mais rigidamente heterônomas dos que aqueles presentes nas situações das “economias nacionalmente controladas”, nas quais as aspirações por autonomia têm maiores chances de se realizarem.

O processo de integração internacional pelo qual passaram os países latino-americanos recém-independentes acabou por modificar, lentamente e de maneira variada, suas estruturas sociais. Seguindo a interpretação cepalina da história econômica da região, esse período foi

¹⁸⁴ De passagem, vale destacar que esse trecho parece dar razão às críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco no que se refere à reposição do dualismo “moderno” versus “tradicional” na teoria da dependência de Cardoso e Faletto. Mas, salvo melhor entendimento, o argumento dos autores não depende da conceitualização exata dos setores marginais como “tradicional”, apesar do equívoco conceitual em denominá-los assim; além disso, o argumento de Cardoso e Faletto sublinha tanto o viés das contradições entre os dois setores mencionados, como, principalmente, o das suas *combinações* – aliás, presentes já na análise de Caio Prado Júnior sobre o “setor inorgânico”.

chamado pelos autores de “período de “expansão para fora” (*hacia fuera*). O momento seguinte, resultado do desenvolvimento “desde fora” existente no anterior, é chamado por Cardoso e Faletto de “período de transição”. Sua marca decisiva foi o surgimento dos “setores sociais imprecisamente chamados ‘médios’. O surgimento destes e as formas peculiares que adquirem [...] dependerão das formas peculiares pelas quais se organizou o sistema exportador e estas variarão historicamente em cada país da região.” (idem, p.52-3). Como consequência desse raciocínio, os autores observam que as formas e padrões de “integração social” desses novos atores sociais ocorreram de maneiras distintas em cada situação, embora se possa dizer, de modo geral, que seus surgimentos impactaram a política, a cultura e a sociabilidade dos países latino-americanos.

Outra marca do “período de transição” foi a crise do modelo de desenvolvimento exportador. O que explicaria sua crise? Os autores seguem as trilhas já abertas pela CEPAL ao concederem que o fator, por assim dizer, “econômico” fundamental para explicá-la foi a redução da demanda externa pelos produtos produzidos na América Latina. Assim, ao mesmo tempo em que entrava em crise o modelo exportador, teriam surgido condições para o estímulo da produção interna das mercadorias antes importadas. Tem lugar especial nessa explicação a emergência das guerras mundiais, que acabaram por reduzir a circulação de produtos no mercado internacional, criando, na região, uma situação que se poderia chamar, de maneira livre, de “protecionismo espontâneo”.

Apesar desse cenário econômico ter sido decisivo, Cardoso e Faletto argumentam que ele foi precedido por crises *políticas*, as quais assumiram como forma geral a crise da “dominação oligárquica” então prevalecente no subcontinente. Ou seja: a crise da “dominação oligárquica” antecedeu a crise do modelo econômico exportador. Dialeticamente, as condições responsáveis por essas crises políticas estiveram *no sucesso do modelo agro-exportador*, que teria permitido, pelo desenvolvimento produzido, a emergência dos grupos sociais e econômicos que viriam a desafiar o domínio dos fazendeiros exportadores. As formas de manifestação da crise e as consequentes reorganizações dos sistemas políticos latino-americanos teriam dependido, então, da estrutura econômica de cada país e da capacidade das suas classes realizarem alianças entre si com o intuito de superar as adversidades que enfrentavam.

No que se refere às estruturas econômicas dos países latino-americanos, já observamos que os autores os dividem em “economias de enclave” e “economia com produção controlada nacionalmente” e que o critério da distinção é a presença de um setor burguês nacional no segundo tipo, elemento ausente no primeiro. Segundo Cardoso e Faletto, esse aspecto teria

sido especialmente importante para a reorganização econômica e política das nações latino-americanas. Nos casos nos quais havia um setor burguês nacional, este setor logrou comandar uma aliança que possibilitou a construção da estabilidade política e afirmar sua liderança econômica. O sucesso da empreitada se deveu, via de regra, ao seu dinamismo produtivo e comercial, além da possibilidade do financiamento interno da economia em alguns países, que teria permitido criar *possibilidades* de saídas da crise do modelo oligárquico-exportador. “O que se deve realçar é que em países desse tipo constituiu-se uma burguesia de expansão nacional.” (idem, p.55).

Ao analisar concretamente as situações desses país no “período de transição”, Cardoso e Faletto observaram que em determinadas situações, alguns dos setores dominantes do período no qual vigorou o modelo econômico *hacia fuera* lograram criar sistemas financeiros nacionais, o que lhes teria permitido controlar os canais que ligavam os países ao sistema econômico internacional, tais como as alfândegas, os bancos e etc. Nesse sentido, estavam em posições estratégicas para que continuassem a impor sua dominação. Esta situação propiciou que ela aparecesse como “expressiva de uma situação de classe, onde o setor dominante do sistema exportador constituiu-se em burguesia e impõe ao resto da camada dominante sua ordem peculiar, pondo assim de manifesto a existência de uma “unidade de classe”, sob a qual abriga [...] os interesses dos demais grupos que aparecem integrando a “classe dominante”.” (idem, p.56). Esse teria sido o caso da Argentina. Esse desdobramento teria ocorrido em países com “economias débeis” - isto é, em sociedades controladas pelo setor agro-exportador e não por uma burguesia propriamente dita. Nesse tipo de situação, teria havido uma mistura de “símbolos característicos” de um setor “oligárquico-latifundiário” com um setor “capitalista-exportador”.

Porém, teria havido situações de outro tipo, nas quais as burguesias não conseguiram a “unidade de classe”, como no caso argentino. Nelas, o domínio assumiu a forma de uma “confederação de oligarquias”, as quais dividiram o poder político. Nos momentos em que tais oligarquias se chocaram, outros setores da estrutura social ganharam força, como militares e burocratas. “Por isso, nas situações desse tipo, e contrariamente à anterior, a aparência de dominação puramente oligárquico-latifundiária é mais evidente, e encobre o caráter capitalista-burguês do sistema de dominação [...]” (idem, p.57). Esse foi o caso do Brasil pré-1930. Nessa modalidade de situação, puderam surgir, no entanto, contextos marcados pelo equilíbrio, como nos casos da Colômbia e Uruguai.

Seja como for, é importante ter em mente que as possibilidades de pactos políticos tinham como elemento condicionante a estrutura do sistema produtivo de cada nação (cf.

idem, p.59). Assim, seria fundamental saber se o país possuía um sistema exportador centrado em um único produto e com frágil mercado interno, como nos casos da situação de enclave – representados, por exemplo, pelos países da América Central; ou se ele apresentava uma economia centrada na exportação de um produto, mas, ao mesmo tempo, continha alguns setores especializados no suprimento das demandas do mercado interno, como nos casos do Uruguai e Argentina (antes do auge da produção cerealista); ou, ainda, se sua estrutura econômica dispunha de um sistema exportador diversificado, com setores exportadores paralelos, e contava com setores voltados para o mercado interno, como era o caso do Brasil.

O leitor de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* não terá dificuldade em perceber que, segundo a interpretação dos autores, a economia brasileira seria aquela que apresentava estruturação mais complexa da região. Ao mesmo tempo, ela teria também a estrutura política mais emaranhada. Vale deixar claro que, segundo a argumentação de Cardoso e Falleto, a existência de setores exportadores paralelos impactaria a diferenciação interna da economia pois determinaria a “divisão social do trabalho”, como também a robustez e amplitude do mercado interno e a estruturação de novos grupos sociais. Ficaria evidenciado, assim, que a emergência dos novos grupos sociais seria resultado da maior intensidade da economia brasileira, que, por sua vez, seria consequência da própria ação dos atores sociais. Por aqui, encontramos a negação da tese de que os grupos sociais seriam meros epifenômenos da estrutura econômica, na medida em que esta também é criada por eles, o que ocorre a partir de um processo político e econômico complexo que envolveria, simultaneamente, as condições históricas locais e globais. Por essa razão importaria compreender suas formações e orientações valorativas.

Em outros termos, ao destacarem os processos históricos das gêneses dos grupos sociais, Cardoso e Faletto frisam a necessidade de se compreender *as formas históricas e concretas das lutas de classes* na América Latina. Um bom exemplo disso está na argumentação sobre a gênese dos grupos urbanos industriais. Segundo eles, “em um primeiro momento, os grupos sociais urbano-industriais formam-se em consequência da expansão do setor exportador e sem que seus interesses econômicos oponham-se aos deste setor, mas, pelo contrário, tornam-se um setor complementar daquele.” (idem, p.61). Porém, a sua força dependerá da existência de unidades ou rupturas internas nos grupos agro-exportadores, pois isso impactará as possibilidades e os limites das alianças de classes. Como se sabe, condizentes com a busca por produzirem a chamada “análise concreta” das situações dos países latino-americanos, Cardoso e Faletto se debruçam sobre a história de vários países da região. Apesar do interesse em revisitar tais argumentações, é fato que essa empreitada imporia um grau de detalhamento que

poderia cansar o leitor e não nos ajudaria em nossa argumentação. Como estamos tentando analisar a formação de uma “intuição nova sobre o Brasil” a partir de uma forma de pensar nascida do esforço de “nacionalizar o marxismo” levada a cabo pelo Seminário Marx, basta-nos revisitar a análise dos autores sobre a história brasileira.

O chamado “momento de transição” do Brasil foi marcado pela incorporação dos setores médios “tradicionais” e pela crise da dominação oligárquica. O primeiro sinal da modernização da economia brasileira aconteceu com a abolição da escravatura, seguida pelo fim do Império. O conjunto monarquia e escravismo era, segundo os autores, a garantia “efetiva” do prevalecimento de “interesses regionais baseados em uma economia escravocrata e uma dominação patrimonialista.” (idem, p.63). Sinal disso é que, apesar do predomínio dos interesses do açúcar nordestino e do café do Centro-Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba em São Paulo) durante 1860-70, houve por parte do governo imperial, a despeito de conflitos pontuais, o respeito aos interesses das oligarquias das demais regiões, como as da Bahia e do sul do Brasil. Simultaneamente, a monarquia construía uma “burocracia incipiente, politicamente destra e socialmente importante”, por meio da qual eram garantidos os interesses locais sem que isto resultasse na desagregação do Estado nacional, ao qual cabia a responsabilidade pelos “interesses gerais”, o café e a cana. Em suma: dominação oligárquica e apego ao Estado andavam juntas, o que denota uma configuração singular do domínio oligárquico-burguês.

Simultaneamente, no entanto, surgia no seio das camadas dominantes o que os autores chamam de “pensamento político renovador”, via de regra calcado em ideias europeias ou norte-americanas. A esse respeito, os autores fazem uma observação importante:

Seria um erro subestimar a importância política dessas “correntes renovadoras” por julgá-las desvinculadas da realidade nacional, alegando-se que esta baseava-se na exploração escravista. Pelo contrário, a transição no sistema de controle político foi determinada em grande medida pela ação de grupos não-conformistas que surgiram no seio da própria “oligarquia”. (idem, p.64)

Impõe-se uma breve reflexão, afinal de contas, Cardoso e Faletto entraram na seara que seria melhor explorada anos depois por “As ideias fora de lugar”, de Roberto Schwarz. Uma observação apressada, calcada na percepção de um senso comum muito difundido, poderia sugerir que a perspectiva de Cardoso e Faletto se distancia da defendida por Schwarz, pois os primeiros defendem explicitamente que, a despeito da estrutura diversa da economia local escravista, as ideias liberais *funcionavam*. Em contraste, Schwarz diria que elas estavam “fora de lugar”, não? Acontece que esse não é o caso. Diferentemente dos pensadores

conservadores do Império, que sustentavam essa argumentação, Schwarz, como Cardoso e Faletto, dirá que as ideias liberais funcionam no Brasil, mas *de maneira diferente do seu funcionamento nos países centrais*. Mas nem por isso as ideias deixam de ter importância ou resultados efetivos, como apontam Cardoso e Faletto e Schwarz. Por outro lado, não resta dúvida de que, nessa matéria, o crítico literário avançou em relação aos autores de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, pois, por meio de sua análise dos romances machadianos, conseguiu demonstrar esse funcionamento diverso a partir do estudo dos detalhes de nossa vida ideológica, entre os quais se destaca a mediação do favor.¹⁸⁵ Cabe sublinhar, no entanto, uma diferença de ênfase nas argumentações de Cardoso e Faletto e Schwarz. Enquanto os primeiros destacam, em chave positiva, a dimensão modernizante e antioligárquica de uma fração radical da classe dominante brasileira, que constituiria uma espécie de vanguarda civilizadora mesmo que ciente do funcionamento peculiar das ideias liberais no país, Schwarz sublinha, por outro lado, a dimensão regressiva e oligárquica dessa situação, na qual os sentidos do liberalismo podiam ser trocados segundo as conveniências da hora dos beneficiários da ordem social local. Difícil não ver aqui uma oposição que parece subjacente às escolhas políticas posteriores de cada um dos autores.

Se comparadas as argumentações de Schwarz e de Cardoso e Faletto, salta aos olhos uma diferença que interessa destacar e que possivelmente tenha contribuído para essas ênfases variadas: enquanto os romances de Alencar e Machado analisadas pelo crítico literário acabaram por figurar a *sociedade fluminense*, na qual o “atraso” - isto é, as relações escravocratas e suas consequências – vigiam mais fortemente, o sentido da argumentação dos sociólogos vai em direção ao destaque do processo de modernização pelo qual passou a região *paulista* (Cf. CARDOSO E FALETTTO, 1973 [1967], p.66), local no qual as ideias liberais seriam mais “adequadas”. Em outros termos: Cardoso e Faletto destacam que uma “situação social capitalista burguesa” surge ineditamente no país no momento em que o setor agro-exportador de São Paulo começa a substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, o que aconteceu por volta de 1870. Esse processo sócio-econômico minou a escravidão, um dos últimos pilares de sustentação do Império. Surgia, assim, uma “nova realidade” na qual a tônica era dada pelos fazendeiros paulistas e pela classe média que surgia a partir de suas atividades – para a qual contribuía também a burocracia civil e militar e alguns setores não-

¹⁸⁵ Mas seria inadequado não se levar em conta que, como vimos em passagens anteriores, Cardoso e Faletto estavam plenamente conscientes de que ideias e técnicas oriundas dos países centrais tinham funcionamento diverso por aqui, como exemplificamos quando mencionamos, entre outros, a análise dos autores sobre os resultados das transferências das tecnologias produtivas do capitalismo avançado para as nossas condições de produção.

escravistas do sul do país. Os resultados dessas alterações no sistema produtivo só aparecessem anos depois, mas cabe destacar que o chamado “florianismo”, uma forma de “radicalização antioligárquica”, foi uma de suas primeiras consequências.

Para solucionar a crise aberta pelo florianismo – surgida a partir de crises abertas pelo processo de instauração do regime republicano -, impôs-se o arranjo federativo. Nesse ponto, os autores retomam sua argumentação teórica acerca da complexidade da política brasileira ao destacar que “o sistema de alianças locais, sob o predomínio dos grupos agro-exportadores capitalistas do Centro-Sul, mas sem excluir os setores agro-exportadores de outras regiões, nem muito menos os proprietários de latifúndios de baixa produtividade.” (idem, p.65) foi necessária para superar os impasses daquele momento. Aliás, este último grupo, que conservava “gravitação considerável”, imprimiu ao sistema político “uma feição nitidamente oligárquico-tradicional”, quando na verdade este respondia aos interesses dos produtores e exportadores do Centro-Sul. Não pensamos estar indo longe demais ao observar que essa argumentação dos autores nos remete, mais uma vez, à questão da dialética da “essência” e da “aparência” tipicamente marxiana. Ora, em contraposição às narrativas que viam o período republicano como que governado pelo “atraso”, os sociólogos autores de *Dependência e desenvolvimento* advertem que essa situação era *apenas aparente* e que o Brasil passava por um *processo modernizador*, embora tortuoso e contraditório, dirigido pelas classes dominantes mais modernas do país.

Com a formação de uma economia urbana, impulsionada pela Primeira Guerra Mundial, houve o surgimento de novos atores políticos, os quais, por adotarem perspectivas anti-oligárquicas, se aliavam aos grupos sociais que já defendiam essas bandeiras desde o período anterior. Isso não impediu, entretanto, que esses novos setores - novos profissionais liberais, funcionários, empregados e mesmo operários – se unissem aos setores “marginais e economicamente decadentes das próprias oligarquias, afeitas ao poder, embora sem bases econômicas sólidas.” (idem, p.66). Foi essa aliança entre grupos originados do processo modernizador ocorrido no período republicano e os grupos “atrasados”, marginalizados no poder, que possibilitou o arranjo político que vigoraria no pós-1930.

Vale atentar para o fato de que, para além da reposição costumeira em nossa história da aliança entre elementos “modernos” e “atrasados”, essa situação só foi possível porque *o processo de modernização havia dado resultados*. Por outro lado, cabe também não esquecer que a crise que resultou na Revolução de 1930 expôs a crise da aliança vigente até ali, iniciada com os conflitos entre as oligarquias que a compunham. Este cenário propiciou aos grupos dominantes expandirem seu arco de aliança em busca de outras forças sociais como

sustentação, o que abriu a possibilidade para os novos grupos influírem na cena política.

Com efeito, Vargas e a Aliança Liberal significam um entendimento contra os grupos cafeicultores hegemônicos (debilitados pela crise de 29), que engloba as reivindicações de grupos regionais, como os pecuaristas do Sul e os açucareiros do Nordeste, mas sem excluir “setores médios urbanos”. Opõem-se a essa nova aliança, em princípio, ainda que inutilmente, os antigos grupos hegemônicos das classes dominantes, agora isolados politicamente e debilitados economicamente. (idem, p.66)

A política varguista criou bases econômicas para uma burguesia urbana, além de ter integrado aos sistemas político e econômico as classes médias e parcelas do setor popular das cidades. Essas realizações, no entanto, foram conduzidas a partir de uma diretriz central: a recusa do conflito com o setor agro-exportador. “Essa política sustentou no plano econômico a defesa do nível de emprego e, por conseguinte, do mercado interno e da indústria nacional, por meio de fortes investimentos estatais na infra-estrutura assim como pela ampliação dos controles governamentais.” (idem, p.67).

Sistematizando provisoriamente: a característica elementar do chamado “período de transição” da América Latina foi o surgimento de novos grupos sociais, como as classes médias urbanas e as burguesias industriais e comerciais. Esses grupos passaram a fazer parte do jogo político dos países latino-americanos. No plano econômico, essa novidade resultou no surgimento das medidas de consolidação do mercado interno e da industrialização da região.

Porém, esses processos sociais aconteceram *concretamente* de maneiras variadas: uns foram mais liberais; outros, mais dirigidos/planejados pelos Estados. Para tornar as situações mais complexas, os autores assinalam que mesmo nos casos liberais houve a presença de capitais públicos, da mesma maneira que nos casos estatais houve participação de capitais privados. Ou seja: no processo concreto de sua realização, a industrialização latino-americana foi prenhe de tensões, contradições e combinações que variaram de acordo com as situações de cada país.

A industrialização latino-americana ocorreu por meio do processo econômico que os cepalinos batizaram de “industrialização por substituição de importações”. Com ela, as sociedades latino-americanas foram impactadas em diversos planos. Por um lado, como já mencionamos, surgiram nelas novos grupos sociais; por outro, elas foram urbanizadas e tiveram, assim, modificações em suas composições demográficas. O exemplo mais típico da conjunção desses processos aconteceu com a migração da população de setores empobrecidos dos países em direção às regiões que se industrializavam. Em alguns casos, os sujeitos arranjavam empregos; em outros, não. O resultado desse processo foi aquilo que poderia ser

chamado, de maneira livre, de “urbanização de massa” num contexto de industrializações insuficientes, portanto, incapazes de absorver a mão-de-obra que se avolumava nas regiões metropolitanas.

A história latino-americana teria entrado, nesse momento, em um terceiro período: se o primeiro foi marcado pelo desenvolvimento *hacia fuera*, o segundo por características de “transição”, este é marcado por um modelo desenvolvimento *hacia dentro* (ou desenvolvimento para dentro). Esse momento é iniciado no período da Segunda Guerra Mundial e atinge seu apogeu nos anos 1950 e 1960.

Do ponto de vista econômico, sua principal marca será, como já aludimos, o aprofundamento do processo de “industrialização por substituição de importações”, cuja característica básica reside na produção de bens de consumo e intermediários nos próprios países latino-americanos. Nesse processo, o Estado tem seu papel fortalecido e alterado em relação à dinâmica anterior, deixando de atuar apenas a partir dos interesses dos exportadores, dos latifundiários e dos setores estrangeiros, para agora sustentar os interesses dos setores vinculados ao mercado interno. O resultado dessa nova orientação teria sido o início da transferência de renda dos setores exportadores para os chamados “setores internos”. Ao mesmo tempo, são criadas condições infra-estruturais para a industrialização local, como os projetos nacionais do aço, refinarias de petróleo etc.

Para Cardoso e Faletto, *esse processo só ocorreu em alguns países porque foi resultado de alianças políticas forjadas no chamado período da transição* (Cf. Idem, p. 93). E mais: o processo de industrialização no período não foi fruto de uma ascensão paulatina ou revolucionária das burguesias nacionais, mas sim fruto de acordos entre os grupos de diversos setores, inclusive os agro-exportador e urbano popular. É neste sentido que se deveria compreender que

o problema essencial da política de industrialização era tornar compatíveis medidas econômicas que atendessem tanto à criação de uma base econômica de sustentação dos novos grupos que passaram a compartilhar o poder na fase da transição quanto a necessidade de oferecer oportunidades de inserção econômico-social aos grupos populares numericamente importantes, cuja presença nas cidades como desempregados ou insatisfeitos podia alterar o sistema de dominação. (idem, p.93 – grifo nosso)

Fica claro, pelo que se vê nessa argumentação, que Cardoso e Faletto se esforçam para demonstrar que o processo de industrialização latino-americana *não aconteceu como o caso europeu, no qual houve o que os autores chamam de “burguesia conquistadora”*; aqui, ao contrário, esse processo teria sido efetuado por meio de acordos políticos e pelas janelas de oportunidades abertas pela/na História. Mais concretamente, porém, é preciso destacar que

essa tese leva os autores a negarem não só que a Revolução de 1930 tenha sido uma revolução burguesa como as europeias, como também a ideia de que ela teria sido propriamente um exemplar desse tipo de revolução¹⁸⁶. Como se sabe, Cardoso verá os desdobramentos de 1964 como uma espécie de revolução burguesa, embora pareça bastante reticente em usar o conceito (CARDOSO, 1993 [1971], p.98-9).

No momento marcado pelo desenvolvimento *hacia dentro*, a história política dos países latino-americanos seria marcada pela disputa, feita por vários setores, pela hegemonia: dos agro-exportadores e financeiros, passando pelos industriais e chegando aos setores populares, costumeiramente divididos entre proletários, massa urbana popular e trabalhadores agrários. As formas específicas das industrializações de cada um dos países latino-americanos dependeriam dos arranjos surgidos dos conflitos e dos acordos desses grupos.

A despeito da variedade de cenários possíveis, os autores argumentam que esse novo momento histórico carregava em si duas orientações diferentes, as quais poderiam se combinar. Por um lado, havia uma que pressionava para a participação dos setores populares, o que resultaria num arranjo político com foco na redistribuição de renda; por outro lado, em coexistência com a primeira, existia uma pressão centrada nos interesses dos novos setores dominantes, cujo cerne fundamental era a orientação para o desenvolvimento nacional calcado na ideia de fortalecimento do mercado interno. Esta orientação, concretizada naquilo que Cardoso e Faletto chamaram de “nacionalismo”, possibilitaria a inserção das massas no sistema produtivo nacional em expansão e mesmo no sistema político. É assim, aliás, que se estabelece o “populismo desenvolvimentista”, que expressa “interesses *contraditórios*: consumo ampliado e investimentos acelerados; participação estatal no desenvolvimento e fortalecimento do setor urbano-industrial privado.” (idem, p.94 – grifo nosso). Ora, a formulação de uma ideologia contraditória como essa tinha justamente o intento de costurar um acordo político entre os diversos setores sociais, conforme explicação já fornecida pelos autores.

Em comparação com outros trabalhos de Cardoso, aqui há uma sintomática ambiguidade *política*, formalizada apenas implicitamente. Isto é, ao passo que a construção desse acordo político era uma *necessidade* – Política? Histórica? Lógica? - diante dos imperativos colocados pelas demandas dos novos grupos sociais e pelas oportunidades históricas abertas pelo que chamamos anteriormente de “protecionismo espontâneo”, por outro lado, a conversão de uma ideologia que interessa apenas a alguns grupos como algo que

186 Esse tópico será largamente discutido no pensamento político brasileiro, como demonstram os trabalhos de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, entre outros.

interessa a todos é a operação própria da ideologia e implica numa *falsificação*, ainda que bem fundada nas aparências, pois visa suprimir as contradições sociais. Salvo melhor entendimento, parece-nos que esse trecho sugere uma avaliação menos crítica do desenvolvimentismo por parte de Cardoso, em comparação de suas formulações anteriores. É como se essa argumentação sugerisse que o desenvolvimentismo foi uma ideologia especificamente latino-americana e, em certa medida, *necessária*, pois corresponderia a uma fase histórica do processo de sua industrialização. Em sentido diverso, começa a aparecer a *tensão* entre uma postura radicalmente objetiva - *crítica da ideologia* - e a *política*.

Por outro lado, cabe destacar que, nessa argumentação, Cardoso parece recuperar a interpretação que a sociologia da modernização, tão influente na América Latina, tinha sobre esse fenômeno. Com efeito, autores como Gino Germani e Torcuato di Tella argumentavam que o populismo era fruto do processo de transição pela qual a América Latina passava, pois, o subcontinente estaria saindo de sua condição “tradicional” para ingressar na sociabilidade “moderna” (DEBERT, 1979; PRADO, 1981, p.10). Isso não quer dizer, entretanto, que Cardoso e Faletto adotassem a epistemologia suposta nesse tipo de sociologia. Ao contrário, aqui parece se repetir aquele movimento que identificamos nas teses de doutorado e livre-docência de Cardoso: busca-se utilizar o aparato de outros tipos de sociologia a partir do método marxista¹⁸⁷. Esse expediente intelectual certamente facilitou a circulação e o entendimento das ideias dos autores em um ambiente acadêmico avesso ao marxismo.

De nossa perspectiva, algo um pouco mais profundo ocorre no suave deslizamento de perspectiva de Cardoso sobre o capitalismo brasileiro: se antes ele era um tipo de “subcapitalismo”, tal como vimos em *Empresário industrial*, agora ele é visto como “capitalismo dependente”. É claro que se pode assinalar que nessa troca de denominação está subjacente aquela operação intelectual de Cardoso que consiste em repassar em “linguagem cepalina” aquilo que sua análise marxista tinha estabelecido. Isso é, *em parte*, correto.

Isso porque a mera troca de linguagem não dá conta de explicar a razão pela qual parece haver uma mudança de disposição do autor em relação ao tema em questão. Naturalmente, não imaginamos que em tão pouco espaço de tempo o autor tenha passado da posição de crítico ao capitalismo a seu ideólogo, como querem fazer crer algumas análises superficiais. A situação parece ser outra, própria de um momento histórico no qual as certezas foram abaladas – como a difundida tese da estagnação ou as situações políticas das esquerdas

¹⁸⁷ A esse respeito, cabe notar o interesse de uma pesquisa que proponha um estudo comparativo entre Cardoso, Ianni e Weffort a partir da seguinte problemática: como os autores conjugaram método marxista e categorias de outras sociologias?

brasileira, latino-americana e européia – e o intelectual crítico do presente se vê diante de constantes reposicionamentos.

Em nossa visão, esse argumento se robustece quando observamos que seria possível imaginar que Cardoso tivesse chegado à conclusão a respeito da necessidade lógica da ideologia populista ao perceber a *generalidade* da disseminação do populismo na América Latina. Isso, no entanto, não quer dizer que a sua formalização ideológica do populismo estivesse pré-determinada, como se fosse mero epifenômeno das estruturas sociais¹⁸⁸. Muitas vezes, aliás, a produção ideológica ocorre *após a concretização dos fatos*, de maneira que busca sistematizar a sua lógica. Nesse sentido, cabe recordar que *A riqueza das nações* de Adam Smith é de 1776, momento já posterior ao surgimento de práticas capitalistas modernas e foi sobre sua plataforma que Marx conseguiu realizar a sua crítica da economia política. Analogamente, poderíamos dizer que, se a CEPAL foi o centro formalizador da ideologia desenvolvimentista¹⁸⁹, a crítica de Cardoso e Faletto buscam desvendar as tensões e contradições presentes nas suas formulações. As razões de nossa argumentação nesse sentido foram apresentadas páginas atrás.

Para a concretização da ideologia desenvolvimentista, eram necessárias várias condições materiais, como: disponibilidade de divisas para financiar a industrialização nacional, possibilidades, ainda que moderadas, de redistribuição de renda, a qual possibilitaria alguma inclusão das massas; capacidade empresarial (pública e privada) para sustentar o crescimento da economia; alguma eficiência e responsabilidade dos administradores estatais e uma liderança política que pudesse se sobrepor aos interesses dos distintos grupos e que conseguisse, em eventuais momentos de discordância, conduzir a situação para o consenso, baseando este no “interesse nacional”.

A contradição da ideologia fica evidenciada quando se observa que, nas sociedades latino-americanas, interesses dos latifundiários, detentores dos maiores volumes de capitais da região e financiadores das políticas econômicas, não eram contemplados pelo arranjo político desenvolvimentista. Disso originava-se uma situação um tanto paradoxal: ao mesmo tempo em que os grupos “modernos” - burguesia industrial, proletariado e burocracia estatal – precisavam se contrapor aos interesses dos grupos latifundiários, precisavam deles para

189 Segundo Francisco de Oliveira: “Porque havia classes sociais aqui, interesses econômicos lutando por não se submeterem à crise dos anos 30. Disso decorre a força da teoria cepalina, e o fato de ela se converter realmente numa ideologia das classes sociais determinantes, cujo problema real era aquilo que a teoria cepalina vinha tentando explicar, de como sair da camisa-de-força da divisão internacional do trabalho dos anos pré-trinta, industrializar, expandir-se. Os homens agem, apesar de às vezes não saberem por que agem, parafraseando Marx.” (OLIVEIRA, 1986, p.158)

realizar seus planos.

Diante desse quadro, surgiam duas possibilidades *gerais* de sucesso do desenvolvimentismo: uma na qual havia atenuação da contradição indicada e outra na qual havia sua superação. No primeiro caso, tratava-se de esperar uma conjuntura que favorecesse os preços dos produtos exportados no mercado internacional, o que permitiria, ao mesmo tempo, uma política de sustentação do valor dos produtos de exportação, garantindo o lucro do setor agro-exportador, e alguma forma de “retenção cambial” para financiar a industrialização; no segundo caso, era necessário que houvesse uma firme aliança entre os setores modernizantes, os quais deveriam, juntos, sustentar política e ideologicamente uma “política de tarifa alfandegária e uma política monetária que permitam [...] sustentar o ritmo dos investimentos industriais e que possibilitem, se não assegurar uma elevação significativa dos salários reais, pelo menos proporcionar aumento, em termos absolutos, do número de indivíduos provenientes dos setores populares que se vão incorporando ao sistema industrial.” (idem, p.95).

Nesse quadro geral, os autores atribuem particular importância à relação entre Estado e “burguesias industriais”, pois é ela que tornaria possível a industrialização da América Latina. Por outro lado, era imprescindível considerar o surgimento das massas, que se constituíram como necessárias para o processo de industrialização e, muitas vezes, colocavam demandas que contradiziam os arranjos formulados pela burguesia industrial e seus parceiros. Diante dessas tensões, os autores observaram três relações *específicas* entre burguesia industrial e Estado na América Latina:

a) O primeiro tipo de relação é qualificado pelos autores como “liberal”. Nele, houve um processo de industrialização predominantemente conduzido pelas empresas privadas. Sua pré-condição era um setor agro-exportador poderoso e hegemônico, que de algum modo se ligasse ao mercado interno, transferindo parte de seu capital para o setor industrial. Este teria sido o caso da Argentina.

b) O segundo tipo foi batizado pelos autores de industrialização “nacional-populista”. Sua marca definidora foi a “vontade política” expressada pela aliança entre setores médios e populares (sindicatos) e burguesia, ligados ao Estado. Estes grupos compartilham e disputam a direção do processo com o setores agro-exportadores. Este teria sido o caso do Brasil.

c) Por fim, o terceiro tipo é denominado como uma industrialização “orientada por um Estado desenvolvimentista”. Neste processo, o setor exportador-importador é frágil demais para construir o processo de industrialização, pois tem dificuldades em acumular capitais e reorientá-los para o mercado interno. Por isso, o Estado toma a frente da

industrialização por meio da reorientação de inversões. Este teria sido o caso predominante nas situações de enclave, incluídos também aqui os casos mexicano e chileno.

Com base na argumentação precedente, vamos novamente nos ater ao caso da história do desenvolvimento brasileiro, que é aquele que nos interessa aqui. Sua primeira característica foi a incapacidade dos setores modernos, durante o período de “expansão para fora” (Império), em se contraporem eficazmente contra os interesses dos setores “agrotradicionais”. Por sua vez, estes setores também não conseguiram integrar os setores populares ao mercado de trabalho. Neste contexto, a industrialização brasileira teria ocorrido depois da falha do domínio oligárquico da Primeira República em conduzi-la a partir de uma vinculação estreita entre os setores agrários e os modernos.

Assim, em contraste com o caso “liberal” argentino, no plano industrial, no Brasil o Estado não apenas regulou o sistema industrial, como também agiu na sua própria formação. Isto ocorreu, concretamente, por meio de criação de empresas públicas. Já no plano da integração dos setores populares, o caso brasileiro também apresentou diferenças em relação ao argentino, pois aqui houve menor importância do movimento operário, o que se explica pelo enorme contingente de massas urbanas não-operárias (marginais) e de uma enorme massa rural, elementos ausentes no país vizinho. Nesse cenário histórico específico, o populismo brasileiro será o liame entre as massas urbanas operárias, mobilizadas no processo de industrialização, e o novo arranjo de poder. Assim, a política brasileira se transformou em “política de massas, que tratará de impulsionar a participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano.” (idem, p.103). Mas está longe de ser óbvia a resposta à pergunta: quais foram os “fundamentos estruturais” (termo dos autores) que possibilitaram uma aliança política tão heterogênea quanto aquela que levou a cabo a Revolução de 1930? Segundo Cardoso e Faletto:

Em certo sentido, *as influências políticas prevaleceram sobre as econômicas na definição do processo de industrialização por parte dos grupos que subiram ao poder depois de 1930.* A preocupação de formar um mercado interno capaz de estimular o desenvolvimento e conduzi-lo posteriormente para uma expansão auto-sustentada não surgiu nem se transformou em política efetiva a partir dos setores empresariais; só em um segundo momento os grupos empresariais – quando o impulso industrialista já estava dado – voltaram seus interesses para esse tipo de política. (idem, p.104 – grifo nosso)

Traduzindo para termos mais simples: a industrialização brasileira foi uma medida, antes de mais nada, *política*, cuja explicação, no seu momento inaugural, reside no perigo apresentado pela falta de integração das massas mobilizadas. Caso ela não ocorresse, corria-se

o risco da perda do controle político.

Mas nem por isso as contradições desapareceram, como apontam os autores. Afinal de contas, a política industrialista do período apostava numa aliança com setores tradicionais - latifundiários não-exportadores - para a intensificação da criação de setores modernos, que, estes sim, deveriam incorporar as massas. Mas a condição básica para a existência dessa aliança era a não-incorporação das massas rurais, o que correspondia aos interesses dos setores tradicionais aludidos. O resultado, como se sabe, foi o de que apenas as massas *urbanas* acabaram por gozar dos avanços sociais produzidos pela industrialização brasileira. O interesse dos setores tradicionais pela não-incorporação dos setores populares agrários tinha um fundamento econômico, que, de alguma maneira, se coadunava com interesses da própria economia nacional. Isto porque “o sistema de acumulação e de expansão econômica – dada sua taxa relativamente limitada de crescimento – não suportaria a pressão salarial provocada pela incorporação ao mercado de trabalho, em condições mais favoráveis, de amplos setores rurais [...]” (idem, p.105). Em termos sucintos: são esses “*setores excluídos que, em proporção muito desigual, pagarão os custos da industrialização.*” (idem, p.106 – grifo nosso). Podemos, então, especificar o elemento de falsidade do desenvolvimentismo ao qual os autores tinham feito referência de maneira subliminar quando o batizaram de ideologia: *o progresso não era para todos e algum grupo social subalterno deveria pagar o seu preço.*

Não à toa, ao passo que indicam que os avanços econômicos produziram um processo de diferenciação econômica nos setores exportadores - que não só passaram a participar do processo de desenvolvimento como reorientaram seus capitais para a produção para o mercado interno-, os autores argumentam que a incorporação das massas rurais era um dos “limites estruturais” do arranjo de poder; quando foi tentada, durante o governo Goulart, a “aliança desenvolvimentista” se rompeu. Em termos teóricos e um tanto abstratos, poder-se-ia dizer que é como se o desenvolvimentismo tivesse tentado superar a si mesmo, sem se dar conta de seus limites. Acreditou-se que era verdade aquilo que era ideologia, a qual, entretanto, como toda ideologia (de primeiro grau, ao menos) tinha grãos de verdade, razão pela qual o engano era crível. Por isso, é lícito indagar: dada a história examinada, haveria como ser diferente? Recoloca-se, nessa altura, a questão já mencionada da ambiguidade do livro sobre a *necessidade* do desenvolvimentismo. Diante desse problema, vale destacar:

Em função das características estruturais dessa situação, e em função também das alianças que fundamentam as políticas de desenvolvimento, o populismo e o nacionalismo assumem funções bem precisas. O populismo varguista apresenta-se como um movimento mais ou menos vago de incorporação das massas urbanas à Nação, mas sem as implicações de maior organização sindical e maior pressão pela elevação dos salários, como no caso peronista. Mais que uma forma de definição

econômica dos direitos dos trabalhadores (com seus pressupostos de participação política), é um movimento político em favor dos "humildes" no qual os valores de massa, com seus pressupostos de benefícios econômicos, terão preponderância sobre os de classe; a debilidade social da classe operária emergente a dilui no conjunto da massa urbana. *Dentro desse panorama, a contradição entre a necessidade de acumulação de capitais e a pressão redistributiva parece menos acentuada durante a etapa da industrialização substitutiva.* A liderança populista pode ser também uma liderança de tipo empresarial e, em consequência, o Estado aparece não só como patrão mas, visto da perspectiva das massas, até como bom patrão; as reivindicações populares são relativamente débeis ao nível econômico e, portanto, podem ser atendidas, e ao nível político – na medida em que pressionam pelo fortalecimento do Estado – sem uma sólida base econômica própria, fator que também os faz favorecer um desenvolvimento de cunho estatal, coincidem com os interesses dos grupos que chegaram ao poder sem uma sólida base econômica própria, fator que também os faz favorecer um desenvolvimento de cunho estatal. (idem, p.106-7 – grifo nosso)

Note-se que a *etapa da industrialização substantiva* produziu como efeito uma *atenuação provisória* das contradições sociais, o que teria impellido muitos dos setores envolvidos nesse processo acreditarem que as contradições *foram reconciliadas* – ou melhor, estavam deslocadas para o conflito coma aliança formada pelos agroexportadores e o imperialismo. Tratou-se, assim, de um engano bem fundado nas aparências.

Apesar de sua dimensão ideológica, o populismo desenvolvimentista não deixou de ter efeitos transformadores. Durante sua vigência, o capital privado redirecionou muitos de seus investimentos para o mercado interno, consolidado pela atuação do Estado. Por sua vez, o Estado, ao distribuir renda e criar condições para o estabelecimento de crédito, colaborou para o desaguamento da produção oriunda das empresas privadas. Como assinalado no trecho grifado anteriormente, houve uma *mudança* de qualidade nas relações entre os grupos sociais. No caso dos grupos privados, o seu crescimento acabou por vinculá-los aos setores exportadores, bancários e ao capital internacional, que passava a investir neles. Essa alteração fez com que seus interesses se convertessem em contrários às políticas desenvolvimentistas. Embora tenha havido resistências de certos setores ao arranjo vigente – setores urbanos de classe média, setores empresariais com receio da concorrência estrangeira e setores populares organizados em volta do Estado –, a pressão aumentou porque houve o “esgotamento do processo de fácil substituição de importações [que passa a] exig[ir] melhores técnicas, maior acumulação e mais eficiência.” (idem, p.107). As contradições reapareceram agora em outro patamar, no qual se inaugurava uma nova situação histórica. Com ela, o caráter da dependência brasileira era redefinido.

A novidade: a mudança de caráter da dependência

Resumamos o que vimos até aqui. Em primeiro lugar, destacamos que os autores

identificaram três momentos na história econômica latino-americana: o período de desenvolvimento *hacia fuera*, o período de transição e o período de desenvolvimento *hacia dentro*. Cada um deles teve uma forma específica nos países da América Latina, o que se deveu às possibilidades econômicas de suas inserções no mercado mundial e ao resultado das lutas de classes internas a eles.

Em segundo lugar, vimos que o último período foi aquele no qual ocorreu o processo de industrialização dos países latino-americanos, distinguido em dois momentos diferentes: o momento da industrialização por substituição de importações e o momento de sua crise, resultado do esgotamento dessa fase “fácil”. Esse momento crítico é chamado pelos autores de “período da diferenciação da economia capitalista” e teve como fundamento a formação de bens de capital e o fortalecimento dos grupos empresariais. Em contraste com a fase “fácil” da substituição de importações, cuja forma política geral teria sido a aliança política entre as forças populistas e nacionalistas, a fase crítica foi marcada tanto pela crise do populismo, como também pela reordenação política dos grupos dominantes. Mais especificamente, fez parte desse último momento de reorganização as tentativas de consolidar o sistema político no sentido da vinculação entre o setor produtivo orientado para o mercado interno e as economias estrangeiras dominantes. Este é o duplo problema a ser analisado:

O principal problema que se coloca consiste em explicar claramente a natureza e as vinculações deste duplo movimento: um, de crise do sistema interno de dominação anterior e o esforço consequente de reorganização política, e, o outro, de transformação do tipo de relação entre a economia interna e os centros hegemônicos do mercado mundial. (idem, p.114)

Nessa altura, os autores reafirmam a ideia de que essa nova relação entre países centrais e periféricos - redefinidora das possibilidades e das formas do desenvolvimento, da política e da dependência externa - não deve ser pensada a partir de uma dimensão puramente econômica. Dada a repetição exaustiva da argumentação, poderíamos ser tentados a perguntar: por que reafirmar a tese pela enésima vez? Salvo engano, esse destaque se deve ao fato de que, àquela altura, existia a tentativa de se argumentar que os regimes autoritários em vias de ascensão na América Latina deveriam ser entendidos como epifenômenos dessa mudança estrutural do capitalismo. Vê-se sem dificuldade que se trata de uma argumentação *economicista*. É nesse sentido que devemos compreender o cuidado dos autores em reafirmar que esses processos políticos não devem ser reduzidos às causas econômicas.

Assim, o argumento dos autores é de que existiram transformações tanto na “luta dos interesses internos”, como na própria relação entre centro-periferia. Dessas transformações resultaram reestruturações da economia, do Estado e da sociedade, as quais tinham como

objetivo “*dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado.*” (idem, p.115 – grifo nosso). Por aqui, reencontramos, em chave mais profundamente contextualizada, as conclusões de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, inclusive no que se refere à discussão acerca dos impactos da transformação do capitalismo monopolístico na estrutura das empresas, do mercado, do Estado e da sociedade.

Tais reestruturações teriam surgido em forma de *crise* e disso derivaria a necessidade de os autores explicarem as determinações desse processo histórico. Nesse caso, repõe-se a mesma estrutura explicativa adotada em todo livro: parte-se das determinações gerais do processo para, em seguida, explicar a configuração assumida pelos resultados das disputas políticas internas. Também nesse caso, vamos nos restringir à explicação do caso brasileiro.

O varguismo, continuado tanto por Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) como pelo próprio Vargas (1950-54) em seu segundo mandato, visou a implantação de indústrias básicas no país, como as de aço, energia elétrica, transporte e petróleo. Nesse contexto, houve um processo de reequipamento do parque industrial, resultado de uma forte política de importações de máquinas. A contrapartida política do aprofundamento do desenvolvimentismo de Vargas foi o acirramento crescente com os setores exportadores, cujos interesses estavam sendo contrariados. Até 1953, essa oposição esteve sob controle devido aos altos preços do café no mercado internacional, o que gerou prosperidade tanto para o setor exportador como para aquele industrial-moderno voltado para o mercado interno, que contava com o suporte estatal; a partir de 1954, quando começou a queda do preço do café, a “aliança varguista encontrou seus limites: parte dos setores agrários uniu-se à oposição de classe média urbana, fato que se somou à pressão não só dos grupos financeiros internos mas também internacionais.” (idem, p.117). Vale destacar aqui: a ênfase na mudança das possibilidades econômicas internacionais – a queda do preço do café – é combinada com a análise da consequente mudança de posição *política* dos grupos sociais. Nesse caso específico, um dos resultados dessa pugna foi o suicídio de Vargas.

Sob Kubitschek, a aliança “populista-desenvolvimentista” se prolongou, mesmo depois de um breve período de contenção de gastos. Mas seu sentido foi diverso daquele vigente no período varguista, pois se baseava na “capitalização mediante recursos externos” - tal como ocorria no período Frondizi na Argentina. Essa medida permitia, por curto prazo, reduzir a pressão inflacionária e satisfazer as demandas por salários. Em suma, seria uma “política econômica suportável por parte do setor exportador e, simultaneamente, significaria o fortalecimento do setor industrial, agora já associado ao capital estrangeiro. Pôde então haver

desenvolvimento a despeito da instabilidade política.” (idem, p.117).

Para explicar os limites dessa política de industrialização, Cardoso e Faletto observam como a industrialização, estruturalmente, produz acumulação de capital e diferenciações sociais, as quais criam tipos de pressões, que podem ser sintetizadas na ideia ampla de reivindicação de participação política e econômica. Tal ideia iria no sentido oposto às “necessidades e ao tipo de investimento que o desenvolvimento capitalista postula.” (idem, p.119), motivo pelo qual haveria uma intensificação da contradição dos interesses, cujo fundamento básico seria o conflito sobre medidas interessadas em desobstar a acumulação de capital e aquelas focadas na redistribuição de renda.

Os autores são muito claros:

Nessas circunstâncias – de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento – as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. O exame de alguma delas, quando feito dentro do marco da estrutura política vigente, põe de manifesto sua falta de viabilidade. (idem, p.120 – grifo nosso)

Ora, esse trecho não é uma glosa, ainda que em linguagem mais científica e menos radicalizada, do célebre final de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*? Mas aqui há um elemento novo: o trecho evita se aproximar da tese estagnacionista, de alguma maneira suposta no diagnóstico feito a partir do trabalho de Paul Baran e Paul Swezzy (1966). Portanto, a glosa mais ou menos fiel guarda uma alteração que não é totalmente visível, mas é importante, pois impacta nas próprias formulações políticas possíveis. Ademais, ao contrário desse livro – que, como vimos, oscila levemente em atribuir a adesão dos empresários industriais brasileiros às forças conservadores com base nos seus interesses ou na sua “falsa consciência”, ainda que a primeira pareça prevalecer -, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* formaliza e analisa as demais possibilidades dos países latino-americanos com respeito às suas políticas industriais. Nesse sentido, o livro escrito em conjunto com Faletto é, em parte, uma continuação da tese de livre-docência de Cardoso – na medida em que o argumento é basicamente o mesmo – e, em parte, uma descontinuidade, pois considera novas possibilidades e argumentos, além de se afastar da problemática da “consciência adequada” da burguesia nacional. Além disso, *Dependência e desenvolvimento* se afasta, como já vimos, da linguagem empregada pelo autor em *Empresário industrial*, como indica a ausência, por exemplo, do termo “capitalismo monopolista”, embora os fundamentos analíticos que conformam esse conceito estejam

também presentes nesse livro.

Como essa é uma argumentação nova e os cenários montados pelos autores dialogam com as teses em voga no período, vale a penas expô-los. Supondo que a burguesia industrial detivesse o poder hegemônico, ela poderia:

i – Tentar manter os preços das exportações para continuar e aprofundar o processo de transferência de renda. Em outros termos: voltar ao arranjo do período de industrialização por substituição de importações. Segundo os autores, “isso é manifestamente impossível”, pois os preços seriam fixados no mercado internacional e não no mercado interno, além de constituir um dos elementos que levou o modelo à crise, como vimos.

ii - Enfrentar o setor agro-exportador para a manutenção das políticas de transferência de renda. Segundo Cardoso e Faletto, essa possibilidade suporia uma mudança estrutural nos acordos firmados, como também afetaria a base do financiamento das indústrias, que diminuiria. Note-se que ao fazer essas duas considerações, os autores parecem afirmar que essa alternativa é politicamente difícil de ocorrer e economicamente insuficiente, pois não daria conta, pela retração do financiamento das indústrias, de aprofundar o desenvolvimento do país, elemento necessário para a continuação do processo de transferência de renda. Embora os autores não explicitem, essa foi a tentativa política do governo João Goulart e constituirá a tese dos setores nacionalistas. Ora, nesse ponto fica clara uma das críticas dos autores a essa tese: seus defensores compreenderiam mal tanto a força do setor agro-exportador, quanto estariam equivocados ao atribuir exclusivamente ao Estado as possibilidades de financiamento dos setores modernos. Isso sem mencionar que essa tentativa política iria na contramão da própria política aliancista advogada por eles próprios.

iii - Instalar uma política de contenção salarial. Da mesma forma que o cenário anterior, essa hipótese suporia a rearticulação da política de alianças que sustentava o desenvolvimentismo, além de poder culminar no enfrentamento com os setores organizados. Por outro lado, implicaria também contrair o mercado interno, o que poderia dificultar o próprio processo de desenvolvimento que estaria subjacente à tentativa, o que levaria à sua provável ineficácia.

iv - Iniciar o processo de exclusão do setor urbano da participação econômica, o que implicaria não admitir as pressões “populistas” e, assim, admitir o “risco de crises políticas dentro do esquema de sustentação do poder”. (idem, p.121). Ou seja, resultaria, como nas duas hipóteses anteriores, em quebrar a aliança de sustentação da política desenvolvimentista.

v - Fechar o mercado interno e instalar uma moratória da dívida externa, o que demandaria enfrentar os setores dominantes externos e, dessa forma, correr o risco de romper

os laços com o mercado internacional.

vi - Manter a exclusão agrária e agravamento das desigualdades regionais. Essa política “pode produzir atritos, se bem que não implique necessariamente uma crise profunda do sistema político.” (idem, p.121). Não à toa, foi essa a opção adotada pelo regime militar.

Vemos que as cinco primeiras hipóteses denotam aquilo que Cardoso já havia exposto em *Empresário industrial*: a burguesia industrial brasileira estava como que “espremida” pelo momento histórico. Mas poder-se-ia partir de outro diagnóstico, segundo o qual a burguesia industrial brasileira não detinha hegemonia sobre a sociedade. Nesse caso, a situação não seria melhor, pois, ao diminuir os salários e conter a participação das massas, poder-se-ia abrir caminho pra enfrentamentos no interior mesmo do Estado populista.

Por fim, outra alternativa para a burguesia industrial seria realizar uma aliança com a burguesia agro-exportadora. Ainda neste caso, surgiriam possibilidades de conflito, pois a burguesia agro-exportadora não seria uma resistência eficaz diante dos riscos representados pelo enfrentamento com o capital externo, “posto que os investimentos estrangeiros originam uma industrialização que não tem como fonte predominante de formação do capital o gravame do setor exportador nacional.” (idem, p.122); além disso, implicaria ter como oposição o setor urbano-operário, o que poderia quebrar a aliança ou os levaria ao “estrangulamento político”, pois teriam que suportar sozinhos os custos da industrialização.

É significativo que as “inconsistências” dessas alternativas sejam apresentadas antes mesmo da análise dos autores sobre o processo de mudança estrutural do mercado internacional, chamada por eles de “internacionalização do mercado interno”. Isso porque essa alteração é tomada, logicamente, como a reconfiguração das determinações históricas gerais do capitalismo, que, por essa razão, ao longo do livro foram recorrentemente apresentadas antes das determinações específicas. Há uma variação do princípio expositivo ou, para falar em termos da crítica literária de Schwarz, uma quebra formal. Cabe, então, perguntar: por quê? Trata-se de um “erro”, para usarmos termos conhecidos, da “forma de exposição” ou essa mudança guarda um sentido mais profundo?

Salvo engano, essa variação se explica pela tentativa dos autores de destacar as contradições internas da política aliancista típica do populismo latino-americano. Nesse sentido, é como se Cardoso e Faletto estivessem buscando revelar a *essência* contraditória dessa política, mascarada pelas condições históricas do período de desenvolvimento *hacia dentro* – e por aqui retornamos ao parágrafo que abre o livro, com o qual começamos nossa análise. Desse ângulo, a intenção dessa quebra formal é *crítica* e *parece* ir na contramão daquilo que afirmamos anteriormente a respeito de certa oscilação dos autores sobre o

desenvolvimentismo. Ao nosso ver, essa tensão é constitutiva do trabalho e permanece, em certo sentido, irresolvida. Cardoso e Faletto indicam que *a continuidade* da política desenvolvimentista em outros cenários – desde a queda dos preços internacionais do café em 1954 e até o novo cenário do mercado internacional – é inconsistente e, portanto, equivocada. Mas em determinadas condições, como aquelas ocorridas no período de desenvolvimento *hacia dentro*, ela *foi* adequada. Existe aqui um conflito de temporalidades na análise, o que se explica pelas suas contiguidades naquele período. Nessa captura do então novo cenário por eles denominado “internacionalização do mercado interno”, é compreensível que essa confusão de temporalidades se instale, na medida em que a transição de uma para outra era muito recente e, portanto, ainda intransparente. Ao nosso ver, essa leitura, fundamentada na compreensão da *historicidade* das ideologias, é mais convincente do que aquela que vê em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* uma condenação *in totum* do desenvolvimentismo latino-americano, que nem por isso deixa de ter suas limitações assinaladas.

No que se refere à fase da “internacionalização do mercado interno”, os autores destacam que ela já estava em ação mesmo no período anterior, o do desenvolvimento *hacia dentro*. Assim, é preciso entender dois elementos diferentes, embora vinculados: quais fatores levaram as indústrias estrangeiras a procurarem expandir suas atividades para a periferia do sistema capitalista mundial e de que maneira seus interesses se conjugaram com aqueles próprios dos setores dominantes desses países. Sobre o primeiro ponto, esclarecem Cardoso e Faletto:

Em primeiro lugar, na década de 50, o movimento internacional de capitais caracterizou-se por um fluxo – de curta duração – de transferência de capitais do centro para a periferia; as corporações industriais passaram a atuar como investidoras, o que constitui uma novidade com respeito ao esquema anterior de aplicações claramente financeiras ou de empréstimos à infra-estrutura; houve, portanto, pressões em favor de novos investimentos. Este aspecto, se bem que não foi decisivo para os impulsos iniciais da industrialização, pesou significativamente em momentos posteriores. (idem, p.122)

Desse modo, o ciclo político-econômico latino-americano da industrialização por substituição de importações foi possível devido ao robustecimento da acumulação interna, que só se concretizou por meio do fortalecimento das acumulações de capitais nos âmbitos públicos e privados, o que se explica pelo protecionismo ao qual já aludimos. Como já havia sido destacado em *Empresário industrial*, foi esse *contexto virtuoso que atraiu o capital estrangeiro*, cujos focos de investimento variaram em dois sentidos: houve aqueles que buscavam disputar os mercados internos dos países da América Latina com os capitalistas

locais e houve os que visavam assegurar o “controle virtual” do mercado em expansão.

Como vimos, esse cenário conflitivo foi relativizado pelo próprio processo de industrialização por substituição de importações. Isso porque, no seu auge, esse processo teria criado uma situação na qual foram fortalecidas condições de substituição de um produto, permitindo a conjugação dos interesses dos capitalistas estrangeiros e dos capitalistas locais, na medida em que havia automaticamente demanda pela matéria-prima e pelas peças que compunham os produtos, o que configurava o surgimento de novas possibilidades de investimentos para os setores internos. Esse processo se desdobrou até que se atingiu o ponto de importar apenas as peças com alto grau de tecnologia embutida ou matérias-primas inexistentes no país. De outro lado, o capital estrangeiro presente acelerava a “incorporação seletiva na economia industrial de certos setores operários e outros técnico-profissionais, o que contribui para manter as “alianças desenvolvimentistas”.” (idem, p.123). Em suma, houve uma

coincidência transitória, entre os interesses políticos e econômicos que permite conciliar os objetivos protecionistas, a pressão das massas e os investimentos estrangeiros; estes últimos aparentemente são a condição da própria continuidade do desenvolvimento do esquema política assinalado, como ocorreu durante o período frondizista, o Governo de Kubitschek e o que chamamos “a via mexicana”. (idem, p.123 – grifo nosso)

Esse momento de apaziguamento aparente das contradições tinha como elemento fundante a exclusão dos setores agrários do processo de modernização do país. Esse e outros fatores colaboravam para que o a industrialização brasileira ocorresse a partir de um mercado interno relativamente sólido, mas restrito. Porém, “nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento [...]. Esta é simplesmente a *forma* que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência.” (idem, p.124 – grifo nosso). Esse processo foi até o seu limite, momento no qual foram demandadas alterações nas composições sociais que o sustentam. Concretamente, nesse contexto de esgotamento, a ausência de um “reagrupamento interno das organizações produtivas” - nacionais e estrangeiras - e as pressões dos setores excluídos e/ou menos beneficiados da aliança desenvolvimentista indicaram os limites do processo.

De maneira bastante interessante, os autores sugerem que o resultado desse processo de modernização é a criação de um processo de *dualização* das economias dos países periféricos.

no cerne mesmo do sistema industrial aparecerá cindida a estrutura dos grupos e classes sociais: haverá um proletariado mais “moderno” e outro mais “tradicional”; um setor empresarial que controla a indústria de alta produtividade e tecnologia desenvolvida e um setor industrial “tradicional”, ou seja, que contribuiu durante a etapa de substituição fácil de importações, e assim por diante.” (idem, p.124-5).

Assim, os autores adiantam uma formulação que será aprofundada, no plano da economia política, no clássico ensaio *Crítica da razão dualista*, de Francisco de Oliveira (2011 [1972]), qual seja: a de que a modernização do país, ao se valer do “atraso” para se sustentar, o repõe. E não é esse o problema que Schwarz trata no seu “As ideias fora do lugar”?¹⁹⁰ Ao analisar um processo concreto – e específico – de modernização do país numa fase de seu desenvolvimento, Cardoso e Faletto se depararam com aquela dinâmica que o autor de *Ao vencedor as batatas* tomará como característica *geral* do nosso processo de desenvolvimento desde a independência, o que se deveria a inserção subalterna do país no concerto das nações capitalistas. É importante destacar também que, como vimos, a mesma *intuição* também é encontrada em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

Seja como for, diante desse novo cenário histórico da economia capitalista, impõe-se que sejam explicados dois fatores: as “condições histórico-estruturais” que lhes são próprias e de que maneira as forças sociais e as orientações ideológicas agem e reagem diante delas.

O aspecto essencial que deve ser retido dessa argumentação dos autores é o seguinte: segundo eles, os nexos que ligam as economias periféricas às centrais mudaram, *muito porque as economias periféricas são agora industriais e não mais agro-exportadoras*. Correlatamente, como é de se supor, as dimensões políticas dessas sociedades também se alteraram, o que se deve, em boa medida, ao surgimento de novos grupos sociais. Forma-se uma situação particular, a qual os autores denominam “economias industrial-periféricas” (cf. Idem, p.125). Nessa nova situação, a ligação entre os países periféricos e o mercado internacional não ocorre mais *apenas* pela exportação de produtos primários, mas também por meio de investimentos externos, oriundos das economias centrais, feitos diretamente nos novos mercados nacionais. Ou seja, agora há uma *dupla* ligação.

Embora não se possa considerar que a industrialização latino-americana tenha ocorrido primordialmente devido aos investimentos externos, seria um erro teórico e político negligenciar completamente esse fato. Caso se incorra nesse equívoco, no qual setores nacionalistas teriam caído, não teríamos condições de entender os fundamentos da opção “por uma pauta de desenvolvimento assentada sobre os crescentes investimentos estrangeiros no

190 Interessante deixar registrado uma observação de Francisco de Oliveira em homenagem a Roberto Schwarz: “*A Crítica da razão dualista* é contemporânea de “As ideias fora do lugar”, mas eu não conhecia o trabalho de Roberto [Schwarz] [...]. Mas felizmente caminhávamos paralelamente, se é que não estou forçando a barra. [...] as afinidades são evidentes: o propósito de desvendar, no meu caso, a peculiaridade da forma capitalista no Brasil, ou de como o liberalismo transitava pelo favor, o tema de Roberto. Isto é, a industrialização se fazia usando o latifúndio como suporte, ao tempo em que as cidades viravam acampamentos de posseiros, nossas imensas e feias periferias urbanas, e a União Democrática Nacional, repetindo Bentinho, retorizava os direitos civis enquanto batia às portas dos quartéis para impedi-los.” (OLIVEIRA, 2007, p.150)

setor industrial.” (idem, p.126).

Cardoso e Faletto se esforçam, então, para *historicizar* – e, portanto, *particularizar* – a assim chamada “nova situação de dependência”. Para tanto, diferenciam suas determinações fundamentais daquelas vigentes em períodos anteriores¹⁹¹. Em primeiro lugar, mencionam o endividamento externo das economias periféricas; depois, recordam a situação global do capitalismo, então na etapa do “capitalismo industrial monopolista”. Além disso, observam que a nova fase do capitalismo deveria ser marcada por um elevado índice de diferenciação do sistema produtivo – ou seja, pelo robustecimento do desenvolvimento tecnológico no sistema produtivo.

Simultaneamente, o fluxo de capitais, bem como o “controle das decisões econômicas” já seriam, ao menos parcialmente, internacionalizados. É importante destacar esse argumento, pois ele remete diretamente ao mobilizado por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, segundo o qual o que seria decisivo para o desenvolvimento industrial do país seria, justamente, a internalização dos centros de decisão econômica. É possível imaginar que Cardoso estivesse plenamente ciente de que o livro de Furtado seria a obra maior do “desenvolvimentismo” brasileiro e que o seu diagnóstico se assentava sobre bases radicalmente distintas daquele feito pelo economista cepalino. Na mesma linha de raciocínio, Cardoso e Faletto sustentam que os lucros gerados internamente acabariam por aumentar o capital das economias centrais, que teria relativa liberdade para reinvesti-los em outros locais que não o país produtor de tais lucros.

Os autores também alertam para o contraste entre essa nova situação e aquela típica das situações de economia de enclave. Já assinalamos o risco apresentado pela tentação de adotar argumento de que o controle externo das economias centrais sobre as periféricas aumentou e, como consequência, a situação atual poderia ser aproximada das situações de enclave – raciocínio, de alguma forma, presente nas então corriqueiras teorias do imperialismo. Receando que fosse perdida a especificidade da nova situação de dependência, os autores sublinham quatro diferenças básicas entre essas duas situações: em primeiro lugar, a nova situação de dependência é marcada por alto grau de diferenciação produtiva, o que não ocorre

191 Aqui, reencontramos outra lição da dialética na versão de Lukács, segundo o qual as “tendências de desenvolvimento da sociedade expressam-se, antes, numa *transformação qualitativa* ininterrupta da estrutura da sociedade (da composição de classes, de suas relações de força etc.)” (LUKÁCS, 2003, p.365 – grifo do original). Por outro lado, no trecho seguinte ao citado, Lukács atrela essa ideia ao fato de que as estratégias formuladas pela classe dominante para dominar esse processo de transformação, na verdade, acabariam por acelerar o surgimento das condições que propiciariam seu fim (idem, p.365-6), o que Cardoso, nessa altura, relativizaria. A diferença entre ambos se explica, pelo menos de forma parcial, por seus contextos históricos: Lukács escrevia olhando para a bem-sucedida experiência da Revolução Russa, enquanto Cardoso o fazia assistindo os desdobramentos do golpe de 1964.

nas economias de enclave; em segundo lugar, existe uma “saída de excedentes relativamente reduzida”, pois seria preciso garantir o reinvestimento; em terceiro lugar, na nova situação de dependência, existiria o robustecimento da mão-de-obra especializada, além do surgimento do setor terciário, o que acarreta uma “distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial”¹⁹² e, por fim, haveria um mercado interno capaz de absorver a produção, claramente ausente nas economias de enclave. Em suma: o ponto decisivo da argumentação dos autores é que essas novas situações de dependência são marcadas por um papel importante do consumo interno, embora o controle das decisões que vigoram nessas economias esteja fora de seus domínios. Nos casos das economias de enclave, nem há um consumo interno relevante, nem as decisões são/eram internalizadas. “Inclusive, nos casos mais típicos [da “internacionalização do mercado interno”], manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno.” (idem, p.127).

Porém, é importante destacar: a nova situação de dependência é constituída por certa heteronomia – fortalecida em comparação com o período anterior – e por um “desenvolvimento parcial”, que resulta no já mencionado processo de dualização da estrutura sócio-econômica dos países, o que possibilita o surgimento de países dependentes, porém industrializados. A mencionada heteronomia apareceria em duas situações: a primeira seria que industrialização continua a depender das importações de bens de capital e matérias-primas complementares. Mas essa situação poderia ser transitória, pois poderia ocorrer que, ao passo que o país fortalecesse a sua indústria de bens de capital, a condição dependente do país diminuísse e, desse modo, sua relação com o mercado interno fosse “do tipo normal das economias modernas, nas quais há *interdependência*.” (cf. Idem, p.128 – grifo nosso). Aqui se revela a possibilidade de que a dependência possa ser, segundo Cardoso, uma via de desenvolvimento que resulte numa futura equalização de condições entre as nações. Essa tese, que não é a predominante nesse momento em sua produção teórica, passará a ser crescentemente invocada pelo autor até atingir sua posição atual. Em contraste, Schwarz negará essa possibilidade ao enfatizar a dimensão destrutiva inerente ao capitalismo – posição que se consolidará com a evocação da análise de Robert Kurz nos anos 1990.

A segunda situação seria aquela na qual a forma da industrialização dos países

¹⁹² Depois de voltar a defender essa possibilidade em um seminário ocorrido em 1971 nos Estados Unidos (CARDOSO, 1993 [1971]), surgirá uma polêmica em torno dessa ideia, na qual intervirem Francisco de Oliveira (2011 [1972]) com seu *Crítica à razão dualista*, e Paul Singer ([1964]1976), autores que buscarão refutar essa tese ao salientar a dimensão desigualitária inerente ao regime capitalista e ao modelo econômico adotado pelo regime militar.

dependeria da internacionalização dos mercados internos. Nesse sentido, ela passaria a ocorrer quando os setores industriais da economia moderna - química, eletrônica, automotriz, entre outros - se organizassem a partir de novas técnicas produtivas, o que resultaria numa “revolução industrial”, cujo ponto culminante seria a reorganização política e social.

Nesse sentido, os autores observam que existiram casos de “nações subdesenvolvidas” que lograram reconstruir o seu sistema produtivo a partir de recursos próprios, como foram os casos da União Soviética e da China (Cf. Idem, p.129). Essas nações passaram não só por um momento de fechamento parcial com relação ao mercado internacional, mas também acabaram por comprometer o consumo de bens e serviços, o que gerou pressões sociais internas de relevo. Além disso, acabaram por aumentar o controle estatal sobre as atividades econômicas e reorientaram os investimentos, mormente para setores considerados estratégicos, como infra-estrutura, tecnologia avançada e defesa.

Tudo isso implica uma reorganização consistente do sistema social, uma disciplina relativamente autoritária (mesmo nos casos como o Japão, onde se manteve o regime capitalista) e uma revolução nos objetivos nacionais, inclusive, e não de forma desprezível, nas prioridades educacionais. (idem, p.129)

Caberia perguntar: nesse caso, os autores não tomaram uma certa atitude “abstrata” quando aproximam experiências cujas determinações essenciais são tão diversas? Isto é, não seria de se imaginar que uma análise concreta sublinhasse que as chaves das posições russo-chinesas foram as revoluções socialistas ocorridas nesses países, enquanto o Japão, em chave contrária, adotou um modelo de desenvolvimento que corresponde ao que Barrington Moore Júnior (1975) chamou “revolução pelo alto”, cuja essência era “reacionária”? (MOORE JUNIOR, 1975, p. 478). Naturalmente, não imaginamos que os autores desconhecem esses fatos elementares. Em chave diversa, trata-se de colocar a questão da seguinte forma: por que ressaltar o que há em comum em experiências históricas tão diferentes? Pensamos que essa pergunta contém uma crítica razoável à posição dos autores. Mas há uma explicação para ela, a qual só encontramos se retomarmos o sentido geral do livro: se Cardoso e Faletto se esforçaram em realçar o peso da política e de sua dinâmica complexa no processo de desenvolvimento dos países, pode-se aduzir que almejavam, nesse trecho que estamos discutindo, sublinhar o caráter *autoritário* dessas experiências. Isso porque o autoritarismo, em certo sentido, simplifica a política, pois estabelece pela força aquelas matérias que deveriam ser alvo de discussão e consentimento. Esperamos não estarmos indo longe demais ao assinalar que aqui há um gérmen da discussão que pautará os trabalhos de Cardoso ao longo dos anos 70, quando ele se pôs a discutir o chamado Estado Burocrático-Autoritário.

Seja como for, a América Latina não tomou o caminho escolhido por Rússia e China. Por aqui, houve países que lograram integrar a parte moderna de sua produção, possibilitada pela transferência de capitais externos e técnicas produtivas e de organização, ao mercado internacional. Mas nem todos conseguiram; e aqueles que conseguiram sofreram uma restrição na autonomia de seu sistema econômico e na sua política de desenvolvimento. Os autores são claros quando registram que a “nova situação de dependência” é marcada por *“certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, [que] não permitem alternativas; a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional.”* (idem, p.130 – grifo nosso).

Nessa altura, reaparece o linguajar marxista: como anotam os autores, se o “ciclo de realização do capital” *pode* ocorrer internamente – pois, em alguns países, há unidades produtivas relativamente sólidas –, o sistema econômico – as “leis do mercado” – acabam se impondo, restringindo o “âmbito e a eficácia da contrapartida autônoma dos grupos locais”. (idem, p.130). Aqui surge um elemento importante: apesar das mudanças no sistema produtivo, essenciais para compreender todo o processo de reorganização do trabalho e suas consequências, o que Cardoso e Faletto querem frisar é que a nova situação histórica é marcada, sobretudo, pelo aumento considerável da *amplitude do mercado internacional*. Nesse novo quadro, aqueles países que conseguiram formar um “setor econômico estatal”, como Brasil e México, com grande participação no mercado e na formação de novos grupos, estariam em condições ampliar o seu grau de autonomia. Mas isso dependeria das situações políticas, as quais se tornaram mais complexas. Cabe-nos, então, especificar os sentidos das novas dificuldades.

Com efeito, para essa forma de desenvolvimento supõe-se o funcionamento de um mercado cujo dinamismo baseia-se, principalmente, no incremento das relações entre produtores – entre as próprias empresas – que se constituem nos “consumidores” mais significativos para a expansão econômica. Em consequência, para aumentar a capacidade de acumulação desses “produtores-consumidores” é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento. (idem, p.130-1)

Aqui surge um elemento absolutamente decisivo para compreender a argumentação dos sociólogos: um resultado esperado desse cenário de desenvolvimento é a *instabilidade política, dada a suposta necessidade de exclusão de uma parcela significativa da população dos arranjos políticos e das condições econômicas*. Importante especificar: a exclusão não é só das massas, mas também das “camadas sociais economicamente significativas da etapa

anterior, cuja principal alternativa agora é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura.” (idem, p.131). Outra dificuldade de manutenção deste arranjo frágil acontece nos momentos em que a disponibilidade do capital estrangeiro diminui.

Por outro lado, as medidas estatais - protecionismo e políticas de uso extensivo da mão-de-obra - seriam ineficazes para alavancar o crescimento, pois a parte moderna da produção dos países latino americanos estaria “limitado por mecanismos quase automáticos de expansão”. (idem, p.131). Em outros termos: a mão-de-obra necessária para esse novo crescimento é mais qualificada do que aquela estimulada pelo Estado, como também o protecionismo perde o sentido quando as empresas nacionais dependem das estrangeiras. Tudo somado, compreende-se a razão pela qual a resultante dessa forma de modernização ser a possibilidade de industrialização de um setor que constiuiria, nos termos dos autores, uma “ilha de modernidade”, que estaria ligada a enorme parcela dos excluídos.

Poder-se-ia esperar que o crescimento desse setor moderno pudesse dinamizar a economia nacional e, assim, integrar uma parcela significativa dos excluídos. Entretanto, Cardoso e Faletto alertam para a possibilidade de que esse setor talvez não tivesse dinamismo para tanto. Na verdade, deveria ocorrer o oposto, pois “o próprio fundamento tecnológico empregado limita sua capacidade de incorporação e o problema do mercado soluciona-se através de um sistema restringido de intercâmbio entre grandes unidades produtoras e compradoras, e onde o Estado continua sendo o principal comprador e ocupa um papel nada desprezível como produtor.” (idem, p.132). É nesse sentido que os autores destacam a alteração da *forma* pela qual o Estado atua nas economias periféricas nesse novo momento: passa de “populista” a “empresarial”. Essa mudança seria importante para que se compreendesse as alterações dos regimes políticos na América Latina. Segundo os autores, onde o Estado teve seu papel clarificado e foi permeável aos grupos empresariais e populares, como no México, essa situação permitiu uma “reorganização gradual” e também uma “definição quase formal da área de influência desses setores e do setor vinculado às empresas estrangeiras.” (idem, p.132). Já nos casos do Brasil e da Argentina, a passagem para um novo sistema político foi dificultada porque o Estado não estava “preparado para permitir o controle corporativo das decisões econômicas.” (idem, p.132).

Isso impõe a reorganização das funções do Estado para conseguir uma capacidade cada vez mais ampla de regulamentação da vida econômica. Por outro lado, os grupos dominantes buscam a reorganização do próprio regime político para permitir a centralização autoritária, que facilita a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes, possa consolidar seu domínio. (idem, p.132)

Naturalmente, essa nova situação desperta a oposição de setores que estão fora do seu processo dinâmico ou são a ele integrados de maneira subalterna, tais como as massas marginais, os operários, os assalariados urbanos, as organizações políticas que restaram do momento anterior e alguns empresários não comprometidos com o setor internacionalizado. Em outros termos, a nova *forma* de desenvolvimento implica a marginalização de setores que foram centrais no sistema de dominação, como os latifundiários, exportadores e burguesia ligada a produção de bens de consumos leve. Agora, entrariam em jogo setores ligados ao capital monopolístico internacional e o setor financeiro ligado ao mercado interno. Mas essas mudanças não ocorrem sem conflitos, que existem mesmo entre classes dominantes.

De um ponto de vista teórico, esse novo arranjo que conjuga desenvolvimento e dependência na América Latina se impunha com consistência. Indicativa disso seria a gestão Castelo Branco – Roberto Campos, com sua adesão aos Estados Unidos. Contudo, na prática, todas as transformações modernizadoras aconteceram, pois elas “chocam-se com interesses concretos e fazem-se por intermédio de canais sociais cuja complexidade e autonomia relativa cabe assinalar.” (idem, p.133). Como já dito, boa parte desses “canais sociais” estão ligados ao Estado, que por ocupar lugar central na economia brasileira, possuiria certa margem de manobra na definição das alianças políticas em prol da manutenção do poder. Aqui encontramos a problematização inicial daqueles canais aos quais Cardoso, no futuro, chamaria de “anéis burocráticos” (CARDOSO, 1975).

Nesse aspecto, os autores destacam que, na América Latina, a expressão política da burguesia urbano-industrial, diferentemente da agro-exportadora, estava mais ligada ao Estado, o que ocorreria por meio de grupos de pressão ou ocupação direta de postos e não por meio da representação partidária. A representação assalariada também teria a mesma característica, organizando-se sob o sindicalismo estatal e não por meio de partidos.

Diante dessas circunstâncias, os golpes militares adotados na América Latina tiveram significados diferentes daqueles dados por caudilhos militares. “Atualmente, são as Forças Armadas, como corporação tecnoburocrática, que ocupam o Estado para servir a interesses que acreditam ser os da Nação. Essa passagem é decisiva.” (idem, p.135). Enfim, a pretensão de tais golpes seria revestir esse poder como um “arbítrio tecnoburocrático”. As contradições ensejadas nessa modalidade de dominação política são muitas, o que favoreceria o surgimento de instabilidades na sua execução. A principal delas se refere às pressões cruzadas sofridas pelos setores modernos e pela burocracia militar e civil que conduzem o processo de desenvolvimento. De um lado, haveria a pressão pelo “desenvolvimento racional e moderno,

estimulada pela grande corporação industrial-financeira, geralmente internacionalizada”; de outro, existiria a insistência “no caráter cada vez mais excludente, em termos relativos, do desenvolvimento capitalista em países dependentes e enfatiza o caráter nacional das tarefas e problemas a serem cumpridos e resolvidos no curso do desenvolvimento.” (idem, p.135). Por isso, os autores indicam que a *luta de classes*, inclusive dentro da esfera dominante, não estava decidida, embora as chances de êxitos da posição redistributiva fossem pequenas. De outro ângulo, Cardoso e Faletto indicam o caráter “desenvolvimentista” do desenvolvimento imposto pelos militares, embora ele contivesse uma diferença em relação ao período anterior: agora, ele seria “neutro no que se refere ao controle nacional ou estrangeiro da economia.” (idem, p.136).

Ainda existiriam resistências da classe operária e de outros setores alheios à aliança política dominante, o que se explica pela expansão das camadas marginais causada por esse tipo de desenvolvimento. No entanto, duas determinações imporiam debilidades para o fortalecimento dessa resistência: por um lado, as massas brasileiras seriam estruturalmente frágeis para resistir ao domínio, dada a precariedade de suas condições de vida; por outro lado, a nova forma de desenvolvimento, ao incorporar *uma parte* do setor assalariado, impõe, por isso mesmo, fissuras na sua possível unidade política.

Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista-industrial de *produção relativamente desenvolvido* em países dependentes assente-se em regimes políticos autoritários (sejam militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social quanto do caráter, do tipo de ação e do êxito dos movimentos de oposição baseados nos grupos e classes que assinalamos anteriormente. (idem, p.138 – grifo nosso)

É importante notar que em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* não há menção explícita à literatura neomarxista do período, que desempenhou papel importante em *Empresário industrial*. Quer dizer isso, então, que aqui encontramos a tão procurada passagem do “jovem” Fernando Henrique Cardoso, sociólogo identificado com o campo progressista, e o Fernando Henrique “maduro”, visto como um sujeito cujas convicções se alteraram radicalmente? A resposta é *não*. Em texto originalmente publicado na *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais*, FLACSO, em dezembro de 1972 (CARDOSO, 1980)¹⁹³, Cardoso expõe o seu achado teórico em *Dependência e desenvolvimento* em outros termos; segundo ele, “reafirmo o anteriormente indicado: nas análises sobre a dependência a matéria-prima da qual se parte é a luta política e a luta econômica tal como se desdobram na superfície do processo histórico, *como luta nacional e antiimperialista*.” (CARDOSO, 1980

¹⁹³ Na sua versão original, o título do texto era “Notas sobre o atual estado dos estudos da dependência”. Na versão republicada que citamos, guarda o título “A dependência revisitada”.

[1972], p.67 – grifo nosso)¹⁹⁴.

Sobre esse ponto, convém lembrar a afirmação de Joseph Love (1998, p.451), segundo o qual Cardoso oscila na demonstração de seu marxismo nesse período. Segundo o historiador econômico norte-americano, a versão original de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que data de 1965, é tipicamente estruturalista; enquanto isso, a sua versão impressa, saída em 1969, contém elementos marxistas que são radicalizados nas edições norte-americanas do livro. Segundo Love, a “questão da linhagem – estruturalista ou marxista – é obscurecida, entretanto, por alguns elementos do estudo de 1964, de Cardoso, sobre o empresariado brasileiro”. (LOVE, 1998, p.451). Nesse sentido, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* seria um livro “ecclético em termos metodológicos”, embora suas principais conclusões o colocassem no escopo do “paradigma marxista” (cf. Idem, p.452). É nessa circunstância que o autor formula a tese minimalista, com a qual concordamos, que a ideia mais segura seria a de que Cardoso seria capaz de traduzir seu pensamento tanto em linguajar cepalino como marxista. Porém, ao nosso ver, a tese de Love se enfraquece na medida em que não explica o *porquê* de isso acontecer, de maneira que resta a impressão de que essa variação do autor se deve a algum capricho pessoal ou inconsistência teórica.

Do nosso ponto de vista, não ocorre nem uma coisa, nem outra. Pensamos que essa variação de linguagem do autor não só não abala o aspecto essencial do seu pensamento – a metodologia marxista – como também pode ser explicado pelo anseio de dialogar com os variados grupos que compunham a esquerda latino-americana do período. Muito esquematicamente – ou seja, sem a pretensão de esgotar a análise de todos os casos empíricos, mas apenas visando fornecer uma chave interpretativa –, podemos afirmar que Cardoso mobilizava o linguajar cepalino para debater com a esquerda “moderada” latino-americana e, simultaneamente, mobilizava o marxismo para debater com as alas mais radicalizadas da esquerda da América Latina – o que se dava, via de regra, de forma *crítica*. Evidenciaremos isso adiante.

Vale lembrar também de uma passagem raramente lembrada, a qual deve ter vinda diretamente das leituras do Seminário Marx, tal como sugere a proximidade de seu conteúdo com as formulações de Schwarz:

A “unidade do diverso” não estará completa, entretanto, se a nova síntese for

194 Vista essa afirmação e os capítulos anteriores, resta pouco adequada a afirmação de que Cardoso tenha sido sempre um liberal, como sugere, entre outros, Ricardo Musse (2015, p.416). Talvez isso sirva para relativizar a aproximação que esse autor faz entre Cardoso e os demais seminaristas daquele movimento russo conhecido como “marxismo legal”.

incapaz de mostrar as “condições de negatividade”. Ou seja, se o estudo das novas formas de dependência se limitar a considerar as condições de sua reprodução.

Outra vez aqui, contudo, o processo não é meramente teórico: o conceito de negação nasce junto com o movimento real da transformação social. A carência de caminhos viáveis de transformação político-econômica estiola na ideologia do conhecimento das “leis do movimento” das estruturas dependentes. (CARDOSO, 1980 [1972], p.68 – grifos nossos)

Mas nesse plano há também uma diferença decisiva no cenário composto em *Empresário industrial* e aquele figurado em *Dependência e desenvolvimento*: enquanto no primeiro existia, como vimos, a tese subjacente de que o capitalismo monopolista era um capitalismo em crise, no segundo esse cenário é radicalmente distinto. Ou seja não há referências, explícitas ou implícitas, que sugiram que a fase do capitalismo responsável pela “internacionalização do mercado interno” esteja permitindo o surgimento de condições para sua superação a partir de seus próprios desdobramentos concretos. Salvo melhores entendimentos em contrário, é por esse caminho que devemos compreender a crescente valorização do espaço da *política* na obra de Cardoso: seria ela que torna possível o alargamento das brechas – dos elementos negativos, portanto - surgidas no capitalismo monopolista. Percebe-se aqui que a dimensão negativa não está, como em Marx e em Lukács, em uma *classe* (o proletariado), mas num *fazer*, a política. Por isso Cardoso dirá que “não é politicamente marxista”, como destacamos no primeiro excurso desse trabalho. Em meados dos anos 1970, a reflexão teórica teria a missão de procurar justamente tais fendas, o que parece sugerir uma divisão de tarefas entre o político e o cientista, os quais, no entanto, são interpretados como tendo o mesmo objetivo, a transformação social, o que não parece ser o caso atual (BRITO, 2017)

Para concluir essa exposição, vale destacar que *Dependência e desenvolvimento na América Latina* contém três elementos reunidos em sua formulação sobre a “dependência”. Em primeiro lugar, e, sobretudo, trata-se de uma teoria metodológica (cf. Idem, p.139) formulada a partir de uma crítica marxista à economia política cepalina, a qual embora tenha avançado em relação às teorias neoclássicas, não teria conseguido estabelecer de maneira concreta a vinculação entre os Estados nacionais e o mercado internacional. Em segundo lugar, cumpre observar que os autores tentaram analisar a história do desenvolvimento latino-americano à luz dessa ideia. Por essa via, percebe-se a conjugação entre teoria e história, cujo sentido teórico, como insistimos, está na tentativa de articular concretamente uma teoria metodológica “abstrata” aos fatores particulares/concretos. A prova de rendimento dessa teoria reside justamente aí, na sua capacidade de reunir de maneira coerente e dar sentido à dispersão dos fatos meramente empíricos. Por aqui, em suma, chega-se à universalidade

concreta a qual Marx se refere em passagem conhecida de sua obra. Por fim, o livro contém o que, em linguagem teórico-crítica, poderíamos chamar de um “diagnóstico do tempo”. Isto é, possui uma tese sobre a nova lógica da circulação e produção de capital, que impactaria as condições de acordos e/ou conflitos políticos.

Essas três dimensões despertaram muitos debates, os quais revisitaremos adiante, com o intuito de destacar as formas como as quais Cardoso analisou as críticas e as respondeu, sempre atentando para os fundamentos de sua posição e a circulação de suas ideias.

O contexto político latino-americano, repercussão e polêmicas da “teoria” da dependência de Cardoso e Falleto: os anos 1970

Depois de um refluxo nas esperanças da esquerda na segunda metade dos anos 1960, os anos 1970 apresentaram um *revival* da perspectiva guerrilheira, novamente inspirada no guevarismo (LOWY, 2012, p. 47). Entretanto, diferentemente daquelas do início da década anterior, as guerrilhas dos anos 1970 se concentraram ao Sul da América do Sul - Brasil Argentina, Chile e Uruguai-, região composta pelos países mais industrializados da região. Por causa disso, as características dos movimentos foram outras: os Montoneros e a Fracción Roja (PRT-ERP) na Argentina, a Ação Libertadora Nacional (ALN) no Brasil, Tupamaros no Uruguai e Movimiento Izquierda Revolucionária (MIR) no Chile serão movimentos urbanos. Estes movimentos coincidiram com a ascensão do movimento de massas nesses países, que reuniram setores operários, estudantis e os marginalizados urbanos.

A rigor, esse segundo período de luta guerrilheira assinala o ponto mais alto e variado do ativismo popular, na medida em que a mobilização social e o auge guerrilheiro – que, no caso dos Tupamaros e dos Montoneros, atinge níveis consideráveis de sofisticação técnica – coincidem também com fraturas militares orientadas à esquerda, como na Bolívia, Peru, Panamá e Equador. (PORTANTIERO, 1991, p.346)

Em alguns países, como na Argentina, no Brasil, no México, no Chile e no Uruguai, o operariado industrial passava por um período de reivindicações voltadas para a sua própria classe, opondo-se aos patrões, ao Estado e às burocracias de seus sindicatos. Diferentemente de outros momentos, essas demandas não se referiam aos temas clássicos do salário e do emprego, mas às próprias condições de trabalho, vinculadas às lutas contra o autoritarismo presente nos países da região. Esse processo de luta operária – que teve no “cordobazo” argentino de 1969 seu apogeu – coincidiu com o processo de radicalização de setores médios, como jovens e estudantes, inspirados pelo maio de 68 francês e pelo “maoísmo”. Além da presença marcante do marxismo, esse momento foi marcado pela crise ideológica da Igreja

Católica a partir do II Concílio do Vaticano, do qual surgiram elementos importantes que resultariam na “teologia da libertação”, orientação ético-política bastante importante na mobilização dos setores mencionados.

Além de movimentos insurrecionais, esse período também foi marcado pela radicalização dos movimentos políticos populistas e mesmo por um sucesso relativo da estratégia formulada pela Internacional Comunista no seu sétimo congresso. No primeiro caso, temos o retorno de Juan Perón à Argentina (1973) e uma combinação de revolta operária dirigida por sindicalistas, militares progressistas e pela tradição populista do nacionalismo revolucionário na Bolívia (1970-1). No segundo caso, temos o caso da “Frente Ampla” no Uruguai, coalização eleitoral dirigida pelos comunistas, que obteve 20% dos votos nas eleições de 1971, além da Unidade Popular, no Chile, que chegou ao governo em 1970, ao derrotar o Partido Nacional e democrata-cristãos.

São nos marcos estabelecidos por esse quadro político, repleto de debates em torno de expectativas, táticas, estratégias e previsões à esquerda, que devemos compreender a repercussão e as polêmicas em torno do livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. Como já vimos entre as principais correntes teóricas que tentaram compreender os processos políticos, sociais e econômicos do período na América Latina, estavam os PCs, a CEPAL, as teses da chamada “sociologia da modernização”; agora, ganhavam terreno as assim denominadas teorias “dependentistas”, as formulações marxistas de matriz althusseriana e, posteriormente, as teses oriundas do esquema interpretativo de Samuel Huntington. Apesar de bastante diversas entre si, as discussões entre os epígonos dessas abordagens acabaram por produzir linhas de continuidade de reflexão que devem ser tomadas como um processo efetivo de acúmulo intelectual sobre a realidade latino-americana. Por esse motivo parece bem adequada a expressão adotada por Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort (1970), segundo a qual a sociologia latino-americana daquele período era marcada por uma “unidade temática e diversidade teórica”.

De alguma maneira, essa radicalização política guardava vínculos com a radicalização teórica surgida na segunda metade dos anos 1960. Como destacou Carlos Guilherme Mota (1987), as reflexões das ciências sociais latino-americanas produzidas na década de 1960 podem ser interpretadas como que relacionadas a dois períodos distintos: na primeira metade da década, predominava o que Mota chama de “ideologia desenvolvimentista”, com destaque para obras como *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano* (1963) e *Nueva Política Comercial para el Desarrollo* (1964), de Raúl Prebisch; secundariamente, a “ideologia do planejamento”, conectada a abordagem estrutural-funcionalista, também tinha

posto bastante influente nos estudos sobre a região. Já a segunda metade constituiria o que o mesmo autor chama da “era das revisões radicais” (MOTA, 1987, p.291), a qual teria correspondido a uma reação ao recrudescimento autoritário na região. Durante ela, foram publicados livros como *Perspectivas da América Latina* (1964), organizado por Leo Huberman e Paul Sweezy, livro que inicia o processo de acerto de contas com as abordagens cepalinas e estrutural-funcionalistas. No mesmo período, foram traduzidos/editados para o português ou espanhol obras como *América Latina: Evolución o Explosión?* (1964), de Mildred Adams; *A Economía Política do Crescimento*, de Paul Baran, traduzido em 1964 para o português e para o espanhol; *Capitalismo Monopolista*, de Paul Baran e Paul Sweezy, traduzido para o português em 1966. No que tange à produção local, destaca-se artigos e livros como “Siete Tesis Equivocadas sobre America Latina” (1965), do mexicano Rodolfo Stavenhagen – artigo bastante influente na crítica das análises estrutural-funcionalistas da América Latina e também na crítica ao marxismo ortodoxo –; “Raízes Sociais do Populismo em São Paulo” (1965), de Francisco Weffort; Pablo Gonzáles Casanova publicou *La Democracia en México* (1965); Caio Prado Júnior publicou o seu clássico *A Revolução Brasileira* (1966), obra cuja marca é a crítica às teorias do Partido Comunista Brasileiro (PCB); Celso Furtado lançou o seu *Subdesenvolvimento e Estagnação* (1966). No ano seguinte, surgiram textos como “Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology”, de Andre Gunder Frank, e *Revolución en la Revolución*, de Régis Debray; em 1968, Theotonio dos Santos publicou *El Nuevo Carácter de la Dependência*; em 1969, Ruy Mauro Marini pôs em circulação o seu *Subdesarrollo y Revolución*. Como se vê, ocorreram, simultaneamente, processos de interdisciplinarização e politização das reflexões sobre a América Latina. (Cf. MOTA, 1986, p.294).

Nesse sentido, cumpre observar que a repercussão das teses de Cardoso e Faletto parece ter sido possibilitada pela inserção do primeiro na dinâmica de circulação intelectual propiciada pelo campo acadêmico internacional/regional, do qual participavam figuras eminentes como Gino Germani, José Medina Echevarría, Pablo Gonzáles Casanova entre outros (BLANCO e BRASIL JUNIOR, 2018). Assim, em boa medida, a versão de Cardoso a respeito da “dependência” parece ter cumprido um papel de mediação entre intelectuais moderados vinculados ao campo intelectual regional que se institucionalizava e a nova geração, mais propensa à radicalização teórica e política (PÉCAUT, 1990, p.245).

Vale frisar o fato de que tais reflexões ocorreram durante o processo de industrialização da América Latina. Isso é especialmente importante porque a típica imagem dualista do subcontinente passava por um processo de renovação. Se antes era relativamente convincente a

descrição que a teoria do “imperialismo” e da “revolução democrático-burguesa” oriundas da Terceira Internacional faziam da América Latina, bem como a tese estagnacionista da Cepal, a partir da segunda metade dos anos 1960, seus diagnósticos passaram a ser contrariados tanto do ponto de vista prático, como do ponto de vista teórico. Com o aprofundamento dos processos de industrialização e urbanização da região, a economia urbana-industrial e as suas classes correspondentes passavam a ter outro peso político na América Latina e forçavam o redesenho das relações entre Estado e sociedade. É nesse contexto que surge a ideia de “dependência”.

Tanto a versão ortodoxa do imperialismo, difundida pela Terceira Internacional, como o uso banal do dependismo em chave “terceiro-mundista” confluíam numa imagem homogeneizadora da realidade regional, que permitia englobar – pelo menos em negativo, ou seja, a partir da definição de um “inimigo comum” - situações que, à parte esse traço genérico, conservavam notáveis diferenças entre si. (PORTANTIERO, 1991, p.351)

Paradoxalmente, essa homogeneização ocorria no momento em que as diferenças se acentuavam, resultado das diferentes formas de inserção dos países latino-americanos na nova configuração do mercado global imposto pelo capitalismo monopolista. Os processos de mudança social acarretados por essa remodelação geral do sistema capitalista foram intensos e repletos de contradições e conflitos. Como revela a implantação de regimes ditatoriais em diversos países da América Latina.

A conjugação entre ascensão do autoritarismo e os impasses econômicos da região fez com que surgissem diversas questões candentes: seria essa uma crise conjuntural? Ou seria uma crise que indica os limites do sistema capitalista? Qual o lugar da América Latina nessa nova fase do capitalismo? Entre as perspectivas mais influentes nos debates sobre essas questões, esteve aquela denominada dependentista. De modo geral, pode-se dizer que os alvos prioritários das críticas dessa corrente eram as ideias usuais de desenvolvimento e as teorias das “revolução democrático-burguesa”. Entre as ideias que ambas partilhavam, estavam a de que havia uma diferença *essencial* entre “centro” e “periferia” e aquela que afirmava a coincidência entre os interesses industrializantes e os interesses populares. Em contraste, os “dependentistas” relativizavam a *essencialidade* da oposição “centro” e “periferia”, faziam a crítica da ideia de que as burguesias nacionais locais teriam um suposto papel histórico “antifeudal” ou necessariamente progressista. Essas duas observações seriam essenciais para diagnosticar, com precisão, os problemas decorrentes da nova fase do capitalismo apresentada nos anos 1970 na região.

No entanto, é importante notar que mesmo entre os “dependentistas” não havia

consenso. As polêmicas entre os autores que foram, voluntária ou involuntariamente, vinculados a essa corrente foram intensos. Entre os fatores que explicam a alta temperatura do debate, estava a associação entre suas respostas aos dilemas que colocamos acima e a atuação política deles próprios. Ou seja: a discussão teórica tinha um fundo político, elemento decisivo para entender seu sentido.

Todas essas características do debate latino-americano ficam evidentes na crítica que Fransciso Weffort ([1970] 1978) formulou ao trabalho de Cardoso e Faletto por ocasião do *II Seminário latino-americano para o Desenvolvimento*, evento patrocinado pela FLACSO e pela UNESCO, ocorrido em novembro de 1970 em Santiago do Chile. O título com o qual foi publicado - “Notas sobre a Teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?” demonstra, em primeiro lugar, a *centralidade do problema da crítica da ideologia*. No fundo, o título identifica “teoria de classe” (isto é, marxismo) com a abordagem objetiva, à qual se oporia a *ideologia* nacionalista. Em segundo lugar, identifica-se a tentativa de Weffort de atrelar Cardoso e Faletto à uma forma de ideologia nacionalista, alvo de suas críticas – o que não deixa de ser curioso, na medida em que o doutoramento de Weffort (1968) sobre o populismo toma como base a teoria da dependência de Cardoso, como o próprio autor reconhece na introdução que faz à coletânea que publica em 1978 (WEFFORT, 1978, p.12).

O início do texto é especialmente ilustrativo do panorama que tentamos traçar nessas últimas páginas. Nele, lê-se:

A noção de “país dependente” tornou-se de uso corrente nos estudos sobre a América Latina. Quem se dedique à leitura do que se tem produzido na sociologia latino-americana nos últimos quatro ou cinco anos, não terá dúvidas em reconhecer a crescente difusão alcançada pela ideia de uma dependência estrutural dos países latino-americanos em relação aos “países centrais”. Contudo, quanto mais se amplia o uso desta noção, tanto mais se faz necessária uma indagação sobre o seu significado. De que se trata, precisamente? É razoável supor que se pretende mais do que oferecer um novo rótulo para a velha ideia de “país semicolonial”. Contudo, se se pretende propor um novo conceito, qual seu estatuto teórico? Se se trata de uma nova teoria sobre o desenvolvimento latino-americano, como se articula com a teoria geral do sistema capitalista? Ou se trata apenas, hipótese que me parece mais provável, de apresentar não uma teoria, mas uma problemática? (WEFFORT, 1978 [1970], p.165)

Embora reconhecesse que a noção de “dependência” foi uma ferramenta teórica importante para a crítica da sociologia da modernização – mérito, aliás, também atribuível à abordagem cepalina -, Weffort apontava, no que imaginava estar seguindo uma observação de Aníbal Quijano, que esse conceito poderia estar sendo difundido devido à sua imprecisão, de maneira que se tornava mais uma *ferramenta ideológica do que científica* (Cf. WEFFORT, 1978 [1970], p.166). Em poucas palavras, esse conceito, como outros tantos, correria o risco

de dar por explicado aquilo que deveria explicar, tomando o determinado por determinante. A crítica de Weffort, ao mesmo tempo que revela como a discussão *metodológica* era cara aos oriundos da “Escola de Sociologia Paulista” liderada por Florestan Fernandes, revela o profundo entrelaçamento que o debate intelectual do período atribuía entre *método e política*.

Um detalhe, no entanto, é particularmente importante nessa discussão: estranhamente, Weffort coloca no mesmo patamar as teorias de André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso (cf. WEFFORT, 1978 [1970], p.167). Isso sinaliza que a aproximação entre Cardoso e Frank, da qual Cardoso passou a se queixar depois¹⁹⁵, era relativamente comum e possivelmente aceita, como exemplifica a referência de Weffort, um pensador notoriamente próximo de Cardoso. Essa identificação é importante, porque os argumentos que Weffort mobilizam são mais adequados como críticas à abordagem de Frank do que àquela defendida por Cardoso.

Em resumo, a crítica de Weffort à abordagem dos dependentistas é a seguinte: devido à falta de clareza teórica *imanente* do conceito de “dependência”, que reproduziria o *problema* da relação entre nação e classe no plano do *conceito*, a abordagem decorrente dele colocaria essas noções no mesmo plano explicativo, embora fossem noções qualitativamente diversas, o que revelaria sua dimensão ideológica, na interpretação de Weffort. Do ponto de vista marxista, tal procedimento seria inadequado, pois uma teoria fundamentada nas análises de classes não requereria uma complementação desse tipo. Assim, a “teoria da dependência” teria colocado de pé *um conjunto de problemas*, mas não conceitos teóricos que permitam sua resolução de maneira adequada.

Outra estratégia analítica de Weffort é investir nas diferenças entre a “teoria da dependência” e a “teoria do imperialismo” de Lênin, identificada com a abordagem científica marxista. A esse respeito, Weffort destaca que a periodização de Lênin sobre as fases do capitalismo é distinta daquela adotada pela “teoria da dependência”, que se aproximaria mais da periodização formulada por Paul Baran. Para Weffort, “buscando captar o “modo de ser” do capitalismo dependente, *é superinclusiva* também a este respeito, pois de fato se refere a toda a história passada da América Latina; a teoria leninista é mais restritiva e se refere ao período que se inicia com o último quartel do século XIX.” (idem, p.179-80 – grifo nosso). Ou seja: tratava-se de uma abordagem que *essencializaria* a dependência e não a trataria

¹⁹⁵ “Bom, o livro foi publicado quando eu morava na França. Foi publicado no México, pela editora Siglo XXI. Ele nunca seria publicado pela Cepal. Quando li o livro do Guevara fiquei furioso porque percebi que nosso livro *Dependência e desenvolvimento* estava sendo lido em grande parte sob a ótica do André Gunder Frank e do Guevara. Também por isso ficou popular, mas por incompreensão. Os países nos quais Guevara dizia que não haveria revolução – o Uruguai, a Argentina e o Chile – foi onde houve tentativas.” (CARDOSO, 2006, p.82)

como um fenômeno *histórico*. Essa diferença guardaria uma importância teórica importante, pois assinalaria a diferenças das abordagens: “na teoria de Lenin, o imperialismo não se define a partir de uma premissa política (a Nação) mas como uma fase particular do desenvolvimento capitalista, ou seja, a partir das relações de produção, com o aparecimento dos monopólios e a fusão do capital bancário com o industrial.” (idem, p.180). Ademais, o autor assinala outra diferença: a teoria do imperialismo teria como foco a análise das condições do capitalismo *nos países imperialistas* e não nos países dependentes. Por fim, quando se refere ao problema do debate entre desenvolvimento e estagnação na América Latina, Weffort observa:

É sabido que ao apoiar-se na caracterização da existência de monopólios, a teoria de Lênin caracteriza também uma tendência à estagnação econômica. De novo, porém, ele se refere aos países imperialistas, não aos “países dependentes” *sobre os quais observa exatamente o contrário*: “onde mais cresce o capitalismo é nas colônias e nos países transoceânicos”. Ele não se refere evidentemente ao capitalismo autóctone, mas exatamente ao que vem de fora [...]” (idem, p.180 – grifo do original)

A resposta de Cardoso veio no mesmo evento no qual Weffort proferiu suas ressalvas (CARDOSO, 1973 [1970]). Nela, também encontramos críticas de Cardoso a muitos trabalhos produzidos na América Latina com respeito à noção de “dependência”.

Segundo Cardoso, seus escritos sobre a questão da dependência tinham duas intenções. Em primeiro lugar, fazer a crítica das análises abstratas do desenvolvimento, político e econômico, de cortes evolucionistas e funcionalistas, tais como as da teoria da modernização; e, em segundo lugar, estabelecer e fundamentar a ideia de que os processos de formação do sistema capitalista só teriam sentido quando percebidos *historicamente*. Em síntese:

Quer dizer, basicamente, que as estruturas condicionantes são o resultado da relação de forças entre classes sociais que se enfrentam de forma específica em função de modos *determinados* de produção. Trata-se, portanto, de valorizar um estilo de análise que apanha os processos sociais num nível concreto. (CARDOSO, 1973 [1970], p.124 – grifo do autor)

Nesse sentido, além de ter combatido as teses da “direita”, *Dependência e desenvolvimento da América Latina* pretendeu criticar também setores da “esquerda intelectual” que insistiam em termos “de forma geral e indeterminada, em que o processo do desenvolvimento capitalista se dá em proveito da burguesia e de que nas condições da América Latina e do desenvolvimento do capitalismo internacional ele é uma expressão do imperialismo.” (idem, p.124)

Do ponto de vista teórico, o autor recorda que logo no início de *Dependência e*

desenvolvimento na América Latina está a ideia de que “dependência” é usado como um tipo de conceito *causal-significante* e não *mecânico-causal*. Com isso, ter-se-ia buscado sublinhar a necessidade metodológica de compreender o processo histórico de formação da periferia da ordem capitalista internacional a partir da incorporação da dinâmica das relações de classes no nível interno das nações, de modo que os condicionantes externos – o Imperialismo, o mercado externo, por exemplo – reapareceriam articulados à economia, às classes e aos Estados com as economias centrais e potências hegemônicas. Percebe-se aqui que o núcleo do debate entre Cardoso e Weffort é *metodológico*.

Por essas razões, ficaria evidenciado que a noção de dependência é *qualitativamente* distinta da noção de imperialismo, pois situada em um outro plano teórico. Por outro lado, Cardoso assinala com precisão o lugar que o Estado Nacional tem em sua abordagem:

A utilidade e a significação teórica da noção de dependência, tal como a concebemos, reside precisamente no contrário: *na recuperação a nível concreto, isto é, permeado pelas mediações políticas (inclusive o Estado Nacional) e sociais (de acordo com a formação histórica das classes sociais em cada situação de dependência), da pugna de interesses por intermédio da qual se vai impondo o capitalismo ou a ele se vão opondo forças sociais por ele mesmo criadas.* (idem, p.126 – grifo nosso)

Ou seja: Weffort não teria compreendido, ou considerado necessário, o papel *mediador* do Estado no que poderíamos chamar, sem falsificar a posição de Cardoso, de *luta de classes*. Mas essa mediação não seria entendida como categoria à parte da realidade, como também não seria tomada dessa forma a determinação das relações imperialistas; por isso o autor observa que sua perspectiva supõe “que não existe a distinção metafísica entre os condicionantes externos e os internos.” (idem, p.126). Esse é o núcleo teórico do conceito de dependência.

Por tudo isso, seria incorreta a compreensão de Weffort acerca da dimensão “totalizante” desse conceito; tratar-se-ia, sobretudo, de um conceito *metodológico-político* aplicável às análises das realidades *periféricas*, quando o que está em jogo é a análise integrada – isto é, da totalidade – da objetivação capitalista em seus contextos.

E, rigorosamente não é possível pensar numa “teoria da dependência”. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional. (idem, p.128 – grifos nossos)

O centro da crítica de Weffort, segundo Cardoso, é a já mencionada ideia de que haveria uma ambiguidade do *conceito* de dependência, que ora se referiria à dependência externa, ora à relação estrutural externo-interno, de maneira que oscilaria entre uma abordagem que

privilegia a análise das relações de classe e uma abordagem com foco na nação. Partindo desse diagnóstico teórico, Weffort coloca a questão: esta é uma contradição real ou uma ambiguidade conceitual, própria de um conceito que pretenderia abordar de maneira totalizante a nação? A resposta de Cardoso é clara: “Minha resposta é: trata-se de uma contradição real, e em nenhuma hipótese, da definição de uma perspectiva teórica totalizante.” (CARDOSO, 1973, p.129).

No plano da segunda crítica de Weffort, segundo a qual a reprodução do problema no âmbito conceitual não nos ajudaria a resolvê-lo, Cardoso afirma, em passagem decisiva:

Noutros termos, com a noção de dependência não se pode (nem se desejou) substituir a análise de classes pela de nações, mas a disjuntiva não é correta porque alude a conceitos cujo estatuto teórico é desigual. Precisamente o que se pretendeu foi mostrar que concretamente, isto é, sem apelar para as contradições gerais e indeterminadas das ideias abstratas de classe, nação, Estado ou imperialismo, a contradição entre as classes, nos países dependentes, *passa* por uma contradição nacional e se insere no contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados nacionais. (idem, p.129-130, grifo do autor)

Vê-se, portanto, que Cardoso estava consciente da desigualdade teórica entre os planos “nacional” e “classista”, mas que a noção de dependência que desenvolveu buscava justamente conectá-los a partir da formulação de *mediações*. É nesse sentido que devemos entender a crítica que faz à oposição, ao seu ver ideológica, “classe” *versus* “nação” tal como formulada por Weffort – do que deriva, consequentemente, sua recusa em aceitar a tese de que apenas a abordagem “classista” seria capaz de resolver os problemas postos pelo conceito de dependência. Isso denotaria uma utilização *abstrata* das categorias marxistas por parte de Weffort (CARDOSO, 1973 [1970], p.130). Em contraposição a esse uso, é de se notar o esforço que Cardoso e Faletto fizeram para assinalar as particularidades das “situações de dependência”, sempre referidas ao contexto mais amplo das formas de objetivação capitalista – daí a crítica de Cardoso segundo a qual Weffort não teria entendido adequadamente o fato de que o capitalismo analisado por Marx era o da livre-concorrência e não o imperialista. Desse ângulo, ficaria evidenciado o equívoco de Weffort quando aponta que apenas na análise que Cardoso e Faletto fizeram acerca da “internacionalização do mercado interno” é que a dimensão classista da análise ganharia o peso teórico-metodológico adequado.

Já no que se refere à ideia de que sua visão da dependência seria diferente daquela sustentada por Lênin sobre o imperialismo, pontua Cardoso:

Entretanto, a questão não é saber a que teoria do imperialismo se liga a ideia de dependência, mas sim a de *reelaborar a teoria do imperialismo*, de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema

capitalista internacional. (idem, p.133 – primeiro grifo nosso, segundo grifo do autor)

Como o foco de Lênin era os países imperialistas, compreensivelmente, ele pôde deixar de lado as questões referentes aos países dependentes. Os propósitos do revolucionário russo eram mostrar como teria ocorrido a passagem do capitalismo concorrencial para a sua fase financeira e indicar de que modo ela influenciou decisivamente as lutas pela repartição do mundo pelos países imperialistas. Mesmo assim, segundo Cardoso, “entretanto, Lênine se refere também à constituição de situações de dependência, em termos que não diferem dos sustentados por Faletto e por mim”. (CARDOSO, 1973 [1970], p.134). Nesse sentido, Cardoso se opõe à caracterização “economicista” que Weffort faz do pensamento de Lênin.

Por consequência, a oposição que Weffort faz entre a “teoria da dependência”, tomada como “superinclusiva”, e a “teoria do imperialismo leninista”, que seria historicamente determinada, estaria incorreta, na medida em que coloca no mesmo patamar teórico conceitos de estatuto teóricos distintos. “É certo que nos referimos à dependência num período anterior à plena constituição do sistema monopólico-imperialista, quando falamos da primeira das três situações de dependência aqui mencionadas.” (idem, p.136). Ou seja, havia situações de dependência antes da fase monopólico-imperialista, que, no entanto, as transformou. Mas o fato é que essa fase do capitalismo estaria se esgotando, de maneira que, a “teoria leninista do imperialismo é *insuficiente* para explicar o que ocorre nas situações contemporâneas de dependência que se dão em países cuja industrialização se faz sob o controle do capital financeiro internacional.” (idem, p.137 – grifo do autor). Sinal disso é que quatro elementos centrais da “teoria do imperialismo” leninista - monopolização e a concentração da produção; a consequente busca pela posse de matérias-primas dos países nos quais a produção é concentrada; o surgimento de monopólios por meio de atividades bancárias e por meio das explorações coloniais – estariam sendo redefinidas pela atual fase do capitalismo.

Em intervenção ocorrida no seminário *Dépendance et structure de classes en Amérique Latine*, realizado em Genebra em 1971, João Quartim de Moraes (2010[1971]) analisou a polêmica entre Cardoso e Weffort. A comunicação de Quartim de Moraes foi feita em evento organizado pelo Centre Europe-Tiers Monde (CETIM), instituição suíça dedicada ao estudo de países do Terceiro Mundo. O CETIM se converteu, à época, em um centro de debates sobre a América Latina¹⁹⁶. Para Quartim de Moraes, o “tema da polêmica é magro.”

¹⁹⁶ No ano anterior, por exemplo, organizou o seminário sobre as novas tendências do capitalismo monopolista e seus impactos na América Latina, no qual a terceira comissão organizou um relatório que iniciou os debates sobre o “modo de produção colonial” na América Latina. No mesmo seminário do qual Quartim de Moraes

(QUARTIM DE MORAES, 2010 [1971], p.25). Em primeiro lugar, o filósofo critica a crítica de Weffort a Cardoso:

O erro mais grave de Weffort vem do fato de ele considerar que a principal fraqueza da “teoria” da dependência consiste em colocar o problema do desenvolvimento do capitalismo no âmbito do Estado-nação. [...]. Ninguém contestará ser errôneo considerar a nação uma “premissa” teórica. Weffort arromba uma porta aberta. Mas seria possível estudar o desenvolvimento do capitalismo na América Latina – ou alhures –, isto é, no nível da formação social da economia (da *ökonomische Gesellschaftsformation*) sem levar em conta não somente a “questão nacional”, mas sobretudo o *quadro estatal* e a *política econômica* que, conscientemente ou não, a burguesia industrial materializa em sua existência objetiva de classe? (QUARTIM DE MORAES, 2010 [1971], p.26 – grifos do original)

Em segundo lugar, Quartim de Moraes não deixa de observar que a resposta de Cardoso a Weffort também deixa problemas em aberto. Segundo ele, a resposta de Cardoso consiste tanto numa defesa de sua perspectiva metodológica, como na crítica às posições teórico-metodológicas de Weffort. Embora conceda a Cardoso, como vimos no trecho citado acima, alguma razão na sua defesa diante das críticas de Weffort, Quartim de Moraes sublinha que o primeiro chega a afirmar que seria impossível conceber uma “teoria” da dependência, pois é em “nome do *concreto* que ele [Cardoso] recusa as críticas de Weffort” (QUARTIM DE MORAES, 2010 [1971], p.25). Porém, Cardoso trata “dependência” como *conceito* e eis o ponto: “Ora, não há conceitos fora de uma teoria” (idem, p.25). Com razão, Quartim de Moraes destaca que em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* o termo “dependência” é tratado como *conceito*, enquanto na resposta a Weffort é tratado como *noção*. Nesse sentido, Cardoso não teria logrado oferecer uma “definição rigorosa” do que chama de “campo teórico da noção ou conceito de dependência” (idem, p.25).

Mais sistematicamente, podemos dividir as críticas de Quartim de Moraes a Cardoso em dois planos: no plano teórico-metodológico – já exposto – e no plano histórico, no qual o autor repõe a questão da relação entre a “teoria da dependência” de Cardoso e a “teoria do imperialismo” de Lênin. No que se refere ao primeiro plano, o autor observa:

A dependência é, antes de tudo, uma relação. Ela implica, pois, um termo dominante e um termo dominado. [...] Enfim, salientamos, de *nosso* ponto de vista, um dos polos da relação, o dominado, como expressa o termo mesmo *dependência*, que denota a situação daquele que depende, que é *objeto* da relação de dependência. Essa ênfase no país dominado não se baseia nas coisas, mas em uma escolha teórica. Estudariamos, na “teoria” da dependência, a dominação imperialista do ponto de vista dos países dominados. (QUARTIM DE MORAES, 2010 [1971], p.26)

participou, Ciro Flamarion Cardoso utilizou a expressão ‘modo de produção escravista-colonial’ (cf. MOISÉS, 1976, p.40-1).

Para Quartim de Moraes, entretanto, “o fato de Cardoso reivindicar a análise de Lênin não garante que Lênin reivindicaria a de Cardoso.” (QUARTIM DE MORAES, 2010 [1971], p.26). Se o autor reconhece que Cardoso avançou no debate ao firmar a necessidade das “análises concretas” - “sobretudo quando pensamos em sínteses simplificadoras como as de Gunder Frank” - há o problema de que sem uma definição rigorosa do que significa “capitalismo” e “imperialismo” seria “impossível conferir um estatuto teórico ao conceito ou noção de dependência. Ora, são muitas as hesitações de Cardoso sobre essa questão essencial.” (idem, p.27). Neste sentido, Quartim de Moraes cita um trecho de Lênin, o mesmo citado por Cardoso como um exemplo de que seu pensamento se aproximaria do formulado pelo líder bolchevique, em que distingue entre semi-colônias e países dependentes,

Entretanto, o autor interpreta o trecho de modo diferente de Cardoso, pois assinala que o termo “dependência” é utilizado por Lênin como descritivo da situação geopolítica enfrentada pelas nações politicamente independentes – portanto, não coloniais – mas economicamente dependentes. Nesse sentido, a dependência seria a forma intermediária de inserção dos países no mercado mundial, subalterna aos países propriamente imperialistas, mas em condições políticas superiores às colônias. Corretamente, o filósofo assinala que essa não é a posição de Cardoso e Faletto, pois eles se referem também à “dependência colonial” e a “dependência não colonial”. Nesse sentido, ter-se-ia passado de um plano no qual a dependência é o ângulo oposto do imperialismo para

[...] chegar à tese (bem ambiciosa) segundo a qual [...] a noção de dependência é aqui considerada capaz de recuperar, em um nível concreto, o que outros estudaram em um nível abstrato! Definitivamente, essa digressão metodológica é responsável pelos equívocos que prejudicaram a compreensão e o exato alcance das pesquisas de Cardoso, cujo interesse é indiscutível (QUARTIM DE MORAES, 2010 [1971], p.27-8)

Assim, se Quartim de Moraes concorda com a perspectiva metodológica de Cardoso e Faletto, critica os autores de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* porque o conceito de dependência não permitiria, pela ambiguidade com a qual seria tratado, sintetizar a unidade dialética entre os planos internos e externos (cf. Idem, p.28). Nesse sentido, o filósofo adota como “estatuto teórico” adequado para a noção de “dependência” aquele que lhe é conferido por Lênin.

Já no que se refere ao segundo plano das críticas, o filósofo observa que Cardoso e Faletto destacariam com ênfase demasiada o predomínio das lutas políticas internas dos países da América Latina como determinantes para o desenvolvimento desses países. Apesar de deixar registrada a correção da descrição e análises feitas por Cardoso e Faletto em

Dependência e desenvolvimento na América Latina, Quartim de Moraes alega que os sociólogos não retiraram todas as consequências que delas poderiam ser derivadas. Em primeiro lugar, mantendo-se fiel ao *script* leninista, o comentador aponta que foi a ruptura do pacto colonial que teria criado uma situação geopolítica que poderia ser caracterizada como “dependente”, pois criou uma “unidade dialética da independência jurídica dos Estados nacionais latino-americanos e de sua dependência econômica.” (idem, p.29). No entanto, essa situação, ainda que não inteiramente plena, permitira ao país tomar uma série de decisões que fariam diferença nos diversos plano da vida social e política da nação. O autor concede, também, que Cardoso e Faletto tinham se atentado para a importância que essa mudança de estatuto jurídico da nação teve na história brasileira (cf. Idem, p.29)

Mais uma vez, repõe-se aqui o movimento da crítica do autor: se reconhece a acuidade descritiva e analítica de Cardoso, reprova sua posição metodológica. O trecho abaixo sintetiza as críticas de Quartim de Moraes:

Com efeito, suas confusões metodológicas [de Cardoso], das quais a principal é reduzir a dialética à ênfase nos fatores internos e à determinação das “situações concretas de dependência”, provêm principalmente de que ele não comcebe a própria dependência como um fenômeno histórico concreto, portanto, gerado no e pelo processo de formação e desenvolvimento do mercado mundial capitalista. (idem, p.30 – grifo nosso)

Ou seja, o autor afirma que Cardoso reduziu a dialética materialista à fatores internos e à análise das “situações concretas de dependência”, críticas das quais se pode retirar que a análise de Cardoso teria dado pouco espaço às determinações econômicas, erro supostamente não cometido por Lênin. Assim, embora com sentido distinto, Quartim de Moraes, como Weffort, buscou contrapor a análise de Cardoso a de Lênin. Isso fica especialmente claro quando Quartim de Moraes assinala que, ao contrário do que afirmara Cardoso em sua resposta a Weffort, muitas das características do “imperialismo”, tal como descrito por Lênin, permaneceriam atuais (cf. Idem, p.33). Não temos condições de debater essa questão com a profundidade que seria necessária, mas vale deixar registrado que nos parece pouco crível, por outro lado, a crítica segundo a qual Cardoso não teria elaborado uma perspectiva concreta da dependência latino-americana, na medida em que buscou analisar a história do subcontinente a partir dela, levando em consideração as especificidades de cada país.

A resposta de Cardoso veio rápido. Em 1972, o autor publicou um artigo na *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais* (FLACSO) no qual revisitava alguns aspectos históricos, políticos e teóricos envolvidos no debate sobre a “dependência” (CARDOSO, 1980 [1972]). Ao recordar a crítica de Quartim de Moraes acerca da oscilação de sua

caracterização da dependência como “conceito” e como “noção”, Cardoso reconhecerá: “O reparo, neste ponto como em alguns outros mais, *é procedente*. Em parte, *esta hesitação pode ser explicada por motivos político-ideológicos*, em parte,, entretanto, *ela deriva da falta de definição mais clara do universo de discurso teórico em que me situo.*” (CARDOSO, 1980 [1972], p.72 – grifo nosso).

No que se refere ao plano político-ideológico, Cardoso admite seu afastamento de outras correntes que usam o termo “dependência”, o que lhe teria levado a se afastar da ideia de que se trata, como tais correntes reclamam, de uma “teoria” da dependência (cf. Idem, p.72). Quanto ao plano propriamente teórico, observa:

Eu não penso que a categoria (estou usando esta expressão sem atribuir-lhe dimensão diversa da expressão *conceito*) de dependência possua o mesmo *status* teórico das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isto é óbvia: não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc. A ideia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo.

Isto posto, não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevem as análises sobre a dependência. E, neste caso, não há por que utilizar as aspas na expressão teoria. (idem, p.72)

Ademais, Cardoso também concorda com Quartim de Moraes sobre a necessidade de periodizar as fases do capitalismo e as formas relacionadas de dependência, tendo-se em mente que as suas determinantes são variadas: as lutas de classes internas, o desenvolvimento do capitalismo interno, a articulação deste com o capitalismo internacional e etc. Mas volta a frisar:

Como complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência requer, entretanto, que se revise continuamente a periodização da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo. Por outro lado, supõe que se delineie no campo teórico a análise das situações específicas que decorrem da existência da dominação econômica imperialista e da existência de Estados Nacionais que, de uma ou outra forma, expressam e respondem aos interesses e às relações de classe locais (ainda quando estas estejam, em parte, subordinadas à dominação política e econômica internacional).

A discussão do método, portanto, quase se resume a afinar as formulações com o paradigma do próprio Marx. (idem, p.73)

Esses trechos deixam claro, mais uma vez, a relação de Cardoso com Marx. E nem tanto pela sua referência nominal ao filósofo alemão, mas, em especial, pela sua postura *metodológica*. Quer dizer, embora reconheça a filiação da periodização de sua análise da dependência àquela formulada por Lênin, Cardoso busca se aproximar, na sua concepção de ciência, de Marx e não ao revolucionário russo, como ocorre com Quartim de Moraes. Essa oposição subjacente não é estanque, nem radical, naturalmente; sinal disso é que podem ser combinadas no plano analítico. Mas o que interessa a Cardoso é a *especificidade* da situação

latino-americana e, em especial, a do Brasil. É nesse plano que as formulações metodológicas do autor de *O Capital* são superiores a de Lênin, que descreveu as determinações *gerais* de certa fase do capitalismo¹⁹⁷.

A relação entre método e política aparece, mais uma vez, no momento em que Cardoso se opôs aos seguidores do marxismo formulado pelo filósofo francês Louis Althusser. Em seminário realizado na Universidade Nacional Autônoma do México em dezembro de 1971, Cardoso comentou uma comunicação do cientista político Nicos Poulantzas, o mais renomado seguidor do autor de *Ler O Capital*. A crítica de Cardoso a Poulantzas é fortemente baseada no texto “Contra Althusser”, publicado por José Arthur Giannotti na revista *Teoria e Prática* no emblemático ano de 1968 (GIANNOTTI, 1980 [1968]). Nesse texto, o filósofo critica a desfiliação que Althusser faz entre Marx e Hegel, o que se revela no seu abandono das ideias de “universal-concreto” e de “negação da negação” (GIANNOTTI, 1980 [1968], p. 87). Essa cisão é operada por meio da chamada “leitura sintomática” feita por Althusser – criticada por Giannotti, pois permitira certa arbitrariedade interpretativa do leitor em detrimento do escrito pelo autor lido. Para o filósofo paulista, Althusser descaracterizava Marx em prol de sua própria posição, alinhada com a “filiação da tradição epistemológica do positivismo francês” (GIANNOTTI, 1980 [1968], p. 88). Não é à toa que Cardoso abre a sua crítica a Poulantzas com uma referência, em certa medida desnecessária – o que revela o intento polêmico da assertiva –, a essa forma de interpretação (CARDOSO, 1973b, p.104).

Cardoso argumenta que o abandono da categoria de “universal concreto” por parte “althusserianismo” geraria a marginalização da *especificidade concreta* em prol de categorias formais – precisamente o contrário do que pretendiam os seminaristas uspianos¹⁹⁸. Por isso,

¹⁹⁷ Esperamos não estarmos indo longe demais ao identificarmos aqui, mais uma vez, uma lição lukácsiana, novamente combinada com Marx. A esse respeito, vale lembrar do seguinte trecho de *História e Consciência de Classe*: “Mas a questão da história universal [...] é um problema de método que surge necessariamente em toda exposição até do menor capítulo da história, do menor recorte. Pois a história como totalidade (histórica universal) não é nem a soma simplesmente mecânica dos acontecimentos históricos isolados, nem um princípio heurístico que transcende cada acontecimento histórico e que, portanto, só poderia se impor por meio de uma disciplina própria, a filosofia da história. A totalidade da história é, antes de tudo, ela mesma um poder histórico real – ainda que inconsciente e por isso mesmo desconhecida até hoje –, que não se deixa separar da realidade (e, portanto, do conhecimento) dos fatos históricos isolados, sem suprimir também sua realidade e sua facticidade. Ela é o fundamento último e real de sua realidade, de sua facticidade, portanto, da verdadeira possibilidade de conhecê-las, mesmo como fatos isolados.” (LUKÁCS, 2003, p.312-3). Fernando Novais, em sua tese de doutorado, também tributária do Seminário Marx, seguirá essa lição à risca, especialmente no que diz respeito à combinação não inteiramente óbvia entre a categoria analítica “totalidade” e a ideia de “totalidade da história”. Apesar dos nomes similares, nem sempre elas se conjugam de maneira óbvia nas análises marxistas – especialmente naquelas que privilegiam unilateralmente a categoria de “modo de produção”, identificada, nesse caso, como a forma *interna* de produzir de uma certa nação/localidade. Em contraste, um exemplo no qual essa relação aparece, embora de modo mais mediado, é a própria tese de doutorado de Cardoso. Nessa referência, podemos perceber o traço dialético – isto é, simultaneamente internalista e externalista – que preside as formulações do grupo uspiano.

¹⁹⁸ Isso fica evidente na seguinte passagem do texto de Cardoso: “Não me parece que esta separação arbitrária

Cardoso separa, no título de seu artigo, “althusserianismo” e “marxismo” (cf. Idem, p.104). Como se percebe, ao primeiro, corresponderia à ideia de *ideologia* (no caso, um tipo de *positivismo marxista*); ao segundo, a *ciência (dialética marxista)*. A intenção polêmica e política de Cardoso é clara ao se voltar contra o althusserianismo, então próximo de certo maoísmo. Nesse sentido, convém recordar que “[...] o estruturalismo marxista francês foi a ideologia dominante para toda uma geração que busca sua própria realização política através do caminho do voluntarismo mais extremado”. (PORTANTIERO, 1991, p.353). Assim, o tom da polêmica de Cardoso/Giannotti contra Althusser/Poulantzas deve ser entendido a partir das balizas teóricas e políticas disseminadas naquele período, em especial no que se refere às formas adequadas de se analisar a realidade concreta, com atenção nos desdobramentos políticos dessa empreitada. Ou seja: uma forma *teórica* de intervir na *política*, que retroalimenta o interesse pela ciência.

Essa polêmica guardava um interesse ainda maior para a América Latina, região em que a aliança entre estratégias radicais – como as guerrilhas – e a teoria althusseriana foi possibilitada pela atuação da intelectual chilena Marta Harnecker. Ex-aluna de Althusser, Harnecker é autora de diversos livros importantes para a disseminação de seus postulados teóricos e práticos (LOWY, 2003, p.217). Ou seja: o voluntarismo político de setores vanguardistas da esquerda latino-americana era nutrido pela crença de que conheceriam as “leis da história” – ou seja, por um tipo de determinismo –, supostamente reveladas pela leitura de Althusser (Cf. PORTANTIERO, 1991, p.354).

Por outro lado, os esforços de Cardoso e Giannotti convergiam para uma mesma estratégia intelectual e política: a de demonstrar que “marxisticamente” a esquerda radical althusseriana, em especial a latino-americana, estava equivocada no plano teórico e, por consequência, no plano político. Uma curiosidade: Cardoso já identificava no texto de Poulantzas que lhe coube examinar alguns traços de afastamento da perspectiva althusseriana, o que viria a se confirmar na trajetória do cientista político grego.

Outra polêmica foi travada entre Cardoso e Ruy Mauro Marini, autor ligado àquela corrente que ficou conhecida como “teoria marxista da dependência”¹⁹⁹. Entenda-se: equivocadamente porque Cardoso, como tentamos mostrar, *também era marxista* e, nesse sentido, a descrição feita pela nomenclatura demanda uma particularização que é

entre o nível teórico e o processo histórico tenha fundamento explícito nas obras de Marx ou possa ser recuperado nos trabalhos de investigação influenciados pelo marxismo. Ao contrário, a crítica da economia política contida em *O Capital* tem como um de seus objetivos recusar todo tipo de separação entre teorias gerais e instâncias particulares e o isolamento dessas instâncias particulares entre si.” (CARDOSO, 1973b, p.107)

¹⁹⁹ A origem da expressão parece ser o próprio Marini, que reivindicava para si essa posição (MARINI, 2008).

flagrantemente incorreta. O que explica a permanência dessa denominação inadequada é a intenção política de seus demandantes. Como já foi estabelecido pela literatura especializada em métodos na teoria política, termos e conceitos políticos normalmente estão em disputa e são, por isso mesmo, significados e ressignificados ao longo das diversas “batalhas das ideias”²⁰⁰. Mas convém ao historiador encará-las com desconfiança.

Apesar de concordarem no que diz respeito à tese de que as burguesias nacionais latino-americanas seriam incapazes de produzir aquilo que os “marxistas ortodoxos” chamavam de “revolução burguesa”, Cardoso e Marini tinham concepções essencialmente diferentes sobre as determinações do processo de acumulação de capital. O texto que abre a polêmica é da lavra de Cardoso (CARDOSO, 1980 [1972]). Nele, o mesmo no qual responde às críticas de Quartim de Moraes, o sociólogo identifica três correntes do pensamento dependentista: o cepalino, o marxista (ligado a Marini) e a sua própria (Cf. CARDOSO, 1980 [1972], p.58). Essencialmente, o debate entre os dois autores está ligado às seguintes questões: quais seriam as determinações essenciais do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema? Haveria possibilidade de um *desenvolvimento genuíno* nela?

Sobre a primeira questão, a tese de Cardoso é clara: “*a nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade.*” (CARDOSO, 1980 [1972], p.76 – grifo nosso)²⁰¹. Ao enfatizar a historicidade dessas determinações, Cardoso pretendia fazer com que sua tese se contrapusesse às de André Gunder Frank, formulador da ideia do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, e de Ruy Mauro Marini, autor de *Dialética da dependência* (1973), que indicariam que a exploração das relações de dependência seriam pautadas na “*forma de reprodução da exploração da mais-valia absoluta e da produção de matérias-primas baratas [...]*” (CARDOSO, 1980, p.76 – grifo nosso). Esse é um dos núcleos do debate: enquanto Cardoso sustenta que a *forma* contemporânea de extração da mais-valia se assenta sobre a sua forma *relativa*, Marini, em contraste, alegaria que o crescimento industrial na periferia do sistema seria baseado na superexploração do trabalho, para ele inerente ao próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas²⁰².

²⁰⁰ Para ficarmos em um exemplo dessa seara, é útil a remissão ao estudo de Georges Haupt (1979), que analisa como o próprio Marx recusava a ideia de “marxismo” e de como ela foi estabelecida pelos seus descendentes da Social-Democracia Alemã, em especial por Karl Kautsky.

²⁰¹ Vale deixar claro que esse argumento de Cardoso já estava presente em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, livro no qual sustenta que a crise da economia escravocrata tinha como origem a sua incapacidade de produzir sob a lógica da mais-valia relativa, que seria o cerne da produção *tipicamente* capitalista. (CARDOSO, 2003, p.225)

²⁰² “Lo que importa señalar aquí, en primer lugar, es que la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es *inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo*; suponer lo contrario equivale a admitir que el capitalismo, a medida que se aproxima a su modelo puro, se convierte en un sistema cada vez menos *explotador* y logra reunir

Vale registrar que o pano de fundo dessa polêmica é todo cosido por questões políticas. Naquela quadra, estava em jogo o debate sobre as formas mais eficazes/corretas de fazer oposição ao regime militar. Uma das alternativas postas pela intelectualidade de esquerda era a da revolução socialista. O melhor formulador dessa perspectiva era Ruy Mauro Marini. Para Marini, um intelectual que fora ligado a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP) e ao Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) do Chile-, apenas a revolução socialista poderia fazer com que a América Latina rompesse seus laços com a superexploração imposta pelos países centrais e, assim, alcançasse genuínas possibilidades de desenvolvimento. Para Cardoso, em contraste, o problema estava em que essa possível ruptura de laços significaria o isolamento da América Latina do mundo, o que a relegaria ao subdesenvolvimento permanentemente. Daí o autor afirmar em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* que essa era uma saída “inconsistente”. Ademais, como já salientamos, o autor afirmava que a nova fase do capitalismo permitiria, apesar de suas contradições, o desenvolvimento de alguns países da América Latina – dentre eles, o Brasil.

A resposta de Marini a Cardoso veio no *post-scriptum* de 1973 de seu livro *Dialética da dependência*. Nele, Marini critica Cardoso por confundir “superexploração” com “mais-valia absoluta” e define a primeira da seguinte forma:

Por tudo isso, a superexploração se define melhor pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força se remunere abaixo de seu valor real. (MARINI, 2008 [1973], p.158)

Ainda segundo Marini, o equívoco principal de Cardoso seria deixar de lado outras formas de exploração que não a “mais-valia relativa”, identificada por ele como a essência do modo industrial de produção (MARINI, 2008 [1973], p. 159).

A tréplica de Cardoso aparecerá em “As novas teses equivocadas”, texto que se origina de um trabalho apresentado em 1973 na *Conferência Internacional sobre “Sociologia do Desenvolvimento e Desenvolvimento: Dependência e Estruturas do Poder”* (CARDOSO,

las condiciones para solucionar indefinidamente sus contradicciones internas.” (MARINI, 2008 [1973], p. 162 – grifo do original). Percebe-se que essa tese, por consequência, resulta na afirmação de que a perspectiva de Cardoso seria “reformista” ou “não-marxista”. Ao mesmo tempo, cabe notar que Cardoso recusava essa crítica, não só pelo que vimos em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* como também no seguinte trecho: “Quer isto dizer que o capitalismo dependente terá condições para resolver os problemas de emprego da maioria da população? Claramente, não. Nem o dependente, nem o capitalismo nos países centrais oferece condições estáveis de pleno emprego. Por sua natureza, trata-se de um sistema cíclico que absorve e libera mão-de-obra. E também por sua natureza este processo não se dá homogeneamente no espaço: ao mesmo tempo em que pode haver escassez de mão-de-obra em São Paulo, haverá excesso de oferta em São Luiz do Maranhão, por exemplo.” (CARDOSO, 1975, p.29). Ou ainda: “Por fim, convém repetir que a utilização do argumento que estou sustentando também pode ser incorreta e pode levar a equívoco simétrico e oposto àquele que estou criticando: pode-se perder a especificidade da forma dependente do capitalismo periférico. De fato, é preciso voltar constantemente ao argumento conhecido que realça as diferenças entre a acumulação nas economias centrais e nas periféricas [...]” (CARDOSO, 1975, p.33).

1975a [1973]). Nesse texto, Cardoso afirma que existiria uma ligação entre a tese de que o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável e a tese de Marini, segundo a qual os países periféricos só podem se integrar ao sistema por meio da exploração extensiva da mão-de-obra, necessariamente sub-remunerada (CARDOSO, 1975a [1973], p.30). A versão de Marini seria a “mais sofisticada” dessa corrente, que contaria também com os trabalhos de Gunder Frank. Como Marini, Cardoso busca afirmar sua posição por meio da lembrança das posições de Marx sobre o assunto. Novamente, reaparece aqui a tese de que o essencial para o crescimento capitalista é o incremento da “composição orgânica do capital”, o que é possível com o desenvolvimento crescente da tecnologia. Com ela, o capital constante aumentaria sua proporção total na “composição orgânica do capital”, reduzindo assim a parte variável (como, por exemplo, salários). A dinâmica dessa recomposição constante do capital seria garantida pela competição e pela necessidade de acumulação (Cf CARDOSO, 1975a [1973], p.31-2).

É interessante notar que Cardoso reconhece que a superexploração pode cumprir um papel relevante no processo de acumulação, como teria mostrado Francisco de Oliveira no seu ensaio então recém-publicado “A economia brasileira: crítica à razão dualista” (1972). “Mas generalizar este raciocínio, *para outras fases*, quando a dinâmica da acumulação do setor mais avançado repousa na exploração clara da mais-valia relativa e no aumento da taxa de composição orgânica do capital, constitui anacronismo.” (CARDOSO, 1975a [1973], p.32 – grifo do original). Nesse sentido, Cardoso sustenta que, depois de implantada a indústria, a questão decisiva para o seu crescimento não é tanto o problema da exploração intensiva da mão-de-obra, mas sim as suas possibilidades *no mercado* – tese que já aparecia, como vimos em *Empresário industrial*.

Reaparece nesse plano a questão política a que aludimos anteriormente. Para o autor, a confusão teórica daqueles que critica resultaria na criação de supostas “leis” as quais “se fixam no *arsenal ideológico*, dificultando a caracterização adequada da realidade e, por consequência, *impedindo-se a proposição de políticas realmente adequadas para sua transformação*.” (CARDOSO, 1975a [1973], p.32 – grifo nosso). A nova resposta de Marini veio à luz no prefácio à quinta edição de *Subdesenvolvimento e revolução*, datado de 1974. Nele, Marini reafirma sua perspectiva.

Em 1978, a polêmica teve o seu capítulo mais conhecido e controverso. Com a publicação de “Las desventajas de la dialéctica de la dependencia” (1978), Fernando Henrique Cardoso e José Serra acirram suas críticas à perspectiva de Ruy Mauro Marini (CARDOSO e SERRA, 1978). Como Marini observou em sua resposta, o título do trabalho de Cardoso e Serra remete à *As desventajas da dialética*, de Maurice Merleau-Ponty, livro

cujo objetivo central era criticar a adesão de Sartre ao Partido Comunista Francês (PCF). (Cf. MARINI, 2008a). O paralelismo é esclarecedor. A referência explícita a questão em jogo explica o tom dessa troca de textos: tratava-se de um embate fundamentalmente político, cujo tom extrapolou, de parte a parte, aquele predominante em meios acadêmicos. Nesse sentido, embora mais conhecido, pode-se dizer que esse capítulo da polêmica não só apresenta poucas novidades teóricas dos dois lados, como é responsável por estigmas que ainda hoje sobrevivem. Ao contrário de esclarecer as razões das argumentações, colaborou para o seu obscurecimento²⁰³.

No plano político, o *tom* da polêmica pode ser explicado, em grande parte, pelo contexto no qual ocorreu. Naquela altura, Cardoso já havia ingressado na sua carreira política; o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado por ele em parceria com colegas em 1969²⁰⁴, se engajava na promoção de uma atitude institucional frente ao regime militar, como sinaliza a participação do CEBRAP na elaboração do programa que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) apresentou para concorrer às eleições de 1974. Naquela altura, o CEBRAP era visto como uma “casamata intelectual de resistência à ditadura. Imagem que seria reforçada pela mítica de que seus membros eram intelectuais rebeldes, “cassados” e contestadores, mas também competentes, com uma produção marcada por padrões científicos e rigorosos.” (LAHUERTA, 2001, p.64). Nessa perspectiva, Cardoso tinha uma posição destacada:

Nesse cenário, avulta a figura de Fernando Henrique Cardoso: a tal ponto, que o autor torna-se maior do que a própria obra. A projeção obtida pelo Cebap, a condição de “exilado”, a “aposentadoria” precoce, permitiram que se criasse uma aura mítica não só em torno do intelectual Fernando Henrique, mas também da figura do intelectual em geral. [...] Essa condição possibilita ao Cebap exercer um papel diretivo na elaboração intelectual que terá fortes reflexos na cultura política do período e que garantirá a Fernando Henrique Cardoso uma condição de *intelectual que lidera intelectuais* sem precedentes na história do país. Tal condição afortunada, com o auto-exílio de Florestan Fernandes durante os anos 70, torna-se absolutamente incontestável no cenário acadêmico. (LAHUERTA, 2001, p.64-5, grifo do original)

²⁰³ Como elemento extra para o acirramento dos ânimos, teria contado decisivamente a não-publicação em português de um texto de resposta de Marini às críticas de Cardoso e Serra, o qual Marini teria publicado, junto com sua resposta, no México. Além disso, os simpatizantes da teoria de Marini observam que a tradução de um trecho de Marini citado por Cardoso e Serra seria inadequada e acabaria por distorcer o sentido de seu argumento.

²⁰⁴ Entre os primeiros engajados no projeto desse centro, estavam figuras como: Boris Fausto, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Carlos Estevam Martins, Elza Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correia Weffort, Francisco de Oliveira, José Arthur Giannotti, José Reginaldo Prandi, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz. Posteriormente, se integraram ao grupo nomes como Vilmar Faria, Bolivar Lamounier, Vinicius Caldeira Brant, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna, Régis de Castro, Frederico Mazzuchelli, José Serra entre outros. Para uma narrativa sobre a formação do centro, ver SORJ, 2008; PÉCAUT, 1990. BAPTISTA, 2010 e VARGAS. 2013.

Em boa medida, o prestígio mencionado por Lahuerta tinha relação com o trabalho intelectual de Cardoso. Naquela quadra histórica – estamos na primeira metade dos anos 1970 – o pensamento que se articulou no CEBRAP buscava valorizar a democracia e a ideia de fortalecimento da sociedade civil, ambos elementos necessários para o alargamento das brechas na política, tal como teorizado por Cardoso. Ademais, o intuito não era apenas fazer oposição ao Estado autoritário e burocrático, mas também “estabelecer uma nova interpretação da história do país e uma nova abordagem acerca da questão do Estado.” (LAHUERTA, 2001, p.68). Os alvos desta nova abordagem eram as interpretações do campo à esquerda, que via no Estado autoritário um aparelho apenas repressivo e estagnacionista. Por isso, ao nosso ver, não se deve dissociar o debate entre Cardoso e Marini das circunstâncias políticas que cercavam os autores. Sem prejuízo da relevância do debate teórico, que é justamente a *forma* pela qual emergem as mais sofisticadas análises políticas, fica patente que os debates elencados aqui guardam como pano de fundo decisivo a conformação das *estratégias políticas* adequadas para o rompimento do cerco autoritário no país. Ora, a adequação delas depende do grau de objetividade do raciocínio que as formula. Não é difícil ver que aqui está em jogo justamente a relação, sempre apontada na tradição marxista, entre teoria e prática.

De nosso ângulo, constitui um equívoco afirmar que “[...] as análises dos membros do Cebrap não procuram justificar estratégias partidárias específicas ou confundir-se com grupos ou classes sociais, afirmando a especificidade do conhecimento científico não subordinado a nenhuma doutrina ideológica ou linha partidária.” (SORJ, 2008, p.28). Ao contrário: a cisão de que parte esse diagnóstico – a cisão entre ciência e política – não faz sentido na tradição marxista, da qual Cardoso e alguns outros colegas de CEBRAP faziam parte, pois, para ela, *a ciência que se vê radicalmente distinta da política é ela mesma ideológica*. Como observa Lahuerta, “havia a pretensão de superar essa cisão, ainda que num nível muito abstrato.” (LAHUERTA, 2001, p.72). Deve-se levar em conta, no entanto, que existem diferentes *formas* de estatuir a relação entre teoria e prática. A produção teórica do CEBRAP, e nisso Sorj tem razão, *não se subordinava a injunções ideológicas externas*; ao contrário, sua formulação era feita sempre seguindo os padrões científicos rigorosos modernos. Mas isso não quer dizer que fosse apolítica. Assim, cabe nos afastarmos da ideia corriqueira que vincula *imediatamente* militância política e teorização.

Por fim, uma palavra sobre a recepção do pensamento de Cardoso nos Estados Unidos, país cujo ambiente intelectual diferia profundamente daquele vigente na América Latina. A recepção da teoria da dependência nos EUA aconteceu no início da década de 1970, momento

em que os Movimentos pelos Direitos Civis e contra Guerra do Vietnã possibilitaram o fortalecimento político e intelectual da esquerda norte-americana (LOVE, 1998, p. 435-6). Nessas condições, a “tensão entre setores sociais críticos e o governo aumentou à medida que suas políticas caminhavam cada vez mais para a direita.” (FERES JUNIOR, 2005, p.180)

Essa cisão política se refletiu no ambiente acadêmico norte-americano, no qual surgia o campo de estudos conhecido como *Latin American Studies*. Entretanto, mesmo os intelectuais de esquerda que atuavam naquele ambiente não formavam uma frente única: uns optavam por tomarem posições mais militantes, enquanto outros se alinhavam com posicionamentos mais tipicamente acadêmicos. Foi nesse contexto também que surgiram publicações como a *Latin American Perspectives* (1974), organizada por intelectuais marxistas, e a *Latin American Research Review*, periódico da então recém-criada *Latin American Students Association* (LASA), fundada em 1966 por estudiosos “latino-americanistas” já consolidados em suas carreiras, dentre os quais se destaca Richard Morse, além de nomes como John Johnson, Kafman Silvert, Federico Gil e etc. Foram nos espaços institucionais dessas associações e revistas que o debate acerca das teorias da dependência nos Estados Unidos começou a ocorrer.

Em perspectiva mais ampla, vale registrar que foi nesse momento que a “revolução comportamentalista” (*behavioral revolution*) entrou em crise no campo da ciência política. O modelo cientificista da ciência política norte-americana, tributário em boa medida do positivismo lógico do Círculo de Viena (EASTON, 2002, p.279; BALL, 2004, p.12; AMADEO, 2011, p.20-1), perdia legitimidade cognitiva, pela sua concepção demasiadamente restrita do que é ciência e do que é política, e legitimidade política pelo seu intencional afastamento das lutas sociais do período. Nesse sentido, segundo Gabriel Almond (1988), as intensas disputas disciplinares no campo da ciência política norte-americana colocavam as teorias da dependência na “extrema esquerda” (*hard left*), em frontal oposição às abordagens cientificistas. A informação é importante porque ajuda a compreender o sentido da comunicação de Cardoso que analisaremos adiante, que busca se colocar mais ao “centro”, próxima da chamada *soft left*. Vejamos.

A esse respeito, João Feres Junior (2005, p.183) observa que o espaço acadêmico e político aberto ao pensamento de Fernando Henrique Cardoso só foi possível devido à recepção prévia do pensamento de André Gunder Frank, que havia se notabilizado pelas suas críticas virulentas à teoria da modernização, então em voga na academia estadunidense. Isso, bem como o relativo desconhecimento dos debates latino-americanos, fizeram com que surgissem uma plêiade de estudiosos norte-americanos que produziram trabalhos que

aproximavam as teorias da dependência de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Raúl Prebisch e Fernando Henrique Cardoso. Ademais, a própria cultura epistemológica reinante por lá, marcada pelo empirismo e pela busca da formalização sistemática, também contribuíram para uma má compreensão do pensamento de Cardoso, tributário, como já foi destacado, de certa leitura dialético-crítica de Marx.

Em uma conferência pronunciada em uma reunião da LASA, realizada na cidade de Atlanta em 1976, a qual tinha como tema os estudos da dependência, Fernando Henrique Cardoso analisou a recepção de seus estudos naquele país (CARDOSO, 1980b [1976]). O fato é especialmente curioso porque *Dependência e desenvolvimento na América Latina* só foi traduzido para o inglês em 1979 (FERES JÚNIOR, 2005, p.167), o que sinaliza que a comunidade intelectual que lia Cardoso era aquela que dominava o espanhol. Isso nos permite deduzir que devia tratar-se de acadêmicos com interesse saliente pelos assuntos latino-americanos. Em sua conferência, Cardoso destaca o trabalho de Susanne Bodenheimer, autora de um artigo pioneiro (Cf. FERES JÚNIOR, 2005, p.183), intitulado “Dependency and Imperialism” (1971). Nele, a autora busca conectar uma teoria do imperialismo a partir da teoria da dependência, o que é feito a partir da amalgamação dos trabalhos de Raúl Prebisch e Theotonio dos Santos. Cardoso critica o trabalho da autora norte-americana:

embora não por sua culpa, o que fora um esforço *crítico* e de *continuidade* com um passado de estudos históricos, econômicos, sociológicos e políticos na América Latina, passou a ser consumido através de várias versões que incluem referências ao mito original, mas que em larga medida constituem a expressão de um universo intelectual bem distinto daquele que lhe deu origem. (CARDOSO, 1980b [1976], p.90 – grifo do autor)

Nesse sentido, o primeiro equívoco que os latino-americanistas estadunidenses cometeriam seria assumir que os estudos da dependência aconteceram em um lugar – a América Latina – e em um dado momento – os anos 1950 e 1960. O erro dessa perspectiva *abstrata* estaria em deixar de lado o fato essencial de que os teóricos latino-americanos que se valeram da noção de “dependência” eram *tributários* de estudos anteriores, debateram com intelectuais de seus países e entre si, de maneira que também constituíram um conjunto heterogêneo de reflexões.

Por essa razão, seria inadequada a narrativa feita pelos divulgadores norte-americanos da teoria da dependência, segundo a qual esse *corpus* teórico teria raízes na CEPAL e na corrente marxista e neomarxista norte-americana, composta por Paul Baran, Paul Sweezy e André Gunder Frank. Embora guardem afinidades teóricas e políticas com tais autores, os teóricos da dependência deviam ser vistos como uma “*corrente do pensamento latino-*

americano, já antiga, [que] conseguiu fazer-se presente nos debates em instituições que normalmente estavam cerradas a ela: a CEPAL, as Universidades, algumas agências formadoras de políticas governamentais e, *last but no least*, a comunidade acadêmica norte-americana.” (CARDOSO, 1980b [1976], p.91 – grifo nosso). Entretanto, não deixa de ser curioso que Cardoso admita que a “influência renovadora da corrente neomarxista norte-americana [...] pode ter sido real”, especialmente a de Paul Baran, embora frise que sua influência foi menor que a de Marx e ela “não “revelou” algo que não estivesse contido na perspectiva do pensamento crítico latino-americano anterior a 1960.” (CARDOSO, 1980b [1976], p.91).²⁰⁵

Por outro lado, compreende-se o esforço do autor em valorizar figuras como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Ragnar Nurske, Hans Singer, Gunnar Myrdal, Albert Hirschmann, bem como Jorge Ahumada e José Medina Echevarría, além de Sérgio Bagu, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Pablo Gonzáles Casanova, Jorge Graciarena, Armando Córdoba, Antonio Garcia e Alonso Aguilar como exemplos de tentativas de fornecer um enquadramento teórico-analítico alternativo às teorias da modernização e às teorias cepalinas. Esse mesmo esforço teria sido feito na coleção da *Revista Brasiliense* e outras do mesmo tipo. Em suma: punha-se em xeque, de maneira simultânea, o estrutural-funcionalismo, o keynesianismo e a economia neoclássica, além de se tentar escapar ao “marxismo vulgar”. O mais complexo, no entanto, seria propor algo diferente que “não se limitasse à crítica metodológico-formal e que partindo da análise de processos histórico-sociais, fosse capaz de definir uma problemática alternativa e quebrasse tanto o “economicismo” prevalente nas análises sobre o desenvolvimento como o “apoliticismo” das análises sociológicas. Como fazê-lo?” (idem, p.92).

É nessa altura que aparece a filiação de Cardoso ao marxismo. Segundo ele, um “estudo da história das ideias no século XX pode mostrar que cada geração de intelectuais críticos procura reviver o marxismo tentando infundir-lhe um sopro renovado.” (idem, p.92) Esses intelectuais renovadores fariam um movimento similar: ao mesmo tempo em que releem os clássicos, conectam-se e debatem interpretações novas, inclusive as formuladas por autores não filiados ao marxismo, que lhes servem para infundir novas perspectivas, problemas, questões e mesmo respostas. Não teria sido isso que ocorreu com relação ao diálogo que o

²⁰⁵ Sobre esse assunto, já expusemos a nossa interpretação: em nossa leitura, a perspectiva de Baran e Sweezy foi decisiva para a conformação de *Empresário industrial*, de maneira que não nos parece procedente a ideia de que a sua influência foi secundária. Decerto, ela foi menor que a de Marx, mas nem por isso corresponde aos fatos a ideia de que ela não apresentou nenhuma contribuição nova ao pensamento latino-americano daquele período. Talvez o mais correto fosse imaginar uma conexão entre os dois influxos.

próprio Cardoso empreendeu com Florestan Fernandes e com a tradição cepalina? E é nesse verdadeiro panorama para estrangeiros que aparece a primeira referência, não inteiramente explícita, à importância do Seminário Marx na sua formação:

Na minha geração, nos anos 50 e começo dos 60, esta ponte foi lançada por Sartre e pela publicação em francês de *Histoire et conscience de classe* de Lukács. Levamos anos para sair do impasse entre a dialética e as noções de “projeto” e de “consciência possível”. (idem, p.93 – grifo nosso)

Em suma: o “consumo” da teoria da dependência nos Estados Unidos estaria marcado pela ideia de que teria havido a criação de um “novo paradigma”, criado pelos intelectuais reunidos no ILPES e no CESO, ambos sediados em Santiago do Chile. “*Estes tiveram certo papel na proposição de uma temática e na crítica ao keynesianismo e ao modelo estrutural-funcionalista* – papel que mais adiante se assinalará e delimitará – *mas não propuseram nenhuma nova metodologia*. (idem, p.94 – grifo nosso). Com razão, o leitor poderá questionar: essa afirmação de Cardoso não iria na contramão do que estamos defendendo ao longo desse trabalho?

A resposta mais adequada parece ser, ao mesmo tempo, “sim” e “não”. Por quê? Em primeiro lugar, porque Cardoso parece fazer essa afirmação tendo em mente que o seu trabalho segue o *método dialético de Marx*, de maneira que não haveria originalidade teórico-metodológica de seu livro. Ou melhor: sua originalidade seria modesta se comparada a de Marx, pois consistiria na formulação do conceito de dependência. Desse modo, essa posição de Cardoso parece conter uma ambivalência proposital: por um lado, parece diminuir a originalidade de sua própria formulação, o que seria um traço de modéstia; por outro lado, ao se colocar como um seguidor de Marx, entendido *adequadamente*, o autor se coloca como dotado de uma capacidade analítica distinta, porque mais refinada, em relação aos seus colegas.

De nosso ponto de vista, pelo que estamos expondo, fica evidenciado que concordamos que a apropriação que Cardoso – e Schwarz – fazem de Marx é bastante refinada, mas, como buscamos assinalar, é *original*. Mas original em que termos? Salvo melhor entendimento, essa originalidade reside tanto na diferença dos tipos de trabalhos feitos por Cardoso em relação aos escritos por Marx, mas, sobretudo, pela liberdade de espírito com a qual seguiu o método do filósofo alemão para, por vezes, chegar a conclusões às quais o próprio Marx não chegou – e talvez não pudesse ter chegado 206. Perceba o leitor que aqui se repõe o debate, já

²⁰⁶ O próprio Cardoso chega a tensionar o próprio raciocínio quando diz: “Este aspecto das relações entre interno/externo foi logo aceito por vários autores e foi proposto com ligeiras variações em vários trabalhos. Os comentaristas norte-americanos mais competentes registraram a proposição e viram nela algo de novo. *Certamente ela o é*, mas dentro do espírito dos esforços que a cada dez ou quinze anos, em vários países

mentionado no início desse trabalho, acerca do que é *ortodoxia em relação ao marxismo*.

Em outro plano, o autor critica a percepção disseminada entre os norte-americanos de que a originalidade da teoria da dependência estaria vinculada à crítica das teses “feudalistas” sobre a América Latina. “[Sérgio] Bagu, Caio Prado [Júnior], [Roberto] Simonsen, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Alonso Aguilar e muitos outros mais já haviam escritos trabalhos sobre o período colonial ou sobre a estrutura agro-exportadora baseando suas análises em teses bem mais complexas que a dualidade simples entre feudalismo e capitalismo.” (idem, p.95). Daí o entendimento incorreto dos pesquisadores norte-americanos da teoria da dependência sobre a centralidade conferida aos trabalhos de Andre Gunder Frank, visto como criador desse “novo paradigma”. Segundo Cardoso, o debate daquele período já havia ultrapassado a querela acerca da suposta existência do feudalismo na América Latina, ou mesmo se essa região do subcontinente era pré-capitalista.

No plano metodológico, o equívoco da recepção norte-americana do pensamento de Cardoso residiria na acentuação da “dependência externa” em detrimento das relações políticas internas. (cf. Idem, p.98). E este é o principal problema, uma vez é que nesse aspecto Cardoso acredita se distinguir dos seus colegas “dependentistas”, os quais:

Em vez de fazer-se um esforço empírico-analítico para reconstruir uma “totalidade concreta” com as características descritas acima, passou a consumir a dependência como uma “teoria”, dando-se a esta noção a conotação de um corpo de proposições formalizáveis e testáveis. Eu sempre fui reticente em usar a expressão “teoria da dependência” porque temia a formalização do *approach*. Não obstante, latino-americanos passaram a esforçar-se por criar uma “teoria”. (idem, p.98)

Mas esse equívoco metodológico teria consequências práticas - isto é, políticas - na medida em que a *formalização* da teoria da dependência acarretaria um abandono da “análise dialética dos procesos históricos”, o que esvaziaria a própria história de suas tensões, conflitos, contradições e possíveis rupturas. Essa crítica metodológica se dirigia ao núcleo dos estudos sobre a dependência. “Estes, se têm alguma força de atração, não é somente porque propõem uma metodologia para substituir um paradigma anteriormente vigente ou porque abrem uma temática nova. É principalmente porque fazem isto a partir de uma perspectiva *radicalmente crítica*.” (CARDOSO, 1980b [1976], p.100 – grifo do original). Como vemos, embora crítico do revolucionarismo de Frank, Marini e de seus colegas, Cardoso reivindicava para si a posição *verdadeiramente crítica*, pois se via como aquele que fazia a análise *efetivamente concreta* da realidade. Nesse caso, crítica nada teria a ver com a radicalização

procuram recordar que a análise dialética deve ser, antes de mais nada, uma análise de contradições, de reposição de formas de dominação e, ao mesmo tempo, de transformações e de expansão de uma dada forma econômica, de um dado tipo de sociedade.” (CARDOSO, 1980b, p.97-8 – grifo nosso)

ideológico-política dos sujeitos. Ou seja; *crítica* seria o contrário de *análise abstrata* (ideológica) e não de *moderação* político-ideológico²⁰⁷.

Pode-se concordar ou não com sua posição. Inegável, no entanto, é que “até mesmo Frank, a outra grande influência na história dessa recepção, acabou sendo eclipsado pela reputação de Cardoso como *dependentista* líder.” (FERES JUNIOR, 2005, p.167 – grifo do original).

Nesse capítulo, buscou-se assinalar os elementos fundamentais daquilo que ficaria conhecido como a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, em especial no que se refere à sua relação com o marxismo originado no Seminário Marx. Já aqui cabe destacar que nossa interpretação é diversa da elaborada por Joseph Love (1998, p.427), para quem a raiz elementar da teorização de Cardoso é o estruturalismo cepalino. Segundo o que procurei mostrar, essas formulações metodológicas maduras de Cardoso são essencialmente tributárias daquela maneira de entender as lições de Marx, que, se haviam aparecido nos trabalhos anteriores, aqui atingiram um patamar novo de formulação teórica. O fulcro desse novo estágio de teorização consiste precisamente na sistematização – na *forma* de prescrição metodológica – da ideia de que seria necessário ter em mente a articulação das determinações próprias das lutas políticas internas às nações dependentes e as formas como elas se inserem no processo internacional de reprodução do capital.

Nesse sentido, buscamos ressaltar, por meio da exposição das formulações do autor e da exposição das polêmicas que travou, a centralidade conferida às *especificidades locais* na concretização de suas análises – o que o leva, por vezes, a se afastar de Marx. Naturalmente, essa ênfase metodológica corresponde à ideia de que os quadros nacionais de disputa pelo poder político são determinantes no processo de efetivação de uma *determinada forma* de desenvolvimento. Isso não quer dizer, ao nosso ver, que o autor reduza a dialética materialista às determinações internas, como sugeriu Quartim de Moraes em sua crítica, seguida, embora com referencial teórico luckacsiano, por Ivan Cotrim (2011). Isso porque não faria sentido, numa análise ancorada no conceito de “dependência”, analisar as disputas políticas sem ter em mente a totalidade histórica da qual fazem parte, na medida em que ela define as suas possibilidades e limites.

²⁰⁷ Tese que dialoga bem com aquela frase do jovem Marx que serve de epígrafe a *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, para o homem, a raiz é o próprio homem.” Traduzida para o vocabulário do Marx da maturidade, poderíamos dizer: “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Ora, para o homem, a raiz é o concreto.”

No plano histórico, a novidade ficou por conta da aposta de que a crise de *uma forma* do capitalismo periférico não correspondia à *crise do sistema capitalista* como um todo – tal como revelam a ideia de “internacionalização do mercado interno” e a sua polêmica com Marini. Essa posição, aliás, contraria a defendida pelo autor em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, livro no qual o paradigma da crise do capitalismo, tributária dos trabalhos de Baran e Sweezy, era o adotado. A mudança de perspectiva provavelmente ocorreu pelo fato de que, ao contrário do que supunha em sua livre-docência e parte importante da esquerda daquele período, o golpe de 1964 gerou crescimento econômico. Além disso, cabe notar também que *Dependência e desenvolvimento na América Latina* se refere muito mais a crises políticas do que econômicas, o que sinaliza uma mudança de posição no que diz respeito às contradições do capitalismo, menos destacadas no ensaio escrito com Faletto.

Para os nossos interesses aqui, convém destacar, no plano da análise concreta e não da mera prescrição metodológica, justamente a atenção que o autor deu às *formas específicas* que a modernização assume no Brasil, país no qual ela se realizou sem integrar socialmente grande parcela de sua população. Por tudo isso, uma breve comparação com a economia política de Celso Furtado pode ser ilustrativa da originalidade de Cardoso.

Embora Furtado, junto com a CEPAL, tenha posto de pé a ideia, absorvida por Cardoso, da existência da oposição entre “centro” e “periferia”, sua abordagem teria permanecido abstrata na medida em que não teria logrado formular adequadamente o lugar da política – isto é, do conflito de classes – no processo de desenvolvimento das nações. Por outro lado, o recorte histórico-metodológico de um livro como *Formação Econômica do Brasil* teria sido inadequado, pois o processo de formação do país deveria ser encarado a partir de uma perspectiva mais próxima das determinações gerais – e externas – das fases do capitalismo às quais correspondeu. Não é à toa que essa crítica foi formulada por Fernando Novais (2005, p.275-6) na resenha que publicou, em 1961, sobre o livro. Do nosso ponto de vista, o comentário crítico do historiador pode ser encarado como ilustrativo da perspectiva que vigia no Seminário Marx, pois foi escrito no momento em que este ainda ocorria e no qual Cardoso terminava a sua tese de doutoramento.

Ainda na mesma referência, outro traço de originalidade do ponto de vista desenvolvido por Cardoso reside na ideia de que o processo de “internacionalização do mercado interno” romperia em definitivo com a esperança furtadiana a respeito da “formação” da economia brasileira, ideia na qual teria centralidade o processo de internalização do centro decisório da

economia e de alargamento do mercado interno.²⁰⁸

No próximo capítulo, veremos como Schwarz analisa o processo de modernização pelo qual o país passou no período posterior ao golpe de 1964. Nele, vamos argumentar que a análise que o crítico literário faz desse processo guarda conexões epistemológicas e políticas com as teses desenvolvidas por Cardoso acerca da então configuração do capitalismo mundial e sobre o lugar do Brasil nessa ordem.

²⁰⁸ De passagem, convém salientar aqui que, de nosso ângulo, faz pouco sentido a proposta interpretativa de Roberta Traspadini (2014), que toma como chave de leitura da obra de Cardoso – isto é, de *Empresário industrial, Dependência e desenvolvimento* e *As ideias e seu lugar* - o conceito de *interdependência*. Ao nosso ver, a autora cai no equívoco de basear sua interpretação num conceito que supõe, implícita e explicitamente, a negação da validade do conceito de dependência tal como formulado pelo autor. Nesse sentido, Cardoso não só não seria marxista por se afastar da assim chamada “vertente marxista” como nem mesmo seria um autor da “teoria” da dependência. Pensamos o contrário, como tentamos demonstrar. Além disso, como observa o autor, recusa o termo “interdependência” pois ele daria a entender que a assimetria entre economias “centrais” e “periféricas” seria superada pela nova forma de desenvolvimento, o que sua análise nega (Cf. CARDOSO, 1980b, p. 12)

Capítulo 6 – Modernização, Cultura e Política entre os anos 1960 e 1980

Integração é desintegração, e nela se encontram o encanto mítico e a racionalidade dominadora.

Theodor Adorno

Neste capítulo, estudaremos como Roberto Schwarz analisou as principais linhas de força da *modernização* da cultura brasileira entre os anos 1960 e 1980. Como observou Maria Elisa Cevasco, “o pensamento sobre a cultura coloca em discussão as contradições dos processos sócio-históricos pelo prisma das categorias que talham o debate. Os termos em que ele se dá funcionam como alegorias das posições sobre a questão.” (CEVASCO, 2016, p.251). Nesse sentido, pretendemos demonstrar que as categorias e as suas críticas, tal como formuladas por Schwarz no período mencionado, tem uma relação mediada com o diagnóstico histórico elaborado no Seminário Marx, em especial por Fernando Henrique Cardoso, sobre esse mesmo período. Naturalmente, compreender essa relação de maneira mediada significa destacar e levar a sério a especificidade do nosso objeto - no caso, as reflexões de Schwarz, sempre atentas às especificidades formais dos objetos sobre os quais se debruça.

Na tentativa de indicar a proximidade e a homologia entre os marxismos de Cardoso e Schwarz no período assinalado, focaremos nossa análise em alguns dos ensaios reunidos em *O pai de família e outros estudos* o que exclui, por exemplo, *A sereia e o desconfiado*, livro no qual a matéria brasileira não tem centralidade, e a peça *A lata de lixo da História*, de outra natureza, bem como a totalidade de *Que horas são?*, livro do qual abordamos, nos capítulos 2 e 3, os ensaios “Complexo, moderno, nacional e negativo”, “Pressupostos, salvo engano, da “Dialética da malandragem” e “Duas notas sobre Machado de Assis”, ao nosso ver aqueles mais representativos daquilo que queremos destacar.

Essa estratégia expositiva se deve a algumas razões. Em primeiro lugar, porque ela circunscreve o período em que Schwarz e Cardoso conviveram academicamente – seja na USP ou no círculo dos intelectuais que criou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP.) Além disso, os dois autores analisaram, cada um a partir dos prismas próprios às suas disciplinas, o período e foi durante sua vigência que surgiu aquilo que o próprio Schwarz chamou de “síntese atualista” do Seminário Marx, a livre-docência de Cardoso. Como estamos sustentando essa relação, convém trazê-la à baila. Nossa análise será bem-sucedida se

conseguirmos mostrar, sem violentar nossos objetos de análise, a centralidade dos pontos em comum entre os raciocínios dialéticos dos dois autores.

Cabe destacar ainda que não passaremos *por todos* os ensaios recolhidos em *O pai de família*, pois não só correríamos o risco da redundância e da perda de foco analítico, como esse expediente não nos ajudaria a destacar os elementos centrais do pensamento de Schwarz. Por isso, adotamos como critério de seleção/análise o recorte dos ensaios que nos parecem teoricamente mais substantivos e polêmicos, com preferência pelos que estabelecem conexões com ensaios escritos posteriormente.

Os impasses políticos e estéticos do pós-1964

Os artigos reunidos em *O pai de família e outros estudos* (1978) tomam como balizas de suas reflexões os impasses estéticos, políticos e sociais aparecidos no período do pós-Golpe de 1964. Se observarmos com atenção os ensaios que precedem “Cultura e Política - 1964-1969”, veremos que eles tocam, separadamente, temas que este ensaio, o principal do livro, irá reunir: a formação conciliatória das classes urbanas brasileiras, “modernas”, em relação às raízes rurais, “atrasadas”, em *O Amanuense Belmiro*; a tensão entre o poder militar supostamente civilizatório e modernizante em relação à sociedade mal-formada do sertão em *Os fuzis*, a ascensão da indústria cultural em “Nota sobre a vanguarda e conformismo” etc. Vejamos como isso ocorre.

Em retrospectiva, parece estranho que *O pai de família e outros estudos* comece com a análise de *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos, um romance pouco lembrado nos dias que correm. Reforça a sensação de estranheza o fato de o livro ter sido publicado em 1937. Mas cabe lembrar que o romance de estreia do modernista mineiro foi visto como um acontecimento literário (MARQUES, 2001, p.202) e foi analisado, elogiosamente, por Antonio Candido (2004) e viria a ser depois novamente assunto de João Luiz Lafetá, que, como Schwarz, era orientando do autor de *Formação da literatura brasileira* (LAFETÁ, 2004). Se considerarmos que o próprio Schwarz já havia analisado outro romance de Cyro dos Anjos, em texto intitulado “Tempo de ficar velho”, podemos concluir que a obra do modernista mineiro de fato catalisou um debate no campo da teoria literária daquele período, o que confere à análise de *O amanuense Belmiro* um sabor renovado. Colabora para isso a epígrafe de Adorno adotada por Schwarz em seu texto- “Grandes obras são aquelas que têm sorte em seus pontos mais duvidosos” -, advertência para que o leitor mantenha sua atenção.

O enredo parece não oferecer dificuldades. Em forma de diário íntimo, de *forma lírica*, o livro narra a vida do burocrata mineiro Belmiro Borba entre os anos 1935 e 1936. Borba sai

da fazenda de sua família para ocupar, pelo meio do *favor* de um deputado, a posição de amanuense na Seção de Fomento Animal do Ministério da Agricultura. Já aqui, nesse texto de 1966, Schwarz parece indicar a centralidade do favor em nossa vida social e ideológica, tese posteriormente desenvolvida em “As ideias fora do lugar”. Cabe recordar que a tese de doutoramento de Carvalho Franco, trabalho do qual Schwarz retirou essa ideia, foi defendida em 1964 – informação que reforça a possibilidade de que a intuição sobre o tema já estivesse na cabeça do crítico literário nos meados dos anos 1960.

E é esse o ponto que chama a atenção de Schwarz. O lirismo de Belmiro Borba guardaria algo de ligeiro e amenizador, como demonstraria sua narrativa sobre um conflito travado com seu pai, pouco admirador das letras praticadas por seu filho. Numa prosa que ainda o aproxima dos textos recolhidos em *A sereia e o desconfiado*, Schwarz argumenta que o procedimento do narrador aponta “menos para o seu objeto que para a psicologia de quem diz.” (SCHWARZ, 2008b [1966], p.10). Ou seja: diz mais sobre o próprio Belmiro do que sobre a discussão.

O destino de Belmiro definiu-se nestas linhas, que não poderiam ser mais breves, nem menos definidoras. Há método no procedimento; em nome de algo como pudor, ou modéstia, exclui tudo que possa precisar a situação. Da discussão sabemos que foi dura e terminou em abraço; dos argumentos, nada. As necessidades sentimentais e espirituais são ardentes – dariam razão a Belmiro – mas não são descritas, e são de mancebo, palavra que lhes dá o cheiro de literatice. E fato final: um lugar no mundo, na carreira burocrática, pela mão de um deputado. A elegância da narrativa é derrotista; constata, e descarta o que não prevaleceu. [...] *A ironia, de segundo grau, mal se distingue do conformismo simples; ataca o poeta mais que o funcionário, o propósito mais que o fracasso. A virtualidade não relativiza o fato; de modo que chegamos à tautologia, à cumplicidade do derrotado com a sua derrota: o poeta que não foi, não foi, e existe o burocrata. A prosa risonha anima – principalmente à submissão.* (SCHWARZ, 2008b [1966], p.11 – grifo nosso)

Sem forçar a mão, nessa citação surgem vários dos alvos da crítica literária que Schwarz praticaria no futuro: a atenção à psicologia do narrador, aprofundada em seus estudos machadianos; a noção de “ironia de segundo grau”, que confere relevância tanto à noção de ironia, também ela chave para os estudos sobre Machado, como também à formulação “de segundo grau”, incorporada às reflexões elaboradas em “As ideias fora do lugar”. Acresce ainda a análise da *forma* de conciliação à brasileira. Nesse sentido, talvez se possa dizer que essa análise de Schwarz é o ponto inicial de seu programa crítico, como revela a centralidade da matéria brasileira, elemento secundário nos ensaios de sua fase precedente (SCHWARZ, 1981 [1965]). De maneira mais especificada, pode-se dizer que essa hipótese é corroborada se nos atentarmos para o fato de que Schwarz descobre o mecanismo conciliador – portanto, *ideológico* – da prosa de Belmiro, o seu lirismo, o mesmo encontrado em Bento Santiago. Agora, por meio da crítica, cabe extrair suas consequências estéticas e políticas, o que

resultará na sua crítica.

[...] o conflito social está *sedimentado* e esboçado no próprio vocabulário do amanuense, cuja prosa, entretanto, *festeja a todos cordial e indistintamente*. O andamento ingênuo da narrativa não é realista, mas não é, também, estilização apenas pessoal: embora recatado e apolítico, o fraternalismo sentimental de Belmiro *tem parte na sensibilidade populista*. A presteza da prosa não reflete, compensa o peso da experiência real. (SCHWARZ, 2008b [1966], p.12 – grifo nosso)

Mais claro, impossível. O lirismo de Belmiro tem função ideológica, pois esconde o conflito, que, no entanto, está sedimentado na escrita. No plano vivido, a escamoteação está no “festejo de todos”, encontrado em um período específico pelo crítico: o período populista. Embora partidário do lirismo e do “fraternalismo sentimental”, a vinculação de classe de Belmiro não o alinha com os debaixo. Ou, ainda: “O país de Belmiro, embora silencioso e filosófico, também é cheio de marechais.” (SCHWARZ, 2008b [1966], p.18). A contradição formal do romance poderia resultar em defeito estético, mas não é o que ocorre, como adverte a epígrafe de Adorno. Ora, toda ideologia carrega em si uma contradição entre o dito - “silencioso e filosófico” - e o realizado - “cheio de marechais”. Nesse sentido, o livro de Cyro dos Anjos é bem-sucedido pois conseguiu formalizar, em suas contradições, a ideologia local, concretizada na figuração de uma certa sensibilidade. Ou seja: a “mistura belmiriana de perspicácia, cultura, banalidade e lirismo fixa, em profundidade, uma personagem frequente e central na literatura brasileira.” (SCHWARZ, 2008b [1966], p.13). Ora, como não ver aí o germen da intuição de Schwarz sobre os narradores da maturidade machadiana? Não bastando isso, também cabe anotar que o então jovem crítico afirma: “Nada leva a nada – é este o horror do livro.” (SCHWARZ, 2008b [1966], p.16). Belmiro não guardaria, em seu esteticismo, uma ponta de Brás Cubas, cuja vida, como vimos, também não levaria a nada?

A análise imanente de Schwarz toma como fio o próprio narrador, o que permite tensionar a *lógica* que preside o quê, como e o porquê de ele afirmar/negar o que diz. Isso lhe permite se empenhar em destrinchar as confusões teóricas, políticas e sociais de Belmiro, que vê nas *ideias* a culpa das cisões sociais, estilizando um comportamento recorrente de nossas elites pensantes, como apontado em “As ideias fora do lugar”. Em contraposição, prega um *realismo próprio*, do qual ele mesmo seria o melhor exemplo de eficácia, cuja condição de possibilidade é o privilégio, que ele, intencionalmente ou não, deixa de expor. Eis um dos sedimentos históricos “escondidos” no lirismo do livro. “Quando procura no delegado um seu igual, o amanuense tem razão. O privilégio confirma Belmiro em sua fé na humanidade.” (SCHWARZ, 2008b [1966], p.19-20). Ora, essa culpabilização das ideias em favor de um realismo particular, assistemático, é típica do pensamento político conservador brasileiro

(BRANDÃO, 2007), mas é também encontrado na sensibilidade localista-esquerdizante, com a qual se alinhava, segundo Schwarz, o populismo.

As ambiguidades e ambivalências de Belmiro só se tornariam combináveis a partir do momento em que ele *se vê fora* – eis outro traço ideológico da narrativa - dos conflitos causados por elas, percepção possibilitada pela burocracia da qual passa a fazer parte. Por sua vez, esse posto na *moderna* burocracia foi conseguido *por meio do privilégio rural* de sua família. “Entre a vida rural e a burocracia, entre o passado e o presente, não há transformação radical. O romance da urbanização, que por sua natureza deveria ser *dramático*, pode tornar-se *lírico* da perspectiva intermediária do burocrata.” (SCHWARZ, 2008b, p.21 – grifos do original). Assim, o livro acaba por sugerir que o processo de modernização do país, no qual se conjugaram industrialização, urbanização e racionalização, não ocorreu de forma a minar a estrutura social, sentimental e ideológica que animava a vida de Belmiro, entendido como representante de boa parte de nossas classes média e dominante. Ou por outra: a modernização brasileira não cumpria o que prometia – a eliminação do “atraso” - mas, ao contrário, o atraso passava a ser “uma das figuras do moderno”, nos termos de Paulo Arantes (1992, p.37).

Pelo menos é isso o que sugere a última frase do ensaio, que é radical: “A imobilidade, forma negativa de conciliação, é a sua figura final.” (SCHWARZ, 2008b, p.21). Por ela, percebe-se que a severa antipatia de Schwarz pelo populismo levava o crítico a afirmar que ele era uma estratégia de *manutenção* do poder oligárquico, agora travestida de modernização burocrática. Percepção, inclusive, confirmada pela análise da subjetividade presente no romance de Cyro dos Anjos, na qual não haveria oposição entre modernização e “atraso”, mas combinação. *Modernização via “atraso”*, configurado na vigência de *privilégios*. Eis, aqui, um primeiro e saliente diagnóstico da modernização brasileira por parte de Schwarz, que parece acompanhar de perto aquele feito por Fernando Henrique Cardoso em *Empresário industrial*, livro no qual se afirma de maneira clara que os expedientes industrializadores utilizados pela burguesia brasileira tinham muito pouco a ver com a “racionalização” pressuposta pelos defensores do planejamento, mas sim com as relações privilegiadas com o Estado e com a especulação, cuja dinâmica local conformava uma forma de raciocínio econômico e político avessa àquela descrita classicamente por Max Weber.

Já o texto sobre o conto “A tribulação de um pai de família”, de Franz Kafka, parece ir em direção diferente. Em primeiro lugar, cabe notar que Kafka é um dos autores centrais da polêmica travada entre Lukács, Benjamin e Adorno sobre o sentido das vanguardas do século XX. Enquanto Lukács (1969) vê Kafka como um autor da vanguarda decadente e

pessimista²⁰⁹, Adorno (1998; 2016)²¹⁰, como Benjamin (1994), interpreta o escritor tcheco como um dos autores capazes de figurar a experiência histórica da modernidade reificada²¹¹. Se Schwarz havia anteriormente interpretado Kafka à maneira de Lukács, como revela seu ensaio, de 1961, sobre *A metamorfose* (SCHWARZ, 1981 [1961]), basta que leiamos as primeiras linhas desse comentário sobre o conto kafkiano para constataremos que a apreciação mudou inteiramente: “A tribulação de um pai de família' é uma obra-prima de poucas linhas.” (SCHWARZ, 2008b [1966], p.23). Qual o fundamento dessa mudança?

Para responder à pergunta, é preciso dar um passo atrás. Como indica Patrícia Santos (2009, p.94 e seguintes), o debate entre Adorno e Benjamin sobre Kafka foi bastante sugestivo para ambos, pois nele apareceram pontos de concordância e de discordância entre eles. Embora elogie o ensaio de Benjamin sobre Kafka - “Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte” (BENJAMIN, 1994) –, Adorno faz ressalvas salientes à sua concepção de historicidade. Curiosamente, é a leitura de Benjamin sobre o conto que trata de Odradek que é alvo da crítica de Adorno. Em uma de suas cartas endereçadas a Benjamin, lemos:

Se o lugar dele é junto ao chefe de família, não representaria ele precisamente a *preocupação* e o perigo para esse último, não anteciparia ele precisamente a superação do estado de culpa da criatura, e não seria essa preocupação [...] a cifra, a mais indubitável promessa de *esperança*, precisamente na superação do lar? (ADORNO, 2012, p.131- grifos do original)

Essas observações são importantes porque veremos como Schwarz segue – *metodológica e politicamente* - essa linha adorniana de reflexão.

Como na análise de *Amanuense Belmiro*, Schwarz se debruça sobre o narrador do conto de Kafka, do qual sabemos que se trata de um pai de família. Em uma primeira leitura do conto, temos a sensação de que seu tom é de ponderação e objetividade, diferente do lirismo de Belmiro. “É tão ponderado e objetivo, além de espirituoso, que não diz 'eu' nem 'nós' até perto do final. [...] O sujeito de suas afirmações é como que um 'se', para indicar *o consenso anônimo, indiscutível e discretamente alegre dos homens de juízo.*” (SCHWARZ, 2008b

209 “Foi Kafka quem traduziu com mais rigor e da maneira mais sugestiva o sentimento do mundo que resulta de tal atitude. [...] Esta impressão de total incapacidade, esta paralisia perante a força incompreensível e inelutável das circunstâncias, é o motivo fundamental de todos os seus livros. [...] Esta impressão de impotência elevada ao nível de concepção do mundo, que em Kafka se transformou na angústia imanente ao próprio devir do mundo, o total abandono do homem em face dum temor inexplicável, impenetrável, inelutável, faz da sua obra como que o símbolo de toda a arte moderna.” (LUKÁCS, 1969, p.61)

210 . Em texto de embate direto com Lukács, Adorno argumenta que o filósofo húngaro deveria, dialeticamente, perceber que a aparência da solidão no mundo contemporâneo contém sua própria negação. “Exatamente isto se evidencia nas obras realmente vanguardistas.” (ADORNO, 2016, p.336). Para Adorno, seria isso que conferiria grande força às obras de Kafka, Joyce, Beckett e à Nova Música. (cf. Idem, p.336). Nos monólogos desses autores, teria soado a “hora que bateu para o mundo”.

211 Vale destacar que Schwarz já conhecia também o clássico livro de Gunther Anders (2007) sobre Kafka, como revela uma leitura de seu ensaio sobre o escritor tcheco publicado em *A sereia e o desconfiado*.

[1966], p.24 – grifo nosso). A missão que o crítico se incumbe é desvelar o que está subjacente a esse consenso falacioso, o qual, como veremos, pressupõe a ideologia burguesa da família. Em expediente não inteiramente condizente com a análise formal, que manda guardar a exposição das conclusões para o correr da análise, Schwarz adianta suas conclusões, nas quais se explicita também o seu anticapitalismo: “Seu arabesco [de Kafka] delicado e breve é violentíssimo e morde o nervo de uma cultura inteira. Não explica, mas implica a vida burguesa com tal felicidade que ela sai triturada [...]” (SCHWARZ, 2008b [1966], p.24).

No que consiste o conto de Kafka? Em suma, trata da descrição muito breve que um pai de família faz de um ser, chamado Odradek. Pronto. Assim, como extrair de algo tão simples uma crítica violenta à sociedade burguesa, tal como argumentado por Schwarz? A chave para responder a indagação está no exame do *procedimento* do narrador, tal como feito na crítica de *O amanuense Belmiro*.

Como já destacado, o pai de família pretende ser razoável. Nesse tom, formula um retrato cômico de Odradek, visto como uma velharia *sem finalidade*, do que deriva um riso de superioridade de quem se sente completo e *prático*. Soma-se a isso o seu *sentimento de maturidade*, oposto à *infantilidade* de Odradek. “O *procedimento* é sempre o mesmo: aliciar o leitor, estabelecer o acordo tácito entre adultos, brancos, civilizados.” (idem, p.24 – grifo nosso). Entretanto, eis que surge “um detalhe, que não é detalhe”: Odradek tem vida e se movimenta. Ora, por que razão então temos a sensação de que essas informações, fundamentais para a compreensão do conto, são meros detalhes? De acordo com o crítico literário, porque elas são dadas ao lado da afirmação de sua inutilidade. Ora, isso se aplicaria se o objeto sobre o qual se fala fosse inanimado. Por que, então, descrever como inanimado um ser vivo? Diante dessa indagação, a ponderação e a objetividade do pai de família passam a despertar dúvidas. Recurso humorístico talvez? Segundo o crítico, não, pela razão que veremos. A situação começa a ser definida quando há mudança do pronome pelo qual Odradek é chamado, agora o pessoal e não mais o indefinido. Simultaneamente, o ponderado pai de família começa a se revelar tribulado. “Este reconhecimento associado, da existência de Odradek e da infelicidade subjetiva, mal escondida pela face público-razoável, é o que resta explicar.” (idem, p.25).

O narrador insiste em dizer que Odradek está quebrado, embora se desminta por três vezes. Por que esconder a vida de Odradek? A intenção difamatória subjacente ao tom de suposta razoabilidade fica clara, mas ao leitor não ocorre imediatamente o seu motivo.

Odradek é móvel, colorido, irresponsável, livre do sistema de compromissos que prende o pai à família. *Mais radicalmente, como construção, Odradek é impossível*

na ordem burguesa. Se a produção para o mercado permeia o conjunto da vida social, como é próprio do capitalismo, as formas concretas de atividade deixam de ter em si mesmas a sua razão de ser; a sua finalidade lhes é externa, e sua forma particular é inessencial. Ora, Odradek não tem finalidade, i.e., finalidade externa, e é completo à sua maneira, i.e, tem a sua finalidade em si mesmo, sem o que não há ser completo. Odradek, portanto, é a construção lógica e estrita da negação da vida burguesa. Não que ele esteja simplesmente em relação negativa com ela: ele é próprio esquema da sua negação, e este esquematismo é essencial à qualidade literária do conto. É ele que garante alcance, um alcance extraordinário, aos detalhes da prosa miúda e cotidiana; referidos a Odradek, tornam-se opções diante da cultura. (idem, p.25-6 – grifo nossos)

O narrador perceberia a subversão imanente de Odradek, livre por sua natureza; do que surgiria sua tentação em destruí-lo. Assim, Schwarz sustenta que o sujeito típico da sociedade capitalista, livre para desfrutar as *liberdades permitidas por ela*, é figurado como avesso odiento à liberdade genuína – aquela que não pede permissão. O sentimento que o levaria a alimentar inveja e o ódio seria fruto da sua percepção sobre o contraste entre os dois tipos de liberdade.

Algo dessa contradição apareceria no contraste entre a pobreza dos materiais residuais com os quais Odradek é feito e a avidez do pai de família pela acumulação. Daí outra origem do mal-estar do pai de família diante de Odradek “O gesto depreciativo da prosa, apontando os barbantes, gesto que é de classe, é admissão tácita da força e do esforço que estão por detrás dos materiais de mais prestígio – e do risco de perdê-los. O lugar social da vida pacificada, no mapa burguês, é inconfessável; mas é o lixo.” (idem, p.26).

Odradek não tem problemas, o que incomoda o pai de família, cheio deles. O momento de maior tensão a esse respeito aparece quando Odradek afirma não ter casa e ri. O pai de família afirma que é um riso que “só sem pulmões se produz”. Aqui se mostra a ambição intelectual do crítico, que pretende encontrar nessa frase a chave decisiva que altera a interpretação sugerida pela *aparência* do texto. Para Schwarz, essa frase é única em relação às demais, pois nela não há pretensão de razoabilidade e objetividade. “A frase não permite a leitura a distância – a que o narrador convida – pois é ininteligível se não consultamos o nosso próprio corpo; o seu terror está na “verificação” a que obriga [...]” (idem, p.27). Odradek é desumanizado pelo pai de família, mas a humanidade não resolve seus problemas. Embora o pai de família naturalize a vida burguesa – e, portanto, perceba Odradek, seu antípoda, como antiburguês razão pela qual é visto como desprovido de humanidade-, o conto sugere que ela, a vida burguesa, pode ser superada. Daí que Schwarz glose a crítica de Adorno (1998) àqueles que veem em Kafka um escritor metafísico, supostamente especializado nas angústias de um pai de família diante da morte. Para ele, “[...] fosse a mortalidade o problema, a eternização da

vida chinfrim e de seus compromissos seria a fórmula do paraíso [...]. A suspensão dos compromissos burgueses, por outro lado, figurada em Odradek, sustenta seu cheiro de felicidade a despeito da permanência da morte.” (idem, p.27). Assim, o narrador não inveja a imortalidade de Odradek, como uma leitura apressada do final do conto poderia sugerir. De passagem, registre-se a semelhança do procedimento de Schwarz nesse ensaio com aquele que adotará em sua análise sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas*, livro que Machado de Assis também teria encoberto sua essência com tintas metafísicas.

Assim, não seria sua morte que resolveria as tribulações do pai de família. O que ele desejaria seria o contrário: a morte de Odradek. “Respeitável por todos os títulos, o pai de família é partidário inconfessado da destruição.” (idem, p.28). A frase, como o leitor terá notado, possui a mesma estrutura e concisão daquela que mencionamos sobre *O amanuense Belmiro*, na qual se lê: “O país de Belmiro, embora silencioso e filosófico, também é cheio de marechais.”. No plano da estrutura, ambas começam descrevendo a aparência (“Respeitável por todos os títulos” / “O país de Belmiro, embora silencioso e filosófico”) para chegar diretamente à essência (“o pai de família é partidário inconfessado da destruição” / “também é cheio de marechais”). Nesse tipo de frase, aparecem, com concisão, a orientação da *crítica das aparências* – isto é, crítica das ideologias – e a força do radicalismo anticapitalista de Schwarz.

Contextualizado, esse radicalismo anticapitalista deve ser tomado como um ataque frontal às forças que acreditaram que era possível compor uma aliança progressista com a burguesia nacional; isto é, os setores nacionalistas-progressistas de nossa política acreditariam na *aparente* razoabilidade do pai de família e de Belmiro Borba. Perderam, assim, a capacidade de perceber a *essência* da sociedade capitalista, tão bem descrita por Kafka nessas poucas linhas. Nesse sentido, Schwarz finca o pé na radicalidade marxista, como demonstra sua referência a *O Capital* ao longo do texto, para afirmar a inviabilidade de qualquer programa verdadeiramente crítico que busque fazer as pazes com o capital e seus agentes. Por outro lado, o texto era uma crítica ácida do caráter destrutivo do regime militar que se inaugurava, em boa medida advogado por respeitáveis pais de família, como demonstrou a icônica “marcha da família com Deus pela liberdade”. Aliás, a crítica do conto de Kafka foi publicada numa edição do jornal *O Estado de São Paulo*, conhecido então pela sua afinidade com o udenismo que apoiou o golpe de 1964.

Não menos política, a reflexão de Schwarz sobre o filme *Os fuzis* (1964), de Ruy Guerra, publicada na *Revista Civilização Brasileira* em 1967, também é muito reveladora de sua atuação crítica naquele momento. Em primeiro lugar, porque o filme compunha, ao lado

de *Vidas secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1963) e *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber Rocha, 1964), a “trindade máxima” daquela fase do Cinema Novo (NAPOLITANO, 2007, p.604). Assim, Schwarz se punha a debater um filme de *vanguarda* que buscava pensar o país. Por outro lado, o título de seu ensaio - “O cinema e *Os fuzis*” - esclarece que é um equívoco tomá-lo *apenas* como uma reflexão sobre um filme importante do momento; na verdade, o ensaio guarda uma reflexão sobre o cinema, especialmente no que diz respeito ao tema da *técnica*. Como se percebe, a temática e abordagem são frankfurtianas, constituindo assim um dos momentos iniciais da recepção do pensamento da escola de Adorno no Brasil (CAMARGO, 2014). Vejamos.

O cinema como técnica de *dominação* aparece logo no início do ensaio, onde é problematizada a sua força: a reprodução do outro de maneira próxima, mas eficazmente longínqua, o que configuraria um procedimento imanentemente ideológico, pois distorcedor da percepção sobre a relação entre os dois lugares/momentos. Segundo essa interpretação, a técnica cinematográfica bloqueria as mediações, criando falsas identidades. Como agravante, os mecanismos cinematográficos seriam controlados por grandes empresas capitalistas. “A indústria, que dispõe do mundo, *dispõe também de sua imagem*, traz a savana e a seca à tela de nossos bairros [...]. E quanto mais próximo e convincente o leão estiver, *maior o milagre técnico, e maior o poder de nossa civilização.*” (SCHWARZ, 2008b [1967], p.29 – grifos nossos). A crítica da noção de progresso contra a dimensão afirmativa da técnica cinematográfica fica evidenciada pela correlação estreita que o autor estabelece entre o seu avanço e o domínio, muito condizente com o espírito e com a letra de *Dialética do Esclarecimento*, livro em que o cinema é visto com desconfiança. A predominância desse diagnóstico sobre o de Benjamin, que acreditava na potencialidade revolucionária do cinema, fica registrada da seguinte forma:

*A proximidade mistifica, estabelece um contínuo psicológico onde não há contínuo real: o sofrimento e a sede do flagelado nordestino, vistos de perto e de certa maneira, são meus também. A simpatia humana que sinto, barra a minha compreensão, pois cancela a natureza política do problema. Na identidade perde-se a relação, desaparece o nexo entre o Nordeste e a poltrona em que estou. Conduzido pela imagem sinto sede, odeio a injustiça, mas evaporou-se o principal; saio do cinema arrasado, mas não saio responsável, vi sofrimento, mas não sou culpado; não saio como beneficiário, que sou, de uma constelação de forças, de um empreendimento de exploração. Mesmo grandes fitas de intenção cortante, como *Deus e o diabo* e *Vidas secas*, têm falhas neste ponto – causando, me parece, uma ponta de mal-estar. Estética e politicamente a compaixão é uma resposta anacrônica; quem o diz são os próprios elementos de que o cinema se faz: máquina, laboratório e financiamento não se compadecem, transformam. (SCHWARZ, 2008b [1967], p.29-30 – grifos nossos)*

O leitor terá observado que a oposição entre emoção/moralidade e compreensão/política,

com a predominância ideológica dos obscurecimentos propostos pelo primeiro par sobre o segundo, é muito similar ao procedimento lírico de *O amanuense Belmiro* ou mesmo da falsa objetividade do pai de família. De um lado, ideologia; do outro, a verdadeira objetividade – sem prejuízo do fato de que a dificuldade reside em que ambas andam juntas, de modo que a proposta de Lukács segundo a qual o falso é um momento do verdadeiro continua de pé. Mas aqui há uma forma específica de surgimento desse procedimento crítico: o movimento ideológico específico do cinema aparece na *crítica da identidade* estabelecida por sua técnica. Desse ângulo, mais uma vez salta aos olhos o radicalismo do crítico, que via algumas das principais obras de arte de um movimento de vanguarda do país, os filmes do Cinema Novo, como *anacrônicos*, pois *sentimentais*. Ou seja, suas razões seriam *insuficientemente críticas*. Resta saber se esse mal-estar gerado pelas formas dos filmes da primeira fase do Cinema Novo são defeitos de construção ou são ensejados pela *própria técnica cinematográfica*, que era vista com desconfiança por Schwarz. Como observa Ismail Xavier, Schwarz visa destacar “como a nova técnica da imagem deixava nítido o descompasso entre a moldura individual de certos sentimentos e sua efetiva significação no jogo de poderes *mediado pela técnica*.” (XAVIER, 2007, p.216).

Mas a aproximação de Schwarz com o diagnóstico de Adorno não é completa. Afinal de contas, se a técnica cinematográfica é vista como ressalvas, o filme de Ruy Guerra é alcunhado como “obra-prima”. Em boa medida, sua qualidade adviria do fato de que ele não buscaria *compreender* a pobreza, mas *mostrá-la como aberração*. Salvo melhor entendimento, o argumento de Schwarz sugere que o filme lhe dá um tom de *recusa da proximidade* – de *naturalização*, portanto - que o cinema tenderia a criar, o que conformaria uma espécie de filme anti-cinematográfico, o que significaria uma politização da técnica. Nessa recusa de aproximação há uma espécie de movimento crítico da ideologia – a ideologia seria, supostamente, imanente à técnica cinematográfica -, pois há a negação de que filme e realidade coincidam plenamente. Essa quebra ficaria clara na própria estrutura do filme, composta como que por uma superposição de dois filmes: por um lado, um filme de tipo documentário sobre a pobreza; do outro, um filme narrativo sobre o urbano.

No documentário há população local e miséria; no filme de enredo o trabalho é de atores, as figuras são da esfera que não é da fome, há fuzis e caminhões. Na mobilidade facial dos que não passam fome, dos atores, há desejo, medo, tédio, há propósito individual, há a liberdade que não há no rosto opaco dos retirantes. Quando o foco passa de uma a outra esfera, altera-se o próprio alcance da imagem: a faces que têm dentro seguem-se outras que não têm; os brutos são para ser olhados, e humanidade, trama ou psicologia, é só nos rostos móveis que se pode ler. Uns são para ver, e outros para compreender. Há convergência, que resta interpretar, entre esta ruptura formal e tema do filme. (SCHWARZ, 2008b [1967], p.30-1)

Essa ruptura formal, que é vista como qualidade pelo crítico, remete, em plano estético, ao dualismo que presidia boa parte das interpretações do país à época, especialmente aquelas feitas pelos setores populistas-nacionalistas. Como veremos, é a partir dessa questão política, cara ao Seminário Marx, que Schwarz compreenderá o filme de Ruy Guerra.

A sugestão é de que, na sua tentativa de figurar dois aspectos tão distintos da realidade, *Os fuzis* tenha lançado mão de uma maneira adequada da técnica cinematográfica porque recusou a racionalizar – isto é, se aproximar - (d)aquilo que mostrava. Isso resultaria na recusa de interpretar os pobres como *anacrônicos* e *inadequados* e impediria o surgimento, um tanto paradoxal, do sentimentalismo causado pela aproximação *racional* ao objeto da técnica cinematográfica. Assim, a forma do filme, ao mesmo tempo, recusa técnica cinematográfica e *recusa o dualismo típico das posições nacionalistas de então*, alinhadas também com o sentimentalismo acrítico da categoria “povo”, que impediria a percepção de que ela encobriria as cisões de classe. “Essa distância é o contrário da filantropia: alguém da transformação não há humanidade possível; ou, da perspectiva da trama: alguém da transformação não há diferença que importe.” (idem, p.31). A recusa da forma do filme sobre a sensibilidade populista residiria na figuração de uma massa de miseráveis que “fermenta, mas não explode”; como não há explosão – isto é, ação -, não haveria motivo para enredo. “*A estrutura política traduziu-se em estrutura artística.*” (idem, p.32 – grifo nosso). Ou seja: em forma. Observe-se, também aqui, o “déficit de negatividade” que mencionamos nos capítulos anteriores desse estudo.

Em contraste, os trechos do filme sobre soldados seriam repletos de ação. Componentes da classe baixa, uniformizados e cidadãos, eles imperam sobre as ruas do interior. Sem misticismos e armados, demonstram a “empáfia” e o “privilégio de ser 'moderno': ser cidadão é ser admirável” (cf. Idem, p.32). São suas ações que comandam a história. Daí que seja compreensível a integração do roteiro – de destinos individuais, de justiça e seu contrário - em suas partes no filme. “Os soldados são como nós. Mais, são os nossos emissários no local, e gostemos ou não, a sua prática é realização de nossa política. É nela que estamos em jogo, muito mais que no sofrimento e na credence dos flagelados.” (idem, p.32).

Essa solução formal - “magistral” pois desautoriza o “sentimento anódino” - obrigaria que pensemos sobre o assunto. Assim, nos identificaríamos com os soldados, o que é desagradável, embora sintamos compaixão pelos miseráveis. Ora, essa argumentação, novamente, ataca a contradição da sensibilidade populista, amante dos setores populares, mas *modernizadora*. Cabe indagar: Schwarz não sugeriria que, à sua maneira, ela seria também

“partidária da destruição”, como o pai de família do conto de Kafka? Por outro lado, aqui se repete o expediente das análises anteriores e que será consagrado nos estudos do crítico sobre a fase madura de Machado de Assis: a análise dos agentes dominantes dos enredos, em que suas liberdades de ação entregariam seus propósitos. Lírico, razoável e prepotente: não estariam estas características reunidas em Brás Cubas e em Bento Santiago? No sentido que indicamos, Schwarz afirma: “Ao deslocar o centro dramático do retirante para a autoridade, o filme ganha muito, pois torna mais inteligível e articulada a sua matéria.” (idem, p.32-3). Acresce ainda que os soldados são, segundo Schwarz, apenas instrumentos de manutenção da propriedade privada, de modo que sua identificação com a classe dominante seria equivocada, pois seriam modestos; sua autoridade seria limitada e, desse prisma, estariam mais próximos dos miseráveis do que de seus chefes, o que remeteria à ideia de “falsa consciência”.

A força dessa consciência distorcida aparece em questão quando se pensa que os fuzis, que garantem a situação de distância entre miseráveis e soldados citadinos, também poderiam transformá-la. Assim, o expediente de Guerra se aproximaria ao de Brecht, advogado da ideia de que é preciso demonstrar o caráter *modificável* das coisas. A simpatia anódina pelos miseráveis dá lugar à pergunta: por que eles não obtêm os fuzis? Assim, o sentimento de compaixão que move essa pergunta levaria os soldados, com os quais se identificariam os próprios espectadores modernos e sentimentais, de quem eles são os agentes, à derrota. Organização, como se vê, muito mais complexa do que a simples compaixão.

Aqui, novamente, a modernização não gera integração social, nem difusão do saber, mas sim o seu oposto: serve como mecanismo de manutenção da ordem. Além disso, o crítico chama atenção para a forma como o filme figura as relações entre os próprios soldados, os quais, através delas, perceberiam os mecanismos de opressão de que seriam agentes e vítimas. Entre a desarmonia causada por elas e a obediência militar, os soldados oscilam e não conseguem levar adiante um discurso sem contradições. Dessa situação derivaria o desejo de “destruição arbitrária” - como o pai de família em relação a Odradek - dos retirantes e da própria tropa.

Isso ficaria especialmente claro no episódio do fuzilamento do chofer do caminhão que carregava mantimentos. O caminhão era protegido pelos soldados, garantidores de sua segurança contra aqueles que poderiam assaltá-lo, os retirantes, que nada fazem. Em contrapartida, o chofer do caminhão, ex-militar e faminto, tenta impedir que o caminhão saia da cidade, como poderiam ter feito os soldados, detentores das armas e da autoridade. Em sua tentativa, o chofer é fuzilado sem piedade. “O excesso frenético dos tiros, assim como a sinistra alegria da perseguição, deixa claro o exorcismo: no ex-soldado os soldados fuzilam a

sua própria liberdade, a vertigem de virar a bandeira.” (idem, p.34-5).

Apesar de tudo isso, a questão da propriedade seria reduzida a um problema psicológico, do que resultaria uma “dialética parcial, moral apenas, de medo, vergonha e fúria, restrita ao campo dos militares, ainda que devida à presença dos retirantes.” (idem, p.35). A pobreza dessa dialética seria demonstrada pela sua incapacidade de animar os retirantes, *que deveriam ser o seu sujeito*. Sendo assim, onde estariam as qualidades do filme? Elas residiriam na diferença radical entre o moralismo e a política. “Noutras palavras, serve à crítica do moralismo, pois acentua tanto a responsabilidade moral quanto a sua insuficiência. O nexo importante, no caso, está na ausência de um nexo direto.” (idem, p.35). Daí que a superposição entre as duas partes do filme seja vista como acerto estético. Ao final, o consumo do boi santo por parte dos famintos nada tem a ver com o que ocorreu com os soldados, embora lhes transmita certa excitação que não resulta em organização e revolta. O ataque ao boi santo demonstra como os retirantes são explosivos, bem como a situação dos soldados indica sua moralidade insustentável.

A relação entre as duas violências não é de continuidade ou proporção, mas não é também de indiferença; é aleatória e altamente inflamável, como sente o espectador. No filme de enredo, que é de nosso mundo, presenciamos a opressão e o seu custo moral; o *close-up* é da má-fé. No filme da miséria, pressentimos a conflagração e a sua afinidade com a lucidez. O *close-up* é abstruso, e não fosse assim seria terrível. No “defeito” desta construção, cujos elementos não se misturam, está fixada uma fatalidade histórica: o nosso Ocidente civilizado entrevê com medo, e horror de si mesmo, o eventual acesso dos esbulhados à razão. (idem, p.36)

Chama a atenção a referência de Schwarz ao “nosso Ocidente” como sendo avesso ao acesso dos explorados à condição de ascender à razão. Em primeiro lugar, o diagnóstico é impregnado da interpretação frankfurtiana sobre a técnica, com a diferença nada desprezível de que Schwarz atribui, ao longo do texto e à maneira marxiana, aos setores populares o aspecto de sujeito de uma dialética verdadeiramente esclarecedora, radicalizada, talvez mais ao gosto de Brecht, Benjamin e do Lukács de *História e consciência de classe*. Por outro lado, o trecho permite entrever a busca do autor em compreender a formação brasileira como sendo parte da formação histórica, política e ideológica do Ocidente – quando o mais comum é que fossem frisadas as discontinuidades entre ambas. Embora, nesse caso, carente de mediações, essa aposta permite perceber também a incorporação dos preceitos teóricos elaborados no Seminário Marx, os quais desembocarão, por exemplo, na já exposta crítica de Schwarz à compreensão de Antonio Candido sobre a existência efetiva de histórias nacionais separadas.

O radicalismo abstrato presente no texto que analisamos, especialmente saliente em sua visão dos retirantes, será figurado em texto de 1968, *Didatismo e literatura (Um folheto de*

Bertha Dunkel), publicado no terceiro número da revista *Teoria e Prática*, posteriormente reconhecido e criticado pelo autor em nota escrita em 1977 (SCHWARZ, 2008b [1977], p.55-6). Além da peculiaridade de *Bertha Dunkel* ser uma invenção de Schwarz, esse ensaio demonstra a tentativa de aliar “teoria” e “prática” - isto é, de intervir na cena política à esquerda. Lembremos que Schwarz começou a articular sua saída do Brasil em 1968, ano no qual as revoltas estudantis e operárias foram marcadas pela radicalização das alas mais jovens da esquerda, especialmente na França, onde rompiam com os esquemas do Partido Comunista Francês (PCF). Algo dessa atmosfera permeia o texto de Schwarz. Ademais, cabe recordar que, como indicamos anteriormente, tratava-se do momento no qual ressurgiam ações armadas na América Latina, algumas vinculadas ao maoismo e influenciadas pelo marxismo althusseriano, então divulgado por intelectuais latino-americanos socializados no ambiente intelectual de Paris, tal como Marta Harnecker. Não é supor demais que Schwarz estivesse mobilizado por esse contexto, como revela o anseio de intervenção inscrito no próprio nome da revista que ajudava organizar, *Teoria e Prática*. De modo geral, Paulo Arantes caracteriza a revista nos seguintes termos:

Quanto à revista [*Teoria e Prática*], alcançaria três números, hoje clássicos. Como se há de recordar tratava-se de uma publicação muito afinada com a sensibilidade da esquerda não ortodoxa, predominante entre 64 e o AI-5. Mais particularmente, nela por assim dizer se apresentava talvez pela primeira vez a face pública, decidido a intervir na atividade político-cultural, do marxismo uspiano, metodicamente impregnado pela leitura dos clássicos, porém tingido pela radicalidade que o momento de exceção parecia exigir. (ARANTES, 1994, p.295)

Talvez se deva acrescentar ainda que a *Teoria e Prática* era o resultado de um segundo Seminário Marx, organizado pelo próprio Roberto Schwarz e por Ruy Fausto²¹², remanescentes do primeiro, provisoriamente desarticulado pelo exílio de suas principais figuras.²¹³ Além de outro tipo de organização, o que interessa notar que é nesse segundo seminário houve espaço mais claro para intelectuais *militantes*. (Cf. RODRIGUES, 2016; SCHWARZ, 2017)

Entretanto, a nota de 1977 reconhece que o ensaio recorre, involuntariamente, à interpretação dogmática sobre o marxismo, o que resulta na figuração de uma oposição entre o dirigente partidário consciente dos caminhos da revolução – vista, então, como possível -

²¹² Que chegaram a trabalhar juntos na redação de “Sobre o raciocínio Político de Oliveiros Ferreira”, hoje texto recolhido *O pai de família*.

²¹³ Participaram desse seminário: Bento Prado Jr., Paul Singer, Francisco Weffort, Michael Lowy e Gabriel Bolaffi, além de Marilena Chaui, Sérgio Ferro, Beth Milan (estudante de Medicina à época), Paulo Sandroni, Emília Viotti, Claudio Vouga, Emir Sader, José Francisco Quirino dos Santos, Lourdes Sola, Célia Quirino e Albertina Costa. (Cf. RODRIGUES, 2016,)

versus uma massa de sujeitos políticos desorientados, aos quais caberia serem tutelados pelo primeiro. Além de reconhecer, subliminarmente, que esse *vanguardismo político*, aliado a um esquema *prático* do marxismo, lhe aproximava da forma política dos dirigentes comunistas e nacionalistas, dos quais o autor queria distância, a nota de 1977 parece sugerir que o autor buscava se afastar, no plano *teórico*, do didatismo que advoga no texto – e em certa medida presente no seu texto sobre *Os fuzis*. O reconhecimento e o rechaço das influências de figuras como Lenin e Althusser indicam que entre 1968, data da publicação do texto, e 1977, ano da redação da nota e da publicação de *Ao vencedor, as batatas*, Schwarz se distanciou desse marxismo muito influente na França e na América Latina e passou a se aproximar, ainda mais, das matrizes frankfurtianas²¹⁴. No contexto de 1977, o cenário político era outro, com a oposição tendo vencido expressivamente as eleições de 1974, o que dava sinais de esgotamento do regime e um processo, ainda que difuso, de organização de setores da sociedade civil. O resultado mais expressivo disso talvez tenha sido a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1979.

No segundo número da revista *Teoria e Prática*, Schwarz havia voltado ao tema da relação entre *técnica* e *vanguarda*, de algum modo presente nos textos sobre Kafka e sobre *Os fuzis*. O pretexto do retorno é a análise de entrevistas que Júlio Medaglia realizou com os compositores Damiano Cozzella, Rogério Duprat, Willy Correa de Oliveira e Gilberto Mendes em abril de 1967. Todos eles eram ligados, de alguma forma, ao Tropicalismo e estavam formulando uma visão sobre o papel dessa vanguarda na cena cultural brasileira.

Como em outros textos do período, Schwarz abre “Nota sobre vanguarda e conformismo” com a ideia que dará o tom de sua argumentação: a possibilidade de combinação entre técnica avançada e “conteúdo social reacionário” seria a marca do tempo em que escrevia – argumento por meio do qual percebemos que estamos novamente em paragens frankfurtianas. Um dos efeitos dessa combinação seria a relativização da própria ideia de vanguarda, pois não se saberia mais os seus sentidos nos movimentos culturais.

A análise das entrevistas dadas a Medaglia, as quais tinham como centro do debate os impactos da industrialização e da mídia de massa no Brasil, resultaria na revelação de um *novo tempo*.

Prova disso é a remoção do gênio incompreendido para o campo dos diletantes. Se

²¹⁴ Aliás, a conjugação entre orientação teórica frankfurtiana e apego à ação direta, a certo vanguardismo, era presente também na Alemanha Ocidental do período, na qual o movimento estudantil mais à esquerda reclamava para si a herança teórica de Adorno e Horkheimer. Sabe-se que ambos, no entanto, foram contrários à apropriação, como revelam duas entrevistas particularmente importantes de Adorno sobre o tema nas quais o filósofo alemão não hesita em caracterizar tais movimentos como “pseudoatividades” (Cf. ADORNO, 2010a, 2010b)

no alinhamento habitual, esquematicamente, amador é quem não rompe com a segurança burguesa – compromisso cujo preço é a inconsistência e a incompetência –, no alinhamento novo, como veremos, é o contrário; *competência e sucesso são uma coisa só. É como se finalmente estivesse anulada a distância entre a vanguarda e o popular, entre cultura “séria” e de consumo.* (SCHWARZ, 2008b [1968], p.47-8 – grifo nosso)

Mais claro, impossível. Nessa combinação, o que perderia validade é a própria noção de arte, ao menos no seu sentido privado e idiossincrático. Daí que Schwarz utilize um expediente pouquíssimo utilizado em sua obra: uma longa nota de rodapé em que explica o ensaio de Walter Benjamin, “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica” (BENJAMIN, 1996b). Como se sabe, Benjamin vê potencialidades na perda do que chamou de “aura” da obra de arte, a qual naturalizaria as relações sociais e de produção. Com a reprodutibilidade das obras de arte, a mistificação ritualística da aura, em si mesmo fetichista, daria lugar à percepção dos sujeitos sobre o processo produtivo da arte, o que revelaria seus condicionamentos sociais e políticos.

A argumentação de Benjamin nos levaria a imaginar uma dimensão *desalienante* do processo analisado pelos compositores entrevistados, pois esclarecedor do modo como a arte opera. Entretanto, esse não seria o caso. Os compositores acrescentariam uma segunda dimensão decisiva à análise por eles compartilhada: produção e consumo da arte são partes de um processo mercadológico, como qualquer outro.

Não é à toa que aparece referência, em nota de rodapé, ao texto “Idéias para a sociologia da música”, de Adorno, de quem o crítico literário reconhece tirar os argumentos que apresenta (Cf. SCHWARZ, 2008b [1968], p.49 – nota de rodapé). A importância desse texto para Schwarz parece significativa: não só o tomou como centro das reflexões que estamos analisando, como o traduziu para a coleção *Os pensadores* (Cf. ADORNO, 1983b)²¹⁵. Vejamos o seguinte trecho:

A significação social que habita a música em si mesma não é idêntica à sua posição e função social. Não é segura a harmonia entre as duas esferas, e hoje a contradição entre elas é essencial. A grande música, a música íntegra, outrora consciência adequada, pode tornar-se ideologia, aparência socialmente necessária. Mesmo as composições mais autênticas de Beethoven, verdadeiras, ou, segundo o termo de Hegel, desdobramento da verdade, foram degradadas pela circulação musical, transformaram-se em bens de cultura que fornecem prestígio ao consumidor; mais as emoções que a música não contém; a própria essência da música não é indiferente a esta degradação. Contradições como aquela entre o conteúdo social das obras e a função que acabam por cumprir determinam a fisionomia contemporânea da música. Como região do espírito objetivo ela se encontra na sociedade, dentro da qual funciona, e tem seu papel não só na vida das

²¹⁵ Não sabemos se a versão traduzida que utilizou para escrever “Notas sobre a vanguarda”, cuja referência é *Revisão 2*, São Paulo, Grêmio FFCL-USP, 1965, foi feita pelo próprio Schwarz. De qualquer modo, é notável que esse texto, publicado em 1959 por Adorno, tenha sido traduzido para o português apenas seis anos depois.

peessoas, mas também, enquanto mercadoria, no processo econômico. (ADORNO, 1983b, p.259-60 – grifos nossos)

Com o intuito de ressaltar como essa argumentação de Adorno ressoa em Schwarz, voltemos ao texto em análise:

Já no contexto do mercado anônimo, produzido pelos veículos de massa, a situação é outra. O aspecto-mercadoria passa para o primeiro plano, e tende a governar o momento da produção. Isto por várias razões; para o público novo, sem tradição e sem critério específico, “consumo de 'arte' é consumo de status”, pouco importa a intenção do artista; instalado o comércio de significados em grande escala, a própria linguagem cotidiana – o material do artista – se reconstela de forma tal que é como se espontaneamente aspirasse à publicidade, à forma da mercadoria (é difícil dizer, por exemplo, se o *Jornal da Tarde* imita os nossos prosadores mais vivos, ou se é o contrário); a nova difusão é tamanha que outro esquema de circulação, que não o comercial, parece risível; e finalmente, há os bons honorários. (SCHWARZ, 2008b [1968], p.49)

As entrevistas conduzidas por Medaglia são claras ao afirmar que o artista *autônomo* não tem mais espaço porque *primeiro compõe, depois se esforça para vender*. O profissional, ao contrário, seria aquele que faz os dois ao mesmo tempo ou primeiro vende, depois compõe. Ora, essa é precisamente a lógica da produção de mercadorias, na qual o trabalhador primeiro vende sua força de trabalho para depois produzir o que lhe foi destinado pelo novo dono dela.. Ou por outra: o artista autônomo não tem mais espaço porque sua produção é vista como *irracional*, pois pode se desperdiçar no caso de ninguém a comprar. Nesse sentido, o artista profissional aparece como seu contrário. Não à toa, trata-se de um processo de planejamento – *racionalização*, portanto - da produção mercantil da cultura, tese que é central para a formulação de Adorno sobre a “*indústria cultural*”. Dessa situação deriva a imersão do artista na sociedade capitalista; não é mais possível se colocar de maneira distanciada e crítica em relação à ela. No caso analisado por Schwarz, essa integração é revelada pela ascensão das equipes de administradores e técnicos responsáveis por avaliar o artista pela sua adequação comercial, a qual visa o lucro, e não pela sua competência artística. Não haveria mais espaço para o individualismo – nem mesmo o burguês, típico das fases anteriores do capitalismo concorrencial -, o qual sai desqualificado no tempo do capitalismo monopolista, diagnóstico em que Adorno e o Seminário Marx, conforme vimos em *Empresário industrial*, coincidem.

É curioso que Schwarz, no entanto, não adira completamente ao diagnóstico adorniano, como revela a identificação de contradições nesse processo vanguardista, na acepção que vimos. Vale repisar:

As duas respostas estão na ponta de desenvolvimentos históricos reais, e seriam pois de vanguarda. São, entretanto, de natureza e consequências muito diversas. Da primeira derivam-se impulsos políticos, libertar do nexos particularista, isto é, capitalista, as forças produtivas. Da segunda, resultam impulsos técnicos, modernizar o produto para aumentar-lhe a saída. Num caso, a crise é da forma

mercadoria – enquanto princípio básico da sociedade –, no outro, da mercadoria obsoleta; os inimigos respectivos são capitalismo e artesanato. Noutras palavras, se a crise do sujeito artístico reflete a crise da propriedade privada e a presença virtual do socialismo, *capitalismo e indústria não são idênticos e inseparáveis*, como não são idênticas a produção artística e a de mercadorias; se no entanto é reflexo apenas de resquícios artesanais, a realização plena do capitalismo será o horizonte do raciocínio e da produção, e a instância final para a vanguarda será o mercado. (idem, p.51 – grifo do original)

Do ponto de vista da estrutura do texto, esse raciocínio marca uma cisão entre a análise do “momento de verdade” da visão dos músicos tropicalistas e o seu momento de “falsidade”. O aspecto ideológico da visão dos entrevistados residiria em suas defesas da ideia de que a mercantilização da cultura seria um traço *democratizante*. Segundo Schwarz, eles se esquecem que essa democratização não é plena²¹⁶, pois envolve o capital em todas as suas instâncias. Levadas a sério, a posição dos músicos nos faria crer na “versão idílica de nossa fase do capitalismo, já sem classes [...]” (idem, p.51). Como vimos, uma das linhas de combate de Cardoso em *Empresário industrial* é a crítica da noção de “sociedade industrial”, tal como formulada por autores liberais como Aron, Rostow e Dahrendorf. No caso das entrevistas analisadas por Schwarz, o que se encontra são louvações à evolução técnica da arte, esquecendo-se de que sua autonomia vai, progressivamente, sendo perdida, o que resultaria no fim da oposição entre cultura e mercado, vista pelos entrevistados como obsoleta. É muito significativo o seguinte trecho, que já adianta traços salientes da sua crítica ao Tropicalismo, tal como formulada em “Cultura e Política 1964-1969”:

É tudo uma coisa só [referência à sentença de um entrevistado: “[...] produzir consumindo, consumir produzindo”] lembra *O Brasil é uma grande família*. E a reciprocidade da fórmula final – produzir consumindo e consumir produzindo – escamoteia a mediação do capital, que consiste precisamente em separar produção e consumo. (idem, p.52 – grifo do original)

O trecho revela a conjugação que Schwarz faz entre a crítica de matriz adorniana (a identificação de produção e consumo) com a crítica do que identifica como sensibilidade política populista (o Brasil é uma grande família). A identificação de produção e consumo, nexos articulador da análise das entrevistas, é ideológica porque esconde a “mediação do capital”, que realiza a separação entre elas. A crítica dessa ideologia é feita quando Schwarz recorda que o critério de seleção musical da rádio e da TV é formulado pelos “clientes” – anunciantes e músicos que pagam para serem tocados, por exemplo – e não pelos ouvintes. Esse é o ponto central para a argumentação adorniana sobre o autoritarismo da indústria

²¹⁶ Conforme Adorno e Horkheimer: “Os padrões [da indústria cultural] teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa.” (ADORNO e HORKHEIMER, 2006, p.100)

cultural. Como recorda Luciano Gatti (2009, p.76-7), Adorno se mostrava avesso ao termo “cultura de massa” para designar os fenômenos típicos da “indústria cultural” justamente porque ele poderia dar a impressão equivocada de que se trataria de uma cultura surgida espontaneamente das massas. Nesse sentido, trata-se precisamente do contrário: de uma arte imposta pelo mercado.

A mesma questão apareceria na ambiguidade e na ambivalência dos entrevistados acerca da figura de Chacrinha. “O que vende bem é de primeira linha, e é também, pela mesma razão, produto espontâneo do povo. O capitalismo seria, pois, literalmente, o melhor dos mundos: obtém a coincidência do mais avançado e do espontaneamento popular.” (idem, p.53). Eis aí a apologia do estado atual das coisas, que, como ideologia, tem um caráter *afirmativo* e não *negativo*, como pressuporia uma atitude crítica. Esse caráter afirmativo está concretizado na visão de que a obra de arte deve *divertir*, como assinalou um dos entrevistados²¹⁷.

*Pela coerência franca e virulenta de seus resultados, o cinismo apologético não é fácil de distinguir da crítica materialista. Entre os dois há uma zona furta-cor, diletta do brilho e do humorismo do intelectual burguês de esquerda, que nela encontra o correspondente preciso de sua própria posição intermediária. Vendeu-se, está criticando, ou vendeu-se criticando? É deste suspense que a entrevista de Julio Medaglia deria o seu topete e frisson, inegáveis. (idem, p.53-4 – grifos nossos)*²¹⁸

Vimos em capítulo anterior como Schwarz desenvolve a linha da crítica materialista do cinismo à brasileira de Brás Cubas e Bento Santiago. O que ainda não estava claro é que esse cinismo – demonstrado nessa espécie de autoexposição (in)voluntária dos entrevistados - também é encontrado em intelectuais *de esquerda*, que, se, antes de 1964, planejavam a revolução, depois da data, pensam a integração capitalista, o que assinala uma conversão ideológica de monta. Pela datação dos textos, revela-se que essas suas considerações sobre a chegada da indústria cultural *precedem* suas análises sobre os romances do Machado de Assis maduro. Nesse sentido, é razoável supor que foram elas que “abriram os olhos” de Schwarz para o entendimento de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e dos demais romances posteriores de Machado. Como dito no início deste capítulo, todos os temas que vimos até aqui serão reunidos, sintetizados e aprofundados em mirada ampla no clássico “Cultura e Política, 1964-1969”, texto publicado em 1970 na *Les Temps Moderne* e verdadeiramente fundador de uma importante linha de reflexão sobre o debate acerca da cultura brasileira do

²¹⁷ Para Adorno, a “diversão” propagada pela indústria cultural figuraria a incorporação da racionalidade capitalista ao momento de ócio do trabalhador. (cf. ADORNO e HORKHEIMER, 2006, p.105)

²¹⁸ Depois de sintetizar a trajetória profissional dos críticos de cultura na sociedade moderna, Adorno arremata: “As prerrogativas da informação e da posição permitem que eles expressem sua opinião como se fosse a própria objetividade. Mas ela é unicamente a objetividade do espírito dominante.” (ADORNO, 1998b, p.9)

período, especialmente no que se refere à análise do Tropicalismo. (Cf. NAPOLITANO, 2007, p.614; RIDENTI, 2014; DUNN, 2009, p.20).

Nele encontramos vários argumentos que compõem o seguinte cenário histórico: o Golpe de 1964 foi largamente apoiado pelas bases conservadoras do país, as quais temiam a ascensão popular prenunciada no período anterior; porém, o regime instituído pelos militares não foi “atrasado”, ao contrário. Isto é, o regime “*era pró-americano e antipopular, mas moderno*. Levava a cabo a integração econômica e militar com os Estados Unidos, a concentração e a racionalização do capital. *Neste sentido o relógio não andara para trás, e os expoentes da propriedade privada rural e suburbana não estavam no poder.*” (SCHWARZ, 2008b [1970], p.84 – grifo nosso). Como veremos, essa primeira caracterização, desdobrada ao longo do texto, será afim daquela feita por Cardoso e Faletto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, obra na qual, como vimos, há a crítica das teses estagnacionistas da CEPAL, as quais, como os setores nacionalistas, apostavam que o regime militar brasileiro criaria um quadro de reversão do processo industrializante. Como observa Daniel Aarão Reis (2001), esse diagnóstico também era compartilhado por várias siglas da esquerda, entre as quais se destacava o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Organização Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e as alas mais radicais da Ação Popular (AP).

Na linha do Seminário Marx, Schwarz passará em revista a atuação política e cultural dos setores nacionalistas, hegemônicos no campo da esquerda *até 1969* – uma vez que, recordemos, o Ato Institucional nº 5, aquele que inaugura o momento mais repressivo da ditadura, foi outorgado em dezembro de 1968. Ou seja: há uma coincidência entre a reflexão de maior fôlego empreendida por Schwarz até então e o fechamento produzido pelo regime militar, do qual ele próprio foi vítima.

Desse ângulo, o problema da hegemonia cultural da esquerda, nexos que articula os vários planos do texto, ganha contornos mais fortes. Tanto é assim que sua questão decisiva aparece formatada à essa luz: embora isolados, *porque derrotados teórica e politicamente*, de outros setores da sociedade, o que impedia a busca por uma hegemonia verdadeira – isto é, política –, os setores nacionalistas ainda detinham uma hegemonia no campo *cultural*. E mais: “[...] de lá [do golpe de 1964] para cá, não parou de crescer. [...] Esta anomalia [...] é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969. *Assinala, além de luta, um compromisso.*” (SCHWARZ, 2008b [1970], p.84 – grifo nosso)²¹⁹. Ao que parece, a

²¹⁹ O fato parecia ser de conhecimento geral. Por exemplo, veja-se as colunas de Nelson Rodrigues, um conservador notório, sobre o tema, as quais se encontram recolhidas em *O óbvio ululante*. Veja um exemplo, datado de 3 de julho de 1968: “Por outro lado, a esquerda é a fatalidade da nossa época. Eu sei que ela continua minoritária. Mas a torcida do Botafogo, também minoritária, é mais feroz que a do Flamengo (só o Salim Simão,

questão colocada pelo crítico era recorrente no ambiente da esquerda mobilizada. Afinal de contas, o que explicava a falta de identidade entre o projeto transformador e a sociedade? A indagação decisiva para a discussão dos rumos da política, assumia outro patamar – tratada em termos de “anomalia”, segundo o trecho que vimos - quando se percebia que tal fraqueza não se devia à marginalização cultural da esquerda. Como explicar essa situação?

A explicação sumária consistiria em compreender como a cultura nacional-popular, que dava suporte ao presidente João Goulart (PTB), foi apropriada depois de sua deposição. Assim, Schwarz aponta a “mobilização esquerdizante” dos simpatizantes de Goulart, que, no entanto, não eram organizados politicamente para *efetivá-la em luta*, como demonstrava a hesitação de seus líderes. A sugestão é clara: a mobilização populista, de que o Partido Comunista fazia parte, era *falsa*, enquanto a luta de classes travada pelos generais era *verdadeira*, como demonstrou o golpe de 1964. Depois de derrotada, a produção cultural que dava suporte à mobilização populista teria continuado a vicejar e agora encontrava, de maneira aparentemente imprevista, novos destinatários: os estudantes de classe média, seus *consumidores*. Uma das compreensões da dialética marxista está na raiz dessa reflexão: embora política e teoricamente *falsa*, a cultura nacional-popular deu resultados *efetivos*, os quais cabe analisar.

Um dos traços definidores dessa cultura nacional-popular seria o seu acento forte no antiimperialismo, no que estaria correta, segundo Schwarz. Entretanto, seria avessa à organização de classe. Ora, de uma perspectiva *verdadeiramente* marxista, os dois traços deveriam se conjugar. Mas não era assim que pensava os dirigentes do Partido Comunista, ao qual Schwarz atribui grande parcela de responsabilidade na formatação das *formas políticas e culturais* predominantes no período. A dureza do juízo confirma: “Formou-se em consequência uma *espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico*, um *complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes*, facilmente combinável com o *populismo nacionalista então dominante*, cuja *ideologia original*, o *trabalhismo*, ia cedendo terreno.” (idem, p.73 – grifo nosso).

Por um lado, o aspecto conciliatório predominava nos movimentos sindicais em que o Partido Comunista tinha influência. O aspecto combativo era reservado à luta contra o capital estrangeiro e pela reforma agrária. “*O conjunto estava sob medida para a burguesia populista*, que precisava da terminologia social para intimidar a direita latifundiária, e

com o seu berreiro individual, solitário, lota o Estádio Mário Filho). Eis o que eu queria dizer: — não me interessa a expressão numérica da “festiva”. O que importa é a sua capacidade de influir nos usos, costumes, idéias, sentimentos, valores do nosso tempo. Ela não briga, nem ameaça as instituições. Mas, em todas as áreas, as pessoas assumem as poses das esquerdas.” (RODRIGUES, 1994 [1968], p.120)

precisava do nacionalismo, autenticado pela esquerda, para infundir bons sentimentos nos trabalhadores.” (idem, p.73 – grifo nosso). Ora, como observa Cevasco (2016, p.255), essa constatação de Schwarz remete à ideia de que a esquerda brasileira tinha uma concepção ingênua da modernização. E mais: teria sido essa ingenuidade que teria custado o preço do golpe de 1964. Desse prisma, percebe-se que Schwarz traz a questão da crítica frankfurtiana ao progresso para o campo próprio da luta política.

Visto de certo ângulo, não é à toa que Schwarz, como Cardoso em *Empresário industrial*, inicie seu trabalho com a crítica à ideologia do Partido Comunista, supostamente orientado por uma *ideologia* “sob medida para a burguesia populista”. Por um lado, a disposição crítica de Schwarz reforça a tese de que o Partido Comunista era a instância política e cultural mais influente à esquerda, como também confirma que os intelectuais uspianos buscavam criticá-lo a partir de uma concepção superior da abordagem marxista, essencialmente avessa à conciliação populista. Em trecho que lembra a crítica de Marx, no *Dezoito brumário*, à incompreensão dos sujeitos que buscaram conciliar as dinastias Bourbon e Órleans no contexto político de 1848, incapazes de perceber a oposição dos interesses materiais que elas representavam, Schwarz afirma:

Muito mais antiimperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro. *Ora, esta posição existia, mas sem a profundidade que lhe atribuíam, e nunca pesaria mais do que a oposição entre as classes proprietárias, em bloco, e o perigo do comunismo. O PC entretanto transformou em vasto movimento ideológico e teórico as suas alianças, e acreditou nelas, enquanto a burguesia não acreditava nele.* (idem, p.75 – grifos nossos)

Ora, cabe notar: a forma de especificar o vínculo entre “imperialismo” e “reação interna” é o problema por excelência da teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso, que argumenta precisamente que os nexos externos (o imperialismo, no caso) se *internalizam* na luta de classes. Nesse caso, um dos equívocos do PC foi justamente não compreender que, apesar das eventuais divergências entre as frações burguesas, a contradição fundamental é *a de classes* e não aquela entre “setores modernos” e “setores atrasados”. Para piorar: “*Este engano esteve no centro da vida cultural brasileira de 1950 para cá, e tinha a tenacidade de seu sucesso prático.* Esta a dificuldade. A crítica de esquerda não conseguia desfazê-lo, pois todos os dias anteriores ao último davam-lhe razão.” (idem, p.75 – primeiro grifo do autor, segundo nosso). Assim, a situação constituía um caso clássico de engano bem fundado nas aparências que remete à argumentação de Cardoso sobre a amenização das contradições do período populista. Por isso, impunha-se a necessidade de

uma cerrada crítica da ideologia, a qual visava compreender a razão desse engano ter sido estabelecido, o que implicava distinguir e relacionar seus momentos de verdade e falsidade.

Do ponto de vista político, o fato é que essa ideologia, por seu aspecto conciliatório, permitia aos setores de esquerda participarem, ou estarem próximos, do poder político. Por sua vez, essa proximidade, parcialmente verdadeira porque *prática*, permitia a *ilusão* de que estava conquistando o poder. O resultado da combinação era a crença de que a estratégia traçada estava dando certo, como figurou, à sua maneira, Glauber Rocha em *Terra em transe*. Essa *ilusão* política teve *consequências práticas* no plano cultural não só porque se tornou aquilo que Schwarz chamará de “atmosfera ideológica do país”²²⁰, como resultou, em plano material, na divulgação e ampliação do *mercado* para ideias de esquerda. Entre os efeitos desse quadro político e teórico estava o de que o conjunto de ideias que ambicionavam ser a solução radical para os problemas causados pelo capitalismo passavam a tomar outro sentido, o da modernização capitalista. Por aqui, percebemos que o ensaio que estamos analisando também é a crônica da instalação de um mercado de cultura – de massa, como veremos – no Brasil.

Em outro plano, passavam a surgir alguns setores médios – técnicos, estudantes e vanguardas operárias – que pensavam que as mudanças estruturais do país não viriam com a versão populista do capitalismo, motivo pelo qual reclamavam-se marxistas, mas se viravam contra o entendimento que o PC dava a esse conjunto de ideias. Entretanto, como lidavam com uma realidade de um país dependente, no qual o Estado ocupa papel central na economia, tomavam o último como centro de suas análises. Nessas condições, o Estado era concebido como limitado pelo imperialismo e pelo próprio mercado capitalista, esquecendo-se que ele é uma *mediação* da sociedade capitalista. “Em consequência, a tônica de sua crítica será o nacionalismo antiimperialista, anticapitalista num segundo momento, sem que a isto corresponda um contato natural com os grandes problemas da massa. Um marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução.” (idem, p.78).

Também é esclarecedora a referência de Schwarz a textos de Ruy Mauro Marini, publicado na revista *Teoria e Prática*, Fernando Henrique Cardoso²²¹ e Francisco Weffort sobre o contexto que ensejou o golpe de 1964. Em que pese o fato de que Marini não tivesse

²²⁰ Desenvolvendo essa linha de argumentação em outro plano, Francisco de Oliveira (1986) argumentará que a tese de que Furtado foi um dos autores que logrou formular uma “ideologia” nacional seguida por governos progressistas e conservadores da América Latina. (OLIVEIRA, 1986, p.158-9)

²²¹ Nesse caso, Schwarz se refere ao texto “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira” (CARDOSO, 1969 [1967]).

relações próximas como Cardoso e Weffort, que eram amigos, havia certa afinidade de diagnósticos entre eles. A referência de Schwarz parece corroborar a indicação feita no capítulo 2, no qual sugerimos que, à época, Cardoso poderia ser aproximado da corrente neomarxista radical.

A questão, no entanto, é que essa teoria não se espalhou. Em boa medida, porque os mecanismos para isso – o aparato produtivo – não pertenciam aos seus formuladores, aos quais cabia ganhar a vida seguindo aquilo que seus patrões lhes demandavam.

Em suma, formara-se uma *nova liga nacionalista* de tudo o que é jovem, ativo e moderno – excluídos agora magnatas e generais – que seria o público dos primeiros anos da ditadura e do solo em que deitaria fruto a crítica aos compromissos da fase anterior. Era tão viva a presença desta corrente que não faltou quem reclamasse – apesar dos tanques da ditadura rolando periodicamente pelas ruas – contra o terrorismo cultural da esquerda. (idem, p.78 – grifo nosso)

Como o leitor pode presumir, essa nova *liga nacionalista*, versão superior da sua predecessora populista, também sofria de males teóricos e práticos. E é muito curioso que os termos nos quais Schwarz colocará os problemas com os quais ela teve que se haver sejam, a rigor, adornianos. Afinal de contas, “*resultados culturais e horizontes de uma ideologia*, já porque ela nunca está só, não são idênticos em tudo à sua *função*.” (idem, p.79 – grifos nossos). Assim, no cenário marcado pela radicalização política e pela chegada de novas tendências culturais internacionais, o cenário político e cultural local se transformou, indo para além da marca conciliatória do momento anterior, ultrapassando o nível da “*pura ideologia*” (cf. Idem, p.79). É nesse momento, aliás, que surge, de maneira oblíqua, a primeira referência de Schwarz à experiência do Seminário Marx.

Isto dava-se de muitas maneiras. Por exemplo, *as demagógicas* emoções da “política externa independente” (Jânio Quadros condecorando Guevara) ou das campanhas de Goulart estimulava, nas faculdades, o estudo de Marx e do imperialismo. *Em consequência vieram de professores [...] as primeiras exposições mais convincentes e completas da inviabilidade do reformismo e de seu caráter mistificador. Outro resultado oblíquo: paradoxalmente, o estudo acadêmico devolvia aos textos de Marx e Lênin a vitalidade que o monopólio do PC lhes havia tomado; saindo da aula, os militantes defendiam o rigor marxista contra os compromissos de seus dirigentes.* (idem, p.79)

Percebe-se que o trecho contrapõe claramente os alinhados com as “demagógicas emoções” (populismo) e aqueles marxistas orientados pelo conhecimento dos seus clássicos e pela inflexibilidade política – situação em que amor à ciência e desejo pela revolução se conjugavam. Mas o mais interessante é que o crítico identifica a existência de um nexo entre as duas orientações opostas. Segundo Schwarz, essa cultura nacional-popular *mistificadora* foi a condição de possibilidade de surgimento e repercussão de movimentos “*verdadeiros*”,

porque não conciliatórios, como essas novas leituras de Marx, as ligas camponesas, o grupo dos onze, o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPCs), entre outros. “O vento pré-revolucionário descompartmentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas etc. O país estava irreconhecivelmente inteligente.” (idem, p.81). Veio, então, o golpe de 1964.

No plano cultural os entusiastas do golpe – já ativos no momento anterior - eram tradicionalistas. Em poesia, prevalecia o passadismo; na política, o conservadorismo da já mencionada “Marcha da família, com Deus pela liberdade”, traduzido, na prática, na aversão à esquerdização do clero, à reforma agrária, ao divórcio, entre outras pautas progressistas. Ao reacionarismo político-cultural se misturava, além da repressão aberta aos grupos de esquerda, os interesses de seus advogados, agora ávidos por seus postos, razão pela qual passaram a denunciar colegas. Assim, no plano político-ideológico, retornávamos a uma condição mais obscura do que a mistificação populista, a qual, segundo o crítico, “por confus[a] e turvad[a] que fosse, referia-se a questões reais e fazia-se nos termos que o processo nacional sugeria, de momento a momento, aos principais contendores.” (idem, p.83). No fundo, essa ressuscitação política e cultural dos “preteridos da capital” almejava, em prol de sua prevalência, *romper os laços do Brasil com o mundo* – em um movimento análogo aquele feito pelo jovem Machado de Assis. Sua estruturação sentimental se tornou, então, matéria sobre a qual se debruçaram alguns artistas, inclusive aqueles identificados com o Tropicalismo.

Entretanto, apesar de vitorioso, esse setor tradicionalista não orientou os rumos do regime. O governo que se instalava era modernizador e pró-integração ao mundo. O resultado dessa conjugação foi uma espécie de dialética – negativa – do localismo e cosmopolitismo. Por um lado, os provincianos com seu padrão de gosto atrasado; de outro, a parcela superior da burguesia nacional, dos setores ligados ao capital estrangeiro e dos tecnocratas militares, todos interessados na integração econômica, política e cultural com o Ocidente. No caso dos elementos civis mais influentes no golpe, o padrão de gosto pelas vanguardas ocidentais resultava no consumo de suas produções, as quais giravam em torno de temas críticos ao capitalismo; no caso dos militares, havia certo desinteresse pela supressão dessa circulação cultural, pois dispunham da força para exercer seu domínio.

Até onde podemos perceber, essa argumentação, no plano cultural, se combina perfeitamente com aquela adotada por Cardoso e Faletto sobre o crescente processo de dualização das economias latino-americanas integradas ao capitalismo em nova fase. Um de seus problemas, no entanto, é que a orientação cultural da esquerda era intelectualizante e

moralista, sem se traduzir em algo propriamente *político*. Nesse sentido, se no plano teórico, a oposição era ideologia *versus* objetividade (esta identificada com o marxismo), no plano prático, a oposição era moralismo *versus* política. Notemos como essas oposições aparecem na análise de Schwarz sobre o processo de instalação da indústria cultural no país.

Neste vácuo, foi natural que prevalecessem o mercado e a liderança dos entendidos, que devolveram a iniciativa a quem a tivera no governo anterior. A vida cultural entrava em movimento, com as mesmas pessoas de sempre e uma posição alterada na vida nacional. Através de campanhas contra tortura, rapina americana, inquérito militar e estupidez dos censores, a inteligência do país unia-se e triunfava *moral e intelectualmente* sobre o governo, com grande efeito de propaganda. Somente em fins de 1968 a situação volta a se modificar, quando é oficialmente reconhecida a existência de guerra revolucionária no Brasil. (idem, p.85 – grifo nosso)

Sintetizando: *a instalação da indústria cultural local foi feita pela esquerda*, um cenário completamente diferente daquele costumeiramente imaginado quando nos remetemos à indústria cultural norte-americana e o *american way of life*. No pós-1968, repressão, tortura, delação e profusão ideológica foram as armas adotadas pelo governo para impedir o crescimento de movimentos de resistência. No entendimento do crítico, no entanto, essas medidas não eram organicamente ligadas ao ideal de governo dos ocupantes dos postos de mando, que, por suas obsessões técnicas e desmobilizadoras, talvez preferissem não as usar.

Por outro lado, o aspecto mais notável desse momento foi a penetração da “cultura dos Estados Unidos” no país, a qual tinha pouca relação com o tradicionalismo dos setores provincianos. Assim, o estabelecimento de um regime de tipo fascista parece desqualificado nos dois planos, cultural e político. Cabe especificar.

Sistematizando um pouco, o que se repete nessas idas e vindas é a combinação, em momentos de crise, do moderno e do antigo; mais precisamente, das manifestações mais avançadas da integração imperialista internacional e da ideologia burguesa mais antiga – e obsoleta – centrada no indivíduo, na unidade familiar e em suas tradições. [...]. De obstáculo a resíduo, o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna, como aliás a modernização, de libertadora e nacional passa a forma de submissão. Nestas condições, em 1964 o pensamento caseiro alçou-se à eminência histórica. (idem, p.86-7 – grifos nossos)

A lição não poderia ser mais clara: na esteira do que vimos na parte I, o dualismo comum na reflexão sobre o Brasil é *aparência* sobre a qual cabe especificar o sentido da sua modernização, a qual varia historicamente. No caso de 1964, a modernização instalada pelo governo militar é produzida pela reprodução do “atraso” - o qual perde, por suposto, sua dimensão anacrônica para ser parte da realidade *atual*²²². A crítica do progresso de Schwarz

²²² E como vimos nos capítulos sobre Cardoso, mesmo o pacto industrializador do período populista era baseado na intocabilidade dos setores populares “arcaicos”, que deveriam permanecer sem os direitos dos quais

no trecho figura a explicação do Brasil provinda do Seminário Marx, ao mesmo tempo em que ecoa a posição de Adorno e Horkheimer, sempre atentos à dimensão regressiva do moderno.

Ora, como se sabe, a chave que permite essa conversão no pensamento dos autores alemães é a reflexão sobre a *técnica*, tradução prática da noção moderna de *razão*. Seu objetivo é a emancipação humana pelo estabelecimento do *controle* sobre a natureza, ideia da qual surge sua dimensão contraditória, pois pode se realizar de modo regressivo e autoritário. No caso de Schwarz, a referência ao *controle* modernizador não é, no entanto, uma suposta natureza primitiva dos homens (como em *Dialética do Esclarecimento*), mas as relações de classe e de mercado em suas funções integradoras com relação ao processo de aprofundamento e racionalização do capital. Nesse sentido, esse raciocínio, talvez configurado de modo mais materialista, ou ao menos mais sociológica, do que aquela empreendida por suas referências intelectuais, abre caminho para entendermos a centralidade que a *politização da técnica* tem no pensamento de Schwarz.

Como estamos vendo, as relações políticas e culturais “arcaicas” no Brasil constituíram o dínamo que propiciou a *forma* de atualização capitalista ensejada pelos governos militares. Nesse sentido, embora não resistam *teoricamente* à crítica mais superficial, o fato é que elas permaneceram e colaboraram com um dos objetivos centrais do capitalismo brasileiro: o de controlar uma eventual ruptura sistêmica. Por outro lado, o arcaísmo dos setores da elite brasileira tinha pouco a oferecer para outro dos objetivos do regime recém-instalado: a integração econômica, política e cultural com o mundo. Por esse fio, achamos um dos problemas centrais que regerá *Ao vencedor, as batatas*: como compreender a relação entre a ideologia da classe dominante local – frequentemente aquém daquela típica dos países centrais – e a integração internacional do Brasil? Nesse livro, como no texto que estamos analisando, a resposta é parecida: o cerne que rege as atualizações capitalistas pelas quais o Brasil passa é a prevalência, *mesmo que irracional*, daqueles que tem propriedade. A mediação entre o diagnóstico schwarziano sobre o regime militar e seus estudos machadianos se encontra na peça *A lata de lixo da História*, na qual Schwarz utiliza o conto “O alienista” de Machado de Assis para satirizar os grupos sociais apoiadores do golpe. Seja como for, cabe reforçar que encontramos nessa argumentação o fundamento *material* da irracionalidade da razão moderna.

Essa teria sido a experiência social que serviu de matéria-prima para o Tropicalismo. De passagem, e em outro plano, cabe observar que a forma como a qual Schwarz faz a usufruíam seus congêneres urbanos. Aqui também há, como se vê, um processo de dualização.

descrição e análise do Tropicalismo parece ter como pano de fundo as considerações que Adorno faz do *jazz* (ADORNO, 1998c) e do Surrealismo (ADORNO, 2008b). Em ambos os casos, o filósofo alemão começa por descrever os procedimentos técnicos dos movimentos analisados para, em seguida, iniciar suas investigações sobre o assunto. Vejamos:

Arriscando um pouco, talvez se possa dizer que o efeito básico do Tropicalismo está justamente na submissão de anacronismos desse tipo, grotescos à primeira vista, inevitáveis à segunda, à luz branca do ultramoderno, transformando-se o resultado em alegoria do Brasil. A reserva de imagens e emoções próprias ao país patriarcal, rural e urbano é exposta *à forma ou técnica* mais avançada ou na moda mundial – música eletrônica, montagem eisensteiniana, cores e montagem do pop, prosa de *Finnegans wake*, cena ao mesmo tempo crua e alegórica, atacando fisicamente a platéia. É nesta diferença interna que está o brilho peculiar, a marca de registro da imagem tropicalista. (idem, p.87 – grifo nosso)

Um dos efeitos do Tropicalismo seria a sensação de exposição de um “segredo familiar trazido à rua”, o que romperia com a própria lógica do segredo e guardaria algo de subversivo, o que o alinharia ao campo crítico. Entretanto, cabe manter um pé atrás: afinal de contas, como vimos na análise de Schwarz sobre *Memórias póstumas*, Brás Cubas também adota um comportamento “como [...] se abrisse à visitação pública, na própria pessoa, os vícios de sua classe”. Não é gratuita, como mencionamos anteriormente, o paralelismo entre o Tropicalismo e a interpretação de Schwarz sobre Machado de Assis.

O Tropicalismo trabalharia sobre a desconjunção própria da matéria brasileira, cujo resultado seria a figuração de um “abismo histórico real, *a conjugação de etapas diferentes do desenvolvimento capitalista*.” (idem, p.88 – grifo nosso). O resultado dessa técnica, entretanto, é a *reposição de dualismos*, os quais guardam algo de *mistificador*: de um lado, a sua modernidade, seu aspecto comercial, embora autêntico; do outro, o conteúdo “atrasado”, com uma visão enobrecedora do passado, no qual, no entanto, havia iniquidade. Postas em relação, essas imagens são como que *congeladas, o que significa que são tomadas como a-históricas – eis seu elemento de falsidade*. Por outro lado, cabe destacar que a revelação de alguns dos aspectos cafonas da cultura local não deixa de ser um esforço crítico, pois eles saem por baixo.

Sobre o fundo ambíguo da modernização, é incerta a divisa entre sensibilidade e oportunismo, *entre crítica e integração*. Uma ambiguidade análoga aparece na conjugação de crítica social violenta e comercialismo atirado, cujos resultados podem facilmente ser conformistas, mas podem também, quando ironizam o seu aspecto duvidoso, reter a figura mais íntima e dura das contradições da produção intelectual presente. Aliás, a julgar pela indignação da direita (o que não é tudo), o lado irreverente, escandaloso e comercial parece ter tido, entre nós, mais peso político que o lado político deliberado. (idem, p.88-9 – grifos nossos)

Essas considerações de Schwarz sobre o Tropicalismo agregam uma dimensão crítica

que não estava presente em “Notas sobre vanguarda e conformismo”, texto em que apenas o vínculo entre avanço técnico e produção mercadológica era enfocado. Por exemplo, a centralidade do “novo” do movimento é aprofundada, pois nele existe, de maneira ambígua, a tanto o apego à lógica interna da produção da obra de arte como a prevalência da dimensão externa dela, o sucesso comercial – ou seja, o lucro. E é justamente o “novo” que permitiria conjugar esses movimentos contrários. Ao que tudo indica, entretanto, penderia para o segundo polo da contradição acima mencionada, de modo a reforçar o argumento apresentado em “Notas sobre vanguarda e conformismo”.

No plano da circulação do Tropicalismo, Schwarz esclarece que o público do movimento era composto por aqueles que estavam atinados com a moda internacional, os universitários criados naquela cultura esquerdizante que mencionamos. Sabemos, assim, a quem o Tropicalismo fala, como fala e o que fala. Por esse ângulo, poderíamos perceber que o Tropicalismo é um movimento cujas condições de possibilidade foram dadas pela forma política e social adotada pelo golpe de 1964. Daí seu conteúdo histórico, o qual não é, entretanto, claramente especificado, pois o movimento adota como estratégia artística o estabelecimento de formas calcadas em certa superposição *dualista a-histórica*, o exato contraste de uma abordagem *dialética histórica*. Ou seja, existe substrato histórico em um movimento artístico que figura algo a-histórico.

Tendo em vista o que afirmamos em passagens anteriores, cabe nuançar nosso argumento. Como explica Walter Benjamin em seu estudo sobre o Barroco alemão, não seria exatamente verdadeira a tese de que a alegoria projetaria algo supra-histórico; ela produziria o que o mesmo autor chama de *imagem dialética*, a qual captaria as contradições históricas em uma imagem cristalizada. Sem negar essa argumentação, que valoriza uma lógica própria da noção de alegoria, parece que Schwarz verá, ainda assim, algo de insuficientemente histórico nessa noção, pois haveria uma tensão evidente entre o necessário *movimento* – isto é, desdobramentos, contradições e tensões – de uma abordagem *dialética* e a ideia de *cristalização* imagética *produzida do ângulo das modernas técnicas da indústria cultural*. É desse ângulo, inclusive, que poderíamos compreender a diferença de orientação intelectual e política entre o Tropicalismo e, por exemplo, a “estética da fome” do Cinema Novo, a partir da qual foram produzidos filmes como *Vidas Secas*, *Deus e o diabo na terra do sol* e *Os fuzis*.

Vista a comparação entre Tropicalismo e a “estética de fome”, percebemos que um dos pontos centrais da crítica de Schwarz ao movimento cultural liderado por Caetano Veloso é a sua visão *despolitizada da técnica*, que seria aceita e celebrada acriticamente. Por outro lado, a imagem do Brasil propiciada por esse movimento também seria acrítica porque ahistórica;

isto é, o país seria retratado por meio de figurações que tentam formular suas supostas *essências*. Mas isso não quer dizer que ela não teria um fundamento histórico do qual retira sua força sócio-histórica.

O fundamento histórico dessa imagem seria a já mencionada coexistência entre elementos arcaicos e modernos, um traço geral das sociedades periféricas. Porém, um tanto estranhamente, Schwarz lança mão da argumentação de que nessas sociedades o novo se articula *por meio* do velho a partir de teses de André Gunder Frank, um teórico bastante criticado por Fernando Henrique Cardoso. Em seu conhecido texto “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1973 [1966]), originalmente publicado na *Monthly Review* em 1966, Frank faz duras críticas à percepção modernizadora sobre a América Latina, região usualmente tomado como marcada pela divisão dualista entre suas parcelas tradicionais modernas. Ao contrário, a argumentação de Frank sustenta que quanto mais próxima uma determinada região do subcontinente foi das práticas capitalistas, mais desenvolvido o seu subdesenvolvimento (FRANK, 1973 [1966], p.31 e seguintes). Uma hipótese razoavelmente forte é, como assinalou o próprio Fernando Henrique Cardoso (2004, p.9), que alguns setores de esquerda buscassem ler as obras dos teóricos da dependência como complementares/convergentes e não como dissonantes.

O argumento de Frank é mobilizado por Schwarz, que sugere que nessa relação entre elementos arcaicos e modernos “está figurad[a] um *destino nacional, que dura desde os inícios*.” (SCHWARZ, 2008b, p.91 – grifo nosso). Eis aí uma certa imagem da história do Brasil que poderia ser descrita, para usarmos os termos conhecidos de Raymundo Faoro, como uma recorrente “volta redonda”. À sua maneira, essa seria a compreensão do Tropicalismo a respeito do Brasil. O curioso é que, apesar de criticar essa visão da história, a seu ver inespecífica, Schwarz reconhece que ela não afeta a força artística do Tropicalismo, pois este trabalha com a noção de *alegoria*.

Contudo, porque o Tropicalismo é *alegórico*, a falta de especificação não lhe é fatal (seria, num estilo simbólico). Se no símbolo, esquematicamente, forma e conteúdo são indissociáveis, se o símbolo é “aparição sensível” e por assim dizer natural da ideia, na alegoria a relação entre a ideia e as imagens que devem suscitar-la é externa e do domínio da convenção. Significando uma ideia abstrata com que nada têm a ver, os elementos de uma alegoria não são transfigurados artisticamente: persistem na sua materialidade documental, são como que escolhos da história real, que à sua profundidade. Assim, é justamente no esforço de encontrar matéria sugestiva e *datada* – com a qual alegorizam a “ideia” intemporal de Brasil – que os tropicalistas têm o seu melhor resultado. Daí o caráter de inventários que têm filmes, peças e canções tropicalistas, que apresentam quanta matéria possam para que esta sofra o processo de ativação alegórica. (idem, p.92-3 – grifos do original)

Como esclarece em nota, Schwarz toma essa ideia de *Origem do drama barroco alemão*

de Benjamin. Nesse texto, o filósofo alemão faz a crítica do romantismo alemão, movimento que teria subestimado a força histórica da alegoria em favor da noção de símbolo, entendido como mais capaz de figurar as tensões históricas. Em contraste, Benjamin opera uma reconstrução da lógica da alegoria, cujo sentido está em demonstrar a sua particularidade, a qual resultaria numa figuração específica das relações históricas. É a partir dessa ideia que Benjamin formula a noção, já mencionada, de *imagem dialética*. Essa noção parece estar presente, ainda que de modo sub-reptício, no entendimento de Schwarz sobre o Tropicalismo, com a importante diferença de que, no caso desse movimento artístico-cultural, não se trata apenas da figuração da ruína, como no caso do Barroco alemão, mas sim do *modo de fazê-la, que é exultante*. E é esse modo o índice de historicidade do Tropicalismo.

O fundo histórico reformulado pelo golpe de 1964 impactou também outras iniciativas políticas e artísticas. Por exemplo, a partir dele, a arquitetura modernista, voltada para projetos públicos de grande porte, teria passado a girar em falso, pois sua destinação deixava de existir. O resultado dessa corrida em pista inexistente teria sido sua transformação em arquitetura domiciliar, objetivo para o qual ela não havia sido pensada²²³. Em termos adornianos, sua *função* social mudou. “Fora do seu contexto adequado, realizando-se em esfera restrita e na forma de mercadoria, o racionalismo arquitetônico transforma-se em ostentação de bom gosto [...] ou em símbolo moralista e inconfortável da revolução que não houve. *Este esquema, aliás, com mil variações embora, pode-se generalizar para o período.*” (idem, p.93-4 – grifo nosso). Assim, de iniciativa política avançada, o modernismo arquitetônico passava para o lado oposto, o lado *ideológico* do estilo desejável de uma mercadoria a qual poucos poderiam pagar. No plano propriamente político, restou seu conteúdo *moral*, sintoma de sua impotência²²⁴, que nem por isso deixou de colaborar para a formação daquele grupo anticapitalista de jovens que mencionamos.

No teatro, o primeiro grupo a reagir foi dirigido por Augusto Boal, diretor do show *Opinião*, escrito por Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Armando Costa e cantado por Zé Ketí, João do Vale e por Nara Leão, substituída depois por Maria Bethânia. Apesar do sucesso, o show não representava um passo adiante na crítica da situação; isto é, apesar de crítico à ditadura, ficava claro que a sua atmosfera ideológica ainda era a populista (NAPOLITANO, 2007, p.598). Não era um passo adiante porque não levaria suficientemente

²²³ Como nota Pedro Arantes (2007), essa consideração de Schwarz parece ter sido retirada de “Arquitetura Nova”, texto de Sérgio Ferro publicado no número 1 da revista *Teoria e Prática* – organismo editorial do segundo Seminário Marx, do qual participaram Ferro e Schwarz. Para o texto, cf. FERRO, 2006.

²²⁴ O ponto extremo da radicalidade crítica dos arquitetos será atingido por Sérgio Ferro em “O canteiro e o desenho” (1976). (Cf. FERRO, 2006b)

à sério, segundo Schwarz, a busca por compreender as razões pelas quais a esquerda acabava de ser derrotada. O Teatro de Arena sofrerá da mesma limitação ideológica.

A novidade do grupo dirigido por Boal teria ficado por conta de seu público jovem, estudantil, politizado e inteligente, que daria o tom da audiência com a qual passaria a contar o teatro de vanguarda no país. Essa imbricação entre plateia e palco, traduzida no repertório comum a ambos, permitiu um dinamismo muito particular às peças. Enfim, se tinha algo de “fácil e tautológico”, esta característica também colaborava para a criação de argumentos livres, sem literatice, o que teria culminado numa “espécie de revolução brechtiana” no teatro do país. No plano político, essa novidade teria tido relação mais ou menos direta com a força do movimento estudantil, que vivia seu tempo de vanguarda. No cultural, como era de se esperar, a questão do didatismo teria sido recolocada. A simpatia de Schwarz pelo teatro de Brecht, que lhe serve como critério analítico, especialmente devido ao seu aspecto democratizante, fica visível na sua forma de encarar a dimensão técnica do fazer artístico. (Cf. SCHWARZ, 2008b [1970], p.97)

Nessa linha teatral, a grande peça do período teria sido *Arena conta Zumbi*²²⁵. Apesar de tudo, a tautologia apontada em *Opinião* também reapareceria nesse espetáculo; nele, a esquerda venceria sem crítica, “*como se a derrota não fosse um defeito*” (Cf. Idem, p.98 – grifo nosso). Mais do que constatar esse efeito, Schwarz analisa a *forma* da peça que o produz. Em que pese uma série de características astutas, seu resultado seria a formalização de uma oscilação entre moral e política, cujo resultado seria uma espécie de dualidade formal que comprometeria seu alcance crítico. O mesmo problema seria encontrado em *Arena conta Tiradentes*. Em parte, Schwarz atribuirá esses defeitos à teoria de Augusto Boal, que buscava combinar as teorias de representação opostas de Brecht e Stanilavski. Ao analisar *Arena conta Tiradentes*, diz o nosso crítico: “O método brechtiano, em que a inteligência tem um papel grande, é aplicado aos inimigos do revolucionário; a este vai caber o método menos inteligente, o do entusiasmo. *Politicamente, este impasse formal me parece corresponder a*

²²⁵ Sobre esse assunto, pode ser esclarecedor ao leitor acompanhar uma síntese sumária da argumentação de Augusto Boal na “Explicação” do seu *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas* (BOAL, 2013). Nela, encontramos a seguinte narrativa: a origem do teatro ocidental (grego) é popular, como demonstrava o caráter público e livre de suas encenações, bem como o fato do público ser o criador e o destinatário delas. “Veio a aristocracia e estabeleceu divisões: algumas pessoas iriam ao palco e só elas poderiam representar enquanto que todas as outras permaneceriam sentadas, receptivas, passivas: estes seriam os espectadores, a massa, o povo. E para que o espetáculo pudesse refletir eficientemente a ideologia dominante, a aristocracia estabeleceu uma nova divisão: alguns atores seriam os protagonistas (aristocratas) e os demais seriam o coro, de uma forma ou de outra simbolizando a massa.” (BOAL, 2013, p.13-4). Essa visão do teatro teria continuado na Modernidade, embora com a substituição da aristocracia pela burguesia nos papéis de protagonistas. Bertolt Brecht é quem teria rompido essa forma de encarar o teatro e retornado à sua dimensão popular, na qual não há divisões entre palco e plateia. De fundo, a ideia é a de que o povo conquiste os meios de produção do teatro e possa ser sujeito de sua própria história.

um momento ainda incompleto da crítica ao populismo.” (idem, p.100 – grifo nosso). Ou seja: o próprio procedimento técnico de Boal figuraria a conciliação populista. Cabe ressaltar novamente: esse equívoco político e formal, não deixou de ter resultados efetivos, como comprovaria a produção de uma juventude de esquerda que tinha valor político, apesar das limitações.

Situação muito diversa é a do Teatro Oficina, dirigido por José Celso Martinez Corrêa. Embora parte da esquerda, Zé Celso, como é conhecido o dramaturgo e diretor, alinhava com o Tropicalismo. Uma vantagem desse teatro seria, de acordo com Schwarz, que sua matéria histórica e artística, bem como a visão sobre ela, era mais atual que a do Teatro Arena, ainda tributária da visão populista. O contraste era claro: enquanto o teatro tropicalista figurava a desagregação burguesa pela qual o país passava, o teatro de Boal buscava, a despeito do cenário, a conciliação do povo – incluindo aí a burguesia.

[Os espetáculos do Oficina] Ligavam-se ao público pela brutalização, e não como o Arena, pela simpatia; e seu recurso principal é o choque profanador, e não o didatismo. A oposição no interior do teatro engajado não podia ser mais completa. Sumariamente, José Celso argumentaria da forma seguinte: se em 1965 a pequena burguesia ficou com a direita ou não resistiu, enquanto a grande se aliava ao imperialismo, todo consentimento entre palco e platéia é um erro ideológico e estético. É preciso massacrá-la. Ela, por outro lado, gosta de ser massacrada ou ver massacrar, e assegura ao Oficina o mais notável *êxito comercial*. (idem, p.101-2, grifo nosso)

Convém esclarecer: os setores de classe média alinhados com o marxismo estão incluídos nos possíveis massacrados, como revela uma entrevista de José Celso Martinez Corrêa citada por Schwarz. Assim, por um lado, Schwarz critica a visão unilateral que essa proposta estético-política tinha sobre as classes médias locais; por outro lado, observa que essa ela acabava dando vazão aos setores jovens que não se identificavam com o Arena porque não estavam ao lado da platéia – e, no caso do teatro de Boal, do palco também – mas se identificavam com os agressores das peças tropicalistas.

Por tudo isso, embora mais radical que o teatro épico de Boal, a resposta do teatro Oficina também não era política porque o seu próprio procedimento técnico era um passo atrás, na medida em que situava os problemas encenados a partir da consciência das classes dominantes. Ou seja: seria um teatro moralizante. Se representou esse recuo, a proposta de Zé Celso também trouxe avanços, especialmente no que toca aos seus ataques à vida burguesa, então vista em desagregação pelas vanguardas internacionais. Nesse particular, cabe destacar como a argumentação de Schwarz aqui parece se nutrir da análise de Walter Benjamin sobre o *culte de la blague* [culto à blague] e sobre a *roigne* [fúria encarniçada], as quais compunham a “disposição de espírito que alimentou os conspiradores profissionais de Paris durante meio

século de lutas em barricadas.” (BENJAMIN, 1989, p.12).

Entretanto, os repetidos ataques, virtuosamente encenados e sempre partidos do palco, ao qual cabia a predominância, deixaria de chocar os espectadores-alvos para deslumbrá-los. Essa estrutura ofensiva era composta por imagens de teor naturalista com uma ação que visava despir o público de suas proteções para atingi-lo com maior força. “Tocando o espectador, os atores não desrespeitam somente a linha entre palco e platéia, como também a distância física que é de regra entre estranhos, e sem a qual não subsiste a nossa noção de individualidade.” (idem, p.104). Se a lógica originária dessa técnica teatral queria afirmar que se trata de uma medida libertária, no caso do Oficina ela vem em forma de insulto. “O espectador é tocado para que mostre o seu medo, não seu desejo. É fixada a sua fraqueza, e não o seu impulso.” (idem, p.104). Nesse caso, a liberdade serve apenas para o palco, que detém o monopólio da força e da palavra. O resultado final seria o autoritarismo, por sua vez concretizado com a solidariedade de parte da plateia com o palco, às expensas da parte do público que foi ofendida por ele.

Sua base formal, aqui, é a sistematização do choque, o qual de recurso passou a princípio construtivo. Ora, a despeito e por causa de sua intenção predatória, o choque sistematizado tem compromisso essencial com a ordem estabelecida na cabeça de seu público, o que é justamente o seu paradoxo como forma artística. (idem, p.105 – grifos do original)

O trecho ecoa, embora com mudanças de base, o argumento apresentado por Schwarz em “Nota sobre vanguarda e conformismo”. O que se mantém? A ideia de que parte da esquerda nascida depois do golpe de 1964 é *cínica*, o que torna seu fundo crítico relativo. Ora, a inspiração benjaminiana do argumento sobre a *boêmia dourada* depois do golpe de Napoleão III novamente ressoa; naquele contexto, *depois de um golpe de Estado*, vigorava o *cinismo* na classe alta, enquanto a rebeldia ficava com os de baixo (cf. BENJAMIN, 1989, p.21).

Tudo somado, o melhor da cultura local do período teria sido resultado do momento anterior, que não se manteria mais. Pior, o fim forçado do horizonte político que animava a cena cultural que então se consolidava tornava também relativa sua capacidade em mudar a situação. Desse ângulo, compreende-se a crise dos intelectuais à esquerda. Daí também que Schwarz compreenda e apoie a “luta diretamente política” desses mesmos intelectuais desesperados, o que só podia acontecer por meio da luta armada. Em contraste aberto com a postura dos tropicalistas, Schwarz chega a comentar sobre a relação entre intelectuais e revolução, em chave diversa também do período populista. “Que interesse terá a revolução nos intelectuais de esquerda, que eram muito mais anticapitalistas de elite que propriamente

socialistas? Deverão transformar-se, reformular a suas razões, que entretanto haviam feito deles aliado dela.” (idem, p.110).

Como se sabe, essa não era a postura política proposta por Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a validade do nosso argumento não passa por esse tipo de afinidade. O que interessa destacar é que o raciocínio sociológico subjacente às análises culturais de Schwarz é construído a partir de formulações muito próximas das encontradas na a teoria a dependência, da qual tirou “as consequências estéticas” ao assinalar a “gravitação conjunta de atraso e modernidade” ao “particularizar o universal entrevisto não malgrado porém através – e de maneira negativa – da singularidade local que o especifica [...]” (ARANTES, 1992, p.37).

Cumprida a trajetória, cabe sintetizar alguns pontos cruciais que, à luz do nosso problema de pesquisa, estruturam-na. Desse ponto de vista, em primeiro lugar, cabe ressaltar as formas de exposição adotadas por Schwarz nos ensaios analisados.

Conforme vimos, a produção ensaística de Schwarz é conformada por vários tipos de intervenções: textos em jornal, conferências, aulas, respostas à enquete e etc, tal qual cabe a um *ensaísta*. Além de sinalizar uma intervenção no debate cultural local – uma das aspirações de um crítico cultural –, o qual muitas vezes corre por fora dos circuitos acadêmicos, essa maneira de produzir conhecimento revela uma busca permanente pela atualidade. Já o dissemos, mas cabe repetir: no ensaísmo de Schwarz, mesmo os temas aparentemente longínquos são lidos à luz dos problemas atuais.

Nesse particular, também cabe destacar a *linguagem* adotada pelo crítico, em tudo avessa às definições conceituais típicas de um fazer científico tradicional. Essa característica do ensaísmo de Schwarz, a que se junta a já mencionada desconfiança do objeto analisado, o coloca na tradição ensaística de Frankfurt, como assevera uma breve confrontação de sua disposição analítica com a seguinte afirmativa de Adorno:

O ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas, segundo as quais, como diz a formulação de Spinoza, a ordem das coisas seria o mesmo que a ordem das ideias. Como a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas, não equivale ao que existe, o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva e indutiva. [...] O ensaio recua, assustado, diante da violência do dogma, que atribui dignidade ontológica ao resultado da abstração, ao conceito invariável no tempo, por oposição ao individual nele submetido. (ADORNO, 2008, p.25)

Como recorda Gilliam Rose (1978), esse procedimento ensaístico é afim da dialética negativa e se opõe ao par – hegeliano – formado pelo emparelhamento do sistema filosófico e

da dialética “positiva”. Ou seja: os trabalhos de Adorno, como os de Schwarz, seriam exemplares da dialética negativa porque “são informados pela ideia de que conceitos, como usados ordinariamente, são distorcidos e mascarados pela realidade social.” (ROSE, 1978, p.11 – tradução nossa)²²⁶. Exemplar disso, entre os casos que vimos, é o conceito de vanguarda utilizado pelos tropicalistas, os quais, *em suas práticas*, revelam outras dimensões que conceito *abstrato* de “vanguarda” não revelaria por si mesmo. Como observou o mesmo Adorno, “enquanto crítica imanente de configurações espirituais e confrontação daquilo que elas são com o seu conceito, *o ensaio é crítica da ideologia*.” (ADORNO, 2008, p.38 – grifo nosso). A partir desse ângulo, podemos perceber o parentesco, concretizado na forma ensaística, entre dialética negativa e crítica imanente. No mesmo sentido, os ensaios de Schwarz também parecem especialmente atentos em sua problematização sobre a adesão àquela contradição, segundo Adorno (1998, p.7) típica dos críticos culturais, segundo a qual insinua-se que os objetos criticados seriam deficitários da cultura que o crítico afirma possuir, ainda que o faça de maneira implícita. Por um lado, o ensaísmo de Schwarz recusa a ideia de cultura como “algo de espiritual”, ainda nos termos de Adorno, uma vez que ela é tomada a partir de suas determinações materialistas. Por outro lado, é bem verdade que a sua crítica da ideologia pressupõe, em alguns casos, um sentimento de objetividade mais esclarecido que o dos objetos analisados - aliás, alimentado, muitas vezes, pelo próprio saber que o objeto analisado propicia ao seu crítico-; mas nem por isso deixa de haver um questionamento latente sobre as dificuldades e possibilidades de *superção* daquela ordem de coisas, o que relativiza a dimensão egóica desse sentimento de objetividade mais esclarecido que mencionamos. O mencionado questionamento é de natureza política, como procuramos demonstrar. Não há, no ensaísmo de Schwarz, quaisquer sugestões de saídas fáceis e óbvias.

Em outro plano, cabe destacar que, ao passarmos por alguns dos principais ensaios produzidos por Schwarz ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, pretendemos ter demonstrado como eles configuram uma *constelação* de teses e problemas sobre a cultura brasileira, sempre tematizados à luz dos debates atuais, os quais tiveram uma transformação profunda com o golpe de 1964. É essa característica constelacional que confere aos seus escritos uma sistematicidade não-sistemática, por assim dizer, cujo cerne é o o problema da *modernização* do país. Dele decorre o foco em duas problemáticas a seu respeito: por um

²²⁶ Nesse caso, talvez fosse possível imaginar que Schwarz radicaliza a noção de ensaio de Adorno, que, como filósofo, ainda se via obrigado a trabalhar com conceitos. Como observa Iná Camargo Costa (1986-7), “[...] o máximo que seu pensamento anti-sistemático [de Adorno] tolera em termos de exposição é a teoria, nunca o sistema.” (p.46). Em Schwarz, embora haja teoria, ela nunca é objeto de discussão em si mesma, como foi em Adorno.

lado, a análise da noção de *progresso* que as correntes culturais modernizantes colocam em pauta no debate local; por outro lado, a análise dos sentidos que a *técnica* ocupa em tais correntes.

A esse respeito, vimos que a base de sua crítica ao populismo e sua cultura correspondente é o marxismo uspiano forjado nas reuniões semanais dos jovens professores e alunos da FFLC-USP entre 1958 e 1964. De maneira similar, também pudemos perceber que suas críticas às vanguardas sucessoras da cultura nacional-popular, especialmente o Tropicalismo, tem como fundamento analítico a interpretação da história brasileira tal como formulada pelo Seminário Marx, especialmente no que diz respeito à forma *particular* de imbricação da relação entre “atraso” e “moderno” no país. No excursus a seguir, aprofundaremos essa ideia.

Prismas sobre a modernização brasileira (Excurso III)

Minha janela não passa de um quadrado
 A gente só vê Sergio Dourado
 Onde antes se via o Redentor
 É, meu amigo
 Só resta uma certeza
 É preciso acabar com a natureza
 É melhor lotear o nosso amor

Tom Jobim e Chico Buarque

Se tivermos sido bem-sucedidos nessa segunda parte de nosso trabalho, teremos demonstrado alguns traços que permitem diagnosticar o parentesco entre as formulações de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz sobre o processo de modernização pelo qual passou o país no contexto do golpe de 1964 e em seus momentos subsequentes. Talvez caiba aqui formular com mais precisão essas intuições, as quais não tem, entretanto, objetivo de estabelecer relações de causa e consequência entre as reflexões dos dois autores. O que se deseja ressaltar é certa homologia entre os pensamentos de ambos, o que não deve obscurecer suas diferenças.

Em primeiro lugar, portanto, cabe admitir e formular um contraste entre as duas partes que compõem nosso estudo. Como se viu, a primeira privilegiou, como seu recorte *lógico*, os estudos que Cardoso e Schwarz fizeram sobre os impactos do nexos capitalismo-escravidão na formação econômica, social e ideológica brasileira. Nela, o estreitamento entre os trabalhos dos autores ficou evidenciado por uma série de motivos que esperamos ter esclarecido ao longo de sua exposição. Na segunda parte, o cenário é qualitativamente diferente, pois, como revela a maneira mais abstrata como formulamos nosso recorte – a modernização do país no período pós-30 –, a unidade temática dos trabalhos analisados de Cardoso e Schwarz parece menor. Porém, essa distância não significa ausência de vinculações *lógicas*. Daí que o esforço de aproximação entre os estudos analisados nessa segunda parte seja, simultaneamente, mais necessário e menos evidente, do que resulta que a análise crítica que devemos proceder deve ser mais cerrada, embora respeitosa das próprias configurações que nossos objetos assumem a partir do recorte lógico que fizemos em nosso trabalho. De maneira mais imediata, a aproximação mais evidente entre os trabalhos de Cardoso sobre o desenvolvimento nacional pós-30 e os estudos culturais feitos por Schwarz sobre o mesmo período é a dimensão anti-populista da perspectiva de ambos. Como ressaltamos ao longo dos três capítulos, ambos recorreram à noção de *ideologia* para afirmar a dimensão *falsa* – porque teoricamente

abstrata e politicamente *conciliatória* – das formas políticas e culturais adotadas pelos intelectuais e agentes políticos da esquerda nacionalista no período. Ao formular suas críticas, Cardoso e Schwarz também se depararam com a pouca adequação dos esquemas do marxismo de matriz comunista – o qual, em sua forma dominante, fazia parte do arco político e ideológico que sustentava o populismo – à realidade nacional, o que impôs a sua reformulação, processo ao qual denominamos de “nacionalização” do marxismo. Em outras palavras: podemos dizer que a orientação política desse processo era a crítica da ideologia nacional-populista nos planos político e cultural, vistos como relacionados a partir de uma perspectiva que adota a noção de totalidade.

Como vimos, no caso de Cardoso, a crítica da ideologia era dividida entre a crítica do nacional-desenvolvimentismo, do marxismo soviético e das teorias da modernização. Com as particularidades de cada uma, pode-se dizer que, em geral, todas tendiam a ver com bons olhos a aliança política populista, a qual estaria levando o país adiante no processo de modernização. Para o autor, não se davam conta, por inadequações teóricas que resultavam em posicionamentos políticos, das contradições que esse processo ensejava. No caso do nacional-desenvolvimentismo, prevalecia a categoria “povo”, por exemplo; já o marxismo de matriz comunista possuía uma leitura etapista da história brasileira, a qual supostamente ainda enfrentaria os chamados “restos feudais”; por sua vez, no caso da teoria da modernização, os problemas sociais eram encarados como problemas de “mentalidade”. Nesse sentido, todas essas correntes teóricas deixavam de lado as contradições de classe, a lógica do capital e sua objetivação no Brasil. Ou seja: o aparato marxista, renovado pelas disposições “heterodoxas” bem situadas nas universidades, servia como munição teórica e política desse movimento. Nele, a ênfase naquilo que era visto como uma recuperação teórica e prática do autêntico método dialético parece ser o principal fator reclamado por tais autores, como indicam a introdução da tese de Cardoso, o ensaio crítico de Schwarz sobre *Dialética da malandragem, Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, os ensaios “As ideias fora do lugar” e “Cultura e Política, 1964-1969”, entre outros.

Homologamente, Schwarz analisa as propostas culturais surgidas a partir das agitações dos grupos culturais ligados aos setores nacionalistas e comunistas. Exemplos marcantes disso são suas considerações sobre os teatros dos grupos Opinião e Arena, ainda ligados, mesmo depois de 1964, à sensibilidade estético-política nacionalista. De alguma maneira, o Tropicalismo também é analisado a partir de suas ligações contraditórias com tais movimentos, razão pela qual é encarado pelo crítico como a resposta mais atual produzida pela esquerda do período. Não à toa, aliás, seus integrantes e simpatizantes foram

responsáveis pelo processo de modernização cultural do país, concretizado pela instalação das práticas próprias daquilo que ficou consagrado, à esquerda, com o nome de indústria cultural. As críticas de Schwarz a todos esses grupos têm a ver precisamente com uma certa interpretação da ligação política, econômica e cultural do país com o mundo, a qual entrava em choque tanto com aquilo que via como “ingenuidade” dos nacionalistas, como com a ânsia modernizadora dos tropicalistas.

Outro plano em que há homologia entre as perspectivas de Cardoso e Schwarz é aquele no qual o processo de modernização do país – tomado aqui em sentido amplo e envolvendo elementos como industrialização, urbanização, produção cultural etc. – é encarado como repositor das iniquidades locais. Nos trabalhos de Schwarz, essa perspectiva não-ingênua sobre a modernização do país aparece especialmente na forma de crítica à noção de progresso. Novamente, o Tropicalismo parece ser o exemplo mais estilizado. Tal movimento se alinharia a uma perspectiva apologética – isto é, acrítica – da modernização, entendida como justaposição entre formas “avançadas” e conteúdo “arcaico”. Haveria aí um esforço de *desistorização*, elemento o qual uma perspectiva que leva adiante as reflexões sobre as contradições sociais não poderia aceitar; além disso, não problematizaria (isto é, politizaria) as próprias técnicas com as quais trabalhava. Conjugados, ambos os elementos resultariam numa perspectiva afirmativa, contrária ao horizonte crítico comum às vanguardas às quais pretendia/pretende se filiar.

No caso de Cardoso, essa perspectiva não-ingênua do progresso aparece na descoberta de que os empresários industriais locais se distanciam da ascensão suposta pela teoria clássica sobre o *ethos* capitalista, bem como não estariam interessados/capacitados em realizar uma suposta revolução burguesa no país. Outro plano em que ela aparece é na ideia de que a internacionalização do mercado interno repõe a cisão entre as partes modernas do país e aquelas carentes de investimentos. Ou seja: as *formas* das estruturas da modernização política e econômica do país, incluídos aí seus agentes, relativizariam a ideia inscrita, por exemplo, na utopia *modernizadora* do “planejamento democrático” de Celso Furtado, por exemplo.

Assim, compreende-se por que Cardoso e Schwarz, à época, entendiam o golpe de 1964 como o momento de acerto de contas com as tradições políticas e culturais com as quais estavam debatendo ideias e disputando espaços. No espírito que estamos analisando, valerecordar um trecho em que Paulo Arantes comenta a relação entre Roberto Schwarz e Fernando Henrique Cardoso:

Ora, o tempo se encarregaria de mostrar que Roberto [Schwarz], ao cumprir o seu dever (materialista) de crítico literário, trazendo de volta a interpretação da

experiência brasileira para o centro do ensaio literário, como alguns anos antes o mesmo Antonio Candido mostrara ser possível fazê-lo, conseguira, por assim dizer, extrair energia estética negativa, transposta ato contínuo para o plano da crítica da cultura e da sociedade, do enfoque geral da assim chamada (para facilitar) teoria da dependência, mas precisara para tanto empurrar para debaixo do tapete o mais do que ambíguo caráter afirmativo dela, mais interessada em desfazer à esquerda as imagens ou imaginações equivocadas a respeito do funcionamento do capitalismo na periferia do que em criticar a cara feia do bicho (por certo achando que isto era uma obviedade moral para mais tarde, capitulação sem dúvida reforçada a cada rodada da controvérsia ideológica interna pelo acerto realista do seu diagnóstico). Associada porém dependente, ou vice-versa, pouco importa, o fato é que nossa economia se desenvolve, nossa matriz industrial está se completando, quando chegar a nossa vez saberemos extirpar as patologias inerentes ao processo. (ARANTES, 1998, p.39-40)

Estamos de acordo no que se refere à proximidade entre a crítica literária de Schwarz e a teoria de dependência de Cardoso. Entretanto, até onde pudemos assinalar ao longo desse estudo, há ressalvas no que se refere à contraposição entre a ênfase de Schwarz na negatividade – a qual, sem dúvida existe, como indicamos ao longo de nosso trabalho – e a suposta *ausência* de negatividade em Cardoso e Faletto. Essa afirmativa parece nos conduzir para a ideia linear de que em seus estudos sobre a teoria da dependência existe um núcleo predominante – ora mais perceptível, ora menos - de apologia da lógica do capital. Sem desacreditar na existência desses momentos, parece-nos que a situação é mais nuançada, como exemplificam nossas análises nos capítulos anteriores, em especial aquelas feitas no capítulo 5. No argumento de Arantes, parece haver uma projeção indevida do Cardoso dos anos 1990 para aquele dos meados dos anos 1970. Se é certo que Cardoso desacreditava nessa altura de uma perspectiva revolucionária, cabe observar que isso não é o mesmo que afirmar que sua teoria faria apologia do capitalismo dependente. De outro ângulo: o problema é que a radicalização da negatividade nesse caso significaria, em matéria de política, uma aposta em uma espécie de alteração brusca da realidade, em uma *revolução*, sem dúvida alheia ao horizonte de expectativa do autor naquele momento – o que se explica mais pela sua análise sociológica feita naquele período do que por uma suposta conversão ideológica muito anterior aos anos 1990. Nesse caso, a “positividade” supostamente inscrita na teoria da dependência de Cardoso tem a ver justamente com o “déficit de negatividade” diagnosticado pelo autor. É decisivo, pois, observar que as negatividades com as quais Cardoso e Schwarz trabalham são de ordens radicalmente distintas, o que se deve aos próprios objetos aos quais dedicam/dedicaram suas reflexões: o primeiro tem como referência a mobilização de classes em sentido transformador, enquanto o segundo identifica a negatividade com o ponto de vista do artista e a sua capacidade de lhe dar forma adequada – e apenas, em um segundo momento, coloca a questão política prática. A questão que fica, portanto, é: o que fazer quando estamos diante de uma situação na qual os pressupostos políticos da transformação social estão

ausentes?

É para essa questão que Cardoso e Schwarz adotaram respostas distintas, o que parece ter uma explicação lógica-política e não apenas moral. No caso de Schwarz, houve a permanência na posição frankfurtiana a que se chegou no final dos anos 1960, sem prejuízo da sua ação no plano da política cultural, especialmente no que diz respeito à reflexão acerca da politização da técnica/crítica ao progresso. Já no caso de Cardoso, a resposta tem a ver, ao menos parcialmente, com o seu crescente compromisso com a esfera política, o que lhe impôs tomar medidas que reforçassem o processo de reprodução capitalista no Brasil (ou seja, tomou medidas *afirmativas*) ao que se conjugava o seu diagnóstico de que o processo de internacionalização do mercado interno diminuía as chances de sucesso da organização classista aos moldes clássicos. Esses dois fatos explicam a impressão de que houvesse na teoria da dependência de Cardoso um núcleo afirmativo, que, de fato, existe em qualquer teoria que consiga explicar o real, plano no qual a dimensão afirmativa é inerente.

Sem apelar para o gosto pelo jogo de palavras, talvez seja interessante observar que, no caso de Cardoso, é como se houvesse uma espécie de reversão crítica que, em termos teóricos, políticos e ideológicos talvez pudéssemos apresentar como se fosse uma espécie de retorno de Marx a Hegel, cuja posição afirmativa da ordem social “fundava-se na suposição de que as formas sociais e políticas se haviam ajustado aos princípios da razão [...]. Sua conclusão supunha uma mudança decisiva na relação entre a realidade e a teoria: a realidade, afirmava-se, coincidia com a teoria.” (MARCUSE, 2004, p.227). Mas essa reversão crítica deve ser compreendida a partir do *concreto* – nesse caso, entendido como análise circunstanciada da trajetória intelectual e política do autor. Ela não foi determinada por uma ideia simpática ao desenvolvimento dependente-associado. Adotar esse tipo de explicação seria tomar o determinado pelo determinante. Nessa perspectiva, o que se pode reconhecer na ideia é um feixe de possibilidades, no qual está inscrita a *possibilidade* de atuação em prol da lógica das relações capitalistas. Porém, entre a(s) possibilidade(s) e o concreto surge a história e suas múltiplas determinações.

Para os nossos propósitos, cabe recordar, não sem tensão, que Hegel foi formulador de ideias importantes para a radicalização crítica de Marx. A relação entre ambos indica algo contraintuitivo, mas que para o nosso argumento é decisivo: entre a afirmação e a negação, entre a “positividade” e a “negatividade”, pode existir uma zona comum. E caberia pensar: essa transformação crítica seria *possibilitada* – não automaticamente gerada, note-se bem - pela conclusão acerca da chegada de um “novo tempo”, o qual *possibilitaria* essa sensação de que, enfim, realidade e teoria se conjugariam. Nesse caso, a própria crítica passaria ao campo

da ideologia, o que configuraria uma espécie de auto-implosão do pensamento, entendido como que ultrapassado pela realidade.

Coda – As encruzilhadas dos intelectuais: uma reflexão sobre a relação entre crítica e prática

O grande valor da dialética é precisamente o de não julgar moralmente, não dizer apenas: queremos a democracia, é necessário introduzi-la, queremos a revolução, é necessário fazê-la – mas perguntar-se quais as forças reais de transformação, qual a maneira de achar na realidade, no objeto, na sociedade, o sujeito da transformação, para tentar falar na sua perspectiva e assegurar, sabendo perfeitamente quais são os riscos do malogro [...].

Lucien Goldmann

Frente a isto, quem pensa criticamente e sem compromissos, quem não renuncia à sua consciência nem se deixa aterrorizar a atuar, é, na verdade, quem não desiste. O pensamento não é a reprodução espiritual do que já é. Enquanto não seja interrompido, o pensamento se aferra à possibilidade. Sua insaciabilidade, sua aversão a se conformar, rechaça a estúpida sabedoria da resignação. Nele, o momento utópico é mais forte quanto menos se objetualiza como utopia [...]. O pensamento aberto remete a mais além de si mesmo. Sendo um comportamento, uma figura da práxis, é mais afim à práxis transformadora que um comportamento que obedece à práxis. Propriamente, o pensamento é antes de qualquer conteúdo particular, a força para resistir [...]

Theodor Adorno

Feito o percurso da tese, já teremos exposto as conexões que pensamos existir entre os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. Como afirmado na introdução, essas articulações poderiam ser identificadas a partir de uma análise daquilo que chamamos “formas de pensar” dos autores, as quais seriam melhor compreendidas a partir da especial atenção à noção de crítica da ideologia e à sua decorrente procura por compreender as especificidades das *formas* sociais resultantes das *formas* de articulação entre a realidade local e o nexos globalizante do capitalismo. Em outro plano, vale observar que o retrato construído no Excurso I da tese, no qual revisitamos as memórias dos dois autores sobre o Seminário Marx, foi confirmado pela análise de suas obras: de fato, destacamos a frequente preocupação de Cardoso em avanços de cunho *metodológico*, enquanto nas obras de Schwarz, nas quais a questão metodológica central é a discussão a respeito do substrato material das formas artísticas, encontramos como ponto de partida as elaborações do sociólogo a respeito dos

vínculos da formação social brasileira com o capitalismo globalizante. Em outros termos: as análises de Cardoso, concretizadas como resultados de suas discussões metodológicas, foram o ponto de partida de Roberto Schwarz que conseguiu, a partir de uma perspectiva que lhe é própria, avançar sobre elas.

Por isso, o que se segue é uma apreciação, com foco alterado, das trajetórias de Cardoso e Schwarz no período que nos dispusemos analisar; agora, passaremos à análise das relações que estabeleceram com a prática política, o que se justifica pelo fato desse desdobramento estar, a nosso ver, vinculado às ideias por eles construídas no período. Ou seja: o ângulo que passamos a adotar no que se segue é o do problema do *intelectual*, esse sujeito cujas práticas costumam ser tão (in)tensas.

Em sua crônica sobre o surgimento da dialética hegeliana, Paulo Arantes (1996, p.241) observa que Hegel, ao afirmar, em sua célebre conversa com Goethe registrada por Eckermann, que a dialética consistia no “espírito de contradição *organizado*”, visava por em ordem o nilismo difundido entre os intelectuais alemães de sua época – o que, traduzido em sua obra, consistiu na crítica radical do romantismo então predominante, cujo nilismo tinha como fundamento histórico-sociológico a ausência de uma tessitura firme entre seus intelectuais e a sociedade a que diziam respeito. Essa organização espiritual hegeliana, como pontuou Iná Camargo Costa (1986-7), teve como um de seus resultados mais célebres o surgimento do marxismo. Dessa perspectiva, existe certa continuidade entre Hegel e Marx, especialmente no que diz respeito à *positivação* da dialética. Ou, por outra: em ambos, como notará o Lukács de *História e consciência de classe*, havia, embora de modos diferentes, a afirmação da identificação entre sujeito e objeto, a qual, na perspectiva marxista, poderia resultar na *revolução socialista*. O horizonte da dialética é, portanto, dissolver-se numa realidade transformada *superior* a partir de si.

Essa perspectiva, também compartilhada por Lukács quando escreveu *História e consciência de classe*, foi ultrapassada pela história. Para nos restringirmos ao conjunto de reflexões com as quais trabalhamos ao longo dessa tese, fiquemos apenas com dois sinais que evidenciam essa ultrapassagem: o primeiro é o prefácio autocrítico que o próprio autor escreveria nos anos 1960 ao livro, texto em que afirma a cisão entre sujeito e objeto da história – argumento que leva, no caso do Lukács tardio, à legitimação do partido de vanguarda aos moldes leninistas. Nesse caso, o que se trata de destacar é que o elemento responsável pela positivação da dialética não era mais a base do proletariado, sujeito e objeto da história no seu esquema antigo, mas sim o partido bolchevique, responsável por orientar

essa classe social na direção que deveria ser do seu interesse segundo o esquema marxista.

O segundo sinal nos interessa mais de perto pelo seu paralelismo com a situação dos intelectuais uspianos que são nossos objetos de análise. Trata-se da contribuição da Teoria Crítica. Ao seu modo, figuras como Max Horkheimer e Theodor Adorno também concluirão pela diferença entre o sujeito e o objeto da história, mas tirarão outras conclusões sobre o assunto. A esse respeito, o seguinte trecho de “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, ensaio fundador escrito Horkheimer, é exemplar:

Ao contrário, também para o proletariado o mundo aparece na sua superfície de uma outra forma. Uma atitude que não estivesse em condições de opor ao próprio proletariado os seus verdadeiros interesses e com isso também os interesses da sociedade como um todo, e, ao invés disso, retirasse sua diretriz dos pensamentos e tendências da massa, cairia numa dependência escrava da situação vigente. O intelectual que, numa veneração momentânea da força de criação do proletariado encontra sua satisfação em adaptar-se e em fazer apoteoses, não vê que qualquer poupança de esforços do seu pensamento e a recusa a uma oposição momentânea às massas, para as quais ele poderia levar os próprios pensamentos, faz com que estas fiquem massas mais cegas e fracas do que precisariam ser. Seu próprio pensamento faz parte do desenvolvimento das massas como um elemento crítico e estimulador. Submetendo-se totalmente às situações psicológicas respectivas da classe, que em si representa a força para a transformação, esse intelectual é levado ao sentimento confortador de estar ligado a um enorme poder e o conduz a um otimismo profissional. Mas quando este otimismo é abalado em períodos de duras derrotas, surge então o perigo para muitos intelectuais de caírem num pessimismo e num niilismo, igualmente profundos, tão exagerados como foi o seu otimismo. Não suportam o fato de que, justamente o pensamento mais atualizado, o que compreende com mais profundidade o momento histórico e o que mais promete para o futuro, contribui em determinados períodos para o isolamento de seus representantes. *Eles esqueceram a relação entre revolução e independência.* (HORKHEIMER, 1983, p.135 – grifo nosso)

Essa caracterização sumária serve para construirmos uma imagem do movimento teórico e intelectual político feito por Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz nos anos 1960 e 1970. Para sermos mais precisos: ao contrário do que ocorreu na Alemanha do século XIX e na Europa no início do século XX, na qual o marxismo se tornou tributária de uma visão positivante da história, no Brasil dos meados do século XX a sua versão loca que estamos analisando nasceu como uma crítica à visão desse tipo. Nesse sentido, a dialética marxista por aqui assumia uma feição *negativa*. É claro que nem por isso o horizonte positivo deixava de existir, como demonstrava o período pré-golpe de 1964, muitas vezes, ao menos no plano cultural, caracterizado como “pré-revolucionário” (RIDENTI, 2007). Mas – e é isso que se quer destacar – esse horizonte era entrevisto por alguns setores, entre os quais o uspiano, como possível a partir da crítica da ideologia de parte da esquerda daquele período, identificada com o o que chamavam de populismo.

Em outras palavras: como se viu ao longo desse trabalho, o exercício do marxismo uspiano consistiu em trazer à tona, no plano da política local e de seu correlato teórico, a *crítica* e a *negatividade*. Tratava-se de *criticar* o que poderíamos chamar de “*falsa* organização do espírito de contradição organizado” estimulada pelo entusiasmo insuficientemente crítico da aliança nacional-popular – oposto, para efeitos desse raciocínio sumário, ao nilismo que Hegel identificava nos intelectuais alemães do final do século XVIII e início do XIX – da qual fazia parte a direção do Partido Comunista local, até então guardião do marxismo no país, e os demais setores nacionalistas da inteligência nacional. Em suas críticas, os seminaristas uspianos visaram destacar sua série de equívocos, os quais podem ser sumarizados na ideia de que os erros teórico-metodológicos que afixavam essa aliança resultaram em equívocos políticos graves, como teria confirmado o golpe de 1964 – nessa chave, entendido como uma espécie de “1848 brasileiro”. Entre esses erros, estava a tese identificada com uma *falsa* positividade *reconciliada* – a chamada revolução burguesa, supostamente prenunciadora, para os comunistas de então, de uma etapa socialista.

Na esteira dessa imagem contrastante que montamos, não deixa de ser curioso que a arma que os uspianos utilizaram contra os advogados da aliança nacional-popular seja a dialética marxista, a qual supõe certa positividade. Em outros termos: embora buscassem ressaltar as contradições do processo de modernização do Brasil as quais os setores nacionalistas negligenciavam – propositalmente ou não, não importa –, o método crítico que utilizavam supunha um momento positivo *verdadeiro* no final, a *revolução*. Esse horizonte esteve inscrito em suas reflexões, como revelam a livre-docência de Cardoso e as críticas culturais e políticas feitas por Schwarz entre 1966 e 1970. Por outro lado, o problema da chamada “questão nacional”, naquele período identificada concretamente como o problema da superação do subdesenvolvimento, também se orientava para uma direção positiva – no que coincidia, de certa forma, com o paradigma revolucionário. Daí que se compreenda que à época houvesse quem identificasse a revolução como o fim do subdesenvolvimento, como Cardoso ao final de *Empresário industrial*. A questão, no entanto, tinha seu fundamento elementar na questão prática; ou seja, na identificação das forças sociais que poderiam levar adiante um projeto político desse tipo. Esse é um problema fundamental de textos como *Empresário industrial* e “Cultura e Política, 1964-1969”, para ficarmos em apenas dois exemplos. Se se concluísse que as forças sociais potencialmente revolucionárias não existiam, ou estavam bloqueadas pela situação social em que eram colocadas a partir das estruturas de dominação do país, a conclusão a que se chegaria, em respeito à objetividade, era dura: o

horizonte emancipatório, a revolução, passaria para o campo da ideologia.

No plano das ideias, essa tensão existencial foi muito produtiva, pois teria gerado aquilo que descrevemos durante o nosso trabalho como a “nacionalização do marxismo”, processo intelectual cujo aspecto essencial reside no esforço de compreender as formas sociais decorrentes da forma *específica* de inserção do país na rede internacional ensejada pela ordem capitalista. Esse é o fio que liga obras como, por exemplo, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, *Ao vencedor as batatas* e um *Um mestre na periferia*.

Desse prisma, as trajetórias de Cardoso e Schwarz, junto daquelas traçadas por outros intelectuais uspianos, poderiam ser lidas como um esforço crítico coletivo que resultou naquilo que poderíamos chamar de um novo capítulo da *formação de um marxismo brasileiro*, o qual passaria pela recuperação dos aportes teóricos do marxismo aberto de Caio Prado Júnior, o primeiro marxista nacional (RICUPERO, 1997), e pela recuperação crítica de parte significativa do que poderíamos chamar de “tradição radical brasileira” (CANDIDO, 1990), na qual se incluiria as figuras de intelectuais como Florestan Fernandes, Celso Furtado e Antonio Candido (BRANDÃO, 2007). A partir das sínteses surgidas desses diálogos, esse esforço crítico foi capaz de formular o que chamamos no início dessa tese de “*forma de pensar*”, concretizada na formulação de categorias, problemas e hipóteses explicativas sobre o processo histórico brasileiro nos planos analisados por seus trabalhos²²⁷. Nos planos das formações de redes intelectuais, pode-se mesmo indicar a hipótese de que esses trabalhos façam parte daquilo que poderíamos denominar de *marxismo de matriz universitária* – por oposição ao que Brandão (2007) denomina como marxismo de matriz comunista. Diferentemente do último, porém, as versões de Cardoso e Schwarz daquele período não indicam, com clareza, os sujeitos sociais que poderiam ser os agentes da transformação social, o que já revelava o *relativo* ceticismo que se confirmaria tempos depois. Para colocar a questão em termos adequados e desprovincianizados, cabe observar o paralelismo dessa situação com aquela enfrentada pelos frankfurtianos no momento em que começavam a elaborar sua orientação teórica e política. Ainda em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, lemos:

O desenrolar do confronto entre os setores mais progressistas da classe e os indivíduos que exprimem a verdade dela, e além disso, o confronto entre esses setores, inclusive os seus teóricos, e o resto da classe, se entende com um processo

²²⁷Com isso, não queremos sugerir que outras versões do marxismo não sejam “brasileiras”. Por isso utilizamos “*um marxismo brasileiro*”. O que desejamos sublinhar é o esforço de fundir “teoria com realidade”, tal como mencionamos em nossa introdução. Outros intelectuais, por caminhos diferentes, fizeram esforço similar.

de efeitos recíprocos, no qual a consciência desenvolve, junto com as suas forças libertadoras, suas forças estimuladoras, disciplinadoras e violentas. O vigor deste processo se manifesta na possibilidade constante de tensão entre o teórico e a classe, à qual se aplica o seu pensar. A unidade das forças sociais, das quais se espera a libertação é, em sentido hegeliano, ao mesmo tempo sua diferença: ela existe só como conflito, o qual ameaça constantemente os sujeitos nela envolvidos. Isso se torna evidente na pessoa do teórico; sua crítica é agressiva não apenas frente aos apologetas conscientes da situação vigente, mas também frente a tendências desviacionistas, conformistas ou utópicas nas suas próprias fileiras. (HORKHEIMER, 1983, p.136)

Como já mencionado, as bases fundamentais das reflexões de Cardoso e Schwarz foram elaboradas em um momento-chave, no qual havia uma grande esperança de transformação do país pela esquerda que foi seguida pela derrota sofrida por ela em 1964. Da positividade nacional-populista – à qual os autores já faziam críticas – passamos à negatividade política. É compreensível que os intelectuais progressistas do período, entre os quais Cardoso e Schwarz, passassem a estudar as razões para a instauração da ditadura militar. Assim, inaugurava-se um novo momento intelectual no qual, no lugar das certezas do ufanismo nacional-popular, predominavam as dúvidas sobre o sentido da modernização brasileira. Seria ela socialmente integradora? O diagnóstico da estagnação de Celso Furtado (1966), a formulação sobre a autocracia burguesa de Florestan Fernandes (2010 [1975]), a formulação de Cardoso e Falleto sobre o desenvolvimento dependente e associado e as críticas culturais de Roberto Schwarz, entre outros, têm em comum, a despeito de suas diferenças salientes, o fato de colocarem em relevo a pergunta e sugerirem como resposta uma negativa.

Embora não seja a problemática que organiza nossa investigação, cumpre observar que o contexto do início dos anos 1960 - formado não só pelo acirramento dos conflitos sociais locais, mas também pelo aprofundamento da Guerra Fria e pela Revolução Cubana, inspiradora da radicalidade de intelectuais latino-americanos – impelia os jovens acadêmicos uspianos a flertarem com a prática, como sugerem a tese de livre-docência de Cardoso e “Cultura e Política, 1964-1969”, para ficarmos nos mesmos exemplos que citamos²²⁸. E se formos ainda mais longe, cabe notar que a participação de intelectuais em Maio de 1968 e nas revoltas estudantis alemãs demonstrava que as encruzilhadas entre teoria e prática ganhavam dimensão mundial naquela quadra da história contemporânea. Outro plano no qual essa

²²⁸ Em reforço à argumentação, pode-se citar o final da tese de livre-docência de José Arthur Giannotti, que também demonstra, ainda que em outra chave, a atração que a prática social transformadora exercia sobre a intelectualidade uspiana. Nos seus termos: “Talvez seja mais cômodo abandonar as incertezas à especulação dos filósofos e lançar-se de vez na construção da nova sociedade. O que importa, porém não é a comodidade desta ou daquela posição, pois quem se propõe a alcançar a realidade racional o faz porque está disposto a honrar a verdade. Na sua própria *praxis* germina a dúvida e a interrogação; cumpre despertá-las.” (GIANNOTTI, 2010 [1960], p.204)

atração pela prática política se revela é o da a própria escolha de *História e consciência de classe* e *Questão de método* como referências para seus estudos de Marx. Como se sabe, Sartre era o modelo do intelectual de sucesso acadêmico engajado e simpatizante das causas populares e anti-coloniais (cf. ALMEIDA, 2009). Por sua vez, o livro de Lukács teve um “impacto verdadeiramente traumático” em gerações de marxistas, apesar da falta de edições do trabalho²²⁹, e era um símbolo de sofisticação intelectual e apego à prática política crítica à União Soviética (ZIZEK, 2003).

Esse, pois, o problema: a relação entre teoria e prática em contexto local, continental e mundial turbulento. Se, em certo sentido, paixão pela objetividade e simpatia pela revolução, casamento que é próprio do marxismo, se conjugavam, por outro se separavam. Uma boa caracterização das ambiguidades tensas dessa relação pode ser formulada a partir da lembrança de Edward Said (2017, p.19-20), para quem Antonio Gramsci distinguia os intelectuais entre aqueles cujas funções seriam rotineiras e repetitivas (“intelectuais tradicionais”) e aqueles que agem em função de interesses de classes, organizando-as (“intelectuais orgânicos”). Ora, a prática da ciência aos moldes de Florestan Fernandes os colocava no polo tradicional, embora o método e as simpatias políticas, que pareciam se reforçar, conduziam para o segundo²³⁰ - configurando um quadro similar ao que Lukács, em prefácio tardio a *Teoria do romance*, chamará de combinação entre “ética de esquerda” e “epistemologia de direita” (LUKÁCS, 2009, p.18-9). Diante desse quadro, é inegável que as obras escritas a partir da experiência do Seminário Marx se colocaram a tarefa de serem, simultaneamente, mais afiadas epistemologicamente que o estrutural-funcionalismo em voga na sociologia latino-americana e politicamente mais progressistas que os sociólogos simpatizantes da neutralidade axiológica de matriz cientificizante. Essa busca pela *superioridade metodológica e política*, dos seminaristas assumiu, por exemplo, a forma de conflito com a geração representada por Florestan Fernandes.

No plano metodológico, a procura por afirmar a superioridade do marxismo acarretou a aceitação de estabelecer o conflito epistemológico-político *dentro dos marcos estabelecidos* pela institucionalização universitária pela qual passava a sociologia, processo conduzido sob a liderança de Florestan Fernandes em São Paulo. Isso ajuda a compreender a razão pela qual a ideologia se tornou assunto de destaque nessas reflexões marxistas; afinal de contas, a

²²⁹ Os seminaristas uspianos, inclusive, utilizavam uma edição francesa pirata do livro (RODRIGUES, 2011).

²³⁰ Como indicamos, a campanha pela educação pública e a fundação do CESIT colocava a questão da militância política, em sentido amplo, na pauta dos demais componentes da Cadeira de Sociologia I. O desdobramento radical dessa tensão, no caso de Florestan Fernandes, aparecerá na sua adesão posterior ao marxismo e à atividade de publicista.

ideologia era o conceito que designava os conjuntos de ideias e práticas rotineiras na sociedade, objetos de análise da reflexão propriamente científica. Tratava-se de compreender suas origens, suas funções, seus efeitos e suas formas de manifestação a partir da compreensão da forma de capitalismo instalada no processo que deu origem à formação nacional. Além de problema teórico, a ideia de ideologia também se tornava arma de crítica. Encontramos, sem dificuldade, diversas referências dos seminaristas uspianos ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) nesses termos.

Um dos sinais que confirmam a adesão dos seminaristas às regras do campo científico então em formação são as resistências e oscilações que perpassam grande parte de seus comentários sobre suas posições políticas do período. Nesse caso, o próprio não-comentário não deixa de ser revelador, uma vez que pode ser entendido como a busca por estabelecer uma coerência precoce. Para imaginar a sua importância na vivência desses autores, basta imaginar um caso contrário: para um cientista aos moldes tradicionais, a questão não seria problema e talvez fosse irrelevante.

Isso certamente vale para Cardoso, um dos líderes do seminário e futuro político de carreira bem-sucedida e também para Schwarz, embora no seu caso a tensão não se dê da mesma forma; afinal de contas, ele teria saído das Ciências Sociais justamente devido ao positivismo reinante nesse campo intelectual, o que não deixa de ser um sinal de relativa recusa das regras que iam se estabelecendo. Por outro lado, seu apego às reflexões dialéticas originadas no campo literário lhe permitiam fincar bandeira em uma posição difícil, uma vez que crítica do formalismo absoluto (homólogo, para efeitos desse raciocínio, ao positivismo nas Ciências Sociais), que despreza o elemento social da forma literária, e da teoria do reflexo de matriz comunista, por sua vez incapaz de compreender as especificidades do fazer artístico. Uma das formas pelas quais Schwarz buscava afirmar sua posição era recorrer à questão da objetividade, em nome da qual, por exemplo, criticou a ideologia de “Dialética da malandragem” de Antonio Candido, para não mencionarmos sua polêmica com os concretistas. Outro conflito latente em sua trajetória foi aquele ocorrido *dentro* do campo crítico, em que se debatiam perspectivas vinculadas à resistência armada ao regime militar – se não diretamente, ao menos intelectualmente, na apreciação comum nos anos 1960 de figuras como Louis Althusser, Vladimir Lênin, Mao Tsé-Tung, Régis Debray e etc – e aquelas relacionadas ao campo institucional da política.

De modo geral, entretanto, pode-se extrair um traço analítico acerca das relações que tais intelectuais estabeleciam com as práticas acadêmica e política, ambas mediadas pela

dialética. Sobre isso, convém observar que as várias figurações da dialética na Modernidade – a ironia, o ensaísmo, a conversa brilhante de salão– eram especialmente afirmadas por intelectuais com pouca ou nenhuma influência sobre o Estado. Isto é: a liberdade de espírito, propiciada pela condição *de setor dominado da parte de cima da sociedade*, teria permitido, como anota Paulo Arantes (1996), essa ênfase na contradição. De alguma forma, esse parece ser o caso do Seminário Marx, no qual a crítica à ideologia formulada pelo ISEB surgia *pari passu* à ideia de que seus intelectuais estavam *dentro* do Estado. Por esse ângulo, podemos compreender o solo em que se afirmava, simultaneamente, as condições de “cientista” e de “revolucionário”, usualmente cindidas no senso comum; afinal, essas duas figuras se contrapõem à figura do “intelectual oficial”, cuja responsabilidade seria a de criar ideias justificadoras da realidade, descompromissadas com a verdade e com a mudança social e, portanto, *ideológicas*. Reencontramos, por esse ângulo, uma talvez surpreendente coincidência entre “crítica”, “revolução”, “ciência” e “objetividade”, ideias que as preleções de Weber (s/d) sobre as vocações política e científica mandam separar. Essa reunião ocorreu pelo compromisso, entendido como único, com a objetividade e com a transformação política – ou, nos termos de Horkheimer acima mencionados, “independência” e “revolução”. A conjugação dessas ideias surgia pela *radicalidade*. A força desse *ethos* se revela nas atividades dos intelectuais que fundaram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), ambos centros de pesquisa nascidos com o compromisso de colaborar para a transformação do país, entendida, nesses casos, não à maneira revolucionária clássica, mas sim a partir da radicalização da democracia²³¹.

Mas cabe perguntar: quem são os indivíduos propícios a esse *ethos*? Como o próprio Weber destacou, “o idealismo político, que não se detém diante de nenhuma consideração e de nenhum princípio, é praticado, se não exclusivamente, ao menos principalmente, por indivíduos que, em razão da pobreza, estão à margem das camadas sociais interessadas na manutenção de certa ordem econômica em sociedade determinada.” (WEBER, s/d, p.67). A sugestão de Weber é interessante pelo que se aproxima e pelo que se afasta do caso dos uspianos.

Por um lado, não se pode dizer que os seminaristas uspianos fossem propriamente

²³¹ Comentando a formação do CEDEC, Cícero Araújo pontua: “Note-se a influência nada desprezível que essa situação de lusco-fusco imprimiu sobre a trajetória do Cedec nessa primeira fase. Com muita efetividade, ela forneceu o estímulo para uma atuação bifronte de seus quadros, mais ou menos nos moldes do projeto fundador. Vale dizer, combinar, sem grandes constrangimentos, a “vocação científica” da instituição com seus compromissos de intervenção prática, uma vez que a tarefa de superação da ditadura aparecia, para o intelectual brasileiro do tempo, como uma missão em harmonia quase perfeita com a atividade investigativa”. (ARAÚJO, 2017, p.17)

marginais, nem pobres. Ou seja: eles não estavam em condições de produzir uma completa negação da realidade – ideia suposta na sugestão de Weber, que une marginalidade econômica e política ao interesse pela revolução. Ao contrário, eram acadêmicos e fiéis ao espírito científico, além de desejosos de participar do debate público. Nesse aspecto, não só não eram marginais (e nem queriam sê-lo), como não eram propriamente idealistas, uma vez que desenvolviam suas reflexões em um ambiente avesso às puras especulações e ao diletantismo.

Por outro lado, em sentido político, eram marginais. Dito de modo mais claro: embora cientistas e pesquisadores da realidade social, pode-se frisar que as suas condições intelectuais e políticas eram, no plano nacional, marginais em relação ao protagonismo do ISEB, por sua vez resultante de sua proximidade com o Estado²³². O quadro estava armado: de um lado, a autossuficiência política e científica surgida de uma auto-imagem de um grupo acima dos conflitos sociais, aos quais não fariam concessões; de outro, a imagem de uma instituição dubitativa, contraditória e conciliadora, resultado de sua imersão na política²³³.

Algo desse *ethos* continuará, embora de outra *forma*, nos anos 1970. Se tomarmos a colaboração de alguns intelectuais do CEBRAP, liderados por Fernando Henrique Cardoso, com o programa político do MDB em 1974 como referência, estaremos em condição de assinalar que, a partir dali, há um novo horizonte de expectativas de seu líder. Abria-se, naquele momento, uma janela de oportunidade para que Cardoso tivesse condições de participar efetivamente do jogo político da transição do regime político autoritário. Embora esse fato não explique a sua transição ideológica, ele nos permite assinalar um ponto que nos interessa aqui: aquela liberdade de espírito, típica dos intelectuais *déclassés*, cujo resultado pode ser a radicalidade política, passa, paulatinamente, a sumir; o compromisso com a realidade – isto é, com a efetividade política – passa a ser a referência *imediata* do discurso do

²³² Cabe destacar que o entendimento segundo o qual a situação de certa disponibilidade intelectual e material, originada da conjugação entre marginalidade e pobreza, de setores intelectualizados pode resultar em simpatias revolucionárias aparece já em *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*, de Karl Marx, e na seção “Boêmia” de “A Paris do Segundo Império”, de Walter Benjamin. Nelas, essa situação é anotada a partir da figura do “conspirador”. Se não se pode afirmar um paralelo estrito entre ela e as figuras dos seminaristas até 1964, talvez não fosse ir longe demais imaginar que os intelectuais brasileiros radicalizados no período pós-golpe de 1964 assumiram, eles mesmos, papéis similares a esse. Afinal de contas, eles não “conspiravam” contra o regime militar com vistas à alteração profunda da ordem econômica e política da sociedade brasileira? Os modos pelos quais cada grupo de intelectuais optou por atuar nesse sentido – luta armada, integração à institucionalidade política do regime, atuação midiática – não invalida, a priori, a percepção de que, em comum, essa geração se viu, em linhas gerais, em situação de relativa pobreza e marginalidade e atuaram contra a institucionalidade posta – a qual, como no caso analisado por Marx, também foi fruto de um golpe de Estado. Logo voltaremos ao tema.

²³³ Um dos inúmeros exemplos possíveis que revelam essas imagens aparece no prefácio escrito em 1972 para a segunda edição de *Empresário industrial*, lê-se: “A ideologia que afirmava a viabilidade da aliança entre a burguesia nacional, parte da massa popular urbana e o Estado para produzir transformações estruturais capazes de dinamizar o desenvolvimento econômico em bases nacionais, revelou sua fragilidade diante dos dados do estudo feito.” (CARDOSO, 1972, p.14 – grifos nossos).

intelectual-político. Naturalmente, não se trata de imaginar que isso afete, necessariamente, a honestidade intelectual de Cardoso; o que se quer assinalar é que os referentes mais imediatos do seu discurso não são mais as contradições sociais ensejadas pelo capitalismo brasileiro, mas sim as forças sociais que nelas atuam em suas formas *imediatas*. O primeiro seria objeto próprio do cientista; o segundo, do político. Assim, as exigências postas por uma prática *positiva* – a política partidária real – conduzia à separação dos figurinos de “cientista” e “político”. Nos termos utilizados por Elisabeth Badminter (2009) em sua trilogia sobre a relação dos *philosophes* iluministas com os elementos marcantes da sociedade aristocrática europeia do século XVIII, poderíamos assinalar que Cardoso passava da “exigência de dignidade” para a “vontade de poder” (BADMINTER, 2009).

O caso de Schwarz é diferente. Salvo melhor interpretação, a sua postura é de crescente *afastamento* da política *imediate*. Se a sua postura engajada – isto é, sua vinculação à prática política imediata – aparecia nos textos do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, ela parece se transmutar em direção a um discurso analítico que se pretende mais objetivo e mais descompromissado com os interesses e práticas *imediatos* das forças sociais progressistas, com as quais o autor não deixa de simpatizar. Ou seja: em seu caso, não há subordinação da análise à política, o que se tornou, em certa medida, inevitável no caso de Cardoso. Embora nunca tenha deixado de se manifestar a favor das ideias da esquerda, Schwarz parece ter construído sua trajetória a partir da valorização da sua independência intelectual – uma espécie de equivalente à “exigência de dignidade” observada por Badminter no período intermediário de afirmação dos filósofos iluministas. Nesse caso, independência não é o avesso do compromisso, como querem alguns; pode ser, ao contrário, a sua forma mais radical, pois almeja ir até o centro das contradições, sem se deter nas contingências que eventualmente bloqueiem sua superação. Próxima à ética da convicção, essa postura não deixa de trazer problemas, pois, afinal de contas, a política é feita, sobretudo, *no imediato*.

Pelo que vimos ao longo da tese, pensamos que o argumento apresentado por Schwarz ao final de seu “Um seminário de Marx” pode ser relativizado, pois, por um lado, os trabalhos de Cardoso e os seus, ao menos, indicam as mazelas da modernização brasileira. Por outro lado, entretanto, o ponto central da dimensão simpática à modernização que Schwarz identificou nos trabalhos do grupo uspiano estaria em que a chamada “questão nacional” – ou

a questão da *formação* do país – só pode ser colocada de uma maneira, por assim dizer, “positiva”. O que queremos dizer é que a crítica de Schwarz, que se dirige a prática intelectual dos seminaristas, talvez erre o alvo, pois a ânsia pela positividade vem da própria matéria analisada; no caso, da formação social brasileira.

Embora o progresso ponha e reponha aspectos típicos dos processos de desagregação social, o que o relativiza como noção, como bem aponta Schwarz, os problemas do Brasil – entre os quais se destaca a falta de capacidade de integrar socialmente a parcela mais pobre da população – se colocam como problemas de desenvolvimento econômico, social e político, na medida em que esses processos são vistos como as chaves *necessárias* para superá-los. Dito resulta, portanto, um círculo vicioso: se a formação histórica brasileira demonstraria, com toda força, as variadas dimensões regressivas da modernização, o que ocorre é a ideia de que as soluções para elas é o estabelecimento de novas ondas modernizadoras, por sua vez portadoras de dimensões bárbaras, que voltam a repor o problema. É claro que se pode imaginar, dialeticamente, que se trata de um efeito falso do verdadeiro – e, nesse sentido, a crítica da ideologia de Schwarz faz pleno sentido. Mas o que se quer acentuar aqui é que esse efeito falso, ao ser um momento do verdadeiro, é falso e *não-falso*, como observa o Lukács de *História e Consciência de classe* – o que importa pois impacta robustamente nas possibilidades da política diante desse cenário. Por essa razão, ao mobilizar tal crítica, o próprio Schwarz reconhece que “talvez a ideia não pudesse se realizar em nosso meio [...]” (SCHWARZ, 1999, p.18).

Pode-se imaginar um eventual rompimento político e ideológico com a noção de “progresso” e suas correlatas, mas ainda resta difícil imaginar como ela poderia ser substituída em nossos horizontes de expectativa, pois sua *crítica*, embora verdadeira, não resolve o problema de maneira *prática*, na medida em que não resolve os diversos problemas dos quais a modernização aparece como solução (eis aqui a gênese do falso a partir do verdadeiro). E mais: essa crítica poderia resultar na sugestão de um rompimento dos laços que ligam o Brasil ao mundo. Se, por um lado, esse rompimento pode parecer desejável a um socialista, uma vez que esses laços são capitalistas, por outro lado, pode resultar em isolamento e acentuação das mazelas nacionais – embora nada garanta, por outro lado, que o seu cultivo resolva os problemas, dos quais, inclusive, pode ser a origem. Uma análise crítico-concreta tem que levar em conta ambas as possibilidades e pesar quais são as suas chances de realização.

É claro que nem de longe imaginamos resolver o problema. Nossa contribuição se

resume, por um lado, a coloca-lo de pé e destacar que ele nos parece essencial para compreender a crescente separação teórica e ideológica entre Cardoso e Schwarz. Se se quiser, é possível dizer que cada um dos autores, a partir de suas perspectivas próprias, pode reclamar para si uma interpretação plausível da tese do jovem Marx segundo a qual “ser radical é tomar as coisas pela raiz”.

Mundando de plano e tendo essa problemática da formação do marxismo brasileiro em mente, pensamos que é preciso mediar a afirmação de que os marxistas uspianos seriam epígonos de um “marxismo ocidental brasileiro” (SADER, 2004; ARANTES, 2007). Em boa medida, essa noção de Perry Anderson (2004) é calcada na sugestão de que esse tipo de marxismo implicaria a *ruptura com a prática política*, do que resulta que os frankfurtianos sejam tidos como seus representantes máximos.

Cardoso e Schwarz são autores que desenvolveram suas análises marxistas na universidade. Entretanto, essa característica não indica, *per se*, que elas sejam desprovidas de intenção de intervenção política. Assumir tal ponto de vista significaria tomar como base argumentativa uma versão da oposição, de matriz positivista, entre ciência e política. Essa oposição seria inaplicável à tradição marxista, que, apesar de suas diferenças, parece ter em comum a aspiração de aliar esses dois campos. Nesse sentido, vale recordar as observações de Adorno (2008) e Habermas (apud Costa, 1986-7), segundo as quais o ensaio possui intenção de intervenção política, embora o faça de maneira mais mediada do que a atuação política direta. Nesse sentido, a prática científica orientada emancipatoriamente se assenta na recusa da separação pressuposta no esquema interpretativo de Anderson.

De maneira mais concreta, a simpatia de Schwarz pelos movimentos armados no período mais duro da repressão de 1968, sua adesão ao Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980 e o diálogo público que estabelece com as artes devem ser tomadas como um modo de intervenção política. Da mesma maneira, a atuação política prévia de Cardoso ao golpe de 1964 e a sua circulação internacional no período posterior também podem ser vistas da mesma maneira. Ora, se não for assim, como compreender a fundação do CEBRAP? Dessa perspectiva, em quadro sócio-histórico alterado, a fundação do CEBRAP, com as pesquisas e debates que dela decorreram, talvez possa ser entendida como uma nova *forma*, profundamente informada pelo período de redemocratização do país de unir teoria à prática.

Em uma brincadeira popular com suas filhas Jenny e Laura, Marx registrou, talvez por

volta de 1860, uma série de perguntas e respostas sumárias sobre suas preferências (MARX, 2017, p.202). Quando indagado sobre seu mote preferido, escolheu *De omnibus dubitandum* - “Duvidar de tudo”. Lição aprendida por Cardoso e Schwarz.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura – I*. São Paulo, Editora 34, 2008.
- ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1970.
- ADORNO, Theodor. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: BENJAMIN, W *et al* (orgs). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp. 209-258.
- ADORNO, Theodor. Ideias para a Sociologia da Música. In: BENJAMIN, W *et al* (orgs). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. pp.259-268.
- ADORNO, Theodor. El compositor dialéctico. In: ADORNO, Theodor. *Improptus*. Barcelona: Laia, 1985.
- ADORNO, Theodor. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, Gabriel (org). *Theodor W. Adorno (Sociologia)*. São Paulo: Ática, 1986. pp.62-75.
- ADORNO, Theodor (1996). Mensagens numa garrafa. In: ZIZEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 39-70.
- ADORNO, Theodor. Anotações sobre Franz Kafka. In: ADORNO, Theodor. *Prismas*. São Paulo:Ática, 1998. pp.239-270.
- ADORNO, Theodor. Crítica cultural e sociedade. In: ADORNO, Theodor. *Prismas*. São Paulo: Ática, 1998b. pp. 7-26.
- ADORNO, Theodor. Moda intemporal – sobre o jazz. In: ADORNO, Theodor. *Prismas*. São Paulo: Ática, 1998c. pp.117-130.
- ADORNO, Theodor. Intento de entender *Fin de partida*. In: ADORNO, Theodor. *Notas sobre Literatura* (obra completa, 11). Madri: Akal, 2003 pp.270-315.
- ADORNO, Theodor. Reflexiones sobre la teoría de las clases. In: ADORNO, Theodor. *Escritos sociológicos I*. Madri: Akal, 2004.
- ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009.
- ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2008. pp.55-64.
- ADORNO, Theodor. Revendo o Surrealismo. In: ADORNO, Theodor. *Notas sobre literatura I*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2008b. pp.135-140.
- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. *Notas sobre literatura I*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2008c. pp.15-45.
- ADORNO, Theodor. Crítica. In: ADORNO, Theodor. *Crítica de la cultura y sociedad II – Intervenciones (Entradas)*. Madri: Akal, 2009. pp. 699-707.
- ADORNO, Theodor. Teoria crítica y movimiento de protesta. In: ADORNO, Theodor. *Miscelánea I*. Madri: Akal, 2010a.
- ADORNO, Theodor. “Ningun miedo a la torre de marfil”. In: ADORNO, Theodor. *Miscelánea I*. Madri: Akal, 2010b.
- ADORNO, T.W. *Filosofia da Nova Música*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ADORNO, Theodor. Carta a Benjamin (17.12.1934). In: ADORNO, Theodor. *Correspondência 1928-1940: Adorno-Benjamin*. São Paulo: Unesp, 2012. pp.127-136.
- ADORNO, Theodor. *Três estudos sobre Hegel*. São Paulo: Unesp, 2013.
- ADORNO, Theodor (2016). Reconciliação extorquida. A propósito da *Significação atual do realismo crítico* de Georg Lukács. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão (2016). *Um capítulo da modernidade estética: debate sobre o Expressionismo*. São Paulo: Unesp, 2016. pp. 319-347.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max (2006). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- AGAMBEM, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ALAMBERT, Francisco. Para uso do próximo. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo – reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.66-77.

ALMEIDA, Jorge. *Crítica dialética em Theodor Adorno – música e verdade nos anos vinte*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ALMEIDA, Rodrigo Davi. *Sartre no Brasil*. São Paulo, Unesp. 2009.

ALMOND, Gabriel. Separate Tables. *Political Science and Politics*. v. 21, n.7, pp. 828-842, Autumn. 1988.

AMADEO, Javier. Teoria Política: um balanço provisório. *Revista de Sociologia Política*. v. 19, n.39, pp.17-34, 2011.

ANDERS, Günther. *Kafka: pró & contra*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANDRADE, Mário. Introdução. In: ALMEIDA, Manuel Antônio. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp.XI-XXX.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. O sentido da formação hoje. *Praga – estudos marxistas*. n.4, pp.95-97. dezembro 1997.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar – estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ARANTES, Paulo Eduardo. *O fio da meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ARANTES, Paulo. Manias e campanhas de um benemérito. *Novos Estudos CEBRAP*, v.3, n. 22, pp. 199-204. 1988.

ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira – Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Ressentimento da Dialética – Dialética e Experiência Intelectual em Hegel (Antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã)*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ARANTES, Paulo. Ajuste intelectual. In: HADDAD, Fernando (org). *Desorganizando o consenso*. São Paulo: Vozes, 1998. pp.27-47.

ARANTES, Paulo e ARANTES, Otilia. *Os sentidos da formação – três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARANTES, Paulo Eduardo. As origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60. In: MORAES, João Quartim (orgs). *História do marxismo no Brasil – Os influxos teóricos (Vol.2)*. Campinas:Unicamp, 2007.pp: 127-186.

ARANTES, Pedro. *Arquitetura nova*. São Paulo: Editora 34, 2011.

ARANTES, Pedro Fiori. O crítico e os arquitetos. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.241-254.

ARAÚJO, Cícero. Rito de passagem: Lua Nova e o Cedec. *Lua Nova*, n.100, pp. 15-23. 2017.

ARICÓ, José. Introducción. In: ARICÓ, José (org). *Mariátegui y Los Origenes del Marxismo Latino-Americano*. México D.F.: Pasado y Presente, 1978. pp. XI-XLV.

ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSBAWN, Eric (org). *História do marxismo – volume VIII*. 2ª d. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 419-449.

ARICÓ, José. *La hipótesis de Justo* – escritos sobre el socialismo en América Latina. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

ARICÓ, José. *La cola del diablo* – itinerario de Gramsci en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

ARRUDA, Maria Arminda. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org). *História das ciências sociais no Brasil* – volume 2. São Paulo: IDESP/Sumaré/FAPESP, 1995. pp. 107-231.

ARRUDA, Maria Arminda. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura – questões de interpretação. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP), v. 16, n.1, pp.107-118, 2004.

ARRUDA, Maria Arminda. Florestan Fernandes. Vocação científica e compromisso de vida. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (orgs). *Um enigma chamado Brasil* – 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp.310-323.

ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Objetivo: São Paulo, s/d.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva. 2013.

BADMINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais* – vontade de poder (1762-1778). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

BALL, Terence. Aonde vai a Teoria Política? *Revista de Sociologia Política*. n.23. pp.9-22, novembro de 2004.

BAPTISTA, Katia Aparecida (2010). O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. *Perspectivas*, v.37, pp.225-248, Jan/jun de 2010.

BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista* – ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo* – ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1959.

BASTOS, Élide Rugai. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002* (volume IV). São Paulo: Sumaré, 2002. pp.183-230.

BASTOS, Élide Rugai e BOTELHO, André. Horizontes das Ciências Sociais: Pensamento Social Brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito e MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza (orgs). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* – Sociologia. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla/ANPOCS, 2010. pp.475-496.

BENJAMIN, Walter. O narrador – Observações acerca da obra de Nicolau Leskow. In: BENJAMIN, Walter et alli. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1983. pp.57-74.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter (1986). *Magia e Técnica, Arte e Política*. (Obras escolhidas – volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 36-49.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III* – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Brasiliense: São Paulo, 1989.

BENJAMIN, Walter. Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política* (obras escolhidas – volume 1). São Paulo:Brasiliense, 1996. pp. 137-164.

BENJAMIN, Walter (1996b). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política* (obras escolhidas – volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1996b. pp.165-196.

BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade*, v. 9, n.16, pp. 178-203. 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Record, São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000. pp.13-68.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio Janeiro:Contraponto, 2000b.

BLANCO, Alejandro e BRASIL, Jr. Antonio. A circulação internacional de Florestan Fernandes. *Sociologia & Antropologia*, v.8, n.1. pp.69-107, Jan-abr/ 2018.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BORGES, Jorge Luis. O escritor argentino e a tradição. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas – volume I (1923-1949)*. São Paulo: Globo, 1998. pp. 288-296.

BORGES, Jorge Luis. Flaubert e seu destino exemplar. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas – volume I (1923-1949)*. São Paulo: Globo, 1998b. pp. 284-287.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTELHO, André. Teoria e História na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, n.90, pp.331-366, 2013.

BRANDÃO, Gildo. Linhagens do pensamento político brasileiro. In: BRANDÃO, Gildo. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007. pp.21-67.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Ideias e argumentos para o Estudo da História das Ideias Políticas no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito e LESSA, Renato (orgs). *Horizonte das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010. pp.367-375.

BRECHT, Bertolt. Formalismo e Realismo – o debate sobre o Expressionismo. In: BARRENTO, João (org). *Realismo, Materialismo, Utopia* (uma polêmica. 1935-1940). Lisboa: Moraes, 1978. pp.87-114.

BRECHT, Bertolt. Notas sobre a escrita realista. In: BARRENTO, João (org). *Realismo, Materialismo, Utopia* (uma polêmica. 1935-1940). Lisboa:Moraes, 1978b. pp.115-131.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Da teoria à prática e vice-versa: partidos políticos e sociedade no Brasil na interpretação de Fernando Henrique Cardoso (1974-2017). *Teoria & Pesquisa*, v. 26, n.2 pp. 181-213, 2017.

BÜRGER, Peter. *Teoria da vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CAMARGO, Silvio. Os primeiros anos da “Escola de Frankfurt” no Brasil. *Lua Nova*, n.91, pp.105-133, 2014.

CANDIDO, Antonio. A dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n.8, pp.67-89, 1970.

CANDIDO, Antonio. A revolução de 30 e a Cultura. *Novos Estudos*, v.2, n.4, pp.27-36, Abril de 1984.

CANDIDO, Antonio. Amizade com Florestan. In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante – ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp, 1987.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades e Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2006.

CANDIDO, Antonio. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo - reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.13-17.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. As elites da côr. *Revista Anhembi*. Ano. V, v. XIX, n.55, pp.121-124, Jul/1955.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento econômico e nacionalismo. *Revista*

Brasiliense, n.12, pp.88-98, jul/ago de 1957.

CARDOSO, Fernando Henrique. Educação e desenvolvimento econômico. In: *Revista Brasiliense*, n.17, pp.70-81, mai/jun de 1958.

CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: DIFEL, [1961] 1969. pp. 199-220.

CARDOSO, Fernando Henrique. Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: DIFEL, [1967] 1969b. pp. 154-185.

CARDOSO, Fernando Henrique. Subdesenvolvimento e Sociedade de Massas. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: DIFEL, [1962] 1969c. pp. 140-153.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, DIFEL, [1964] 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1969] 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, [1970] 1973. pp. 123-139.

CARDOSO, Fernando Henrique. Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, [1971] 1973b. pp.104-122.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1961] 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. A dependência revisitada. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar – Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Cadernos CEBRAP, nº33. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, [1972] 1980, pp. 57-87.

CARDOSO, Fernando Henrique. Introdução. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar – Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Cadernos CEBRAP, nº33. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, [1979] 1980. pp. 7-16

CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante – ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. Memórias da Maria Antônia. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1973] 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à nova edição. In CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Pp 7-12.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita e REGO, José Marcio (orgs). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. pp.67-94.

CARDOSO, Fernando Henrique. Roberto Schwarz, seminarista. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 329-333.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In: MOURA, Flávio e MONTERO, Paula (org). *Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. pp.18-49

CARDOSO, Fernando Henrique. *A soma e o resto – um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista conduzida por Pedro Luiz Lima. *Revista Estudos Políticos*. n.º.6, pp 07-21, Jul/2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O improvável presidente do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013c.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da presidência (1995-1996)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. FHC: economista e militante, Paul Singer juntava teoria e prática. *Folha de São Paulo*. 16 de abril de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/fhc-paul-singer-economista-militante-e-ser-humano.shtml> (acesso em 13/11/2018).

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, n. 26, pp. 141-168, nov/dez de 1959.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Côr e mobilidade social em Florianópolis – Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960

CARDOSO, Fernando Henrique e WEFFORT, Francisco. Introducción. In: CARDOSO, Fernando Henrique e WEFFORT, Francisco (org). *América Latina – ensayos de interpretación sociológico-política*. Santiago do Chile: Editorial Universitaria. pp.14-33.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1994.

CARONE, Modesto. Posfácio. In: ANDERS, Günther. *Kafka: pró & contra*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. pp. 157-160.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *O moderno e suas diferenças*. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1970.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. As ideias estão no lugar. *Cadenos Debate*, n.1, pp.61-64, 1976.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Os homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG. 2005.

CARVALHO, Sérgio. Brecht e a polêmica sobre o Expressionismo. *Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx*. v.3, n.5, pp. 313-324, 2015.

CEVASCO, Maria Elisa. O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz. *Terceira Margem*, v.11, n. 16, pp.9-26, Jan/jun de 2007.

CEVASCO, Maria Elisa. A crítica cultural lê o Brasil. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (orgs). *As contradições do lulismo – a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 251-279.

CHAUÍ, Marilena e NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova*, n.71, pp.173-228, 2007.

COELHO, Marcelo. Sobre *Que horas são?* In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo – reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 95-107.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera (org). *Inteligência*

brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp.125-148.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante – ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp, 1987.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CORREDOR, Eva e SCHWARZ, Roberto. Entrevista com Roberto Schwarz. *Literatura e Sociedade*. v.7, n.6, pp. 14-37, 2002.

COSTA, Iná Camargo. O ensaio de Adorno e a produção social da forma. *Trans/Form/Ação*, v. 9-10, pp.41-49, 1987.

COTRIM, Ivan. O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: LUKÁCS, Georg. *Realismo crítico hoje*. Brasília: Coordenada, 1969. pp.7-20.

COUTINHO, Carlos Nelson. O marxismo no Brasil. In JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI, João Alexandre (org). *As utopias de Michael Lowy – reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 129-136.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil – ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson e NETTO, José Paulo. Apresentação. In: LUKÁCS, György. *Arte e sociedade – escritos estéticos: 1932-1967*. Rio de Janeiro:UFRJ, 2011. pp.7-20.

CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Dois encontros entre o marxismo e a América Latina*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

CUNNINGHAM, David. After Adorno: The Narrator of Contemporary European Novel. In: CUNNINGHAM, David; MAPP, Nigel (eds). *Adorno and Literature*. London/New York: Continuum, 2006. pp.188-200.

DE STAËL, Madame. *Da Alemanha*. São Paulo: Unesp, 2016.

DEBERT, Guíta Grin. *Ideologia e Populismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

DIAS, Maria Odila Silva. Os impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Angela. *História e Ideal – ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Unesp, 1989. pp.377-405.

DI TELLA, Torcuato. Populismo y reformismo. In: IANNI, Octávio (org). *Populismo y contradicciones de clase em Latinoamérica*. Cidade do México: Era, 1973. Pp.38-82.

DUNN, Christopher (2009). *Brutalidade jardim – A Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Unesp, 2009.

EASTON, David. Political Science in the United States: past and present. In: EASTON, David; GUNNELL, John G.; GRAZIANO, Luigi (org). *The Development of Political Science: a comparative survey*. London/ New York: Routledge, 2002. pp. 275-291.

ECKERMAN, Johann Peter. *Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida (1823-1832)*. São Paulo: Unesp, 2016.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição inglesa de 1888. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005. pp.?

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Estudios Avanzados*. v.12, n.33, pp.107-117, 1998.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis - a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2011.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005.

FERNANDES, Florestan. Prefácio à 2ª edição. In: BASTIDE, Roger e FERNANDES,

Florestan. *Branços e negros em São Paulo* – ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1959.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Côr e mobilidade social em Florianópolis* – Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

FERNANDES, Florestan. *Sociologia numa era de Revolução Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre os problemas de mudança social no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *Sociologia numa era de Revolução Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963a.

FERNANDES, Florestan. Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. In: FERNANDES, Florestan. *Sociologia numa era de Revolução Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963b.

FERNANDES, Florestan. Orelha. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1972.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. In: FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008. pp. 23-93.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

FERRO, Sérgio. Arquitetura nova. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006a. pp.47-58.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006b. pp.105-200.

FRANCO, Carlos. Apresentação. In: ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp.11-27.

FREDERICO, Celso. Presença e ausência de Lukács. In: ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquíria Domingues Leão (orgs). *Lukács – um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, pp.125-131.

FREITAG, Barbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante* – ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/ Unesp.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio (org). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34. 1995. pp.61-87.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. *Hegel-Husserl-Heidegger*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GATTI, Luciano. Theodor W. Adorno – indústria cultural e crítica da cultura. In: NOBRE, Marcos (org). *Curso livre de Teoria Crítica*. São Paulo: Papyrus, 2009. pp. 73-96.

GERMANI, Gino. *Politica y Sociedad em una época de transición*. Buenos Aires:

Paidós, 1962.

GIANNOTTI, José Arhur. Contra Althusser. In: GIANNOTTI, José Arthur (1980). *Exercícios de Filosofia*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980. pp. 85-102.

GIANNOTTI, José Arthur. Recepções de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, n.50. pp.115-125, março de 1998

GIANNOTTI, José Arthur. Depoimento. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (org). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 320-323.

GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho* – Estudos sobre a lógica do jovem Marx. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

GIANNOTTI, José Arthur. *Marx além do marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GLEDSON, John. Introduction. In: SCHWARZ, Roberto. *A master on the periphery of capitalism – Machado de Assis*. Durham – Londres: Duke University Press, 2011. pp. vii – xxxvi.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GONÇALVES, Anderson; OTSUKA, Edu Teruki e RABELLO, Ivone Daré. O retratista e os intelectuais às voltas com 1964. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.57, p.327-348, 2013..

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. *Teoria e Prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* - volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* - volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUNDER FRANK, Andrew. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (org). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

GUNNELL, John G. The historiography of American political science. In: EASTON, David; GUNNELL, John G e GRAZIANO, Luigi (orgs). *The development of Political Science – a comparative survey*. London and New York: Routledge, 1991. pp.13-33.

HABERMAS, Jurgén. *Verdade e Justificação* – ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HALL, Timothy. Adorno's Aesthetic Theory and Lukács's *Theory of the Novel*. In: CUNNINGHAM, David e MAPP, Nigel (2006). *Adorno and Literature*. London/New York: Continuum, 2006. pp. 145-157.

HARVEY, David. *Para entender O capital* – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAUPT, George. Marx e o marxismo. In: HOBSBAWN, Eric (org). *História do marxismo* – volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 13-75.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Cursos de Estética* (volume II). São Paulo: EDUSP, 2000.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/Universitária São Francisco, 2016.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos* - O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (edição comemorativa de 70 anos, com organização de Ricardo Benzaquem de Araújo e Lília Moritz Schwarcz). São

Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: *Os pensadores*. In: BENJAMIN, W. et al (orgs). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. pp. 117-154.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JAEGGI, Rahel. Repensando a ideologia. *Civitas*, v.8, n.1, p.137-165. Jan-abr 2008.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma – teorias dialéticas da Literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1985.

JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio - Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: Unesp/Boitempo. 1997.

JESSOP, Bob. *The Capitalist State – Marxist Theories and Methods*. Oxford: Martin Robertson. 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise – uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro:UERJ/Contraponto, 2009.

KOSIK, Karol. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LAFETÁ, João Luiz. À sombra das moças em flor: uma leitura do romance *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos. In: LAFETÁ, João Luiz. *A dimensão da noite*. São Paulo: Editora 34, 2004. pp.19-37.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Caderno AEL*, v. 8, n.14/15, pp.53-95, 2001.

LAHUERTA, Milton. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo”. In BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai e VILLAS BOAS, Gláucia (org). *O moderno em questão – a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. pp.311-356.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, o estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, Vladimir. *Que fazer?* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LÉPINE, Claude. A imagem do negro brasileiro. In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante – ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp, 1987.

LIMA, Pedro Luiz da Silva Rego. *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos Estudos Cebrap*, n.94, pp.187-197, nov/2012.

LOVE, Joseph. *A construção do Terceiro Mundo – teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra 1998.

LOWY, Michael. Notas sobre a recepção crítica ao althusserianismo no Brasil (anos 1960 e 1970). In BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis (orgs). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 213-223.

LOWY, Michael. Primeira parte – Política. In: RENAULT, Emmanuel; DUMÉNIL, Gérard e LOWY, Michael. *Ler Marx*. São Paulo: Unesp, 2010. pp.11-102.

LOWY, Michael. Introdução – Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LOWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. pp. 9-63.

LUKÁCS, Georg. *Ensaio de literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, Georg. *Realismo crítico hoje*. Brasília: Coordenada, 1969.

LUKÁCS, Georg. *Realistas alemães do século XIX*. Barcelona/México D.F.: Grijalbo, 1970.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- LUKÁCS, György. O romance como epopeia burguesa. In: LUKÁCS, György. *Arte e sociedade – Escritos estéticos (1932-1967)*. Rio de Janeiro: UFRJ. pp.193-243.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34, 2009b.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LUKÁCS, Georg. *A alma e as formas – Ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica: 2015.
- LUNN, Eugene. *Marxismo y modernismo – un estudio histórico de Lukács, Benjamin y Adorno*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1986
- LYNCH, Christian. Por que *Pensamento* e não *Teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. v.56, n.4, pp.727-767, 2013.
- LYNCH, Christian. Pensamento político brasileiro: conceito, história e estado da arte. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos e BRAGA, Maria do Socorro (org). *A Ciência Política no Brasil (1960-2015)*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. pp.275-320.
- MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *Um capítulo da modernidade estética: debate sobre o expressionismo*. São Paulo: Unesp, 2016.
- MAGALHÃES, Mário. 19 capas de jornais e revistas: em 1964, a imprensa disse sim ao golpe. *Blog do Mário Magalhães*. 31 de março de 2014. Disponível em: <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 14, n. 41, pp. 141-158, Out/1999.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.
- MANTEGA, Guido. *Teoria da Dependência revisitada – um balanço crítico*. São Paulo: EAESP/FGV/NPP (Núcleo de Pesquisas e publicações). Relatório de pesquisa, n.2, 1997.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na Economia Brasileira. In: QUARTIM DE MORAES, João (org) *História do marxismo no Brasil – os influxos teóricos (vol.2)*. Campinas: Unicamp, 2007. pp. 103-124.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução – Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.
- MARCUSE, Herbert. Prólogo. In: MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. pp.9-16.
- MARINI, Ruy Mauro. En torno a Dialéctica de la dependencia (postscriptum). 2008. [1973]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830092306/05dialectica3.pdf> (data de consulta: 13/11/2018)
- MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo. 2008a. [1978] Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830092707/06razones.pdf> (data de consulta: 13/11/2018)
- MARQUES, Ivan. *Cenas de um modernismo de província – Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- MARQUESE, Rafael. *Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas*. In: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. pp. 9-23.
- MARTINS, Eder. *Marxismo e a Universidade no Brasil: Um estudo sobre o seminário Marx (1958-1964)*. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- MARX, Karl. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. 2005.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, Karl. Carta a Vera Ivanovna Zasulitch, 8 de março de 1881. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 114-115.
- MARX, Karl. *O Capital* – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, Karl. *O Capital* – Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. Confissões. In: SHANIN, Theodor (org). *Marx tardio e a via russa* – Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017b. pp.201-202.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da Revolução Socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil* – Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960 (volume 5). Campinas: Unicamp, 2007. pp.197-225
- MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MICELI, Sérgio. O chão e as nuvens: ensaios de Roberto Schwarz entre arte e ciência. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo* – reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. pp.54-65.
- MICELI, Sergio. Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato. *Novos Estudos Cebrap*, n.77, pp.155-182, mar/ 2007b.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MOISÉS. José Álvaro. Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina. 1976 (mimeo).
- MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia* – senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Edição Cosmos, 1975.
- MORETTI, Franco. *Signos e estilos da modernidade* – ensaios sobre a sociologia da forma literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MORETTI, Franco. *O burguês* – entre a história e a literatura. Três Estrelas: São Paulo, 2014.
- MOTA, Carlos Guilherme. As ciências sociais na América Latina – proposta de periodização (1945-1983). In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera (orgs). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 278-304.
- MOTA, Carlos Guilherme. O intelectual e o político. In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O saber militante* – ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.
- MOURA, Flávio. Um crítico no redemoinho. *Tempo Social*. v.23, n.2., pp.71-99, 2011.
- MUECKE, Douglas Collin. *Irony and the Ironic*. London and New York: Methuen. 1986.
- MULLER, Marcos Lutz. Exposição e Método Dialético em “O Capital”. 1982. Mimeo. (Extraído do Boletim Seaf, nº2, Belo Horizonte, 1982).
- MUSSE, Ricardo. Theodor Adorno: filosofia de conteúdos e modelos críticos. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.32, n.2, pp. 135-145, 2009.
- MUSSE, Ricardo. Experiência individual e objetividade em *Minima moralia*. *Tempo Social* (USP), v.23, n.1, pp.169-177, 2011.
- MUSSE, Ricardo. Aventuras do marxismo no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v.28,

n.74, pp.409-426, Mai/Ago- 2015.

NADER, Helena. 50 anos do golpe militar a SBPC na luta pela democratização do país. *Ciência e Cultura*, v.66, n.2, pp.4-5, jun/2014.

NAPOLITANO, Marcos. Forjando a revolução, remodelando o mercado: arte engajada no Brasil (1956-1968). In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs). *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 585-617.

NOBRE, Marcos. *A dialética negativa de Theodor W. Adorno* – a ontologia do estado falso. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 1998.

NOBRE, Marcos. *Os limites da reificação* – um estudo sobre História e Consciência de Classe. São Paulo: Editora 34, 2001.

NOBRE, Marcos. Da “formação” às “redes”: Filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n.19, pp 13-36, 2002.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera (orgs). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 9-26.

NOVAIS, Fernando. *Aproximações* – estudos de História e Historiografia. Cosac Naify: São Paulo, 2005.

NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 411-418.

OEHLER, Dolf. *Quadros parisienses (1830 -1848)* – estética anti-burguesa em Baudelaire, Daumier e Heine. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OEHLER, Dolf. *O velho mundo desce aos infernos* - auto-análise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OEHLER, Dolf. *Terrenos vulcânicos*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

OEHLER, Dolf. A modernidade e o mal: Charles Baudelaire. *ArtCultura*, v. 15, n. 27, pp. 65-70, jul.-dez/ 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera (orgs). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp.149-168.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa* – ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo*: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 149-152.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Joelma. *POLOP – as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista* (1961-1967). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, 2007.

OTSUKA, Edu Teruki. Lukács, realismo, experiência periférica (anotações de leitura). *Literatura e Sociedade*. v. 15, n.13, pp. 36-45, 2010.

PATO, Christy. *O discurso econômico da modernidade: notas da periferia*. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil* – entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERRONE-MOYSÉS, Leyla. Machado de Assis e Borges: nacionalismo e cor local. In:

SCHWARTZ, Jorge (org). *Borges no Brasil*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial. 2001.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. Folios Ediciones: Cidade do México, D.F. 1983.

PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In HOBSBAWN, Eric (org). *História do marxismo* – volume 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp.333-358.

PORTANTIERO, Juan Carlos. José Aricó: las desventuras del marxismo latinoamericano. In: ARICÓ, José. *La hipótesis de Justo – escritos sobre el socialismo en América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.pp. 5-8.

POSADA, Francisco. *Lukács, Brecht e a situação atual do realismo socialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista* (vol.1). Porto: Portucalense, 1971.

PRADO JÚNIOR, Bento. Prefácio - O pressentimento de Kojève. In: ARANTES, Paulo. *Ressentimento da Dialética – Dialética e Experiência Intelectual em Hegel* (Antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã). São Paulo: Paz e Terra, 1996. pp. 9-17.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 69-136

PREBISCH, Raúl. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000b. pp. 451-488.

QUARTIM DE MORAES, João. O estatuto teórico da noção de dependência. *Crítica marxista*, n.31, pp.23-36, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira* (tomo III – O Brasil republicano – vol.8). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 172-212.

RAGO FILHO, Antonio. A filosofia de José Arthur Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulista. *Verinotio*, ano V, n.9, pp. 107-133, 2008.

RAMASSOTE, Rodrigo. Na sala de aula: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1970). *Literatura e Sociedade*, v.14, n.12. pp.88-101, 2009.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do Populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RICOEUR, Paul. *A ideologia e a utopia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda as "idéias fora do lugar". *Lua Nova*, n.73, pp. 59-69, 2008.

RICUPERO, Bernardo. O lugar do centro e da periferia. In: BOTELHO, André; SCHWARTZ, Lilia Moritz (orgs). *Agenda brasileira – temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 92-101.

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Revista Sociologia & Antropologia*, v. 2, n.6, pp.525-556, 2013.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. *ArtCultura*, v. 9, n. 14, pp. 185-195, jan-jun/2007.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2014.

RODOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2001.

RODRIGUES, Lidianie. Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964). *Intelligere*, v.2, n.1 [2], pp. 1-19. 2016.

RODRIGUES, Lidianie Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Nelson. A fome do Nordeste. In: RODRIGUES, Nelson. *O óbvio ululante – primeiras confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 120-123.

ROMÃO, Wagner. *Sociologia e política nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006.

ROSE, Gillian. *The Melancholy Science – an introduction to the thought of Theodor W. Adorno*. New York: Columbia University Press, 1978.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SADER, Emir. O marxismo ocidental no Brasil. In: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental/ Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004. pp. 7-13.

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto “O Capital” – fragmentos para a história de uma geração. *Sociologias*, ano 7, n.14, pp.150-177. Jul/dez de 2015.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SALES GOMES, Paulo Emílio. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo. *Política & Sociedade*, n.1, pp. 73-86. nov/ 2002.

SANTOS, Patricia da Silva. *(Im)possibilidades da literatura em Franz Kafka*. Dissertação (mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Roberto Corrêa dos. A crítica literária no Brasil (últimos quinze anos). *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, ano 16, n.31/32. pp.57-66. 1990.

SARTRE, Jean Paul. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHWARCZ, Lília e BOTELHO, André. *Ao vencedor as batatas - 30 anos: crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz*. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v.23, n.67, pp.147-160, Jun/2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Raça Sempre Deu o que Falar. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007. pp. 7-15.

SCHWARCZ, Lília Moritz e BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova.*, n. 82. pp.11-16, 2011.

SCHWARZ, Roberto. Quien me dice que este personaje no sea el Brasil?. In: ASSIS, Joaquin Maria Machado de. *Quincas Borba*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979. pp. IX-XXXI.

SCHWARZ, Roberto. *Sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCHWARZ, Roberto. Amor sem uso. (mimeo). 1981b.

SCHWARZ, Roberto. Brás Cubas e o cunhado Cotrim. *Remate de males*, v.7, pp.19-25, 1987.

SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARZ, Roberto. Entrevista para Fernando Barros e Silva. *Jornal Folha de São*

Paulo (Caderno Mais!) de domingo, 1 junho de 1997b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/01/mais!/8.html> (acesso em 26 de abr. 2018).

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx (mimeo). 1999.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Editora 34, [1990] 2008.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, [1975] 2008b.

SCHWARZ, Roberto. Entrevista. In: In: MOURA, Flávio e MONTERO, Paula (org). *Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. pp. 224-243.

SCHWARZ, Roberto. A Dialética da Formação. In: PUCCI, Bruno; ALMEIDA, Jorge de e LASTÓRIA, Luiz (orgs). *Experiência formativa & emancipação*. São Paulo: Nankin Editorial. 2009b.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, [1987] 2012.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, [1977] 2012b [1977]

SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrécia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2012c.

SCHWARZ, Roberto. Na montanha-russa do século XX. *Piauí*. n. 85, Out/ de 2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/na-montanha-russado-seculo/> (acesso em 13/11/2018)

SCHWARZ, Roberto. Prefácio à “Lata de Lixo da História”. *Piauí*, n.91, Abr/2014. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-lata-de-lixo-da-historia/> (acesso em 13/11/2018)

SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil. SCHWARZ, Roberto *et al* (org). *Nós que amávamos tanto o O Capital: leituras de Marx no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017. pp.17-26.

SEGATTO, Catarina Ianni e SEGATTO, José Antonio. Apresentação. In: IANNI, Octavio.. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. pp.7-12.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo – Walter Benjamin: Romantismo e Crítica Poética*. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 1999.

SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, n.23, pp. 34- 80. 1979.

SHANIN, Theodor. O último Marx: deuses e artesãos. In: SHANIN, Theodor (org). *Marx tardio e a via russa – Marx e as periferias do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2017. pp. 25-73.

SILVA, Luiz Fernando. A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d'O Capital. *Estudos de Sociologia*, n.3, pp.71-86, 1997.

SILVA, Luiz Fernando. *Pensamento social brasileiro – marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003.

SIMÕES, Júlio Assis. Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis (orgs). *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de formação (1933-1953)*. São Paulo: Escuta, 2001. pp. 13-18.

SINGER, André. *O lulismo em crise – um quebra-cabeça do período Dilma* (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras. 2018

SINGER, Paul. *A crise do “milagre” – interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SINGER, Paul. Entrevista. *Teoria e Debate*. Edição 62 10 de abril de 2005. Disponível

em: <https://teoriaedebate.org.br/2005/04/10/paul-singer/> (consultado em 13/11/2018).

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, pp.3-53.1969.

SOCHOR, Lubomir. Lukács e Korsch: a discussão filosófica dos anos 20. In: HOBBSAWN, Eric J. (org). *História do marxismo – volume 9*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1987. pp.13-76.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008.

SUSSEKIND, Flora. Ou não? - reflexões parciais sobre a crítica de Davi Arrigucci e Roberto Schwarz. *Novos Estudos Cebrap*, n.20, pp. 96-109, março de 1988.

TERTULIAN, Nicolas. Lukács/Adorno: a reconciliação impossível. *Verinotio*, ano VI, n.11, pp.104-115, abril de 2010.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VARGAS, Tatiana Prado. *Fernando Henrique Cardoso e o CEBRAP: considerações sobre o desenvolvimento, autoritarismo e democratização*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

VILLAS BÔAS, Gláucia. A controversa recepção de Max Weber no Brasil (1940-1980). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n.1, pp.5-33. 2014.

WAIZBORT, Leopoldo. Glosa sobre ideologia e dialética em Adorno. *Plural* (USP). n.5, pp.1-20. 1º semestre de 1998.

WAIZBORT, Leopoldo. *Passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

WASSERMAN, Claudia. *Teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

WEBER, Max. *Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo: Cultrix. s/d.

WEFFORT, Francisco. Dependência: teoria de classes ou ideologia nacional? In: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. pp.165-181.

WEFFORT, Francisco. *Classes populares e Política (Contribuição ao estudo do “populismo”)*. Tese (Doutorado em Política). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1968.

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. O pensar e o agir. *Lua Nova*, n. 54, pp. 11-42, 2001.

WERNECK VIANNA, Luiz. Prefácio. In: JASMIN, Marcelo. *Alexis de Tocqueville – a historiografia como ciência política*. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2005. pp. 11-13.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WOLIN, Sheldon (1969). Political Theory as a Vocation. *The American Political Science Review*, v. 63, n. 4, pp.1062-1082, Dec/ de 1969.

WRIGHT MILLS, Charles. *As elites do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

XAVIER, Ismail. O mundo tem as caras que pode ter. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.212-225.

ZIZEK, Slavoj. De *História e Consciência de classe* a *Dialética do Esclarecimento*, e volta. *Lua Nova*, n.59. pp.159-176, 2003.